PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

ANO XXX | QUARTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2024 | EDIÇÃO Nº 7.599

DISTRIBUIÇÃO DE MEDIDAS URGENTES FORA DO EXPEDIENTE FORENSE 1º e 2º Graus

DISTRIBUIÇÃO DO 1º GRAU

Oficial Distribuidor Cível:Charles Francisco Dantas dos Anjos
Endereço :Rua Hélio Melo, 120, Quadra 47, Conjunto Nova Esperança
Telefones:9967-3933

Oficial Distribuidor Criminal:Charles Francisco Dantas dos Anjos
Endereço :Rua Hélio Melo, 120, Quadra 47, Conjunto Nova Esperança
Telefones:9967-3933

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Diretoria Judiciária: Denizi Reges Gorzoni
Endereço: Rua Tribunal de Justiça, s/n - Via Verde
Telefones: (68) 3302-0419

CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS

Atendimento: Segunda à sexta-feira das 08:00 às 18:00h
Endereço: Avenida Paulo Lemos de Moura Leite n. 878, Cidade da Justiça
Telefones: 3211-5401

SUMÁRIO

	PÁGINAS		
I-JUDICIAL-2ªINSTÂNCIA.....	01	-	60
II - JUDICIAL - 1ª INSTÂNCIA (CAPITAL).....	61	-	130
III-JUDICIAL-1ªINSTÂNCIA(INTERIOR).....	130	-	164
IV - ADMINISTRATIVO.....	164	-	186
V - EDITAIS E DEMAIS PUBLICAÇÕES.....	186	-	189

I - JUDICIAL - 2ª INSTÂNCIA

TRIBUNAL PLENO JURISDICIONAL

DESPACHO

Nº 1000993-22.2023.8.01.0000 - Mandado de Segurança Cível - Rio Branco - Impetrante: Valison Cardozo Gomes de Melo - Impetrado: Secretário Estadual de Saúde do Estado do Acre - Despacho Intimem-se a Procuradoria-Geral do Estado do Acre para que se manifeste sobre a execução de título judicial, astreintes, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, voltem os autos conclusos para decisão. - Magistrado(a) Laudivon Nogueira - Advs: Alfredo Severino Jares Daou (OAB: 3446/AC) - Harlem Moreira de Sousa (OAB: 2877/AC)

Nº 1001029-30.2024.8.01.0000 - Mandado de Segurança Cível - Rio Branco - Impetrante: Larissa Carolynne da Silva Mendes - Impetrada: DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO VERBENA - Impetrado: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE - Dá-se a parte Larissa Carolynne da Silva Mendes por intimada para, até o dia 12/10/2024, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 321,10 (trezentos e vinte e um reais e dez centavos), sob pena de pagamento em dobro ((artigo 32, da Lei Estadual n.º 1.422/2011), bem como protesto (artigo 1º, da Instrução Normativa n.º 01/2016),cujo boleto encontra-se disponível para pagamento às páginas 534, destes autos. - Magistrado(a) - Advs: Larissa Carolynne da Silva Mendes (OAB: 5180/AC) - Janete Melo D'albuquerque Lima (OAB: 1751/AC) - Tatiana Tenório de Amorim (OAB: 10178/AL)

Nº 1001438-06.2024.8.01.0000 - Mandado de Segurança Cível - Rio Branco - Impetrante: Everson Torres Lorenzini - Impetrado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre - 1. Tendo em vista que, após ser oferecida a resposta, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação (vide art. 485, § 4º, do CPC), abro o prazo de 05 (cinco) dias à autoridade Impetrada para se manifestar sobre o pedido de desistência apresentado à p. 175. 2. Intime-se. - Magistrado(a) Luís Camolez - Advs: RAFAEL GIL FALCAO DE BARROS (OAB: 33582/DF) - Janete Melo D'albuquerque Lima (OAB: 1751/AC) - Joao Paulo Aprigio de Figueiredo (OAB: 2410/AC)

Nº 1001678-92.2024.8.01.0000 - Mandado de Segurança Cível - Rio Branco - Impetrante: Noêmia Neves dos Santos - Impetrado: Secretário Estadual de Saúde do Estado do Acre - Despacho Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por NOÊMIA NEVES DOS SANTOS, já qualificada nos autos, por meio de sua Defensora Pública, Juliana Marques Cordeiro, em face de ato supostamente ilegal praticado pelo Secretário Estadual de Saúde - Pedro Pascoal Duarte Pinheiro Zambon. Narra a exordial que a Impetrante realizou transplante renal com doador vivo no ano de 2019, haja vista haver sido diagnosticada com doença renal crônica sem origem determinada, hipertensão arterial sistêmica e Síndrome de Gilbert e, desde então, faz acompanhamento contínuo pelo Sistema Único de Saúde - SUS na cidade de Porto Alegre, no Hospital Irmandade Santa Casa de Misericórdia. Aduz que devido a manifestação do Estado do Acre em afirmar que a continuidade do tratamento, ou seja, o acompanhamento do tratamento pode ser realizado no próprio Estado. Todavia, argumenta que os exames essenciais de monitoramento não são realizados no Estado, haja vista serem especificos e, portanto, o Estado do Acre não dispõe do oferecimento destes que são essenciais às pessoas transplantadas, sobretudo para garantir a integridade do órgão transplantado e em caso de qualquer irregularidade, notadamente no que se refere à rejeição do órgão, ser precocemente detectado. Aduz que a saúde da Impetrante está comprometida, sobretudo pela interrupção do acompanhamento na cidade em se realizou o transplante, posto que, há necessidade do devido acompanhamento, fazendo, inclusive, menção da deficiência estatal em realizar procedimento ambulatoriais e cirúrgicos em pacientes acometidos com o mesmo diagnosticos. Em assim sendo, requer do Estado do Acre a continuidade do atendimento na cidade de Porto Alegre, inclusive, com remessa de passagens áreas pelas regiões próximas devido a suspensão do aeroporto, por tempo indeterminado, à referida cidade de origem, situação esta acometida pelas fortes chuvas e transtornos climáticos ocorridos neste ano naquela região do país. Pois bem. Deixo para manifestar acerca da liminar requerida dada a necessidade de informações consignadas às fls.15/16. Nesses termos, requisito informação, inclusive, já solicitada ao Sr. Secretário de Saúde acerca da disponibilidade ou não dos exames contidos no oficio de fls.15/16, expedido pela Defensoria Pública. Dessa forma, determino ao Senhor Secretário de Saúde que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, preste as informações ali contidas, notadamente se o Hospital do Rins desta cidade de Rio Branco/Acre atende às necessidades da ora Paciente ali consignadas. Ao depois, volva-se os autos a esta Relatoria. - Magistrado(a) Denise Bonfim - Advs: Juliana Marques Cordeiro (OAB: 238475/SP)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 1001681-47.2024.8.01.0000 - Mandado de Segurança Cível - Rio Branco - Impetrante: Fábio Oliveira Barros - Impetrado: Secretário Estadual de Saúde do Estado do Acre - - 19. Dito isso, frente a brevidade do rito mandamental, que não admite dilação probatória, visando assegurar direito ao contraditório e à ampla defesa da parte adversa, somada ao fato de que os documentos trazidos pelo Impetrante, a princípio, não são robustos suficientemente a justificar a concessão da medida liminar, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela inaudita altera pars. - Magistrado(a) Waldirene Cordeiro - Advs: Juliana Marques Cordeiro (OAB: 238475/SP)

Nº 1001957-15.2023.8.01.0000 - Mandado de Segurança Cível - Rio Branco - Impetrante: ADAUTO CHAVES DA ROCHA JÚNIOR, representado por MARIA DA CONCEIÇÃO DIÓGENES - Impetrado: Secretário Estadual de Saúde do Estado do Acre - - Decisão Conforme depósito judicial realizado pelo impetrado (fls. 197/200), expeça-se com urgência o alvará. Considerando que o Acórdão (fls. 127/137) determinou o fornecimento de tratamento ao impetrante pelo período de 12 (doze) meses, caso o Estado do Acre deposite o valor referente a continuidade do tratamento em conta judicial, autorizo, desde já, que a Secretaria Judiciária emita o Alvará referente em nome do impetrante. Por fim, até o adimplemento integral da obrigação imposta ao impetrado, determino o sobrestamento dos autos. Cumpridas as diligências, Intimem-se. Rio Branco-Acre, 12 de agosto de 2024 Des. Nonato Maia Relator - Magistrado(a) Nonato Maia - Advs: Juliana Marques Cordeiro (OAB: 238475/SP) - Maria Eliza Schettini Campos Hidalgo Viana (OAB: 2567/AC)

VICE-PRESIDÊNCIA

DESPACHO

Nº 0004933-43.2022.8.01.0001 - Apelação Cível - Rio Branco - Apelante: Neurizete Maria Mota Carneiro - Apelado: Banco do Brasil S/A. - Dá a parte recorrida Banco do Brasil S/A por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contrarrazões ao Recurso Especial. - Magistrado(a) - Advs: Marcos Paulo Pereira Gomes (OAB: 4566/AC) - Yasser Andrei Aires Morais (OAB: 5741/AC)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE
Desª. Regina Ferrari

VICE-PRESIDENTE
Des. Luís Camolez

CORRREGEDOR - GERAL DA JUSTIÇA
Des. Samoel Evangelista

TRIBUNAL PLENO
Desª. Regina Ferrari
Desª. Eva Evangelista
Des. Samoel Evangelista
Des. Roberto Barros
Desª. Denise Bonfim
Des. Francisco Djalma
Desª. Waldirene Cordeiro
Des. Laudivon Nogueira
Des. Júnior Alberto
Des. Elcio Mendes
Des. Luís Camolez
Des. Raimundo Nonato

1ª CÂMARA CÍVEL

PRESIDENTE
Des. Roberto Barros

MEMBRO
Desª. Eva Evangelista de Araújo Souza

MEMBRO
Des. Laudivon Nogueira

2ª CÂMARA CÍVEL

PRESIDENTE
Des. Júnior Alberto

MEMBRO
Desª. Waldirene Cordeiro
Des. Raimundo Nonato

CÂMARA CRIMINAL

PRESIDENTE
Des. Denise Bonfim

MEMBRO
Desª. Francisco Djalma

MEMBRO
Desª. Elcio Mendes

CONSELHO DA JUSTIÇA ESTADUAL
Desª. Regina Ferrari
Des. Luís Camolez
Des. Samoel Evangelista

DIRETOR JUDICIÁRIO
Denizi R. Gorzoni

COORDENADOR DO PARQUE GRÁFICO

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
Conselho de Administração - Resolução nº 14 de 06 de janeiro de 2009

Orgão de Divulgação do Poder Judiciário do Estado do Acre Art. 121, § I, da Lei Complementar nº 221 de 30 de dezembro de 2010.

Publicação sob a responsabilidade da Coordenadoria do Parque Gráfico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, sito á Rua Benjamin Constant, nº 1.165, Centro - CEP 69.900.064 - Fone: (068) 3212-8292- Ramal (8292) 3211-5420
Home page: http://www.tjac.jus.br

- Cleiber Mendes de Freitas (OAB: 5905/AC) - Alex da Silva Oliveira (OAB: 5985/AC) - Marcos Délli Ribeiro Rodrigues (OAB: 5553/RN)

Nº 0700120-27.2021.8.01.0013 - Apelação Cível - Feijó - Apelante: Antônio Bernardino Gomes de Sousa - Apelado: Alberto Luiz Francio - Dá a parte recorrida Alberto Luiz Francio por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contrarrazões ao Recurso Especial. - Magistrado(a) - Advs: Francisco Costa do Nascimento (OAB: 799/AC) - Neiva Nara Rodrigues da Costa (OAB: 3478/AC) - Rege Ever Carvalho Vasques (OAB: 3212/AC)

Nº 0700137-91.2020.8.01.0015 - Apelação Cível - Mâncio Lima - Apelante: Francisco das Chagas Vieira da Silva - Apelado: Banco Pan S.A - Dá a parte recorrida Banco Pan S.A por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contrarrazões ao Recurso Especial. - Magistrado(a) - Advs: Raphael Trelha Fernandez Advocacia (OAB: 279/AC) - RAPHAEL TRELHA FERNANDEZ (OAB: 3685/AC) - Efrain Santos da Costa (OAB: 3335/AC) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 23255/PE)

Nº 0700185-64.2017.8.01.0012 - Apelação Cível - Manoel Urbano - Apelante: L. V. - Apelado: R. C. de O. - Dá a parte recorrida R. C. de O. por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contrarrazões ao Recurso Especial. - Magistrado(a) - Advs: Edilene da Silva Ad-Víncula (OAB: 4169/AC) - Michael Henrique Shirabayashi da Silva (OAB: 8293/RO)

Nº 0703096-43.2021.8.01.0001 - Apelação Cível - Rio Branco - Apelante: Banco do Brasil S/A - Apelada: Lucinéia de Souza Brasilino - Dá a parte recorrida Lucinéia de Souza Brasilino por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contrarrazões ao Recurso Especial . - Magistrado(a) - Advs: Bernardo Buosi (OAB: 6117/AC) - Marcos Délli Ribeiro Rodrigues (OAB: 5553/RN) - José Fernando da Silva Neto (OAB: 3938/AC)

Nº 0705529-25.2018.8.01.0001 - Apelação Cível - Rio Branco - Apelante: T. de M. C. B. - Apelante: V. A. da R. de M. (Representado por sua mãe) T. de M. C. B. - Apelante: V. S. da R. de M. (Representado por sua mãe) T. de M. C. B. - Apelado: M. C. C. J. - Dá a parte recorrida M. C. C. J. por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contrarrazões ao Recurso Especial. - Magistrado(a) - Advs: Gibran Dantas Dourado Barroso (OAB: 4894/AC) - Paulo Henrique Mazzali (OAB: 3895/AC) - Giseli Andréia Gomes Lavadenz (OAB: 4297/AC)

Nº 0710220-14.2020.8.01.0001 - Apelação Cível - Rio Branco - Apelante: João Oliveira de Albuquerque - Apelante: Joao Eduardo Silveira de Albuquerque - Apelante: Patrícia Nunes de Araújo Albuquerque - Apelado: Capitalcredi - Cooperativa de Crédito Rural de Rio Branco Ltda - Dá a parte recorrida Capitalcredi - Cooperativa de Crédito Rural de Rio Branco Ltda. por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contrarrazões ao Recurso Especial. - Magistrado(a) - Advs: Felippe Ferreira Nery (OAB: 3540/AC) - Emmily Teixeira de Araújo (OAB: 3507/AC) - Gilliard Nobre Rocha (OAB: 2833/AC) - Cristopher Capper Mariano De Almeida (OAB: 3604/AC)

Nº 0713659-96.2021.8.01.0001 - Apelação Cível - Rio Branco - Apelante: Empresa de Transportes São Judas Tadeu Ltda - Apelada: Alcineide Ribeiro do Nascimento - Apelado: Luiz Gabriel Muniz Cordeiro (Representado por sua mãe) Maria Antonia Muniz Freitas - Apelante: Alcineide Ribeiro do Nascimento - Apelante: Luiz Gabriel Muniz Cordeiro - Apelado: Empresa de Transportes São Judas Tadeu Ltda - Dá a parte recorrida Empresa de Transportes São Judas Tadeu Ltda por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contrarrazões ao Recurso Especial. - Magistrado(a) - Advs: João Felipe de Oliveira Mariano (OAB: 4570/AC) - Bárbara Maués Freire (OAB: 5014/AC) - Thais Silva de Moura Barros (OAB: 4356/AC) - Sueli Alves da Costa Queiroz (OAB: 5138/AC)

Nº 0713691-33.2023.8.01.0001 - Apelação Cível - Rio Branco - Apelante: Maria Darlete Ferreira Almeida - Apelado: Banco Itaucard S.A - Dá a parte recorrida Banco Itaucard S.A por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contrarrazões ao Recurso Especial. - Magistrado(a) - Advs: CARLOS EDUARDO SANTINI TELES (OAB: 18856/SC) - Suelen Aparecisa Stanquevicz (OAB: 43554/SC) - Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 3557/AC)

Nº 0715720-27.2021.8.01.0001 - Apelação Cível - Rio Branco - Apelante: Edna Nobre Fernandes - Apelado: Bbrb-crédito, Financiamento e Investimento S/A - Apelado: Paraná Banco S.a - Apelado: BANCO ITAÚ BM - Dá as partes recorridas Bbrb-crédito, Financiamento e Investimento S/A e outros por intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecerem contrarrazões ao Recurso Especial. - Magistrado(a) - Advs: Alexa Cristina Pinheiro Rocha da Silva (OAB: 3224/AC) - Ricardo Lopes Godoy (OAB: 77167/MG) - ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB: 44016/PR) - Eny Bittencourt (OAB: 29442/BA)

1ª CÂMARA CÍVEL

DESPACHO

Nº 0700899-78.2022.8.01.0002 - Apelação Cível - Cruzeiro do Sul - Apelante: M. de F. - Apelado: L. de S. O. (Representado por sua mãe) F. de S. O. - A

considerar o disposto no art. 178, II, do Código de Processo Civil, remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça para manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias. Em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Rio Branco-Acre, 12 de agosto de 2024. - Magistrado(a) Laudivon Nogueira - Advs: Diego Luiz Sales Ribeiro Gonçalves (OAB: 9062/PI) - João Augusto Câmara da Silveira (OAB: 12097/RN)

Nº 0701584-49.2022.8.01.0014 - Apelação Cível - Tarauacá - Apelante: I. S. de L. (Representado por sua mãe) F. S. de L. - Apelado: A. B. de A. - A considerar o disposto no art. 178, II, do Código de Processo Civil, remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça para manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias. Em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. - Magistrado(a) Laudivon Nogueira - Advs: Israel Severo da Paz Filho (OAB: 7471/PI) - Morgana Rosa Leite Gurjão (OAB: 19588/PB)

Nº 1001111-61.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento - Rio Branco - Agravante: Soraia Maria Brito Maia - Agravante: CARLOS CELSO MEDEIROS RIBEIRO - Agravado: AMARILDO SOUZA VALE - Da análise do expediente recursal, observa-se que os agravantes juntaram apenas a guia de recolhimento do preparo recursal, mas não coligiram o comprovante do pagamento. Dessarte, chamo o feito à ordem, e determino a intimação das partes agravantes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrem o pagamento da taxa judiciária, sob as penas da lei. - Magistrado(a) Laudivon Nogueira - Advs: Emerson Silva Costa (OAB: 4313/AC) - Elizandra da Silva Vieira (OAB: 4765/AC)

Nº 1001926-92.2023.8.01.0000 - Agravo de Instrumento - Acrelândia - Agravante: GIOVANI SANTOS SILVA E OUTROS - Agravante: LUIZ ALMEIDA DE OLIVEIRA E OUTROS - Agravada: MARIA SERRATE FIGUEIREDO DA SILVA - Agravado: JOSÉ GILSON ARAÚJO DA SILVA - Agravado: LUIZ CARLOS BEYRUTH BORGES - Agravado: FATIMA MARIA BARREIROS DA SILVA - Dá as partes agravantes LUIZ ALMEIDA DE OLIVEIRA E OUTROS, por seus novos patronos, Leonardo Santos de Matos (OAB: 5261/AC) e Marcos Ildo Prado do Nascimento (OAB: 6354/AC), por intimadas para regularizarem a representação processual, com a indicação de novo advogado nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, em cumprimento às decisões de páginas 143/144; Despacho, fls.160/161 e de fls. 167/169. - Magistrado(a) - Advs: Fabiano de Freitas Passos (OAB: 4809/AC) - Leonardo Santos de Matos (OAB: 5261/AC) - Marcos Ildo Prado do Nascimento (OAB: 6354/AC) - Adair Jose Longuini (OAB: 436/AC) - Pascal Abou Khalil (OAB: 1696/AC) - Edson Rigaud Viana Neto (OAB: 3597/AC)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Classe: Apelação Cível n.º 0710073-51.2021.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Primeira Câmara Cível
Relator: Des. Laudivon Nogueira
Apelante: A. da C. V..
Advogado: Emerson Silva Costa (OAB: 4313/AC).
Advogada: Daniela Rodrigues da Silva Feitosa (OAB: 26744/MS).
Advogado: João Paulo de Sousa Oliveira (OAB: 4179/AC).
Apelante: A. V. M. N. (Representado por sua mãe) A. da C. V..
Advogado: Emerson Silva Costa (OAB: 4313/AC).
Advogada: Daniela Rodrigues da Silva Feitosa (OAB: 26744/MS).
Advogado: João Paulo de Sousa Oliveira (OAB: 4179/AC).
Apelante: M. V. M. N. (Representado por sua mãe) A. da C. V..
Advogado: Emerson Silva Costa (OAB: 4313/AC).
Advogada: Daniela Rodrigues da Silva Feitosa (OAB: 26744/MS).
Advogado: João Paulo de Sousa Oliveira (OAB: 4179/AC).
Apelado: G. I. M. N..
Advogado: Luiz Carlos Alves Bezerra (OAB: 3249/AC).
Advogado: Marciano Carvalho Cardoso Júnior (OAB: 3238/AC).
Advogado: Pâmela Ferreira da Silva (OAB: 5369/AC).
Apelante: G. I. M. N..
Advogado: Luiz Carlos Alves Bezerra (OAB: 3249/AC).
Advogado: Marciano Carvalho Cardoso Junior (OAB: 3238/AC).
Advogado: Pâmela Ferreira da Silva (OAB: 5369/AC).
Apelada: A. da C. V..
Advogado: Emerson Silva Costa (OAB: 4313/AC).
Advogada: Daniela Rodrigues da Silva Feitosa (OAB: 26744/MS).
Advogado: João Paulo de Sousa Oliveira (OAB: 4179/AC).
Apelada: A. V. M. N..
Advogado: Emerson Silva Costa (OAB: 4313/AC).
Advogada: Daniela Rodrigues da Silva Feitosa (OAB: 26744/MS).
Advogado: João Paulo de Sousa Oliveira (OAB: 4179/AC).
Apelado: M. V. M. N..
Advogado: Emerson Silva Costa (OAB: 4313/AC).
Advogada: Daniela Rodrigues da Silva Feitosa (OAB: 26744/MS).
Advogado: João Paulo de Sousa Oliveira (OAB: 4179/AC).
Assunto: Reconhecimento / Dissolução

Decisão interlocutória

Diante da renúncia do advogado Emerson Costa da Silva (OAB/AC n. 4313), conforme fls. 1279/1280, determino:
1. A suspensão do processo pelo prazo de 15 (quinze) dias para que as partes recorrentes, MIGUEL VASCONCELOS MILANI NOGUEIRA e ADA VASCONCELOS MILANI NOGUEIRA, regularizem a representação processual, com fundamento legal no art. 76, §2º, I, do Código de Processo Civil, sob pena de não conhecimento do recurso.
2. Após o prazo de suspensão, intimem-se as mesmas partes, agora na qualidade de apeladas, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contrarrazões à apelação cível (fls. 1226/1247) interposta pelo apelante GERALDO ISRAEL MILANI NOGUEIRA.
3. Transcorridos os prazos processuais acima determinados, remetam-se os autos ao Ministério Público Estadual para atuação como fiscal da ordem jurídica.

Rio Branco-Acre, 12 de agosto de 2024.

Des. **Laudivon Nogueira**
Relator

2ª CÂMARA CÍVEL

DESPACHO

Nº 1001253-65.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento - Rio Branco - Agravante: L C PONCE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - Agravado: Banco da Amazônia S/A - Dá a parte Agravada Banco da Amazônia S/A, por intimada por seu Advogado Leandro Ramos (OAB: 5347/AC) para MANIFESTAÇÃO, conforme DESPACHO de fls. 129/130, com o seguinte teor:"...5. Havendo pendência de comprovação de cumprimento da determinação judicial por parte do Banco Agravado, intime-o, para que comprove, mediante a apresentação de documentos, de que se desincumbiu do ônus a ele cabível (pp. 113/118), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena da aplicação da multa prevista." - Magistrado(a) - Advs: Marina Belandi Scheffer (OAB: 3232/AC) - Leandro Ramos (OAB: 5347/AC) - Via Verde

Nº 1001467-56.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento - Rio Branco - Agravante: MAIANNA CRISTINNE DA SILVA OLIVEIRA - Agravado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Agravado: Banco do Brasil S/A. - Agravado: Banco Daycoval S. A. - Agravado: Nu Financeira S/A - Dá-se as partes Agravadas: Caixa Econômica Federal - Advogado Igor Faccim (OAB: 5748/AC) e Advogado Israel Feriane (OAB: 20162/ES); Banco do Brasil S/A - Advogado Marcelo Neumann (OAB: 110501/RJ); Banco Daycoval S. A. - Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23555/PE); Nu Financeira S/A. - Advogado: Maria do Perpetuo Socorro Maia Gomes (OAB: 21449/PE); Por intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contrarrazões ao Agravo de Instrumento, bem como para no prazo de 02 (dois) dias úteis, apresentarem, querendo, requerimento de sustentação oral ou oposição a realização de julgamento em ambiente virtual, independentemente de motivação declarada, sob pena de preclusão, a teor do art. 93, §2º do RITJAC. - Magistrado(a) - Advs: ISABELLE SOUSA MARTINS (OAB: 8146/RN) - Igor Faccim (OAB: 5748/AC) - Israel Feriane (OAB: 20162/ES) - Marcelo Neumann (OAB: 110501/RJ) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23555/PE) - Maria do Perpetuo Socorro Maia Gomes (OAB: 21449/PE) - Via Verde

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 1001082-11.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento - Rio Branco - Agravante: J. J. da C. e C. - Agravado: M. E. M. da C. (Representado pelo Responsável) - 12. Dito isso, esgotada a causa determinante da existência do presente recurso, nos termos gizados pelo art. 932, inciso III, do CPC, nego-lhe seguimento, porquanto manifestamente prejudicado. 13. Sem custas. 14. Publique-se. Intimem-se.Após, arquive-se de imediato. 15. Cumpra-se - Magistrado(a) Waldirene Cordeiro - Advs: Laura Cristina Lopes de Sousa (OAB: 3279/AC) - Octavia de Oliveira Moreira (OAB: 2831/AC) - Via Verde

Classe: Apelação Cível n.º 0710593-11.2021.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator(a): Desª. Waldirene Cordeiro
Apelante: M. R. de S..
Advogado: Osvaldo Coca Júnior (OAB: 5483/AC).
Apelado: J. M..
D. Pública: Clara Rubia Roque Pinheiro de Souza (OAB: 2022/AC).
Assunto: Dissolução

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de recurso de Apelação Cível interposto por Maria Rocha de Souza, processualmente representada, em face da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco/AC, no bojo da ação de divórcio litigioso c/c partilha de bens n. 0710593-11.2021.8.01.0001 (pp. 126/129), esta ajuizada por João Marques, que além de decretar o divórcio do extinto casal, decretou a partilha do patrimônio comum adquirido, no "per-

centual de 50% para cada um, na forma de condomínio, ficando ressalvado o direito de terceiros, bem como de qualquer uma das partes efetuar a compra da fração correspondente à meação da outra, mediante o pagamento do justo preço".
2. Da sentença a Ré interpôs o respectivo Apelo, pugnando pelo "seu recebimento no efeito suspensivo, com a imediata intimação fixação do prazo de 08 (oito) dias para que seja oferecido as razões de apelação e, ato contínuo, sejam os autos, com as razões anexas, remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Acre para os fins aqui aduzidos" (p. 135).
3. Embora intimado, o Autor/Apelado deixou de apresentar contrarrazões ao recurso (p. 143).
4. Recepcionado o feito, veio-me por sorteio (p. 145).
5. A Procuradoria de Justiça, em manifesto da lavra do i. Procurador Carlos Roberto da Silva Maia, assenta a desnecessidade de intervenção ministerial no caso (p. 155).
6. Eis o brevíssimo relato. Decido monocraticamente, com fundamento no artigo 932, inciso III, do Código Processual.
7. Aprecio a presença dos requisitos de admissibilidade recursal.
8. Da análise dos autos, constato a inépcia recursal, eis que a ora Apelante apresentou a peça de "interposição do recurso" desacompanhada das suas respectivas/necessárias razões, limitando-se a pugnar pela intimação para sua apresentação em segunda instância, no prazo de 08 (oito) dias.
9. Acontece que no âmbito do direito processual civil, a interposição de recurso e a apresentação de suas razões devem se dar em ato único, sendo vedado à parte o aditamento, sob pena de preclusão consumativa. É o que se extrai da intelecção do art. 1.010 e incisos do CPC.
10. No mais, ante a ausência das razões de Apelo, deixou a parte Apelante de impugnar especificamente os fundamentos da sentença alvo do seu recurso, restando ausente o requisito de admissibilidade consistente na "regularidade formal", não devendo, portanto, ser o Apelo admitido. Forjando essa linha de intelecção, cito jurisprudência:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. APELAÇÃO DESACOMPANHADA DAS RAZÕES RECURSAIS. PRECLUSÃO CONSUMATIVA - RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. É cediço que, em se tratando de processo civil, a interposição de recurso e a apresentação de suas razões devem ocorrer em um ato único, ainda que o protocolo das razões recursais se dê dentro do prazo recursal. 2. Com efeito, interposta a apelação, é vedado à parte aditá-la, mesmo dentro do prazo que ainda sobejaria, por estar caracterizada a preclusão consumativa. (TJMT APL: 00032193620158110059 MT, Relator: SERLY MARCONDES ALVES, Julgamento: 11/07/2018, 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Publicação: 13/07/2018);

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL. PEÇA DE INTERPOSIÇÃO DESACOMPANHADA DAS RAZÕES RECURSAIS. NÃO CONHECIMENTO. 1. Trata-se de apelação interposta contra sentença que julgou improcedente o pedido formulado em Ação de consignação em pagamento movida em desfavor da Caixa Econômica Federal. Além disso, o valor da causa foi corrigido de ofício, passando a ser R$ 17.137.454,92 (dezessete milhões cento e trinta e sete mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos), correspondente ao montante do negócio jurídico firmado pelas partes mediante a celebração dos contratos elencados na contestação. Por fim, a autora foi condenada ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa. 2. Embora intimada para se manifestar quanto às preliminares de inépcia recursal (ausência de regularidade formal) e insuficiência do preparo, suscitadas em sede de contrarrazões, a apelante manteve-se inerte. 3. Constata-se a inépcia recursal, tendo em vista que a recorrente não apresentou as suas razões, deixando de impugnar especificamente os fundamentos da sentença. Limitou-se, na verdade, a juntar a peça de interposição recursal. Ausente, portanto, o requisito de admissibilidade consistente na regularidade formal. Diante desse contexto, independentemente da análise do argumento de que houve insuficiência de preparo, é certo que o recurso não deve ser admitido. 4. Apelação não conhecida. Considerando que a sentença condenou a parte autora ao pagamento de honorários fixados em 10% sobre o valor da causa (R$ 17.137.454,92), tem-se que a majoração de que trata o art. 85, parágrafo 11, do CPC deve ser no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), em observância ao princípio da razoabilidade. (TRF-5 - AC: 08071135420164058400, Relator: Desembargador Federal Fernando Braga, Data de Julgamento: 15/05/2019, 3ª Turma)

11. Dito isso, com fundamento no art. 932, III, do CPC, não conheço do recurso de Apelação Cível, pelo que lhe nego seguimento, ante nítida inadmissibilidade, dada à falta de apresentação de razões recursais.
12. Sem custas.
13. Publique-se. Intime-se. Após, ao arquivo com baixa imediata.
14. Cumpra-se.
Rio Branco-Acre, 13 de agosto de 2024.

Desembargadora Waldirene Cordeiro
Relatora

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 1001584-47.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento - Cruzeiro do Sul - Agravante: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais - Agravado: JOSIAS O. DA SILVA EIRELI - - Decisão Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em face da decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco, no bojo da Ação de Cobrança c/c Pedido de Indenização ajuizado por Josias O. da Silva EIRELI, que indeferiu a realização de prova pericial de veículo. De início, defende o cabimento do presente expediente recursal em razão do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, que decidiu que o rol do art. 1.015 do CPC possui taxatividade mitigada, por ocasião do julgamento repetitivo no Resp. 1.696.396/MT. Em suas razões, informa que a parte agravada ajuizou ação objetivando a condenação da agravante ao pagamento de indenização securitária, reembolso com gastos com guincho e danos morais, em decorrência de acidente de trânsito ocorrido com um dos veículos segurados ("Facchini Semi Reboque Aberto, placas JWI 9848), em 31.01.2023. Aduz que, informada do infortúnio, a agravante negou o pagamento da indenização após constatar que os danos não decorreram do acidente em si, mas sim da má conservação, manutenção e uso do caminhão, situação que caracterizou a hipótese de exclusão contratual (prejuízo não indenizável), nos termos firmados da apólice. Alega que ao ser instado a se manifestar sobre a especificação de provas requereu a produção de prova pericial de engenharia mecânica, mediante análise direta do caminhão segurado e indireta dos documentos juntados aos autos, em especial do laudo juntado pela defesa. Argumenta que fundamentou o pedido de realização de perícia de engenharia mecânica no veículo segurado, porém, o pedido foi indeferido pelo Juízo de primeira instância por ausência de fundamentação. Advoga que a perícia é necessária a fim de atestar que os danos no referido caminhão não decorreram do acidente narrado nos autos, mas sim da ausência de manutenção e da más condições de uso, o que foi constatado por peritos contratados pela seguradora, que observaram pontos de oxidação e corrosão, que caracterizam falhas antigas, relacionadas às condições de uso do bem. Ao final, pugna pela concessão do efeito suspensivo da decisão ora combatida e, no mérito, pelo provimento do agravo de instrumento para realização da perícia técnica a fim de provar que os danos constantes no caminhão não decorreram do acidente narrado. É o relatório. Inicialmente, constato que o recurso é cabível, tempestivo, com preparo recolhido, atendendo aos pressupostos de admissibilidade recursal discriminados nos arts. 1.015, 1.016 e 1017, do CPC, notadamente, pela decisão do STJ que decidiu pela taxatividade mitigada do rol das hipóteses legais de cabimento, razão pela qual conheço do Agravo. Em atenção ao pedido liminar objeto do presente Agravo de Instrumento, o novel ordenamento jurídico processual indica as hipóteses em que pode ser concedido o efeito suspensivo ao recurso ou a antecipação da tutela da pretensão recursal, cuja previsão se encontra no art. 1.019, inciso I, do atual Código de Processo Civil. Os doutrinadores Daniel Assumpção Neves e Rodrigo Freire ao discorrerem sobre ambos os institutos jurídicos acima esclarecem que: "o efeito suspensivo se dá quando, presentes os respectivos pressupostos, o agravo de instrumento foi interposto contra o deferimento de uma providência ativa (v.g., uma liminar), enquanto o efeito ativo antecipação da pretensão recursal se dá quando, presentes os respectivos pressupostos, o agravo de instrumento foi interposto contra o indeferimento de uma providência ativa (v.g. uma liminar)." Consoante o art. 294 do Código de Processo Civil, a tutela provisória pode basear-se em urgência ou evidência. Pela dicção do art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. A probabilidade do direito está assentada na verossimilhança fática, na verificação de que há um grau considerável de admissibilidade dos fatos narrados, e na plausibilidade jurídica, que representa o possível enquadramento do caso concreto à norma invocada. Já o perigo na demora está consubstanciado na existência de elementos que denotem que o atraso no oferecimento da prestação jurisdicional pode comprometer a efetivação imediata ou futura do direito. Nesse contexto, para se deferir a antecipação de tutela com fundamento na urgência deve ficar caracterizada a probabilidade lógica surgida a partir da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. Pois bem. Da análise perfunctória do feito, entendo que não estão presentes os requisitos necessários para a concessão do efeito suspensivo da decisão guerreada. Explico: O agravante pleiteia a realização de perícia do veículo que se encontrava segurado, de um acidente ocorrido em janeiro de 2023, sustentando que os danos não são oriundos do infortúnio narrado pelo agravado e sim da má conservação do caminhão. Porém, os argumentos explanados pelo Juízo a quo são plausíveis, quando fundamenta que o tempo decorrido desde a época dos acontecimentos e as possíveis intervenções realizadas no veículo desde o sinistro apontam total inutilidade da perícia. Além do mais, os elementos trazidos pelo agravado no feito principal dão conta que o veículo passou por vistoria junto à seguradora, uma semana antes do sinistro, que comprovou suas condições, aprovando a contratação do seguro, inexistindo qualquer alegação de má-conservação do objeto segurado (fl. 3). O requisito da probabilidade do direito não restou satisfeito. Outrossim, não resta comprovado o perigo de dano ou resultado útil do processo porque qualquer medida que possa ser realizada neste momento processual é plenamente reversível. Assim, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo pleiteado, razão pela qual mantenho a decisão combatida em seus termos integrais. Dê-se ciência ao Juízo de origem (art. 1.019, I, do Código de Processo Civil). Intime-se a parte

agravada para que no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente suas contrarrazões ao recurso, nos termos do art. 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Considerando que o presente recurso comporta sustentação oral (art. 937, VIII, do Código de Processo Civil), intimem-se as partes para que, no prazo de 02 (dois) dias úteis, apresentem requerimento de sustentação oral ou oposição a realização de julgamento em ambiente virtual, independentemente de motivação declarada, sob pena de preclusão, nos termos do art. 35-D, § 3º e § 5º, a, do RITJAC. Rio Branco-Acre, 12 de agosto de 2024 Des. Nonato Maia Relator - Magistrado(a) Nonato Maia - Advs: CAROLINA MARIA AQUINO ANGELIERI (OAB: 225731/RJ) - Via Verde

Nº 1001593-09.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento - Rio Branco - Agravante: Maria Rita Castelo de Souza - Agravado: Banco do Brasil S/A.- 20. Dito isso, em juízo de cognição rasa e não exauriente, sem prejuízo de reapreciação da matéria no julgamento definitivo do recurso, indefiro o pedido liminar vindicado pela Agravante. 21. Intime-se a parte Agravada, a teor do art. 1.019, inciso II, do CPC. 22. Considerando que o presente recurso comporta a possibilidade de sustentação oral, a teor do art. 937, VIII, do CPC, determino a intimação das partes, no prazo de 02 (dois) dias úteis, apresentem requerimento de sustentação oral ou oposição a realização de julgamento em ambiente virtual, independentemente de motivação declarada, sob pena de preclusão, a teor do art. 93, §2º do RITJAC. 23. Publique-se. Cumpra-se. - Magistrado(a) Waldirene Cordeiro - Advs: Eduvirges Fonseca Mendes Silveira (OAB: 877/AC) - Marcelo Neumann (OAB: 110501/RJ) - Via Verde

Nº 1001643-35.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento - Rio Branco - Agravante: Caixa Econômica Federal - Agravada: Kelly Cristina de Jesus Maia - - DECISÃO Trata-se de agravo de instrumento interposto pela Caixa Econômica Federal em face de decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco/AC que, nos autos da ação de repactuação de dívidas (Lei do Superendividamento) nº 0709592-83.2024.8.01.0001, deferiu o pedido referente à concessão de tutela de urgência e determinou: "(...) que as partes Rés Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Santander limitem os descontos e as cobranças no total de 30% (trinta por cento) dos rendimentos disponíveis da parte autora. Para tanto, fixo o valor das parcelas referentes aos contratos da Autora junto à matrícula 543162/1, em relação à Caixa Econômica Federal - CEF, para o patamar de R$ 936,11 (novecentos e trinta e seis reais e onze centavos) e com o Banco Santander no valor deR$ 936,11 (novecentos e trinta e seis reais e onze centavos). Fixo, ainda, as parcelas referentes aos contratos da Autora junto à matrícula 543162/3, em relação à Caixa Econômica Federal - CEF, para o patamar de R$ 1.291,08 (um mil, duzentos e noventa e um reais e oito centavos) e com o Banco Santander no valor de R$ 733,54 (setecentos e trinta e três reais e cinquenta e quatro centavos), considerando que a soma de tais encargos não podem ultrapassar o limite permitido para sua remuneração. Fixo multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), para cada parte Demandada, sobre as quais recaem a obrigação da tutela de urgência aqui concedida, por desconto/cobrança efetuado em desrespeito a esta decisão. Oficie-se, incontinenti, ao órgão empregador da parte Autora para que tome ciência desta decisão, observando o limite dos descontos aqui fixados." Em suas razões alega, em síntese, que ingressou com o presente recurso visando demonstrar que a multa fixada pelo juízo de origem no valor de R$ 500,00 por descumprimento seria desproporcional e acarretaria em enriquecimento ilícito da consumidora, dada a ausência de qualquer ato que demonstrasse a má-fé do agente financeiro recorrente. Sustenta que a cobrança é devida e lícita, sendo decorrente de contrato firmado pela agravada perante a Caixa, portanto, está obrigada a cumprir os termos pactuados. Argumenta, ainda, que embora a requerente nunca tenha se esquivado de arcar com a quitação das parcelas de seu empréstimo, seria incabível pugnar pela condenação do banco pelo fato de ele estar exercendo seu direito de cobrança. Alega que o caso em tela não estaria apto a aplicação da Lei do Superendividamento e pela impossibilidade de inclusão do crédito de empréstimo consignado no rol de dívidas sujeitas à aludida norma. Ao final, requer, ipsis litteris: 5.3 A concessão do efeito suspensivo para que sejam imediatamente sustados os efeitos da decisão agravada até o julgamento do presente agravo, diante da possilidade perda irreparável a este a gente financeiro; 5.4 A reforma da Decisão Agravada, para sanar todos os aspectos controversos desta, com a revogação da multa anteriormente aplicada, bem como, a exclusão da CAIXA, visto se tratar de crédito oriundo de empréstimo consignado não se submete à Lei de Superendividamento. É, em síntese, o relatório. Inicialmente, verifico que o recurso preenche os pressupostos de admissibilidade, estando formalmente adequado aos requisitos elencados nos art. 1.015, inciso V e art. 1.016, incisos I a IV, ambos do Código de Processo Civil. Com efeito preconizam os artigos. 300, § 1º, 995, parágrafo único e 1.019, inciso I, todos do Código de Processo Civil que, recebido o recurso de Agravo de Instrumento perante o Tribunal e regularmente distribuído, se não for o caso de aplicação do artigo 932, incisos III e IV, do CPC, o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, quando evidenciada a probabilidade do direito ou perigo de dano e, em outros casos, dos quais possa resultar prejuízo irreparável ou risco de dano grave de difícil ou impossível reparação, suspender a eficácia da decisão até o pronunciamento definitivo da câmara, comunicando ao juízo sua decisão. Denota-se, da literalidade dos dispositivos processuais acima transcritos, que o relator, ao examinar o pedido de urgência, deve observar a presença, no caso concreto, de dois requisitos para o deferimento de efeito suspensivo ao recurso, quais sejam, a plausibilidade do direito e o fundado receio de dano grave ou ameaça ao efeito prático do processo principal. Diante desse entendimento tem-se que esses dois requisitos não são alternativos, mas, sim cumulativos entre si, para justificar o deferimento da tutela vindicada pela parte. Em outras palavras, quando ausente quaisquer desses requisitos, deve a concessão do efeito suspensivo ou a antecipação da tutela ser indeferida. Nesse sentido, interessa trazer o entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça, in verbis: 1. A concessão liminar pressupõe a presença do bom direito e o risco de dano irreparável pela demora na concessão da ordem nos termos do art. 300 do CPC/2015, que assim dispõe: "A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo." (...). (STJ - AgInt no RMS: 64197 MG 2020/0198059-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 16/12/2020, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/12/2020). ---------- 1. De acordo com o exposto no art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. 2. Ausente um dos requisitos deve ser indeferida a concessão da tutela de urgência. 3. Hipótese em que não foi possível identificar de plano a probabilidade do direito invocado, ante as peculiaridades constantes na Legislação Complementar estadual n. 127/1994 que em seu art. 3º dispõe que as despesas serão empenhadas pelo Poder Executivo. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no RMS: 60238 SC 2019/0061971-5, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 25/06/2019, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/06/2019). Desta forma, é essencial a demonstração do perigo da demora e o direito invocado para concessão de tutela antecipada e efeito suspensivo da decisão. Tendo em vista esse cenário fático e considerando ainda se estar em um juízo de cognição sumária, entendo que a decisão vergastada deve ser preservada, uma vez que não se evidencia, neste momento, a presença do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, ainda mais porque não se mostra teratológica, contrária à lei ou às provas dos autos. Considero que o juízo de 1º grau fundamentou corretamente a decisão que concedeu a tutela de urgência postulada e determinou ao agravante a limitação dos descontos e cobranças até 30% (trinta por cento) dos rendimentos disponíveis do consumidor. Percebe-se que o Juízo a quo motivou a concessão da tutela antecipada fundamentado tanto nos preceitos processuais, analisando o preenchimento dos requisitos autorizadores previstos no art. 300 do CPC e também as disposições previstas na Lei de Superendividamento. Indo além, a decisão combatida também trouxe julgados tanto do Superior Tribunal de Justiça quanto desta Corte acreana convergindo com o entendimento adotado no ato combatido. Diante de tal contexto, reitero que não observo os efeitos nocivos alegados pela parte agravante, caso a decisão guerreada protraia-se no tempo, posto que os possíveis prejuízos não são aferíveis de plano, razão pela qual não merece acolhimento a concessão de tutela antecipada, bem como de efeito suspensivo da decisão. Assim, com fundamento no art. 1.019, I, do Código de Processo Civil, INDEFIRO o pedido de concessão da tutela antecipada, bem como de suspensão dos efeitos da decisão guerreada, pelo que a mantenho em seus termos integrais. Dê-se ciência ao Juízo de origem (art. 1.019, I, do Código de Processo Civil). Intime-se a parte agravada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente suas contrarrazões ao recurso, nos termos do art. 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Considerando que o presente recurso comporta sustentação oral (art. 937, VIII, do Código de Processo Civil), intimem-se as partes para que, no prazo de 02 (dois) dias úteis, apresentem requerimento de sustentação oral ou oposição a realização de julgamento em ambiente virtual, independentemente de motivação declarada, sob pena de preclusão, nos termos do art. 35-D, § 3º e § 5º, a, do RITJAC. Publique-se, intimem-se e cumpra-se. Rio Branco/Acre, 12 de agosto de 2024 Des. Nonato Maia Relator - Magistrado(a) Nonato Maia - Advs: Pedro Teixeira Dall agnol (OAB: 79881/DF) - Paula Benjamim (OAB: 26586/PA) - Rafael Sales Barros (OAB: 6706/AC) - Via Verde

Nº 1001676-25.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento - Acrelândia - Agravante: Andressa da Silva Oliveira - Agravado: Município de Acrelândia - Agravado: Lúcio Fernandes de Souza - Agravado: Ministério Público do Estado do Acre - - Decisão Agravo de Instrumento com Pedido de Suspensivo interposto por ANDRESSA DA SILVA OLIVEIRA, em face de decisão interlocutória proferida pelo Juízo da Vara Cível da Comarca de Acrelândia - AC (Autos nº 0700622-50.2022.8.01.0006). Em suas razões, aduziu, em síntese, que foi vítima de erro médico e por isso requereu a produção de prova pericial; contudo, sua pretensão foi negada, uma vez que o Juízo a quo entendeu serem as provas amealhas suficientes para que realize o julgamento antecipado da lide. Porém, ressaltou que há necessidade da prova técnica, pois essa é imprescindível para elucidar a questão, somando ainda ser indispensável a oitiva de testemunhas a fim de esclarecer pontos controvertidos. Frisou que não pode ser impedida de produzir prova que corrobore o seu direito, por ser esta capaz de esclarecer a situação. Desse modo, ao final, requereu a suspensão do processo até o julgamento do mérito do recurso, bem como o provimento da pretensão (fls. 01/07). É, em síntese, o relatório. Inicialmente, o recurso preenche os pressupostos de admissibilidade nos termos dos art. 1.015, V e art. 1.016, I a IV, do Código de Processo Civil. Com efeito, preconizam os art. 300, § 1º, art. 995, parágrafo único, e art. 1.019, I, todos do Código de Processo Civil que, recebido o recur-

so de Agravo de Instrumento perante o Tribunal e regularmente distribuído, se não for o caso de aplicação do art. 932, III e IV, do Código de Processo Civil, o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, quando evidenciada a probabilidade do direito ou perigo de dano e, em outros casos, dos quais possa resultar prejuízo irreparável ou risco de dano grave de difícil ou impossível reparação, suspender a eficácia da decisão até o pronunciamento definitivo da câmara, comunicando ao juízo sua decisão. Com isso, o relator, ao examinar o pedido de urgência, deve observar a presença, no caso concreto, de dois requisitos para o deferimento de tutela antecipada ou suspensão do processo, quais sejam, a plausibilidade do direito e o fundado receio de dano grave ou ameaça ao efeito prático do processo principal. Diante desse entendimento compreendo que esses dois requisitos não são alternativos, mas, cumulativos entre si, para justificar o deferimento da tutela vindicada pela parte. Em outras palavras, quando ausentes quaisquer desses requisitos, deve a concessão da antecipação da tutela, bem como da suspensão da decisão guerreada ser indeferida. Nesse sentido, interessa trago o entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça: 1. A concessão liminar pressupõe a presença do bom direito e o risco de dano irreparável pela demora na concessão da ordem nos termos do art. 300 do CPC/2015, que assim dispõe: "A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo." (...). (AgInt no RMS nº 64.197/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, Jul. 16/12/2020, DJe. 18/12/2020, sem grifos no original). 1. De acordo com o exposto no art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. 2. Ausente um dos requisitos deve ser indeferida a concessão da tutela de urgência. 3. Hipótese em que não foi possível identificar de plano a probabilidade do direito invocado, ante as peculiaridades constantes na Legislação Complementar estadual n. 127/1994 que em seu art. 3º dispõe que as despesas serão empenhadas pelo Poder Executivo. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no RMS nº 60.238/SC, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, Jul. 25/06/2019, DJe. 27/06/2019, sem grifos no original). Por essa razão, é essencial a demonstração do perigo da demora e o direito invocado para concessão da tutela vindicada. No caso, entendo estarem presentes os pressupostos para concessão da suspensão do processo. E, digo isso porque embora o indeferimento da produção de provas, por si só, não caracterize o cerceamento da defesa (AgRg no AREsp nº 136.341/SP). Nessas circunstâncias, e diante de sua complexidade, é patente que os fatos necessitam de maiores esclarecimentos que se alcançará com a dilação probatória, visto serem os documentos até então amealhados insuficientes para um juízo mais acertado da questão. Além disso, é bom ressaltar que, em algumas hipóteses, o indeferimento de prova pericial necessária ao deslinde da causa caracteriza o cerceamento da defesa, pois ocasionará prejuízos para parte quanto a possibilidade de provar seu direito. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS. DECISÃO QUE INDEFERE PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. TAXATIVIDADE MITIGADA. FASE INSTRUTÓRIA. PROVA PERICIAL NECESSÁRIA. INDEFERIMENTO.CERCEAMENTODEDEFESA. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. 1. É taxativa a relação das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento contidas no art. 1.015 do CPC de 2015. Entretanto, deve ser admitido o agravo de instrumento que debate questão urgente e imprescindível para o deslindedademanda, conforme orientação do egrégio Superior Tribunal de Justiça no sentido de mitigar a taxatividade prevista no rol do art. 1.015 do CPC de 2015. 2. O indeferimento de prova pericial necessária ao deslindedacausa caracteriza ocerceamentodedefesa. 3. Recurso provido. (Agr. Inst. nº 1000656-33.2023.8.01.0000, Rel. Des. Júnior Alberto, Segunda Câmara Cível, Jul. 27/06/2023, DJe. 28/06/2023, sem grifos no original). Ademais, caso advenha o julgamento da causa, nesse estado, sem a produção das provas requeridas, há grande possibilidade que tal prejudique a pretensão autoral, pois será dado com insuficiência probatória. Dessa forma, uma vez que presente a plausibilidade do direito, bem como o perigo da demora, necessária a suspensão do processo até o julgamento do mérito recursal. Assim, com fundamento no art. 1.019, I, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de suspensão do processo até o julgamento do mérito recursal. Dê-se ciência ao Juízo de origem (art. 1.019, I, do Código de Processo Civil). Intime-se o agravado para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente suas contrarrazões ao recurso (art. 1.019, II, do Código de Processo Civil). Considerando que o presente recurso comporta sustentação oral (art. 937, VIII, do Código de Processo Civil), intime-se as partes para manifestarem, caso queiram, objeção ao julgamento virtual, sob pena de preclusão, nos termos do art. 35-D, § 3º e § 5º, a, do RITJAC. Rio Branco-Acre, 12 de agosto de 2024. Des. Nonato Maia Relator - Magistrado(a) Nonato Maia - Advs: Eufrásio Moraes de Freitas Neto (OAB: 4108/AC) - José Prado do Nascimento Moraes (OAB: 5588/AC) - Mauro Marcello Gomes de Oliveira (OAB: 3157/AC) - Maria Eliza Schettini Campos Hidalgo Viana (OAB: 2567/AC) - Via Verde

Nº 1001680-62.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento - Rio Branco - Agravante: ANTONIO JOSÉ SILVA RAMOS - Agravado: MARIA ELIEIDE SABINO PERES - - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto por ANTONIO JOSÉ SILVA RAMOS em face da decisão interlocutória proferida pelo juízo da 3ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco, que majorou, provisoriamente, o encargo alimentar para o valor equivalente a 40% do salário mínimo. Em suas razões, o agravante alega que não possui condições financeiras de cumprir com o valor estipulado, uma vez que exerce a profissão de churrasqueiro, auferindo uma remuneração variável entre R$ 1.700,00 e R$ 2.050,00. Além disso, informou que possui outro filho, W. S. R., de 12 anos de idade, diagnosticado com transtorno de comportamento e que necessita de medicação de controle especial. Por fim, requereu o efeito suspensivo para sustar os efeitos da decisão proferida pelo juízo de 1º grau e, no mérito, pugnou pelo provimento do presente agravo de instrumento, com consequente reforma da decisão agravada, fixando-se o valor em 21,35% (vinte e um vírgula trinta e cinco por cento). É o relatório. Passo a decidir. Inicialmente, constato que estão presentes os pressupostos de admissibilidade, formalmente adequados aos requisitos elencados nos arts. 1.015, incs. I e II, e 1.016, incs. I a IV, do Código de Processo Civil. Assim, conheço da insurgência manifestada por meio do presente agravo. Verificados os requisitos formais de admissibilidade recursal, passo à análise do efeito suspensivo pleiteado. Conforme a inteligência do art. 1.019, inc. I, do CPC, recebido o agravo de instrumento, o relator poderá, excepcionalmente, atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal. Pois bem, segundo o art. 995, parágrafo único, do CPC, a concessão do efeito suspensivo requer a demonstração de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação (periculum in mora), além da probabilidade de provimento do recurso (fumus boni iuris). Em primeira análise, entendo que o agravante não trouxe argumentos hábeis a justificar a concessão do pleito. Explico. Em seus pedidos, o recorrente limitou-se a afirmar que a concessão provisória de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, a título de verbas alimentares à criança, trará dano irreparável, em razão da impossibilidade de suportar tal pensionamento. Contudo, ao modo de ver deste relator, deixou de demonstrar, concretamente, qual seria o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, caso a decisão não fosse suspensa. Importa ressaltar, ainda, que nesta fase processual, a análise do agravo de instrumento se dá de maneira perfunctória, com o objetivo de verificar a presença dos requisitos necessários à concessão da tutela liminar pleiteada, sem esgotar a discussão do mérito, sob pena de se decidir antecipadamente a ação originária, que permanece em trâmite no juízo de primeiro grau. Ante o exposto, com fundamento nos arts. 995, parágrafo único, e 1.019, inc. I, ambos do CPC, indefiro o efeito suspensivo. Dê-se ciência ao juízo de origem da presente decisão. Intime-se a agravada para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se e cumpra-se. Rio Branco-AC, 12 de agosto de 2024. Desembargador Nonato Maia Relator - Magistrado(a) Nonato Maia - Advs: Renato Castelo de Oliveira (OAB: 2292/AC) - Via Verde

INTIMAÇÃO DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

Classe: Agravo de Instrumento n.º 1001212-35.2023.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Agravante: Hernandes Acre Ltda epp.
Advogada: Andressa Cristina Passifico Barbosa (OAB: 5293/AC).
Advogado: Lucas Vieira Carvalho (OAB: 3456/AC).
Agravante: H. A. Atacado e Distribuição Ltda.
Advogada: Andressa Cristina Passifico Barbosa (OAB: 5293/AC).
Advogado: Lucas Vieira Carvalho (OAB: 3456/AC).
Agravado: A. N. Melo.
Agravado: I. S. Melo.
Agravado: Alan Nascimento Melo.
Agravada: Maria Solidade Aragão Fonseca.
Agravado: Ivan da Silva Melo.
Assunto: Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ARRESTO DE VALORES. MEDIDA CAUTELAR. TUTELA PROVISÓRIA. PREMATURA. RECURSO DESPROVIDO.
1. O arresto é medida de natureza cautelar destinada a prevenir deterioração ou alienação do bem pelo devedor, em obstáculo à obrigação e, por conseguinte, garantindo eventual execução futura, ademais, a tutela de urgência de natureza cautelar, pode ser efetivada conforme art. 301, do CPC, quando presentes os elementos do art. 300, caput, do CPC.
2. No caso concreto, ainda não incluídos os Agravados como devedores no polo passivo da ação ante ausência de citação, bem como sem contraditório até o momento.
3. Não figura absoluto o princípio de que a execução se desenvolve no interesse do credor, devendo guardar harmonia ao princípio da menor onerosidade ao devedor e efetividade da execução por meios que respeitem sua dignidade.
4. Ademais, sem indícios de fraude pelos Agravados quanto à dilapidação patrimonial, sobretudo porque ainda não citados na execução, sem elementos a indicar, até o momento, que estejam obstando a citação.
5. Recurso desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 1001212-35.2023.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Classe: Agravo de Instrumento n.º 1000229-02.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Agravante: Banco Bradesco S/A.
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE).
Agravado: Paulo Borges dos Santos.
D. Público: Rodrigo Almeida Chaves (OAB: 4861/AC).
Assunto: Contratos Bancários

AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E DANOS MORAIS. OBJETO DIVERSO DA AÇÃO REFERENTE A COBRANÇA INDEVIDA. TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA PARA DETERMINAR A EXCLUSÃO DOS DADOS DE ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. FIXAÇÃO DE MULTA PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO. VALOR E PRAZO PARA CUMPRIMENTO RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS. AGRAVO DESPROVIDO.
1. O agravante não demonstrou efetivamente o alegado perigo de dano e eventual prejuízo decorrente da ordem de exclusão dos dados do suposto devedor, suspensão esta que, vale recordar, a princípio tem caráter provisório e possui limitação expressa de sua incidência, de modo que objetiva tão somente assegurar a eficácia da decisão judicial, não representando gravidade de dano próximo, pois eventual ofensa à esfera jurídica do agravante ocorrerá apenas em momento processual futuro e caso este descumpra o encargo, não se revelando exorbitante, nem mesmo para fins de redução.
2. No que tange ao prazo de cinco dias assinalado para cumprimento da obrigação, não há qualquer demonstração efetiva por parte do agravante de que tal prazo é exíguo a ponto de implicar em impossibilidade ou maior dificuldade ao atendimento da ordem judicia.
3. Agravo de Instrumento desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 1000229-02.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Classe: Agravo de Instrumento n.º 1000598-93.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Acrelândia
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Agravante: Consórcio Nacional Honda Ltda.
Advogado: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 192649/SP).
Agravado: Roberto Gama de Almeida.
Assunto: Contratos Bancários

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONSTITUIÇÃO DA MORA. NOTIFICAÇÃO NO ENDEREÇO INDICADO PELO DEVEDOR. SUFICIÊNCIA. RECURSO PROVIDO.
1. Na ação de busca e apreensão, o envio de notificação ao endereço do devedor é suficiente para constituí-lo em mora. Precedentes.
2. Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 1000598-93.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais gravadas.

Classe: Agravo de Instrumento n. 8000011-49.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Cruzeiro do Sul
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Agravante: M. P. do E. do A..
Promotor: Leonardo Honorato Santos.
Agravado: E. do A..
Proc. Estado: Joao Paulo Aprigio de Figueiredo (OAB: 2410/AC).
Assunto: Educação Especial

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCESSÃO DE LIMINAR. PODER PÚBLICO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA CONCESSÃO DA MEDIDA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. RECURSO NÃO PROVIDO.
1. É indispensável a satisfação da plausibilidade do direito e do perigo da demora para concessão da medida liminar que antecipa o objeto da ação.
2. No caso não restou comprovada a plausibilidade do direito, pois fundada em razões principiológicas que quando cotejadas com a realidade acabam por violar várias disposições legais, principalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orçamentária Anual, bem como a Constituição do Estado do Acre.
3. Outrossim, faltou a comprovação do perigo da demora, sendo que inexistiu resistência do ente público na satisfação da pretensão, tanto que abriu procedimento para realização de concurso público a fim de suprir as vagas deficitárias no ensino especial ofertado pelo Estado do Acre. Precedentes.
4. Dessa forma, uma vez que ausentes os pressupostos para concessão da medida liminar, não há se falar em sua concessão.
5. Recurso não provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 8000011-49.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Classe: Agravo de Instrumento n. 1001114-16.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Agravante: M. S. N. da S. S..
Advogado: Faima Jinkins Gomes (OAB: 3021/AC).
Agravada: K. S. S..
Advogada: Kátia Siqueira Sales (OAB: 4264/AC).
Assunto: Família

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C ALIMENTOS E PARTILHA DE BENS. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE APRESENTAÇÃO DE MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS DA PARTE ADVERSA. INTERESSE EMINENTEMENTE PRIVADO. OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. MEDIDA EXCEPCIONALÍSSIMA NÃO JUSTIFICADA NO CASO CONCRETO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
1. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.951.176, firmou entendimento no sentido de que o sigilo bancário apenas pode ser afastado como medida excepcional, com a finalidade de resguardar interesse público.
2. Feito originário que versa sobre direito eminentemente privado das partes, implicando o acolhimento da pretensão da agravante em injustificada violação aos direitos fundamentais de inviolabilidade da intimidade e do sigilo de dados da agravada.
3. Tese de sonegação do patrimônio desacompanhada do mínimo lastro probatório.
4. Agravo conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 1001114-16.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Classe: Agravo de Instrumento n.º 1001132-37.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Agravante: ISAURA SALMAZO.
Advogado: Lucas Vieira Carvalho (OAB: 3456/AC).
Advogada: Andressa Cristina Passifico Barbosa (OAB: 5293/AC).
Agravante: GERÔNIMO CORAGEM SALMAZO.
Advogado: Lucas Vieira Carvalho (OAB: 3456/AC).
Advogada: Andressa Cristina Passifico Barbosa (OAB: 5293/AC).
Agravante: ELIZABETH CORAGEM SALMAZO.
Advogado: Lucas Vieira Carvalho (OAB: 3456/AC).
Advogada: Andressa Cristina Passifico Barbosa (OAB: 5293/AC).
Agravado: HOSPITAL SÃO PEDRO LTDA.
Agravado: Estado do Acre.
Agravado: Fundação Hospitalar do Estado do Acre - Fundhacre (Hospital das Clínicas).
Agravado: HOSPITAL REGIONAL DE EXTREMA.
Agravado: ESTADO DE RONDÔNIA.
Agravado: RAIMUNDO NONATO ANUTE DE LIMA.
Assunto: Indenização Por Dano Moral

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE DESISTÊNCIA. FALTA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.
1. Caso o agravante, antes de realizada a tríade processual, pugne pela desistência do recurso, este perderá sua razão de ser, prejudicando, desse modo, a análise do mérito recursal em razão da falta de pressuposto processual, conforme disposto no art. 485, VI, do Código de Processo Civil.
2. Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 1001132-37.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Classe: Agravo Interno Cível n. 0100592-14.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Capixaba

Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Embargante: Francisco de Brito Lima.
Advogada: Tânia Maria Silvestre (OAB: 4052/AC).
Embargante: Auxiliadora Oliveira dos Santos.
Advogada: Tânia Maria Silvestre (OAB: 4052/AC).
Embargado: Gilmar Lima de Oliveira.
Advogado: Armando Fernandes Barbosa Filho (OAB: 3686/AC).
Advogado: Felipe Alencar Damasceno (OAB: 3756/AC).
Advogado: ANDRIAS ABDO WOLTER SARKIS (OAB: 3858/AC).
Assunto: Indenização Por Dano Material

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. RECURSO MOVIDO EM FACE DE DECISÃO COLEGIADA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.
1. O disposto tanto no artigo 1.021 do Código de Processo Civil quanto no artigo 340 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça são clarividentes quando trazem a previsão do manejo de agravo interno em face de decisões unipessoais do Presidente do Tribunal, Vice-Presidente e do relator do feito.
2. In casu, o agravante manejou o recurso em face de acórdão proferido pela 2.ª Câmara Cível deste Tribunal, não sendo a via cabível.
3. Agravo interno não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível n.º 0100592-14.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais gravadas.

Classe: Apelação / Remessa Necessária n.º 0700026-09.2021.8.01.0004
Foro de Origem: Epitaciolândia
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Remetente: Juízo de Direito da Vara Cível da Comarca de Epitaciolândia.
Requerente: Esther Vitória Reatequim do Nascimento (Representado por sua mãe) Marineth Reatequim da Silva.
D. Pública: Ariela Lima Andrade (OAB: 6083/AC).
Requerido: Municipio de Epitaciolândia.
Advogado: Thallis Felipe Menezes de Souza Brito (OAB: 5633/AC).
Requerido: Estado do Acre.
Proc. Estado: Harlem Moreira de Sousa (OAB: 2877/AC).
Apelante: Municipio de Epitaciolândia.
Advogado: Thallis Felipe Menezes de Souza Brito (OAB: 5633/AC).
Apelada: Esther Vitória Reatequim do Nascimento (Representado por sua mãe) Marineth Reatequim da Silva.
D. Pública: Ariela Lima Andrade (OAB: 6083/AC).
Assunto: Fornecimento de Insumos

PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE. APRECIAÇÃO EQUITATIVA. ART. 85, § 8.º, DO CPC. PROPORCIONALIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Demanda ajuizada em detrimento do Estado do Acre e do Município de Epitaciolândia, sendo que, ao final, somente este foi condenado ao pagamento dos honorários sucumbenciais.
2. Além de inexistir resistência por parte do ente municipal, o Estado do Acre, quem realmente recalcitrou o acesso à Saúde, não foi condenado ao pagamento de honorários, em oposição, inclusive, ao precedente do Supremo Tribunal Federal.
3. É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra; 2. O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição". (RE 1140005, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 26-06-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 15-08-2023 PUBLIC 16-08-2023).
4. Sentença que merece reforma a fim de que haja proporcionalidade na fixação dos honorários em favor da Defensoria Pública do Estado do Acre.
5. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação / Remessa Necessária n.º 0700026-09.2021.8.01.0004, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimidade, dar parcial provimento ao apelo, nos termos do voto do relator e das mídias digitais gravadas.

Classe: Apelação Cível nº 0700006-29.2023.8.01.0010
Foro de Origem: Bujari
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Apelante: Geovanna Albuquerque de Oliveira da Silva.
Advogado: Thomás Rodrigues Félix (OAB: 5230/AC).
Apelado: Nu Pagamentos S.a.
Advogado: Maria do Perpétuo Socorro Maia Gomes (OAB: 5694/AC).
Assunto: Contratos Bancários

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FRAUDE. CONSUMIDOR QUE FORNECEU DADOS BANCÁRIOS FORA DOS CANAIS OFICIAIS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE CAUTELAS MÍNIMAS. CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR E DE TERCEIROS. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL. APELO DESPROVIDO.
1. Conforme disposto pelo Tribunal da Cidadania em tese de Recurso Especial Repetitivo, "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno" (STJ. Resp n. 1.197.929/PR, Re. Min. Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, j. 24.8.2011).
2. A caracterização das fraudes bancárias como fortuitos internos não afasta a incidência das cláusulas de exclusão de nexo de causalidade extraídas do § 3º do art. 14 do CDC, ante inexistência de defeito ou culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros, haja vista que a responsabilidade das instituições financeiras é baseada no risco do empreendimento, e não no risco integral. É possível, portanto, a exclusão do nexo de causalidade quando comprovada causa externa inevitável e imprevisível, não atribuível ao fornecedor de serviços.
3. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e das Câmaras Cíveis deste sodalício, no sentido de afastar a responsabilidade de instituições financeiras em caso de culpa exclusiva do consumidor na guarda de suas informações ou por falta de cautelas mínimas ao realizar pagamentos ou transações.
4. Apelante, que ao receber mensagens supostamente do banco Apelado, clicou no link disponibilizado baixando aplicativo indicado, bem como repassando os dados para acesso e realizando transações bancárias como forma de teste. Posteriormente verificou a ocorrência de diversas transferências de valores a terceiros, por tratar-se de um golpe.
5. A ausência de prova da falha de segurança dos serviços do banco apelado, somada à ausência de utilização dos canais oficiais do banco e à falta de cautelas mínimas da apelante ao fornecer os dados de login, bem como baixando aplicativo indicado pelos falsários denotam quebra do nexo de causalidade entre os danos sofridos pelo consumidor e qualquer conduta atribuível à instituição financeira. Configurada culpa exclusiva do consumidor e de terceiros.
6. Apelo desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0700006-29.2023.8.01.0010, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimidade, negar provimento ao apelo nos termos do voto do Relator.

Classe: Conflito de Competência Cível n.º 0101025-18.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Capixaba
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Suscitante: Juízo de Direito da Vara de Execução Fiscal da Comarca de Rio Branco Acre.
Suscitado: Juízo de Direito da Vara Única Cível da Comarca de Capixaba.
Assunto: Competência

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU, DE SUA RESIDÊNCIA OU DE ONDE FOR ENCONTRADO. INEXISTÊNCIA DE PREFERÊNCIA. COMPETÊNCIA RELATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE DECLARAR DE OFÍCIO. SÚMULA 33 DO STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. CONFLITO JULGADO PROCEDENTE.
1. O Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 46, § 5.º, assegura à Fazenda Pública a faculdade de propor a execução fiscal "no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no lugar onde for encontrado", não havendo preferência de competência territorial entre eles. (REsp n. 1.893.489/PR, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 21/9/2021, DJe de 23/9/2021.).
2. O caso concreto versa a respeito de Ação de Execução Fiscal, cuja competência é territorial e, consequentemente, relativa, consoante o art. 46 § 5º, de modo que só poderia ser alegada pelo réu. (Relator (a): Desª. Waldirene Cordeiro; Comarca: Senador Guiomard; Número do Processo: 0100430-19.2024.8.01.0000; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 28/06/2024; Data de registro: 28/06/2024).
3. A Fazenda Pública tem a faculdade de, em execuções fiscais, optar pelo local onde será oferecida a demanda, conforme regra processual.
4. Conflito Negativo de Competência julgado Procedente para declarar o Juízo de Direito da Vara Cível da Comarca de Capixaba/AC como competente para o julgamento e processamento do feito.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Conflito de Competência Cível n.º 0101025-18.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimi-

dade, dar provimento ao Conflito, nos termos do voto do relator e das mídias digitais gravadas.

Classe: Embargos de Declaração Cível n.º 0100809-57.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Embargante: L. C. da S. e S..
Advogado: Marcos Rangel da Silva (OAB: 2001/AC).
Embargado: Banco da Amazônia S/A.
Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB: 2897/AM).
Assunto: Direito Civil

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NOS INCISOS I, II E III DO ARTIGO 1.022 DO CPC/15. CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHIMENTO DO RECURSO. EMBARGOS REJEITADOS.
1. Consoante pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, “não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já devidamente enfrentada e decidida pelo acórdão embargado” (EDcl no RHC 36.109/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, j. 24.3.2015) e “Os embargos de declaração não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado” (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 527.021/PE, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, j. 19.3.2015).
2. “O fato de o Tribunal a quo haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração” (AgInt no REsp 1652021/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, j. 20.3.2018).
3. “A contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é aquela interna, ou seja, entre proposições do próprio julgado e não aquela entre ele e a lei ou entendimento das partes” (EDcl no REsp 1602681/ES, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, j. 20.2.2018).
4. Os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento, não podem ser acolhidos quando não verificadas as hipóteses previstas no art. 1.022 do Código de Processo Civil.
5. Não verificadas, no acórdão vergastado, contradição e/ou obscuridade.
6. Embargos de declaração conhecidos, mas rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0100809-57.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimidade, rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator e das mídias digitais gravadas.

Classe: Embargos de Declaração Cível n. 0100935-10.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Francisco Djalma
Embargante: Francisco Rodrigues Pedrosa.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Wilson Jose das Chagas Sena Leite.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Vanilce de Paula Lima.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Rogério Gonçalves Bezerra.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Marcio James Caruta Geber.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Laura Rodrigues Lopes.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Josué Alexandre de Oliveira Junior.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Irle Maria Gadelha Melo.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Charles Wilson da Silva Caldera.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Fabricio de Melo Souza.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Carlos Roberto Martins da Silva.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Andréia Reis de Pádua.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Claudio Rommero da Silva Batista.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Andre Paulo Kobayashi Lacerda.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Catharine Neves Fernandes.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Nailton Renato da Cunha Silva.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargante: Joanna Maria Franca Mansour.
Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC).
Advogado: Marco Antonio Palacio Dantas (OAB: 821/AC).
Embargado: Município de Rio Branco.
Procª. Munic.: Luzia Castro de Oliveira (OAB: 1986/AC).
Procª. Munic.: Francisca Araújo da Mota (OAB: 2270/AC).
Assunto: Plano de Classificação de Cargos

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. EFEITOS INFRINGENTES.ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO. REJEIÇÃO DOS DECLARATÓRIOS.
1. Os embargos de declaração, por sua natureza vinculada, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como corrigir erro material. Inteligência do Art. 1.022, do Código de Processo Civil.
2. Os aclaratórios não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado. In casu, a Embargante busca, tão somente, novo julgamento com pronunciamento favorável das questões já dirimidas, o que é inadmissível pela via eleita.
3. Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n. 0100935-10.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do voto do relator e das mídias digitais gravadas.

Classe: Embargos de Declaração Cível n.º 0101166-37.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Embargante: Banco da Amazônia S/A.
Advogado: Michel Fernandes Barros (OAB: 4853/AC).
Advogada: Marcia Freitas Nunes de Oliveira (OAB: 1741/AC).
Advogado: Northon Sergio Lacerda Silva (OAB: 2708/AC).
Advogada: Ana Carolina Rodrigues Teixeira (OAB: 3534/AC).
Embargado: Osvaldo Alves Ribeiro Neto.
Advogado: Emerson Silva Costa (OAB: 4313/AC).
Advogado: Lucas Katar Araújo (OAB: 6655/AC).
Assunto: Cédula de Crédito Bancário

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NOS INCISOS I, II E III DO ARTIGO 1.022 DO CPC/15. OMISSÃO INEXISTENTE. IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHIMENTO DO RECURSO. EMBARGOS REJEITADOS.
1. Consoante pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, “não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já devidamente enfrentada e decidida pelo acórdão embargado” (EDcl no RHC 36.109/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, j. 24.3.2015) e “Os embargos de declaração não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado” (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 527.021/PE, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, j. 19.3.2015).
2. O fato de o Tribunal a quo haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração” (AgInt no REsp 1652021/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, j. 20.3.2018).
3. “A contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é aquela interna, ou seja, entre proposições do próprio julgado e não aquela entre ele e a lei ou entendimento das partes” (EDcl no REsp 1602681/ES, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, j. 20.2.2018).
4. Todos os questionamentos expostos pelo embargante em seu recurso já foram suficientemente dirimidos por esta corte. Os requerimentos para a realização de diligências que se resultaram infrutíferos não tem o condão de suspender ou interromper a prescrição intercorrente. Precedentes.
5. Embargos de declaração conhecidos, mas rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível

n.º 0101166-37.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimidade, rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Classe: Embargos de Declaração Cível n. 0101254-75.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Embargante: Weliton Silva de Sales.
Advogada: Carolina Rocha Botti (OAB: 422056/SP).
Advogada: Natalia Olegario Leite (OAB: 6565/AC).
Embargado: Itapeva Xii Multicarteira Fundo de Investimentos Em Direitos Creditorios Não-padronizados.
Advogado: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 4852/AC).
Assunto: Indenização Por Dano Moral

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022, DO CPC NÃO DETECTADOS NO ACÓRDÃO VERGASTADO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPERIOSA CONDENAÇÃO DO EMBARGANTE AO PAGAMENTO DE MULTA POR UTILIZAÇÃO DA VIA COM INTENTO MERAMENTE PROTELATÓRIO. EMBARGOS REJEITADOS.
1. Inviável se mostra rever o acórdão anteriormente proferido para reexaminar questões sobre as quais já se pronunciou órgão colegiado, por mero inconformismo com resultado contrário aos interesses do embargante, sem a mínima comprovação de irregularidade a ser sanada.
2. Consoante pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, “não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já devidamente enfrentada e decidida pelo acórdão embargado” (EDcl no RHC 36.109/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, j. 24.3.2015).
3. Intento meramente protelatório, ensejando a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2.º, do CPC.
4. Embargos de declaração conhecidos, porém rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0101254-75.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimidade, rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator e das mídias digitais gravadas.

Classe: Embargos de Declaração Cível n.º 0101300-64.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Nonato Maia
Embargante: Roger Paquel Reyna.
Advogado: Adriano dos Santos Iurconvite (OAB: 216464/SP).
Embargado: Banco do Brasil S/A.
Embargado: Banco Maxima S/A.
Embargado: Prover Promoção de Vendas Ltda - Epp (avancard).
Embargado: EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.
Advogada: Liliane César Approbato (OAB: 26878/GO).
Embargado: Caixa Econômica Federal.
Embargado: Banco Santander S. A.
Embargado: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda.
Assunto: Contratos Bancários

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022, DO CPC NÃO DETECTADOS NO ACÓRDÃO VERGASTADO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPERIOSA CONDENAÇÃO DO EMBARGANTE AO PAGAMENTO DE MULTA POR UTILIZAÇÃO DA VIA COM INTENTO MERAMENTE PROTELATÓRIO. EMBARGOS REJEITADOS.
1. Inviável se mostra rever o acórdão anteriormente proferido para reexaminar questões sobre as quais já se pronunciou órgão colegiado, por mero inconformismo com resultado contrário aos interesses do embargante, sem a mínima comprovação de irregularidade a ser sanada.
2. Consoante pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, “não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já devidamente enfrentada e decidida pelo acórdão embargado” (EDcl no RHC 36.109/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, j. 24.3.2015).
3. Intento meramente protelatório, ensejando a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2.º, do CPC.
4. Embargos de declaração conhecidos, porém rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0101300-64.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por unanimidade, em conhecer e rejeitar os embargos, nos termos do voto do relator e das mídias digitais gravadas.

INTIMAÇÃO DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

Classe: Ação Rescisória n. 1000688-04.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Cruzeiro do Sul
Órgão: Segunda Câmara Cível
Relator: Des. Júnior Alberto
Requerente: Neuzari Correia Pinheiro.
Advogado: Emerson Soares Pereira (OAB: 1906/AC).
Advogado: Rodrigo Aiache Cordeiro (OAB: 2780/AC).
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre.
Requerido: Município de Porto Walter - Acre.
Assunto: Improbidade Administrativa

AÇÃO RESCISÓRIA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SENTENÇA PENAL ABSOLUTÓRIA POR INEXISTÊNCIA DE FATO. ART. 386, INCISO I, DO CPP. REPERCUSSÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. OFENSA À COISA JULGADA. OCORRÊNCIA. DOCUMENTO NOVO. CARACTERIZAÇÃO. ERRO DE FATO. INOCORRÊNCIA. AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA PROCEDENTE.
1. A ação rescisória é o instrumento legal disponível no nosso ordenamento jurídico que possibilita ao jurisdicionado, excepcionalmente, desconstituir a coisa julgada material, se configurada alguma das hipóteses taxativamente expressas no art. 966, do Código de Processo Civil.
2. A jurisprudência do STJ entende a existência de comunicabilidade entre a esfera penal e a esfera administrativa apenas quando a ocorrência da sentença penal absolutória se dá com suporte nos incisos I e IV do art. 386 do Código de Processo Penal. Precedentes.
3. Vislumbra-se frontal ofensa à coisa julgada, uma vez que o ora requerente foi absolvido exatamente com fulcro no art. 386, I, do CPP (inexistência do fato), na ação penal. De modo que, considerando-se a comunicabilidade entre as esferas, neste caso específico, a sentença penal absolutória tem o condão de modificar a coisa julgada na esfera cível.
4. A prova nova apta a aparelhar a ação rescisória, fundada no art. 966, VII, do Código de Processo Civil, é aquela que, já existente à época da decisão rescindenda, era ignorada pelo autor ou do qual não pôde fazer uso, por motivos alheios à sua vontade, capaz de assegurar, por si só, um pronunciamento jurisdicional distinto daquele proferido.
5. Não há que se falar de erro de fato, pois se se admitir para efeito de argumentação que o decisum rescindendo errou ao considerar configurada a ofensa aos princípios da administração pública, tal erro seria de direito, e não de fato.
6. Uma vez evidenciada a inexistência do fato que havia embasado a condenação imposta, a ação civil de improbidade administrativa dever ser julgada improcedente, com fulcro no art. 974 do CPC/15.
7. Pedido rescisório julgado procedente.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Ação Rescisória n. 1000688-04.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, julgar procedente a Ação Rescisória, nos termos do voto do relator e das mídias digitais.

CÂMARA CRIMINAL

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 1001690-09.2024.8.01.0000 - Habeas Corpus Criminal - Cruzeiro do Sul - Impetrante: M. P. P. G. - Impetrante: C. M. de F. - Impetrante: A. da S. O. - - Decisão Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado por Marcos Paulo Pereira Gomes (OAB/AC nº 4.566), Cleiber Mendes de Freitas (OAB/AC nº 4.905) e Alex da Silva Oliveira (OAB/AC nº 5.985) em favor de Cleidir Pacífico da Silva, qualificado nestes autos, fundamentado no art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal e arts. 647 e 648, incisos I, do Código de Processo Penal, apontando como autoridade coatora o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cruzeiro do Sul-AC. Narraram os impetrantes que “O paciente é Escrivão de Polícia Civil, lotado na Delegacia Geral de Cruzeiro do Sul/AC, e teve expedido em seu desfavor mandado de prisão exarado nos autos de nº 0702470-16.2024.8.01.0002 pelo Excelentíssimo Senhor Juíz de Direito Elielton Zanoli Armondes, em trâmite na 2ª Vara Criminal de Cruzeiro do Sul - Acre, o qual foi cumprido em 09/08/2024, sendo o paciente submetido à custódia na mesma data” - fl. 2. Aduziram que “Na própria audiência de custódia, ocorrida ainda no dia 09/08/2024, foi requerida pela defesa a revogação da prisão preventiva e a liberdade provisória do paciente, com a fixação de medidas diversas da prisão. Não obstante, o Juiz de Direito Elielton Zanoli Armondes optou por homologar a prisão preventiva por ele próprio decretada no dia anterior, sob a justificativa de que pouco tempo havia decorrido desde a decisão em que determinou a segregação, e que não haveria nenhuma mudança no cenário fático. Por esta razão, somado ao fato de estar o paciente recluso, busca-se de imediato a tutela desde Tribunal de Justiça, ao passo que o entendimento do juízo coator é no sentido de que deve ser mantida a prisão preventiva” - fl. 2. Argumentaram que, no “No caso, apura-se a existência de prática de supostos crimes contra a administração pública. Em apuração policial inicial, teria o paciente supostamente praticado o crime de Peculato, consubstanciado no extravio de dinheiro proveniente de fianças na unidade policial onde está lotado, por pelo menos 11 vezes, valendo-se de sua função/cargo, que em tese totalizaria o montante de R$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais)” - fl. 2. Consignaram que “Não obstante, não houve qualquer crime. Por razões de grande carga de trabalho da Delegacia Geral de Cruzeiro do Sul e ínfimo prazo

concedido para regularização da situação apontada, o paciente não teve tempo hábil de promover e reunir todos os comprovantes de depósito das fianças para a autoridade solicitante, sendo então surpreendido pela ordem de prisão em seu desfavor, sem nem sequer ter sido ouvido formalmente em nova oportunidade para justificar o atraso. Este, de qualquer modo, nega que tenha apropriado-se de qualquer valor indevidamente" - fl. 2. Explanaram que é "Necessário desatacar que o paciente nem sequer prestou depoimento formal sobre os fatos criminosos a si imputados no bojo dos procedimentos instaurados, que ainda estão em fase inicial, não exercendo satisfatoriamente o contraditório" - fl. 3. Acrescentaram que "Embora tenha sido apurado que o paciente supostamente possuiu envolvimento com os fatos narrados pela Autoridade Policial, tratam-se aqui de fatos em sua maioria teriam supostamente ocorrido no ano de 2023, tendo sido decretada sua prisão preventiva como garantia da ordem pública após todo esse tempo, não havendo continuidade delitiva comprovada em todo este ínterim - do início da investigação até o momento da decretação da prisão preventiva - em total desrespeito ao princípio da contemporaneidade, sendo latente o abuso" - fl. 3. Frisaram que "Desde a primeira vez que foi cientificado das imputações, sempre colaborou com as investigações, se colocando sempre à disposição para esclarecimentos. Todos os fatos, provas e demais situações foram apuradas no procedimento que deu origem à uma cautelar, onde o ora paciente também se apresentou e colocou-se à disposição do Judiciário. Ou seja, desde o nascimento da investigação, o paciente reside e tem endereço no mesmo local, sempre colaborando afim de comprovar sua inocência" - fl. 3. Narraram que "O paciente é pai de duas crianças, sendo uma menina de 4 anos de idade e um menino com pouco mais de 1 ano de idade, conforme certidões de nascimento anexas. O Paciente, por sua vez, é o principal provedor do lar, onde também reside sua mãe Lúcia Pacifico da Silva, que é portadora de Transtorno de Humor (CID10 F33.0), necessitando de medicação cotidiana, conforme Laudo. Esta, por sua vez, está profundamente abalada com a prisão do Sr. Cleidir, que sempre lhe garantiu cuidados" - fl. 3. Narraram que "Em que pese tais circunstâncias não sejam determinantes para eventual soltura, sem dúvidas devem ser levadas em consideração ao passo que fomentam a gravidade da medida extrema de prisão adotada. O prejuízo para ao paciente em sua vida pessoal e profissional, bem como o prejuízo ao seu núcleo familiar são evidentes, somado ao fato de que o Sr. Cleidir Pacífico poderia ser simplesmente afastado de sua função enquanto durassem as investigações e/ou eventual processo criminal, bem como ser contemplado com medidas restritivas menos gravosas, diversas da prisão" - fl. 4. Ponderaram que "como o próprio juízo de primeiro grau reconheceu expressamente, o paciente é primário, portador de bons antecedentes, com residência fixa e ocupação lícita, além de ser servidor de carreira da Polícia Civil do Estado do Acre, desempenhando com louvor sua função durante anos" - fl. 4. Pontuaram que "não há, portanto, o que sustente a manutenção da prisão preventiva decretada, pois a liberdade do paciente não põe em risco a ordem pública, como aduziu o juízo coator, sendo suficiente a imposição de medidas diversas da prisão com eventual afastamento de suas funções, colocando-se o paciente à total disposição para a elucidação dos fatos" - fl. 4. Ao final, postularam - fl. 23: "a) A concessão LIMINAR da ordem, a fim de que seja revogada a prisão preventiva do paciente, com a consequente expedição do competente contramandado de prisão e salvo conduto; b) Subsidiariamente, requer liminarmente a concessão da ordem para revogar prisão preventiva com o arbitramento das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal; c) Senão em caráter liminar, o que se alega tão somente para argumentar, a ordem deverá ser concedida em igual teor, fazendo cessar a coação a que está submetido o paciente; d) Finalmente, confiantes na sabedoria e elevado sendo de justiça em que são norteadas as decisões de Vossas Excelências, aguarda-se, ao final, o julgamento favorável do presente pedido, com a definitiva concessão do writ e consequente revogação da prisão preventiva do paciente, com ou sem a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão." À inicial acostou documentos - fls. 24/135. É o relatório. Decido. Inicialmente, importante consignar que a possibilidade de conceder liminar em habeas corpus, viabilizando a pronta cessação de suposto constrangimento, não se encontra prevista em lei, mas em uma criação jurisprudencial, hoje aplicada no âmbito de todos os tribunais brasileiros. Guilherme de Souza Nucci ensina: "A primeira liminar ocorreu no Habeas Corpus 27.200, impetrado no Superior Tribunal Militar por Arnoldo Wald em favor de Evandro Moniz Corrêa de Menezes, dada pelo Ministro Almirante de Esquadra José Espíndola, em 31 de agosto de 1964; logo, em pleno regime militar." Nas palavras de Tourinho Filho: "Uma das mais belas criações da nossa jurisprudência foi a de liminar em pedido de habeas corpus, assegurando de maneira mais eficaz o direito de liberdade." Nesse sentido, sem querer adentrar ao meritum causae, até porque a via constitucional eleita não autoriza, após uma superficial análise das peças acostadas pelo Impetrante, tenho que, ao menos de plano, inexiste motivo plausível apto a justificar a revogação da prisão preventiva mantida pelo Juízo Primevo. Assim, não há, no âmbito de cognição sumária, como vislumbrar a presença dos pressupostos autorizadores para concessão da liminar. Portanto, a controvérsia, embora relevante, deve ser analisada quando do julgamento definitivo pelo Colegiado. Posto isso, indefiro a liminar pleiteada. Requisitem-se as informações da autoridade apontada coatora, servindo esta decisão como ofício, a teor do art. 271 do Regimento Interno deste Tribunal. Abra-se vista à Procuradoria de Justiça - art. 273 do Regimento Interno deste Sodalício. Intime-se o Impetrante para, no prazo de 2 (dois) dias, manifestar-se nos termos do art. 93, § 1º, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal. Publique-se. Intime-se. - Magistrado(a) Elcio Mendes - Advs: Marcos Paulo Pereira Gomes (OAB: 4566/AC) - Cleiber Mendes de Freitas (OAB: 5905/AC) - Alex da Silva Oliveira (OAB: 5985/AC) - Via Verde

Nº 1001694-46.2024.8.01.0000 - Habeas Corpus Criminal - Mâncio Lima - Impetrante: M. M. P. - - Decisão Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado pelo Defensor Público, Michael Marinho Pereira, em favor de Kemuel Davi Amorim Nolasco, qualificado nestes autos, fundamentado no art. 5º, inciso LXVII, da Constituição Federal, Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (Decreto nº 678/92) e Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (Decreto nº 592/92) e arts. 647 e 648, incisos I e II, do Código de Processo Penal. Narrou o Impetrante que "O paciente foi acusado do cometimento do crime previsto no artigo art. 158, § 1º (1º fato), art. 157, § 2º, II e V, § 2º-A, I (2º fato), e art. 159, § 1º, todos do Código Penal, na forma do art. 71 do Estatuto Repressivo, nos autos 0000490-41.2021.8.01.0015" - fl. 2. Relatou que, "Mediante representação de prisão preventiva por parte do delegado de polícia, nos autos 0000421-09.2021.8.01.0015, o magistrado (...) decretou a prisão preventiva do paciente, sendo apresentado para audiência de custódia no dia 03/11/2021" - fl. 2. Aduziu que, "Em 20 de maio de 2022 (...) o juízo da Vara Criminal de Mâncio Lima manteve o encarceramento do paciente" - fl. 2. Destacou que, "o Juízo Coator indeferiu o pedido de revogação de prisão preventiva" - fl. 2. Argumentou "que, em 05 de abril de 2023 foi levantando o pedido de incidente de insanidade mental em favor do paciente Kemuel, nos autos 0000160-73.2023.8.01.0015, sendo acolhido pelo Juízo coator a abertura do incidente com fundamento abaixo, determinando-se a suspensão do processo principal" - fl. 4. Entretanto, "mesmo com determinação judicial acerca da suspensão do processo em favor do paciente, houve instrução processual com consequente condenação do paciente a pena de 27 (vinte e sete) anos, 09 (nove) meses e 06 (seis) dias de reclusão, tendo a defesa interposto recurso de apelação" - fl. 4. Acrescentou "que, mesmo com determinação de suspensão do processo, o mesmo teve trâmite regular, sem sequer haver exame de insanidade no paciente" - fl. 4. Segundo a defesa técnica, "Nos autos em que foi deferido o incidente, foi determinado que o paciente fosse apresentado para se aferir sua higidez mental, entretanto, o chefe da Coordenação regional de saúde aduz a impossibilidade de indicar médico para demandas que o Estado do Acre não seja parte" - fl. 4. Afiançou, portanto, que "o paciente encontra-se sofrendo coação ilegal por parte do juízo coator, que se encontra encarcerado desde 03 de novembro de 2021, sem ao menos seguir com o tramite do incidente de insanidade mental" - fl. 5. Sublinhou "que foram várias decisões acerca da manutenção da prisão preventiva, sem aferir a verdadeira necessidade de sua manutenção, entretanto, o juízo coator de forma contínua entende que a privação da liberdade do paciente é fundamental para manutenção da ordem pública" - fl. 5. Ao final, postulou - fl. 10: "Ante o exposto, requer, em favor do paciente KEMUEL DAVI AMORIM NOLASCO, a concessão da presente ordem de habeas corpus para que, preliminarmente, seja deferido o pleito liminar em seu favor, colocando-o imediatamente em liberdade, bem como, no mérito, seja confirmada dita liminar, em definitivo, para conceder ao paciente o direito de aguardar o incidente de insanidade mental em liberdade, que vem se protelando sem culpa do paciente ou de sua defesa, tudo com fundamento nos artigos já citados no presente writ, sugerindo também, no ponto, caso esta Câmara Criminal entenda necessário, a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal." - destaquei - À inicial acostou documentos fls. 11/113. É o relatório. Decido. Inicialmente, importante consignar que a possibilidade de conceder liminar em habeas corpus, viabilizando a pronta cessação de suposto constrangimento, não se encontra prevista em lei, mas em uma criação jurisprudencial, hoje aplicada no âmbito de todos os tribunais brasileiros. Guilherme de Souza Nucci ensina: "A primeira liminar ocorreu no Habeas Corpus 27.200, impetrado no Superior Tribunal Militar por Arnoldo Wald em favor de Evandro Moniz Corrêa de Menezes, dada pelo Ministro Almirante de Esquadra José Espíndola, em 31 de agosto de 1964; logo, em pleno regime militar." Nas palavras de Tourinho Filho: "Uma das mais belas criações da nossa jurisprudência foi a de liminar em pedido de habeas corpus, assegurando de maneira mais eficaz o direito de liberdade." Após a leitura acurada das peças que compõem os presentes autos, não há, no âmbito de cognição sumária, como vislumbrar a presença dos pressupostos autorizadores para concessão da liminar. Portanto, a controvérsia, embora relevante, deve ser analisada quando do julgamento definitivo pelo Colegiado. Posto isso, indefiro a liminar pleiteada. Requisitem-se as informações da autoridade coatora, servindo esta decisão como ofício, a teor do art. 271 do Regimento Interno deste Tribunal. Abra-se vista à Procuradoria de Justiça - art. 273 do Regimento Interno deste Sodalício. Intime-se o Impetrante para, no prazo de 2 (dois) dias, manifestar-se nos termos do art. 93, § 1º, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal. Publique-se. Intime-se. - Magistrado(a) Elcio Mendes - Advs: Michael Marinho Pereira (OAB: 3017/AC) - Via Verde

Nº 1001696-16.2024.8.01.0000 - Habeas Corpus Criminal - Mâncio Lima - Impetrante: Michael Marinho Pereira - - Decisão Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado pelo Defensor Público Michael Marinho Pereira em favor de Marcos Venicius Lima Gonçalves, qualificado nestes autos, fundamentado no art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal, Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (Decreto nº 678/92) e Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (Decreto nº

592/92) e arts. 647 e 648, incisos I e II, do Código de Processo Penal, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Criminal da Comarca de Mâncio Lima-AC. Narrou o Impetrante que "A questão fulcral do presente pedido de Habeas Corpus, e cuja discussão importa debater na presente oportunidade, vem a ser justamente o fato de que houve aditamento à denúncia sem haver citação do acusado, bem como, sem vista a defesa para se manifestar acerca do aditamento, havendo imediato recebimento da peça acusatória, violando o artigo 384, § 2º, do Código de Processo Penal" - fls. 1/2. Relatou que, "O paciente foi preso em 14 de outubro de 2020, em razão da suposta prática dos crimes previstos nos artigos 148, caput; art. 148, inciso IV; art. 121, § 2º, inciso I (motivo torpe) e IV (emboscada e recurso que dificultou a defesa do ofendido), e art. 211, caput, c/c art 29, ambos do Código Penal, na forma do art. 69, c.c art. 2º, § 2º, da Lei nº 12.850/13, todos na forma do art. 69, caput, do Código Penal" - fl. 2. Afirmou que "O nobre juiz recebeu a denúncia a fls. 149 dos autos. O acusado foi citado, e posteriormente, houve abertura para apresentar resposta a acusação, sendo a mesma apresentada a fls. 216 dos autos. Ocorre que, após a citação e apresentação de resposta acusação por parte da defesa do paciente e demais acusados, o Ministério Público resolveu aditar a denúncia" - fl. 2. Assim, pretende "a nulidade dos atos seguintes, com abertura de vista para apresentação de manifestação acerca do aditamento realizado pelo Ministério Público, com consequente expedição de alvará de soltura do paciente" - fl. 4. Prosseguiu, destacando que "ultrapassada a manifestação acerca de ausência de citação após o aditamento da denúncia, o que certamente não se espera, verifica-se que o paciente está preso desde 14 de outubro de 2020" - fl. 4. Asseverou que o Juízo coator analisou em diversas oportunidades a necessidade de manutenção da prisão preventiva do Paciente, no entanto "o cerne da ilegalidade na manutenção da prisão se dá durante a instrução processual, a fls. 764, em 28 de setembro de 2023, quando a defesa do paciente solicitou a palavra, e mediante fundamentos gravados na mídia digital, pugnou pelo relaxamento da prisão do paciente" - fl. 5. De acordo com o Impetrante, "depois de tudo o que fora analisado, não resta dúvidas de que a prisão do paciente é ilegal, que existe constrangimento ilegal ao caso concreto, eis que as decisões que mantiveram a constrição da liberdade do paciente são absolutamente nulas, carecendo de fundamentação idônea, violando, à toda evidência, o princípio da motivação, estabelecido no artigo 93, inciso IX, da CF/88" - fl. 7. Ao final, postulou - fl. 9: "Ante o exposto, requer, em favor do paciente Marcos Venicios Lima Gonçalves, a concessão da presente ordem de habeas corpus para que, preliminarmente, seja deferido o pleito liminar em seu favor, colocando-o imediatamente em liberdade, bem como, no mérito, seja confirmada dita liminar, em definitivo, para decretar a nulidade dos atos seguintes, com determinação de citação ao paciente, com abertura de vista para apresentação de manifestação acerca do aditamento realizado pelo Ministério Público, com com consequente expedição de alvará de soltura do paciente, sugerindo também, no ponto, caso esta Câmara Criminal entenda necessário, a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal." À inicial acostou documentos - fls. 10/85. É o relatório. Decido. Inicialmente, importante consignar que a possibilidade de conceder liminar em habeas corpus, viabilizando a pronta cessação de suposto constrangimento, não se encontra prevista em lei, mas em uma criação jurisprudencial, hoje aplicada no âmbito de todos os tribunais brasileiros. Guilherme de Souza Nucci ensina: "A primeira liminar ocorreu no Habeas Corpus 27.200, impetrado no Superior Tribunal Militar por Arnoldo Wald em favor de Evandro Moniz Corrêa de Menezes, dada pelo Ministro Almirante de Esquadra José Espíndola, em 31 de agosto de 1964; logo, em pleno regime militar." Nas palavras de Tourinho Filho: "Uma das mais belas criações da nossa jurisprudência foi a de liminar em pedido de habeas corpus, assegurando de maneira mais eficaz o direito de liberdade." Nesse sentido, sem querer adentrar ao meritum causae, até porque a via constitucional eleita não autoriza, após uma superficial análise das peças acostadas pelo Impetrante, tenho que, ao menos de plano, a decisão que recebeu o aditamento da denúncia e a que pronunciou o Paciente, encontram-se, ainda que sucintamente, devidamente fundamentadas. Assim, não há, no âmbito de cognição sumária, como vislumbrar a presença dos pressupostos autorizadores para concessão da liminar. Portanto, a controvérsia, embora relevante, deve ser analisada quando do julgamento definitivo pelo Colegiado. Posto isso, indefiro a liminar pleiteada. Requisitem-se as informações da autoridade apontada coatora, servindo esta decisão como ofício, a teor do art. 271 do Regimento Interno deste Tribunal. Abra-se vista à Procuradoria de Justiça - art. 273 do Regimento Interno deste Sodalício. Intime-se o Impetrante para, no prazo de 2 (dois) dias, manifestar-se nos termos do art. 93, § 1º, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal. Publique-se. Intime-se. - Magistrado(a) Elcio Mendes - Advs: Michael Marinho Pereira (OAB: 3017/AC) - Via Verde

DESPACHO

Nº 0000478-89.2014.8.01.0009 - Apelação Criminal - Senador Guiomard - Apelante: Nery Cordeiro Lúcio - Apelante: Dionísio Ramos da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Acre - Classe: Apelação Criminal n.º 0000478-89.2014.8.01.0009 Foro de Origem: Senador Guiomard Órgão: Câmara Criminal Relator: Des. Francisco Djalma Revisor: Des. Elcio Mendes Apelantes: Nery Cordeiro Lúcio e outro. Advogada: Fladeniz Pereira da Paixão (OAB: 2460/AC). Apelado: Ministério Público do Estado do Acre. Promotora: Eliane Misae Kinoshita. Assunto: Estelionato Majorado ____D E S P A C H O____ Considerando que no processo judicial ou administrativo vigora a cláusula de que é direito do réu a defesa técnica, que é indisponível e irrenunciável, determina-se a intimação pessoal, através de oficial de justiça, dos apelantes Nery Cordeiro Lúcio e Dionísio Ramos da Silva para constituírem novo advogado nos autos ou manifestarem interesse por serem representados pela Defensoria Pública. E em razão da desídia da advogada Fladeniz Pereira da Paixão - OAB/AC 2.460, que mesmo após reiteradas intimações, inclusive por oficial de justiça, manteve-se inerte, oficie-se à Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Acre para às providências cabíveis. Rio Branco-Acre, 12 de agosto de 2024. Desembargador Francisco Djalma Relator - Magistrado(a) Francisco Djalma - Advs: Fladeniz Pereira da Paixão (OAB: 2460/AC) - Eliane Misae Kinoshita - Via Verde

Nº 0001750-61.2022.8.01.0002 - Apelação Criminal - Rio Branco - Apelante: Ministério Público do Estado do Acre - Apelante: Bruno Teixeira de Souza - Apelado: Ministério Público do Estado do Acre - Apelado: Bruno Teixeira de Souza - Classe: Apelação Criminal n.º 0001750-61.2022.8.01.0002 Foro de Origem: Rio Branco Órgão: Câmara Criminal Relator: Des. Francisco Djalma Revisor: Des. Elcio Mendes Apelante: Bruno Teixeira de Souza. Advogados: STEPHANIE COUTO MENEZES (OAB: 65444/SC) e outro. Apelante: Ministério Público do Estado do Acre. Apelado: Ministério Público do Estado do Acre. Promotores: Bernardo Fiterman Albano e outro. Apelado: Bruno Teixeira de Souza. Advogada: Sarah de Paiva Sales Rabêlo (OAB: 62786/SC). Assunto: Crimes Previstos Na Legislação Extravagante __D E S P A C H O__ Considerando o peticionamento direcionado de forma equivocada pela patrona do apelante Bruno Teixeira de Souza, porquanto deveria ter protocolado no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, diretamente para a Vara de Execuções Penais, faz-necessário o desentranhamento da petição dos presentes autos, ao tempo em que se determina: I -Nova intimação da Advogada Stephane Couto Menezes OAB/SC 65444, para, no prazo de 08 (oito) dias (Art. 600, do Código de Processo Penal), apresentar as contrarrazões da apelação interposta pelo Ministério Público às fls. 478/504. II- Após, à Procuradoria Geral de Justiça para manifestação, no prazo regimental (Art. 252, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça). Publique-se, cumpra-se, intimem-se, anotando-se o que necessário. Rio Branco-Acre, 12 de agosto de 2024. Desembargador Francisco Djalma Relator - Magistrado(a) Francisco Djalma - Advs: STEPHANIE COUTO MENEZES (OAB: 65444/SC) - Sarah de Paiva Sales Rabêlo (OAB: 62786/SC) - Bernardo Fiterman Albano - Marcela Cristina Ozório - Via Verde

Nº 0101360-37.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Sena Madureira - Embargante: Francisco Jorge de Souza Falcão - Embargado: Ministério Público do Estado do Acre - Classe: Embargos de Declaração Criminal n.º 0101360-37.2024.8.01.0000 Foro de Origem: Sena Madureira Órgão: Câmara Criminal Relator: Des. Francisco Djalma Embargante: Francisco Jorge de Souza Falcão. Advogado: Izaac da Silva Almeida (OAB: 5172/AC). Embargado: Ministério Público do Estado do Acre. Assunto: Homicídio Qualificado ____D E S P A C H O____ A intimação do recorrido para se manifestar sobre o recurso é o procedimento natural de preservação do princípio do contraditório (Art. 5º, LV, da Constituição Federal), previsto em qualquer recurso, inclusive nos embargos de declaração. Diante disso, determina-se: I- A intimação do embargado para apresentar contrarrazões; II- Superada essa manifestação encaminhe-se estes autos a Procuradoria Geral de Justiça para ofertar parecer. Dê-se ciência a quem de direito, anotando-se o que necessário. Rio Branco-Acre, 12 de agosto de 2024. Desembargador Francisco Djalma Relator - Magistrado(a) Francisco Djalma - Advs: Izaac da Silva Almeida (OAB: 5172/AC) - Via Verde

Nº 0101400-19.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Epitaciolândia - Embargante: Ministério Público do Estado do Acre - Embargado: Alexandre Rodrigues de Souza Junior - Classe: Embargos de Declaração Criminal n.º 0101400-19.2024.8.01.0000 Foro de Origem: Epitaciolândia Órgão: Câmara Criminal Relator: Des. Francisco Djalma Embargante: Ministério Público do Estado do Acre. Promotor: Rafael Maciel da Silva. Embargado: Alexandre Rodrigues de Souza Junior. D. Público: PEDRO HENRIQUE SANTOS VELOSO (OAB: 37604/GO). Assunto: Furto Qualificado ____D E S P A C H O____ A intimação do recorrido para se manifestar sobre o recurso é o procedimento natural de preservação do princípio do contraditório (Art. 5º, LV, da Constituição Federal), previsto em qualquer recurso, inclusive nos embargos de declaração. Diante disso, determina-se: I- A intimação do embargado para apresentar contrarrazões; II- Superada essa manifestação encaminhe-se estes autos a Procuradoria Geral de Justiça para ofertar parecer. Dê-se ciência a quem de direito, anotando-se o que necessário. Rio Branco-Acre, 12 de agosto de 2024. Desembargador Francisco Djalma Relator - Magistrado(a) Francisco Djalma - Advs: Rafael Maciel da Silva - PEDRO HENRIQUE SANTOS VELOSO (OAB: 37604/GO) - Via Verde

Nº 0101477-28.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Rio Branco - Embargante: Ministério Público do Estado do Acre - Embargado: Lucas Cunha de Araújo - Embargado: Margarido Freire Costa - Classe: Embargos de Declaração Criminal n.º 0101477-28.2024.8.01.0000 Foro de Origem: Rio Branco Órgão: Câmara Criminal Relator: Des. Francisco Djalma Embargante: Ministério Público do Estado do Acre. Promotor: Ildon Maximiano Peres Neto. Embargados: Lucas Cunha de Araújo e outro. D. Público: GILBERTO JORGE

FERREIRA DA SILVA (OAB: 1864/AC). Assunto: Homicídio Qualificado ____D E S P A C H O____ A intimação do recorrido para se manifestar sobre o recurso é o procedimento natural de preservação do princípio do contraditório (Art. 5º, LV, da Constituição Federal), previsto em qualquer recurso, inclusive nos embargos de declaração. Diante disso, determina-se: I- A intimação do embargado para apresentar contrarrazões; II- Superada essa manifestação encaminhe-se estes autos a Procuradoria Geral de Justiça para ofertar parecer. Dê-se ciência a quem de direito, anotando-se o que necessário. Rio Branco-Acre, 12 de agosto de 2024. Desembargador Francisco Djalma Relator - Magistrado(a) Francisco Djalma - Advs: Ildon Maximiano Peres Neto - GILBERTO JORGE FERREIRA DA SILVA (OAB: 1864/AC) - Via Verde

Nº 0101517-10.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Rio Branco - Embargante: M. P. do E. do A. - Embargado: L. L. e L. - Embargado: N. da S. D. - Classe: Embargos de Declaração Criminal n.º 0101517-10.2024.8.01.0000 Foro de Origem: Rio Branco Órgão: Câmara Criminal Relator: Des. Francisco Djalma Embargante: M. P. do E. do A.. Procs. Justiça: Celso Jerônimo de Souza e outro. Embargados: L. L. e L. e outro. Advogados: Wellington Frank Silva dos Santos (OAB: 3807/AC) e outros. Assunto: Crimes de Tortura ____D E S P A C H O____ A intimação do recorrido para se manifestar sobre o recurso é o procedimento natural de preservação do princípio do contraditório (Art. 5º, LV, da Constituição Federal), previsto em qualquer recurso, inclusive nos embargos de declaração. Diante disso, determina-se: I- A intimação do embargado para apresentar contrarrazões; II- Superada essa manifestação encaminhe-se estes autos a Procuradoria Geral de Justiça para ofertar parecer. Dê-se ciência a quem de direito, anotando-se o que necessário. Rio Branco-Acre, 12 de agosto de 2024. Desembargador Francisco Djalma Relator - Magistrado(a) Francisco Djalma - Advs: Celso Jerônimo de Souza - Danilo Lovisaro do Nascimento (OAB: 1470/AC) - Wellington Frank Silva dos Santos (OAB: 3807/AC) - Carlos Venicius Ferreira Ribeiro Junior (OAB: 3851/AC) - Janderson Soares da Silva (OAB: 6345/AC) - Via Verde

Nº 0101566-51.2024.8.01.0000 - Embargos Infringentes e de Nulidade - Rio Branco - Embargante: Celso Antônio Gonçalves Pereira - Embargado: Ministério Público do Estado do Acre - Classe: Embargos Infringentes e de Nulidade n.º 0101566-51.2024.8.01.0000 Foro de Origem: Rio Branco Órgão: Câmara Criminal Relator: Des. Francisco Djalma Revisor: Des. Elcio Mendes Embargante: Celso Antônio Gonçalves Pereira. Advogado: Irinaldo Pena Ferreira (OAB: 9065/RO). Embargado: Ministério Público do Estado do Acre. Promotor: José Ruy da Silveira Lino Filho (OAB: 793/AC). Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins ___D E S P A C H O ___ Em se tratando de Acórdão não unânime, que desproveu ao recurso de apelação interposto pelo Embargado, mantendo-se inalterada a sentença de mérito, admite-se os Embargos Infringentes (fls. 01/08), na forma do Art. 265, § 5º, do Regimento Interno desta Corte, já que interposto no prazo legal, determinando-se a sua remessa à Presidência para que haja a redistribuição no âmbito do Tribunal Pleno Jurisdicional. Providências de estilo. Rio Branco-Acre, 12 de agosto de 2024. Desembargador Francisco Djalma Relator - Magistrado(a) Francisco Djalma - Advs: Irinaldo Pena Ferreira (OAB: 9065/RO) - José Ruy da Silveira Lino Filho (OAB: 793/AC) - Via Verde

Nº 0101650-52.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Rio Branco - Embargante: L. S. C. - Embargado: M. P. do E. do A. - Classe: Embargos de Declaração Criminal n.º 0101650-52.2024.8.01.0000 Foro de Origem: Rio Branco Órgão: Câmara Criminal Relator: Des. Francisco Djalma Embargante: L. S. C.. Advogado: Paulo André Carneiro Dinelli da Costa (OAB: 2425/AC). Embargado: M. P. do E. do A.. Assunto: Decorrente de Violência Doméstica ____D E S P A C H O____ A intimação do recorrido para se manifestar sobre o recurso é o procedimento natural de preservação do princípio do contraditório (Art. 5º, LV, da Constituição Federal), previsto em qualquer recurso, inclusive nos embargos de declaração. Diante disso, determina-se: I- A intimação do embargado para apresentar contrarrazões; II- Superada essa manifestação encaminhe-se estes autos a Procuradoria Geral de Justiça para ofertar parecer. Dê-se ciência a quem de direito, anotando-se o que necessário. Rio Branco-Acre, 12 de agosto de 2024. Desembargador Francisco Djalma Relator - Magistrado(a) Francisco Djalma - Advs: Paulo André Carneiro Dinelli da Costa (OAB: 2425/AC) - Via Verde

Nº 0101775-20.2024.8.01.0000 - Habeas Corpus Criminal - Tarauacá - Impetrante: Valcemir de Araújo Cunha - Despacho Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar e modulação temporal para declarar a prescrição da pretensão executória “conforme entendimento do STF, fixado em repercussão geral, no voto condutor às fls. 30/31 no ARE 848107-DF (Tema 788)”, impetrado no Supremo Tribunal Federal - STF, por Valcemir de Araújo Cunha (OAB/AC nº 4.926) em favor de Erisvando Torquato do Nascimento, qualificado nestes autos, fundamentado “no artigo 107, inciso IV, do CODIGO PENAL, c/c artigos 66, inciso II, e 197, da LEI DE EXECUÇOES PENAIS (Lei nº 7.210/1984); art. 257, ss, do RI/TJ-AC, SUMULA STF Nº. 146; SUMULA STJ Nº 368, e TEMA 788/STF”, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Criminal da Comarca de Tarauacá-AC, no Processo de Execução Criminal nº 0001047-41.2015.8.01.0014. Ao analisar a demanda, o Ministro Luís Roberto Barroso, assim decidiu - fls. 31/33: “6. No caso, a parte impetrante se insurge contra decisão proferida por Juízo da execução. Assim, é manifesta a incompetência desta Corte para processar e julgar o presente pedido. 7. Diante do exposto, com fundamento nos arts. 13, V, e, e 21, § 1º, do RISTF, nego seguimento ao habeas corpus. 8. Encaminhem-se os autos, com a máxima urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre, para que adote as providências que considerar cabíveis.” Nesta data, o feito restou distribuído, por prevenção, para minha relatoria - fl. 34. Com efeito, este Magistrado foi relator de algumas demandas envolvendo o Paciente deste writ, no entanto, o último feito distribuído se tratava de um Agravo de Execução Penal (nº 0101033-92.2024.8.01.0000) no qual foram feitos os mesmos pedidos que são objeto do presente habeas corpus. Nesse compasso, consigna-se que, os Advogados do Paciente pleitearam a distribuição daquele feito ao gabinete da Desa. Denise Bonfim, nos seguintes moldes - fls. 97/100 dos autos nº 0101033-92.2024.8.01.0000: “Distribuir esta ação ao gabinete da Desª. DENISE BONFIM, considerando que a distribuição da ação originária, do recurso ou do incidente processual firmará prevenção para outras ações originárias, recursos e incidentes posteriores, tanto na ação como na execução, referentes ao mesmo processo ou em processos relacionados por conexão ou continência, em atenção ao artigo 35, §3º, do RI/TJAC, bem como considerando a relatoria nos autos do Mandado de Segurança Criminal n.º 1000419-62.2024.8.01.0000, Habeas Corpus Criminal nº. 1000603-18.2024.8.01.0000, Mandado de Segurança Criminal n.º 1000738-30.2024.8.01.0000, e Habeas Corpus nº. 1000900-25.2024.8.01.0000.” O pleito fora deferido - fls. 101/102, dos autos nº 0101033-92.2024.8.01.0000. Os autos restaram distribuídos conforme postulação defensiva e, atualmente, encontram-se em instrução para serem levados à julgamento perante a Câmara Criminal. Posto isso, visando evitar qualquer decisão conflituosa, bem ainda, ante a similitude de pedidos deste habeas corpus com aqueles constantes do Agravo de Execução Penal nº 0101033-92.2024.8.01.0000, determino a redistribuição destes autos à eminente Desembargadora Denise Bonfim, com a urgência que o caso requer. Providências de estilo. - Magistrado(a) Elcio Mendes - Advs: Valcemir de Araújo Cunha (OAB: 4926/AC) - Via Verde

Nº 0002734-14.2023.8.01.0001 - Apelação Criminal - Rio Branco - Apelante: J. M. da S. B. - Apelante: C. R. S. - Apelante: D. de S. C. - Apelante: T. K. M. N. - Apelante: Y. S. da S. - Apelante: G. A. da S. - Apelante: W. R. A. C. - Apelante: R. da S. A. - Apelante: R. G. L. - Apelante: A. de O. G. - Apelante: A. V. R. - Apelante: L. G. da S. - Apelante: T. de O. D. - Apelante: A. de O. T. - Apelante: A. R. S. do N. - Apelante: A. F. de M. - Apelante: A. K. O. da S. - Apelante: C. A. F. P. - Apelante: C. da S. C. - Apelante: E. S. C. - Apelante: E. F. de O. - Apelante: E. R. de M. - Apelante: F. B. R. - Apelante: F. J. S. A. - Apelante: N. L. da S. - Apelante: P. de A. M. - Apelante: R. da S. F. - Apelante: S. S. de S. - Apelante: T. S. da S. - Apelante: V. de O. - Apelante: V. V. de S. - Apelante: F. A. de S. - Apelante: G. C. F. - Apelante: M. P. do E. do A. - Apelado: M. P. do E. do A. - Apelado: F. A. de S. - Apelado: D. de S. C. - Apelado: C. R. S. - Apelado: J. M. da S. B. - Apelado: A. V. R. - Apelado: L. G. da S. - Apelada: A. de O. T. - Apelado: A. R. S. do N. - Apelado: A. F. de M. - Apelado: A. K. O. da S. - Apelado: C. A. F. P. - Apelado: C. da S. C. - Apelado: E. S. C. - Apelado: E. F. de O. - Apelado: E. R. de M. - Apelado: F. B. R. - Apelado: F. J. S. A. - Apelado: N. L. da S. - Apelado: P. de A. M. - Apelado: R. da S. F. - Apelada: S. S. de S. - Apelado: T. S. da S. - Apelado: V. de O. - Apelada: V. V. de S. - Apelado: W. R. A. C. - Apelado: R. G. L. - Apelado: A. R. D. - Apelado: C. de A. B. - Apelado: G. A. da S. - Apelado: R. da S. A. - Apelado: T. K. M. N. - Apelado: Y. S. da S. - Dá as partes Apelantes, Alexandro Rodrigues Davi, Cleber de Araújo Brito, Daniel de Souza Castro, Gilson Alves da Silva, Raylline da Silva Araújo, Talyson Kaio Moreira Nascimento e Yuri Santos da Silva, por intimadas para, no prazo de 08 (oito) dias, oferecerem contrarrazões. - Magistrado(a) - Advs: Francisco Silvano Rodrigues Santiago (OAB: 777/AC) - Fabiano Maffini (OAB: 3013/AC) - FRANKLIN DA SILVA GOMES (OAB: 52249/GO) - IARA DIAS DE LIMA (OAB: 63080/GO) - Tobias Levi de Lima Meireles (OAB: 3560/AC) - Thayna Cristina da Costa Silva (OAB: 5381/AC) - Gladson dos Santos Mendonça (OAB: 5006/AC) - Gabriel Alves Batista (OAB: 5840/AC) - Jair de Medeiros (OAB: 897/AC) - Carlos Roberto Lima de Medeiros (OAB: 3162/AC) - Rogério Carvalho Pacheco (OAB: 134019/RJ) - Grijavo Santiago Moura (OAB: 4590/AC) - Oriêta Santiago Moura (OAB: 618/AC) - Orieta Santiago Moura (OAB: 618/AC) - Bruno José Vigato (OAB: 111386/MG) - Francisco Silvano Rodrigues Santiago (OAB: 777/AC) - Maria da Guia Medeiros de Araujo (OAB: 5677/AC) - Alexsia Lohaynna Sousa da Silva (OAB: 5559/AC) - Rafael Figueiredo Pinto (OAB: 27762/BA) - Bernardo Fiterman Albano - Marcela Cristina Ozório - Bernardo Fiterman Albano - Marcela Cristina Ozório - Alexsia Lohaynna Souza da Silva (OAB: 5559/AC) - Lúcia Maria Ribeiro de Lima (OAB: 3648/AC) - Izaac da Silva Almeida (OAB: 5172/AC) - Romano Fernandes Gouvea (OAB: 4512/AC) - Wandik Rodrigues de Souza (OAB: 4529/AC) - Via Verde

Classe: Habeas Corpus Criminal nº 1001673-70.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relator: Des. Francisco Djalma
Impetrante: Luiz Carlosde Souza Câmara
Advogado: Luiz Carlosde Souza Câmara (OAB: 3.995/AC)
Paciente: Yure de Souza Câmara
Impetrado: Juízo da Vara de Delitos de Organizações Criminosas do Estado do Acre
Assunto: Promoção, Constituição, Financiamento Ou Integração de Organização Criminosa

Decisão Monocrática

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado por Luiz Carlos de Araújo Fernandes (OAB/AC nº 3.995), em favor de Yure de Souza Câmara, qualificado nestes autos, fundamentado nos art. 5º, inciso LXVIII da Constituição Federal e arts. 647 a 648 do Código de Processo Penal, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara de Delitos de Organizações Criminosas do Estado do Acre.
Narrou o Impetrante que, "Em abril de 2024 foi expedido mandado de prisão em desfavor do paciente em virtude de fatos supostamente ocorridos no ano de 2020. De acordo com a representação do Ministério Público, bem como do teor da decisão judicial, o paciente supostamente integraria organização criminosa, simplesmente porque seu nome constava em um grupo de whatsapp, no qual, não sabia ele, havia pessoas que, segundo o mesmo MP fariam parte de orcrim." – fl. 2.
Afiançou que "Por ser trabalhador formal, vivendo de renda lícita, e, principalmente, por não pertencer a qualquer organização criminosa, o ora paciente então ingressou com pedido de revogação de prisão preventiva junto ao juízo impetrado. Quando do seu pedido, o paciente logrou êxito em apresentar todas as provas de que dispunha, comprovando que, desde maio/ 2021 até a presente data, exerce trabalho lícito e formal, vivendo do próprio suor, não sendo, portanto, pessoa que se dedique a atividades criminosas" – fl. 2.
Aduziu que "Mesmo o paciente tendo anexado seus contratos de trabalho, devidamente registrados em sua Carteira de Trabalho, bem como fotos de ocasiões do exercício de seu labor, além de certidão de nascimento de filha menor, e de várias cartas de recomendação de empregadores, o juízo impetrado negou o pedido de liberdade provisória ao argumento de que "não houve o surgimento de fatos novos que modificassem a situação fática do delito, estando presentes ainda os pressupostos que autorizam a manutenção da medida extrema de segregação cautelar, decretada para garantia da ordem pública" - fl. 2.
Alegou que "Logo, não há que se falar em abalo da ordem pública, uma vez que não se trata de recorrência de conduta, nem de atualidade de qualquer circunstância que possa trazer dano à sociedade" – fl. 3.
Argumentou que "o entendimento da Corte Superior é de que a decretação de prisão preventiva reclama urgência, pressuposto esse que não se configure quando os fatos não são atuais. No julgado acima citado, o STJ fala de lapso temporal superior a 02 anos, e, no caso concreto, estamos diante de fatos que teriam ocorrido há 04 anos atrás. Ademais, Excelências, nem a PRIMARIEDADE do paciente o juízo impetrado levou em consideração, mesmo se tratando de uma condição pessoal inafastável. Os documentos agora anexados são os mesmos que foram levados ao conhecimento do juízo impetrado (carteira de trabalho, contratos, cartas de recomendação, certidão de nascimento, fotografias, e até vídeo)" – fl. 4.
Transcreveu dispositivos legais, doutrina e jurisprudência.
Ao final, postulou – fl. 11:
"a) a) Seja suspensa, liminarmente, a decisão que manteve a prisão preventiva do paciente, aplicando-se a ele, caso julgue necessário, outras medidas cautelares;
b) Seja ouvido o Ministério Público, bem como requisitadas as informações ao juízo impetrado;
c) Após, seja julgado procedente o presente habeas corpus, com a consequente concessão da ordem, a fim de permitir que o paciente possa responder ao processo em liberdade, aguardando o julgamento definitivo da ação penal sem colocar em risco a sua liberdade e o seu direito ao trabalho;
d) Seja-lhe concedido o benefício da justiça gratuita;
e) Requer que as intimações sejam endereçadas ao advogado que a esta Subscreve.
À inicial acostou documentos – fls. 13/24.
É o relatório. Decido.
Como é por demais sabido, a impetração de habeas corpus deve ser acompanhada de provas pré-constituídas, visto a peculiaridade de não suportar, a ação em comento, dilação probatória.
Com isso, se faz necessária, como pressuposto inerente ao conhecimento da ação, a instrumentalização do writ com os documentos dos quais seja possível aferir o ato apontado por ilegal, praticado pela autoridade apontada coatora.
No caso em apreço, o Impetrante não colacionou à inicial documentos essenciais do feito principal para análise da sua pretensão, limitando-se em jungir à via eleita mandato procuratório e cópias dos documentos pessoais - fls. 13/25.
Logo, a ausência de peças processuais essenciais, notadamente a decisão que decretou a prisão do Paciente, torna impossível de aferir a alegada ilegalidade.
Aliás, convém frisar que a instrumentalização da via eleita cabe ao Impetrante. Nesse sentido tem decidido, reiteradamente, o Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSO PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. FUNGIBILIDADE RECURSAL E INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ESTUPRO. DOSIMETRIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL . IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Diante da ausência de previsão regimental de pedido de reconsideração contra decisão de Relator e, em homenagem aos princípios da fungibilidade recursal e da instrumentalidade das formas, recebe-se o pedido de reconsideração como agravo regimental. 2. Em sede de habeas corpus, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo à parte apresentar documentos suficientes à análise de eventual ilegalidade flagrante no ato atacado. 3. No caso, os autos não foram instruídos com cópia da íntegra da sentença condenatória, peça imprescindível para análise do writ, o que inviabiliza o conhecimento da impetração. 4. A posterior juntada de mídia de áudio e vídeo sem a transcrição de seu conteúdo não supre a falta do documento. 5. Agravo desprovido." (RCD no HC nº 792.666/SC, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 14/8/2023, Dje de 16/8/2023) – destaquei -
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO WRIT. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO ESSENCIAL À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. DEFESA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS DE ZELAR PELA CORRETA FORMAÇÃO DOS AUTOS. EMBARGOS ACOLHIDOS. AGRAVO REGIMENTAL, TODAVIA, DESPROVIDO, MANTIDA A DECISÃO POR INTERMÉDIO DA QUAL O PEDIDO DE HABEAS CORPUS NÃO FOI CONHECIDO. 1. "A adequada instrução do habeas corpus, ação de rito sumário e de limitado espectro de cognoscibilidade, é ônus do impetrante, sendo imprescindível que o mandamus venha aparelhado com provas documentais pré-constituídas, as quais devem viabilizar o exame das alegações veiculadas no writ" (STF, HC 197.833-AgR, Rel. Ministro LUIZ FUX - Presidente -, TRIBUNAL PLENO, julgado em 19/04/2021, Dje 12/05/2021). Assim, ao não zelar pela devida instrução do habeas corpus, a Defesa impede a apreciação do fundo da controvérsia. Exige-se que as cópias dos documentos essenciais à analise da controvérsia sejam acostadas aos autos pela Parte Impetrante, para que possam ser cotejados com as alegações defensivas - exame imprescindível para o reconhecimento, ou não, de que o direito invocado está constituído. Ademais, não pode ser transferido ao Superior Tribunal de Justiça o ônus de formar adequadamente os autos, como na verdade pretende o Recorrente. 2. O art. 6.º do Código de Processo Civil dispõe que "todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva". Ou seja, não compete apenas ao Estado-Juiz a condução da causa. É essencial que as partes formulem suas pretensões de forma clara e objetiva, acompanhadas dos documentos que amparem de forma precisa o direito invocado, tanto para evitar o prolongamento desnecessário da marcha processual, como o indeferimento de seus pedidos por questões formais que lhes competem observar. 3. Embargos de declaração acolhidos para que o mérito do agravo regimental seja analisado. Agravo, todavia, desprovido." (Edcl no AgRg no HC nº 797.698/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 26/6/2023, Dje de 29/6/2023) – destaquei -
Posto isso, declaro extinto o processo sem resolução do mérito aplicando, por analogia, o art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil .
Publique-se e intime-se.
Rio Branco-Acre, 9 de agosto de 2024.

Des. **Elcio Mendes**
Membro - TJAC

PARA INTIMAÇÃO DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

Classe: Apelação Criminal nº 0000034-90.2022.8.01.0004
Foro de Origem: Epitaciolândia
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Revisor: Des. Francisco Djalma
Apelante: J. dos S. L..
Advogado: Wellington Frank Silva dos Santos (OAB: 3807/AC).
Advogado: Philippe Uchôa da Conceição (OAB: 5665/AC).
Advogada: Micheli Santos Andrade (OAB: 5247/AC).
Advogado: Lucas Augusto Gomes da Silva (OAB: 6195/AC).
Advogado: JARDANY AQUILAN SILVA DE ASSIS (OAB: 6335/AC).
Advogado: Janderson Soares da Silva (OAB: 6345/AC).
Advogado: Aleks Rodrigues Barboza Junior (OAB: 6520/AC).
Advogado: JEFFERSON KLAYTON LOPES DA SILVA (OAB: 6599/AC).
Apelado: M. P. do E. do A..
Promotor: Thiago Marques Salomão.
Assunto: Estupro de Vulnerável

PENAL. PROCESSO PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA: REJEITADA. MÉRITO: PLEITO ABSOLUTÓRIO: AUSÊNCIA DE TIPICIDADE MATERIAL. NÃO ACOLHIDO. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA.
1. Não há que falar em nulidade da sentença condenatória por falta de fundamentação ou ausência de enfrentamento de tese defensiva, porquanto, conforme se evidencia do decisum, a Magistrada de Primeiro Grau fundamentou sua decisão com referência nas provas produzidas nos autos em sede inquisitorial e em Juízo, tendo realizado a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundaram seu convencimento, estando a Sentença claramente de acordo com o que dispõe o art. 381, do CPP. Rejeitada a preliminar suscitada pela Defesa.
2. É impossível a absolvição quando os elementos contidos nos autos, corroborados pelos depoimentos da vítima e das testemunhas, formam um conjunto sólido, dando segurança ao juízo para a condenação.
3. Para a caracterização do delito de estupro de vulnerável é irrelevante even-

tual consentimento da vítima para a prática do ato, haja vista a presunção absoluta da violência em casos de conjunção carnal ou ato libidinoso diverso com pessoa menor de 14 anos, que não detém a maturidade necessária para o envolvimento afetivo-sexual, daí porque a violência é presumida, sendo o consentimento inválido. Sentença condenatória mantida.
4. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0000034-90.2022.8.01.0004, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, rejeitar a preliminar de nulidade e negar provimento ao Apelo, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco, 30 de julho de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0801333-83.2019.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Apelante: J. R. da S..
Advogado: FIDEL DIAS DE MELO GOMES (OAB: 12607/AL).
Advogado: ADILSON SOUZA MELRO (OAB: 10747/AL).
Advogado: ALEXANDRE TEIXEIRA DO NASCIMENTO (OAB: 16362/AL).
Advogado: KAROLYNE PEDROSA SANTA RITA (OAB: 19664/AL).
Advogado: LEONARDO DE MORAES ARAUJO LIMA (OAB: 7154/AL).
Apelado: M. P. do E. do A..
Promotor: Luis Henrique Corrêa Rolim.
Assunto: Decorrente de Violência Doméstica

PENAL. PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. LESÃO CORPORAL. PRELIMINAR DE OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA. PENA IN CONCRETO. RECONHECIMENTO DA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. APELO PROVIDO.
.A prescrição retroativa é regulada pela pena aplicada em concreto, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação.
.Extrapolado o lapso prescricional entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença condenatória, a extinção da punibilidade pela prescrição retroativa é medida que se impõe. Preliminar acolhida.
.Apelo conhecido e provido para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0801333-83.2019.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, dar provimento ao Apelo para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 07 de agosto de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0801333-83.2019.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Apelante: J. R. da S..
Advogado: FIDEL DIAS DE MELO GOMES (OAB: 12607/AL).
Advogado: ADILSON SOUZA MELRO (OAB: 10747/AL).
Advogado: ALEXANDRE TEIXEIRA DO NASCIMENTO (OAB: 16362/AL).
Advogado: KAROLYNE PEDROSA SANTA RITA (OAB: 19664/AL).
Advogado: LEONARDO DE MORAES ARAUJO LIMA (OAB: 7154/AL).
Apelado: M. P. do E. do A..
Promotor: Luis Henrique Corrêa Rolim.
Assunto: Decorrente de Violência Doméstica

PENAL. PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. LESÃO CORPORAL. PRELIMINAR DE OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA. PENA IN CONCRETO. RECONHECIMENTO DA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. APELO PROVIDO.
.A prescrição retroativa é regulada pela pena aplicada em concreto, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação.
.Extrapolado o lapso prescricional entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença condenatória, a extinção da punibilidade pela prescrição retroativa é medida que se impõe. Preliminar acolhida.
.Apelo conhecido e provido para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0801333-83.2019.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, dar provimento ao Apelo para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 07 de agosto de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0706846-19.2022.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Apelante: M. K..
Advogado: Cristopher Capper Mariano de Almeida (OAB: 3604/AC).
Advogada: Aline da Conceição Andrade (OAB: 5997/AC).
Advogado: DAVI FILIPE DE OLIVEIRA BRAGA FRANÇA (OAB: 6000/AC).
Advogada: Juliana de Oliveira Moreira (OAB: 5324/AC).
Apelado: M. P. do E. do A..
Promotor: Dulce Helena de Freitas Franco (OAB: 15493/GO).
Assunto: Direito Penal

PROCESSO PENAL. CONTRAVENÇÃO PENAL. VIAS DE FATO NO ÂMBITO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. RECURSO DEFENSIVO. ABSOLVIÇÃO. POSSIBILIDADE. INSUBSISTÊNCIA PROBATÓRIA. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.
.Nos crimes cometidos no âmbito de violência doméstica, a palavra da vítima possui especial relevância, não podendo ser desprezada como elemento de prova. Porém, é indispensável que sua narração seja coesa e segura, bem como deve encontrar respaldo em outras provas dos autos, o que não ocorre no caso concreto.
.Assim, uma vez que as provas jungidas ao caderno processual não são rijas e subsiste dúvida quanto à prática da contravenção penal de vias de fato, incabível a manutenção do decreto condenatório, devendo o apelante ser absolvido, por conta do princípio do in dubio pro reo.
.Recurso conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0706846-19.2022.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, dar provimento ao Apelo, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 07 de agosto de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0800002-56.2016.8.01.0006
Foro de Origem: Acrelândia
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Revisor: Des. Francisco Djalma
Apelante: Dermival Vilas Boas Staut.
D. Pública: Ariela Lima Andrade (OAB: 6083/AC).
Apelado: M. P. do E. do A..
Promotor: Daisson Gomes Teles.
Assunto: Peculato

PENAL. PROCESSO PENAL. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. PENA IN CONCRETO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. DESPROVIMENTO.
1. O prazo prescricional deve corresponder à pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação;
2. No caso concreto, verifica-se o não transcurso do prazo prescricional entre o recebimento da Denúncia e a decretação da revelia, bem como entre esta e a sentença;
3. No tocante à revelia, cite-se sua menção legal como marco suspensivo de prazo nos termos do artigo 366 do CPP;
4. Apelo conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0800002-56.2016.8.01.0006, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao Apelo, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 29 de julho de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0000003-15.2023.8.01.0011
Foro de Origem: Sena Madureira
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Apelante: H. K. C. de L..
D. Público: Moacir Assis da Silva Júnior (OAB: 30683/BA).
Apelado: M. P. do E. do A..
Promotora: Maísa Arantes Burgos.
Assunto: Contra A Mulher

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE LESÃO CORPORAL EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. INSUBSISTÊNCIA. PROVA TESTEMUNHAL JUDICIAL EM CONSONÂNCIA COM O RELATO DA VÍTIMA. DESPROVIMENTO.

1. Nos crimes cometidos no âmbito de violência doméstica, a palavra da vítima tem forte valor, não podendo ser desprezada como elemento de prova;
2. Lesões corporais comprovadas pelo laudo pericial em consonância com a palavra da vítima em sede policial e relatos testemunhais judiciais;
3. Apelo desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0000003-15.2023.8.01.0011, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao Apelo, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 07 de agosto de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0706438-91.2023.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Apelante: J. P. de S..
D. Público: Glenn Kelson da Silva Castro (OAB: 1649/AC).
Apelado: M. P. do E. do A..
Promotora: Diana Soraia Tabalipa Pimentel.
Assunto: Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. CONSENTIMENTO DA VÍTIMA. PROVIMENTO.
1. Enfim, extrai-se dos autos que a vítima e o Apelante reataram espontaneamente o relacionamento e, desde então, coabitam harmoniosamente;
2. Sem maiores delongas, tal tema já restou pacificado pelo STJ, no sentido de que o consentimento da vítima, para aproximação do réu, afasta eventual ameaça ou lesão ao bem jurídico tutelado, tornando atípica a conduta.
3. Apelo provido quanto ao pleito absolutório.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0706438-91.2023.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, dar provimento ao Apelo quanto ao pleito absolutório, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 07 de agosto de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0000277-38.2021.8.01.0014
Foro de Origem: Tarauacá
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Revisor: Des. Francisco Djalma
Apelante: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Júlio César de Medeiros Silva.
Apelado: André da Conceição Vieira.
AdvDativa: Elizangela Schwalbe (OAB: 5286/AC).
Assunto: Homicídio Qualificado

PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA DECISÃO DE IMPRONÚNCIA. DESPROVIMENTO.
1. Em que pesem os indícios iniciais sobre a autoria, advindos da fase policial, estes se exauriram na fase judiciária não havendo alicerce nos autos quanto à sua comprovação;
2. Ausentes indícios suficientes de autoria justifica-se a mantença da decisão guerreada;
3. Apelo conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0000277-38.2021.8.01.0014, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por maioria, negar provimento ao Apelo Ministerial. Divergente o Desembargador Elcio Mendes com Declaração de votos, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco, 25 de julho de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0000456-56.2022.8.01.0007
Foro de Origem: Xapuri
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Revisor: Des. Francisco Djalma
Apelante: Elielton Brito de Souza.
Advogado: Cristiano Vendramin Cancian (OAB: 3548/AC).
Advogado: Uêndel Alves dos Santos (OAB: 4073/AC).
Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Thiago Marques Salomão.
Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins

APELAÇÃO CRIMINAL. DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO REQUERENDO A ABSOLVIÇÃO. POSSIBILIDADE. FRAGILIDADE PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE CERTEZA DO VÍNCULO DO ACUSADO COM A DROGA APREENDIDA. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. No delito de tráfico, a existência de meros indícios não autoriza o decreto condenatório, devendo estar comprovada, de forma segura e firme, a traficância exercida pelo acusado. A gravidade do crime exige prova cabal e perfeita, de modo que inexistindo esta nos autos, impõe-se seja decretada a absolvição, em observância ao princípio in dubio pro reo.
2. A simples probabilidade de autoria, tratando-se de mera etapa da verdade, não constitui, por si só, certeza.
3. Havendo a dúvida, é preferível proceder-se à absolvição do que condenar um inocente, em face do princípio in dubio pro reo.
6. Recurso conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0000456-56.2022.8.01.0007, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre,por maioria, dar provimento ao Apelo para absolver o réu. Divergente o Desembargador Elcio Mendes com Declaração de Voto, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco, 30 de julho de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0000196-67.2022.8.01.0010
Foro de Origem: Bujari
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Apelante: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Antônio Alceste Callil de Castro.
Apelado: Jonnes do Nascimento Silva.
D. Público: Rodrigo Almeida Chaves (OAB: 4861/AC).
Apelado: Boias Alencar de Sousa.
D. Público: Rodrigo Almeida Chaves (OAB: 4861/AC).
Apelante: Jonnes do Nascimento Silva.
D. Público: Rodrigo Almeida Chaves (OAB: 4861/AC).
Apelante: Boias Alencar de Sousa.
D. Público: Rodrigo Almeida Chaves (OAB: 3684/RO).
Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Antonio Alceste Callil de Castro (OAB: 3125/AC).
Assunto: Furto Qualificado

PENAL. PROCESSO PENAL. APELO DEFENSIVO. ABSOLVIÇÃO QUANTO AO FAVORECIMENTO REAL E QUANTO À CORRUPÇÃO DE MENORES. APELO PROVIDO EM PARTE.
1. O delito de favorecimento real, insculpido no art. 349, do Código Penal, é parasitário ou acessório, não admitindo coautoria em relação ao crime anterior,
2. Havendo confissão quanto ao transporte dos bens subtraídos e seu guarnecimento, tal conduta se amolda ao crime de favorecimento real, disposto no art. 349 do Código Penal;
3. Para a configuração delitiva da corrupção menor (art.244-B, ECA) exige-se concurso de pessoas entre o adulto e menor para a prática da infração penal, exigindo que ajam em coautoria (praticando em conjunto) ou que o adulto assuma a condição de partícipe (induzindo-o à prática). Lado outro, o delito favorecimento real (art.349, CP), veda expressamente a possibilidade de coautoria;
4. Provimento em parte.
PENAL. PROCESSO PENAL. APELO MINISTERIAL. FURTOS E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRETENSÃO DE CONDENAÇÃO. APELO DESPROVIDO.
1. Confissão extrajudicial inócua;
2. Conjunto probatório frágil e inconsistente;
3. Prova testemunhal insuficiente para uma condenação;
4. Desprovimento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0000196-67.2022.8.01.0010, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, dar parcial provimento ao Apelo Defensivo e negar provimento ao Apelo Ministerial, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 29 de julho de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0006843-08.2022.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Revisor: Des. Francisco Djalma
Apelante: Francisco Charles Lima e Silva.
D. Público: Gerson Boaventura de Souza (OAB: 2273/AC).

Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotora: Aretuza de Almeida Cruz.
Assunto: Furto Qualificado

PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA.
1. O álibi que o Apelante apresentou não se comprovou, em que pese seu ônus em fazê-lo, por força do artigo 156 do Código de Processo Penal;
2. Os argumentos sentenciais restam basilados nas provas dos autos, tudo a ensejar a efetiva prática do delito pelo Apelante, o que impede sua absolvição;
3. Apelo conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0006843-08.2022.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao Apelo, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 29 de julho de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0000145-74.2022.8.01.0004
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Revisor: Des. Francisco Djalma
Apelante: Natanael Feitosa Silva do Nascimento.
Advogado: Francisco Silvano Rodrigues Santiago (OAB: 777/AC).
Apelante: Catrine Alves Andrade.
D. Público: Michael Marinho Pereira (OAB: 3017/AC).
Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Marcos Antônio Galina.
Assunto: Roubo Majorado

PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS. ROUBO. PEDIDOS DE ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA.
1. Os argumentos sentenciais restam basilados nas provas dos autos, tudo a ensejar a efetiva participação dos Apelantes no evento criminoso com suas ciências anteriores ao mesmo, o que impede suas absolvições e eventual desclassificação;
2. Apelos conhecidos e desprovidos.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0000145-74.2022.8.01.0004, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento aos Apelos, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 29 de julho de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0000025-34.2022.8.01.0003
Foro de Origem: Brasileia
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Revisor: Des. Francisco Djalma
Apelante: Moisés Souza Lima.
Advogada: GISELE VARGAS MARQUES COSTA (OAB: 3897/AC).
Apelante: Valdinei Leonardo.
Advogada: Fladeniz Pereira da Paixao (OAB: 2460/AC).
Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Pauliane Mezabarba Sanches.
Assunto: Furto Qualificado

PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO E CRIMES DA LEI 10.826/2003. PEDIDOS DE ABSOLVIÇÃO QUANTO AO FURTO E AFETOS À DOSIMETRIA DE PENA. IMPROCEDÊNCIA.
1. Os argumentos sentenciais restam basilados nas provas dos autos, tudo a ensejar a efetiva participação do Apelante nos furtos, o que impede sua absolvição;
2. Atenuante da confissão já reconhecida;
3. É certo que o STJ, por sua Sexta Turma, afetou para julgamento três recursos especiais que discutem a possibilidade de fixação da pena abaixo do mínimo previsto em lei (Súmula 231), porém, tal contexto, por se tratar ainda de mera possibilidade de superação da súmula guerreada em nada afeta o atual entendimento da Corte Superior acerca desta, ou seja, aquela continua em vigor e com vasto amparo jurisprudencial;
4. Pela simples leitura sentencial, percebe-se que a qualificadora do rompimento de obstáculo, sequer restou conhecida em sentença, o que enseja a prejudicialidade do pleito de afastamento;
5. Desprovimento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0000025-34.2022.8.01.0003, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao Apelo, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 07 de agosto de 2024.

Classe: Habeas Corpus Criminal nº 1001421-67.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Impetrante: Mauro Marcelino Albano.
Advogado: Mauro Marcelino Albano (OAB: 2817/AC).
Paciente: Helenilton Devid Santos Silva.
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco
Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. DECRETO PREVENTIVO FUNDAMENTADO. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS (ART. 319, DO CPP). INSUFICIÊNCIA. DENEGAÇÃO DA ORDEM.
.Preenchidos os pressupostos da prisão preventiva, bem como presentes os indícios suficientes de autoria e materialidade, não há que se falar em revogação da medida cautelar ou concessão de liberdade provisória, sendo que no caso em análise, é perfeitamente adequada a manutenção da segregação cautelar do Paciente.
.O fato em questão é grave, pois o Paciente tinha em sua posse aproximadamente 432g (quatrocentos e trinta e duas gramas) de “oxidado de cocaína”, 446g (quatrocentos e quarenta e seis gramas) de “cocaína”, e de 22g (vinte e duas gramas) de “maconha”, destinada a mercancia o que denota o abalo da ordem pública e a tranquilidade do meio social, pelo que se entende preenchidos os requisitos autorizadores da preventiva previstos no art. 312 (garantia da ordem pública) e art. 313 (crime com pena máxima superior a 4 anos), I, ambos do CPP.
.São inaplicáveis quaisquer medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, uma vez que as circunstâncias do delito evidenciam a insuficiência das providências menos gravosas.
.Habeas corpus conhecido e denegado.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 1001421-67.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 07 de agosto de 2024.

Classe: Recurso Em Sentido Estrito nº 0001937-04.2024.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Recorrente: Maceias Rodrigues Araújo.
D. Público: Gabriella de Andrade Virgílio (OAB: 10778/RN).
Recorrido: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Carlos Augusto da Costa Pescador (OAB: 3681/AC).
Assunto: Homicídio Qualificado

PENAL. PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TRIBUNAL DO JÚRI. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. Havendo indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do crime contra a vida, compete ao Tribunal do Júri a sua apreciação, devendo o Recorrente ser pronunciado e submetido a julgamento pelo Tribunal Júri, oportunidade em que as provas e as teses defensivas serão examinadas com mais profundidade.
2. A decisão de pronúncia encerra simples juízo de admissibilidade da acusação, exigindo o ordenamento jurídico somente o exame da ocorrência do crime e de indícios de sua autoria, não se demandando aqueles requisitos de certeza necessários à prolação de um édito condenatório, sendo que as dúvidas, nessa fase processual, resolvem-se contra o réu e a favor da sociedade.
3. A absolvição sumária do acusado com fundamento na legítima defesa, somente é possível se as provas existentes nos autos demonstrarem de forma inequívoca a presença de tal excludente. Caso contrário, deverá tal decisão ser atribuída ao Conselho de Sentença.
4. Quanto às qualificadoras, somente ocorrerá eventuais exclusões em sede de Pronúncia quando em evidente descompasso com os autos, o que não é o caso dos autos, conforme justificativas sopesadas na decisão guerreada com amparo nos autos.
5. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Em Sentido Estrito nº

0001937-04.2024.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao Recurso, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 29 de julho de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0001444-32.2021.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Revisor: Des. Elcio Mendes
Apelante: Maria Vanessa da Silva Pessoa.
Advogado: Fabiano Maffini (OAB: 3013/AC).
Advogado: PERCILIA MOREIRA MAFFINI (OAB: 5431/AC).
Apelante: Vitor Alexandrino Lima.
Advogado: Geraldo Pereira de Matos Filho (OAB: 2952/AC).
Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotora: Aretuza de Almeida Cruz.
Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins

PROVIMENTO EM PARTE. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRELIMINAR DE CONCESSÃO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO PELOS APELANTES. ADVOGADO CONSTITUÍDO PARTICULAR. NULIDADE DAS PROVAS OBTIDAS POR MEIO DE INVASÃO DOMICILIAR. NÃO OCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. NÃO CABIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. APLICAÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO - § 4.º, DO ART. 33.º DA LEI N.º 11.343/2006 EM SEU GRAU MÁXIMO. POSSIBILIDADE QUANTO À APELANTE MARIA VANESSA DA SILVA PESSOA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO. LEGALMENTE CABÍVEL À APELANTE MARIA VANESSA DA SILVA PESSOA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART 44, I, DO CÓDIGO PENAL. RESTITUIÇÃO DE BENS APREENDIDOS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM LÍCITA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE À APELANTE MARIA VANESSA DA SILVA PESSOA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO QUANTO AO APELANTE VITOR ALEXANDRINO LIMA.
.Preliminarmente, não restou demonstrada a efetiva hipossuficiência financeira dos Apelantes a ponto de os impossibilitar ao pagamento da taxa judiciária.
.A decretação de nulidade dos atos processuais exige prova eficiente de vícios a macular o julgado. In casu, o crime de tráfico de drogas atribuído aos Apelantes tem natureza permanente. Tal fato legitima a entrada de policiais em domicílio para fazer cessar a prática do delito, independentemente de mandado judicial, desde que existam elementos suficientes de probabilidade delitiva capazes de demonstrar a ocorrência de situação flagrancial. In casu, houve – antes do ingresso dos policiais na residência – de acordo com os autos, a autorização para tanto.
.Inexistem nos autos, em termos de standard probatório, qualquer elemento que comprovem que a ação policial fora forçada, ou que a autorização dada pela Apelante fora dotada de coação, mas pelo ao contrário, afirma a comprovação por parte do Estado acusador, da sua efetiva autorização, da sua voluntariedade para o feito.
.A autoria e a materialidade do delito restam comprovadas através das provas materiais, testemunhos policiais e de todo o cotejo da ação, vez que as provas testemunhais são uníssonas e, corroboradas com os demais meios de prova sopesados nos autos, encontram-se em harmonia.
.É perfeitamente possível a condenação com base na materialidade e autoria, eis que resultou na apreensão de drogas e apetrechos utilizados na traficância, no cotejo já amplamente debatido, e nos depoimentos dos policiais responsáveis pelas apreensões e prisão.
.A Apelante Maria Vanessa da Silva Pessoa preenche os pressupostos para concessão da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/06 em grau máximo.
.O Apelante Victor Alexandrino Lima não preenche os pressupostos para concessão da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/06, pois dedica-se à atividade criminosa, vez que recebia quantia mensal para armazenar drogas em sua residência.
.Pena privativa de liberdade inferior a quatro anos deve ser cumprida em regime inicial aberto.
.A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, no caso presente, revela o preenchimento dos requisitos exigidos na lei, razão pela qual, a Apelante Maria Vanessa faz jus ao benefício.
.Incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ao Apelante Victor, pois este não preenche os requisitos do art. 44, I,do Código Penal.
.Apreendido bens e valores no contexto do tráfico de drogas e não sendo comprovada a sua licitude, deve ser aplicado o comando constitucional previsto no Art. 243 da Constituição Federal, para o qual todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.
.Provimento parcial.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0001444-32.2021.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, rejeitar a preliminar e dar provimento parcial ao Apelo de Maria Vanessa da Silva Pessoa e negar provimento ao Apelo de Victor Alexandrino Lima, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco, 25 de julho de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0001096-43.2023.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Revisor: Des. Francisco Djalma
Apelante: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotora: Joana D´Arc Dias Martins.
Apelado: José de Castro Costa.
Advogado: Fabiano Maffini (OAB: 3013/AC).
Advogado: Francisco Silvano Rodrigues Santiago (OAB: 777/AC).
Assunto: Associação para A Produção e Tráfico e Condutas Afins

---

APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO MINISTERIAL. DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. REQUERENDO A CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FRAGILIDADE PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE CERTEZA DO VÍNCULO DO APELADO COM A DROGA APREENDIDA. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.
.No delito de tráfico, a existência de meros indícios não autoriza o decreto condenatório, devendo estar comprovada, de forma segura e firme, a traficância exercida pelo acusado. A gravidade do crime exige prova cabal e perfeita, de modo que inexistindo esta nos autos, impõe-se seja decretada a absolvição, em observância ao princípio in dubio pro reo.
.De mesmo modo procede o crime de associação para o tráfico, sendo necessária para a sua caracterização a existência de um vínculo associativo estável e permanente, o que, aos fatos digladiados, não ocorrera.
.Todas as provas existentes nos autos se mostram duvidosas e questionáveis, não se mostrando passíveis de afirmação, mas apenas suposições.
.A simples probabilidade de autoria, tratando-se de mera etapa da verdade, não constitui, por si só, certeza.
.Havendo a dúvida, é preferível proceder-se à absolvição do que condenar um inocente, em face do princípio in dubio pro reo.
.Recurso conhecido e não provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0001096-43.2023.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao Apelo, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 29 de julho de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0007444-77.2023.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Revisor: Des. Francisco Djalma
Apelante: Adriano Aquiano da Silva.
Advogado: Gleyh Gomes de Holanda (OAB: 2726/AC).
Apelante: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Bernardo Fiterman Albano.
Promotor: Marcela Cristina Ozório.
Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Bernardo Fiterman Albano.
Promotor: Marcela Cristina Ozório.
Apelado: Adriano Aquino da Silva.
Advogado: Gleyh Gomes de Holanda (OAB: 2726/AC).
Assunto: Promoção, Constituição, Financiamento Ou Integração de Organização Criminosa

PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. APELO DEFENSIVO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO DO CRIME. ALEGAÇÃO DE QUE INEXISTE PROVA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. FARTA E ROBUSTA PROVA INCRIMINATÓRIA CARREADA AOS AUTOS. NÃO CABIMENTO. AFASTAMENTO DAS CAUSAS DE AUMENTO PREVISTAS NO ART. 2º, §§ 2º e 4º, INCISOS I E IV, DA LEI Nº 12.850/13. EMPREGO DE ARMA DE FOGO, PARTICIPAÇÃO DE MENORES E CONEXÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS. COMPROVAÇÃO NOS AUTOS. INVIABILIDADE.
.O conjunto probatório é coeso e suficiente para embasar a condenação do Apelante, não havendo que se falar em deficiência de provas.

.Existindo provas de que a organização criminosa faz uso de arma e crianças e/ou adolescentes para a prática de crimes, e possui conexão com outros grupos criminosos, não há que se falar no afastamento das aludidas majorantes da sanção penal do Apelante.
.Apelo Defensivo conhecido e desprovido.
PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. APELO MINISTERIAL. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. ANÁLISE DO CASO CONCRETO. POSSIBILIDADE. INSURGÊNCIA CONTRA A PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DE PENA. APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/4 (UM QUARTO), PARA AUMENTO DA PENA-BASE. ATO DISCRICIONÁRIO DO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU. NÃO OBRIGATORIEDADE.
1. Os motivos do crime estão relacionados às razões subjetivas que estimularam o agente a praticar o crime.
2. As circunstâncias do crime são elementos que influenciam em sua gravidade, tal como o modus operandi utilizado para a prática do delito.
3. As consequências do crime são os efeitos acarretados pela conduta delituosa.
4. A aplicação da pena é um ato discricionário do Magistrado de Primeiro Grau, devendo respeitar apenas os limites mínimo e máximo na primeira fase da dosimetria.
5. Apelo Ministerial conhecido e provido parcialmente.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0007444-77.2023.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao Apelo Defensivo e dar parcial provimento ao Apelo Ministerial, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual - Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 29 de julho de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0003536-51.2019.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Revisor: Des. Francisco Djalma
Apelante: Janisson Gomes dos Santos.
AdvDativa: Aliany de Paula Silva Celestrini (OAB: 4627/AC).
Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Carlos Augusto da Costa Pescador.
Assunto: Homicídio Qualificado

PENAL. PROCESSUAL PENAL. CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL ARITMÉTICO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE.
1. Trata-se de correção de erro aritmético verificado posteriormente em julgado que não importa em reformatio in melius;
2. Decisão submetida à referendo da Corte.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0003536-51.2019.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, corrigir erro material quanto a pena final do Apelante Janisson Gomes dos Santos, citada às fls. 1402, estabelecendo-se sua pena final em 20 (vinte) anos e 06 (seis) meses de reclusão e pagamento de 20 dias multa, submetendo esta decisão à referendo dos membros da Câmara Criminal, nos termos do voto da Relatora e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco, 30 de julho de 2024.

Classe: Apelação Criminal nº 0000427-92.2020.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relatora: Desª. Denise Bonfim
Revisor: Des. Francisco Djalma
Apelante: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Bernardo Fiterman Albano.
Promotor: Marcela Cristina Ozório.
Apelante: Angélica Silva da Cunha.
D. Público: Rogério Carvalho Pacheco (OAB: 134019/RJ).
Apelante: Anderson Cunha da Silva.
Advogada: Fladeniz Pereira da Paixão (OAB: 2460/AC).
Apelada: Angélica Silva da Cunha.
D. Público: Rogério Carvalho Pacheco (OAB: 134019/RJ).
Apelado: Anderson Cunha da Silva.
Advogada: Fladeniz Pereira da Paixão (OAB: 2460/AC).
Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Bernardo Fiterman Albano.
Promotor: Marcela Cristina Ozório.
Assunto: Promoção, Constituição, Financiamento Ou Integração de Organização Criminosa

PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. APELOS DEFENSIVOS. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO DO CRIME. ALEGAÇÃO DE QUE INEXISTE PROVA. IN DUBIO PRO REU. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. FARTA E ROBUSTA PROVA INCRIMINATÓRIA CARREADA AOS AUTOS. NÃO CABIMENTO. INCONFORMISMO QUANTO AOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A DOSIMETRIA DA PENA-BASE. ALTERAÇÃO DA FRAÇÃO DE AUMENTO PARA 1/8 (UM OITAVO). FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E PROPORCIONAL. DISCRICIONARIEDADE DO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU. EXASPERAÇÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES. EXCLUSÃO DAS CAUSAS DE AUMENTO PREVISTAS NO ART. 2º, § 2º E §4º, INCISO I, DA LEI Nº 12.850/13. USO DE ARMA DE FOGO E PARTICIPAÇÃO DE MENORES NA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. INVIABILIDADE. PLEITO DEFENSIVO PARA QUE SEJA REDUZIDA A FRAÇÃO APLICADA A TÍTULO DE CAUSA DE AUMENTO, REFERENTE AO §2º, DO ART. 2º, DA LEI Nº 12.850/13. COMPROVADA A UTILIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO. INADMISSIBILIDADE. DA APLICAÇÃO DE APENAS UMA CAUSA DE AUMENTO NA TERCEIRA FASE. AUMENTOS DISTINTOS. INSUBSISTÊNCIA. DETRAÇÃO PENAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. PRECEDENTES. INVIABILIDADE. PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA. OBSERVÂNCIA AO § 3º, DO ART. 33, DO CÓDIGO PENAL. INACEITABILIDADE. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. MANUTENÇÃO DA PENA.
1. Inaplicável o princípio in dubio pro reo, uma vez que as provas dos autos são suficientes para sustentar um édito condenatório.
2. O desvalor das circunstâncias judiciais que devem ser sopesadas no primeiro estágio da aplicação da pena, para a reprovação e prevenção do crime (art. 59, do CP), justificam o incremento na pena-base.
3. A aplicação da pena está em conformidade com os princípios da equidade e da razoabilidade. A legislação penal não estabeleceu nenhum critério matemático para a fixação da pena-base na primeira fase da dosimetria da pena, exigindo-se tão somente que ela esteja entre os limites legais estabelecidos e que possua fundamentação idônea, assim como ocorreu no presente caso. Precedentes.
4. Existindo provas de que a organização criminosa faz uso de arma de fogo, bem como de crianças e/ou adolescentes para a prática de crimes, não há que se falar no afastamento das causas de majoração constantes do art. 2º, §§ 2º e 4º, inciso I, da Lei nº 12.850/13.
5. Diante das provas carreadas aos autos, faz-se necessário a aplicação do quantum de 1/2 (metade), para o uso de arma de fogo na organização criminosa.
6. Causas de aumento de pena previstas em parágrafos distintos da Lei de Combate à Organização Criminosa, podem ser aplicados cumulativamente, não se aplicando o parágrafo único, do art. 68, do Código Penal.
7. Compete ao Juízo da Execução examinar a eventual detração penal pretendida.
8. Para a escolha do regime prisional, devem ser observadas as diretrizes dos arts. 33 e 59, ambos do Código Penal, além dos dados fáticos da conduta delitiva.
9. Para substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos é indispensável o preenchimento de todos os requisitos do art. 44, do Código Penal.
10. Apelos Defensivos conhecidos e desprovidos.
PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. APELO MINISTERIAL. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. ANÁLISE DO CASO CONCRETO. POSSIBILIDADE. INSURGÊNCIA CONTRA A PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DE PENA. APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/4 (UM QUARTO), PARA AUMENTO DA PENA-BASE. ATO DISCRICIONÁRIO DO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU. NÃO OBRIGATORIEDADE.
1. Os motivos do crime estão relacionados às razões subjetivas que estimularam o agente a praticar o crime.
2. As circunstâncias do crime são elementos que influenciam em sua gravidade, tal como o modus operandi utilizado para a prática do delito.
3. As consequências do crime são os efeitos acarretados pela conduta delituosa.
4. A aplicação da pena é um ato discricionário do Magistrado de Primeiro Grau, devendo respeitar apenas os limites mínimo e máximo na primeira fase da dosimetria.
5. Apelo Ministerial conhecido e provido parcialmente.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0000427-92.2020.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento aos Apelos Defensivos e dar parcial provimento ao Apelo Ministerial. nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas. Julgamento Virtual – Art. 93 do RITJAC.

Rio Branco, 15 de julho de 2024.

Classe: Recurso Em Sentido Estrito n. 0000134-93.2023.8.01.0009
Foro de Origem: Senador Guiomard
Órgão: Câmara Criminal
Relator: Des. Francisco Djalma

Recorrente: R. V. dos S..
D. Público: Eufrásio Moraes de Freitas Neto (OAB: 4108/AC).
Recorrente: A. F. de O..
D. Público: Eufrásio Moraes de Freitas Neto (OAB: 4108/AC).
Recorrente: E. L. F. G..
D. Público: Eufrásio Moraes de Freitas Neto (OAB: 4108/AC).
Recorrido: M. P. do E. do A..
Promotor: Rodrigo Fontoura de Carvalho.
Assunto: Homicídio Qualificado

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. IMPRONÚNCIA. INADMISSIBILIDADE. PROVA MATERIAL DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. SATISFAÇÃO DOS REQUISITOS DO ART. 413, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

.A decisão de pronúncia se constitui em mero juízo de admissibilidade da acusação, bastando, para tanto, a prova material do crime e indícios suficientes de autoria ou participação no crime, de modo que subsistentes os requisitos legais do Art. 413, do Código de Processo Penal, sobretudo diante do exame cadavérico e da prova oral arregimentada para os autos, incabível a impronúncia, devendo a análise dos fatos e provas ser submetida ao juiz natural da causa, que é o Tribunal do Júri, a luz do princípio do in dubio pro societate
.Não Provimento do recurso.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Em Sentido Estrito n. 0000134-93.2023.8.01.0009, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco – AC, 12 de agosto de 2024.

Classe: Recurso Em Sentido Estrito n. 0000442-50.2023.8.01.0003
Foro de Origem: Brasileia
Órgão: Câmara Criminal
Relator: Des. Francisco Djalma
Recorrente: Douglas Renam Costa dos Santos.
Defensor: Israel Severo da Paz Filho (OAB: 7471/PI).
Recorrido: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Thiago Marques Salomão.
Assunto: Feminicídio

DIREITO PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE DELITIVA. DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA CRIME DE LESÃO CORPORAL. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO NÃO PROVIDO.

.A decisão de pronúncia encerra mero juízo de admissibilidade da acusação, sendo exigido tão somente a certeza da materialidade do crime e indícios suficientes de sua autoria, assim como ocorre no caso concreto em relação ao homicídio qualificado tentado.
.A incerteza relativa à presença, ou não, do elemento subjetivo na conduta apurada deve ser dirimida pelo conselho de sentença, cabendo destacar, ainda, que a desclassificação só teria lugar se nenhuma dúvida houvesse acerca da ausência de dolo na ação delitiva, o que não ocorre na espécie (Precedentes).
.Não provimento do recurso.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Em Sentido Estrito n. 0000442-50.2023.8.01.0003, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco – AC, 12 de agosto de 2024.

Classe: Apelação Criminal n. 0000612-22.2023.8.01.0003
Foro de Origem: Brasileia
Órgão: Câmara Criminal
Relator: Des. Francisco Djalma
Revisor: Des. Elcio Mendes
Apelante: Camila Cavalcante Gomes.
D. Público: Israel Severo da Paz Filho (OAB: 7471/PI).
Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Thiago Marques Salomão.
Assunto: Estelionato

APELAÇÃO CRIMINAL. DIREITO PENAL. ESTELIONATO. ABSOLVIÇÃO. RECONHECIMENTO DO FATO COMO ILÍCITO CIVIL. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADO. PALAVRA DA VÍTIMA E HARMONIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS DOS AUTOS. DEPOIMENTO DA RÉ DIVERGENTE DOS DEMAIS ELEMENTOS DOS AUTOS. NÃO PROVIMENTO.

1. No caso em concreto, a apelante simulou ter enviado o pix para vítima na hora da tradição da aquisição aparelho celular, no intuito de ludibriar a vítima e obter a vantagem econômica, que obter o aparelho celular sem efetivamente realizar o pagamento acordado, induzindo a vítima a acreditar que o valor teria sido repassado entre as contas bancárias, configurando assim o tipo penal previsto no Art. 171, caput, do estatuto repressivo.
2. A palavra da vítima congruente com os demais elementos dos autos, ao passo que o depoimento da ré destoa. A condenação é medida que se impõe.
3. Recurso de Apelação desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n. 0000612-22.2023.8.01.0003, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco, 12 de agosto de 2024.

Classe: Apelação Criminal n. 0000726-69.2020.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relator: Des. Francisco Djalma
Revisor: Des. Elcio Mendes
Apelante: Igor Carlos Albuquerque da Rocha.
Advogado: Erivaldo José Costa de Castro (OAB: 4111/AC).
Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: José Ruy da Silveira Lino Filho.
Assunto: Grave

PRELIMINAR. PEDIDO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. AUSÊNCIA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HIPOSSUFICIENTE. PEDIDO INDEFERIDO.

1. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado indeferir o pedido de assistência se encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente.
2. Gratuidade da justiça indeferida.

MÉRITO. PENAL. PROCESSO PENAL. RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE. ABSOLVIÇÃO POR NÃO ESTAR PROVADA A INEXISTÊNCIA DO FATO. NÃO CABIMENTO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. ABSOLVIÇÃO PELA EXCLUDENTE DE ILICITUDE DA LEGÍTIMA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE. DEMONSTRADO QUE O RÉU NÃO USOU MODERADAMENTE DOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA REPELIR A EVENTUAL INJUSTA AGRESSÃO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL LEVE. IMPOSSIBILIDADE. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO POR MAIS DE 30 DIAS. RECURSO NÃO PROVIDO.

.É Incabível falar em absolvição quando a materialidade e autoria delitiva estão devidamente comprovada pela prova oral arregimentada nos autos, notadamente pela palavra da vítima, bem como o laudo pericial, sendo a condenação medida que se impõe.
.Não há que se falar em legitima defesa quando o laudo de lesão corporal demonstra que o réu não agiu moderadamente, além de que não ficou comprovado nos autos que a vítima tentou agredi-lo previamente.
.Inviável, portanto, o pedido de desclassificação para lesão corporal simples, uma vez que o Laudo de Exame de Corpo de Delito concluiu pela deformidade permanente do ombro direito, bem como na incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias.
.Recurso não provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n. 0000726-69.2020.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco – AC, 12 de agosto de 2024.

Classe: Apelação Criminal n. 0002225-49.2024.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relator: Des. Francisco Djalma
Revisor: Des. Elcio Mendes
Apelante: Walter César Teixeira Freitas.
Advogada: Janemar Gomes Amorim (OAB: 6379/AC).
Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: JOSE RUY DA SILVEIRA LINO FILHO (OAB: 793/AC).

Assunto: Estelionato

PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA. ESTELIONATO. IMPOSSIBILIDADE. DÚVIDAS SOBRE A SITUAÇÃO JURÍDICA DO BEM. COISA QUE AINDA INTERESSA AO PROCESSO CRIMINAL. NÃO PROVIMENTO.

1. Para que se possa proceder à restituição de veículo apreendido, não deve pairar dúvida acerca de sua propriedade, a teor do que dispõe o Art. 120, do Código de Processo Penal.
2. No caso em apreço, há duvidas sobre a situação jurídica do veículo, objeto do pedido de restituição.
3. O Art. 118, do Código de Processo Penal, veda a devolução de bens apreendidos enquanto interessarem ao processo. In casu, se revelam presentes elementos que demonstrem a utilidade da manutenção da custódia do, sobretudo no que diz respeito à elucidação dos fatos em apuração na Ação Penal n.º 0006501-60.2023.8.01.0001.
4. Impossibilidade nomear o recorrente como depositário do bem, pelos mesmo fundamentos inerentes à impossibilidade de restituição do veículo (fundadas dúvidas sobre a situação jurídica do bem).
5. Apelo conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n. 0002225-49.2024.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco – AC, 12 de agosto de 2024.

Classe: Apelação Criminal n. 0002307-19.2020.8.01.0002
Foro de Origem: Cruzeiro do Sul
Órgão: Câmara Criminal
Relator: Des. Francisco Djalma
Revisor: Des. Elcio Mendes
Apelante: Cláudio Adão Santos da Cunha.
D. Público: Carolina Matias Vecchi (OAB: 120897/MG).
Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Ildon Maximiano Peres Neto.
Assunto: Roubo Majorado

PENAL. PROCESSO PENAL. RECURSO DE APELAÇÃO. CRIME DE ROUBO COM O EMPREGO DE ARMA DE FOGO. DOSIMETRIA DA PENA. PLEITO DE APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/8 OU 1/6, CONFORME DETERMINA JURISPRUDÊNCIA DAS CORTES SUPERIORES. INVIABILIDADE. DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR, BEM COMO FRAÇÃO DE 1/8 JÁ APLICADA PELO MAGISTRADO. DESPROVIMENTO DO APELO.

1. A legislação penal não estabeleceu nenhum critério matemático para a fixação da pena base na primeira fase da dosimetria da pena, exigindo-se tão somente que ela esteja entre os limites legais estabelecidos e que possua fundamentação idônea, assim como ocorreu no presente caso.
2. Na hipótese, ainda se verifica que o magistrado singular fixou a pena-base do apelante acima do mínimo legal, tendo em vista a valoração negativa de duas circunstâncias judiciais do Art. 59, do Código Penal, aplicando-se a fração de 1/8, conforme requerido pela defesa, não havendo razões para reforma no édito condenatório.
3. Recurso de apelação desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n. 0002307-19.2020.8.01.0002, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco – AC, 12 de agosto de 2024.

Classe: Apelação Criminal n. 0002949-94.2017.8.01.0002
Foro de Origem: Cruzeiro do Sul
Órgão: Câmara Criminal
Relator: Des. Francisco Djalma
Revisor: Des. Elcio Mendes
Apelante: Átilo Bernardo Correia.
D. Público: Carolina Matias Vecchi (OAB: 120897/MG).
Apelado: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Ildon Maximiano Peres Neto.
Assunto: Direito Penal

DIREITO PENAL. PROCESSO PENAL. RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE FURTO DURANTE O REPOUSO NOTURNO. REFORMA DA DOSIMETRIA. DECOTE DO VETOR JUDICIAL ATINENTE ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. APLICAÇÃO EM DESACORDO COM A ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PLEITO DE REDIMENSIONAMENTO DA PENA. UTILIZAÇÃO DE FRAÇÃO DIVERSA. INVIABILIDADE. DISCRICIONARIEDADE DO MAGISTRADO. OBSERVÂNCIA AO SISTEMA TRIFÁSICO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBSERVADAS. OVERRULING DA SÚMULA 231 DO STJ. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE FRAÇÃO DIVERSA QUANTO AO CRIME CONTINUADO. POSSIBILIDADE. ERRO MATERIAL NA SENTENÇA. RECONHECIMENTO DE DA PRÁTICA DE TRÊS CRIMES. REDUÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA. POSSIBILIDADE, ANTE O PROVIMENTO PARCIAL DO APELO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

1. No que concerne a possibilidade de decote da vetorial relativa às circunstâncias do crime, é cediço que "(...) o fato de ser a paciente usuária de drogas não deve influir na dosimetria da pena. Tal circunstância não possui relação direta com o fato delituoso, bem assim o tratamento atual conferido pelo ordenamento jurídico ao usuário de entorpecente dirige-se a um modelo terapêutico, não mais repressivo, e sim voltado à recuperação. " (Precedentes).
2. A exasperação da pena-base, pela existência de circunstâncias judiciais negativas, deve obedecer aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Nesse contexto, a ponderação das circunstâncias judiciais não constitui mera operação aritmética, em que se atribuem pesos absolutos a cada uma delas, mas sim exercício de discricionariedade vinculada, devendo o Direito pautar-se pelo princípio da proporcionalidade e, também, pelo elementar senso de justiça.
3. É certo que não há direito subjetivo do réu à adoção de alguma fração de aumento específica para cada circunstância judicial negativa, seja ela de 1/6 sobre a pena-base, 1/8 do intervalo entre as penas mínima e máxima ou mesmo outro valor. Precedente do Superior Tribunal de Justiça .
4. Na presente hipótese, a definição da quantidade de aumento da pena-base, em razão de cada circunstância judicial desfavorável, está dentro da discricionariedade juridicamente fundamentada e observou os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, necessidade e suficiência à reprovação e prevenção ao crime.
5. A circunstância atenuante mesmo quando reconhecida na segunda fase do cálculo dosimétrico não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal, consoante a tese firmada no Recurso Extraordinário nº 597270/RS, em sede de repercussão geral - TEMA nº 158 do STF e na Súmula 231, do Superior Tribunal de Justiça.
6. No tocante a fixação do quantum decorrente da continuidade delitiva (Art. 71, do Código Penal), deve-se levar em consideração o número de infrações penais cometidas, parâmetro que no caso concreto, deverá corresponder a fração de aumento 1/5 (um quinto), considerando que o apelante cometeu o total de 3 (três) infrações.
7. Recurso parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n. 0002949-94.2017.8.01.0002, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais gravadas.

Rio Branco – AC, 12 de agosto de 2024.

Classe: Apelação Criminal n. 0714497-39.2021.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relator: Des. Francisco Djalma
Apelante: M. P. do E. do A..
Promotor: Dulce Helena de Freitas Franco (OAB: 15493/GO).
Apelado: F. S. de M..
D. Público: Paulo Michel São José (OAB: 1180/RO).
Assunto: Contravenções Penais

PROCESSO PENAL. RECURSO MINISTERIAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA E VIAS DE FATO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. VERSÕES ISOLADAS DA VÍTIMA. ABSOLVIÇÃO. NÃO PROVIMENTO

1.Cediço que a palavra da vítima, em delitos relacionados ao contexto de violência doméstica e familiar, goza de especial relevância, porém, desde que coerente e acompanhada, ainda que minimamente, por outros elementos de prova.
2. A propósito disso, a doutrina e a jurisprudência pátria, observando o princípio da presunção da inocência, convergem no sentido de que a condenação exige certeza absoluta, quer do crime, quer da autoria, não bastando a alta probabilidade desta ou daquela .
3. Não Provimento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n. 0714497-39.2021.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câma-

ra Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco, 12 de agosto de 2024.

Classe: Petição Criminal n. 1001537-10.2023.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relator: Des. Francisco Djalma
Agravante: M. P. do E. do A..
Promotor: Dulce Helena de Freitas Franco (OAB: 15493/GO).
Agravado: Alexsandro da Costa Nascimento.
D. Público: Paulo Michel São José (OAB: 1180/RO).
Assunto: Violência Doméstica Contra A Mulher

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO MINISTERIAL. LEI MARIA DA PENHA. CRIME DE INJÚRIA. MEDIDAS PROTETIVAS CONCEDIDAS. SENTENÇA DE REVOGAÇÃO E EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. PLEITO DE RESTABELECIMENTO. NÃO ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES A RESPEITO DO INTERESSE DA VÍTIMA NA MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS. IMPOSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO AD ETERNUM. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Passados mais de 01 (um) ano desde a concessão das medidas protetivas de urgência em favor da vítima sem que sobreviesse ao feito notícia do seu descumprimento pelo agressor ou de que ela ainda possua interesse na manutenção das cautelares, tem-se como acertada a sentença que extinguiu o feito e revogou as medidas protetivas de urgência, dado que estas não podem ser mantidas ad eternum (Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte).
2. Agravo de Instrumento conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Petição Criminal n. 1001537-10.2023.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco – AC, 12 de agosto de 2024.

Classe: Recurso Em Sentido Estrito n. 0800282-95.2023.8.01.0001
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Câmara Criminal
Relator: Des. Francisco Djalma
Apelante: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Walter Teixeira Filho.
Apelado: Kássio Bruno Lima Jucá.
Advogada: Wiliane da Conceição Félix (OAB: 5205/AC).
Assunto: Crimes de Tortura

PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIMES MILITARES. DENÚNCIA REJEITADA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. PROVIMENTO.

.Nos termos do Art. 105, I, “d”, da Constituição Federal, a Lei n. 13.491/2017 (em vigor a partir de 16/10/2017) ampliou a competência da Justiça Militar, na medida em que, doravante, não são apenas os crimes que sejam concomitantemente previstos no Código Penal Militar e na legislação penal comum que, em virtude do princípio da prevalência da lei especial sobre a lei geral, atrairão a competência da Justiça Militar. Passa a deslocar-se para a Justiça Castrense também qualquer crime contra civil previsto na Legislação Penal Comum (Código Penal e Leis Esparsas), desde que praticado por militar em serviço, ou no exercício da função.
2 . Ademais disso, ainda que os delitos tenham sido praticados fora do expediente do investigado, sem os trajes militares, o certo é que ele atuou em razão da função que a ele fora atribuída, na qualidade de sindicante, se identificando como tal para a vítima, razão pela qual dúvidas não se tem de que os delitos em referência são crimes militares e, como tais, devem ser julgados pela justiça castrense.
3. Provimento do recurso.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Em Sentido Estrito n. 0800282-95.2023.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, dar provimento ao recurso em sentido estrito, nos termos do voto do relator e das mídias digitais gravadas.

Rio Branco – AC, 12 de agosto de 2024.

Classe: Recurso Em Sentido Estrito n. 0001149-84.2024.8.01.0002
Foro de Origem: Cruzeiro do Sul
Órgão: Câmara Criminal
Relator: Des. Francisco Djalma
Recorrente: Cristiano de Oliveira Cameli.
Advogado: NAFIS GUSTAVO SILVA BRAGA (OAB: 6405/AC).
Advogado: Marcus Paulo Correia Ciacci (OAB: 4552/AC).
Recorrente: Cristovão de Oliveira Cameli.
Advogado: NAFIS GUSTAVO SILVA BRAGA (OAB: 6405/AC).
Advogado: Marcus Paulo Correia Ciacci (OAB: 4552/AC).
Recorrido: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotora: Manuela Canuto de Santana Farhat.
Assunto: Homicídio Qualificado

PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PEDIDO DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO DE AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA DO MOTIVO TORPE. INVIABILIDADE. IN DUBIO PRO SOCIETATE. NÃO PROVIMENTO.

1. Nos termos do Art. 413, § 1º, do Código de Processo Penal, a sentença de pronúncia configura um juízo de admissibilidade da acusação, não demandando a certeza necessária à sentença condenatória, uma vez que eventuais dúvidas, nessa fase processual, resolvem-se em favor da sociedade - in dubio pro societate.
2. As qualificadoras do crime de homicídio só podem ser excluídas da pronúncia quando, de forma incontroversa, mostrarem-se absolutamente improcedentes, sem qualquer apoio nos autos - o que não se observa na hipótese em exame - sob pena de se invadir a competência constitucional do Tribunal do Júri.
3. Não Provimento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Em Sentido Estrito n. 0001149-84.2024.8.01.0002, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco, 12 de agosto de 2024.

TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA
(art. 113, §4º, do Regimento Interno das Turmas Recursais e da Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Acre)

Processo nº:1000013-85.2024.8.01.8004
ClasseAssunto:Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Cível - Liminar
Presidente:Francisco Djalma
Apelante: Eliuda Maria Alves de Carvalho.
Advogada: ANDREA SANTOS PELATTI (OAB: 3450/AC).
Apelado: Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos.
Advogado: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS).

Nos termos do art. 113, §4º, do Regimento Interno das Turmas Recursais e da Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Acre, INTIMO o (a) requerido (a), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar manifestação.

Rio Branco, 12 de agosto de 2024.

José Nilson Costa do Nascimento
Técnico Judiciário

TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Ata da Quinquagésima Sexta audiência de redistribuição ordinária realizada em 13 de Agosto de 2024, de acordo com o artigo 58 do Regimento Interno dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, c/c o artigo 76, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Recurso Inominado Cível nº 0001556-17.2023.8.01.0070
Origem: 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Rio Branco
Relator: Juiz de Direito Robson Ribeiro Aleixo
Apelante: Ana Claudia Miranda dos Santos.
D. Pública: Wânia Lindsay de Freitas Dias (OAB: 2421/AC).
Apelado: Energisa Acre - Distribuidora de Energia.

Advogado: Eduardo Queiroga Estrela Maia Paiva (OAB: 23664/PB).
Órgão: 2ª Turma Recursal
Redistribuição por: Prevenção ao Órgão

Recurso Inominado Cível nº 0003432-07.2023.8.01.0070
Origem: 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Rio Branco
Relator: Juiz de Direito Robson Ribeiro Aleixo
Apelante: Casa Mix.
Advogados: Tobias Levi de Lima Meireles (OAB: 3560/AC) e outro.
Apelada: Marina Duarte Braga de Farias.
Advogada: Julainy de Melo Alves (OAB: 5060/AC).
Órgão: 2ª Turma Recursal
Redistribuição por: Prevenção ao Órgão

Recurso Inominado Cível nº 0704158-37.2023.8.01.0070
Origem: 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Rio Branco
Relatora: Juíza de Direito Adamarcia Machado Nascimento
Apelante: Raimunda de Souza Araújo.
Advogado: Mauro Marcelino Albano (OAB: 2817/AC).
Apelado: Aprova Mais - Pré-enem e Pré-concursos (L. Felício da Silva - Me).
Advogados: Willian Pollis Montovani (OAB: 4030/AC) e outro.
Órgão: 2ª Turma Recursal
Redistribuição por: Prevenção ao Órgão

Recurso Inominado Cível nº 0704588-86.2023.8.01.0070
Origem: 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Rio Branco
Relator: Juiz de Direito Robson Ribeiro Aleixo
Apelante: Juliana Aparecida Veloso.
Advogado: Rodrigo Machado Pereira (OAB: 3798/AC).
Apelado: Banco Inter S. A..
Advogados: André Jacques Luciano Uchôa Costa (OAB: 80055/MG) e outro.
Órgão: 2ª Turma Recursal
Redistribuição por: Prevenção ao Órgão

Recurso Inominado Cível nº 0705047-88.2023.8.01.0070
Origem: 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Rio Branco
Relator: Juiz de Direito Robson Ribeiro Aleixo
Apelante: Sarah Lima da Costa.
Advogados: Gabriel Santana de Souza (OAB: 5643/AC) e outro.
Apelado: Ceteac Cursos Tecnicos Ltda.
Advogado: Joao Rodholfo Wertz dos Santos (OAB: 3066/AC).
Órgão: 2ª Turma Recursal
Redistribuição por: Prevenção ao Órgão

Jose Irenildo Freitas de Lima
Cartório Distribuidor das Turmas Recursais

1ª TURMA RECURSAL

PRESIDENTE: JUIZ MARCELO COELHO DE CARVALHO
DIRETORA DE SECRETARIA: DUANNE RIBEIRO MODESTO

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0704400-93.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Anna Cristhina Cruz de Farias.
Advogada: Giseli Valente dos Santos Monteiro (OAB: 5025/AC).
Apelado: Banco Maxima S/A.
Apelado: Prover Promoção de Vendas Ltda - Epp (avancard).
Advogada: Michelle Santos Allan de Oliveira (OAB: 43804/BA).
Assunto: Bancários

RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NA MODALIDADE CARTÃO CONSIGNADO. VALOR DA CAUSA QUE DEVE CORRESPONDER AO VALOR DO CONTRATO, CONSIDERANDO O PROVEITO ECONÔMICO. MONTANTE QUE EXCEDE A ALÇADA DO MICROSSISTEMA. ARTS. 292, II, DO CPC E 3°, I, DA LEI 9.099/95. INCOMPETÊNCIA RECONHECIDA E MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Recorre a parte reclamante da sentença (pp. 174-175) que declarou a extinção do processo em razão da incompetência desse juízo para processar e julgar a lide, uma vez que o valor da causa ultrapassa a alçada desse juízo. Em suas razões (pp. 178-183), afirma que o valor da discussão do mérito é apenas da repetição de indébito e danos morais, sendo que não transcende o valor máximo permitido pelo juizado, razão pela qual requer a reforma da sentença para julgar totalmente procedente a pretensão inicial.

Contrarrazões apresentadas (pp. 187-207).

É o breve relatório.

A sentença não merece reparos. Forçoso reconhecer que, nas ações em que se pretende discutir a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão do negócio jurídico, o valor da causa deve corresponder ao valor do contrato, nos termos do art. 292, II, do Código de Processo Civil e de precedentes do STJ (AgInt no REsp 1.570.450/RJ, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 20/6/2017, DJe 30/6/2017; AgRg no AREsp 737.949/RJ, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 16/2/2016, DJe 22/2/2016).

Nesse sentido:

RECURSO INOMINADO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. PLEITO DE RESCISÃO CONTRATUAL E DEVOLUÇÃO DE QUANTIAS PAGAS, ALÉM DE DANOS MORIAIS. VALOR DA CAUSA CORRESPONDENTE AO VALOR DO CONTRATO E DA INDENIZAÇÃO PLEITEADA. MONTANTE QUE EXCEDE A ALÇADA DO MICROSSISTEMA. ARTS. 292, II, DO CPC E 3°, I, DA LEI 9.099/95. INCOMPETÊNCIA RECONHECIDA. MODIFICAÇÃO DA SENTENÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. RECURSO PREJUDICADO. (Relator (a): Juiz de Direito Danniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva; Comarca: Rio Branco - Juizados Especiais;Número do Processo:0702454-57.2021.8.01.0070;Órgão julgador: 2ª Turma Recursal;Data do julgamento: 30/06/2022; Data de registro: 06/07/2022)

Assim, não havendo outras provas suscetíveis de subsidiar uma decisão de mérito diversa da que foi proferida pelo juízo a quo, hei por bem manter a sentença pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95.

Recurso conhecido e improvido. Sem custas, em razão da isenção estabelecida no art. 2, III, da Lei Estadual n. 1.422/2001. Honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da causa, nos termos do artigo 55, segunda parte, em razão da ausência de condenação, mas com a cobrança suspensa por cinco anos, ante o deferimento de assistência judiciária gratuita, conforme art. 98, § 3º, do CPC.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0704400-93.2023.8.01.0070, ACORDAM os senhores Membros da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, negar provimento ao recurso, nos termos do voto apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime.

Rio Branco-Acre, 15 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0000882-39.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Elizangela Bezerra de Farias Fonseca.
D. Pública: Wânia Lindsay de Freitas Dias (OAB: 2421/AC).
Apelado: A C D A Importações e Exportação Ltda.
Advogado: Joao Arthur dos Santos Silveira (OAB: 3530/AC).
Advogado: Thales Rocha Bordignon (OAB: 2160/AC).
Advogado: Marcelo Feitosa Zamora (OAB: 4711/AC).
Advogada: Emmily Teixeira de Araújo (OAB: 3507/AC).
Apelado: Banco Itaucard S.A.
Advogado: Banco Itaú Consignado S.a. (OAB: 5154/AC).
Assunto: Indenização Por Dano Moral

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. PLEITO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COBRANÇA INDEVIDA. RECURSO DA PARTE RECLAMANTE MANIFESTAMENTE INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO OBJETIVO DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. O recurso interposto não pode ser conhecido, porquanto intempestivo. Frise-se que o art. 42, da Lei 9.099/95 dispõe que “o recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente”.
2. Considerando a data da publicação da intimação da sentença (fl.153), o término do prazo ocorreu no dia 13/09/2023 e o presente recurso, por sua vez, só foi protocolizado no dia 09/10/2023, conforme se observa nas propriedades do documento. Ainda que se considere o prazo em dobro para o ato da Defensoria Pública, o prazo foi extrapolado.
3. Desatendidas as determinações do art. 42 da Lei dos Juizados Especiais, que estabelece o prazo de dez dias (úteis) para interposição de recurso inominado, o não conhecimento do apelo é medida que se impõe.
4. Ante o exposto, DEIXO DE CONHECER do recurso, por ser intempestivo.
5. Honorários fixados na base de 10% do valor da condenação, sob orientação do enunciado 122 do FONAJE que dispõe que é cabível a condenação em custas e honorários advocatícios na hipótese de não conhecimento do recurso inominado, atendidos os critérios do art. 85 do Código de Processo Civil.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n.

0000882-39.2023.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em não conhecer o recurso apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Classe: Embargos de Declaração Cível n. 0000028-90.2024.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Embargante: Hugo Barbosa Torquato Ferreira.
Advogada: MARCELLA COSTA MEIRELES DE ASSIS (OAB: 4248/AC).
Advogado: Adilson Olimpio Costa (OAB: 3709/AC).
Embargante: MARY JULIA FREITAS DE OLIVEIRA.
Advogada: MARCELLA COSTA MEIRELES DE ASSIS (OAB: 4248/AC).
Advogado: Adilson Olimpio Costa (OAB: 3709/AC).
Embargado: Condomínio do Conjunto Kubitschek.
Advogado: Faiçal Assrauy (OAB: 90362/MG).
Advogado: FAIÇAL ASSRAUY SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB: 2007/MG).
Advogada: Renata Fernandes Neves (OAB: 114876/MG).
Advogado: CAMILA AMIR CIFUENTES OLIVEIRA ARAGÃO DUTRA (OAB: 106905/MG).
Assunto: Locação de Imóvel

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO VERIFICADA E SANADA. AUSÊNCIA DE EFEITOS INFRINGENTES. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM ALTERAÇÃO NO RESULTADO DO JULGADO. FINALIDADE INTEGRATIVA.

1. A parte embargante alega que o acórdão incorreu em omissão, vez que não analisou o pedido exordial de imposição de obrigação de não fazer, para que a parte reclamada, ora embargada, se abstenha de exigir a apresentação de contrato de locação com firma reconhecida como condição de cadastramento administrativo e ingresso dos atuais e futuros locatários nos imóveis de propriedade dos demandantes.
2. Compulsando os embargos, verifica-se que de fato o acórdão foi omisso quanto à análise do pedido de obrigação de não fazer, assim, passo a análise.
3. Não obstante as alegações recursais, como bem avaliado no acórdão, apesar de não constar nos autos, o ato específico da assembleia que definiu a exigência de assinatura do inquilino com reconhecimento de firma em cartório, já houve o ajuste da referida regra, não cabendo ao judiciário definir quais regras podem ou não ser aplicadas pelos condomínios, quando este atua dentro dos limites da legalidade, razões pelas quais deixo de acolher o pleito recursal.
4. Ante o exposto, acolho em parte os embargos de declaração apenas para sanar a omissão apontada, não gerando qualquer modificação na decisão final do julgado. Sem custas e sem condenação em honorários, por serem incabíveis.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n. 0000028-90.2024.8.01.9000, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em conhecer e acolher em parte os embargos de declaração apresentados, sem efeitos infringentes, nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0707713-62.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Tailane da Silva Azevedo.
Advogado: Marcelo Correia Lima dos Santos (OAB: 46180/CE).
Apelado: Fundo de Investimento Em Direitos Creditorios Não Padronizados Nplii.
Advogado: Thiago Mahfuz Vezzi (OAB: 4881/AC).
Assunto: Indenização Por Dano Moral

RECURSO INOMINADO. NEGATIVAÇÃO REPUTADA INDEVIDA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RÉ, QUE INCUMBIDA DO ÔNUS PROBATÓRIO NÃO COMPROVA A REGULARIDADE DA COBRANÇA. DÉBITO ILEGÍTIMO. DOCUMENTO APRESENTADO QUE SE MOSTRA SUFICIENTE PARA COMPROVAR A OCORRÊNCIA DA NEGATIVAÇÃO. DANO MORAL QUE DECORRE DA INSCRIÇÃO DA AUTORA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS.

1. Trata-se de recurso interposto por TAILANE DA SILVA AZEVEDO, em face da sentença de fls.165/166, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados contra FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPLII.
2. Em suas razões, a parte recorrente defende que comprovou a ocorrência da negativação e uma vez considerada ilegítima a dívida, deve ser arbitrado indenização pelo dano moral sofrido, pelo que requer a reforma da sentença. (fls.169/173)
3. Contrarrazões às fls.178/185.
4. Extrai-se dos autos que a parte recorrente teve seu nome negativado por dois débitos, cuja regularidade da cobrança não foi comprovada, sendo a dívida considerada ilegítima.
5. Data vênia, ao contrário do que entendeu o Juízo de primeiro grau, considero de que o documento de fl.31 é prova suficiente da negativação alegada pela recorrente. Além disto, a própria empresa reclamada defende que a inclusão do nome da Reclamante no sistema de proteção ao crédito, tem-se como legal, tornando incontroversa a existência da negativação. Assim, reputo indevida a restrição impugnada, bem como, se mostra imperioso o reconhecimento da necessidade de indenizar a reclamante.
6. O dano moral, decorre da restrição apontada indevidamente em nome da parte recorrente, pelo débito vinculado de fls.31. Está consolidado na jurisprudência o entendimento de que a "a própria inclusão ou manutenção equivocada configura o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos" (Ag 1.379.761).
7. Ante o exposto, voto por dar parcial provimento ao recurso apresentado, para declarar indevida a restrição inserida no nome da parte autora, declarar inexistentes os débitos impugnados e fixar indenização por danos morais no importe de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com correção monetária pelo INPC a partir desta data (Súmula n. 362, do STJ), e juros de mora de 1% ao mês, a partir do evento danoso (Súmula n. 54, do STJ).
8. Sem condenação em honorários, ante o resultado do julgamento. (art. 55 da Lei 9.099/95)

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0707713-62.2023.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em dar parcial provimento ao recurso apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Acórdão n.:
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0700897-64.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Claudeneide de Souza Raulino.
D. Público: Rodrigo Almeida Chaves (OAB: 4861/AC).
Apelado: UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.
Advogado: Josiane do Couto Spada (OAB: 3805/AC).
Advogado: Mauricio Vicente Spada (OAB: 4308/AC).
Advogado: Eduardo Luiz Spada (OAB: 5072/AC).
Assunto: Contratos de Consumo

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. PEDIDO DE REEMBOLSO. NEGATIVA DE COBERTURA PARA REALIZAÇÃO DE EXAME. ÍNDOLE ABUSIVA. FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO. REEMBOLSO PARCIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de ação proposta para compelir a UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA a reembolsar o valor dos exames realizados junto aos laboratórios Rio Branco e Bionorte, no valor de R$ 1.099,00, corrigido desde a data em que CLAUDENEIDE DE SOUZA RAULINO efetuou o pagamento.

2. O juízo de primeiro grau deferiu parcialmente o pleito da demandante, condenando a demandada ao pagamento de R$ 550,00 a título de danos materiais. (fl. 47)

3. Inconformada, a demandante recorreu (fls. 158/163).

4. Contrarrazões às fls. 167/180, prestigiando o julgado.

É o breve relatório.

5. A saúde é direito fundamental, devendo as administradoras de plano de saúde agir com boa-fé na elaboração, celebração e execução do contrato.

6. Conforme dispõe a Súmula 608 do STJ, "aplica-se o Código de Defesa do

Consumidor aos contratos de plano de saúde (...)". Assim, deve prevalecer o princípio da isonomia (art. 4º, I) e da interpretação mais favorável ao consumidor (art. 47, CDC) objetivando-se restabelecer o equilíbrio da relação contratual, avaliando-se as disposições contratuais que imponham obstáculos ao gozo dos serviços à luz do art. 51, I e IV e §1º do CDC.

7. A demandante relata que, com suspeita de câncer (fl. 143), precisou realizar alguns procedimentos médicos e exames - Vitamina B1, Vitamina B6, Teste de Disbiose (Indican e Iodo), IGA e IGC – restando os exames negados pelo plano de saúde do qual é beneficiária. Em razão da negativa, viu-se compelida a realizá-los no particular onde custaram R$ 1.099,00. (fls. 01/02)

8. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que "o plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de terapêutica indicada por profissional habilitado na busca da cura. Desse modo, entende-se ser abusiva a cláusula contratual que exclui tratamento, medicamento ou procedimento imprescindível, prescrito para garantir a saúde ou a vida do beneficiário. Precedentes" (AgInt no AREsp 1.661.348/MT, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 24/08/2020, DJe de 15/09/2020).

9. Ressalte-se que o rol de procedimentos estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é meramente exemplificativo, prevendo apenas aqueles que são considerados mínimos a serem cobertos pelas operadoras de saúde.

10. Assim, a negativa de custeio dos exames médicos postulados, em razão da falta de previsão contratual e por não se enquadrar no rol da ANS, não pode ser admitida, tratando-se, inclusive, de conduta abusiva.

11. Verifica-se o que juízo ad quo decidiu em consonância com o entendimento do STJ de que "a exclusão de cobertura de determinado procedimento médico/hospitalar, quando essencial para garantir a saúde e, em algumas vezes, a vida do segurado, vulnera a finalidade básica do contrato" (REsp 183.719/SP, Relator o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 13.10.2008). Por finalidade básica do contrato, entende-se a preservação da saúde do beneficiário.

12. No que tange ao reembolso das despesas efetuadas pelo paciente, entende o STJ que será devido em casos excepcionais, como inexistência de estabelecimento credenciado no local, situação de urgência e emergência, ou mesmo impossibilidade de utilização dos serviços próprios da operadora em razão de recusa injustificada.

13. No caso em tela, foram negados os exames de Vitamina B1, Vitamina B6 e Iodo totalizando R$ 550,00. Os demais, Disbiose e Intolerância ao Glúten, estavam disponíveis na rede credenciada, não se incluindo os laboratórios Rio Branco e Bionorte (fl. 143).

14. Destarte, em que pese as alegações da recorrente, a sentença não comporta mudanças, sendo a condenação da ré no montante de R$ 550,00 – referente aos exames negados - justa e proporcional.

15. Isto posto, nego provimento ao recurso da Recorrente, mantendo a sentença de primeiro grau.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0700897-64.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juízes Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Marcelo Coelho de Carvalho conhecer e negar provimento ao Recurso Inominado, nos termos do voto do relatora.

Rio Branco, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Classe: Mandado de Segurança Cível n. 1000128-28.2024.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Impetrante: Evandro de Araujo Melo Junior.
Advogado: Marcelo Correia Lima dos Santos (OAB: 46180/CE).
Impetrado: Juízo de Direito do Primeiro Juizado Especial Cível de Rio Branco Acre.
Litis Passivo: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados NpLII.
Assunto: Liminar

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL. NECESSIDADE DE IMPETRAÇÃO NO PRAZO DE CINCO DIAS DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO IMPUGNADA, EQUIVALENTE AO PRAZO RECURSAL DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SOB PENA DE PRECLUSÃO. PRECEDENTE DO STJ (RMS 43.439/MG). INDEFERIMENTO DA INICIAL, SERVINDO ESTA SÚMULA DE JULGAMENTO COMO ACÓRDÃO, NOS TERMOS DO ART. 46, DA LEI N. 9.099/95.

1. A doutrina e a jurisprudência majoritárias admitem, excepcionalmente, o manejo do mandado de segurança contra ato judicial nas seguintes hipóteses: a) decisão judicial manifestamente ilegal ou teratológica; b) decisão judicial contra a qual não caiba recurso; c) para imprimir efeito suspensivo a recurso desprovido de tal efeito e d) quando impetrado por terceiro prejudicado por decisão judicial.

2. A impetração, contudo, deve ocorrer "antes de gerada a preclusão ou ocorrido o trânsito em julgado", sendo certo que "na ausência de interposição de embargos de declaração, terá a parte o prazo de 5 dias para a impetração do writ, contado da publicação da decisão, sob pena de tornar-se imutável o decisum, e, portanto, inadmissível o mandado de segurança, nos termos do art. 5º, III, da Lei 12.016/2009 e da Súmula 268/STF", entendimento que se aplica às decisões proferidas no âmbito dos Juizados Especiais. Precedentes das Turmas Recursais do Estado do Acre (1000059-98.2021.8.01.9000, Hugo Torquato; 0000515-65.2021.8.01.9000, Rogéria Epaminondas, 1000132-07.2020.8.01.9000, Thaís Khalil).

3. No caso em análise, verifica-se que o writ foi impetrado 142 dias após o prazo fatal, considerando a data da publicação da decisão de fls.174 dos autos de origem, apontada como ato coator, o que impede o seu conhecimento. Honorários advocatícios não arbitrados, face às Súmulas 105 do STJ e 512 do STF.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança Cível n. 1000128-28.2024.8.01.9000, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em não conhecer o Mandado de Segurança apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Acórdão n.:
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0703085-30.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Taíse Maurício Silva Bruzasco.
Apelante: Matheus Eduardo Hernandes Bruzasco.
Advogado: Ailton Carlos Sampaio da Silva (OAB: 4543/AC).
Advogado: Roberto Barreto de Almeida (OAB: 104901/MG).
Advogado: Renato Cesar Lopes da Cruz (OAB: 2963/AC).
Apelado: Latam Airlines Group S/A.
Advogado: FERNANDO ROSENTHAL (OAB: 146730/SP).
Assunto: Overbooking

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO. ATRASO DE VOO DOMÉSTICO. OVERBOOKING NÃO COMPROVADO. DANOS MORAIS. INCABÍVEL. MERO DISSABOR COTIDIANO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de Ação de Reparação por Danos Materiais e Morais intentada por TAÍSE MAURÍCIO SILVA BRUZASCO e MATHEUS EDUARDO HERNANDES BRUZASCO em face de LATAM AIRLINES GROUP S/A. (fls. 01/11)

2. O juízo de primeiro grau decidiu pelo indeferimento do pleito, por entender tratar-se o caso de mero aborrecimento (fls. 187/188).

3. Em suas razões (fls. 192/202) os recorrentes pugnam pela reforma da sentença com a consequente procedência dos pedidos iniciais.

4. Contrarrazões às fls. 229/232, prestigiando o julgado.

É o breve relatório.

5. O Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 14, consagrou a responsabilidade objetiva do fornecedor de serviço, com base na teoria do risco do empreendimento, na qual ele responde independente de culpa pelos danos causados aos consumidores por falha na prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas. Dessa forma, o fornecedor somente não responderá pelos danos causados, se provar a inexistência do defeito ou fato exclusivo do consumidor ou de terceiro (art. 14, §3º, I e II do CDC).

6. De acordo com a inicial, os autores teriam sido impedidos de embarcar no voo contratado em razão de "overbooking", ou seja, lotação por excesso de passageiros. (fl. 02)

7. A apelada demonstrou que não houve overbooking, pois o voo partiu bem aquém da capacidade máxima de passageiros (fl. 98), relatando ter ocorrido,

na verdade, um atraso de 20 minutos no voo inicial, o que impossibilitou o embarque dos demandantes no segundo voo. E, por essa razão, foram realocados para o dia seguinte (fls. 98).

8. Inicialmente, vale ressaltar que a jurisprudência dos Tribunais Superiores tem firmado-se no sentido de que inexiste dano moral in re ipsa com o mero atraso de voo, ainda que decorra de overbooking, pois é indispensável a comprovação de que o constrangimento suportado extrapole ao mero dissabor da vida em sociedade.

9. O Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/86), dispõe nos seus artigos 230 e 231, que qualquer atraso, delonga, obstrução ou circunstância que importe em lapso superior a 04 horas, já demandaria, por si só, providências por parte da empresa aérea, no sentido de minorar-se as consequências adversas que daí advém.

10. Apesar da situação delicada a que foram expostos os autores, depreende-se dos autos que a ré prestou a devida assistência obedecendo aos deveres de conduta, conferindo efetividade ao disposto no art. 27, incisos II e III, da Resolução nº 400/2016 da ANAC , ao disponibilizar hospedagem e alimentação aos demandantes (fl. 99)

11. Portanto, não vislumbro, no presente caso, qualquer abuso ou irregularidade na conduta da ré.

12. Destarte, considerando que o juízo ad quo decidiu em consonância com o entendimento dos tribunais superiores, inviável o pleito dos autores.

13. Isto posto, nego provimento ao recurso da Reclamante, mantendo a sentença de primeiro grau.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0703085-30.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juízes Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira conhecer e negar provimento, nos termos do voto do relatora.

Rio Branco, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0700550-31.2020.8.01.0007
Foro de Origem: Xapuri
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento - Depasa.
Procurador: Joao Paulo Aprigio de Figueiredo (OAB: 2410/AC).
Apelado: Rosemberg Conde de Lima.
Advogado: Thiago Vinicius Gwozdz Poersch (OAB: 3172/AC).
Advogado: Floriano Edmundo Poersch (OAB: 654/AC).
Advogado: Mathaus Silva Novais (OAB: 4316/AC).
Assunto: Responsabilidade Civil do Empregador

RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS FAZENDÁRIOS. SERVIDOR MUNICIPAL. CONTRATO TEMPORÁRIO. OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO. DEPASA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LEI COMPLEMENTAR Nº 58/98. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NA LEGISLAÇÃO LOCAL. HORAS EXTRAS INTRAJORNADA. REGIME DE 12H POR 36H. NÃO CABIMENTO. SINGULARIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS. SÚMULA 444 DO TST. AUSÊNCIA DE PROVA MÍNIMA. FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS NÃO COMPROVADOS. TABELAS ELABORADAS DE FORMA UNILATERAL QUE NÃO SERVEM COMO MEIOS DE PROVA. PRESUNÇÃO DE CUMPRIMENTO INTEGRAL DE INTERVALO INTRAJORNADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. SANEACRE (ANTIGO DEPASA) interpôs recurso contra sentença de fls. 214/221 que julgou procedentes os pedidos iniciais, condenando-o ao pagamento das quantias de R$ 25,529,25 (vinte e cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos), além do pagamento das horas extra intrajornada, referente ao período compreendido entre 01 de setembro de 2016 à 06 da janeiro de 2020, acrescido de 50% corrigido por lei e dos reflexos, perfazendo o montante de R$ 7.004,16 (sete mil e quatro reais e dezesseis centavos).

2. Em suas razões, o recorrente sustentou a necessidade de previsão legal para pagamento de adicional de insalubridade aos servidores temporários; a concessão de benefício em percentual superior ao existente a nível estadual; a inexistência de previsão legal de adicional de periculosidade a servidores efetivos do DEPASA; a ausência de comprovação das horas trabalhadas; a inexistência de nulidade na contratação temporária do recorrido; que os servidores do DEPASA, que trabalham em regime especial de trabalho, recebem gratificação específica; e que a essencialidade dos serviços prestados sujeitam os servidores ao enquadramento em regime especial de jornada (escala de revezamento ou plantão), não havendo que se falar em hora extra. Subsidiariamente pugnou que o adicional de insalubridade se limite ao percentual de 20% sobre o vencimento básico do recorrido.

3. Contrarrazões às fls.254/257.

4. Quanto ao adicional de insalubridade, o cargo exercido pelo recorrido era regido pela Lei Complementar nº 58/98 (dispõe sobre a contratação temporária de pessoal para atender às necessidades por tempo limitado de excepcional interesse público, nos termos do inciso X do art. 27 da Constituição Estadual), na qual inexiste previsão para a concessão de adicional de insalubridade. Nesse sentido, o julgado da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre:

DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ENTE PUBLICO. DEPASA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO. RECONHECIMENTO INDEVIDO. AUSÊNCIA DE NORMATIVO DO ENTE PUBLICO A QUE VINCULADO O AUTOR, QUANTO AO ADICIONAL VINDICADO. INTRAJORNADA DE TRABALHO. REGIME DE 12X36. HORA EXTRA. NÃO CABIMENTO. REGIME ESPECIAL A QUE SE SUBMETIA O AUTOR. COMPENSAÇÕES JÁ EXISTENTES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. 1. As contratações por excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da CF/88, são caracterizadas por relação jurídico-administrativa, o que afasta a aplicação da legislação celetista. 2. O pagamento do adicional de insalubridade é devido ao trabalhador que exerce suas atividades sob a incidência de agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados. 3. Considerando a inexistência de normativo do ente publico em que se acha vinculado o autor, não há como reconhecer em seu favor o adicional vindicado de insalubridade. 4. A peculiaridade do serviço prestado pelo Autor. Submissão a regime diferenciado de horário. Esse tipo de jornada especial de trabalho tem previsão legal e foi admitida pelo TST, pois há a compensação das horas excedentes do limite diário de 8 horas, dos dias de descanso semanal remunerado, com a concessão de prazo de descanso bem maior, qual seja, o de 36 horas. Justamente, ante o regime especial a que o autor se submetia, não há dúvida de que já tinha suas compensações para os benefícios pleiteados. Precedentes. 6. Sentença reformada. Recurso provido. (Relator (a): Desª. Waldirene Cordeiro; Comarca: Xapuri; Número do Processo:0700551-16.2020.8.01.0007; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 15/12/2023; Data de registro: 15/12/2023) (grifo nosso)

5. Neste eito, por se tratar de regime jurídico estatutário especial, inaplicável as disposições contidas na CLT. Também não há que se falar em aplicabilidade de dispositivos constitucionais e/ou insurgência do Poder Judiciário, tendo em vista a autonomia municipal para legislar sobre a questão, o que, em caso contrário, acarretaria o rompimento do princípio da tripartição dos poderes.

6. Quanto às horas intrajornadas, cabia ao recorrido fazer prova mínima do fato constitutivo de seu direito, o que não ocorreu. O exíguo conjunto probatório não é apto a dar suporte às suas afirmações, de modo que as planilhas de fls. 13/66 foram elaboradas de forma unilateral pelo recorrido, não possuindo força probatória apta a demonstrar que a jornada de trabalho exercida por este estava fora dos critérios exigidos dos servidores em exercício de função pública atrelada a serviço essencial, ou que não havia sido devidamente remunerado pelas horas extras que alega ter cumprido. Assim, presume-se que o intervalo intrajornada foi cumprido em sua integralidade (36h).

7. Outrossim, a jornada especial de trabalho cumprida pelo recorrido (12hx36h) decorre da singularidade dos serviços prestados, ante a essencialidade destes, e possui previsão legal, conforme Súmula 444 do TST: "É valida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas.".

8. Nesse contexto, a reforma da sentença é medida que se impõe para, em conformidade com o art. 1.013, § 1º do CPC, julgar totalmente improcedentes os pedidos iniciais.

9. Recurso conhecido e provido. Sem condenação em honorários, ante o resultado do julgamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0700550-31.2020.8.01.0007, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em dar provimento ao recurso apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0700018-86.2022.8.01.0007
Foro de Origem: Xapuri
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: ACRE GOVERNO DO ESTADO (AC GOV GABINETE DO GOVERNADOR).
Procurador: ALAN DE OLIVEIRA DANTAS CRUZ (OAB: 2469E/AC).
Apelada: Miriam Souza da Silva.
Advogado: Wagner Alvares de Souza (OAB: 3930/AC).
Assunto: Nulidade

RECURSO INOMINADO. JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO EFETIVO. PROFESSORA APOSENTADA. EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA COMPROVADO NO PERÍODO VINDICADO. AO CONTRÁRIO DO QUE ALEGA O RECORRENTE, CONSTA NA FICHA FUNCIONAL DA RECORRIDA QUE ESTA FOI NOMEADA PARA O CARGO EM COMISSÃO EM 02/01/2010 E EXONERADA EM 31/01/2012. APESAR DE O ESTADO TER APRESENTADO ALGUMAS PORTARIAS, NÃO CONSTA TODO O PERÍODO PLEITEADO. ASSIM, CONSOANTE PREVÊ A LEGISLAÇÃO A PARTE AUTORA FAZ JUS À PERCEPÇÃO DO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS PROPORCIONAIS SOBRE QUARENTA E CINCO DIAS. AUSÊNCIA DE FATOS EXTINTIVOS, MODIFICATIVOS E IMPEDITIVOS DO DIREITO PLEITEADO. ANÁLISE QUE NÃO MERECE REFORMA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, SERVINDO ESTA SÚMULA DE JULGAMENTO COMO ACÓRDÃO, NOS TERMOS DO ART. 46, DA LEI N. 9.099/95. SEM CUSTAS EM RAZÃO DA ISENÇÃO LEGAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 10% DO VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0700018-86.2022.8.01.0007, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em negar provimento ao recurso apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Acórdão n.:
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0701500-40.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Thamiris da Silva Holanda.
Advogado: Igor Coelho dos Anjos (OAB: 153479/MG).
Apelado: TAM Linhas Aéreas S.A.
Advogado: FERNANDO ROSENTHAL (OAB: 146730/SP).
Assunto: Transporte Aéreo

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO. ATRASO DE VOO DOMÉSTICO. PERDA DE CONEXÃO. DANOS MORAIS. INCABÍVEL. MERO DISSABOR COTIDIANO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de Ação de Reparação por Danos Morais intentada por THAMIRIS DA SILVA HOLANDA em face de LATAM AIRLINES GROUP S/A. (fls. 01/09)

2. O juízo de primeiro grau decidiu pelo indeferimento do pleito (fls. 110/112).

3. Em suas razões (fls. 115/126) a recorrente pugna pela reforma da sentença com a consequente procedência dos pedidos iniciais.

4. Contrarrazões às fls. 136-142, prestigiando o julgado.

É o breve relatório.

5. O Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 14, consagrou a responsabilidade objetiva do fornecedor de serviço, com base na teoria do risco do empreendimento, na qual ele responde independente de culpa pelos danos causados aos consumidores por falha na prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas. Dessa forma, o fornecedor somente não responderá pelos danos causados, se provar a inexistência do defeito ou fato exclusivo do consumidor ou de terceiro (art. 14, §3º, I e II do CDC).

6. De acordo com a inicial, o voo adquirido pela autora atrasou ocasionando a perda das conexões para os voos seguintes, gerando enorme estresse e esgotamento emocional (fls. 01/09).

7. A recorrida aduz que o voo sofreu um atraso de 38 minutos em razão de chegada tardia da aeronave (fl. 54). Tal alegação foi comprovada consoante informações obtidas do endereço eletrônico da ANAC (fl. 55).

8. Inicialmente, vale ressaltar que a jurisprudência dos Tribunais Superiores tem firmado-se no sentido de que inexiste dano moral in re ipsa com o mero atraso de voo, pois é indispensável a comprovação de que o constrangimento suportado extrapola ao mero dissabor da vida em sociedade.

9. O Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/86), dispõe nos seus artigos 230 e 231, que qualquer atraso, delonga, obstrução ou circunstância que importe em lapso superior a 04 horas, já demandaria, por si só, providências por parte da empresa aérea, no sentido de minorar-se as consequências adversas que daí advém.

10. Apesar da situação delicada a que foi exposta a autora, depreende-se dos autos que a ré prestou a devida assistência obedecendo aos deveres de conduta, conferindo efetividade ao disposto no art. 27, incisos II e III, da Resolução nº 400/2016 da ANAC .

11. Depreende-se dos autos, que a parte autora foi realocada para o próximo voo disponível ao local de destino, sendo-lhe fornecida assistência material com hospedagem, alimentação e transporte (fl. 58).

12. Destarte, considerando que o juízo ad quo decidiu em consonância com o entendimento dos tribunais superiores, inviável o pleito da recorrente.

13. Isto posto, nego provimento ao recurso da reclamante, mantendo a sentença de primeiro grau.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0701500-40.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juízes Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira conhecer e negar provimento, nos termos do voto da relatora.

Rio Branco, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0002870-66.2021.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Eva Ferreira Alves.
Advogada: Octavia de Oliveira Moreira (OAB: 2831/AC).
Apelado: Maxmilhas - Mm Turismo & Viagens S.a..
Advogado: EUGÊNIO COSTA FERREIRA DE MELO (OAB: 103082/MG).
Advogado: RODRIGO VENEROSO DAUR (OAB: 102818/MG).
Apelado: LATAM AIRLINES BRASIL.
Advogado: Fabio Rivelli (OAB: 4158/AC).
Advogado: Eduardo José Parillha Panont (OAB: 4205/AC).
Assunto: Transporte Aéreo

RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. PLEITO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA EM RAZÃO DO AGRAVAMENTO DA PANDEMIA. CONSUMIDORA RESTOU IMPOSSIBILITADA DE USUFRUIR A PASSAGEM AÉREA. POSSIBILIDADE DE REMARCAÇÃO OFERTADA. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLEITO RECURSAL DE MAJORAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÕES MAIS GRAVOSAS. SENTENÇA QUE AVALIOU TODAS AS PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL QUE NÃO CARECE DE MAJORAÇÃO. ANÁLISE QUE NÃO MERECE REFORMA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, SERVINDO ESTA SÚMULA DE JULGAMENTO COMO ACÓRDÃO, NOS TERMOS DO ART. 46, DA LEI N. 9.099/95. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 10% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. CONDENAÇÃO SUSPENSA EM RAZÃO MANUTENÇÃO DO DEFERIMENTO DA GRATUIDADE EM FAVOR DA RECORRENTE

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0002870-66.2021.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em negar provimento ao recurso apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0708277-41.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Maricélia Rocha do Nascimento.

Apelante: Maria do Socorro Pinto Camurca.
Apelante: Raquel Francisca da Silva.
Apelante: Rita da Silva Braz.
Apelante: Rosimeire Rodrigues Silva Taveira.
Advogado: Andrey Fernandes do Rego Farias (OAB: 3898/AC).
Apelado: Município de Rio Branco.
Procuradora: Amanda Mendes Evangelista (OAB: 6623/AC).
Assunto: Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. MUNICÍPIO DE RIO BRANCO. PISO SALARIAL. PEDIDO DE PAGAMENTOS RETROATIVOS REFERENTES AO ANO DE 2019. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DA PARTE AUTORA. RECEBIMENTO ACIMA DO PISO À ÉPOCA. MANUTENÇÃO QUE SE IMPÕE. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada, com pretensão de recebimento das diferenças de salário e 13º do ano de 2019, referente ao piso nacional instituído pela Lei Federal n. 13.708/18. Sentença de improcedência. Recurso da parte autora, pretendendo a condenação da reclamada, nos termos da exordial. Contrarrazões que requer a manutenção do julgado combatido.
2. A sentença não merece modificação. Tema amplamente discutido pelos colegiados deste microssistema, em que restou firmada a tese do direito constitucional assegurado da aplicação do piso nacional. Isso decorreu de municípios que não estavam respeitando a lei referida, com pagamentos inferiores ao piso desde sua criação:

RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS SALARIAIS E SEUS REFLEXOS. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MUNICIPAL. PISO SALARIAL ESTABELECIDO PELA LEI FEDERAL N. 12.994/2014, EM ATENÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DESOBEDIÊNCIA. DESNECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO PELA MUNICIPALIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS OU À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PREVISÃO DE COMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA ATRAVÉS DE REPASSES DA UNIÃO. DIFERENÇAS DEVIDAS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
(Relator (a): Thais Queiroz Borges de Oliveira Abou Khalil; Comarca: Porto Acre;Número do Processo:0700003-14.2018.8.01.0022;Órgão julgador: 2ª Turma Recursal;Data do julgamento: 21/11/2019; Data de registro: 25/11/2019)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. DIFERENÇAS SALARIAIS. SERVIDOR TEMPORÁRIO. AGENTE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. PISO SALARIAL PREVISTO NA LEI Nº 11.350/2006. VALORES DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELO MUNICÍPIO. VÍNCULO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA, RECONHECIDO PELOS ARTS. 7º E 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECLAMANTE QUE FAZ JUS ÀS DIFERENÇAS DECORRENTES DA INOBSERVÂNCIA AO PISO SALARIAL DA CATEGORIA. RECURSO IMPROVIDO.
(Relator (a): Mirla Regina; Comarca: Porto Acre;Número do Processo:0700096--11.2017.8.01.0022;Órgão julgador: 2ª Turma Recursal;Data do julgamento: 06/06/2019; Data de registro: 06/06/2019)

FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR CONCURSADO. SENTENÇA QUE DETERMINOU O ADIMPLEMENTO DE DIFERENÇA SALARIAL A TÍTULO DE COMPLEMENTAÇÃO, OBSERVANDO O PISO LEGAL NO IMPORTE DE R$-3.025,40 EM RAZÃO DA INOBSERVÂNCIA DA RECLAMADA, DO VALOR INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL N. 12.994/2014, LEI N. 11.350/06 C/C LEI MUNICIPAL N. 421/2012. RECURSO DO ENTE MUNICIPAL. PEDIDO DE IMPROCEDÊNCIA. CONTRARRAZÕES PELA MANUTENÇÃO DO JULGADO. A SENTENÇA NÃO MERECE QUALQUER MODIFICAÇÃO. O JUDICIÁRIO NO CASO ESPECÍFICO NÃO ESTÁ DETERMINANDO CONCESSÃO DE AUMENTO SALARIAL CONFORME ALEGA O RECORRIDO, MAS O DIREITO AO RECEBIMENTO DO DETERMINADO EM LEI, CONFORME PISO ESTABELECIDO, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM ERROR IN JUDICANDO. CONFORME BEM DESTACADO PELA SENTENÇA HOSTILIZADA, HÁ PREVISÃO CONSTITUCIONAL DE QUE O PISO SALARIAL A AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS É DETERMINADO POR LEI FEDERAL. DESTE MODO, O TETO INSTITUÍDO PELA LEI N. 12.994/14 É DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA POR TODOS OS ENTES FEDERATIVOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI, NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, EM 18/6/2014. DIREITO ASSEGURADO. SENTENÇA QUE BEM ENFRENTOU A LIDE, DEVENDO SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, SERVINDO ESTA SÚMULA DE JULGAMENTO COMO ACÓRDÃO, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N. 9.099/95. SEM CUSTAS EM RAZÃO DA ISENÇÃO DO ART. 1.007, §1º, DO CPC C/C LEI ESTADUAL 1.422/2002. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 10% SOBRE O VALOR CORRIGIDO DA CAUSA, EX VI DO ART. 55, SEGUNDA PARTE, DA LJE, C/C ART. 85 DO CPC.
(Relator (a): Jose Augusto Cunha Fontes da Silva; Comarca: Porto Acre;Número do Processo:0700018-80.2018.8.01.0022;Órgão julgador: 1ª Turma Recursal;Data do julgamento: 24/04/2019; Data de registro: 25/04/2019)

3. No caso específico do Município de Rio Branco, os agentes comunitários de saúde e agentes de endemias são estatutários e regidos desde a Lei n° 1.794/2009 (anterior ao piso), que estabelece regime jurídico dos servidores municipais, sempre recebendo valores acima do previsto na legislação.
4. Em análise ao ano de 2019, onde se limita a pretensão de recebimento de valores, a parte autora sustenta não ter o município observado o enquadramento de cada servidor, levando em consideração as progressões e promoções em relação ao piso salarial do ano referido.
5. Contudo, conforme bem destacado pelo julgado combatido, o Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF, quando do julgamento do Recurso Extraordinário - RE 1279765 (Tema 1.132), de repercussão geral, no qual, além de reconhecer a constitucionalidade da aplicação do piso salarial em questão, ficou estabelecido que o seu cálculo deve considerar o vencimento do cargo somado às parcelas permanentes que integram a remuneração.
6. Assim, não restou verificado recebimento abaixo do piso no ano de 2019, de modo que a manutenção do julgado é medida que se impõe ao caso, por seus próprios e jurídicos fundamentos
7. Recurso conhecido e improvido. Sem custas. Fixo os honorários de sucumbência em 10% sobre o valor corrigido da causa, nos termos do art. 55, segunda parte, da LJE, c/c arts. 85 e ss. do CPC, suspensas por 05 anos (art. 98, §§2º e 3º do CPC) em razão da concessão da gratuidade em favor da parte recorrente vencida.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0708277-41.2023.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em negar provimento ao recurso apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0708276-56.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Dayanna Dyonara Oliveira da Costa.
Apelante: Regina da Silva Brito.
Apelante: Rosilene Ribeiro de Araújo.
Apelante: Raquel da Silva Sobrinho.
Apelante: Zuleide de Fátima Beni.
Advogado: Andrey Fernandes do Rego Farias (OAB: 3898/AC).
Apelado: Município de Rio Branco.
Procuradora: Amanda Mendes Evangelista (OAB: 6623/AC).
Assunto: Servidores Ativos

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. MUNICÍPIO DE RIO BRANCO. PISO SALARIAL. PEDIDO DE PAGAMENTOS RETROATIVOS REFERENTES AO ANO DE 2019. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DA PARTE AUTORA. RECEBIMENTO ACIMA DO PISO À ÉPOCA. MANUTENÇÃO QUE SE IMPÕE. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada, com pretensão de recebimento das diferenças de salário e 13º do ano de 2019, referente ao piso nacional instituído pela Lei Federal n. 13.708/18. Sentença de improcedência. Recurso da parte autora, pretendendo a condenação da reclamada, nos termos da exordial. Contrarrazões que requer a manutenção do julgado combatido.
2. A sentença não merece modificação. Tema amplamente discutido pelos colegiados deste microssistema, em que restou firmada a tese do direito constitucional assegurado da aplicação do piso nacional. Isso decorreu de municípios que não estavam respeitando a lei referida, com pagamentos inferiores ao piso desde sua criação:

RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS SALARIAIS E SEUS REFLEXOS. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MUNICIPAL. PISO SALARIAL ESTABELECIDO PELA LEI FEDERAL N. 12.994/2014, EM ATENÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DESOBEDIÊNCIA. DESNECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO PELA MUNICIPALIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS OU À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PREVISÃO DE COMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA ATRAVÉS DE REPASSES DA UNIÃO. DIFERENÇAS DEVIDAS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
(Relator (a): Thais Queiroz Borges de Oliveira Abou Khalil; Comarca: Porto Acre;Número do Processo:0700003-14.2018.8.01.0022;Órgão julgador: 2ª Turma Recursal;Data do julgamento: 21/11/2019; Data de registro: 25/11/2019)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. DIFERENÇAS SALARIAIS. SERVIDOR TEMPORÁRIO. AGENTE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. PISO SA-

LARIAL PREVISTO NA LEI Nº 11.350/2006. VALORES DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELO MUNICÍPIO. VÍNCULO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA, RECONHECIDO PELOS ARTS. 7º E 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECLAMANTE QUE FAZ JUS ÀS DIFERENÇAS DECORRENTES DA INOBSERVÂNCIA AO PISO SALARIAL DA CATEGORIA. RECURSO IMPROVIDO.
(Relator (a): Mirla Regina; Comarca: Porto Acre;Número do Processo:0700096--11.2017.8.01.0022;Órgão julgador: 2ª Turma Recursal;Data do julgamento: 06/06/2019; Data de registro: 06/06/2019)

FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR CONCURSADO. SENTENÇA QUE DETERMINOU O ADIMPLEMENTO DE DIFERENÇA SALARIAL A TÍTULO DE COMPLEMENTAÇÃO, OBSERVANDO O PISO LEGAL NO IMPORTE DE R$-3.025,40 EM RAZÃO DA INOBSERVÂNCIA DA RECLAMADA, DO VALOR INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL N. 12.994/2014, LEI N. 11.350/06 C/C LEI MUNICIPAL N. 421/2012. RECURSO DO ENTE MUNICIPAL. PEDIDO DE IMPROCEDÊNCIA. CONTRARRAZÕES PELA MANUTENÇÃO DO JULGADO. A SENTENÇA NÃO MERECE QUALQUER MODIFICAÇÃO. O JUDICIÁRIO NO CASO ESPECÍFICO NÃO ESTÁ DETERMINANDO CONCESSÃO DE AUMENTO SALARIAL CONFORME ALEGA O RECORRIDO, MAS O DIREITO AO RECEBIMENTO DO DETERMINADO EM LEI, CONFORME PISO ESTABELECIDO, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM ERROR IN JUDICANDO. CONFORME BEM DESTACADO PELA SENTENÇA HOSTILIZADA, HÁ PREVISÃO CONSTITUCIONAL DE QUE O PISO SALARIAL A AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS É DETERMINADO POR LEI FEDERAL. DESTE MODO, O TETO INSTITUÍDO PELA LEI N. 12.994/14 É DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA POR TODOS OS ENTES FEDERATIVOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI, NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, EM 18/6/2014. DIREITO ASSEGURADO. SENTENÇA QUE BEM ENFRENTOU A LIDE, DEVENDO SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, SERVINDO ESTA SÚMULA DE JULGAMENTO COMO ACÓRDÃO, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N. 9.099/95. SEM CUSTAS EM RAZÃO DA ISENÇÃO DO ART. 1.007, §1º, DO CPC C/C LEI ESTADUAL 1.422/2002. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 10% SOBRE O VALOR CORRIGIDO DA CAUSA, EX VI DO ART. 55, SEGUNDA PARTE, DA LJE, C/C ART. 85 DO CPC.
(Relator (a): Jose Augusto Cunha Fontes da Silva; Comarca: Porto Acre;Número do Processo:0700018-80.2018.8.01.0022;Órgão julgador: 1ª Turma Recursal;Data do julgamento: 24/04/2019; Data de registro: 25/04/2019)
3. No caso específico do Município de Rio Branco, os agentes comunitários de saúde e agentes de endemias são estatutários e regidos desde a Lei n° 1.794/2009 (anterior ao piso), que estabelece regime jurídico dos servidores municipais, sempre recebendo valores acima do previsto na legislação.
4. Em análise ao ano de 2019, onde se limita a pretensão de recebimento de valores, a parte autora sustenta não ter o município observado o enquadramento de cada servidor, levando em consideração as progressões e promoções em relação ao piso salarial do ano referido.
5. Contudo, conforme bem destacado pelo julgado combatido, o Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF, quando do julgamento do Recurso Extraordinário - RE 1279765 (Tema 1.132), de repercussão geral, no qual, além de reconhecer a constitucionalidade da aplicação do piso salarial em questão, ficou estabelecido que o seu cálculo deve considerar o vencimento do cargo somado às parcelas permanentes que integram a remuneração.
6. Assim, não restou verificado recebimento abaixo do piso no ano de 2019, de modo que a manutenção do julgado é medida que se impõe ao caso, por seus próprios e jurídicos fundamentos
7. Recurso conhecido e improvido. Sem custas. Fixo os honorários de sucumbência em 10% sobre o valor corrigido da causa, nos termos do art. 55, segunda parte, da LJE, c/c arts. 85 e ss. do CPC, suspensas por 05 anos (art. 98, §§2º e 3º do CPC) em razão da concessão da gratuidade em favor da parte recorrente vencida.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0708276-56.2023.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em negar provimento ao recurso apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0701453-66.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Jose Alci de Souza Araujo.
Advogado: Thiago Amadeu Nunes de Jesus (OAB: 6119/AC).
Apelado: Oi Móvel S.A - em Recuperação Judicial.
Advogado: Arquilau de Castro Melo (OAB: 331/AC).
Advogado: Hilário de Castro Melo Júnior (OAB: 2446/AC).
Assunto: Inclusão Indevida Em Cadastro de Inadimplentes

RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. ALEGAÇÃO DE FRAUDE NA CONTRATAÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA. RECLAMANTE DECLARA NÃO TER CONTRATADO PLANO DE TELEFONIA, PORÉM O ENDEREÇO CADASTRADO PARA A CONTRATAÇÃO É O MESMO DECLARADO EM OUTRAS OPORTUNIDADE PELO RECORRENTE. ALIADO AOS DEMAIS ELEMENTOS PROBATÓRIOS COMO O HISTÓRICO DE LIGAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PESSOAL DO RECLAMANTE EM PODER DA EMPRESA RECLAMADA. CONJUNTO PROBATÓRIO SEGURO. FRAGILIDADE DAS ALEGAÇÕES DE DESCONHECIMENTO DA CONTRATAÇÃO DA LINHA TELEFÔNICA. DÉBITO LEGÍTIMO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE PROVA MÍNIMA DO DANO ALEGADO. ÔNUS DA PARTE AUTORA (ART. 373, I, DO CPC). RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, SERVINDO ESTA SÚMULA DE JULGAMENTO COMO ACÓRDÃO, NOS TERMOS DO ART. 46, DA LEI N. 9.099/95. CONDENAÇÃO FIXADA EM 10% DO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA, A QUAL FICA SUSPENSA EM RAZÃO DA CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0701453-66.2023.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em negar provimento ao recurso apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0704624-31.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: ENERGISA S/A.
Advogado: Eduardo Queiroga Estrela Maia Paiva (OAB: 23664/PB).
Advogado: Carlos Frederico Nóbrega Farias (OAB: 7119/PB).
Apelado: Mateus Reis de Lima.
Advogado: Saulo de Tarso Rodrigues Ribeiro (OAB: 4887/AC).
Assunto: Perdas e Danos

RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. ENERGIA ELÉTRICA. SUSPENSÃO DO SERVIÇO. EXISTÊNCIA DE DÉBITO EM ABERTO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO COM 15 DIAS DE ANTECEDÊNCIA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 360 DA RESOLUÇÃO 1.000 DA ANEEL. RÉ QUE NÃO APRESENTA FATOS QUE MODIFIQUEM O DIREITO AUTORAL. CORTE INDEVIDO, ANTE A AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. DANO MORAL QUE DECORRE DA ESSENCIALIDADE DO SERVIÇO. VALOR FIXADO QUE MERECE ADEQUAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS.

1. É fato incontroverso que o fornecimento de energia elétrica foi suspenso na residência do recorrido, pela fatura vencida em 16/05/2023 no valor de R$ 40,04. Compulsando os autos verifico que a parte recorrida apresentou nos autos o comprovante de pagamento realizado em 07/06/2023, pago via QRCODE emitido pelos canais oficais de contato da empresa. Além disto, o beneficiário do referido pagamento tem o nome similar ao da concessionária reclamada, induzindo o consumidor a erro.

2. Além disto, não consta nos autos a comprovação efetiva do envio de notificação ao titular da unidade consumidora. Não tendo a concessionária de energia elétrica logrado êxito em se desincumbir de quaisquer das hipóteses descritas no art. 373, II, do CPC, notadamente de notificar tempestivamente o consumidor acerca da possibilidade do corte e por se tratar de serviço essencial, além de não evitar que terceiros tenham acesso aos dados de seus clientes e sítio eletrônico, a indenização é medida que se impõe.

3. Repise-se, é incontroverso que houve a suspensão do fornecimento de energia elétrica, sendo este motivado pelos débitos das fatura vencida em abril/2024, que estava em aberto no sistema da empresa e paga pelo consumidor. A empresa reclamada, por sua vez, não apresenta qualquer comprovação de notificação prévia a respeito do corte, enquanto deveria ter sido respeitada a antecedência de 15 dias da notificação, nos termos do art. 360, inciso II, do parágrafo 1º da Resolução 1000 da ANEEL . Desta feita, é cediço que o dano moral, nas hipóteses de suspensão indevida, deve ser aferido in re ipsa, em razão da essencialidade do serviço.

4. No entanto, observados os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, imperiosa a redução do quantum fixado de R$ 3.000,00 (três mil reais) para R$ 2.000,00 (dois mil reais), considerando que não se tem a informação exata de quanto tempo o recorrido permaneceu privado do fornecimento de energia elétrica.

5. Recurso conhecido e parcialmente provido tão somente para reduzir o montante arbitrado a título de indenização por danos morais, mantendo-se a sen-

tença nos demais termos. Sem condenação em honorários de sucumbência ante o resultado do julgamento (art. 55, da LJE)

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0704624-31.2023.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em dar parcial provimento ao recurso apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0708278-26.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Maria Eliete Trajana Bezerra.
Apelante: Maria de Nazaré da Silva Oliveira.
Apelante: Maria Ivanilce da Silva Cassiano.
Apelante: Raimunda Costa da Silva.
Apelante: Silvanira Dias dos Santos Ferreira.
Advogado: Andrey Fernandes do Rego Farias (OAB: 3898/AC).
Apelado: Município de Rio Branco.
Procuradora: Amanda Mendes Evangelista (OAB: 6623/AC).
Assunto: Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. MUNICÍPIO DE RIO BRANCO. PISO SALARIAL. PEDIDO DE PAGAMENTOS RETROATIVOS REFERENTES AO ANO DE 2019. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DA PARTE AUTORA. RECEBIMENTO ACIMA DO PISO À ÉPOCA. MANUTENÇÃO QUE SE IMPÕE. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada, com pretensão de recebimento das diferenças de salário e 13º do ano de 2019, referente ao piso nacional instituído pela Lei Federal n. 13.708/18. Sentença de improcedência. Recurso da parte autora, pretendendo a condenação da reclamada, nos termos da exordial. Contrarrazões que requer a manutenção do julgado combatido.
2. A sentença não merece modificação. Tema amplamente discutido pelos colegiados deste microssistema, em que restou firmada a tese do direito constitucional assegurado da aplicação do piso nacional. Isso decorreu de municípios que não estavam respeitando a lei referida, com pagamentos inferiores ao piso desde sua criação:

RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS SALARIAIS E SEUS REFLEXOS. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MUNICIPAL. PISO SALARIAL ESTABELECIDO PELA LEI FEDERAL N. 12.994/2014, EM ATENÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DESOBEDIÊNCIA. DESNECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO PELA MUNICIPALIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS OU À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PREVISÃO DE COMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA ATRAVÉS DE REPASSES DA UNIÃO. DIFERENÇAS DEVIDAS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
(Relator (a): Thais Queiroz Borges de Oliveira Abou Khalil; Comarca: Porto Acre;Número do Processo:0700003-14.2018.8.01.0022;Órgão julgador: 2ª Turma Recursal;Data do julgamento: 21/11/2019; Data de registro: 25/11/2019)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. DIFERENÇAS SALARIAIS. SERVIDOR TEMPORÁRIO. AGENTE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. PISO SALARIAL PREVISTO NA LEI Nº 11.350/2006. VALORES DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELO MUNICÍPIO. VÍNCULO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA, RECONHECIDO PELOS ARTS. 7º E 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECLAMANTE QUE FAZ JUS ÀS DIFERENÇAS DECORRENTES DA INOBSERVÂNCIA AO PISO SALARIAL DA CATEGORIA. RECURSO IMPROVIDO.
(Relator (a): Mirla Regina; Comarca: Porto Acre;Número do Processo:0700096-11.2017.8.01.0022;Órgão julgador: 2ª Turma Recursal;Data do julgamento: 06/06/2019; Data de registro: 06/06/2019)

FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR CONCURSADO. SENTENÇA QUE DETERMINOU O ADIMPLEMENTO DE DIFERENÇA SALARIAL A TÍTULO DE COMPLEMENTAÇÃO, OBSERVANDO O PISO LEGAL NO IMPORTE DE R$ 3.025,40 EM RAZÃO DA INOBSERVÂNCIA DA RECLAMADA, DO VALOR INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL N. 12.994/2014, LEI N. 11.350/06 C/C LEI MUNICIPAL N. 421/2012. RECURSO DO ENTE MUNICIPAL. PEDIDO DE IMPROCEDÊNCIA. CONTRARRAZÕES PELA MANUTENÇÃO DO JULGADO. A SENTENÇA NÃO MERECE QUALQUER MODIFICAÇÃO. O JUDICIÁRIO NO CASO ESPECÍFICO NÃO ESTÁ DETERMINANDO CONCESSÃO DE AUMENTO SALARIAL CONFORME ALEGA O RECORRIDO, MAS O DIREITO AO RECEBIMENTO DO DETERMINADO EM LEI, CONFORME PISO ESTABELECIDO, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM ERROR IN JUDICANDO. CONFORME BEM DESTACADO PELA SENTENÇA HOSTILIZADA, HÁ PREVISÃO CONSTITUCIONAL DE QUE O PISO SALARIAL A AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS É DETERMINADO POR LEI FEDERAL. DESTE MODO, O TETO INSTITUÍDO PELA LEI N. 12.994/14 É DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA POR TODOS OS ENTES FEDERATIVOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI, NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, EM 18/6/2014. DIREITO ASSEGURADO. SENTENÇA QUE BEM ENFRENTOU A LIDE, DEVENDO SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, SERVINDO ESTA SÚMULA DE JULGAMENTO COMO ACÓRDÃO, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N. 9.099/95. SEM CUSTAS EM RAZÃO DA ISENÇÃO DO ART. 1.007, §1º, DO CPC C/C LEI ESTADUAL 1.422/2002. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 10% SOBRE O VALOR CORRIGIDO DA CAUSA, EX VI DO ART. 55, SEGUNDA PARTE, DA LJE, C/C ART. 85 DO CPC.
(Relator (a): Jose Augusto Cunha Fontes da Silva; Comarca: Porto Acre;Número do Processo:0700018-80.2018.8.01.0022;Órgão julgador: 1ª Turma Recursal;Data do julgamento: 24/04/2019; Data de registro: 25/04/2019)
3. No caso específico do Município de Rio Branco, os agentes comunitários de saúde e agentes de endemias são estatutários e regidos desde a Lei n° 1.794/2009 (anterior ao piso), que estabelece regime jurídico dos servidores municipais, sempre recebendo valores acima do previsto na legislação.
4. Em análise ao ano de 2019, onde se limita a pretensão de recebimento de valores, a parte autora sustenta não ter o município observado o enquadramento de cada servidor, levando em consideração as progressões e promoções em relação ao piso salarial do ano referido.
5. Contudo, conforme bem destacado pelo julgado combatido, o Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF, quando do julgamento do Recurso Extraordinário - RE 1279765 (Tema 1.132), de repercussão geral, no qual, além de reconhecer a constitucionalidade da aplicação do piso salarial em questão, ficou estabelecido que o seu cálculo deve considerar o vencimento do cargo somado às parcelas permanentes que integram a remuneração.
6. Assim, não restou verificado recebimento abaixo do piso no ano de 2019, de modo que a manutenção do julgado é medida que se impõe ao caso, por seus próprios e jurídicos fundamentos
7. Recurso conhecido e improvido. Sem custas. Fixo os honorários de sucumbência em 10% sobre o valor corrigido da causa, nos termos do art. 55, segunda parte, da LJE, c/c arts. 85 e ss. do CPC, suspensas por 05 anos (art. 98, §§2º e 3º do CPC) em razão da concessão da gratuidade em favor da parte recorrente vencida.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0708278-26.2023.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em negar provimento ao recurso apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Acórdão n.:
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0000578-23.2023.8.01.0011
Foro de Origem: Sena Madureira
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogado: Renato Chagas Corrêa da Silva (OAB: 8768/AC).
Apelado: Felipe Souza dos Santos.
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. IMÓVEL RURAL. LOTEAMENTO IRREGULAR. IRRELEVÂNCIA NO CASO CONCRETO. OBRIGAÇÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de Reclamação intentada por FELIPE SOUZA DOS SANTOS em face da ENERGISA ACRE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA.

2. O juízo de primeiro grau decidiu pela procedência do pedido, condenando a ré na obrigação de fazer no sentido de proceder ligação necessária ao fornecimento de energia elétrica. (fls. 41/43)

3. Em suas razões (fls. 47/52), a Recorrente pugna pela reforma integral da sentença, com a consequente improcedência do pedido inicial.

É o relatório.

4. A relação entre concessionária fornecedora de energia elétrica e usuário enquadra-se em típica relação de consumo, devendo ser aplicadas ao caso as

normas de proteção ao consumidor. Assim, há de se concluir pela responsabilidade objetiva, conforme dispõe o art. 14, caput, do CDC. Em sendo objetiva, a inversão do ônus da prova se opera automaticamente (ope legis), prescindindo da análise da vulnerabilidade do consumidor que, no caso, é presumida.

5. Por essa razão, é dever da concessionária de serviços públicos demonstrar que prestou o serviço adequadamente.

6. O Reclamante relata residir em zona rural e, em 17/05/2022, solicitou uma ligação de energia elétrica da empresa reclamada (fl. 01). Passados mais de 1 ano, a ré ainda não efetuou a ligação de energia. Narra residir com o pai, que padece de problemas de saúde, tendo recentemente se submetido a procedimento cirúrgico, necessitando usar aparelho nebulizador com frequência, o que só é possível mediante energia elétrica.
7. A ANEEL, nos termos de sua Resolução 414/2010 , art. 34, II, prevê prazo máximo de 120 dias para a conclusão da obra.

8. O pedido foi protocolado em 17/05/2022 e, até o presente momento - mais de 2 anos -, não há notícias de que a obra tenha sido realizada. Verifica-se, portanto, que o período transcorrido foi mais do que suficiente à ligação ou até mesmo realização de eventuais obras que se fizessem necessárias à instalação de energia.

9. Em suas razões (fl. 50) a Reclamante menciona que o imóvel se localiza em área de ocupação irregular, impossibilitando-a de cumprir com a determinação disposta na sentença.

10. No entanto, é vedado à concessionária de energia elétrica obstar o fornecimento de energia elétrica, em razão de o imóvel se encontrar em loteamento irregular ou em processo de regularização fundiária, intervindo na análise da qualificação da posse exercida pelo usuário, recusa que apenas se justifica por razões de segurança e ordem técnica determinantes e impeditivas para a ligação pretendida pelo consumidor. Vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - LOTEAMENTO IRREGULAR - IRRELEVÂNCIA - ESSENCIALIDADE DO SERVIÇO - RESPONSABILIDADE PELO CUSTEIO DA OBRA NECESSÁRIA À DISPONIBILIZAÇÃOD DO SERVIÇO - NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA - RECURSO PROVIDO. 1. A concessão de tutela provisória de urgência pressupõe a demonstração da urgência, consubstanciada em perigo de dano ou de inutilidade do processo, e da probabilidade do direito, tendo como objetivo resguardar a efetividade da tutela final ou impedir a sua inutilidade, nos termos do art. 300 do CPC/15. 2. A essencialidade do serviço de energia elétrica se sobrepõe a potencial exame de regularidade do loteamento no qual está inserido o imóvel do consumidor. 3. A responsabilidade pelo custeio das obras de infraestrutura necessárias à disponibilização do serviço, todavia, carece do conhecimento prévio da extensão da rede, da tensão e da existência de infraestrutura básica das redes de distribuição de energia elétrica, o que demanda ampla instrução probatória. 4. Recurso provido. v.v. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL - LOTEAMENTO IRREGULAR - IMÓVEL RURAL - IRRELEVÂNCIA NO CASO CONCRETO - OBRIGAÇÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O fornecimento de energia elétrica constitui serviço essencial e vinculado à dignidade da pessoa humana e ao direito à saúde. 2. Nesses termos, o fato de o imóvel localizar-se em loteamento irregular não é suficiente para afastar a obrigação de prestação do serviço público essencial, e constitucionalmente assegurado. 3. Constatada a situação irregular do imóvel, pode o Poder Público agir de acordo com outros meios que a lei dispõe, mas o serviço público essencial não pode ser negado. 4. Portanto, há que ser mantida a decisão que determinou a instalação e ligação da energia elétrica no im óvel do recorrido. 5. Recurso não provido. (TJ-MG - AI: 22890761420228130000, Relator: Des.(a) Afrânio Vilela, Data de Julgamento: 24/01/2023, 2ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/01/2023)

11. Estar-se-á diante, portanto, de inequívoco descaso da concessionária, haja vista a notícia de que outras moradias no local usufruem do fornecimento de energia (fl. 01)

12. A falta de energia elétrica, por sua vez, ofende direitos básicos, como a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Além disso, a Constituição Federal em seu art. 6º e a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), art. 2º, I , consagram a ideia de moradia adequada, garantindo acesso a serviços adequados. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos, o direito à moradia adequada não significa apenas que a estrutura da habitação deve ser adequada. Também deve haver acesso sustentável e não discriminatório às infraestruturas essenciais para a saúde, segurança, conforto e nutrição. Deve haver acesso à água potável, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, saneamento e instalações para lavagem, meios para o armazenamento de alimentos, eliminação de resíduos, drenagem e serviços de emergência.

13. Por conseguinte, conforme disciplina o art. 6º, "caput" e §1º da Lei 8.987/95, toda concessão de serviço público implica na prestação de um serviço adequado e que, portanto, satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de tarifas.

14. A conduta da ré, ademais, viola flagrantemente o conteúdo do art. 228, §2º da Resolução 1.000 da ANEEL, in verbis:

§2º A distribuidora deve instalar equipamentos de medição para cada familia que resida em habitações multifamiliares regulares ou irregulares de baixa renda, exceto quando não for tecnicamente viável.

15. Ainda, o art. 495, VIII da mesma Resolução, dispõe:

Art. 495. A conexão temporária é aplicável no atendimento das seguintes situações: (...)
VIII – núcleo ou assentamento informal, clandestino ou irregular, ocupado predominantemente por população de baixa renda (...)

16. Irrelevante, portanto, a qualificação da posse para a instalação da energia elétrica.

17. Destarte, considerando a mora irrazoável em patente desobediência à legislação de regência, correta a sentença ao determinar o fornecimento de energia elétrica, sob pena de multa diária. (fls. 41/43)

18. Isto posto, nego provimento ao Recurso Inominado, mantendo a sentença de primeiro grau.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0000578-23.2023.8.01.0011, ACORDAM os Juízes Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira, conhecer e negar provimento ao Recurso Inominado, nos termos do voto da relatora.

Rio Branco, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0705659-26.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Gleisson Quintela de Araújo.
D. Pública: Aryne Cunha do Nascimento (OAB: 2884/AC).
Apelado: Serviço de Água e Esgoto de Rio Branco - SAERB.
Proc. Jurídico: ÁLEFE QUEIROZ COSTA (OAB: 5891/AC).
Apelado: Município de Rio Branco.
Procuradora: Sandra de Abreu Macêdo (OAB: 1419/AC).
Assunto: Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público

RECURSO INOMINADO FAZENDA PÚBLICA. INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO EM PROCESSO SELETIVO. AUDITORIA NO SISTEMA DE INSCRIÇÃO QUE DETECTOU A ALTERAÇÃO DE DADOS DOS CANDIDATOS APÓS A FINALIZAÇÃO DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO. PARTE AUTORA QUE ASSUME TER INSERIDO ERRONEAMENTE O SEU PRIMEIRO NOME (FLS.90). CONDUTA QUE FERE A PREVISÃO DO EDITAL PELA IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE DADOS APÓS O PERÍODO DE INSCRIÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. SERVINDO ESTA SÚMULA COMO ACÓRDÃO, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LJE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA FIXADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 55, LJE C/C ART. 85, CPC), FICANDO SUSPENSA EM RAZÃO DA GRATUIDADE DEFERIDA EM FAVOR DA PARTE RECORRENTE.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0705659-26.2023.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em negar provimento ao recurso apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0700212-23.2024.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Antonio Clementino da Cruz Júnior.
Advogado: Hirli Cezar B. S. Pinto (OAB: 1661/AC).

Apelado: Estado do Acre.
Procurador: Joao Paulo Aprigio de Figueiredo (OAB: 2410/AC).
Assunto: Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público

RECURSO INOMINADO FAZENDA PÚBLICA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE SEXTA PARTE. CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO, ANTERIOR À CF/88. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DA RECLAMANTE. IMPERIOSA MANUTENÇÃO DA CONCLUSÃO ADOTADA EM 1º GRAU. ENTENDIMENTO PACIFICADO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADI 3609). ATENDIMENTO AO JULGAMENTO DO STF PARA O TEMA NESTE ESTADO. TEMA 1157 DE REPERCUSSÃO GERAL SEDIMENTOU O ENTENDIMENTO. INGRESSO SEM CONCURSO PÚBLICO QUE IMPOSSIBILITA A CONCESSÃO DE DIREITOS PRÓPRIOS DO SERVIDORES EFETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. SERVINDO ESTA SÚMULA COMO ACÓRDÃO, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LJE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA FIXADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 55, LJE C/C ART. 85, CPC), FICANDO SUSPENSA EM RAZÃO DA GRATUIDADE DEFERIDA EM FAVOR DA PARTE RECORRENTE.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0700212-23.2024.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em negar provimento ao recurso apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0701118-42.2023.8.01.0007
Foro de Origem: Xapuri
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogado: Eduardo Queiroga Estrela Maia Paiva (OAB: 23664/PB).
Apelado: Lucas Gondim Silva.
Advogada: Marlizia Maia Gondim (OAB: 2479E/AC).
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica

RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PEDIDO DE LIGAÇÃO NOVA. INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA EM IMÓVEL LOCALIZADO EM ZONA URBANA. DEMORA INJUSTIFICADA NA INSTALAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA. A PARTE RECLAMADA NÃO APRESENTOU FATOS MODIFICATIVOS, EXTINTIVOS OU IMPEDITIVOS DO DIREITO DO RECLAMANTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. EXECUÇÃO DO PEDIDO FORA DO PRAZO ESTABELECIDO PELA RESOLUÇÃO DA ANEEL. DANO MORAL CONFIGURADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL QUE DECORRE DA ESSENCIALIDADE DO SERVIÇO. VALOR FIXADO QUE MERECE ADEQUAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS.

1. Dispenso o relatório, por conta do permissivo legal do artigo 44 do Regimento Interno das Turmas Recursais e artigo 38 da Lei 9.099/95.

2. É incontroverso que a recorrida, em 24/08/2023, realizou pedido de prestação de serviços com a parte recorrente e a solicitação somente foi atendida pela concessionária em 06/09/2023 (fls.50), em atendimento à determinação judicial.

3. Embora a recorrente alegue que não houve falha na prestação do serviço, não consta nos autos comprovação de que a solicitação do reclamante foi atendida no prazo determinado pela Resolução 1000/2021 da ANEEL. A parte recorrente se restringe a alegar que cumpriu a demanda no prazo estabelecido na resolução e que não havia registro do pedido administrativo do reclamante em seu sistema.

4. Assim, considerando que se trata de prestação de serviço essencial, indubitavelmente configurado restou o dano moral, de forma que a manutenção da condenação é medida que se impõe. No entanto, observados os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, aliado ao tempo em que a parte reclamante permaneceu sem energia elétrica imperiosa a redução do quantum fixado de R$ 8.000,00 (oito mil reais) para R$ 1.000,00 (mil reais).

5. Recurso conhecido e parcialmente provido tão somente para reduzir o montante arbitrado a título de indenização por danos morais, mantendo-se a sentença nos demais termos. Custas pagas. Sem condenação em honorários de sucumbência ante o resultado do julgamento (art. 55, da LJE).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0701118-42.2023.8.01.0007, ACORDAM os Senhores Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira em dar parcial provimento ao recurso apresentado nos termos do voto da relatora.

Rio Branco - Acre, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0700518-26.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Fundo de Investimento Em Direitos Creditorios Não Padronizados Nplii.
Advogada: Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 4788/AC).
Apelada: Valeria Mota da Silva.
Advogado: Evandro de Araujo Melo Junior (OAB: 6469/TO).
Assunto: Inclusão Indevida Em Cadastro de Inadimplentes

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECLAMANTE IMPEDIDA DE CELEBRAR NEGÓCIO JURÍDICO, EM VIRTUDE DE RESTRIÇÃO INDEVIDA DE SEU NOME JUNTO AO CADASTRO DE INADIMPLENTES. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA DECLARAR INEXISTENTE O DÉBITO ALÉM DE CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. RECURSO PELA RECLAMADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RECORRENTE QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS EM COMPROVAR A RELAÇÃO CONTRATUAL PRÉVIA, VALENDO-SE APENAS DE NOTA FISCAL. COBRANÇA PAUTADA NA REGULAR CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE PROVA DA CESSÃO. FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS E EXTINTIVOS NÃO DEMONSTRADOS. ART. 373 , II , DO CPC . DANOS MORAIS CONFIGURADOS. EXTRAPOLAÇÃO DA SEARA DO MERO ABORRECIMENTO. VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. ARTS. 5º, V E X, DA CF E 6º, VI, DO CDC . “QUANTUM” REPARATÓRIO (R$ 4.000,00) MANTIDO, EM OBSERVÂNCIA AOS POSTULADOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO A RECLAMADA EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA FIXADOS EM 10% SOB O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0700518-26.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso , nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

Acórdão n.:
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0000930-49.2021.8.01.0011
Foro de Origem: Sena Madureira
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogado: Eduardo Queiroga Estrela Maia Paiva (OAB: 23664/PB).
Apelada: Araguaci Martins Braga.
Apelado: Daniel Braga de Souza.
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEMORA EXCESSIVA NA RELIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA APÓS RENEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS ATRASADOS. ATO ILÍCITO EVIDENCIADO. DANO MORAL IN RE IPSA DEMONSTRADO. QUANTUM ARBITRADO MANTIDO.

1. Trata-se de Reclamação intentada por ARAGUACI MARTINS BRAGA e DANIEL BRAGA DE SOUZA em face da ENERGISA ACRE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA.

2. O juízo de primeiro grau decidiu pela procedência do pedido, condenando a ré a indenizar os reclamantes no montante de R$ 3.500,00 a título de dano moral (fls. 41/43)

3. Em suas razões (fls. 106/113), a Recorrente pugna pela reforma integral da sentença, com a consequente improcedência do pedido inicial.

É o relatório.

4. A relação entre concessionária fornecedora de energia elétrica e usuário enquadra-se em típica relação de consumo, devendo ser aplicadas ao caso as normas de proteção ao consumidor. Assim, há de se concluir pela responsabilidade objetiva, conforme dispõe o art. 14 , caput, do CDC. Em sendo objetiva, a inversão do ônus da prova se opera automaticamente (ope legis), prescindindo da análise da vulnerabilidade do consumidor que, no caso, é presumida.

5. Por essa razão, é dever da concessionária de serviços públicos demonstrar que prestou o serviço adequadamente.

6. Conforme disciplina o art. 6º, "caput" e §1º da Lei 8.987/95, toda concessão de serviço público implica na prestação de um serviço adequado e que, portanto, satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de tarifas.

7. A Lei 8.078/90 é clara ao determinar em seu artigo 22 que "os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes e seguros e, quanto aos essenciais, contínuos", devendo no caso de descumprimento serem compelidas a reparar os danos causados.

8. Relatam os Reclamantes que, após renegociação de dívida realizada em 19/10/2021 (fl. 04), a ré comprometeu-se em proceder com a religação da energia no prazo de até 10 dias, o que não ocorreu. (fl. 01)

9. À fl. 30, a Ré informa ter sido a religação efetivada apenas em 25/11/2021.

10. Dessa forma, conclui-se que a ré agiu em descompasso com a regra prevista no art. 362, inciso V, da Resolução nº. 1.000/2021 da ANEEL, que estipula o prazo máximo de 24 horas para religação normal de energia em área urbana e 48 horas para religação normal de energia em área rural.

11. Estar-se-á, diante, portanto, de inequívoco descaso da concessionária, pois considerando a essencialidade do serviço de energia elétrica, forçoso reconhecer a falha na prestação do serviço, ocasionada em virtude da demora excessiva para religação da energia elétrica, situação suficiente a ensejar os danos morais.

12. O dano moral decorre da violação aos direitos da personalidade, inerentes à pessoa, imprescindíveis ao seu desenvolvimento e preservação de sua dignidade. Sua qualificação se pauta na esfera da subjetividade do ofendido ou no plano valorativo da pessoa perante a sociedade, observando valores como a consideração ou a reputação que goza no meio em que vive e atua.

13. Conforme entendimento consolidado no âmbito do STJ, os valores fixados a título de danos morais só poderão ser revistos em casos que o quantum afrontar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, revelando-se ínfimos ou exorbitantes.

14. Destarte, em que pese as alegações da recorrente, a sentença não comporta mudança, sendo a condenação da ré no montante de R$ 3.500,00 a título de danos morais, justa e proporcional.

15. Isto posto, nego provimento ao Recurso Inominado, mantendo a sentença de primeiro grau.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0000930-49.2021.8.01.0011, ACORDAM os Juízes Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira conhecer e negar provimento ao Recurso Inominado, nos termos do voto do relatora.

Rio Branco, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

Acórdão n.:
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0704847-81.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Apelante: Maria Vitória Carvalho de Souza.
Advogado: Ítalo da Silva Nascimento (OAB: 6266/AC).
Apelado: Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogado: Eduardo Queiroga Estrela Maia Paiva (OAB: 23664/PB).
Advogado: Carlos Frederico Nóbrega Farias (OAB: 7119/PB).
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica

RECURSO INOMINADO. IRREGULARIDADES NA AFERIÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. LICITUDE DO PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Inexistência de Irregularidades c/c Danos Morais intentada por MARIA VITÓRIA CARVALHO DE SOUZA em face de ENERGISA ACRE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, alegando irregularidade na realização de vistoria que deu ensejo ao Termo de Ocorrência de Irregularidade (TOI) (fls. 01/12).

2. O juízo de primeiro grau decidiu pela improcedência do pedido (fls. 114/115).

3. Em suas razões (fls. 118/127), a Recorrente pugna pela reforma integral da sentença, com a consequente procedência dos pedidos iniciais.

4. Contrarrazões às fls. 132/143, prestigiando o julgado.

É o relatório.

5. A relação entre concessionária fornecedora de energia elétrica e usuário enquadra-se em típica relação de consumo, devendo ser aplicadas ao caso as normas de proteção ao consumidor. Assim, há de se concluir pela responsabilidade objetiva, conforme dispõe o art. 14 , caput, do CDC. Em sendo objetiva, a inversão do ônus da prova se opera automaticamente (ope legis), prescindindo da análise da vulnerabilidade do consumidor que, no caso, é presumida.

6. Conforme disciplina o art. 6º, "caput" e §1º da Lei 8.987/95, toda concessão de serviço público implica na prestação de um serviço adequado e que, portanto, satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de tarifas.

7. A concessionária está autorizada pelo órgão regulador a realizar a revisão do faturamento de energia elétrica, devendo para tanto, obedecer às garantias do processo administrativo a ser instaurado para a comprovação da eventual irregularidade que ensejou o faturamento incorreto.

8. A validade do procedimento de fiscalização e recuperação de consumo deve ser examinada à luz das regras previstas pela Resolução nº 414/2010 da ANEEL, que assim dispõem:

Art. 115. Comprovada deficiência no medidor ou em demais equipamentos de medição, a distribuidora deve proceder a compensação do faturamento de consumo de energia elétrica e de demanda de potência ativa e reativa excedentes com base nos seguintes critérios:

(...)

§7º Condiciona-se a caracterização da deficiência no medidor ou demais equipamentos de medição ao disposto no §1º do art. 129.

Art. 129 Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização e apuração do consumo não faturado ou faturado a menor.

§1º A distribuidora deve compor conjunto de evidências para a caracterização de eventual irregularidade por meio dos seguintes procedimentos:

I – emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção – TOI, em formulário próprio, elaborado conforme Anexo V desta Resolução;

II – solicitar perícia técnica, a seu critério, ou quando requerida pelo consumidor ou por seu representante legal;

III – elaborar relatório de avaliação técnica, quando constatada a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, exceto quando for solicitada a perícia técnica de que trata o inciso II;

IV – efetuar a avaliação do histórico de consumo e grandezas elétricas;

V – implementar, quando julgar necessário, os seguintes procedimentos:

a) medição fiscalizadora, com registros de fornecimento em memória de massa de, no mínimo 15 (quinze) dias consecutivos; e

b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos.

9. A Resolução nº 414/10 da ANEEL confere ao consumidor o direito de participar dos procedimentos de fiscalização conduzidos pela concessionária, o que, no caso, foi devidamente observado pela Demandada, sobretudo porque a prima da parte Demandante - Luciane Carvalho de Souza - participou da fiscalização ocorrida na residência em 07/06/2023 (fl. 2), embora tenha se recusado a assinar o Termo de Ocorrência e Inspeção (fl. 71), sendo-lhe entregue um recibo.

10. Nos termos da mesma resolução, constata-se que, em regra, a concessionária deve providenciar perícia técnica especializada no equipamento medidor de energia elétrica, no intuito de identificar a possível irregularidade no consumo de energia.

11. Com o procedimento de fiscalização, há duas possibilidades: i) irregularidade do medidor; ou ii) desvio de energia. Na fraude relacionada ao medidor de energia é necessária a realização de perícia técnica (art. 129, §1º, II ou III, da Resolução nº 414/10). Em se tratando de desvio de energia, basta para sua identificação, a confecção do termo de ocorrência e inspeção (art. 129, §1º, I, da Resolução nº 414/10).

12. No caso dos autos, considerada a natureza da fraude, foi expedido o TOI nº 1225697528, onde consta a informação acerca do desvio de energia realizado no ramal e sua posterior correção.

13. Além disso, após a inspeção e consequente regularização das irregularidades, é possível aferir um aumento considerável no consumo (fls. 72).

14. Considerando que a prestadora do serviço tem direito à devida contraprestação pela energia elétrica consumida efetuando-se a cobrança, eximir a Demandante da obrigação de pagar o montante correspondente ao seu consumo real ocasionaria enriquecimento sem causa, situação expressamente vedada pelo art. 884 do Código Civil.

15. Depreende-se dos autos que o procedimento de fiscalização e cobrança dos valores devidos seguiu as diretrizes fixadas na Resolução da ANEEL nº 414/2010. A Demandante, ao receber a "Carta ao Cliente" informando acerca da irregularidade, interpôs recurso administrativo (Protocolo 32371700), restando parcialmente provido, reduzindo o valor da cobrança de R$ 1.377,24 para R$ 905,77. (fls. 02/03).

16. Destarte, considerando a nítida observância ao procedimento de cobrança, forçoso reconhecer a regularidade dos valores cobrados pela Recorrida, haja vista a correlação ao fornecimento da energia elétrica, não adimplido até o momento.

17. Isto posto, nego provimento ao recurso da Reclamante, mantendo a sentença de primeiro grau.

18. Condeno em honorários de sucumbência no patamar de 10% sob o valor da causa, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0704847-81.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juízes Membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Evelin Campos Cerqueira Bueno, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira conhecer e negar provimento ao Recurso Inominado, nos termos do voto da relatora.

Rio Branco, 13 de agosto de 2024.

Juíza de Direito Evelin Campos Cerqueira Bueno
Relatora

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0701496-03.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Breno Geovane Azevedo Caetano.
Advogado: Lúcio de Almeida Braga Júnior (OAB: 3876/AC).
Apelado: Estado do Acre.
Procurador: ALAN DE OLIVEIRA DANTAS CRUZ (OAB: 2469E/AC).
Assunto: Recurso

RECURSO INOMINADO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROMOÇÃO FUNCIONAL. EFEITOS FINANCEIROS. LEI ESTADUAL 2.265/2010. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
1.Cuida-se de pedido de revisão de ato administrativo consubstanciado na Portaria 405/2022 (fls. 175), de lavra do Secretário de Estado da Fazenda da SEFAZ/AC, a fim de que a promoção do reclamante para a classe especial – ref. 1 do cargo de auditor fiscal passe a surtir efeitos a partir de 01/01/2022.
2.Adveio sentença julgando improcedente o pedido do reclamante (fls. 213/214).
3.Irresignado, insurge-se o reclamante pelo presente recurso inominado, advogando, em síntese, o efetivo cumprimento dos requisitos para fins de promoção ocorrido em 31/12/2021, com efeitos a contar no mês subsequente, consoante disposição da lei 2.265/2010.
4.Contrarrazões pelo Estado do Acre, pela manutenção da sentença, salientando que a concessão de promoção ao servidor não é automática, sendo necessário prévio requerimento, com abertura de procedimento administrativo. Arremata que os requisitos para a promoção do servidor restaram preenchidos em 01/01/2022, surtindo efeitos a partir de 01/02/2022, nos termos do Despacho SEPLAG de fls. 171/172 e legislação de regência.
5.É o relatório.
6.Inexiste razão o reclamante.
7.De início, verifica-se que o reclamante formulou requerimento de progressão para a classe especial (fls. 10) com a abertura de procedimento administrativo, findo o qual a Comissão de Promoção da SEFAZ/AC concluiu que no dia 31 de dezembro de 2021, o servidor cumpriu todos os requisitos exigidos por lei e, dessa forma, a concessão da promoção para Classe V, ref 1 deveria ser no dia 01 de janeiro de 2022 (fls. 164).
8.Não obstante a mencionada certificação pela Comissão de Promoção da SEFAZ, o procedimento administrativo seguiu o seu regular trâmite,com ulterior decisão exarada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, que em fls. 171/172, certificou a data do cumprimento dos requisitos para promoção como sendo 01/01/2022, com efeitos a partir de 01/02/2022, ratificado pelo Despacho de fl. 174, que nestes termos opinou pela homologação do ato.
9Ato contínuo, foi exarada a Portaria SEFAZ nº 405/2022 para fins de homologação da promoção do servidor, por ato do Secretário de Estado, autoridade competente para tal, conforme art. 14, caput, da Lei Estadual n. 2.265/2010.
10.Acerca do ato de homologação, assim prevê a Lei Estadual n. 2.265/2010, que estabelece a nova estrutura de carreira para os servidores da Secretaria de Estado da Fazenda:
Art. 14. A homologação das promoções far-se-á por ato específico do secretário da SEFAZ.
Parágrafo único. A promoção produzirá todos os seus efeitos legais no mês subsequente ao de cumprimento dos requisitos fixados nesta lei, independentemente da data em que se processe o ato de homologação previsto no caput.
11.Portanto, no presente caso se observou a retificação da data do cumprimento dos requisitos para fins de promoção, após manifestação da SEPLAG (fls. 171/174), com posterior homologação do ato, de modo que não há qualquer vício ou ilegalidade que macule a Portaria SEFAZ nº 405/2022.
12.Ante o exposto, conheço o recurso e nego provimento, pelo que condeno o recorrente ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0701496-03.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0700922-72.2023.8.01.0007
Foro de Origem: Xapuri
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Banco Santander (Brasil) Sa.
Advogado: Ney Jose Campos (OAB: 44243/MG).
Apelado: Ronnivon da Silva.
Advogado: Felipe Heitor Trevisan (OAB: 4449/AC).
Assunto: Bancários

RECURSO INOMINADO PELO RECLAMADO CONTRA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS, RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS E DESCONTADOS, CUMULADA COM PEDIDO DE CONDENAÇÃO EM. DANOS MORAIS. COBRANÇA INDEVIDA NO CARTÃO DE CRÉDITO. RESSARCIMENTO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE. DANOS MORAIS EM DECORRÊNCIA DOS TRANSTORNOS. APLICAÇÃO CONCRETA DO DISPOSTO NO ART. 6, IV CDC. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CONDENAÇÃO DO RECORRENTE RECLAMADO 10% SOB O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0700922-72.2023.8.01.0007, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

Acórdão n.:
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0703446-47.2023.8.01.0070

Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Apelante: Nazilde Tavares de Lima.
Advogada: MARCIA XAVIER SOUZA (OAB: 4194/AC).
Apelado: Fidic Npl2.
Advogado: Thiago Mahfuz Vezzi (OAB: 4881/AC).
Assunto: Inclusão Indevida Em Cadastro de Inadimplentes

RECURSO INOMINADO JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CESSÃO DE CRÉDITO. RELAÇÃO CONTRATUAL NÃO COMPROVADA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. EVENTO QUE ENSEJA REPARAÇÃO MORAL. RECURSO AUTORAL PUGNANDO PELA MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS) PARA R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) E PELA FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA A CONTAR DO EVENTO DANOSO. MONTANTE DE R$ 4.000,00 QUE NÃO COMPORTA MAJORAÇÃO, POR SER ADEQUADO E COMPATÍVEL COM A SITUAÇÃO EXPERIMENTADA E CONDIZENTE COM O ENTENDIMENTO DESTA TURMA RECURSAL EM CASOS ANÁLOGOS. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS A CONTAR DO EVENTO DANOSO (NEGATIVAÇÃO EM 18/10/2019 – P. 12), OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 398 DO CÓDIGO CIVIL E O TEOR DA SÚMULA 54 DO STJ, E A CORREÇÃO MONETÁRIA A CONTAR DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362 DO STJ). OPOSIÇÃO AO JULGAMENTO VIRTUAL. PRECLUSÃO TEMPORAL VERIFICADA. MANIFESTAÇÃO APRESENTADA APÓS O PRAZO LEGAL PREVISTO NO ART. 93, § 1º DO RITJAC. PREQUESTIONAMENTO REFLEXO. SENTENÇA REFORMA PARA FIXAR O TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA A CONTAR DO EVENTO DANOSO, MANTENDO-A INALTERADA NOS DEMAIS TERMOS. ART. 1.013, § 1º DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS, ANTE O RESULTADO DO JULGAMENTO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0703446-47.2023.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e prover parcialmente o recurso, nos termos do voto do Relator e das mídias digitais arquivadas. UNÂNIME.

Rio Branco/AC, 29/07/2024.

Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Relator

Acórdão n.:
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0704318-62.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Apelante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE(ACREPREVIDÊNCIA).
Procurador: Priscila Cunha Rocha Lopes (OAB: 2928/AC).
Apelado: Ana Quaresma da Rocha.
Advogado: Israel Rufino da Silva (OAB: 4009/AC).
Assunto: Recurso

RECURSO INOMINADO. GRATIFICAÇÃO DE ENSINO ESPECIAL. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PAGAMENTO RETROATIVO. DIREITO AO RECEBIMENTO. RECURSO DO ACREPREVIDÊNCIA PUGNANDO PELA REALIZAÇÃO DE DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS SOBRE A GRATIFICAÇÃO DOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS ANTERIORES À APOSENTADORIA. INEXISTÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO EM TODO O PERÍODO DEVIDO. RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO DEVIDO SOBRE O MONTANTE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.
1.INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE – ACREPREVIDÊNCIA interpôs recurso (pp. 92/98) contra sentença de procedência parcial dos pedidos iniciais (pp. 82/87), condenando-o a pagar a quantia certa de R$ 25.014,29 (vinte e cinco mil quatorze reais e vinte e nove centavos), referente às parcelas não pagas da referida gratificação, no período de novembro de 2018 a julho de 2023, bem como a incorporar aos proventos da parte reclamante a Gratificação de Ensino Especial no percentual de 10%. Contudo, julgou improcedente o pedido de pagamento das parcelas que se venceram no curso da ação.
2.Em suas razões, o recorrente sustentou que a ausência de recolhimento previdenciário ofende o princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial e o disposto no art. 195, § 5º da CF; e que não houveram descontos de contribuições previdenciárias nos últimos 5 (cinco) anos do ato da aposentadoria. Ao final pugnou pela reforma da sentença para considerar devidos os descontos previdenciários sobre a gratificação dos últimos 5 (cinco) anos antes do ato da aposentadoria.
3.Nas contrarrazões (pp. 99/104), ANA QUARESMA DA ROCHA pugnou pelo improvimento do recurso, a manutenção da sentença e que não sejam considerados devidos os descontos previdenciários sobre a verba dos últimos 5 (cinco) anos antes do ato da aposentadoria.
4.Intimadas para que apresentassem requerimento de sustentação oral ou oposição à realização de julgamento em ambiente virtual (p. 107), silenciaram as partes, conforme certidão de p. 110.
5.Havendo pagamento da gratificação de ensino especial antes da aposentadoria, hipótese dos autos, assiste-lhe o direito à incorporação e ao recebimento dos valores retroativos, havendo ou não desconto previdenciário, na medida em que é da Administração a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias. Contudo, inexiste impedimento de recolhimento de contribuição previdenciária sobre os valores retroativos a serem pagos à reclamante, nos termos do art. 40 da CF e art. 2º da LC 54/2005 , conforme entendimento das 1ª e 2ª Turmas Recursais deste Tribunal:

RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO DE COBRANÇA. ADICIONAL DE ENSINO ESPECIAL C/C INCORPORAÇÃO À APOSENTADORIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DO RECLAMADO ACREPREVIDÊNCIA, PUGNANDO PELA DETERMINAÇÃO DE DESCONTO PREVIDENCIÁRIO SOBRE A GRATIFICAÇÃO DOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS ANTERIORES À APOSENTADORIA. INÉRCIA DO ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO EM TODO O PERÍODO DEVIDO. NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO SOBRE O MONTANTE. RECURSO PROVIDO.
(TJ-AC - Recurso Inominado Cível: 0703294-96.2023.8.01.0070 Rio Branco, Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira, Data de Julgamento: 14/12/2023, 1ª Turma Recursal, Data de Publicação: 17/12/2023)

FAZENDA PÚBLICA. RECURSO INOMINADO. GRATIFICAÇÃO DE ENSINO ESPECIAL. PEDIDO DE PAGAMENTOS DO PERÍODO EM ATIVIDADE E INCORPORAÇÃO À APOSENTADORIA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DO ACREPREVIDÊNCIA. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. NECESSIDADE. PRECEDENTES DE AMBOS OS COLEGIADOS DESTE MICROSSISTEMA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
(TJ-AC - Recurso Inominado Cível: 0702999-59.2023.8.01.0070 Rio Branco, Relator: Juiz de Direito Robson Ribeiro Aleixo, Data de Julgamento: 07/12/2023, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 19/12/2023)

6.Nesse contexto, a reforma da sentença é medida que se impõe para, em conformidade com o art. 1.013, § 1º do CPC, determinar a realização dos descontos previdenciários sobre a gratificação recebida nos últimos 5 (cinco) anos antes do ato da aposentadoria.
7.Recurso conhecido e provido.
8.Sem condenação em honorários, ante o resultado do julgamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0704318-62.2023.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e prover o recurso, nos termos do voto do Relator e das mídias digitais arquivadas. UNÂNIME.

Rio Branco/AC, 29/07/2024.

Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Relator
Acórdão n.:
Classe: Embargos de Declaração Cível n. 0000995-43.2021.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Embargante: Valterci de Oliveira Costa.
Advogado: Lucas Vieira Carvalho (OAB: 3456/AC).
Embargado: Estado do Acre.
Proc. Estado: Mauro Ulisses Cardoso Modesto (OAB: 949/AC).
Assunto: Obrigações

JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ENTENDIMENTO FIXADO EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JULGADO DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA. POLICIAL MILITAR. PROMOÇÃO PRETERIDA. PLEITO DE PROGRESSÃO/PROMOÇÃO FUNCIONAL E PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS. LEI ESTADUAL Nº 524/78. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL NÃO VERIFICADA. TERMO INICIAL A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO ACORDO FORMALIZADO ENTRE O RECORRIDO E O GRUPO COMPOSTO POR 15 (QUINZE) POLICIAIS MILITARES (13/02/2015). ACÓRDÃO REFORMADO PARA JULGAR PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS.
9.VALTERCI DE OLIVEIRA COSTA interpôs recurso extraordinário (pp. 19/40) em desfavor do acórdão (pp. 12/14) que rejeitou os embargos de declaração (pp. 01/08) e manteve a sentença (pp. 174/178 dos autos de nº 0601328-

32.2019.8.01.0070) de reconhecimento da prescrição.
10.O recorrente sustentou, preliminarmente, a existência de repercussão geral da matéria e a inocorrência de prescrição. No mérito sustentou direito adquirido de participação no curso de formação e eventual promoção a todos que, na vigência da Lei Estadual nº 528/74, preenchiam o requisito temporal e qualificativo para tanto; que o direito à promoção já estava incorporado ao seu patrimônio desde o dia 03/11/2002; e a ocorrência de ilegalidade do ato praticado pela polícia militar, sob a alegação de que ocorreu preterição em prol dos policiais beneficiados pelo acordo extrajudicial formalizado com o recorrido, além de prejuízos.
11.Nas contrarrazões (pp. 47/54), ESTADO DO ACRE sustentou, preliminarmente, ausência de repercussão e, no mérito, pugnou pelo improvimento do recurso e a manutenção da sentença.
12.Os autos vieram conclusos a este Relator (p. 72), que sucedeu a prolatora do acórdão atacado, para reexame do recurso anteriormente julgado (p. 71).
13.A Turma de Uniformização de Jurisprudência, ao julgar o incidente de uniformização de nº 1000049-35.2021.8.01.8004 (pp. 57/68), fixou o entendimento no sentido de que: "...a prescrição aplicada ao caso é de 05 (cinco) anos a contar da publicação do ato administrativo questionado, que foi o acordo firmado entre o Estado e os 15 policiais militares em 13.2.2015.". Não obstante, registro entendimento contrário, conforme voto proferido quando da sessão de julgamento.
14.Na hipótese dos autos, há contrariedade do acórdão com entendimento firmado no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência, devendo ser reformado para adequação à orientação emanada no supracitado paradigma.
15.Assim, levando-se em consideração que o recorrente ingressou com a ação em 08/03/2019 e a prescrição quinquenal iniciou em 13/02/2015, data em que houve a retificação das graduações por meio do Boletim Geral nº 030 (pp. 29/37 dos autos de origem de nº 0601328-32.2019.8.01.0070), a prescrição da pretensão autoral somente ocorreria no dia 13/02/2020. Portanto, não há que se falar em suplantação do quinquênio legal.
16.Juízo de retratação positivo para reformar o acórdão recorrido e julgar procedentes os pedidos iniciais para impor ao Estado do Acre a obrigação de readequar o recorrente no cargo e na ordem de antiguidade na escala hierárquica em que estaria caso tivesse sido promovido na época que adquiriu direito à promoção em 03/11/2002, bem como efetuar o pagamento das diferenças salariais não prescritas referentes às patentes em razão da readequação, com juros e correção monetária nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97.
17.Sem condenação em honorários, ante o resultado do julgamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n. 0000995-43.2021.8.01.9000, ACORDAM os Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em juízo de retratação positivo, conhecer e prover o recurso, nos termos do voto do Relator e das mídias digitais arquivadas. UNÂNIME.

Rio Branco/AC, 29/07/2024.

Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Relator

Acórdão n.:
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0706134-16.2022.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Apelante: Ademilson Pereira Lima.
Advogada: MARCIA XAVIER SOUZA (OAB: 4194/AC).
Apelado: Banco Bradesco S/A.
Advogado: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB: 5881/AC).
Advogado: Ycaro Carvalho (OAB: 70857/BA).
Assunto: Inclusão Indevida Em Cadastro de Inadimplentes

RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PRELIMINAR DE DIALETICIDADE ARGUIDA EM CONTRARRAZÕES. ACOLHIMENTO. RAZÕES RECURSAIS DIVERSAS DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. RECURSO NÃO CONHECIDO.
18.ADEMILSON PEREIRA LIMA interpôs recurso (pp. 152/160) contra sentença de extinção do feito sem resolução do mérito, ante a necessidade de realização de prova pericial (pp. 148/149).
19.Em suas razões, o recorrente sustentou que "...buscou informações sobre a situação.. e descobriu que se tratava da empresa de cessão de créditos recorrida..."; que "...a sentença combatida considerou que a recorrente não produziu prova mínima das alegações..."; que não há como produzir prova negativa dos fatos e que, com a inversão do ônus da prova, cabia à parte recorrida fazer provas fatos impeditivos, modificativos ou extintivos de seu direito; que sabe assinar seu nome; a invalidade do contrato ante a ausência de assinatura a rogo e de 2 (duas) testemunhas, em afronta ao art. 595 do CC; e o não cabimento de extinção do feito sem resolução do mérito, ante o conjunto probatório anexado aos autos. Ao final pugnou pelo julgamento da lide segundo a teoria da causa madura.
20.Nas contrarrazões (pp. 164/178), BANCO BRADESCO S.A. impugnou, preliminarmente, a concessão dos benefícios da justiça gratuita e sustentou ofensa ao princípio da dialeticidade, sob a alegação de que o recurso não impugna os pontos da sentença. Ao final pugnou pelo improvimento do recurso e a manutenção da sentença. Subsidiariamente pugnou pela fixação do quantum indenizatório em termos módicos e que o termo inicial da correção monetária incida a contar do arbitramento (Súmula 362 do STJ).
21.Intimadas para que apresentassem requerimento de sustentação oral ou oposição à realização de julgamento em ambiente virtual (p. 183), silenciaram as partes, conforme certidão de p. 184.
22.Acolhe-se a preliminar apresentada em contrarrazões, pois, em que pese o recorrente se insurja contra a condenação e requeira a reforma do julgado, a petição por ele apresentada não tem correlação com a decisão recorrida, pois não impugna diretamente os fatos e fundamentos.
23.O recorrente menciona fundamentos diversos dos mencionados na sentença, de modo que não houve menção na sentença impugnada acerca da ausência de produção de prova mínima, o que não se admite quando a intenção é a reforma do julgado, devendo ter, por óbvio, a indicação do erro da sentença.
24.Assim, é patente a ausência de impugnação específica e a ofensa ao princípio da dialeticidade, ensejando o não conhecimento do recurso.
25.Resta prejudicada a análise dos demais pedidos, ante o resultado do julgamento.
26.Sem custas e honorários.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0706134-16.2022.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator e das mídias digitais arquivadas. UNÂNIME.

Rio Branco/AC, 29/07/2024.

Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Relator

Acórdão n.:
Classe: Agravo de Instrumento n. 1000108-37.2024.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Agravante: Maria de Fátima dos Santos Souza.
Advogado: RENATO PARENTE SANTOS (OAB: 229387/RJ).
Advogado: Raphael Fernandes (OAB: 30507/DF).
Agravado: Estado do Acre.
Assunto: Liminar

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA CONSISTENTE EM SUSPENDER OS DESCONTOS DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS PROVENTOS. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. ENUNCIADO 15 DO FONAJE. RECURSO CABÍVEL SOMENTE CONTRA DECISÕES CAUTELARES OU ANTECIPATÓRIAS PROFERIDAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA E PROFERIDAS EM INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PELOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. ARTS. 3º E 4º DA LEI º 12.153/2009. INTIMAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE QUANTO À INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n. 1000108-37.2024.8.01.9000, ACORDAM os Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator e das mídias digitais arquivadas. UNÂNIME.

Rio Branco/AC, 29/07/2024.

Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Relator

Acórdão n.:
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0703042-93.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Apelante: Beatriz Alvez Sakauchi.
D. Público: Celso Araujo Rodrigues (OAB: 2654/AC).
D. Pública: Aryne Cunha do Nascimento (OAB: 2884/AC).
D. Público: Ronney da Silva Fecury (OAB: 1786/AC).

Apelado: Estado do Acre.
Procurador: Lucas Grangeiro Bonifácio (OAB: 29327/PB).
Assunto: Obrigações

RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. DIREITO TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA. TRADUÇÃO DE CERTIDÃO DE NASCIMENTO ESTRANGEIRA. NACIONALIDADE BOLIVIANA. RECORRENTE ASSISTIDA PELA DEFENSORIA PÚBLICA E SE QUALIFICA COMO "DESEMPREGADA" E "DO LAR", INFERINDO A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. BOA-FÉ QUE DEVE SER PRESTIGIADA. ATOS NECESSÁRIOS AO EXERCÍCIO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS (ART. 5º, LXXVI, "A" DA CF) E EM OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA (ART. 1º, III DA CF). ART. 4º, XII DA LEI Nº 13.445/2017 (LEI DE MIGRAÇÃO), ART. 312, §1º DO DECRETO Nº 9.199/2017 (REGULAMENTOU A LEI DE MIGRAÇÃO) E PORTARIA Nº 218/2018 DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA FINS DE ISENÇÃO DE TAXAS PARA OBTENÇÃO DE DOCUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA E DE PAGAMENTO DE MULTAS) ASSEGURAM AO ESTRANGEIRO O DIREITO À EMISSÃO DE DOCUMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA, QUANDO RESTAR COMPROVADA A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. REQUISITO DEVIDAMENTE PREENCHIDO PELA RECORRENTE, FAZENDO JUS À ALUDIDA ISENÇÃO, CONFORME JULGADO DO TRF3. SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS. ART. 1.013, § 1º DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS, ANTE O RESULTADO DO JULGAMENTO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0703042-93.2023.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e prover o recurso, nos termos do voto do Relator e das mídias digitais arquivadas. UNÂNIME.

Rio Branco/AC, 29/07/2024.

Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Relator

Acórdão n.:
Classe: Mandado de Segurança Cível n. 1000077-17.2024.8.01.9000
Foro de Origem: Cruzeiro do Sul
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Impetrante: MARIA JUANIZE BARROSO DE JESUS.
Advogado: Antonio de Carvalho Medeiros Júnior (OAB: 1158/AC).
Impetrado: Juizo de Direito do Juizados Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cruzeiro do Sul-Ac.
Litis Passivo: Município de Cruzeiro do Sul - AC.
Assunto: Liminar

MANDADO DE SEGURANÇA. JUIZADOS ESPECIAIS FAZENDÁRIOS. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DO JUÍZO A QUO. RECURSO INOMINADO NÃO RECEBIDO POR DESERÇÃO, ANTE A NÃO COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA OU RECOLHIMENTO DE PREPARO. PEDIDO DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA DEVE SER APRECIADO PELO RELATOR, NOS MOLDES DO ART. 99, § 7º DO CPC E DO ART. 9º, IX , DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS E DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, CRIMINAIS E FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE. DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO. RECURSO QUE DEVERÁ SER PROCESSADO E REMETIDO ÀS TURMAS RECURSAIS. ORDEM CONCEDIDA.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança Cível n. 1000077-17.2024.8.01.9000, ACORDAM os Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conceder a ordem ao mandado de segurança, nos termos do voto do Relator e das mídias digitais gravadas. UNÂNIME.

Rio Branco/AC, 29/07/2024.

Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Relator

Acórdão n.:
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0701724-75.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Apelante: Lucas Souza Braga.
Advogado: Evandro de Araujo Melo Junior (OAB: 6469/TO).
Advogado: EVANDRO MELLO JUNIOR (OAB: 4789/AC).
Apelado: Fundo de Investimento Em Direitos Creditorios Não Padronizados Nplii.
Advogada: Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 4788/AC).

Assunto: Telefonia

RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEFERIMENTO TÁCITO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. IMPUGNAÇÃO À AJG REJEITADA. CARTÃO LOJISTA. CESSÃO DE CRÉDITO. NEGATIVAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA AÇÃO APÓS CONTESTAÇÃO E JUNTADA DE COMPROVAÇÃO DE REGULAR CONTRATAÇÃO ENTRE AS PARTES (PP. 140/150). HOMOLOGADO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. APLICAÇÃO DE MULTA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DO RECORRENTE E DE SEU CAUSÍDICO NO PERCENTUAL DE 10% DO VALOR CORRIGIDO DA CAUSA. ADVOGADO NÃO RESPONDE PELAS PENAS DOS ARTS. 79 E 80, DO CPC, CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ . CONDENAÇÃO DO CAUSÍDICO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ AFASTADA. CONDENAÇÃO DO RECORRENTE MANTIDA, ANTE A NÍTIDA TENTATIVA DE ALTERAR A VERDADE DOS FATOS. REMESSA DOS AUTOS À OAB PARA ADOÇÃO DE MEDIDAS CABÍVEIS. PERTINÊNCIA. TESES FORMULADAS EM CONTRARRAZÕES DE AUSÊNCIA DE NEGATIVAÇÃO E DE PREJUÍZO DE SCORE REJEITADAS, VISTO QUE ESTÃO DISSOCIADAS DA CONTROVÉRSIA DOS AUTOS. SENTENÇA REFORMADA PARA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 1.013, § 1º DO CPC, EXCLUIR A CONDENAÇÃO DO CAUSÍDICO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, MANTENDO-A INALTERADA NOS DEMAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS, ANTE O RESULTADO DO JULGAMENTO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0701724-75.2023.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e prover parcialmente o recurso, nos termos do voto do Relator e das mídias digitais arquivadas. UNÂNIME.

Rio Branco/AC, 29/07/2024.

Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Relator

Acórdão n.:
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0702627-57.2022.8.01.0002
Foro de Origem: Cruzeiro do Sul
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Apelante: Município de Cruzeiro do Sul - AC.
Proc. Município: Rosemberg Silva Jucá (OAB: 3164/AC).
Apelada: Jocenilda Ribeiro do Nascimento.
Advogado: Elcias Cunha de Albuquerque Neto (OAB: 4891/AC).
Advogado: Wagner Alvares de Souza (OAB: 3930/AC).
Assunto: Obrigações

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. QUINQUÊNIO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E PROGRESSÃO HORIZONTAL. NATUREZAS JURÍDICAS DISTINTAS. DIREITO AO RECEBIMENTO. ART. 57 DA LEI MUNICIPAL Nº 299/2001. PAGAMENTO DEVIDO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 37, CAPUT E X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E À SÚMULA VINCULANTE Nº 37 DO STF. PREQUESTIONAMENTO REFLEXO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.
27.MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL interpôs recurso (pp. 125/140) contra sentença de procedência dos pedidos iniciais (pp. 101/104), condenando-o a pagar o adicional de tempo de serviço, no percentual de 5% para cada quinquênio, desde o dia 02/09/2010 (dia imediato ao quinquênio).
28.Em suas razões, o recorrente sustentou que o adicional em questão é devido somente a servidores efetivos; que o adicional pleiteado não é devido aos servidores da Secretaria de Educação, sob a alegação de que o legislador municipal não consagrou, em lei específica, referido direito; afronta ao princípio da legalidade estrita, previsto no art. 37, caput e inciso X da CF; a inexistência de previsão do aludido adicional no plano de carreira, cargos e salários dos servidores da educação, regulamentado pela Leis Municipais nºs 689/2014 e 817/2019 e Leis nºs 703/2015 e 755/2017; e violação ao princípio da separação dos poderes, previsto no art. 2º da CF. Prequestionou todas as matérias doutrinárias, legais e jurisprudenciais atinentes ao caso em tela, além dos arts. 2º, 37, caput e inciso X, 39 e 61, §1º da CF; Súmula 339 e 37 (vinculante) do STF; e os Princípios da Legalidade Estrita e da Separação de Poderes.
29.Não houve apresentação de contrarrazões, conforme certidão de p. 293.
30.Intimadas para que apresentassem requerimento de sustentação oral ou

oposição à realização de julgamento em ambiente virtual (p. 296), silenciaram as partes, conforme certidão de p. 299, repetida à p. 300.
31.A tese recursal de que a reclamante não possui direito ao benefício pleiteado por não ter estabilidade não merece guarida, pois, além da pretensão estar fundamentada na Lei Orgânica Municipal e não em plano de cargos, carreiras e salários, o quinquênio está relacionado ao tempo de serviço público, independente do cargo ocupado.
32.O quinquênio foi previsto no art. 57 da Lei nº 299/2001 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Cruzeiro Do Sul/Acre), nos seguintes termos:

"Art. 57. Por quinquênio de efetivo exercício no serviço público municipal, será concedido ao servidor um adicional correspondente a 5% (cinco por cento) do vencimento do seu cargo efetivo, até o limite de 7 (sete) quinquênios.
§ 1º 0 adicional é devido a partir do dia imediato àquele em que o servidor completar o tempo de serviço exigido, incluindo nesta contagem qualquer tempo de efetivo exercício em serviço público Federal, Estadual ou Municipal.
§ 2º 0 servidor que exercer, cumulativamente, mais de um cargo, terá direito ao adicional calculado sobre o vencimento de monta."

33.A recorrente ingressou no serviço público em 01/09/2005, exercendo cargo de professora (pp. 09/16).
34.Assente o entendimento das Turmas Recursais do Estado do Acre de que o quinquênio e a progressão funcional possuem naturezas jurídicas distintas. Portanto, cumpridos os requisitos previstos no art. 57 da Lei Orgânica Municipal, forçoso reconhecer que a reclamante faz jus ao adicional por tempo de serviço pleiteado. No mesmo sentido, o julgado:

RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. PRETENSÃO AO PAGAMENTO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO). SERVIDOR DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA QUE MERECE REFORMA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, INSTITUÍDO NA LEI QUE TRATA DO REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES DE CRUZEIRO DO SUL, E PROGRESSÃO HORIZONTAL PREVISTA NO PCCR DA EDUCAÇÃO, QUE POSSUEM NATUREZA JURÍDICA DIVERSA. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 37, XIV, DA CF/88. PAGAMENTO DEVIDO. ART. 57 DA LEI MUNICIPAL Nº 299/2001. EXCLUSÃO DAS PRESTAÇÕES VENCIDAS HÁ MAIS DE CINCO ANOS DA PROPOSITURA DA DEMANDA. SÚMULA Nº 85 DO STJ. RECURSO PROVIDO.
(Relator (a): Juiz de Direito Raimundo Nonato da Costa Maia; Comarca: Cruzeiro do Sul; Número do Processo:0700246-76.2022.8.01.0002; Órgão julgador: 2ª Turma Recursal; Data do julgamento: 20/07/2023; Data de registro: 21/07/2023)

35.Dessa forma, preenchido o requisito legal de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público, a recorrente faz jus ao recebimento do adicional no percentual de 5% do vencimento básico para cada quinquênio.
36.Registre-se que não há violação à Súmula Vinculante nº 37 do STF, visto que o caso não trata de aumento de vencimentos dos servidores públicos com base no princípio da isonomia, mas de direito ou não ao recebimento de quinquênio.
37.Nesse contexto, a manutenção da sentença é medida que se impõe.
38.Recurso conhecido e não provido.
39.Sem custas, em razão da isenção estabelecida na Lei Estadual n. 1.422/2001. Fixo os honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor da condenação.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0702627-57.2022.8.01.0002, ACORDAM os Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e não prover o recurso, nos termos do voto do Relator e das mídias digitais arquivadas. UNÂNIME.

Rio Branco/AC, 29/07/2024.

Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho
Relator

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0706736-07.2022.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Banco do Brasil S/A..
Advogado: Marcos Délli Ribeiro Rodrigues (OAB: 5553/RN).
Apelada: Maria Aldenora Nogueira Vidal.
Advogada: Maisa Justiniano Bichara (OAB: 3128/AC).
Advogado: Renato Augusto Fernandes Cabral Ferreira (OAB: 3753/AC).
Assunto: Contratos Bancários

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE RESCISÃO E DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL POR FRAUDE. DANOS MORAIS. REQUERENTE QUE É IDOSA, SE DIRIGIU AO BANCO DO BRASIL PARA ESCLARECER O MOTIVO DE NÃO AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS E DESCOBRIU A REALIZAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO NA MODALIDADE CRÉDITO QUE NÃO HAVIA CONTRATADO. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE ADUZ QUE TUDO OCORREU COM AUTORIZAÇÃO DA AUTORA, NÃO TENDO COMETIDO NENHUM ATO ILÍCITO. DESTACO QUE O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE PELA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA, ART.14 CDC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0706736-07.2022.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 10 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0703901-46.2022.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Ativos S.A Securitização de Créditos Gestão de Cobrança.
Advogado: Elói Contini (OAB: 4793/AC).
Apelado: Antonio Mendes Souza.
Advogada: MARCIA XAVIER SOUZA (OAB: 4194/AC).
Assunto: Inclusão Indevida Em Cadastro de Inadimplentes

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E DANOS MORAIS. AUTOR QUE, AO TENTAR REALIZAR UMA COMPRA EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL, DESCOBRIU RESTRIÇÃO EM SEU CPF, O QUAL DESCONHECE A ORIGEM DA DÍVIDA. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO PELA PARTE RECLAMADA. RECORRENTE SE INSURGE TÃO SOMENTE QUANTO À INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ADUZ QUE O RECLAMANTE SEMPRE ESTÁ COM O NOME SUJO E REQUER O AFASTAMENTO OU MINORAÇÃO DO DANO MORAL. INCLUSÃO PELO RECORRENTE SE DEU EM 06/12/2021 E, NESSA DATA, HAVIA UMA NEGATIVAÇÃO POR PARTE DO BANCO ITAUCARD, INCLUÍDA EM 29/08/2019 E SOMENTE EXCLUÍDA EM 30/01/2022 (P. 37). INCIDÊNCIA DA SÚMULA 385 DO STJ. DANO MORAL INOCORRENTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA AFASTAR DA SENTENÇA A CONDENAÇÃO IMPOSTA A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, MANTENDO-A NOS DEMAIS TERMOS. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS, ANTE O RESULTADO DO JULGAMENTO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0703901-46.2022.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 22 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0000988-98.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S.a.
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 5021/AC).
Apelada: Raimunda dos Santos Modesto.
D. Pública: Juliana Marques Cordeiro (OAB: 238475/SP).
Assunto: Contratos Bancários

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. AUTORA QUE DESCOBRIU DÉBITO AUTOMÁTICO EM SUA CONTA REFERENTE A SEGURO QUE NÃO CONTRATOU. DESCONTOS REALIZADOS DESDE 2018. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE ADUZ QUE INEXISTÊNCIA DE ERRO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, BEM COMO REQUER O AFASTAMENTO DO DANO MORAL E REFORMA DA SENTENÇA. NO ENTANTO, MESMO COM

CONTRATO, NÃO COMPROVA QUE A REQUERENTE ESTAVA CIENTE DE EVENTUAIS DESCONTOS QUE PODERIAM OCORRER A ESSE TÍTULO, POR ESSAS RAZÕES QUE HÁ A NECESSIDADE DA RESTITUIÇÃO DESTES VALORES, PELO O LONGO PERÍODO DE DESCONTOS, RAZÃO PELA QUAL MANTENHO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0000988-98.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 22 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0704102-04.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Capemisa Seguradora de Vida e Previdencia S/A.
Advogado: Max Aguiar Jardim (OAB: 10812/PA).
Advogado: Hylggner Kyrios Moura Bastos (OAB: 35408/PA).
Advogado: Thiago Collares Palmeira (OAB: 11730/PA).
Apelada: Francisca da Chagas Bezerra Cezar.
Advogado: Joao Rodholfo Wertz dos Santos (OAB: 3066/AC).
Advogado: Stéphane Quintiliano de Souza Angelim (OAB: 3611/AC).
Assunto: Seguro

RECURSOS INOMINADO. AÇÃO DE PERDAS E DANOS E DANOS MORAIS. REQUERENTE QUE QUITOU EMPRÉSTIMO CONSIGNADO COM SEGURO E NÃO LOCALIZOU A EMPRESA PARA SOLICITAR O CANCELAMENTO. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE ADUZ REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO MEDIANTE CONTRATO ASSINADO, PLEITEIA A REFORMA DA SENTENÇA. NÃO SE CONTESTA A REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO, E SIM OS DESCONTOS INDEVIDOS QUE SEGUIRAM COBRANDO AO LONGO DOS ANOS. EMPRÉSTIMO SE ENCONTRA DEVIDAMENTE QUITADO. CONFIGURAÇÃO DE ATO ILÍCITO PREVISTO NO ART. 927 CC. SENTENÇA MANTIDA PELO OS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0704102-04.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 23 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0702930-27.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogado: Eduardo Queiroga Estrela Maia Paiva (OAB: 23664/PB).
Advogado: Rodrigo Nóbrega Farias (OAB: 10220/PB).
Advogado: Lucas Damasceno Nóbrega Cesarino (OAB: 18056/PB).
Advogado: Jorge Ribeiro Coutinho Gonçalves da Silva (OAB: 10914/PB).
Advogado: Carlos Frederico Nóbrega Farias (OAB: 7119/PB).
Apelado: Kerem Lawana Lopes de Lima.
Advogado: Flávio Henrique Barros D¿ Oliviera (OAB: 6013/AC).
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica

.RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ENERGISA S/A. AUTORA QUE TEVE SUA LUZ CORTADA APÓS DENÚNCIA DE DESVIO DE ENERGIA, OCORRE QUE EM REGISTRO DE CORTE CONSTAVA O NOME DO DONO DA CASA VIZINHA, AO LIGAR PRA CENTRAL FOI INFORMADA QUE ESTAVA TUDO REGULARIZADO EM SEU NOME. RECLAMADA QUE NÃO APRESENTOU A REGULARIDADE DO CORTE, NEM AS POSSÍVEIS IRREGULARIDADES DE ENERGIA ELÉTRICA. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE APRESENTOU IMAGENS DA RESIDÊNCIA ARGUMENTANDO SER O MOTIVO DA INTERRUPÇÃO, NO ENTANTO NÃO SEGUE OS PARÂMETROS DA RESOLUÇÃO 1000/21 DA ANEEL. TOI AUSENTE. PLEITEIA A REFORMA DA SENTENÇA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0702930-27.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 22 de julho de 2024.

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0701893-72.2023.8.01.0002
Foro de Origem: Cruzeiro do Sul
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Banco Bradesco S/A.
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 3400/AC).
Apelada: Maria Ezunivia da Cruz Santos.
Advogado: Tailon Silas de Oliveira Santos (OAB: 14907/AM).
Advogado: Diego Damasceno Monteiro (OAB: 6366/AC).
Assunto: Contratos Bancários

RECURSOS INOMINADOS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. DESCONTOS BANCÁRIOS. BRADESCO S/A. SENTENÇA MANTIDA. RECURSOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.

1.Trata-se de Recursos Inominados (fls. 257/268 e 272/192) interposto por Banco Bradesco S/A e Maria Ezunivia da Cruz Santos, em face da Sentença de fls. 249/253 que julgou parcialmente procedente os pedidos da reclamante para condenar a reclamada e restituição de forma simples os valores descontados referente ás Tarifas Bancárias.
2. Em breve síntese, a requerente possui conta bancária e realiza movimentações rotineiras e observou que haviam descontos referentes a “Tarifa bancária Cesta Bradesco Express” a qual nunca solicitou. O banco reclamado não comprovou a contratação do serviços.
3. Em sede Recursal, o reclamado contesta a multa aplicada em R. sentença, bem como alega inexistência de defeito na prestação de serviço, diante que passou a efetuar a cobrança em razão de manutenção da conta bancária, por esses motivos pleiteia a total improcedência da Sentença.
4. Em sede Recursal, a requerente busca a reforma da sentença para que haja condenação por danos morais e devolução em dobro dos valores descontados indevidamente, aduz que sofreu danos diante da prática abusiva do reclamado.
5. Conforme bem delineado em Sentença, trata-se de uma relação amparada pelo o Código de Defesa do Consumidor, importante destacar a vulnerabilidade e hipossuficiência da autora (Art. 6º, V, VII, VIII, CDC), cabe ressaltar que o reclamado não comprovou o real motivo da cobrança, somente juntou cópia dos extratos bancários, por essas razões que deve-se restituir os valores cobrados indevidamente.
6. Não houve comprovação de má-fé do reclamado. Em relação ao quantum indenizatório pleiteado em sede recursal pela requerente, não merece prosperar, pois a mera cobrança indevida não é ensejadora de reparação moral, razão a qual mantenho a Sentença pelo os próprios fundamentos a restituição do valor simples descontados.
7. Sentença mantida. Recursos conhecidos e improvidos.
8. Condeno a reclamada em honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação.
9. Condeno a requerente em honorários de sucumbência, no entanto suspendo a exigibilidade diante da gratuidade de justiça.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0701893-72.2023.8.01.0002, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento aos recursos, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 22 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0000111-66.2022.8.01.0015
Foro de Origem: Mâncio Lima
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Banco BMG S.A..
Advogado: Fernando Moreira Drummond Teixeira (OAB: 108112/MG).
Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB: 63440/MG).
Apelada: Idelzuite Ferreira de Souza.

D. Público: João Augusto Câmara da Silveira (OAB: 12097/RN).
Assunto: Bancários

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E DANOS MORAIS. AUTORA ALEGA A EXISTÊNCIA EMPRÉSTIMOS QUE GERARAM CÓDIGO DE RESERVA DE MARGEM E DESCONTOS DE BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO, OS QUAIS DESCONHECE TER FEITO. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE ADUZ AUSÊNCIA DE CONDUTA ILÍCITA, POIS EXISTE CONTRATO DEVIDAMENTE ASSINADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

40.Trata-se de Recurso Inominado (fls. 97/113) em face da Sentença de fls. 86/93 que julgou parcialmente procedente o pedidos da requerente para condena-lá a declarar a inexistência de 3 contratos de empréstimos e indenização por danos morais.
41.Narra a recorrente que que o contrato de nº 176793052 ficou em atraso no banco e foi feito uma “Implantação CRIC” denominada internamente para recuperação de crédito do contrato original, onde não há liberação de crédito nem gera documento físico, com os números 395612035 e 341415245, os quais não gerariam descontos indevidos. No entanto, os descontos se tornam comprovados em fls. 6/9 dos autos.
42.Cabe esclarece, que em fls. 54/61, se faz presente o contrato de adesão do empréstimo nº 176793052, devidamente assinado pela autora. Contrato o qual foi quitado conforme fls. 62/64.
43.Legalidade da contratação e quitação comprovada.
44.Ocorre que houve instauração de CRIC sem informar a requerente, sendo ilícito a cobrança desses descontos. Por essas razões, reformo a sentença para declarar a Inexistência da Relação Contratual de números: 395612035 e 341415245, no entanto declaro existente o contrato Nº 176793052, porém, devidamente quitado.
45.Nesse sentido, é evidente a falha na prestação de serviços por parte do reclamado, mantenho o dano moral conforme Art. 14 CDC.
46.Recurso conhecido e parcialmente provido.
47.Condeno em honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0000111-66.2022.8.01.0015, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre,em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 23 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0000453-77.2022.8.01.0015
Foro de Origem: Mâncio Lima
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Banco BMG S.A..
Advogado: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 4852/AC).
Apelado: MAURICIO DE MELO MENDONÇA.
Assunto: Cartão de Crédito

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, RESTITUIÇÃO EM DOBRO E DANOS MORAIS. AUTOR QUE É ANALFABETO E DESCONHECE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO E RECEBE DESCONTOS EM SEU BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO. RECLAMADA QUE APRESENTA CONTRATO COM ASSINATURA DE ROGO E TESTEMUNHA QUE O AUTOR NÃO RECONHECE. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE QUE ADUZ REGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DO CARTÃO, BEM COMO DESPROPORCIONALIDADE DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REQUERENTE QUE É HIPERVULNERAVEL POR SE TRATAR DE PESSOA IDOSA E ANALFABETA, NECESSIDADE DE MAIORES DILIGÊNCIAS PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS. RELAÇÃO AMPARADA PELO CDC. ART. 6º, III E VIII. SENTENÇA MANTIDA PELO OS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0000453-77.2022.8.01.0015, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 23 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0708680-78.2021.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: A Santana Souza Junior Eireli.
Soc. Advogados: Marcel Bezerra Chaves (OAB: 2703/AC).
Advogada: DARA MELLO FERREIRA (OAB: 5651/AC).
Advogado: Luiz Meireles Maia Neto (OAB: 2919/AC).
Advogado: Marcel Bezerra Chaves (OAB: 2703/AC).
Advogado: Felipe Henrique de Souza (OAB: 2713/AC).
Apelado: Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogado: Eduardo Queiroga Estrela Maia Paiva (OAB: 23664/PB).
Advogado: Carlos Frederico Nóbrega Farias (OAB: 7119/PB).
Advogado: Rodrigo Nóbrega Farias (OAB: 10220/PB).
Advogado: Lucas Damasceno Nóbrega Cesarino (OAB: 18056/PB).
Advogado: Jorge Ribeiro Coutinho Gonçalves da Silva (OAB: 10914/PB).
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. ENERGISA S/A. REVISÃO DE FATURAS DE CONSUMO DE ENERGIA, VALORES EXORBITANTES. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE. RECURSO PELO REQUERENTE. RECORRENTE ADUZ QUE OS VALORES NÃO ESTÃO DE ACORDO COM A MÉDIA DE CONSUMO E QUE NÃO ALTEROU SUA ROTINA DIÁRIA, APRESENTA GRÁFICO DEMONSTRATIVO DE ALTERAÇÃO DE VALORES. RECLAMADO QUE ANEXOU AOS AUTOS EM FLS. 128/131, O HISTÓRICO DE CONSUMO DO AUTOR, ONDE EXISTE VARIAÇÕES DE CONSUMO EM PERÍODOS SAZONAIS DO ANO, SENDO A ELEVAÇÃO OCASIONADA POR MAIOR CONSUMO. FATURA CONTESTADA EM CONSONÂNCIA COM O HISTÓRICO DE CONSUMO. SERVIÇO REGULAR. ART. 14, § 3, I E II. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0708680-78.2021.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 23 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0704407-85.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Deuzinete Ferreira da Silva.
D. Público: Rodrigo Almeida Chaves (OAB: 4861/AC).
Apelado: Yamaha Administradora de Consórcio Ltda.
Advogado: Márcio Alexandre Malfatti (OAB: 4050/AC).
Assunto: Consórcio

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. CONTRATO DE CONSÓRCIO COM DURAÇÃO DE 36 MESES. AUTORA QUE PAGOU 13 PARCELAS E REQUER A RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO DIANTE DO CANCELAMENTO DO CONSÓRCIO SEM A SUA ANUÊNCIA. CANCELAMENTO POR PARCELAS ATRASADAS, COMPROVADO EM FLS. 84/85. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO PELA RECLAMANTE. RECORRENTE ADUZ QUE NÃO TINHA CIÊNCIA DE QUE O ATRASO DAS PARCELAS IMPLICARIA NA RESCISÃO DO CONTRATO. FLS. 15 DO CONTRATO DE ADESÃO DEIXA EXPLICITO QUE O INADIMPLEMENTO SUJEITARIA A EXCLUSÃO DO GRUPO DE CONSÓRCIO. RECLAMADO QUE AGIU DENTRO DA LEGALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, NO ENTANTO SUSPENDO A EXIGIBILIDADE DIANTE DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0704407-85.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 24 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0705538-66.2021.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais

Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Kleber Gomes de Almeida.
Advogado: Evandro de Araujo Melo Junior (OAB: 6469/TO).
Apelado: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl 2.
Advogado: Thiago Mahfuz Vezzi (OAB: 4881/AC).
Assunto: Inclusão Indevida Em Cadastro de Inadimplentes

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E DANOS MORAIS. SPC/SERASA. NOME NEGATIVADO EM DIVIDA QUE DESCONHECE. AUTORA QUE ENTROU COM OUTRAS AÇÕES CONEXAS. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA DECLARAR INEXISTENTE OS DÉBITOS E AFASTOU O DANO MORAL. RECURSO PELO REQUERENTE. RECORRENTE QUE PLEITEIA DANO MORAL DIANTE DE RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL POR NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. NEGATIVAÇÃO PRÉ-EXISTENTE NÃO COMPROVADA NOS AUTOS. CONFORME ART. 927 CC, AQUELE QUE COMETE ATO ILÍCITO FICA OBRIGADO A REPARA-LO. POR ESSAS RAZÕES, FIXO A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM R$ 1.000,00 (MIL REAIS) CORRIGIDOS MONETARIAMENTE PELO INPC, ACRESCIDO DE JUROS DE 1% AO MÊS A PARTIR DO ARBITRAMENTO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS, ANTE O RESULTADO DO JULGAMENTO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0705538-66.2021.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 24 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0704918-83.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Samir Pinto da Silva.
Advogado: Adair Jose Longuini (OAB: 436/AC).
Apelado: Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogado: Eduardo Queiroga Estrela Maia Paiva (OAB: 23664/PB).
Assunto: Indenização Por Dano Moral

RECURSO INOMINADO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO, RESTITUIÇÃO EM DOBRO E DANOS MORAIS. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSOS POR AMBAS AS PARTES. RESOLUÇÃO 1000/2021 DA ANEEL. TOI SEM A PRESENÇA DO RESPONSÁVEL. DEMORA NO ENVIO DE NOTIFICAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. SENTENÇA MANTIDA.

1. Trata-se de Recursos Inominados (fls. 131/152 e 154/162) interpostos por Energisa Acre Distribuidora de Energia S/A e Samir Pinto da Silva em face da Sentença de fls. 123/127 que julgou parcialmente procedente os pedidos do reclamante para condenar a reclamada em declarar nulos os Termos de Ocorrência e Inspeção (TOI), declarar a inexistência dos débitos e a repetição do indébito, além de indenização por danos morais.
2. Em sede Recursal, a reclamada aduz legitimidade do TOI, destacando que o medidor não estava funcionando corretamente e que notificou previamente o autor, pleiteando a reforma da sentença para que seja julgada totalmente improcedente.
3. Em sede Recursal, o requerente aponta que no dia 24/05/2019, houve substituição do seu medidos pela reclamada, por motivos de suposto defeito. Posteriormente foi autuado por irregularidade na medição de consumo, sendo a inspeção feita datada em 07/07/2020 e notificado no dia 22/09/2020. (Fls. 31/32 fotos do medidor lacrado). Após o ocorrido, foi inscrito no SPC/SERASA. Diante dos transtornos que passou, pleiteia a majoração dos danos morais.
4. Salienta-se a demora na notificação do TOI, além da ausência do responsável para acompanhar a perícia técnica. Nesse sentido, a Resolução 1000/21 em seu Art. 591, §3:
§ 3º Em caso de recusa do recebimento do TOI ou se não for o consumidor que acompanhar a inspeção, a distribuidora deve enviar ao consumidor em até 15 dias da emissão, por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento, a cópia do TOI e demais informações dos incisos do caput.
5. Nesse sentido, é evidente a falha na prestação de serviço.
6. Atendendo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, como bem delineado em Sentença para evitar o enriquecimento sem causa e aplicar medida proporcional e justa, mantenha-se o dano moral fixado em Sentença.
7. Razões a quais mantenho a sentença e conheço e nego provimento aos recursos.
8. Condeno a reclamada em honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação.
9. Condeno o requerente em honorários de sucumbência, no entanto suspendo a exigibilidade diante da gratuidade de justiça.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0704918-83.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento aos recursos, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 24 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0704117-70.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Camila Maria de Souza Danzicourt.
Advogado: Luciano Hagenbeck Sobral Filho (OAB: 220167/MG).
Apelado: TAM Linhas Aéreas S.A.
Advogado: Fabio Rivelli (OAB: 4158/AC).
Assunto: Transporte Aéreo

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. LATAM S/A. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUTORA QUE PRETENDIA VIAJAR COM SEU ANIMAL DE ESTIMAÇÃO E FOI IMPEDIDA PELA COMPANHIA AÉREA. SEM ALTERNATIVAS, BUSCOU SERVIÇO PARTICULAR DE TRANSPORTE. EMPRESA QUE AGIU CONFORME REGULAMENTAÇÕES DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO DA RECLAMANTE. RECORRENTE ADUZ QUE CONTRATOU O TRANSPORTE DE ANIMAIS NO MESMO DIA QUE ADQUIRIU AS PASSAGENS AÉREAS E QUE ATENDEU AOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA COMPANHIA AÉREA PARA REALIZAR O TRANSPORTE, PORÉM NO DIA DO EMBARQUE FOI IMPEDIDA COM A JUSTIFICATIVA DO PESO ANIMAL MULTIPLICADO PELA DURAÇÃO DO VOO. PESO DO ANIMAL E CAIXA DE TRANSPORTES INFORMADOS NO DIA DA COMPRA DA PASSAGEM, OS QUAIS NÃO ULTRAPASSAM O LIMITE IMPOSTO PELA EMPRESA. SITE DA LATAM CONSIDERA A SOLICITAÇÃO DO SERVIÇO DE ATÉ 48 HORAS ANTES DO EMBARQUE NACIONAL. PET QUE ATENDIA AOS REQUISITOS. DANO MATERIAL CONFIGURADO. NECESSIDADE DE CONTRATAR EMPRESA PRIVADA PARA REALIZAR O TRANSPORTE. RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO NO IMPORTE DE R$ 7.490,63 (SETE MIL QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS). ART. 6, VI, CDC. DANO MORAL CONFIGURADO/ COMPROVADO. ATENDENDO AOS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, FIXO O DANO MORAL EM R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) CORRIGIDOS MONETARIAMENTE PELO INPC, ACRESCIDO DE JUROS DE 1% AO MÊS A PARTIR DO ARBITRAMENTO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS, ANTE O RESULTADO DO JULGAMENTO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0704117-70.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 24 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0718553-47.2023.8.01.0001
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Bruna Eduarda Alencar da Silva.
Advogada: Maria Eduarda Pedrazani Rodrigues (OAB: 115035/RS).
Apelado: Fundação hospital estadual do acre - FUNDHACRE.
Procuradora: Maria Eliza Schettini Campos Hidalgo Viana (OAB: 2567/AC).
Assunto: Recurso

RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO. RESIDÊNCIA MÉDICA. DIREITO AO AUXÍLIO-MORADIA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. LEI N.º 6.932/1981 ALTERADA PELA LEI N.º 12.514/2012. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO DE SAÚDE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO AFASTADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. BRUNA EDUARDA ALENCAR DA SILVA apresentou recurso contra a decisão de pp. 135-136, que indeferiu a petição inicial e extinguiu o feito sem resolução do mérito, tendo em vista a existência de litisconsórcio passivo obrigatório entre a FUNDHACRE e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC.

2. Em suas razões (pp. 140-147), defende que a FUNDHACRE tem competência única e exclusiva para conversão em pecúnia, pela falta de moradia, do referido auxílio moradia no importe de 30% do valor da bolsa. Requer, ao final, a reforma da decisão, a fim de que os autos retornem ao juízo de origem para o devido prosseguimento da demanda

3. Contrarrazões apresentadas (pp. 152-162), pugnando pela manutenção do julgado.

É o breve relatório.

4. Relata a parte reclamante que é médica e participou do Programa de Residência Médica em Clínica Médica do Hospital das Clínicas da Universidade do Acre, recebendo bolsa no valor de R$ 3.330,43 (-), tendo início do vínculo no mês de março/2017 e término em fevereiro/2020. Afirma que nunca recebeu auxílio moradia previsto no art. 4°, §5°, III, da Lei 12.514/2011 , razão pela qual requer a conversão em pecúnia do referido auxílio.

5. Entendo que merece prosperar a irresignação recursal, eis que o art. 4º, § 5º, III da Lei nº 12.514/11, que regulamenta a residência médica, dispõe que "§ 5º A instituição de saúde responsável por programas de residência médica oferecerá ao médico-residente, durante todo o período de residência: III - moradia, conforme estabelecido em regulamento.". Portanto, a responsabilidade pelo fornecimento de moradia é da instituição de saúde responsável pelo programa de residência médica, de modo que é dela também a responsabilidade pelo pagamento da indenização devida pelo não fornecimento de tal direito.

6. Importante mencionar que o simples fato de a obrigação dos pagamentos da bolsa de residência médica devam ser realizados pela UFAC, por intermédio da União, não é suficiente para responsabilizá-los pelo ônus do auxílio moradia.

7. Nesse sentido, entende-se como a instituição responsável por ministrar a residência médica, aquela a quem a norma atribui o dever de fornecer acomodação aos médicos residentes, também é responsável pela compensação pecuniária, caso não o faça. Nesse sentido:

RECURSO INOMINADO. RESIDÊNCIA MÉDICA. LEI N. 6.932/81 QUE GARANTE AUXÍLIO-MORADIA. PRETENSÃO DE CONVERSÃO EM PECÚNIA, DIANTE DO NÃO OFERECIMENTO DURANTE O INTERREGNO DO PROGRAMA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. PRELIMINAR DE LEGITIMIDADE PASSIVA/LITISCONSÓRIO NECESSÁRIO COM A UNIÃO FEDERAL. AFASTAMENTO. DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA RECORRIDA QUE DEMONSTRAM QUE O VÍNCULO DA MESMA É COM A SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE. MÉRITO. OBRIGAÇÃO DE FORNECIMENTO E CONVERSÃO EM PECÚNIA CUJA POSSIBILIDADE FOI FIRMADA NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO (PEDILEF 201071500274342). JURISPRUDÊNCIA DO STJ: EXISTINDO DISPOSITIVO LEGAL PEREMPTÓRIO ACERCA DA OBRIGATORIEDADE NO FORNECIMENTO DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO, NÃO PODE TAL VANTAGEM SUBMETER-SE EXCLUSIVAMENTE À DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA, PERMITINDO A INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO A PARTIR DO MOMENTO EM QUE A ADMINISTRAÇÃO OPTA PELA INÉRCIA NÃO AUTORIZADA LEGALMENTE"(AGRG NOS ERESP N. 1.339.798/RS). ENTENDIMENTO QUE VEM SENDO APLICADO PELAS TURMAS RECURSAIS EM CASOS ANÁLOGOS:"RECURSO INOMINADO. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO MORADIA RELATIVOS À RESIDÊNCIA MÉDICA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO AVIADA PELO ESTADO/RÉU. [.] EXCLUSÃO POR EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO. INVIABILIDADE. INSTRUMENTO JURÍDICO OPERATIVO DO CERTAME QUE NÃO DETÉM O CONDÃO DE VERGAR DETERMINAÇÕES INSCULPIDAS EM LEI. OBRIGAÇÃO PREVISTA EM NORMA REGENTE DA RESIDÊNCIA MÉDICA (ART. 4º DA LEI N. 6.932/81 ALTERADO PELA LEI 12.514/2011). DEVER DE PAGAR CONFIGURADO. ARBITRAMENTO. PARÂMETRO ADOTADO PELO COMANDO SENTENCIAL. HARMONIA COM AQUELE CONSOLIDADO NA JURISPRUDÊNCIA (30% - TRINTA POR CENTO - SOBRE A BOLSA AUXÍLIO) LOCAL. PRECEDENTES. POR TODOS: RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA. AÇÃO ORDINÁRIA. PRETENSÃO DE RECONHECER O DIREITO A RECEBER EM PECÚNIA O AUXÍLIO PARA MORADIA NÃO OFERECIDO DURANTE A RESIDÊNCIAMÉDICA. SENT [.] (TJ-SC - RECURSO CÍVEL: 50004243220238240090, Relator: Margani de Mello, Data de Julgamento: 04/07/2023, Segunda Turma Recursal)

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA. AÇÃO ORDINÁRIA. RESIDÊNCIA MÉDICA. DIREITO À MORADIA. PEDIDO DE CONVERSÃO DO DIREITO EM PECÚNIA, POIS NÃO OFERECIDO OPORTUNAMENTE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO RÉU. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO PELA UNIÃO E PEDIDOS DE OBRIGAÇÃO DE JUNTADA DE FICHA FUNCIONAL COMPLETA PELO AUTOR E REQUISIÇÃO À UNIÃO FEDERAL. INOVAÇÃO RECURSAL. QUESTÕES IMPASSÍVEIS DE ANÁLISE. LEGITIMIDADE DA UNIÃO E FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO. PRELIMINAR RECHAÇADA. RESPONSABILIDADE ESTADUAL. MÉRITO. NORMA QUE DETERMINA O OFERECIMENTO DE MORADIA AO RESIDENTE MÉDICO. ALEGADA AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. DEVER QUE DECORRE DIRETAMENTE DO ARTIGO 4º, LEI 6.932/1981, COM SUA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 12.514/2011. OBRIGAÇÃO CONFERIDA À INSTITUIÇÃO DE SAÚDE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA. MORA EM REGULAMENTAR A MATÉRIA QUE NÃO PODE SER ÓBICE À IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO ESTABELECIDO EM LEI. EDITAL DE SELEÇÃO QUE NÃO PODE SE SOBREPOR À LEI. CONVERSÃO EM PECÚNIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-SC - RECURSO CÍVEL: 50105524820228240090, Relator: Vitoraldo Bridi, Data de Julgamento: 08/11/2022, Segunda Turma Recursal)

8. Pelo exposto, entendo que a recorrente faz jus à conversão em pecúnia do auxílio moradia não concedido, correspondente ao período compreendido entre 12/2018 a 02/2020, no valor de R$ 22.845,22 (-), com as devidas correções.

9. Nesse contexto, a reforma da sentença é medida que se impõe para julgar procedentes os pedidos iniciais.

10. Recurso conhecido e provido. Sem condenação em honorários ante o resultado do julgamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0718553-47.2023.8.01.0070, ACORDAM os senhores Membros da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, dar provimento ao recurso, nos termos do voto apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime.

Rio Branco-Acre, 25 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0701030-19.2023.8.01.0002
Foro de Origem: Cruzeiro do Sul
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Maria Margarida Daniel Cardoso.
Advogado: Rafael Carneiro Ribeiro Dene (OAB: 3749/AC).
Apelado: Banco BMG S.A..
Advogada: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE).
Assunto: Contratos Bancários

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, RESTITUIÇÃO EM DOBRO E DANOS MORAIS. AUTORA QUE É PENSIONISTA DO INSS. ALEGA QUE VEM SOFRENDO DESCONTOS INDEVIDOS ORIUNDOS DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO QUE NÃO CONTRATOU. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL E A CONDENOU EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. RECURSO PELA REQUERENTE. RECORRENTE ADUZ PRÁTICA ABUSIVA DO BANCO, IRREGULARIDADE CONTRATUAL E QUE NUNCA RECEBEU CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. FLS. 144/234. FATURAS MENSAIS DO CARTÃO QUE A AUTORA ALEGA DESCONHECER. PARTE RECLAMADA QUE JUNTA AOS AUTOS DEMAIS CONTRATOS DE ADESÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DEVIDAMENTE ASSINADOS PELA AUTORA (FLS. 238/268). VALORES CONTRATADOS TRANSFERIDOS PARA A CONTA DE TITULARIDADE DA AUTORA. POR ESSAS RAZÕES, NÃO HÁ O QUE SE FALAR EM DESCONHECIMENTO CONTRATUAL. ART.80, II E III CPC. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, NO ENTANTO SUSPENDO A EXIGIBILIDADE DIANTE DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0701030-19.2023.8.01.0002, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 25 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0701899-69.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais

Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Banco do Brasil S/A AG 0071.
Advogado: Marcelo Neumann (OAB: 111501/RJ).
Apelada: Cristiane Greyce Souza Cavalcante Leão.
Advogada: LAURA CAROLINE CATÃO SILVA DE BRITO (OAB: 4174/AC).
Advogado: André Silva do Nascimento (OAB: 5686/AC).
Assunto: Bancários

RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MORAIS. AUTORA QUE FOI EXECUTADA PELO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ACRE, EM RAZÃO DE DÉBITOS COM O REFERIDO CONSELHO. BLOQUEIO DE VALORES PARA O CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO. AUTORA QUE NEGOCIOU E PAGOU A DIVIDA, POSTERIORMENTE PROTOCOLADO A ORDEM DE DESBLOQUEIO NO DIA 12/04/2019. VALORES AINDA BLOQUEADOS. EM CONTATO COM A VARA DO TRÂMITE PROCESSUAL FOI INFORMADA DE QUE O DESBLOQUEIO DOS VALORES JÁ TERIAM SIDO CUMPRIDOS INTEGRALMENTE NO DIA 16/04/2019. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE ALEGA QUE OS VALORES AINDA SE ENCONTRAM BLOQUEADOS EM SEU SISTEMA E PARA DESBLOQUEAR É JUNTO AO PROCESSO QUE LHE DEU CAUSA. FLS. 24 DECISÃO DO JUÍZO DO TRIBUNAL REGIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO EM 2019 PARA LIBERAR A QUANTIA BLOQUEADA NA CONTA DA REQUERENTE. VALORES RESTRINGIDOS HÁ MAIS DE 4 (QUATRO) ANOS SEM JUSTIFICATIVA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0701899-69.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 25 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0705959-85.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Nilson Mota.
Advogada: Izabele Melo Brilhante (OAB: 6215/AC).
Apelado: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda..
Advogado: Fernando Moreira Drummond Teixeira (OAB: 108112/MG).
Apelado: Gazin Industria e Comercio de Moveis e Eletrodomésticos S.a.
Advogado: Armando Silva Bretas (OAB: 31997/PR).
Advogado: Julio Cesar T. Bonjorno (OAB: 33390/PR).
Advogado: Celso N. Yokota (OAB: 33389/PR).
Assunto: Indenização Por Dano Moral

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DANOS MORAIS. AUTOR QUE ADQUIRIU PRODUTO E APRESENTOU DEFEITOS. SAMSUNG ALEGA NÃO TER FEITO QUALQUER ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO APARELHO DIANTE DA NÃO PROCURA DO AUTOR. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO PELO RECLAMANTE. RECORRENTE ALEGA NÃO TER SIDO INFORMADO QUE O ENVIO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA FAZIA PARTE DO PROCEDIMENTO E AFIRMA NEGLIGÊNCIA POR PARTE DAS RECLAMADAS. PRODUTO EM GARANTIA QUE DEVE SER ENCAMINHADO PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA ANALISAR E SANAR OS VICIOS. RECLAMADA QUE NÃO TEVE A OPORTUNIDADE DE RESOLVER O PROBLEMA EXTRAJUDICIALMENTE. SENTENÇA MANTIDA PELO OS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, NO ENTANTO SUSPENDO A EXIGIBILIDADE DIANTE DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0705959-85.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 25 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0701595-07.2022.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Pedro Veras Vilho.
Advogada: Luena Paula Castro de Souza (OAB: 3241/AC).
Apelado: DECOLAR.COM LTDA..
Advogado: Daniel Battipaglia Sgai (OAB: 214918/SP).
Assunto: Cancelamento de Vôo

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUTOR QUE ADQUIRIU PASSAGENS JUNTO A DECOLAR. COM E TEVE SEU VOO CANCELADO E PRECISOU DESEMBOLSAR MILHAS PARA COMPRAR UMA NOVA PASSAGEM. RECLAMADA QUE CUMPRIU SUA PARTE CONTRATUAL. AUTOR AJUIZOU AÇÃO CONTRA A GOL E REALIZARAM ACORDO. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO PELO REQUERENTE. RECORRENTE ADUZ RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, ALÉM DE SITUAÇÃO VEXATÓRIA E CONSTRANGEDORA, RAZÃO A QUAL DESEJA A REFORMA DA SENTENÇA. REQUERENTE QUE ENTROU EM ACORDO COM A GOL (RESPONSÁVEL PELO CANCELAMENTO DO VOO) FLS. 76/78. DANOS SUPORTADOS JÁ INDENIZADOS. PORTANTO, NÃO HÁ NECESSIDADE DO PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, NO ENTANTO SUSPENDO A EXIGIBILIDADE DIANTE DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0701595-07.2022.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 26 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora
JULGAMENTO VIRTUAL

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0700866-51.2023.8.01.0003
Foro de Origem: Brasileia
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: ENERGISA S/A.
Advogado: Eduardo Queiroga Estrela Maia Paiva (OAB: 23664/PB).
Advogado: Carlos Frederico Nóbrega Farias (OAB: 7119/PB).
Advogado: Lucas Damasceno Nóbrega Cesarino (OAB: 18056/PB).
Advogado: Rodrigo Nóbrega Farias (OAB: 10220/PB).
Apelada: Larissa de Oliveira Gomes.
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB: 18814/GO).
Advogada: Anna Luíza Soares Diniz dos Santos (OAB: 5841/RO).
Advogado: Marcia Rafaela Gallo (OAB: 13060/RO).
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DELISGAMENTO DE UNIDADE CONSUMIDORA REALIZADO SEM AVISO PRÉVIO, EM DIA NÃO ÚTIL (DOMINGO). RECLAMANTE QUE FOI SURPREENDIDA COM A INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO. RECLAMADA QUE CONFIRMA O DESLIGAMENTO, EM DECORRÊNCIA DO PEDIDO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL PELO LOCATÁRIO ANTERIOR. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA CONDENAR A RECLAMADA EM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS). RECURSO PELA RECLAMADA, PARA A REFORMA DA SENTENÇA, AFASTANDO-SE A CONDENAÇÃO. ILEGITIMIDADE ATIVA. TERCEIRA ALHEIA À RELAÇÃO CONTRATUAL. DESLIGAMENTO A PEDIDO DO CONTRATANTE. SITUAÇÃO QUE NÃO SE ENQUADA NA HIPÓTESE DE PROIBIÇÃO DE DESLIGAMENTO EM DIA NÃO ÚTIL POR NÃO SE TRATAR DE MEDIDA DECORRENTE DE INADIMPLÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE DESLIGAMENTO PREVISTA EM LEI. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. RECLAMANTE CIENTE DO PEDIDO DE DESLIGAMENTO DE LOCATÁRIO ANTERIOR. DANO MORAL INEXISTENTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA, REFOMAR A SENTENÇA E JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0700866-51.2023.8.01.0003, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0000215-51.2023.8.01.0006
Foro de Origem: Acrelândia
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Paulo Marques da Silva.
Advogado: Renata Carla Souza Peixoto (OAB: 5572/AC).
Apelado: Sky Brasil Serviçoes Ltda.
Advogada: Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 4788/AC).
Assunto: Perdas e Danos

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE CONSTANTES COBRANÇAS E NEGATIVAÇÃO POR DÍVIDA QUE DESCONHECE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO INICIAL. ORIGEM DA DÍVIDA NÃO COMPROVADA. RECURSO SOMENTE DA PARTE RECLAMANTE, REQUERENDO A MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, BEM COMO QUE O TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA INCIDA A CONTAR DO EVENTO DANOSO, NOS TERMOS DA SÚMULA 54 DO STJ. SENTENÇA QUE NÃO MERECE REPAROS. DOCUMENTO JUNTADO AOS AUTOS PELO RECLAMANTE (P. 5) QUE NÃO DEMONSTRA VINCULAÇÃO AOS DADOS PESSOAIS DO AUTOR, TAMPOUCO QUE HOUVE INSCRIÇÃO DO NOME DO RECORRENTE NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO DE CRÉDITO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 54 DO STJ, POIS NÃO HÁ COMO PRESUMIR QUAL FOI A DATA DO SUPOSTO EVENTO DANOSO (EFETIVA INSERÇÃO DO APONTAMENTO RESTRITIVO). RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, SERVINDO ESTA SÚMULA DE JULGAMENTO COMO ACÓRDÃO, NOS TERMOS DO ART. 46, DA LEI N. 9.099/95. SEM CUSTAS, EM RAZÃO DA ISENÇÃO ESTABELECIDA NO ART. 2, III, DA LEI ESTADUAL N. 1.422/2001. HONORÁRIOS EM 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DE CONDENAÇÃO, MAS COM A COBRANÇA SUSPENSA POR CINCO ANOS, ANTE O DEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, CONFORME ART. 98, § 3º, DO CPC.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0000215-51.2023.8.01.0006, ACORDAM os senhores Membros da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, negar provimento ao recurso, nos termos do voto apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime.

Rio Branco-Acre, 26 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0000015-07.2024.8.01.0007
Foro de Origem: Xapuri
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Recorrente: NETFLIX ENTRETENIMENTO BRASIL LTDA..
Advogado: Fabio Rivelli (OAB: 4158/AC).
Recorrido: José Cládio Ferreira Roques.
Assunto: Rescisão do Contrato e Devolução do Dinheiro

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE VALORES, RESTITUIÇÃO EM DOBRO E DANOS MORAIS. NETFLIX. AUTOR QUE É COBRADO EM DUPLICIDADE EM ASSINATURA DE STREAMING. RECLAMADA QUE NÃO SOLUCIONOU O PROBLEMA. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE ADUZ CRIAÇÃO DE DUAS CONTAS DE STREAMING COM E-MAIL'S DIFERENTES E POR ISSO A COBRANÇA. OCORRE QUE O ERRO NO E-MAIL SE TRATA UNICAMENTE DE ERRO DE DIGITAÇÃO DE UMA LETRA. HOTMAIL – ROTMAIL. SALIENTO QUE NÃO EXISTE PLATAFORMA DE RECEBIMENTO DE E-MAIL COM O NOME "ROTMAIL" OU SEJA, NÃO TERIA COMO CRIAR UMA CONTA NA PLATAFORMA DE STREAMING COM UM E-MAIL INEXISTENTE. COBRANÇA INDEVIDA. ART. 14 CDC. NO ENTANTO ATENDENDO OS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, FIXO O DANO MORAL EM R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) CORRIGIDOS MONETARIAMENTE PELO INPC, ACRESCIDO DE JUROS DE 1% AO MÊS A PARTIR DO ARBITRAMENTO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO DE HONORÁRIOS, ANTE O RESULTADO DO JULGAMENTO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0000015-07.2024.8.01.0007, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 25 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0700075-61.2023.8.01.0010
Foro de Origem: Bujari
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Mercado Pago Instituicao de Pagamento Ltda.
Advogado: JOÃO THOMAZ P. GONDIM (OAB: 62192/RJ).
Apelada: Suzy Anne de Araujo e Silva.
Advogada: Chriscila Andressa Barberá Daneluci (OAB: 444419/SP).
Assunto: Contratos Bancários

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUTORA QUE POSSUI CONTA NO MERCADO PAGO E TEVE SUA CONTA INVADIDA. TRANSFERÊNCIA DE VALORES E CONTA BLOQUEADA. RECLAMADA QUE NÃO DETECTOU FRAUDE NAS TRANSAÇÕES. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE ADUZ ILEGITIMIDADE DIANTE DE FRAUDE REALIZADA POR TERCEIRO E AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO POR ERRO DA PARTE AUTORA DE TER FRAGILIZADO SUA CONTA, RAZÃO A QUAL PLEITEIA A REFORMA DA SENTENÇA. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS RESPONDEM PELOS DANOS GERADOS POR FRAUDES E DELITOS, CONFORME SÚMULA 479 DO STJ. CONSUMIDOR PARTE VULNERÁVEL. ART. 14 CDC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0700075-61.2023.8.01.0010, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 25 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0701141-34.2022.8.01.0003
Foro de Origem: Brasileia
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Banco Máxima S/A.
Apelante: Prover Promoção de Vendas Ltda - Epp (Avancard).
Advogada: Michelle Santos Allan de Oliveira (OAB: 1535A/AM).
Apelado: Ozias Tavares de Abreu.
Advogado: Andrea Santos Pelatti (OAB: 3450/AC).
Advogada: Giseli Valente dos Santos Monteiro (OAB: 5025/AC).
Assunto: Contratos Bancários

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, SUSPENSÃO DE DESCONTOS E DANO MORAL. AUTOR QUE CONTRATOU EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E RECEBEU CARTÃO DE CRÉDITO. RECLAMADO QUE ANEXOU CONTRATO SEM ASSINATURA DO AUTOR, NEM DEMONSTROU O ÁUDIO DA CONTRATAÇÃO. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE ADUZ INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO POR COMPLEXIDADE, BEM COMO LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO. JUIZADO COMPETENTE PARA JULGAR, CONFORME A LEI Nº 9.099/95, SEM NECESSIDADE DE PERÍCIA DIANTE DAS PROVAS NOS AUTOS. AUTOR QUE CONTRATOU POR LIGAÇÃO TELEFÔNICA, NO ENTANTO O CONTRATO TRANSMUTOU DE FORMA UNILATERAL, POIS SEQUER RECEBEU UMA CÓPIA DO CONTRATO. RECLAMANTE QUE NÃO UTILIZOU O CARTÃO. DIREITO DO CONSUMIDOR À IGUALDADE EM CONTRATAÇÕES, BEM COMO PROTEÇÃO À RELAÇÕES ABUSIVAS E SUAS MODIFICAÇÕES, CONFORME: ART. 6º, I, IV, V , CDC. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0701141-34.2022.8.01.0003, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 26 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora
Classe: Embargos de Declaração Cível n. 0000242-81.2024.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Embargante: Josue Ferreira dos Santos.
Advogado: Thiago Amadeu Nunes de Jesus (OAB: 47341/GO).
Embargado: Telefônica Brasil S/A.
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO).
Assunto: Inclusão Indevida Em Cadastro de Inadimplentes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM FINS EXCLUSIVAMENTE DE REDIS-

CUTIR A MATÉRIA. INVIABILIDADE. OFENSA AO ART. 1.022, DO CPC NÃO CONFIGURADA. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. Nos termos do artigo 1.022, do CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar obscuridade, contradição ou omissão verificada no julgamento, acerca de tema sobre o qual o Juízo deveria ter se manifestado.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já suficientemente decidida. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 1.022, do CPC).

3. O acórdão, além de bastante claro em sua fundamentação, analisou as teses levantadas pelo embargante. Inexiste contradição/omissão/obscuridade no acórdão recorrido. Com o presente recurso, pretende o embargante apenas rediscutir a matéria nesta fase pelo fato de o entendimento adotado não lhe ter sido benéfico.

4. Se a solução dada ao litígio não foi a melhor do ponto de vista da embargante, não é na via dos embargos de declaração que poderá modificar o que foi decidido, ante a ausência das hipóteses legais previstas para esse instrumento jurídico.

5. Ante o exposto, REJEITO os Embargos apresentados.

6. Sem custas e sem condenação em verba honorária, por incabíveis no caso.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n. 0000242-81.2024.8.01.9000, ACORDAM os senhores Membros da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, não acolher os aclaratórios, nos termos do voto apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime.

Rio Branco-Acre, 26 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Embargos de Declaração Cível n. 0000230-67.2024.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Embargante: Andrelina Martins de Souza.
Advogada: Cíntia Martins de Souza (OAB: 4399/AM).
Embargado: Banco Volkswagen S/A.
Advogado: João Francisco Alves Rosa (OAB: 17023/BA).
Assunto: Seguro

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM FINS EXCLUSIVAMENTE DE REDISCUTIR A MATÉRIA. INVIABILIDADE. OFENSA AO ART. 1.022, DO CPC NÃO CONFIGURADA. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. Nos termos do artigo 1.022, do CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar obscuridade, contradição ou omissão verificada no julgamento, acerca de tema sobre o qual o Juízo deveria ter se manifestado.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já suficientemente decidida. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 1.022, do CPC).

3. O acórdão, além de bastante claro em sua fundamentação, analisou as teses levantadas pelo embargante. Inexiste contradição/omissão/obscuridade no acórdão recorrido. Com o presente recurso, pretende o embargante apenas rediscutir a matéria nesta fase pelo fato de o entendimento adotado não lhe ter sido benéfico.

4. Se a solução dada ao litígio não foi a melhor do ponto de vista da embargante, não é na via dos embargos de declaração que poderá modificar o que foi decidido, ante a ausência das hipóteses legais previstas para esse instrumento jurídico.

5. Ante o exposto, REJEITO os Embargos apresentados.

6. Sem custas e sem condenação em verba honorária, por incabíveis no caso.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n. 0000230-67.2024.8.01.9000, ACORDAM os senhores Membros da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, não acolher os aclaratórios, nos termos do voto apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime.

Rio Branco-Acre, 26 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora
Classe: Embargos de Declaração Cível n. 0000224-60.2024.8.01.9000
Foro de Origem: Xapuri
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Embargante: Claro S.A.
Advogado: Paula Maltz Nahon (OAB: 51657/RS).
Embargado: A. F. D..
Advogado: Felipe Heitor Trevisan (OAB: 4449/AC).
Assunto: Recurso

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO. INVIABILIDADE. OFENSA AO ART. 1.022, DO CPC NÃO CONFIGURADA. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. Nos termos do artigo 1.022, do CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar obscuridade, contradição ou omissão verificada no julgamento, acerca de tema sobre o qual o Juízo deveria ter se manifestado.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já suficientemente decidida. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 1.022, do CPC).

3. O acórdão, além de bastante claro em sua fundamentação, analisou as teses levantadas pelo embargante. Inexiste contradição/omissão/obscuridade no acórdão recorrido. Com o presente recurso, pretende o embargante apenas rediscutir a matéria nesta fase pelo fato de o entendimento adotado não lhe ter sido benéfico.

4. De se gizar, por oportuno, que o acórdão (pp. 146-147) apenas reduziu o montante arbitrado a título de indenização por danos morais, mantendo a sentença nos demais termos. Portanto, não há que se falar em ausência de deliberação, conforme alegado.

5. Ante o exposto, REJEITO os Embargos apresentados.

6. Sem custas e sem condenação em verba honorária, por incabíveis no caso.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n. 0000224-60.2024.8.01.9000, ACORDAM os senhores Membros da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, não acolher os aclaratórios, nos termos do voto apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime.

Rio Branco-Acre, 26 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora
Classe: Embargos de Declaração Cível n. 0000245-36.2024.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Embargante: Telefônica Brasil S/A.
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 5874/AC).
Embargada: Thais Teixeira Costa Zamith.
Advogada: Yohanna Lima de Alencar (OAB: 5790/AC).
Assunto: Telefonia

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM FINS EXCLUSIVAMENTE DE REDISCUTIR A MATÉRIA. INVIABILIDADE. OFENSA AO ART. 1.022, DO CPC NÃO CONFIGURADA. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. Nos termos do artigo 1.022, do CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar obscuridade, contradição ou omissão verificada no julgamento, acerca de tema sobre o qual o Juízo deveria ter se manifestado.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já suficientemente decidida. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 1.022, do CPC).

3. O acórdão, além de bastante claro em sua fundamentação, analisou as teses levantadas pelo embargante. Inexiste contradição/omissão/obscuridade no acórdão recorrido. Com o presente recurso, pretende o embargante apenas rediscutir a matéria nesta fase pelo fato de o entendimento adotado não lhe ter sido benéfico.

4. Se a solução dada ao litígio não foi a melhor do ponto de vista da embargante, não é na via dos embargos de declaração que poderá modificar o que foi decidido, ante a ausência das hipóteses legais previstas para esse instrumento jurídico.

5. Ante o exposto, REJEITO os Embargos apresentados.

6. Sem custas e sem condenação em verba honorária, por incabíveis no caso.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n. 0000245-36.2024.8.01.9000, ACORDAM os senhores Membros da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, não acolher os aclaratórios, nos termos do voto apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime.

Rio Branco-Acre, 26 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora
Classe: Mandado de Segurança Cível n. 0000360-57.2024.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Impetrante: Nortimoveis Empreendimentos Imobiliária Ltda.
Advogada: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB: 8759/AM).
Impetrado: Juízo de Direito do 1° Juizado Especial Cível da Comarca de Rio Branco - AC.
Litis Passivo: Marco Aurélio de Souza Martins.
Assunto: Liminar

MANDADO DE SEGURANÇA. NECESSIDADE DE IMPETRAÇÃO NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO IMPUGNADA, EQUIVALENTE AO PRAZO RECURSAL DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SOB PENA DE SOBRE ELA INCIDIR A PRECLUSÃO/COISA JULGADA. PRECEDENTE DO STJ (RMS 43.439/MG). MANDADO DE SEGURANÇA EM QUESTÃO QUE FOI IMPETRADO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO JUDICIAL QUESTIONADA, AINDA QUE DENTRO DO PRAZO DECADENCIAL DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS (ART. 23 DA LEI Nº 12.016/09). INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. O presente mandado de segurança foi impetrado contra decisão que não conheceu o recurso interposto nos autos nº 0000338-90.2019.2019.8.01.0070, não recebendo o intento.

2. Requereu a Impetrante, liminarmente, a suspensão dos atos executórios já iniciados nos autos do processos nº 0000338-90.2019.2019.8.01.0070.

É o relatório.

3. Ao enfrentar o RMS nº 43.439/MG, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que o mandado de segurança, quando se dirige contra ato judicial, deve ser impetrado no prazo de cinco dias, que é o prazo dos embargos de declaração, único recurso em tese cabível contra decisão irrecorrível. Partiu-se da premissa de que o mandado de segurança contra ato judicial não pode ser impetrado após a preclusão, invocando-se o enunciado 268 da Súmula do STF.

4. Com esse entendimento, deixa de haver ato judicial recorrível, havendo preclusão após o decurso do prazo de 05 (cinco) dias.

5. Imperioso concluir que o writ se volta contra ato judicial já alcançado pela preclusão, restando inviabilizado o seu processamento.

6. Ante o exposto, indefiro a inicial e extingo o presente mandamus, em razão de sua intempestividade, com fundamento no art. 485, I, do CPC e arts. 5º, III, 6º, § 5º e 10, caput, da Lei 12.016/2009.

7. Comunique-se o teor do presente acórdão ao Juízo de origem.

8. Custas de lei. Sem condenação em honorários advocatícios, por serem incabíveis em sede de mandado de segurança.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança Cível nº 0000360-57.2024.8.01.9000, ACORDAM os senhores Membros da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, não conhecer o Mandado de Segurança apresentado, nos termos do voto apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime.

Rio Branco-Acre, 25 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0003433-89.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Ton Stone.
Advogado: BRUNO FEIGELSON (OAB: 164272/RJ).
Apelado: Karem de Souza Barros dos Santos.
Advogado: Joao Victor de Andrade Lima (OAB: 3420/AC).
Apelado: MICHAEL PAIVA BARROS.
Advogado: Joao Victor de Andrade Lima (OAB: 3420/AC).
Assunto: Espécies de Contratos

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. BLOQUEIO PREVENTIVO DE VALORES. SUSPEITA DE FRAUDE. REQUERENTE QUE FEZ USO DE MAQUINETA DE CARTÃO DE CRÉDITO PARA RECEBER PARTE DE UM PAGAMENTO E O VALOR FOI BLOQUEADO E NÃO PODE SER MOVIMENTADO. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE QUE ADUZ DISPARIDADE ENTRE DUAS OPERAÇÕES, RESTANDO NECESSÁRIA A ANÁLISE PARA A APURAÇÃO DA REGULARIDADE DA TRANSAÇÃO. CONFORME JULGADO 0707843-91.2023.8.07.0003 DO TJDF ENTENDE QUE O BLOQUEIO TEMPORÁRIO CONFIGURA-SE EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO E NÃO CONFIGURA PRÁTICA ILÍCITA, PORÉM A MEDIDA RESTRITIVA ADOTADA PELA EMPRESA GEROU INDISPONIBILIDADE PATRIMONIAL, E DE FORMA INJUSTIFICADA ULTRAPASSOU O LIMITE DE DIAS TOLERÁVEIS. POR ESSES MOTIVOS, JULGO IMPROCEDENTE O RECURSO PELA RECLAMADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0003433-89.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0002600-71.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogado: Renato Chagas Corrêa da Silva (OAB: 5695/AC).
Apelado: Elcimar Costa da Silva.
Advogado: Helen Silvana Campos Rabelo (OAB: 6504/AC).
Assunto: Obrigações

RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. ENERGIA ELÉTRICA. RECLAMANTE USUÁRIO/PRODUTOR DE ENERGIA SOLAR. AUSÊNCIA DE COMPENSAÇÃO. COBRANÇAS INDEVIDAS. OBRIGAÇÃO DE FAZER CONSISTENTE NO REFATURAMENTO DAS CONTAS, PROVIDENCIANDO O ABATIMENTO DA ENERGIA PRODUZIDA PELO AUTOR. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. MERA COBRANÇA INDEVIDA. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA E NARRATIVA FÁTICA QUE NÃO INDICAM ABALO À HONRA DO AUTOR. MERO DISSABOR. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1.Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c repetição do indébito e danos morais com pedido liminar, ajuizada por Elcimar Costa da Silva em face de Energisa S/A.
2.Segundo narra o reclamante, implantou em seu imóvel (Unidade Consumidora nº 30/373955-4) sistema de produção solar de energia elétrica, contudo, ao longo de 17 (dezessete) meses, a reclamada vêm registrando produção de energia (injetada) a menor do que a quantidade efetivamente produzida, tendo realizado pagamento indevido no importe de R$ 3.019,35.
3.Adveio sentença parcialmente procedente ao pleito autoral, para condenar a reclamada em obrigação de fazer consistente na leitura do aparelho fotovoltaico; revisão de todas as faturas de consumo a partir de fevereiro/2022, conforme lançamentos indicados pelo reclamante em fs. 138; lançamento do crédito de 1.056 kWh de energia injetada; restituição de indébito e danos morais.
4.Insurge-se a reclamada pelo presente recurso (159/166), aduzindo prelimi-

nar de incompetência por necessidade de perícia; regularidade das cobranças efetuadas; inexistência de ato ilícito passível de indenização por danos morais.
5.É o breve relatório.
6.Primeiramente, afasto a preliminar de incompetência do Juizado Especial arguida, pois não é necessária qualquer perícia para se constatar que durante os meses contestados houve produção maior que o consumo. Ademais, a própria recorrente incide em contradição, pois argumenta que os consumos foram devidamente medidos (fls. 163), sem qualquer irregularidade na cobrança.
7.Conforme pode ser observado no gráfico demonstrativo de fls. 138, no mês de janeiro/2023 a geração de energia foi de 692,0 kWh, no entanto, a reclamada registrou como consumo injetado apenas o montante de 359 kWh, alusivo ao mesmo período. Do mesmo modo, em fevereiro de 2023, o gráfico de fls. 138 indica a produção de 561,0 kWh, entretanto, a reclamada injetou apenas 335 kWh. As demais inconsistências a partir de fevereiro de 2022 se confirmam pela comparação do demonstrativo de fls. 137 e gráfico de geração anual, em fls. 138.
8.Portanto, considerando os documentos colacionados à peça inaugural, a parte autora logrou êxito em provar os fatos constitutivos do seu direito. Por seu turno, a parte ré não se desincumbiu de seu ônus de provar fatos extintivos, impeditivos ou modificativos do direito do demandante (art. 373, II, do CPC).
9Assim, se a produção de energia do recorrido-reclamante foi maior que o consumo, não há justificativa plausível para a cobrança empreendida pela recorrente, restando patente a falha na prestação do serviço.
10.Quanto ao dano moral, este ocorre sempre que for atingido o ofendido como pessoa, não se cogitando de lesão ao seu patrimônio.
11.Assim, em que pese a instrução probatória tenha apurado a veracidade dos fatos narrados na inicial, não traz a parte autora indícios do sofrimento, angústia e perturbação que sofreu pela conduta da recorrida. Trata-se de mera cobrança indevida. Forçoso reconhecer que o reconhecimento do dano moral exige a comprovação de violação aos direitos da personalidade, como a agressão à honra, imagem, privacidade e bom nome, o que não se vislumbra na presente demanda, não sendo possível que o juízo simplesmente o presuma, pelos fatos narrados não concluírem logicamente nesse sentido.
12Ressalte-se o entendimento esposado pela Ministra do STJ Nancy Andrighi, no julgamento do REsp 1641037: “Dissabores, desconfortos e frustrações de expectativa fazem parte da vida moderna, em sociedades cada vez mais complexas e multifacetadas, com renovadas ansiedades e desejos, e por isso não se pode aceitar que qualquer estímulo que afete negativamente a vida ordinária configure dano moral.”
13.Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o recurso, apenas para afastar a condenação em danos morais.
14.Sem condenação em honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0002600-71.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e dar PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, .

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0701416-34.2023.8.01.0007
Foro de Origem: Xapuri
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Banco BMG S.A..
Advogada: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE).
Apelada: Maria Santos de Oliveira.
Advogado: Marcos Maia Pereira (OAB: 3799/AC).
Assunto: Bancários

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA. DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUTORA ALEGA DESCONHECIMENTO DA CONTRATAÇÃO. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE QUE JUNTOU AOS AUTOS CONTRATO ASSINADO (FLS. 150/157), CONSTANDO EXPLICITAMENTE O OBJETO CONTRATADO. INVERTIDO O ONUS DA PROVA, A RECLAMADA DEMONSTROU A LEGITIMIDADE DA COBRANÇA, QUE SE TRATA DE UM EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO DE HONORÁRIOS DIANTE DO RESULTADO DO JULGAMENTO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0701416-34.2023.8.01.0007, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre,em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0000418-38.2022.8.01.0009
Foro de Origem: Senador Guiomard
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelado: Fábio de Souza Silva , conhecido como Fabinho Pedreiro.
D. Público: Eufrásio Moraes de Freitas Cavalcante.
Apelado: Joao da Silva Viana.
Testemunha: Zacarias Souza Oliveira Filho.
Assunto: Pagamento
RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. OBRIGAÇÃO DE FAZER FIRMADA MEDIANTE CONTRATO VERBAL. DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO (OBRA INACABADA). PACTA SUNT SERVANDA E BOA-FÉ OBJETIVA. RECURSO PELO RECLAMADO. SENTENÇA REFORMADA. MINORAÇÃO DO QUANTUM A SER RESTITUÍDO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1.Trata-se de ação na qual o reclamante Sr. João da Silva Viana alega que contratou o reclamado Sr. Fábio para realizar obra de construção civil, adiantando-lhe o valor de R$ 800 (oitocentos reais) referente a oito diárias, contudo, informa que Fábio trabalhou apenas quatro diárias e deixou o serviço inacabado.
2.O reclamado sr. Fábio, por sua vez, aduz em audiência que recebeu do reclamante o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), tendo trabalhado oito dias, mas que não terminou o serviço em razão de falta de material de construção, não adquiridos pelo reclamante.
3.A sentença condenou o reclamado na devolução do valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), a incidir juros e correção monetária.
4.Insurge-se o reclamado pelo presente recurso, para afastar o valor da condenação ou, subsidiariamente, minorar o quantum fixado para fins de restituição.
5.In casu, o reclamante não demonstra fato constitutivo do direito alegado para fins de receber a restituição do valor de R$ 600,00, (seiscentos reais), notadamente, por afirmar em audiência que a diária contratada à época dos fatos era a de R$ 100,00 (cem reais), quantia essa que deve ser aquela considerada para fins de restituição pelos dias não laborados.
6.Acerca do serviço contratado, é fato incontroverso que obra restou inacabada, conforme depoimentos prestados pela testemunha e pelo próprio recorrente Sr. Fábio em audiências de conciliação, instrução e julgamento. Ademais, ressai dos depoimentos pelas partes que o pagamento referente aos serviços contratados se deu de forma antecipada. Logo, é de direito do recorrido ser restituído pelas diárias não trabalhadas.
7.Ante o exposto, considerando os princípios do Pacta Sunt Servanda e boa-fé objetiva, julgo parcialmente procedente o recurso do reclamado para minorar a quantia fixada para fins de restituição ao reclamante (recorrido) no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) a partir da citação (08/02/2023). Sem condenação em honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0000418-38.2022.8.01.0009, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e dar PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, .

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0000254-60.2023.8.01.0002
Foro de Origem: Cruzeiro do Sul
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Joniele dos Santos de Moraes.
Advogado: Alberto Augusto Gomes da Silva (OAB: 216/AC).
Apelado: Fernanda Vieira Lemos.
Advogado: Efrain Santos da Costa (OAB: 3335/AC).
Advogado: RAPHAEL TRELHA FERNANDEZ (OAB: 3685/AC).
Assunto: Indenização Por Dano Moral

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. OFENSAS VERBAIS PROFERIDAS MEDIANTE MENSAGENS VIA WHATSAPP. RECURSO PELA RECLAMADA, Sra. JONIELE, ONDE ALEGA SE TRATAR DE OFENSAS RECÍPROCAS, POIS APENAS RETRUCOU OFENSAS PROFERIDAS PELA RECLAMANTE PERANTE TERCEIROS. RECLAMADA QUE NÃO FAZ PROVA TESTEMUNHAL OU DOCUMENTAL DE SUAS ALEGAÇÕES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DE R$ 2.800,00 (DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS) QUE SE MOSTRA ADEQUADO ÀS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CONDENO A RECORRENTE EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA FIXADOS EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, NO ENTANTO, SUSPENDO A EXIGIBILIDADE DA COBRANÇA EM VIRTUDE DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0000254-60.2023.8.01.0002, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Agravo de Instrumento Em Recurso Extraordinário n. 0000484-45.2021.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Agravante: Estado do Acre.
Proc. Estado: Mauro Ulisses Cardoso Modesto (OAB: 949/AC).
Agravado: Eliziario Barbosa Campos Filho.
Advogado: Aila Freitas Pires (OAB: 5611/AC).
Assunto: Obrigações

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. JUÍZO DE RETRATAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ADMITIDO SEM CONCURSO ANTES DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. PERCEPÇÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. TEMA 1157 DO STF E ADI 3609 DO STF. SENTENÇA REFORMADA. PREQUESTIONAMENTO. NÃO INFRINGÊNCIA AOS DISPOSITIVOS LEGAIS REFERIDOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO PARA CONHECER E PROVER O RECURSO.
1.O Estado do Acre interpôs Agravo de instrumento em Recurso Extraordinário a fim de ver reformado o julgamento desta Turma que manteve a sentença de pp. 202-250 dos autos de origem nº 0601745-48.2020.8.01.0070, que o condenou na obrigação de pagar quantia certa à parte recorrida Eliziario Barbosa Campos Filho, incluindo em seus vencimentos o benefício pretendido (abono permanência), além de pagamento retroativo no importe de R$ 37.545,49, referente aos valores calculados entre 02/06/2016 (data em que completou o tempo para aposentadoria) e 31/12/2019, bem como verbas vencidas no curso da tramitação processual até seu trânsito em julgado.
2.Em suas razões (pp. 02/09) prequestiona o art. 37, II da CF; sustenta a existência de repercussão geral da matéria, por se tratar de demanda que versa sobre direitos inerentes ao regime jurídico-constitucional de servidores públicos que ingressaram sem concurso público, de modo que a manutenção do acórdão recorrido constitui ofensa direta ao dispositivo constitucional, pois concede vantagem que somente poderia ser deferida a servidores efetivos, conforme julgados da Suprema Corte.
3.A parte recorrida ofereceu contrarrazões (13-16), pugnando pelo improvimento do recurso e a manutenção do acórdão.
4.Foi determinado o sobrestamento do feito, sendo reconhecida a existência de repercussão geral referente ao do Tema 1157, com devolução a esta Turma.
5.Encaminhado os autos a este Relator (p. 34), para reexame do recurso anteriormente julgado.
6.O julgamento do Tema 1157 de repercussão geral ocorreu em 25/03/2022. Da análise do acórdão aqui impugnado, observa-se que a controvérsia foi decidida em desacordo com a tese fixada no julgamento do Tema 1157 e com a orientação jurisprudencial do STF, no sentido de que direito privativo de servidores efetivos concursados não pode ser estendido ao servidor efetivado extraordinariamente, com a Emenda à Constituição Estadual nº 38/2005, declarada inconstitucional pelo STF no julgamento da ADI nº 3609.
7.No caso, a parte recorrida ingressou sem concurso público no ano de 1982. Portanto, não faz jus a qualquer direito exclusivo de servidores efetivos. Na mesma linha de raciocínio, os julgados do STF
8.Registre-se, por fim, que não houve infringência a dispositivos legais, o que fica expressamente declarado, para fins de prequestionamento da matéria.
9.Nesse contexto, nos termos do art. 1.040, II do Código de Processo Civil, impõe-se realizar juízo de retratação positivo, por considerar que o Acórdão de pp. 308-309 não se coaduna com a orientação firmada pelo STF no julgamento do Tema nº 1157 e da ADI nº 3609, pelo que conheço e dou provimento ao recurso interposto pela parte recorrente. Juízo de retratação positivo para, dando provimento ao recurso, cassar o Acórdão de pp. 308-309 e julgar improcedente a ação. Sem custas e honorários de sucumbência por serem incabíveis no caso.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento Em Recurso Extraordinário n. 0000484-45.2021.8.01.9000, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, .

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Agravo de Instrumento Em Recurso Extraordinário n. 0000486-15.2021.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Agravante: Estado do Acre.
Proc. Estado: Mauro Ulisses Cardoso Modesto (OAB: 949/AC).
Agravada: Zuleide Lima Freire.
Advogado: Aila Freitas Pires (OAB: 5611/AC).
Assunto: Obrigações

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. JUÍZO DE RETRATAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDORA PÚBLICA ADMITIDA SEM CONCURSO ANTES DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. PERCEPÇÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. TEMA 1157 DO STF E ADI 3609 DO STF. SENTENÇA REFORMADA. PREQUESTIONAMENTO. NÃO INFRINGÊNCIA AOS DISPOSITIVOS LEGAIS REFERIDOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO PARA CONHECER E PROVER O RECURSO.
1.O Estado do Acre interpôs Agravo de instrumento em Recurso Extraordinário a fim de ver reformado o julgamento desta Turma que manteve a sentença de pp. 349-397 dos autos de origem nº 0604748-16.2017.8.01.0070, que o condenou na obrigação de pagar quantia certa à parte recorrida Zuleide Lima Freire, incluindo em seus vencimentos o benefício pretendido (abono permanência), além de pagamento retroativo no importe de R$ 8.700,46, referente aos valores calculados entre 22/08/2012 (data em que completou o tempo para aposentadoria) e 27/01/2014.
2.Em suas razões (pp. 02/09) prequestiona o art. 37, II da CF; sustenta a existência de repercussão geral da matéria, por se tratar de demanda que versa sobre direitos inerentes ao regime jurídico-constitucional de servidores públicos que ingressaram sem concurso público, de modo que a manutenção do acórdão recorrido constitui ofensa direta ao referido dispositivo constitucional, pois concede vantagem que somente poderia ser deferida a servidores efetivos, sobretudo considerando jurisprudência da Suprema Corte.
3.A parte recorrida ofereceu contrarrazões (13-16), pugnando pelo improvimento do recurso e a manutenção do acórdão.
4.Foi determinado o sobrestamento do feito, sendo reconhecida a existência de repercussão geral referente ao do Tema 1157, com devolução a esta Turma.
5.Encaminhado os autos a este Relator (p. 33), para reexame do recurso anteriormente julgado.
6.O julgamento do Tema 1157 de repercussão geral ocorreu em 25/03/2022. Da análise do acórdão aqui impugnado, observa-se que a controvérsia foi decidida em desacordo com a tese fixada no julgamento do Tema 1157 e com a orientação jurisprudencial do STF, no sentido de que direito privativo de servidores efetivos concursados não pode ser estendido ao servidor efetivado extraordinariamente, com a Emenda à Constituição Estadual nº 38/2005, declarada inconstitucional pelo STF no julgamento da ADI nº 3609.
7.No caso, a parte recorrida ingressou na Polícia Civil do Estado do Acre em 1983, sem concurso público. Portanto, não faz jus a qualquer direito exclusivo de servidores efetivos. Na mesma linha de raciocínio, os julgados do STF.
8Registre-se, por fim, que não houve infringência a dispositivos legais, o que fica expressamente declarado, para fins de prequestionamento da matéria.
9Nesse contexto, nos termos do art. 1.040, II do Código de Processo Civil, impõe-se realizar juízo de retratação positivo, por considerar que o Acórdão de pp. 445-446 não se coaduna com a orientação firmada pelo STF no julgamento do Tema nº 1157 e da ADI nº 3609, pelo que conheço e dou provimento ao recurso interposto, em Juízo de retratação positivo para cassar o Acórdão de pp. 445-446 e julgar improcedente a ação. Sem custas e honorários de sucumbência por serem incabíveis no caso.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento Em Recurso Extraordinário n. 0000486-15.2021.8.01.9000, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, .

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0701292-79.2022.8.01.0009
Foro de Origem: Senador Guiomard
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogada: Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 4788/AC).
Apelado: José Bezerra Rosas.
Advogado: Abraão Miranda de Lima (OAB: 5642/AC).
Advogado: Jhonatan Barros de Souza (OAB: 5632/AC).
Advogada: Isabel Barbosa de Oliveira (OAB: 5656/AC).
Advogado: Gabriel Santana de Souza (OAB: 5643/AC).

Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica

RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. RECLAMANTE (SR. JOSÉ BEZERRA ROSAS) QUE SOLICITOU A INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR DE ENERGIA ELÉTRICA EM UNIDADE CONSUMIDORA SITUADA NA ZONA RURAL. DEMORA NO ATENDIMENTO, PELA RECLAMADA ENERGISA S/A. CONSUMIDOR QUE ACIONOU O PROCON (FLS. 31/32), NO ENTANTO, NÃO HOUVE ACORDO PARA ATENDIMENTO DO SERVIÇO SOLICITADO. INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR DE ENERGIA NÃO REALIZADO NO PRAZO PREVISTO (05 DIAS), CONFORME RESOLUÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS, QUAL SEJA, RESOL. ANEEL Nº 414/2010 (ART. 30). FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CONFIGURA ATO ILÍCITO PASSÍVEL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA A CONDENAÇÃO DA RECLAMADA EM DANOS MORAIS, NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). RECURSO PELA RECLAMADA ENERSISA S/A, ADUZINDO A INEXISTÊNCIA DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, POIS QUE NÃO HOUVE QUALQUER PEDIDO DE LIGAÇÃO (INSTALAÇÃO) PELO RECLAMANTE. RECORRENTE QUE NÃO DEMONSTRA FATO IMPEDITIVO OU MODIFICATIVO DO DIREITO DO AUTOR. DOCUMENTAÇÃO CARREADA EM FLS. 31/32 QUE DEMONSTRAM AS TENTATIVAS DE RESOLUÇÃO DO PROBLEMA, PELO CONSUMIDOR, EM MEADOS DE AGOSTO/2021, PORÉM, NÃO ATENDIDO NOS PRAZOS ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO. CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO, PELA RECLAMADA, SOMENTE EM MAIO DE 2023, CONFORME FLS. 104, APÓS DECISÃO LIMINAR. CONFIGURADA A DEMORA NO ATENDIMENTO (REALIZADO QUASE DOIS ANOS APÓS A SOLICITAÇÃO) E FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, IMPÕE-SE A CONDENAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO FIXADA (R$ 5.000,00) SEGUNDO CRITÉRIOS RAZOAVEIS E PROPORCIONAIS. SENTENÇA MANTIDA. CONDENO A RECORRENTE EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS E 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0701292-79.2022.8.01.0009, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0704654-66.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Maria Guedes de Souza Vieira.
D. Público: Ronney da Silva Fecury (OAB: 1786/AC).
D. Pública: Aryne Cunha do Nascimento (OAB: 2884/AC).
Apelado: Estado do Acre.
Procurador: Thomaz Carneiro Drumond (OAB: 4204/AC).
Procurador: Lucas Grangeiro Bonifácio (OAB: 29327/PB).
Assunto: Tratamento da Própria Saúde

RECURSO INOMINADO. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. JUIZADOS ESPECIAIS. FAZENDA PÚBLICA. FORNECIMENTO DE FÁRMACO DE ALTO CUSTO. DEVER DO ESTADO. MEDICAMENTO INCLUSO NA REDE PÚBLICA (SUS). SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PELA RECLAMANTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Cuida-se de ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência ajuizada pela reclamante (pessoa idosa) srª Maria Guedes de Souza Vieira em face do Estado do Acre, pois diagnosticada com doença macular relacionada à idade (DMRI),visa o fornecimento pela rede pública de saúde, de tratamento médico ocular no valor inicial de R$ 8.290,00 (oito mil, duzentos e noventa reais), incluso o fornecimento do fármaco de alto custo ANTI-VEGF, devendo ser repetido o tratamento por 05 (cinco) meses, o que totaliza o valor de R$ 49.740,00 (quarenta e nove mil setecentos e quarenta reais).

2.Acostado à petição inicial, a reclamante demonstrou orçamentos referente ao tratamento pretendido, além de laudo médico em fls. 10 -16 e 19.

3.Não obstante, adveio sentença improcedente, considerando o não fornecimento do medicamento pelo SUS, além da não comprovação, pela reclamante, de que os medicamentos fornecidos pela rede pública são ineficazes ao tratamento.

4.Recurso pela reclamante, para a reforma da sentença, considerando-se o laudo médico apresentado, bem como o disposto na Portaria Conjunta nº 10/2022, acerca do Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas da Degeneração Macular Relacionada à Idade. Por fim, demonstra a recorrente que o medicamento pretendido (princípio ativo RANIBIZUMABE) consta registrado na ANVISA.

5.O recurso merece provimento.

6. Em consonância com as disposições constitucionais, nos termos dos art. 2º e art. 4º, ambos da Lei nº 8.080/90, a saúde pública consiste num direito fundamental do homem e é dever do Poder Público concretiza-lo. Desse modo, uma vez que o indivíduo comprove ter sido acometido por alguma enfermidade e não disponha de condições financeiras para custear o tratamento, exsurge o dever estatal em fornecer o fármaco como forma de se atender ao princípio da garantia à vida e à saúde.

7. Entretanto, caso o medicamento não seja fornecido pelo SUS, a satisfação desse direito pelo poder público depende do atendimento de alguns requisitos, consoante jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça – STJ no Tema Repetitivo 106, a saber: (I) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; (II) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; e, (III) existência de registro do medicamento na ANVISA, observados os usos autorizados pela agência. Precedentes.

8.No caso vertente, não há necessidade da aludida comprovação, pois o medicamento pretendido é fornecido pelo SUS, especificamente para tratamento da doença que acometeu a reclamante.

9.Inicialmente, forçoso pontuar que a reclamante é pessoa idosa, hipossuficiente, bem como demonstrou laudo médico (fl.19) onde se evidencia a necessidade de tratamento da doença de Degeneração Macular relacionada à idade (DMRI), com medicamento ANTIVEGF (LUCENTIS) de princípio ativo “ranibizumabe”, conforme demonstrado em fl. 105 do recurso inominado.

10.A bem da verdade, não obstante a reclamada/recorrida alegue que o fármaco não é disponibilizado pelo SUS, inexiste razão, considerando o que preconizado pela Portaria nº 18 de 07 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 10/05/2021:

PORTARIA SCTIE/MS Nº 18, DE 7 DE MAIO DE 2021

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o aflibercepte e ranibizumabe para tratamento de Degeneração Macular Relacionada à Idade (DMRI) neovascular em pacientes acima de 60 anos conforme Protocolo do Ministério da Saúde e Assistência Oftalmológica no SUS.

Ref.: 25000.107375/2020-82, 0020263556.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos arts. 20 e 23, do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o aflibercepte e ranibizumabe para tratamento de Degeneração Macular Relacionada à Idade (DMRI) neovascular em pacientes acima de 60 anos conforme Protocolo do Ministério da Saúde e Assistência Oftalmológica no SUS.
Art. 2º Conforme determina o art. 25, do Decreto nº 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.

Art. 3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/. Art.

4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

11.Outrossim, prevê a Portaria Conjunta nº 10/2022, acerca do Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas da Degeneração Macular Relacionada à Idade:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Degeneração Macular Relacionada à Idade (forma neovascular).
Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral da degeneração macular relacionada à idade (forma neovascular), critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.
Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais (eventos adversos) relacionados ao

uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento da forma neovascular da degeneração macular relacionada à idade.
Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme suas competências e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com essa doença em todas as etapas descritas no anexo a esta Portaria, disponível no sítio citado no parágrafo único do art. 1º.
12.Ante o exposto, conheço o recurso para reforma da sentença e condeno o Estado do Acre a fornecer tratamento ocular com o medicamento ANTIVEGF (LUCENTIS) pelo período inicial de 06 (seis) meses, incluindo consultas e exames pertinentes, OU, promova o custeio do tratamento indicado, incluindo medicamentos, consultas e exames pertinentes, mediante depósito em juízo, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), limitada a incidência por 30 (trinta) dias, podendo incidir novamente pelo mesmo prazo, caso haja notícia de descumprimento.
13.Recurso conhecido e provido, sem condenação em honorários, ante o resultado do julgamento (art. 55, caput, da LJE).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0704654-66.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0706727-11.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Estado do Acre.
Procurador: Joao Paulo Aprigio de Figueiredo (OAB: 2410/AC).
Apelado: João Batista Alves.
Advogado: Valdimar Cordeiro de Vasconcelos (OAB: 4526/AC).
Assunto: Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público

---

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PENITENCIÁRIA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO PELO RECLAMADO, ESTADO DO ACRE. DIREITO AO RECEBIMENTO. ENTENDIMENTO EXARADO POR AMBOS OS COLEGIADOS DESTE MICROSSISTEMA. MANUTENÇÃO QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
48.Cinge-se a controvérsia em averiguar se o reclamante Sr. João Batista Alves, integrante da reserva remunerada da Polícia Militar do Estado do Acre e reconvocado para o serviço ativo, possui direito ao recebimento da Gratificação de Atividade Penitenciária.
2. A sentença foi parcialmente procedente ao pedido do reclamante, conferindo-lhe direito ao recebimento da aludida gratificação, apenas referente ao período de julho de 2020 até agosto de 2023.
3. Recurso pelo reclamado Estado do Acre, ora recorrente, aduzindo tão somente a preliminar de coisa julgada.
4. É o relatório.
5. O recurso não merece provimento.
6 De início, afasto a preliminar de coisa julgada, considerando que a presente causa de pedir refere-se a período diverso (pagamentos de julho de 2020 até agosto de 2023), não abrangidos pelos autos diversos nº 0604132-36.2020.8.01.0070.
7. No mérito, o recurso não merece provimento.
8. Acerca do tema, é entendimento pacificado das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Estado do Acre que os militares inativos reconvocados para o serviço, possuem direito à percepção das verbas inerentes aos militares da ativa, por força do princípio constitucional da isonomia.
9.Ademais, analisando a legislação que rege a matéria, notadamente a Lei Complementar nº. 305/2015 que cria o Corpo Voluntário de Militares do Estado da Reserva Remunerada e dispõe sobre a convocação dos Militares do Estado da Reserva Remunerada, observa-se que a aludida lei trata da possibilidade dos militares inativos se voluntariarem para o serviço ativo em caráter transitório, para atuação em situações excepcionais.
10.No caso presente, resta incontroverso que a parte reclamante retornou ao serviço ativo, devendo por isso, receber tratamento equiparado ao dos militares da ativa.
11. Nesse sentido é a jurisprudência destas Turmas recursais:

RECURSO INOMINADO. JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO DE PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE COBRANÇA. MILITAR DA RESERVA REMUNERADA CONVOCADO PARA O SERVIÇO ATIVO. DIREITO AO RECEBIMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PENITENCIÁRIA. ISONOMIA COM MILITARES DA ATIVA. MATÉRIA PACIFICADA NAS TURMAS RECURSAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (TJAC. Relator (a): Juíza de Direito Rogéria José Epaminondas; Comarca: Rio Branco - Juizados Especiais; Número do Processo:0703424-57.2021.8.01.0070; Órgão julgador: 1ª Turma Recursal; Data do julgamento: 23/03/2022; Data de registro: 29/03/2022)

RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO DE COBRANÇA. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PENITENCIÁRIA E FÉRIAS NÃO GOZADAS. MILITAR DA RESERVA REMUNERADA. CONVOCAÇÃO PARA O SERVIÇO ATIVO DE GUARDA DE PRESÍDIO. EXERCÍCIO DE POLICIAMENTO DE GUARDA DE PRESÍDIO DEMONSTRADO. ENTENDIMENTO DO STJ. MATÉRIA PACIFICADA NAS TURMAS RECURSAIS. DIREITO AO RECEBIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (Relator (a): Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho; Comarca: Rio Branco - Juizados Especiais; Número do Processo:0704532-87.2022.8.01.0070;Órgão julgador: 1ª Turma Recursal; Data do julgamento: 28/06/2023; Data de registro: 07/07/2023) RECURSO INOMINADO.

FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PENITENCIÁRIA. MILITAR QUE ESTAVA NA INATIVIDADE, SE INSCREVEU NO CORPO VOLUNTÁRIO DE MILITARES DO ESTADO DA RESERVA REMUNERADA E FOI RECONVOCADO PARA O SERVIÇO. DIREITO À PERCEPÇÃO DE TODAS AS VERBAS INERENTES AOS MILITARES NA ATIVA, SOB PENA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. PRECEDENTES DO STJ. SUBMISSÃO À LEGISLAÇÃO PERTINENTE AOS MILITARES DA ATIVA. LEI COMPLEMENTAR 164/2006 QUE DISCRIMINA AS VANTAGENS A QUE FAZ JUS O MILITAR ATIVO, ESTANDO A GRATIFICAÇÃO PLEITEADA CONTEMPLADA NO ROL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJAC. Relator (a): Juiz de Direito Hugo Torquato; Comarca: Rio Branco - Juizados Especiais; Número do Processo: 0605561-09.2018.8.01.0070; Órgão julgador: 2ª Turma Recursal; Data do julgamento: 03/03/2022; Data de registro: 04/03/2022)

RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. “GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PENITENCIÁRIA”. MILITAR INATIVO RECONVOCADO AO SERVIÇO NO CORPO VOLUNTÁRIO. DIREITO À PERCEPÇÃO DE TODAS AS VERBAS INERENTES AOS MILITARES NA ATIVA, SOB PENA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. PRECEDENTE DO STJ. GATIFICAÇÃO CONTEMPLADA NO ROL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 164/2006, QUE DISCRIMINA AS VANTAGENS A QUE FAZ JUS O MILITAR ATIVO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (TJAC. Relator (a): Juiz de Direito Anastacio Lima de Menezes Filho; Comarca: Rio Branco - Juizados Especiais; Número do Processo: 0702311-68.2021.8.01.0070; Órgão julgador: 1ª Turma Recursal; Data do julgamento: 10/11/2021; Data de registro: 18/11/2021).

12.Ante o exposto, é o caso de não provimento ao recurso, razão pela qual mantenho a sentença por seus próprios fundamentos. Condeno a reclamada/recorrente ao pagamento de honorários advocatívios fixados em 10% sobre o valor da condenação. Recurso conhecido e improvido.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0706727-11.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0004538-04.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Lucas Vieira Carvalho.
Advogado: Lucas Vieira Carvalho (OAB: 3456/AC).
Apelado: Casa Empreendimentos Imobiliarios Ltda.
Advogado: Larissa Oliveira Poersch (OAB: 4907/AC).
Assunto: Espécies de Contratos

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS. DANOS MORAIS. SPC/SERASA. REQUERENTE QUE ERA FIADOR E TEVE SEU NOME NEGATIVADO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO PELO REQUERENTE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
49.Trata-se de Recurso Inominado (fls.81/90) interposto por Lucas Vieira Carvalho, em face da Sentença de fls. 71/72 que julgou incompetência do Juizado para processar e julgar a causa diante da conexão com a ação de despejo e

cobrança de alugueis nº 0706562-74.2023.8.01.0001, notadamente pela identidade da causa de pedir.
50.Narra o recorrente que é advogado e fiador do Sr. Dirciano (ex-locatário), em um contrato de locação imobiliária residencial, firmado com a Sra. Maria Raimunda Moraes (ex-locadora), e em contrato verbal firmaram a compra e venda do imóvel objeto da locação, o qual levou em encerramento da relação locatícia firmada anteriormente entre ambos. Ocorre que a ex-locadora desistiu do negócio e o ex-locatário não concordou com a desistência pois já havia realizado reformas no imóvel.
51.Ocorre que a requerente negativou o nome do autor, em razão de dividas locatícias que estavam em atraso, as quais não foram pagas por conta do contrato verbal entre o comprador e vendedor.
52.É o relatório.
53.No caso presente, mostra-se competente para o julgamento do feito o Juízo da 3ª Vara cível, onde se discute a cobrança dos alugueis, havendo recente acordo para adimplemento entre as partes.
54.Segundo o CPC, inovando em relação à revogada legislação processual civil, previu a possibilidade de julgamento conjunto de processos mesmo na hipótese de ausência de conexão entre eles, visando, em especial, evitar o risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias.
55.Nesse sentido, mantenho a sentença pelo os próprios fundamentos. Conheço e nego provimento ao recurso.
56.Condeno em honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da causa.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0004538-04.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0704064-89.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Edenilson Bastos Lima Juniior.
Advogada: Dayana Karoline de Lima (OAB: 5044/AC).
Apelado: Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogado: Décio Freire (OAB: 56543/MG).
Advogada: Andressa Melo Siqueira (OAB: 3323/AC).
Advogado: Gustavo de Marchi (OAB: 84288/MG).
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica

RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C DANOS MATERIAIS. RECLAMANTE QUE SOFREU ACIDENTE AO CONDUZIR SUA MOTOCICLETA PELA AVENIDA MARECHAL DEODORO, COLIDINDO COM FIAÇÃO BAIXA, O QUE LHE OCASIONOU FERIMENTOS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. NEXO CAUSAL. SENTENÇA QUE JULGOU TOTALMENTE IMPROCEDENTE O FEITO, DIANTE DA NÃO COMPROVAÇÃO DE PROVA MÍNIMA ACERCA DA RESPONSABILIDADE DA RECLAMADA ENERGISA S/A, QUE EM SUA DEFESA, ARGUMENTA NÃO SE TRATAR DE FIO DE ENERGIA. RECURSO PELO RECLAMANTE, PARA A REFORMA DA SENTENÇA. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, DECLARADA EX OFFICIO. NECESSIDADE DA ELABORAÇÃO DE LAUDO PERICIAL POR PROFISSIONAL DA ÁREA TÉCNICA, QUE AVALIE AS IMAGENS FOTOGRÁFICAS E ESTABELEÇA A ESPECIFICIDADE DO FIO (SE DE ENERGIA OU TELEFÔNICO), A FIM DE PERQUIRIR A RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPLEXIDADE QUE FASTA O SISTEMA DA LEI N. 9.099/95. SENTENÇA REFORMADA, COM A EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, CONFORME ART. 485, IV DO CPC. RECURSO PREJUDICADO. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS, ANTE O RESULTADO DO JULGAMENTO.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0704064-89.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, JULGAR PREJUDICADO o recurso nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, .

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Agravo de Instrumento Em Recurso Extraordinário n. 0000503-51.2021.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Agravante: Estado do Acre.
Proc. Estado: Paulo Jorge Silva Santos (OAB: 4495/AC).
Agravada: Maria Miramar de Oliveira Chaves.
Advogado: Carlos Venicius Ferreira Ribeiro Junior (OAB: 3851/AC).
Assunto: Obrigações

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA EM PECÚNIA. DIREITO CONCEDIDO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS. NÃO EXTENSÃO AO SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO SEM CONCURSO PÚBLICO. TEMA 1157 DA REPERCUSSÃO GERAL. SERVIDOR ADMITIDO SEM CONCURSO PÚBLICO NA VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO PRETÉRITA. IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO IMPLEMENTADO PARA SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 37, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA TESE FIRMADA NA ADI 3.609/AC. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM CASO ANÁLOGO (ARE 1358486 / AC). JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO. ACÓRDÃO REFORMADO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL.

1.Na origem, cuida-se de ação movida por MARIA MIRAMAR DE OLIVEIRA CHAVES em face do Estado do Acre, para pleitear a conversão de licença prêmio, referente a 06 (seis) períodos, sendo:1983/1988;1988/1993; 1993/1998; 1998/2003; 2003/2008; 2008/2005 (não usufruídos), tendo ingressado no serviço público em 1983 e aposentado em 2017.
2.Adveio acórdão favorável de relatoria deste Magistrado (pp. 203/205 dos autos de nº 0604751-97.2019.8.01.0070) para manter a sentença (pp. 66/149 daqueles autos) condenando o Estado do Acre ao pagamento de R$ 36.599,58, a ser acrescido juros e correção monetária, referente aos períodos de licença-prêmio não usufruídos e nem computados em dobro para fins de aposentadoria ou percepção do abono de permanência.
3.O referido acórdão foi objeto de recurso pelo ESTADO DO ACRE, que interpôs embargos de declaração com fins de prequestionamento (rejeitados) e por fim, Agravo em Recurso Extraordinário (pp. 01/10 Autos nº 0000503-51.2021.8.01.9000), sob o argumento de que a decisão recorrida viola o texto constitucional, notadamente o art. 37, II da CF.
4.Devidamente intimada, a agravada não apresentou contrarrazões (fls. 14).
5.Os autos vieram conclusos a este Relator (p. 34), para reexame do recurso anteriormente julgado.
6.Acerca da matéria de fundo, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema nº 1157 de repercussão geral, fixou a seguinte tese: “É vedado o reenquadramento, em novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, de servidor admitido sem concurso público antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, mesmo que beneficiado pela estabilidade excepcional do artigo 19 do ADCT, haja vista que esta regra transitória não prevê o direito à efetividade, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e decisão proferida na ADI 3609.”
7.Em caso análogo, ao julgar o ARE 1358486 / AC, o Ministro ROBERTO BARROSO reformou acórdão desta Turma Recursal para afastar o direito ao recebimento de licença-prêmio em pecúnia. Pela pertinência, transcrevo o seguinte trecho: “(...) O acórdão recorrido divergiu desses entendimentos, uma vez que assegurou o pagamento de licença-prêmio não usufruída - direito reservado aos servidores públicos efetivos - a servidora contratada sem concurso público.(...)”.(STF - ARE: 1358486 AC, Relator: ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 02/03/2023, Data de Publicação: 07/03/2023)
8.Na hipótese dos autos, considerando que a aposentadoria se deu apenas em 2017, ou seja, após a modulação dos efeitos da ADI 3.609, com efeitos a partir de fevereiro/2015, há contrariedade do acórdão recorrido com entendimento do STF, devendo ser reformado para adequação à orientação emanada pela Suprema Corte.
9.Juízo de retratação positivo para reformar o acórdão recorrido e julgar improcedentes os pedidos iniciais.
10.Sem condenação em honorários, ante o resultado do julgamento.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento Em Recurso Extraordinário n. 0000503-51.2021.8.01.9000, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, .

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Agravo de Instrumento Em Recurso Extraordinário n. 0000522-57.2021.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Agravante: Estado do Acre.
Proc. Estado: Mauro Ulisses Cardoso Modesto (OAB: 949/AC).
Agravado: Liesjio Wanderley da Nobrega.

Advogado: Aila Freitas Pires (OAB: 5611/AC).
Assunto: Obrigações

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA EM PECÚNIA. DIREITO CONCEDIDO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS. NÃO EXTENSÃO AO SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO SEM CONCURSO PÚBLICO. TEMA 1157 DA REPERCUSSÃO GERAL. SERVIDOR ADMITIDO SEM CONCURSO PÚBLICO NA VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO PRETÉRITA. IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO IMPLEMENTADO PARA SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 37, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA TESE FIRMADA NA ADI 3.609/AC. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM CASO ANÁLOGO (ARE 1358486 / AC). JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO. ACÓRDÃO REFORMADO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL.

1 Na origem, cuida-se de ação movida por LIESJIO WANDERLEY DA NOBREGA em face do Estado do Acre, para pleitear a conversão de licença prêmio, referente a 01 (um) período, sendo: 2010/2015 (não usufruído), tendo ingressado no serviço público em 1985, ainda em exercício.
2. Adveio acórdão favorável de relatoria deste Magistrado (pp. 421/422 dos autos de nº 0603093-09.2017.8.01.0070) para manter a sentença (pp. 212/312) condenando o Estado do Acre ao pagamento de R$ 28.994,84, a ser acrescido juros e correção monetária, referente ao período de licença-prêmio não usufruído e nem computado em dobro para fins de aposentadoria ou percepção do abono de permanência.
3. O referido acórdão foi objeto de recurso pelo ESTADO DO ACRE, que interpôs embargos de declaração com fins de prequestionamento (rejeitados) e por fim, Agravo em Recurso Extraordinário (pp. 01/06 Autos nº 0000522-57.2021.8.01.9000), sob o argumento de que a decisão recorrida viola o texto constitucional, notadamente o art. 37, II da CF.
4. O recorrido apresentou contrarrazões (fls. 10/15).
5. Os autos vieram conclusos a este Relator (p. 36), para reexame do recurso anteriormente julgado.
6. Acerca da matéria de fundo, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema nº 1157 de repercussão geral, fixou a seguinte tese: "É vedado o reenquadramento, em novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, de servidor admitido sem concurso público antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, mesmo que beneficiado pela estabilidade excepcional do artigo 19 do ADCT, haja vista que esta regra transitória não prevê o direito à efetividade, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e decisão proferida na ADI 3609."
7. Em caso análogo, ao julgar o ARE 1358486 / AC, o Ministro ROBERTO BARROSO reformou acórdão desta Turma Recursal para afastar o direito ao recebimento de licença-prêmio em pecúnia. Pela pertinência, transcrevo o seguinte trecho: "(...) O acórdão recorrido divergiu desses entendimentos, uma vez que assegurou o pagamento de licença-prêmio não usufruída - direito reservado aos servidores públicos efetivos - a servidora contratada sem concurso público.(...)".(STF - ARE: 1358486 AC, Relator: ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 02/03/2023, Data de Publicação: 07/03/2023)
8. Na hipótese dos autos, o período pretendido (2010 a 30/03/2015) para fins de conversão da licença prêmio em pecúnia restou atingido pela modulação dos efeitos da ADI 3.609, com efeitos a partir de fevereiro/2015, de forma que há contrariedade do acórdão recorrido com entendimento do STF, devendo ser reformado para adequação à orientação emanada pela Suprema Corte.
9. Juízo de retratação positivo para reformar o acórdão recorrido e julgar improcedentes os pedidos iniciais.
10. Sem condenação em honorários, ante o resultado do julgamento.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento Em Recurso Extraordinário n. 0000522-57.2021.8.01.9000, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, .

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Agravo de Instrumento Em Recurso Extraordinário n. 0000523-42.2021.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Agravante: Estado do Acre.
Proc. Estado: Mauro Ulisses Cardoso Modesto (OAB: 949/AC).
Procurador: Joao Paulo Aprigio de Figueiredo (OAB: 2410/AC).
Agravada: Maria Aurilene Rêgo da Silva.
Advogado: Dougllas Jonathan Santiago de Souza (OAB: 3132/AC).
Advogado: Aila Freitas Pires (OAB: 5611/AC).
Advogado: Karina Leite Bezerra (OAB: 5589/AC).
Advogada: Renata Leão Torres (OAB: 3999/AC).
Advogado: William Fernandes Rodrigues (OAB: 5000/AC).
Assunto: Obrigações

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. JUÍZO DE RETRATAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDORA PÚBLICA ADMITIDA SEM CONCURSO ANTES DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. PERCEPÇÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. TEMA 1157 DO STF E ADI 3609 DO STF. SENTENÇA REFORMADA. PREQUESTIONAMENTO. NÃO INFRINGÊNCIA AOS DISPOSITIVOS LEGAIS REFERIDOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO PARA CONHECER E PROVER O RECURSO.
1.O Estado do Acre interpôs Agravo de instrumento em Recurso Extraordinário a fim de ver reformado o julgamento desta Turma que manteve a sentença de pp. 123-164 dos autos de origem nº 0607367-45.2019.8.01.0070, que o condenou na obrigação de pagar quantia certa à parte recorrida MARIA AURILENE RÊGO DA SILVA, incluindo em seus vencimentos o benefício pretendido (abono permanência), além de pagamento retroativo no importe de R$ 29.400,74, referente aos valores calculados entre 24/12/2016 (data em que completou o tempo para aposentadoria) a 09/12/2019, bem como verbas vencidas no curso da tramitação processual até seu trânsito em julgado.
2.Em suas razões (pp. 01-08) prequestiona o art. 37, II da CF; sustenta a existência de repercussão geral da matéria, por se tratar de demanda que versa sobre direitos inerentes ao regime jurídico-constitucional de servidores públicos que ingressaram sem concurso público, de modo que a manutenção do acórdão recorrido constitui ofensa direta ao referido dispositivo constitucional, pois concede vantagem que somente poderia ser deferida a servidores efetivos, sobretudo considerando reiteradas decisões do STF.
3.A parte recorrida ofereceu contrarrazões (12-15), pugnando pelo improvimento do recurso e a manutenção do acórdão.
4.Foi determinado o sobrestamento do feito, sendo reconhecida a existência de repercussão geral referente ao do Tema 1157, com devolução a esta Turma.
5.Encaminhado os autos a este Relator (p. 33), para reexame do recurso anteriormente julgado.
6.O julgamento do Tema 1157 de repercussão geral ocorreu em 25/03/2022. Da análise do acórdão aqui impugnado, observa-se que a controvérsia foi decidida em desacordo com a tese fixada no julgamento do Tema 1157 e com a orientação jurisprudencial do STF, no sentido de que direito privativo de servidores efetivos concursados não pode ser estendido ao servidor efetivado extraordinariamente, com a Emenda à Constituição Estadual nº 38/2005, declarada inconstitucional pelo STF no julgamento da ADI nº 3609.
7.No caso, a parte recorrida ingressou sem concurso público no ano de 1986. Portanto, não faz jus a qualquer direito exclusivo de servidores efetivos. Na mesma linha de raciocínio, os julgados do STF.
8.Registre-se, por fim, que não houve infringência a dispositivos legais, o que fica expressamente declarado, para fins de prequestionamento da matéria.
9.Nesse contexto, nos termos do art. 1.040, II do Código de Processo Civil, impõe-se realizar juízo de retratação positivo, por considerar que o Acórdão de pp. 164-165 não se coaduna com a orientação firmada pelo STF no julgamento do Tema nº 1157 e da ADI nº 3609, pelo que conheço e dou provimento ao recurso interposto pela parte recorrente para cassar o acórdão e julgar improcedentes os pedidos iniciais. Juízo de retratação positivo para, dando provimento ao recurso, cassar o Acórdão de pp. 217-218 e julgar improcedente a ação. Sem custas e honorários de sucumbência por serem incabíveis no caso.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento Em Recurso Extraordinário n. 0000523-42.2021.8.01.9000, ACORDAM os Senhores Desembargadores do 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, .

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0702719-88.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: José Costa das Chagas.
Advogado: Hebert Inocêncio Simão de Araújo (OAB: 5967/AC).
Apelado: Município de Rio Branco.
Procurador: Amanda Mendes Evangelista.
Assunto: Recurso

RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. REQUERIMENTO DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. VIGIA DE ESCOLA MUNICIPAL. SENTENÇA IMPROCEDENTE. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. DECRETO n. 1.362/2019. RECURSO PELO RECLAMANTE. INEXISTÊNCIA DE ERROR IN JUDICANDO OU DIREITO ADQUIRIDO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1.Reclamante (JOSÉ COSTA DAS CHAGAS), servidor público municipal que exerce função de vigia noturno em escola pública municipal, situada em zona rural. Argumenta se tratar de área de risco, em virtude da atuação de facção criminosa. Não obstante laudo LTCAT negativo, entende fazer jus ao recebimento do adicional de periculosidade, nos termos da lei n. 1.795/2009 (PCCR dos servidores municipais de Rio Branco) e Decreto n. 1.362/2019.
2.Sentença que julgou improcedente o feito, considerando não comprovado o fato constitutivo do direito.
3.Recurso pelo reclamante, visando a reforma da sentença.
4.Contrarrazões pelo recorrido município de Rio Branco em fls. 120/125, pelo não provimento ao recurso.
5.O recurso não merece provimento.
6.Em que pese tratar-se de servidor público efetivo, sujeito ao Plano de Cargos e Carreiras instituído pela lei n. 1.795/2009, o requerente não comprova fato constitutivo do direito, pois não restam preenchidos os requisitos autorizadores do pretendido adicional de periculosidade, notadamente, laudo técnico favorável referente as condições de trabalho (LTCAT), nos termos do art. 6º inciso I e §1º do Decreto n. 1.362/2019. No caso presente, o laudo técnico constatou que o servidor (requerente) não faz jus o benefício, conforme fls. 62.
7.Assim, cumpre observar que a administração pública está adstrita ao princípio da legalidade, de modo que o administrador fica vinculado ao preenchimento das condições legais estabelecidas, para fins de concessão do benefício.
8.No mesmo sentido, em que pese ter recebido pagamentos parciais acerca do adicional de periculosidade, conforme documentos de fl. 97/99, não há que se falar em direito adquirido.
9.Pelo exposto, o Juízo a quo aplicou devidamente o direito aos fatos delineados, de modo que não incidiu em error in judicando, razão pela qual conheço e NEGO PROVIMENTO ao recurso, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos. Condeno o reclamante/recorrente ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, entretanto, suspendo a exigibilidade da cobrança em virtude dos benefícios da justiça gratuita concedidos neste momento.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0702719-88.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 14/12/2023.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Agravo de Instrumento Em Recurso Extraordinário n. 0000554-62.2021.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Agravante: Estado do Acre.
Proc. Estado: Paulo Jorge Silva Santos (OAB: 4495/AC).
Agravada: Maria Goreth Lopes das Neves.
Advogado: Aila Freitas Pires (OAB: 5611/AC).
Assunto: Obrigações

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA EM PECÚNIA. DIREITO CONCEDIDO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS. NÃO EXTENSÃO AO SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO SEM CONCURSO PÚBLICO. TEMA 1157 DA REPERCUSSÃO GERAL. SERVIDOR ADMITIDO SEM CONCURSO PÚBLICO NA VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO PRETÉRITA. IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO IMPLEMENTADO PARA SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 37, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA TESE FIRMADA NA ADI 3.609/AC. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM CASO ANÁLOGO (ARE 1358486 / AC). JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO. ACÓRDÃO REFORMADO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL.
1.Na origem, cuida-se de ação movida por MARIA GORETE LOPES DAS NEVES em face do Estado do Acre (Acreprevidência), para pleitear a conversão de licença prêmio, referente a 02 (dois períodos), totalizando seis meses, (não usufruídos), tendo ingressado no serviço público em 1983 e se aposentado em 2019.
2.Adveio acórdão favorável de relatoria deste Magistrado (pp. 321/323 dos autos de nº 0600903-05.2019.8.01.0070) para manter a sentença (pp. 168/260 daqueles autos) condenando o Estado do Acre ao pagamento de R$ 21.016,80, a ser acrescido juros e correção monetária, referente aos períodos de licença-prêmio não usufruídos e nem computados em dobro para fins de aposentadoria ou percepção do abono de permanência.
3.O referido acórdão foi objeto de recurso pelo ESTADO DO ACRE, que interpôs embargos de declaração com fins de prequestionamento (rejeitados) e por fim, Agravo em Recurso Extraordinário (pp. 01/06 Autos nº 0000554-62.2021.8.01.9000), sob o argumento de que a decisão recorrida viola o texto constitucional, notadamente o art. 37, II da CF.
4.Devidamente intimada, a agravada apresentou contrarrazões (fls. 10/15).
5.Os autos vieram conclusos a este Relator (p. 33), para reexame do recurso anteriormente julgado.
6.Acerca da matéria de fundo, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema nº 1157 de repercussão geral, fixou a seguinte tese: "É vedado o reenquadramento, em novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, de servidor admitido sem concurso público antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, mesmo que beneficiado pela estabilidade excepcional do artigo 19 do ADCT, haja vista que esta regra transitória não prevê o direito à efetividade, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e decisão proferida na ADI 3609."
7.Em caso análogo, ao julgar o ARE 1358486 / AC, o Ministro ROBERTO BARROSO reformou acórdão desta Turma Recursal para afastar o direito ao recebimento de licença-prêmio em pecúnia. Pela pertinência, transcrevo o seguinte trecho: "(...) O acórdão recorrido divergiu desses entendimentos, uma vez que assegurou o pagamento de licença-prêmio não usufruída - direito reservado aos servidores públicos efetivos - a servidora contratada sem concurso público.(...)".(STF - ARE: 1358486 AC, Relator: ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 02/03/2023, Data de Publicação: 07/03/2023)
8.Na hipótese dos autos, considerando que a aposentadoria se deu apenas em 2019, ou seja, após a modulação dos efeitos da ADI 3.609, com efeitos a partir de fevereiro/2015, há contrariedade do acórdão recorrido com entendimento do STF, devendo ser reformado para adequação à orientação emanada pela Suprema Corte.
9.Juízo de retratação positivo para reformar o acórdão recorrido e julgar improcedentes os pedidos iniciais.
10.Sem condenação em honorários, ante o resultado do julgamento.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento Em Recurso Extraordinário n. 0000554-62.2021.8.01.9000, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, .

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator
Acórdão n.: JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Embargos de Declaração Cível n. 0000401-92.2022.8.01.9000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Embargante: Estado do Acre.
Procuradora: Tatiana Tenório de Amorim (OAB: 10178/AL).
Embargada: Rozenilda Araújo de Castro.
Advogado: Aila Freitas Pires (OAB: 5611/AC).
Assunto: Recurso

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO ADMITIDO SEM CONCURSO ANTES DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. PERCEPÇÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. TEMA 1157 DO STF E ADI 3.609 DO STF. SENTENÇA REFORMADA. JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO PARA CONHECER E PROVER O RECURSO.
1. O Estado do Acre interpôs Embargos de Declaração a fim de ver reformado o julgamento desta Turma que manteve (parcialmente) a sentença de pp. 173-180 dos autos de origem nº 0601804-36.2020.8.01.0070, para condenar o Estado do Acre na obrigação de pagar quantia certa à parte recorrida Rozenilda Araújo de Castro, no importe de R$ 26.766,97, referente a abono de permanência (período não adimplido: julho de 2016 a dezembro de 2019), tendo o acórdão (fl. 216/217) confirmado a condenação, alterando-se, tão somente, o termo inicial para fins de pagamento.
2.Pela via dos aclaratórios (pp. 01/10) aduz a Fazenda Pública Estadual que o acórdão guerreado está em contrariedade ao artigo art. 37, II da CF, razão pela qual pleiteou o saneamento de omissão, para fins de assegurar a fiel observância ao dispositivo constitucional, impedindo-se o pagamento do abono permanência à servidor público não concursado, cuja integralização se deu após a modulação dos efeitos da ADI 3.609/AC.
3. Por derradeiro, adveio acórdão de julgamento em fls. 13/14 dos presentes autos, rejeitando os embargos de declaração.
4. Foi determinado o sobrestamento do feito, em razão da interposição de agravo de instrumento em recurso extraordinário.
5.Encaminhado os autos a este Relator (p. 61), para reexame dos Embargos de Declaração anteriormente julgados.
6. O julgamento do Tema 1157 de repercussão geral ocorreu em 25/03/2022. Da análise do acórdão aqui impugnado, observa-se que a controvérsia foi decidida em desacordo com a tese fixada no julgamento do Tema 1157 e com a orientação jurisprudencial do STF, no sentido de que o direito privativo de servidores efetivos concursados não pode ser estendido ao servidor efetivado extraordinariamente, com a Emenda à Constituição Estadual nº 38/2005, declarada inconstitucional pelo STF no julgamento da ADI nº 3609.
7.No caso, a parte recorrida ingressou sem concurso público no ano de 1986. Portanto, não faz jus a qualquer direito exclusivo de servidores efetivos. Na mesma linha de raciocínio, os julgados do STF.

8. Nesse contexto, nos termos do art. 1.040, II do Código de Processo Civil, impõe-se realizar juízo de retratação positivo, por considerar que o Acórdão de pp. 13-14 não se coaduna com a orientação firmada pelo STF no julgamento do Tema nº 1157 e da ADI nº 3609, pelo que conheço e dou provimento ao recurso interposto pela parte recorrente para cassar o acórdão e julgar totalmente improcedente os pedidos iniciais. Juízo de retratação positivo para, dando provimento ao recurso, cassar o Acórdão de pp. 13-14 e julgar improcedente a ação. Sem custas e honorários de sucumbência por serem incabíveis no caso.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n. 0000401-92.2022.8.01.9000, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, .

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0000203-40.2023.8.01.0005
Foro de Origem: Capixaba
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: ENERGISA S/A.
Advogado: Renato Chagas Corrêa da Silva (OAB: 5695/AC).
Apelado: Claudio Araújo dos Santos.
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica

CDC. RECURSO INOMINADO. ENERGIA ELÉTRICA. SOLICITAÇÃO DE NOVA LIGAÇÃO EM ZONA RURAL. ATRASO DESARRAZOADO (MAIS DE SETE MESES SEM QUE HOUVESSE A INSTALAÇÃO). SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA QUE CONDENA A RECLAMADA ENERGISA S/A NA OBRIGAÇÃO DE FAZER (INSTALAÇÃO) NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA (R$ 1.000,00) LIMITADA A 30 (TRINTA) DIAS. RECURSO PELA CONCESSIONÁRIA RÉ. PEDIDO DE DILATAÇÃO DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO, NOS TERMOS DO ART. 34 DA RESOL. ANEEL Nº 414/2010, POIS NECECESSÁRIO A REALIZAÇÃO DE OBRA DE EXTENSÃO DA REDE. ALEGAÇÃO DE COMPLEXIDADE DE OBRA DE EXTENSÃO DE REDE, NÃO COMPROVADA. PRAZO DE LIGAÇÃO DE ENERGIA EM ZONA RURAL INOBSERVADO, CONFORME RESOL. VIGENTE Nº 1000/2021. SENTENÇA MANTIDA. CONDENO A RECLAMADA EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 10% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0000203-40.2023.8.01.0005, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator.Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0708106-21.2022.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Valcilene Souza de Araujo.
Advogado: Andriw Souza Vivan (OAB: 4585/AC).
Advogada: Ruth Souza Araújo Barros (OAB: 2671/AC).
Apelado: Latam Airlines - Tam Linhas Aéreas S/A.
Advogado: FERNANDO ROSENTHAL (OAB: 146730/SP).
Assunto: Indenização Por Dano Moral

RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. PLEITO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REALOCAÇÃO DA PASSAGEIRA NO PRÓXIMO VOO DISPONÍVEL. AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MATERIAL. PASSAGEIRA QUE DORMIU NO CHÃO DO AEROPORTO. DANOS MORAIS. MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO PELA RECLAMANTE, CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1.Reclamante que adquiriu passagens aéreas de ida e volta, partindo de Rio Branco, com destino à Manaus.
2. Na viagem de retorno, em 25/11/2022, ante a impossibilidade de aterrisagem no destino final em razão de más condições meteorológicas, o voo aterrissou em Porto Velho, sendo os passageiros realocados para seguirem viagem no dia seguinte, às 14h.
3. Reclamada que acomodou apenas alguns passageiros em hotel, sendo narrado pela reclamante que apenas recebeu voucher de alimentação, tendo dormido no chão do aeroporto.
4. Sentença que condenou a reclamada ao pagamento de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a título de danos morais.
5. Levando em consideração os fatos apresentados, a reclamante logrou êxito em demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, à luz do art. 373, I, do CPC, ao passo em que a empresa recorrida quedou-se inerte em demonstrar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito autoral, à míngua do previsto no art. 373, II, do CPC.
6.Assim o dever de indenizar decorre da prestação defeituosa do serviço, já que a empresa recorrida tinha o dever de acomodar a reclamante em local adequado para repouso, o que não restou comprovado, tendo a recorrente dormido no chão. Assim, configurado o ato ilícito passível de indenização por danos morais, reformo a sentença condenatória para majorar o quantum indenizatório em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), segundo parâmetros adotados por esta turma recursal, com juros e correção monetária fixados conforme sentença de fl. 147.
7. Sem condenação em honorários, ante o resultado do julgamento.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0708106-21.2022.8.01.0070, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e dar PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, .

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Apelação Criminal n. 0003208-69.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Ministério Público do Estado do Acre.
Promotor: Promotor de Justiça Francisco José Nunes Cavalcante - Ministério Público do Estado do Acre.
Apelado: Alan Victor da Silva.
D. Público: Eugenio Tavares Pereira Neto (OAB: 2201/AC).
Assunto: Contravenções Penais

APELAÇÃO CRIMINAL. PORTE ILEGAL DE ARMA BRANCA. NOTÍCIA DE PRÁTICA DE INFRAÇÃO PENAL PREVISTO NO ART. 19 DA LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE REQUER A ANULAÇÃO DA SENTENÇA ORA COMBATIDA E PROPICIAR O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. CONTRAVENÇÃO INCONFIGURADA. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. PRECEDENTES DO STF (RHC 134830, Rel. GILMAR MENDES, ARE 901.623, Rel. EDSON FACHIN). PRECEDENTES DESTE COLEGIADO NO MESMO SENTIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, COM OS ACRÉSCIMOS DESTE VOTO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Trata-se de apelação interposta pelo Ministério Público em face da sentença que indeferiu a promoção ministerial em relação à contravenção penal do art. 19, do Decreto-Lei nº 3.688/41, determinando o arquivamento do processo, por atipicidade de conduta (fls. 33/34).
2. Aduz o Parquet, em síntese, que a contravenção em debate (porte de arma branca) permanece vigente no ordenamento jurídico, não sendo elidida em razão da inexistência de regulamentação da matéria. Ao final, pugnou pelo provimento do apelo, para anular a sentença e propiciar o regular prosseguimento do feito.
3. Contrarrazões às fls. 52/56.
4. Parecer do representante do Ministério Público atuante nesta Turma às fls. 64/69.
5.É o relatório.
6Este Relator já julgou em mandato anterior nas Turmas Recursais em outro sentido.
7.No entanto, modifico meu entendimento, pois em que pese a conduta imputada estar prevista no art. 19 do Decreto Lei nº 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais), a ausência de regulamentação de licença para porte ou uso deste tipo de objetos conhecidos como “armas brancas” impossibilita a configuração de delito, pois inexistente regras que regulamente em quais condições o uso/porte pode ser admitido, tratando-se de norma penal em branco.
8.Cumpre anotar, inclusive, que a questão foi submetida ao STF em repercussão geral (Tema 857), na Relatoria do Min. Edson Fachin.
9Contudo, adveio proposta de minuta para regulamentação da norma, razão pela qual foi proposto pelo Min.Fachin a desafetação do ARE 901.623 e o cancelamento do Tema 857.
10.Nada obstante, inexistindo a efetiva regulamentação, em recente voto no ARE 901.623, o Min. Fachin manteve seu entendimento pela atipicidade da conduta, conforme excertos abaixo:
“Ainda sob o enfoque do princípio da taxatividade, a descrição da conduta não parece suficiente, pois eivada de generalidades tendentes a embaraçar a ob-

jetividade daquilo que se exige. Sob esse ponto de vista, seriam incalculáveis os objetos do cotidiano aptos a se afigurarem como arma pela potencialidade de atentarem contra a integridade física. Há relevante indeterminação em elementos componentes do tipo concreto, culminante na incapacidade em distinguir o que seria a arma branca cujo porte implica hipótese de contravenção. Definir e especificar os objetos que pudessem ser identificados como arma branca pressupõe, na redação atual do dispositivo incriminador, o exame individualizado da conduta, mediante alto grau de subjetivização."
(...)
"Sem a taxatividade legal, amplia-se não apenas a liberdade decisória do juiz, como também das autoridades policiais e dos membros do ministério público, reduzindo, em contrapartida, a segurança jurídica que deve gerir as liberdades individuais e o poder punitivo-judiciário".
11.Nesse sentido, impõe-e a interpretação restritiva (e não ampliativa) da contravenção penal prevista no art. 19 do Decreto Lei nº 3.688/41, em respeito a garantias do cidadão asseguradas pelo princípio da estrita legalidade (reserva legal) e taxatividade da norma penal, os quais se destinam ao legislador, para a escorreita e clara definição do regramento proibitivo.
12. Acerca da atipicidade da norma, são os precedentes destas Turmas Recursais:
RECURSO DE APELAÇÃO. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. PORTE DE ARMA BRANCA. CONTRAVENÇÃO PENAL. SENTENÇA NULA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Não há atipicidade da conduta praticada pelo réu em face da ausência de regulamentação das condições exigidas para o porte de arma branca (licença da autoridade competente); 2. Conforme a jurisprudência majoritária do STJ, o art. 19, da Lei de Contravenções Penais não foi ab-rogado pela L. 9.437/97, nem posteriormente, pela L. 10.826/2003, remanescendo a contravenção penal em relação às armas brancas. Precedentes (AgInt no HC 470.461/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 24/05/2019), (RHC 118.193/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 02/03/2020); 3. Recurso conhecido e provido, para caçar a decisão, determinando a devolução do caderno processual ao Juízo de origem, para o regular prosseguimento do feito. Rio Branco - Juizados Especiais .Apelação Criminal n. 0004213-29.2023.8.01.0070. 1ª Turma Recursal. Dje 28/06/2024.

JUIZADOS ESPECIAIS. APELAÇÃO CRIMINAL. PORTE ILEGAL DE ARMA BRANCA. DECISÃO QUE REJEITOU A DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO QUANTO AO TIPO DE ARMA OBJETO MATERIAL DA CONTRAVENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ADQUIRIR LICENÇA E PREENCHER O TIPO PENAL NA HIPÓTESE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, POIS INCABÍVEIS. (Relator (a): Juiz de Direito Danniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva; Comarca: Rio Branco - Juizados Especiais; mNúmero do Processo:0001517-20.2023.8.01.0070;Órgão julgador: 2ª Turma Recursal; mData do julgamento: 17/08/2023; Data de registro: 31/08/2023)

JUIZADOS ESPECIAIS. CHAMAMENTO DO FEITO À ORDEM PARA DECLARAR A NULIDADE DO JULGAMENTO ANTERIOR. ERRO IN PROCEDENDO. APELAÇÃO CRIMINAL. PORTE ILEGAL DE ARMA BRANCA. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO QUANTO AO TIPO DE ARMA OBJETO MATERIAL DA CONTRAVENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ADQUIRIR LICENÇA E PREENCHER O TIPO PENAL NA HIPÓTESE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, POIS INCABÍVEIS. (Relator (a): Juiz de Direito Robson Ribeiro Aleixo; Comarca: Rio Branco - Juizados Especiais; Número do Processo:0003896-36.2020.8.01.0070; Órgão julgador: 2ª Turma Recursal; Data do julgamento: 20/05/2024; Data de registro: 20/05/2024).

APELAÇÃO CRIMINAL. TERMO CIRCUNSTANCIADO. PORTE ILEGAL DE ARMA BRANCA. NOTÍCIA DE PRÁTICA DE INFRAÇÃO PENAL PREVISTO NO ART. 19 DA LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUE REQUER A ANULAÇÃO DA SENTENÇA ORA COMBATIDA E PROPICIAR O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. CONTRAVENÇÃO INCONFIGURADA. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. POSICIONAMENTO DO STF (RHC 134830, Rel. GILMAR MENDES). ENTENDIMENTO MODIFICADO POR ESTA RELATORA, PRECEDENTES DESTE COLEGIADO NO MESMO SENTIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, COM OS ACRÉSCIMOS DESTE VOTO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (Relator (a): Juíza de Direito Lilian Deise Braga Paiva; Comarca: Rio Branco - Juizados Especiais; Número do Processo:0000326-37.2023.8.01.0070; Órgão julgador: 2ª Turma Recursal; Data do julgamento: 14/09/2023; Data de registro: 15/09/2023)
13. No mesmo sentido a jurisprudência pátria:
EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO - DOSIMETRIA DA PENA - READEQUAÇÃO - NECESSIDADE - CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS - CONTRAVENÇÃO PENAL PREVISTA NO ART. 19 DO DECRETO-LEI Nº 3.688/1941 - ARMA BRANCA - ABSOLVIÇÃO - ATIPICIDADE DA CONDUTA. A exasperação da pena base deve estar fundamentada em dados concretos extraídos da conduta imputada ao acusado, observando-se, em todo momento, o princípio da proporcionalidade. Inexistindo complementação à norma penal em branco contida no artigo 19 da Lei de Contravenções Penais, não há como considerar típica a conduta de portar faca em via pública, por impossibilidade de atendimento à exigência de licença prévia da autoridade competente. (TJMG - Apelação Criminal 1.0000.23.090900-4/001, Relator(a): Des.(a) Anacleto Rodrigues , 8ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 15/06/2023, publicação da súmula em 16/06/2023)

EMENTA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. APELAÇÃO CRIMINAL. DENÚNCIA. CRIME DE PORTE DE ARMA BRANCA. ARTIGO 19 DO DECRETO LEI Nº 3.688/1941. NORMA PENAL EM BRANCO. NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS TERMOS. RECURSO DESPROVIDO. (TJRR – ACr 0800108-98.2023.8.23.0090, Rel. Juíza DANIELA SCHIRATO COLLESI MINHOLI, Turma Recursal, julg.: 08/06/2024, public.: 10/06/2024) Apelação crime. Embriaguez ao volante e porte de arma branca (art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro e 19 da Lei de Contravenções Penais). Sentença condenatória. Pleito absolutório em relação à contravenção penal. Alegada atipicidade da conduta. Acolhimento. Norma penal em branco que necessita de complementação. Ausência de ato normativo. Atipicidade da conduta. Precedentes. Recurso provido.
A conduta de portar arma branca, prevista no art. 19 da Lei das Contravenções Penais, é atípica, porquanto necessita de complementação, por se tratar de norma penal em branco, e não há no ordenamento jurídico brasileiro disposição acerca do tema. (...) (TJPR - 2ª Câmara Criminal - 0001943-92.2020.8.16.0046 - Arapoti - Rel.: DESEMBARGADOR JOSÉ MAURICIO PINTO DE ALMEIDA - J. 22.05.2023)

CRIMINAL. PORTE DE ARMA BRANCA. Atipicidade da Conduta. Necessidade de interpretação restritiva do tipo penal. Sentença Reformada. RECURSO PROVIDO, para julgar improcedente a denúncia. (TJSP; Apelação Criminal 1501050-06.2021.8.26.0081; Relator (a): Andre Gustavo Livonesi; Órgão Julgador: 1ª Turma Cível e Criminal; Foro de Adamantina - Juizado PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE 2ª Turma Recursal Gabinete da Juíza Relatora. 5 Especial Cível e Criminal; Data do Julgamento: 22/10/2022; Data de Registro: 22/10/2022)
APELAÇÃO. PORTE DE ARMA BRANCA. ARTIGO 19 DA LCP. ATIPICIDADE. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA MANTIDA. Não há lei regulamentando o porte de arma branca e, portanto, não há a possibilidade de obtenção da licença para portá-la, razão pela qual é inaplicável o dispositivo legal em questão, em consideração aos Princípios da Legalidade (artigo 5º, II da CF) e da Taxatividade. Não se trata, na hipótese, de norma penal em branco, por ausente outra norma que a complemente. RECURSO IMPROVIDO. (TJRS. Apelação Criminal, Nº 71010499168, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Luiz Antônio Alves Capra, Julgado em: 22-08-2022)
14. Ante o exposto, VOTO pelo desprovimento do Recurso, mantendo-se a sentença por seus próprios e jurídicos fundamentos, com os acréscimos apresentados. Sem custas e sem condenação em honorários advocatícios, por incabíveis na espécie.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n. 0003208-69.2023.8.01.0070, ACORDAM os Senhores Desembargadores da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso , nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0003933-58.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: 123 Viagens e Turismo Ltda.
Advogado: Rodrigo Soares do Nascimento (OAB: 129459/MG).
Apelado: Lucyano Celestino Pinheiro.
Assunto: Espécies de Contratos

RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. TRANSPORTE AÉREO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS. NÃO EMISSÃO DOS BILHETES. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA CONDENAR A RECLAMADA EM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, COM A RESTITUIÇÃO DOS VALORES GASTOS COM PASSAGENS E HOTEL. RECURSO PELA RECLAMADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
1.Trata-se de ação de indenização por danos morais c/c danos materiais ajuizada por Lucyano Celestino Pinheiro, onde informa que em novembro de 2022, adquiriu duas passagens aéreas junto a reclamada 123 Viagens e Turismo Ltda, com destino à São Paulo, sendo a viagem marcada para novembro de 2023. Demonstrou gastos com hotel. No entanto, a poucos dias da viagem, foi surpreendido por notícias em sítios eletrônicos acerca do cancelamento dos

pacotes promo 123.
2.Adveio sentença que reconheceu a responsabilidade objetiva da reclamada, condenando-a em danos materiais, para a restituição da quantia paga na compra das passagens, no valor de R$ 578,00 (quinhentos e setenta e oito reais), bem como na restituição dos gastos com a reserva de hotel, no valor de R$ 3.363,79 (três mil, trezentos e sessenta e três reais e setenta e nove centavos), além de danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), ambos com juros e correção monetária.
3.Recurso pela reclamada, para a reforma da sentença ou, subsidiariamente, requer a minoração do quantum indenizatório, referente aos danos morais.
4No caso em tela, restou comprovado que o reclamante adquiriu passagens aéreas junto a recorrente, no entanto não foram emitidos os bilhetes por falha na prestação do serviço, justificada em razão de suas dificuldades financeiras, situação de cunho notório no país.
5.É cediço que a má prestação do serviço contratado é capaz de ensejar violação à dignidade da pessoa humana, suscetível de reparação indenizatória por danos morais, além de danos materiais. Trata-se de responsabilidade objetiva, decorrente de contrato com obrigação de resultado, ou seja, transportar o passageiro incólume no tempo e modo convencionados.
6.Assim, procede a reparação pois a parte autora confiou na solidez da empresa reclamada ao efetuar a compra da passagem e reserva de hotel, entretanto, sua viagem foi frustrada por culpa da ré, impondo-se portanto a reparação pelos constrangimentos sofridos, os quais superam o mero aborrecimento.
Nesse sentido:
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COMPRA DE PASSAGENS AÉREAS. CANCELAMENTO. Sentença de procedência, impondo restituição de valores pagos e danos morais. Insurgência pela ré. Descabimento. Inadimplemento que não restou afastado, antes, sendo fato notório o descumprimento de obrigações dos pacotes “PROMO” por parte da 123 Milhas. Ré que não deu solução ao conflito, omitindo-se à remarcação ou devolução de valores pagos. Ato ilícito que ampara a pretensão de ressarcimento dos valores pagos e danos morais. Situação que causou frustração e desassossego, superando simples aborrecimento. Indenização fixada com razoabilidade. Manutenção. Multa cominatória que não foi imposta no julgado. Discussão não conhecida. Sentença mantida. RECURSO IMPROVIDO.
(TJ-SP - Recurso Inominado Cível: 1021515-65.2023.8.26.0003 São Paulo, Relator: Mariella Ferraz de Arruda Pollice Nogueira - Colégio Recursal, Data de Julgamento: 12/12/2023, 1ª Turma Recursal Cível, Data de Publicação: 12/12/2023)
7. Destarte, a reclamada, ora recorrente possui responsabilidade civil objetiva, em razão da teoria do risco do negócio, ou seja, quem exerce uma atividade, qualquer que seja ela, deve assumir os riscos a ela inerentes ou os riscos dela decorrentes. Ré que não se desincumbiu do ônus de comprovar a ausência de falha na prestação dos serviços Incidência do CDC , artigo 6º , VIII , e CPC art. 373 , II.
8. Diante o exposto, no que diz respeito aos danos materiais e morais arbitrados, entendo que o parâmetro utilizado pelo Juízo a quo atende aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, razão pela qual mantenho a sentença por seus próprios fundamentos. Condeno a reclamada ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, ante o indeferimento dos benefícios da justiça gratuita neste momento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0003933-58.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

JULGAMENTO VIRTUAL
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0704155-19.2022.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relator: Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Apelante: Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogado: Renato Chagas Corrêa da Silva (OAB: 5695/AC).
Apelado: Oliveira e Morais Assessoria Empresarial.
Advogada: Adriana Santos da Silva (OAB: 2902/AC).
Assunto: Títulos de Crédito

RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECLAMANTE QUE AJUIZOU AÇÃO AUTÔNOMA DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. CONSTITUÍDA A PENHORA E TRANSCORRIDO O PRAZO DOS EMBARGOS, ADVEIO SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO. RECURSO PELA RECLAMADA, ONDE ADUZ NULIDADE DA SENTENÇA, POR FALTA DE INTIMAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS EM NOME DO ADVOGADO. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. CITAÇÃO E INTIMAÇÕES REALIZADAS EM NOME DA PESSOA JURÍDICA, MEDIANTE PORTAL ELETRÔNICO, EM PROCEDIMENTO AUTÔNOMO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
1. Cuida-se de ação de execução de título judicial movido por OLIVEIRA E MORAIS ASSESSORIA EMPRESARIAL em face de Energisa S/A, sendo o título judicial originário dos autos nº 0000321-20.2020.8.01.0070.
2. Após Sentença de extinção do feito (fls. 52), considerando transcorrido in albis o prazo para oferecimento de embargos à execução, restou extinta a ação, determinando-se a expedição de alvará em favor do exequente, no importe de R$32.500,00.
3. Da referida sentença, o recorrente interpôs embargos de declaração (rejeitados), e por fim o presente recurso inominado (fl. 77/84), onde aduz questão de ordem pública, qual seja, cerceamento de defesa em razão da falta de intimação pessoal do advogado, pelo que requer a nulidade da sentença de fl. 52.
4. É o relatório.
5. O recurso não merece provimento.
6. Em verdade, no curso da presente ação de execução do título judicial, a executada Energisa S/A restou citada pessoalmente mediante portal eletrônico, conforme se verifica às fls. 22, bem como restou intimada acerca da constrição sisbajud mediante portal eletrônico, conforme fl. 45.
7. Destarte, não há que se falar em nulidade dos atos processuais em razão da ausência de intimação do patrono da embargante, porquanto o presente cumprimento de sentença se trata de processo autônomo, providência atinente à relação entre parte e advogado, não cabendo ao judiciário providenciar intimação de patrono que não constituído nos autos por omissão da executada, não havendo por necessária a intimação do patrono constituído no processo de origem (autos nº. 0000321-20).
8. Em conseguinte, não que se falar em ofensa ao contraditório ou ampla defesa, devendo ser mantida a sentença de extinção do feito (fl.52).
9. Ante o exposto, conheço e NEGO PROVIMENTO ao recurso. Condeno a recorrente em honorários advocatícios no patamar de 10% sobre o valor da condenação (fl. 33-/34).
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0704155-19.2022.8.01.0070, ACORDAM os Juízes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, Data da sessão de julgamento (formato DD/MM/AAAA) Não informado.

Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Relator

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0700852-64.2023.8.01.0004
Foro de Origem: Epitaciolândia
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Banco Olé Consignado S/A.
Advogado: Henrique José Parada Simão (OAB: 221386/SP).
Apelado: Plácido Moreira Filho.
Advogado: Matheus da Costa Moura (OAB: 5492/AC).
Advogado: Philippe Uchôa da Conceição (OAB: 5665/AC).
Advogada: Micheli Santos Andrade (OAB: 5247/AC).
Advogado: Lucas Augusto Gomes da Silva (OAB: 6195/AC).
Advogado: JARDANY AQUILAN SILVA DE ASSIS (OAB: 6335/AC).
Advogado: Janderson Soares da Silva (OAB: 6345/AC).
Advogado: Joaz Dutra Gomes (OAB: 6380/AC).
Advogado: Aleks Rodrigues Barboza Junior (OAB: 6520/AC).
Advogado: Wellington Frank Silva dos Santos (OAB: 3807/AC).
Assunto: Indenização Por Dano Moral

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO E DANOS MORAIS. AUTOR QUE CONTRATOU EMPRÉSTIMO CONSIGNADO DESCONTADO EM FOLHA E AO TENTAR REALIZAR FINANCIAMENTO DESCOBRIU QUE SEU NOME ESTAVA INSCRITO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO DE CRÉDITO. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO DA RECLAMADA. RECORRENTE ADUZ QUE NÃO HOUVE CONDUTA INDEVIDA DIANTE DO AUTOR RECONHECER O CONTRATO E QUE A NEGATIVAÇÃO SE DEU POR INADIMPLEMENTO, RAZÃO PELA QUAL PLEITEIA A REFORMA DA SENTENÇA. REQUERENTE QUE RECEBIA OS DESCONTOS EM CONTA NORMALMENTE E APÓS A NEGATIVAÇÃO QUITOU O DÉBITO DE FORMA ANTECIPADA, OU SEJA, PAGOU DUAS VEZES. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. ATO ILÍCITO CONFIGURADO (ART. 927 CC). SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0700852-64.2023.8.01.0004, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 26 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0706822-75.2022.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Eventim Brasil São Paulo Sistemas e Serviços de Ingressos Ltda.
Advogado: Fábio Rodrigues Fleischhauer (OAB: 109055/RJ).
Apelado: Cláudio Roberto Pontes Diógenes Júnior.
Advogado: Walter Luiz Moraes Neves Silva (OAB: 5442/AC).
Assunto: Compra e Venda

RECURSO INOMINADO. AÇÃO ORDINÁRIA. AUTOR QUE ADQUIRIU INGRESSOS PARA "FESTIVAL PRIMAVERA SOUND", NO VALOR TOTAL DE R$ 192,00, E NÃO RECEBEU SUAS PULSEIRAS. TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA. CONFORME ANEXOS EM FLS. 64/70 A RECLAMADA CUMPRIU COM A ENTREGA DAS PULSEIRAS. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE QUE CUMPRIU COM A ENTREGA DAS PULSEIRAS, CONFORME TERMO ASSINADO PELO O AUTOR EM FLS. 102. ADUZ MERO ABORRECIMENTO, RAZÃO A QUAL PLEITEIA A REFORMA DA SENTENÇA. EM AUTOS, RESTA ESCLARECIDO QUE O AUTOR COMPARECEU AO EVENTO NO DIA ESTABELECIDO E RECEBEU SUA PULSEIRA, DIANTE DISSO NÃO CABE RESTITUIÇÃO MATERIAL, ART. 373 CPC. POR ESSAS RAZÕES, AFASTO TAMBÉM O DANO MORAL, POR SE TRATAR DE MERO ABORRECIMENTO, ENTENDENDO QUE A SITUAÇÃO FOI RESOLVIDA E O AUTOR NÃO PASSOU POR GRANDE ABALO EMOCIONAL OU SOFRIMENTO. RESP Nº 1698758/2015 STJ. ART. 186 CC. PARTE RECLAMADA BUSCOU RESOLVER A QUESTÃO E CUMPRIU COM A SUA PARTE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS, DIANTE DO RESULTADO DO JULGAMENTO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0706822-75.2022.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 26 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0707840-34.2022.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Banco Maxima S/A.
Apelante: Prover Promoção de Vendas Ltda - Epp (avancard).
Advogada: Michelle Santos Allan de Oliveira (OAB: 43804/BA).
Apelado: Marileusa Fonseca de Souza.
Advogado: Andrea Santos Pelatti (OAB: 3450/AC).
Advogada: Giseli Valente dos Santos Monteiro (OAB: 5025/AC).
Assunto: Contratos Bancários

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, SUSPENSÃO DE DESCONTOS E DANO MORAL. AUTORA QUE CONTRATOU EMPRÉSTIMO CONSIGNADO DESCONTADO EM FOLHA DE PAGAMENTO E RECEBEU CARTÃO DE CRÉDITO. RECLAMADO QUE ANEXOU CONTRATO SEM ASSINATURA DA AUTORA, NEM DEMONSTROU O ÁUDIO DA CONTRATAÇÃO. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE ADUZ INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO POR COMPLEXIDADE, BEM COMO LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO. JUIZADO COMPETENTE PARA JULGAR, CONFORME A LEI Nº 9.099/95, SEM NECESSIDADE DE PERÍCIA DIANTE DAS PROVAS NOS AUTOS. AUTORA QUE CONTRATOU POR LIGAÇÃO TELEFÔNICA, NO ENTANTO O CONTRATO TRANSMUTOU DE FORMA UNILATERAL, POIS SEQUER RECEBEU UMA CÓPIA DO CONTRATO. MÁ-FÉ CONTRATUAL. DIREITO DO CONSUMIDOR À IGUALDADE EM CONTRATAÇÕES, BEM COMO PROTEÇÃO À RELAÇÕES ABUSIVAS E SUAS MODIFICAÇÕES, CONFORME: ART. 6º, I, IV, V , CDC. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0707840-34.2022.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 26 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora
Classe: Recurso Inominado Cível n. 0703311-35.2023.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S.a.
Advogado: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 23255/PE).
Apelada: Sérgila Rauane Vieira Lima.
Advogada: MARCIA XAVIER SOUZA (OAB: 4194/AC).
Assunto: Inclusão Indevida Em Cadastro de Inadimplentes

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E DANOS MORAIS. AUTORA ALEGA NEGATIVAÇÃO ERRÔNEA E AO QUESTIONAR A RECLAMADA FOI SURPREENDIDA COM A EXISTÊNCIA DE UM CARTÃO DE CRÉDITO. RECLAMADO QUE NÃO COMPROVA A CONTRAÇÃO. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL. RECURSO PELA RECLAMADA. RECORRENTE ADUZ INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO, DIANTE DA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO, NO ENTANTO TAL ALEGAÇÃO SE BASEIA EM EXTRATO BANCÁRIO QUE NÃO COMPROVA SER DA AUTORA. CARTÃO QUE A AUTORA POSSUI É APENAS NA MODALIDADE DÉBITO (FLS. 14/15). AUSÊNCIA DE CONTRATO DEVIDAMENTE ASSINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR À IGUALDADE EM CONTRATAÇÕES, BEM COMO PROTEÇÃO À RELAÇÕES ABUSIVAS E SUAS MODIFICAÇÕES, CONFORME ART. 6º, I, IV, V, CDC. DANO IN RE IPSA. ATO ILÍCITO CONFIGURADO NO ART. 927 CC. RAZÃO PELA QUAL DEVE SER MANTIDA A SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n. 0703311-35.2023.8.01.0070, ACORDAM os Juizes membros da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Votação unânime.

Rio Branco, 26 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relatora

Classe: Recurso Inominado Cível n. 0707256-64.2022.8.01.0070
Foro de Origem: Juizados Especiais
Órgão: 1ª Turma Recursal
Relatora: Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Apelante: Claro S.A.
Advogado: Paula Maltz Nahon (OAB: 51657/RS).
Apelado: Paulo Djanes Silva de Souza.
Advogada: ARIADNA DE BRITO MOURÃO (OAB: 5615/AC).
Advogado: Felipe Alencar Damasceno (OAB: 3756/AC).
Assunto: Inclusão Indevida Em Cadastro de Inadimplentes

RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. SERVIÇO DE TELEFONIA. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA. NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO INICIAL. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DOS DÉBITOS, EXCLUSÃO DA NEGATIVAÇÃO E CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS NO VALOR DE R$ 4.000,00 (-). RECURSO DA PARTE RECLAMADA. ALEGAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS MODIFICATIVOS, IMPEDITIVOS E EXTINTIVOS DO DIREITO DA PARTE RECLAMANTE (ART. 373, II, DO CPC). AUSÊNCIA DE CÓPIA DO CONTRATO OU QUALQUER PROVA QUE VINCULASSE A PARTE AUTORA AO DÉBITO NEGATIVADO. DANO MORAL IN RE IPSA. MONTANTE INDENIZATÓRIO ADEQUADO E PROPORCIONAL, NÃO COMPORTANDO REDUÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, SERVINDO ESTA SÚMULA DE JULGAMENTO COMO ACÓRDÃO, NOS TERMOS DO ART. 46, DA LEI N. 9.099/95. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 10% DO VALOR DE CONDENAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0707256-65.2022.8.01.0070, ACORDAM os senhores Membros da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, negar provimento ao recurso, nos termos do voto apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime.

Rio Branco-Acre, 29 de julho de 2024.

Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Relator

Era o que continha no original pelo qual me reporto e dou fé. Eu, _____, Duanne Ribeiro Modesto, Diretora de secretaria, publico.

PAUTA DE JULGAMENTO
1ª TURMA RECURSAL

PEDIDOS DE SUSTENTAÇÃO ORAL NA FORMA TELEPRESENCIAL DEVEM SER FEITOS ATRAVÉS DE PETIÇÃO PROTOCOLADA NOS AUTOS COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 24 HORAS.
LINK PARA ACESSO À SALA VIRTUAL: meet.google.com/xrf-jzdj-zzm

SESSÃO DE JULGAMENTO EXCLUSIVAMENTE NO FORMATO TELEPRESENCIAL, POR VIDEOCONFERÊNCIA.

ORDEM DO DIA PARA OS JULGAMENTOS DA 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA(O) 1ª TURMA RECURSAL A REALIZAR-SE EM 21 DE AGOSTO DE 2024 (QUARTA-FEIRA), NA SALA DAS SESSÕES DAS TURMAS RECURSAIS, COM INICIO ÀS 15:00 HORAS.

1 - 0700186-30.2021.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Marcelo Coelho de Carvalho - Apelante: Samuel Freitas da Silva - Apelado: Amarilio dos Santos Campos Neto - Advogado: Jorge Carlos Maia de Sousa (OAB: 1739/AC) - Advogado: Rosangela Coelho Costa (OAB: 6269/AC) - Advogado: Francisco Silvano Rodrigues Santiago (OAB: 777/AC) - Advogado: Themis de Souza Santiago (OAB: 4831/AC)

2 - 0701009-33.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Marcelo Coelho de Carvalho - Apelante: Reisa Lima da Silva - Apelado: Fidic Ipanema Vi - Advogada: MARCIA XAVIER SOUZA (OAB: 4194/AC) - Advogado: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB: 5881/AC)

3 - 0703973-33.2022.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Marcelo Coelho de Carvalho - Apelante: Adilho da Silva Lopes - Apelado: Vivo Celular S.A - Advogado: Marcio Rodrigues Vieira (OAB: 5487/AC) - Advogado: Rodrigo Machado Pereira (OAB: 3798/AC) - Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 5874/AC)

4 - 0707061-45.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Marcelo Coelho de Carvalho - Apelante: Luzilda Sales de Souza - Apelado: Banco Bradesco S/A - Advogado: Rodrigo Machado Pereira (OAB: 3798/AC) - Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 5021/AC)

5 - 0002854-44.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Marcelo Coelho de Carvalho - Apelante: Centro de Formação de Condutores Christus Ltda - Me - Apelado: Ana Júlia Oliveira do Nascimento - Advogado: Ricardo Alexandre Fernandes Filho (OAB: 3196/AC) - Advogado: Antônio Dias de Oliveira Neto (OAB: 6411/AC) - D. Público: Glenn Kelson da Silva Castro (OAB: 1649/AC)

6 - 0707706-70.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Marcelo Coelho de Carvalho - Apelante: Damião Mendes Ferreira da Silva - Apelado: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl Ii - Fidc Npl2 - Advogado: Rodrigo Machado Pereira (OAB: 3798/AC) - Advogado: Thiago Mahfuz Vezzi (OAB: 4881/AC)

7 - 0706074-09.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Marcelo Coelho de Carvalho - Apelante: TIM S/A - Apelado: Rogerio Lima da Silva - Advogado: Rodrigo Machado Pereira (OAB: 3798/AC)

8 - 0701203-33.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Marcelo Coelho de Carvalho - Apelante: Ismenia Marques da Silva - Apelado: Banco Pan S.A - Advogado: Ferdinando Farias Araújo Neto (OAB: 2517/AC)

9 - 0701312-47.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Evelin Campos Cerqueira Bueno - Apelante: Raul Teixeira Farias Simão - Apelado: Energisa Acre - Distribuidora de Energia - Advogado: Kartiele da Silva Lira (OAB: 6051/AC) - Advogado: Wellington Frank Silva dos Santos (OAB: 2532E/AC) - Advogada: Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 4788/AC)

10 - 0704257-07.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Evelin Campos Cerqueira Bueno - Apelante: TAM Linhas Aéreas S.A - Apelado: David Moura de Souza - Advogado: Fabio Rivelli (OAB: 4158/AC) - Advogado: Willian Pollis Montovani (OAB: 4030/AC) - Advogada: Rayane Cavalcante dos Santos (OAB: 6356/AC)

11 - 0000085-18.2024.8.01.0009 - Recurso Inominado Cível - Senador Guiomard - Relator Evelin Campos Cerqueira Bueno - Apelante: Banco do Brasil - Apelada: Darlene de Sousa Flor - Advogado: MARCELO NEUMANN (OAB: 110501/RJ) - Advogado: Carlos Martins Souto Neto (OAB: 43425/BA)

12 - 0702393-31.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Evelin Campos Cerqueira Bueno - Apelante: Obras Sociais da Diocese de Rio Branco - (Hospital Santa Juliana) - Apelada: Suelen Almeida de Souza Queiroz - Advogado: Arquilau de Castro Melo (OAB: 331/AC) - Advogado: Hilário de Castro Melo Júnior (OAB: 2446/AC) - Advogado: Philippe Uchôa da Conceição (OAB: 5665/AC) - Advogado: Wellington Frank Silva dos Santos (OAB: 2532E/AC)

13 - 0707791-56.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Evelin Campos Cerqueira Bueno - Apelante: Arasuper - Apelada: Neila Maria Queiroz dos Santos Silva - Advogado: Thales Rocha Bordignon (OAB: 2160/AC) - Advogada: Geane Portela E Silva (OAB: 3632/AC) - Advogado: Marcelo Feitosa Zamora (OAB: 4711/AC) - Advogado: Jardeilson Souza da Silva (OAB: 6394/AC) - Advogada: Raphaela Messias Queiroz Rodrigues (OAB: 3003/AC)

14 - 0701404-20.2023.8.01.0007 - Recurso Inominado Cível - Xapuri - Relator Evelin Campos Cerqueira Bueno - Apelante: Banco C6 Sa. - Apelada: Maria Santos de Oliveira - Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB: 21714/PE) - Advogado: Marcos Maia Pereira (OAB: 3799/AC)

15 - 0704831-98.2021.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Evelin Campos Cerqueira Bueno - Apelante: Carlos Henrique Braga Simão - Apelado: Haras Raphaela Ltda - Advogado: Mauricio Vicente Spada (OAB: 4308/AC) - Advogado: Eduardo Luiz Spada (OAB: 5072/AC) - Advogado: Josiane do Couto Spada (OAB: 3805/AC) - Advogada: Ana Carolina Fabri Assumpcao Olyntho (OAB: 139680/SP)

16 - 0707000-87.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Evelin Campos Cerqueira Bueno - Apelante: Edson Americo Manchini - Apelante: Rosiane Pereira Manchini - Apelado: 123 Viagens e Turismo Ltda - Advogado: Rodrigo Soares do Nascimento (OAB: 129459/MG)

17 - 0004481-83.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Evelin Campos Cerqueira Bueno - Apelante: Banco Industrial S/A - Apelada: Raimunda Miranda de Freitas - Advogada: Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 4788/AC) - Advogado: Willian Pollis Montovani (OAB: 4030/AC)

18 - 0700608-94.2021.8.01.0008 - Recurso Inominado Cível - Plácido de Castro - Relator Evelin Campos Cerqueira Bueno - Apelante: Município de Placido de Castro - Prefeitura Municipal - Apelada: Elizangela Martins Conrado de Freitas - Proc. Município: Willian Pollis Montovani (OAB: 4030/AC) - Procª Jurídico: Clivia Lobato Gantuss Almeida (OAB: 5770/AC) - Procª Jurídico: Renata Corbucci Correa de Souza (OAB: 3115/AC) - Advogado: Wagner Alvares de Souza (OAB: 3930/AC) - Advogado: Elcias Cunha de Albuquerque Neto (OAB: 4891/AC) - Advogada: Janete Costa de Medeiros (OAB: 4833/AC)

19 - 0701097-08.2022.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Evelin Campos Cerqueira Bueno - Apelante: Aerovias de México S/A de C V Aeroméxico - Apelado: Thiago Gouveia de Assis - Apelada: Lidia Cristina do Vale Dantas Gouveia - Apelada: Carolinne Beiruth Viana - Advogado: André de Almeida Rodrigues (OAB: 164322A/SP) - Advogado: João Alfredo Dias dos Santos Lima (OAB: 40789/BA) - Advogado: EDUARDO FRAGA (OAB: 10658/BA) - Advogado: Marcos Asunção (OAB: 33268/BA) - Advogado: Alice Dantas (OAB: 79586/BA) - Advogado: Yale Leal da Silva (OAB: 4645/AC)

20 - 0700028-74.2024.8.01.0003 - Recurso Inominado Cível - Brasileia - Relator Evelin Campos Cerqueira Bueno - Apelante: Telefônica Brasil S/A - Apelado: Adalcimar Soares dos Santos - Advogado: José Alberto Couto Maciel (OAB: 513/DF) - Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) - Advogada: Andressa Melo de Siqueira (OAB: 3323/AC) - Advogado: Evandro de Araujo Melo Junior (OAB: 6469/TO)

21 - 0700146-87.2023.8.01.0002 - Recurso Inominado Cível - Cruzeiro do Sul - Relator Maha Kouzi Manasfi e Manasfi - Apelante: Francisco Souza da Fonseca - Apelado: Banco C6 Consignado - Advogado: Rafael Carneiro Ribeiro Dene (OAB: 3749/AC) - Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB: 3905/AC) - Advogado: Anderson Pontes Pedroza (OAB: 26942/MS)

22 - 0707149-20.2022.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Maha Kouzi Manasfi e Manasfi - Apelante: Roberto Ribeiro de Moura Leite - Apelado: LADISLAU NOGUEIRA - Advogado: João Lucas de Mesquita Lopes (OAB: 5213/AC) - Advogada: Luana Shely Nascimento de Souza (OAB: 3547/AC) - Advogada: Izabele Melo Brilhante (OAB: 6215/AC) - Advogado: ESTANISLAU ELIOTERO NOGUEIRA (OAB: 3872/AC)

23 - 0702629-80.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Maha Kouzi Manasfi e Manasfi - Apelante: Banco Pan S.A - Apelado: Manoel Pereira Lima - Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 4215/AC) - Advogado: Rodrigo Machado Pereira (OAB: 3798/AC)

24 - 0707520-47.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Maha Kouzi Manasfi e Manasfi - Apelante: João Kleber Coronel Lima - Apelado: Energisa Acre - Distribuidora de Energia - Advogado: Willian Pollis Montovani (OAB: 4030/AC) - Advogado: Eduardo Queiroga Estrela Maia Paiva (OAB: 23664/PB)

25 - 0704709-17.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco -

Relator Maha Kouzi Manasfi e Manasfi - Apelante: UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA - Apelada: Katyuscia Gomes da Silva Souza - Advogado: Josiane do Couto Spada (OAB: 3805/AC) - Advogado: Mauricio Vicente Spada (OAB: 4308/AC) - Advogado: Eduardo Luiz Spada (OAB: 5072/AC) - Advogado: Luana Shely Nascimento de Souza (OAB: 3547/AC) - Advogada: Ana Clara Reis da Silva (OAB: 6172/AC)

26 - 0706115-10.2022.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: Dione Priscila Ferreira Dantas - Apelante: Telefônica Brasil S/A - Apelado: Telefônica Brasil S/A - Advogado: Evandro de Araujo Melo Junior (OAB: 6469/TO) - Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 5874/AC) - Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

27 - 0707464-48.2022.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: Maycon Moreira da Silva - Apelada: Gabriela Souza Escurra - Advogado: Maycon Moreira da Silva (OAB: 5654/AC) - Advogado: Breno Cássio Santos Ribeiro (OAB: 6008/AC)

28 - 0705240-06.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: Oppenheimer Hebert Hans Medeiros Queiroz - Apelante: UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA - Advogado: Oppenheimer Hebert Hans Medeiros Queiroz (OAB: 3997/AC) - Advogado: Josiane do Couto Spada (OAB: 3805/AC) - Advogado: Eduardo Luiz Spada (OAB: 5072/AC) - Advogado: Mauricio Vicente Spada (OAB: 4308/AC)

29 - 0003866-98.2020.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: Porto Velho Shopping - Apelado: Edion Mesquita de Lima - Advogado: MILLER RAFAEL DE SOUZA GUSMÃO (OAB: 10640/RO) - Advogado: Rodolfo Ripper Fernandes (OAB: 436181/SP) - Advogado: Lucas Wagner Lourenço (OAB: 438137/SP) - Advogada: Gabriella Martinho Moreira (OAB: 238854/RJ) - Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB: 2827/RO) - Advogado: Alyson Thiago de Oliveira (OAB: 4471/AC)

30 - 0706389-37.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE - IDAF - Apelada: Maria do Carmo Portela - Procuradora: Raquel de Melo Freire Gouveia (OAB: 6153/AC) - Advogado: Aila Freitas Pires (OAB: 5611/AC)

31 - 0706395-44.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE - IDAF - Apelado: Alan Burin Palu - Procuradora: Raquel de Melo Freire Gouveia (OAB: 6153/AC) - Advogado: Aila Freitas Pires (OAB: 5611/AC)

32 - 0706436-11.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE - IDAF - Apelado: Jesse Moreira Campos Monteiro - Procuradora: Raquel de Melo Freire Gouveia (OAB: 6153/AC) - Advogado: Aila Freitas Pires (OAB: 5611/AC)

33 - 0700378-75.2023.8.01.0010 - Recurso Inominado Cível - Bujari - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: Luziene da Silva de Souza - Apelado: Telefônica Brasil S/A - Advogado: Thiago Amadeu Nunes de Jesus (OAB: 47341/GO) - Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

34 - 0700177-63.2021.8.01.0007 - Recurso Inominado Cível - Xapuri - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: Mercadopago.com Representações Ltda - Apelada: Marcilene Maia Pereira - Advogado: Marcos Maia Pereira (OAB: 3799/AC)

35 - 0705262-64.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: Raimundo Nonato Batista de Souza - Apelada: OI S.A. - Advogada: MARCIA XAVIER SOUZA (OAB: 4194/AC) - Advogado: Arquilau de Castro Melo (OAB: 331/AC) - Advogado: Hilário de Castro Melo Júnior (OAB: 2446/AC)

36 - 0700384-96.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: Alef Erique Costa Borges - Apelante: Parati Crédito Financiamento e Insvestimento S.a. - Apelante: Banco C6 Consignado S.a. - Apelado: Parati Crédito Financiamento e Insvestimento S.a. - Apelado: Banco C6 Consignado S.a. - Apelado: Alef Erique Costa Borges - Advogado: Samara da Silva Tonello (OAB: 5269/AC) - Advogado: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB: 16780/BA) - Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB: 21714/PE)

37 - 0706391-07.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE - IDAF - Apelada: Adriane Edna Pires de Souza - Procurador: Joao Paulo Aprigio de Figueiredo (OAB: 2410/AC) - Advogado: Aila Freitas Pires (OAB: 5611/AC)

38 - 0704898-92.2023.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: Talia Freire da Silva Almeida - Apelado: Telefônica Brasil S/A - Advogado: Evandro de Araujo Melo Junior (OAB: 6469/TO) - Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

39 - 0701694-74.2022.8.01.0070 - Recurso Inominado Cível - Rio Branco - Relator Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira - Apelante: Andrade Soluções Tecnológicas, Razão Social A. A.a da Silva - Apelado: Rodrigo Asfury Rodrigues - Advogado: Gersey Silva de Souza (OAB: 3086/AC) - Advogado: Roberta de Melo Picanço (OAB: 4249/AC) - Advogado: Fabíola Asfury Rodrigues (OAB: 2736/AC) - Advogado: Kleir Silva Carvalho (OAB: 3432/AC)

Diretora de Secretaria da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazenda Pública. Eu, _____, Duanne Ribeiro Modesto, subscrevo.

2ª TURMA RECURSAL

Presidente: José Wagner Freitas Pedrosa Alcântara
Diretor de Secretaria: Élis Claude Félix Rodrigues

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Classe : Recurso Inominado Cível n.º 0600126-54.2018.8.01.0070 Foro de Origem : Juizados Especiais Órgão : 2ª Turma Recursal Presidente em exercício : Juíza de Direito Lilian Deise Braga Paiva Apelante : Ducilene Rocha Cavalcante. Advogado : Dougllas Jonathan Santiago de Souza (OAB: 3132/AC). Apelado : Instituto de Previdência do Estado do Acre - Acreprevidência. Procurador : Maria Liberdade Moreira Morais Chaves (OAB: 4185/AC). Apelado : Estado do Acre. Proc. Estado : Neyarla de SouzaPereira (OAB: 3502/AC). Assunto : Nomeação D E C I S Ã O - Conforme se verifica na decisão exarada pelo Exmo. Min. LUIZ FUX, Relator do ARE 1.315.414/AC, fora determinado a remessa dos autos a este colegiado para a devida aplicação da sistemática da repercussão geral. E o motivo é que a Suprema Corte, por meio do ARE nº 1306505, de Relatoria do Exmº. Min. ALEXANDRE DE MORAES, reconheceu a existência de Repercussão Geral (Tema 1157 – Reenquadramento, em novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, de servidor admitido sem concurso público antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 e em período não abrangido pela estabilidade excepcional do artigo 19 do ADCT), em que restou firmada a seguinte tese: “É vedado o reenquadramento, em novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, de servidor admitido sem concurso público antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, mesmo que beneficiado pela estabilidade excepcional do artigo 19 do ADCT, haja vista que esta regra transitória não prevê o di-reito à efetividade, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e decisão proferida na ADI 3609 (Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe. 30/10/2014).” [destaquei] O tema se consolidou com a repercussão geral mencionada, contudo, há muito houve mudança de entendimento desta Turma Recursal, em atendimento ao julgamento do STF1, onde houve reforma do acórdão proferido por esse colegiado, com a improcedência da ação em caso análogo. Colaciono importante trecho do tema pela corte suprema: “(...) qualquer que seja o “nomen juris” adotado , a jurisprudência constitucional do supremo tribunal federal, tendo presente a necessidade de preservar a incolumidade do princípio do concurso público, tem repelido a utilização dos institutos (a) da ascensão (adi 1.345/es, rel. min. octavio gallotti), (b) da transferência e/ou transformação de cargos(rtj 152/341, rel. min. celso de mello), (c) da integração funcional (rtj 158/69, rel. min. celso de mello), (d) da transposição de cargo (rtj 133/1049, rel. min. célio borja), (e) da efetivação extraordinária no cargo (rtj 132/1072, rel. min. sepúlveda pertence), (f) do acesso e aproveitamento (rtj 144/24, rel. min. moreira alves, v.g.) (...)”. Assim, conforme já mencionado no descisório quando da subida do Agravo de Instrumento, este colegiado negou o reenquadramento pretendido pela parte autora, estando em consonância com o entendimento sedimentado pelo STF. ANTE O EXPOSTO, em cumprimento à determinação do STF, nos termos do art. 1.030, V, c/c art. 1.039 do CPC, julgo PREJUDICADO o presente AGRAVO DE INSTRUMENTO. Intime-se. Rio Branco Acre, 3 de abril de 2024. Juíza de Direito Lilian Deise Braga Paiva Presidente em exercício

Classe : Recurso Inominado Cível n.º 0000636-51.2022.8.01.0014
Origem : Tarauacá
Órgão : 2ª Turma Recursal
Relatora : Juíza de Direito Lilian Deise Braga Paiva
Apelante : Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogados : Eduardo Queiroga Estrela Maia Paiva (OAB: 23664/PB) e outro.
Apelado : Francisco Elandeson do Espírito Santo Nascimento.
Assunto: : Fornecimento de Energia Elétrica

_____
CDC. RECURSO INOMINADO. ENERGIA ELÉTRICA. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. ANULAÇÃO DO TOI LAVRADO. DANO MORAL IMPROCEDENTE. RECURSO

APENAS DA CONCESSIONÁRIA DEMANDADA. FALHA VERIFICADA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n.º 0000636-51.2022.8.01.0014, ACORDAM os senhores Membros da 2ª Turma Recursal dos
Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do
Estado do Acre, sob a presidência do Juiz JOSÉ WAGNER FREITAS PEDROSA
ALCÂNTARA, com voto, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto
apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime. Participaram da sessão, com
voto, os Juízes LILIAN DEISE BRAGA PAIVA, Relatora, e ADAMARCIA MACHADO
NASCIMENTO. Eu, Alex Fabiano da Silva Lopes, Assessor de Juiz, digitei.
Juíza de Direito Lilian Deise Braga Paiva
Relatora

Classe : Recurso Inominado Cível n.º 0001385-60.2023.8.01.0070
Origem : Juizados Especiais
Órgão : 2ª Turma Recursal
Relatora : Juíza de Direito Lilian Deise Braga Paiva
Apelante : Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogada : Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 4788/AC).
Apelada : Camila Nardin São José.
Assunto: : Fornecimento de Energia Elétrica

CDC. RECURSO INOMINADO. ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. QUEIMA DE ELETRODOMÉSTICO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DA CONCESSIONÁRIA. RESTITUIÇÃO MATERIAL DEVIDA. ABALO MORAL NÃO CONFIGURADO NO CASO ESPECÍFICO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS. PREQUESTIONAMENTO REFLEXO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n.º 0001385-60.2023.8.01.0070, ACORDAM os senhores Membros da 2ª Turma Recursal dos
Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do
Estado do Acre, sob a presidência do Juiz JOSÉ WAGNER FREITAS PEDROSA
ALCÂNTARA, com voto, conhecer e dar provimento parcial ao recurso, nos termos do
voto apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime. Participaram da sessão, com voto, os Juízes LILIAN DEISE BRAGA PAIVA, Relatora, e ADAMARCIA
MACHADO NASCIMENTO. Eu, Alex Fabiano da Silva Lopes, Assessor de Juiz, digitei.
Juíza de Direito Lilian Deise Braga Paiva
Relatora

Classe : Recurso Inominado Cível n.º 0000114-83.2020.8.01.0017
Origem : Rodrigues Alves
Órgão : 2ª Turma Recursal
Relatora : Juíza de Direito Lilian Deise Braga Paiva
Apelante : Vanderli de Lima Carvalho.
Advogado : João Tota Soares de Figueiredo Filho (OAB: 2787/AC).
Apelado : FRANCISCO ALDEMAR DE ARAÚJO LIMA (filho do Pelé).
Apelado : Maria Angelita Fonseca da Silva.
Advogado : Jairo Teles de Castro (OAB: 3403/AC).
Assunto: : Esbulho / Turbação / Ameaça

DIREITO CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ALEGAÇÃO DE COMPRA DE TERRENO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELO DA PARTE AUTORA. INOVAÇÃO RECURSAL DE PARTE DO PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE. INCOMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO VINDICADO. MANUTENÇÃO DO JULGADO QUE SE IMPÕE, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. APELO CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n.º 0000114-83.2020.8.01.0017, ACORDAM os senhores Membros da 2ª Turma Recursal dos
Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do
Estado do Acre, sob a presidência do Juiz JOSÉ WAGNER FREITAS PEDROSA
ALCÂNTARA, com voto, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto
apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime. Participaram da sessão, com
voto, os Juízes LILIAN DEISE BRAGA PAIVA, Relatora, e ADAMARCIA MACHADO
NASCIMENTO. Eu, Alex Fabiano da Silva Lopes, Assessor de Juiz, digitei.
Juíza de Direito Lilian Deise Braga Paiva
Relatora

Classe : Recurso Inominado Cível n.º 0701160-22.2022.8.01.0009
Origem : Senador Guiomard
Órgão : 2ª Turma Recursal
Relatora : Juíza de Direito Lilian Deise Braga Paiva
Apelante : Energisa Acre - Distribuidora de Energia.
Advogado : Eduardo Queiroga Estrela Maia Paiva (OAB: 23664/PB).
Apelada : Tatiane Moreira dos Santos.
Advogado : Dauster Maciel Neto (OAB: 3721/AC).
Assunto: : Fornecimento de Energia Elétrica

RECURSO INOMINADO. ENERGIA ELÉTRICA. LIGAÇÃO DE SERVIÇO. DEMORA ALEGADAMENTE DESARRAZOADA. OBRIGAÇÃO DE FAZER DETERMINADA, ALÉM DE DANO MORAL INDENIZÁVEL ARBITRADO. RECURSO DA CONCESSIONÁRIA RÉ. PRELIMINAR EM CONTRARRAZÕES DE OFENSA À DIALETICIDADE. INOCORRÊNCIA. PRELIMINAR AFASTADA. MÉRITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO INCONFIGURADA. INCOMPROVAÇÃO DA PARTE CONSUMIDORA DOS AJUSTES NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível n.º 0701160-22.2022.8.01.0009, ACORDAM os senhores Membros da 2ª Turma
Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal
de Justiça do Estado do Acre, sob a presidência do Juiz JOSÉ WAGNER FREITAS
PEDROSA ALCÂNTARA, com voto, conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime. Participaram da sessão, com voto, os Juízes LILIAN DEISE BRAGA PAIVA, Relatora, e ADAMARCIA MACHADO NASCIMENTO. Eu, Alex Fabiano da Silva Lopes, Assessor de Juiz, digitei.
Juíza de Direito Lilian Deise Braga Paiva
Relatora

Classe : Embargos de Declaração Cível n.º 0000349-28.2024.8.01.9000
Origem : Tarauacá
Órgão : 2ª Turma Recursal
Relatora : Juíza de Direito Lilian Deise Braga Paiva
Embargante : Luzandira Maria da Costa Aguiar.
D. Públicos : Rodrigo Almeida Chaves (OAB: 4861/AC) e outro.
Embargado : Banco Pan S.A.
Advogado : Wilson Sales Belchior (OAB: 4215/AC).
Assunto: : Indenização Por Dano Moral

QUESTÃO DE ORDEM. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CDC. EMPRÉSTIMO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ALEGAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEMANDADA. REFORMA POR ESTE COLEGIADO. EMBARGOS PELA RECORRIDA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO JULGADO COMBATIDO. OFENSA A DIALETICIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0000349-28.2024.8.01.9000, ACORDAM os senhores Membros da 2ª Turma Recursal
dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do
Estado do Acre, sob a presidência do Juiz JOSÉ WAGNER FREITAS PEDROSA
ALCÂNTARA, com voto, não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto
apresentado e que integra o presente aresto. Votação unânime. Participaram da sessão, com
voto, os Juízes LILIAN DEISE BRAGA PAIVA, Relatora, e ADAMARCIA MACHADO
NASCIMENTO. Eu, Alex Fabiano da Silva Lopes, Assessor de Juiz, digitei.
Juíza de Direito Lilian Deise Braga Paiva
Relatora

II - JUDICIAL - 1ª INSTÂNCIA (Capital)

1ª VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ZENICE MOTA CARDOZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DARCLEONE DOS SANTOS DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0287/2024

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0700809-05.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: C.N.H. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 106/112.

ADV: GIOVAL LUIZ DE FARIAS JÚNIOR (OAB 4608/AC), ADV: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA (OAB 108112/MG) - Processo 0710064-84.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - AUTORA: Maria Helena Pereira de Sousa - RÉU: Banco BMG S.A. - Diante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial. Ante à sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento), nos termos do art. 85, §2º do CPC. Suspensa a exigibilidade da cobrança ante à concessão dos benefícios da gratuidade judiciária. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MICHEL RIBEIRO PAES (OAB 4189/AC) - Processo 0713439-93.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTOR: Valério Jorge da Silva Segundo - O art.5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial: (i) natureza e objeto discutidos; (ii) contratação de advogado particular, dispensando a atuação da Defensoria. Antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição. Publique-se. Intime-se.

ADV: KAMYLA FARIAS DE MORAES (OAB 3926/AC) - Processo 0713588-89.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTOR: Francisco Rodrigues Moreira - O art.5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial: (i) natureza e objeto discutidos; (ii) contratação de advogado particular, dispensando a atuação da Defensoria. Antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição. Publique-se. Intime-se.

ADV: JONATHAN WISLLER RUIZ FONSECA (OAB 32189/PA) - Processo 0713598-36.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTORA: Carmen Silvia Costa Vieira - Recebo a inicial e defiro os beneficios da assistência judiciária gratuita (art. 98, CPC). Afasto a realização de audiência de conciliação, tendo em vista a necessidade de especificações de provas acerca dos índices que compõe os valores oriundos do PASEP, o que demonstra que a audiência será inócua. Cite-se o réu para responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias. No ato da defesa, a parte ré deverá pleitear de forma especificada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova e que não haverá outra oportunidade para fazê-lo. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Não havendo localização do réu, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SAJ, SIEL, SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD. Apresentada a defesa, intime-se a parte autora para apresentação de réplica à defesa, no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC). No momento de apresentação da réplica à defesa, deverá o autor pleitear de forma pormenorizada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova, bem como haverá preclusão quanto ao pedido. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Não havendo interesse quanto à produção de provas, pleiteando as partes o julgamento antecipado do mérito, ou ainda, caso não ocorra manifestação, retornem os autos conclusos para sentença (arts. 354, 355 e 356 do CPC). Havendo interesse e pleito no tocante à produção de provas, retornem conclusos para saneamento, em fluxo de decisão (art. 357 do CPC). Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO PEREIRA GOMES (OAB 4566/AC) - Processo 0713710-05.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTOR: Adalberto de Barros Pimentel - O art.5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial: (i) natureza e objeto discutidos; (ii) contratação de advogado particular, e principalmente ao fato de autor se apresentar como servidor publico aposentado Nesse sentido, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição. Publique-se. Intime-se.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 3557/AC) - Processo 0715871-56.2022.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: Banco Itaucard S.A - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 190/194.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ZENICE MOTA CARDOZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DARCLEONE DOS SANTOS DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0286/2024

ADV: ELÓI CONTINI (OAB 4793/AC), ADV: ITALO SCARAMUSSA LUZ (OAB 9173/ES) - Processo 0003781-09.2012.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Banco do Brasil S/A. - Ativos S.A Securitização de Créditos Gestão de Cobrança - Dá a parte credora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado negativo de pesquisa Sisbajud, uma vez que o valor encontrado (fl. 343/344), é considerado irrisório (Art. 836, do CPC), motivo pelo qual foi desbloqueado.

ADV: RAIMUNDO BESSA JÚNIOR (OAB 5869/AC) - Processo 0022557-96.2008.8.01.0001 (001.08.022557-9) - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - CREDOR: Banco da Amazonia S/A - Dá a parte credora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado negativo de pesquisa Sisbajud, uma vez que o valor encontrado (fl. 443), é considerado irrisório (Art. 836, do CPC), motivo pelo qual foi desbloqueado.

ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN) - Processo

0700033-39.2023.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Banco do Brasil S/A. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 212/225.

ADV: OSVALDO ALVES RIBEIRO NETO (OAB 23064/SC), ADV: EMERSON SILVA COSTA (OAB 4313/AC), ADV: IDELCLEIDE RODRIGUES LIMA (OAB 3192/AC) - Processo 0700115-07.2022.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Carlos Sergio Medeiros Ribeiro - REQUERIDA: Idelcleide Rodrigues Lima - Decisão - Intime-se para recolhimento da taxa de diligência externa e, comprovado o pagamento, expeça-se mandado de penhora do veículo indicado as fls. 209/2010. Publique-se.

ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB 380636SP), ADV: RAIMUNDO BESSA JÚNIOR (OAB 5869/AC) - Processo 0700120-19.2019.8.01.0006 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - AUTOR: Banco da Amazônia S/A - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0701116-32.2019.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - RÉU: T.S.S. - Considerando que houve o provimento do agravo de instrumento interposto pelo autor, no tocante a realização de pesquisas por meio do sistema CRCJUD, cumpra-se o disposto na decisão de fls. 265/270. Cumprida a determinação, intime-se o autor para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias para requerer o que entende por direito, visando dar prosseguimento ao feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ GERALDO CORRÊA (OAB 143300/SP) - Processo 0701150-07.2019.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - AUTOR: FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CFUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGUIMENTOS NPL IPANEMA VI – - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 272/276.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0701216-79.2022.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Banco Santander SA - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 273/281.

ADV: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS (OAB 415428/SP) - Processo 0701282-93.2021.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - CREDOR: União Educacional do Norte - DEVEDORA: Julie Enes Azevedo de Aquino - Defiro o pedido para que seja realizada pesquisa no SISBAJUD. Cumpra-se.

ADV: SERVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0701365-12.2021.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Banco Santander SA - DEVEDOR: M. L. Nascimento de Oliveira Me (Tia Lulu Distribuidora) - Maria de Lourdes Nascimento de Oliveira - Posto isso, homologo o acordo de fls. 194/197 para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo-se o processo com resolução do mérito, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC. Sem custas processuais remanescentes. Arquive-se o presente processo digital, sem prejuízo do desarquivamento caso precise ser iniciado cumprimento de sentença. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO (OAB 777/AC), ADV: MATHEUS ROSA DA SILVA (OAB 5853/AC), ADV: MATHEUS ROSA DA SILVA (OAB 5853/AC), ADV: ALAISSA NASCIMENTO GALVAO (OAB 6519/AC), ADV: ALAISSA NASCIMENTO GALVAO (OAB 6519/AC) - Processo 0701619-48.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - AUTOR: Irismar de Lima Lopes - REQUERIDO: Frankes Antonio de Lima Lopes - Gilliane de Sales Bispo Lopes - Concluída a perícia técnica, libere-se o valor relativo aos honorários em favor do perito. Encerrada a instrução processual, ensejo às partes o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação das alegações finais por memoriais. Publique-se. Intimem-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0701746-83.2022.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: Banco Bradesco S/A - RÉU: W P Santos Eireli - Weslei Pereira Santos - Ante o exposto, com base na Lei nº 4.728/65 e no Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, com as alterações da Lei nº 10.931/04 e da Lei nº 13.043, de 2014, julgo procedente o pedido, declarando consolidado nas mãos da parte autora o domínio e a posse plena e exclusiva do bem, cuja apreensão liminar torno definitiva. Em razão da sucumbência, condeno a parte ré ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários aos patronos do autor que, de acordo com o artigo 85, § 2º do Código de Processo Civil, fixa-se em 10% (dez por cento) sobre o valor principal corrigido. Cumprida a determinação supra, transitado em julgada a sentença, arquivem-se os autos. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO (OAB 777/AC), ADV: JOSE ANTONIO GONCALVES LIRA (OAB 28504DF/) - Processo 0701972-88.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços de Saúde - AUTORA: S.S.L. - RÉU: G.W.V.J. - A parte requerida, por meio da petição de fls. 426/427, apresentou irresignação quanto a decisão de fls. 423, a qual determinou que a perícia a ser realizada nos autos deverá ser feita por profissional médico generalista. Em que pese as alegações formulados pelo réu, não vislumbro hipótese para seu acolhimento. Isso porque, observa-se que existe uma dificuldade de localização de peritos especializados na área de cirurgia plástica nesta comarca, a qual é observada não somente por meio deste processo, mas como também por meio de outras ações que tramitam perante este juízo. Ademais disso, é importante evidenciar que o profissional médico, para sua formação, perpassa pelo estudo da medicina como um todo, de forma ampla e que alcança os diversos segmentos de especialidade, tendo inclusive uma prática intensiva em cirurgia - internato médico - como requisito para sua formação. Não vislumbro ainda a hipótese de qualquer cerceamento ao direito de defesa do réu, visto que a prova pericial será realizada e poderão as partes realizarem os devidos questionamentos ao profissional, com objetivo de garantir a demonstração das teses eventualmente arguidas. Por fim, destaque-se que inexiste obrigação legal que determino que as perícias médicas somente poderão ser realizadas por profissional especialista, de forma que não existe qualquer dever processual relativo a questão. Cabe a parte, caso irresignada, utilizar-se do instrumento processual cabível a rediscussão das determinações firmadas nas decisões judiciais, de forma que se não o fizer deverá arcar com o onus do não acolhimento do seu pedido. Ante o exposto, indefiro o pedido do requerido e determino a secretaria que realize com brevidade o sorteio do profissional. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 3600/AC) - Processo 0702098-80.2018.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - AUTOR: Banco Bradesco S/A - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado negativo de pesquisa Sisbajud de fls. 301/302.

ADV: FABIANA MANCUSO ATTIÉ GELK (OAB 250630S/P), ADV: JOHN LYNNEKER DA SILVA RODRIGUES (OAB 5039/AC), ADV: FABIANA MANCUSO ATTIÉ GELK (OAB 250630S/P), ADV: IALE RICARDO SILVA DE SOUZA (OAB 4908/AC) - Processo 0702322-42.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços de Saúde - AUTOR: L.A.O.S. - RÉU: Wilson José de Araújo Rondó - Wilson Rondo Cirurgia Plastica - A parte requerida Wilson José de Araújo Rondó, por meio da petição de fls. 359/360, apresentou irresignação quanto a decisão de fls. 356, a qual determinou que a perícia a ser realizada nos autos deverá ser feita por profissional médico generalista. Em que pese as alegações formulados pelo réu, não vislumbro hipótese para seu acolhimento. Isso porque, observa-se que existe uma dificuldade de localização de peritos especializados na área de cirurgia plástica nesta comarca, a qual é observada não somente por meio deste processo, mas como também por meio de outras ações que tramitam perante este juízo. Ademais disso, é importante evidenciar que o profissional médico, para sua formação, perpassa pelo estudo da medicina como um todo, de forma ampla e que alcança os diversos segmentos de especialidade, tendo inclusive uma prática intensiva em cirurgia - internato médico - como requisito para sua formação. Não vislumbro ainda a hipótese de qualquer cerceamento ao direito de defesa do réu, visto que a prova pericial será realizada e poderão as partes realizarem os devidos questionamentos ao profissional, com objetivo de garantir a demonstração das teses eventualmente arguidas. Por fim, destaque-se que inexiste obrigação legal que determino que as perícias médicas somente poderão ser realizadas por profissional especialista, de forma que não existe qualquer dever processual relativo a questão. Cabe a parte, caso irresignada, utilizar-se do instrumento processual cabível a rediscussão das determinações firmadas nas decisões judiciais, de forma que se não o fizer deverá arcar com o onus do não acolhimento do seu pedido. Ante o exposto, indefiro o pedido do requerido e determino a secretaria que realize com brevidade o sorteio do profissional. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0702420-37.2017.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - AUTOR: Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A - Dá a parte credora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da juntada dos documentos de fls. 460/463, e requerer o que entender de direito.

ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/RO), ADV: FRANCISCO ALBERTO D'AVILA CELESTINO (OAB 4285/AC) - Processo 0702771-44.2016.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade - AUTORA: Maria do Socorro da Costa Santos - RÉU: Espolio de José Rodrigues da Costa - INFORMADO: Fatima Souza - Ante a petição de fls. 424/425, intime-se a requerente para se manifestar acerca das alegações e requerimentos formulados pela leiloeira, no prazo de 05 (cinco) dias. Considerando que a fls. 422/423, a profissional informou as datas de realização do leilão e que a parte autora é assistida pela Defensoria Pública, a qual dispõe da prerrogativa para manifestação com prazo em dobro, intime-se a a leiloeira para designação de

novas datas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0703109-37.2024.8.01.0001 - Monitória - DIREITO CIVIL - AUTOR: União Educacional do Norte - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 51/57.

ADV: JESSIKA CHRISTYE SAN MARTIN MACIEL (OAB 21562/MT), ADV: LANA GABRIELE DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 27614/MS), ADV: FÁBIO APARECIDO DE LIMA BARROS (OAB 27589/MS) - Processo 0704681-28.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - AUTOR: Lm Kruger Ltda - REQUERIDO: Sepco1 Construcoes do Brasil Ltda - Considerando as disposições da lei processual e visando o saneamento e encaminhamento à instrução do feito, bem assim a controvérsia acerca da dívida, porquanto o réu alega a inoperância do equipamento alugado, não lhe cabendo qualquer indenização do período que ainda restava de locação, e, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10º do CPC, aos Princípios da não-surpresa e da colaboração, ensejo as partes o prazo de 5 (cinco) dias para: a) especificarem que provas pretendem produzir, estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e com que prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, deverá o requerente articular coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) após o cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais, porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem questões de direito que entendem controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC); d) de acordo com o art. 455 do CPC, caberá ao advogado a intimação da testemunha por ele arrolada, dispensando-se a intimação pelo juízo. No mesmo prazo, em obediência ao princípio do contraditório e da ampla defesa, manifeste-se a parte ré a respeito da impugnação de fls. 88/92, bem como dos documentos de fls. 93/101 Publique-se. Intimem-se.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0705371-57.2024.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 49/57.

ADV: OTÁVIO AUGUSTO LANDIM (OAB 9548/RO), ADV: PATRICK DE SOUZA CORREA (OAB 9121/RO), ADV: SÉRGIO MARCELO FREITAS (OAB 9667/RO) - Processo 0705591-55.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - AUTOR: Xapuri Pneus Ltda - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da informação de fls. 112/113.

ADV: DANIEL BENKE AFONSO (OAB 42049GO), ADV: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA (OAB 5695/AC) - Processo 0705882-26.2022.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - CREDOR: Carlos Lopes da Silva - DEVEDOR: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - Dá a parte credora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da satisfação da dívida.

ADV: SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS (OAB 1084/RO) - Processo 0705893-84.2024.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste da Amazônia - Sicoob Credisul - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 103/114.

ADV: FLAVIO RIBEIRO DA COSTA (OAB 10202RO), ADV: BIANCA SARA SOARES VIEIRA (OAB 9679RO /), ADV: LUÍSA PAULA NOGUEIRA RIBEIRO MELO (OAB 1575RO /), ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/RO) - Processo 0705987-66.2023.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Jardiel Borges Souza - REQUERIDA: Luzireni Gomes de Oliveira - Considerando-se a manifestação de fls. 104/104, bem como os documentos de fls. 105/107, manifeste-se a parte exequente, em 05 (cinco) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTOPHER CAPPER MARIANO DE ALMEIDA (OAB 3604/AC) - Processo 0706245-42.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Credisis Capitalcredi - Cooperativa de Crédito Rural de Rio Branco Ltda - REQUERIDO: A E F Araújo Ltda (Comercial Ferraz) - Antônio Elson Ferraz de Araújo - Vanderlina da Silva Farias Ferraz - A parte autora, por meio da petição de fls. 96/97, apresentou pedido de esclarecimentos quanto ao cumprimento do mandado de busca e apreensão, certificado a fls. 92. Em análise das razões apresentadas pelo requerente, tenho que estas merecem acolhimento. Isso porque, verifica-se que as informações postas no mandado carecem de melhores esclarecimentos, principalmente quanto a localização do bem alvo da presente ação. Diante disso, determino que seja oficiado o Oficial que lavrou a certidão para que apresente esclarecimentos quanto as questões postas pelo autor, devendo responder no prazo de 10 (dez) dias, notadamente a ausência de qualquer indagação quanto ao objeto do mandado. Após o retorno das informações, intime-se o autor para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0706268-22.2023.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: MICHEL FERNANDES BARROS (OAB 4853/AC), ADV: NORTHON SERGIO LACERDA SILVA (OAB 2708/AC), ADV: REGE EVER CARVALHO VASQUES (OAB 3212/AC), ADV: LUIZ EDUARDO COÊLHO DE ÁVILA (OAB 4257/AC) - Processo 0706680-65.2014.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Banco da Amazônia S/A - DEVEDOR: Engeplan Importação e Exportação Ltda - Márcio Bezerra Rebouças - Suianny Brandão de Melo Rebouças - Ronan Zanforlin Barbosa - TERCEIRO: Rege Ever Carvalho Vasques - Quanto aos novos depósitos, cumpra-se as determinações constantes da decisão de fls. 620. Intimem-se.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0706918-69.2023.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - RÉU: Gustavo da Silva Melo - Ante as informações trazidas pelo autor a fls. 111/113, intime-se a parte devedora para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste acerca do pedido realizado pelo credor, devendo justificar, de forma documentada, a eventual impossibilidade de suportar a penhora de 30% do seu salário, sob pena de deferimento do pedido realizado pelo requerente. Para cumprimento da determinação aqui firmada, expeça-se a carta com base no endereço presente no AR de fls. 80. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0706929-98.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - RÉU: Rodrigo Caetano da Silva Souza - União Educacional do Norte ajuizou ação em face de Rodrigo Caetano da Silva Souza e posteriormente celebrou acordo extrajudicial, postulando a homologação e extinção da demanda. Verificado que as partes são legítimas, o pedido é juridicamente possível, e a forma adequada à pretensão dos requerentes, nenhum óbice há à homologação do acordo celebrado, consoante faculdade prevista no art. 840, do Código Civil. Posto isso, homologo o acordo de fls.118/120 , para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo-se o processo com resolução do mérito, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC. Dispensado o pagamento de custas processuais remanescentes (artigo 90, § 3º, do CPC). Arquive-se o presente processo digital, sem prejuízo do desarquivamento caso precise ser iniciado cumprimento de sentença. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0707017-39.2023.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 92/98.

ADV: VANESSA FANTIN MAZOCA DE ALMEIDA PRADO (OAB 3956/AC), ADV: MARCELO FEITOSA ZAMORA (OAB 4711/AC), ADV: GILSON LIMA DE CARVALHO (OAB 5032AC /), ADV: THALES ROCHA BORDIGNON (OAB 2160/AC) - Processo 0707043-13.2018.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - AUTOR: Gilson Lima de Carvalho - RÉU: Ecoville Rio Branco Empreendimento Imobiliários Ltda - A parte credora, requer que seja realizada pesquisa de bens do requerido por meio do sistema SISBAJUD na modalidade de ordem reiterada, inclusão do nome do devedor no SERASAJUD e expedição e mandado de penhora e avaliação de bens. Defiro o pedido para que seja realizada pesquisa no SISBAJUD na modalidade "teimosinha", devendo esta ocorrer pelo período de 15 dias. Defiro o pedido de inclusão do nome da executada na plataforma Serasajud nos termos do art. 782, §3º do CPC, no cadastro de inadimplentes no prazo de 72 (setenta e duas) horas: Ecoville Rio Branco Empreendimentos Imobiliários LTDA CNPJ: 14.473.470/0001-87. Indefiro, por hora, o pedido de expedição de mandado de penhora, visto que ainda podem ser realizados outros meios atípicos de execução, com objetivo de satisfação da dívida. Cumprida as determinações firmadas, intime-se o autor para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do que entender por direito. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON DA SILVA RIBEIRO (OAB 3151/AC), ADV: ANDERSON DA SILVA RIBEIRO (OAB 3151/AC), ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ), ADV: ANDERSON DA SILVA RIBEIRO (OAB 3151/AC), ADV: MARIO SERGIO PEREIRA DOS SANTOS (OAB 1910/AC), ADV: MARIO SERGIO PEREIRA DOS SANTOS (OAB 1910/AC), ADV: MARIO SERGIO PEREIRA DOS SANTOS (OAB 1910/AC), ADV: RITA DE CASSIA ROCHA DE OLIVEIRA (OAB 6242/AC), ADV: KAIO MARCELLUS DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 4408/AC), ADV: KAIO MARCELLUS DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 4408/AC), ADV: CLARA MENDES GOMES (OAB 4863/AC), ADV: CLARA MENDES GOMES (OAB 4863/AC), ADV: KAIO MARCELLUS DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 4408/AC), ADV: CLARA MENDES GOMES (OAB 4863/AC), ADV: PAULO VICTOR DA SILVA MARINHO (OAB 6170/AC) - Processo 0707100-36.2015.8.01.0001 -

Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - AUTOR: Banco do Brasil S/A. - RÉU: Engenhar Imp. Exp. Ltda - EPP (Engenhar) - FIADOR: Benedito Francisco de Oliveira - Maria Cândida de Oliveira - Proceda-se o sorteio de perito avaliador, para apresentar proposta de honorários para a avaliação pretendida pelo exequente. Vindo aos autos a proposta, intime-se o exequente para pagamento, no prazo de 10(dez) dias, expedindo-se alvará de 50% do valor depositado, assinalando o prazo de 20(vinte) dias para a entrega do laudo de avaliação. Publique-se. Intimem-se.

ADV: LAURA CRISTINA LOPES DE SOUSA (OAB 3279/AC), ADV: CARLOS VINICIUS LOPES LAMAS (OAB 1658/AC) - Processo 0707166-11.2018.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Estabelecimentos de Ensino - AUTOR: Associação Educacional e Cultural Meta - RÉU: J.W.M.M. - Considerando-se que a parte exequente não apresentou bens passíveis de penhora, em que pese tenha sido intimada, para tanto, às fls. 216, e findo o prazo de suspensão, arquive-se para fins de prescrição intercorrente.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GOES (OAB 33416/SC) - Processo 0707175-02.2020.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - CREDOR: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado infrutífero de pesquisa Sisbajud, uma vez que o valor encontrado (pp. 130/132), é considerado irrisório (Art. 836, do CPC), motivo pelo qual foi desbloqueado.

ADV: RAPHAEL DA SILVA BEYRUTH BORGES (OAB 2852/AC) - Processo 0707476-12.2021.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - CREDOR: Rádio e Televisão Norte Ltda - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 207/211.

ADV: WANDERLEY ROMANO DONADEL (OAB 18703/GO) - Processo 0707581-18.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - AUTOR: Banco Bradesco S/A - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 147/155.

ADV: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 217153M/G) - Processo 0708006-45.2023.8.01.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 120/128.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 3844/AC) - Processo 0708455-66.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ), ADV: NEIRI OLIVEIRA OJOPI DE LIMA (OAB 5177/AC) - Processo 0708774-05.2022.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - AUTOR: Banco do Brasil S/A. - REQUERIDO: Suply Solucoes Em Tecnologia & Transportes Ltda - AVALISTA: Jose Marciano de Freitas - Valcivania da Costa Liberato Freitas - [...]Após a juntada da pesquisa Sisbajud, intime-se a parte credora para manifestação em 5 (cinco) dias. [...]

ADV: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS (OAB 415428/SP) - Processo 0708784-78.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: União Educacional do Norte - REQUERIDO: José Claudenir do Nascimento - Destarte, determino à Secretaria que envie carta de intimação ao réu, dando-lhe ciência desta ação, bem como da referida citação, nos termos do art. 254 do CPC. Após, diante do teor da certidão do Oficial de Jsutiça de fl. 74, nomeio curador especial ao réu citado por hora certa, por analogia ao art. 72, II, do CPC, na pessoa da Defensora Pública Alexa Cristina Pinheiro Rocha da Silva, a qual, independentemente de compromisso, deverá exercer o encargo que ora lhe é atribuído. Dê-se-lhe vista dos autos para os fins de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WALTER LUIZ MOREIRA MAIA (OAB 3891/AC), ADV: DANIEL DA CRUZ GOUVEIA (OAB 6275/AC) - Processo 0709207-09.2022.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Consórcio - CREDORA: Ernizia Borges Sereno Kaxinawa - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: JOAO PAULO SARDINHA DOS SANTOS (OAB 21446A/AL) - Processo 0709829-20.2024.8.01.0001 - Monitória - Despesas Condominiais - AUTOR: Condomínio Residencial Via Parque - REQUERIDA: Deusilene Pando da Silva - Recebo a inicial, considerando que apretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento monitório e vem em petição devidamente instruída por prova escrita sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (art. 700 do CPC). Defiro a expedição de mandado monitório de citação e pagamento, concedendo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento, nos termos pedidos na inicial, fixados para esta fase, honorários advocatícios em 5% do valor atribuído à causa (CPC, art. 701), anotando-se que caso o réu cumpra, ficará isento de custas (CPC, art. 701, § 1º). Conste ainda no mandado que nesse prazo, o réu poderá oferecer embargos e que não cumprindo a obrigação ou não embargando, "constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial" (CPC, art. 702, § 8º). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 3600/AC) - Processo 0709849-45.2023.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Banco Bradesco S/A - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 81/91.

ADV: PHILIPPE UCHÔA DA CONCEIÇÃO (OAB 5665/AC), ADV: ESTEVAN SOLETTI (OAB 3702/RO) - Processo 0709875-14.2021.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Cooperativa de Crédito e Investimento do Acre - Sicoob Acre - DEVEDOR: Francisco Lindembergue Ricarte do Nascimento - Não aceita a proposta conciliatória, e sendo certo que não há fase de impugnação de cálculos do titulo executivo. Defiro o pedido de fls. 267, de forma reiterada por 15(quinze) dias. Intimem-se.

ADV: FRANCISCO AUGUSTO MELO DE FREITAS (OAB 5957AC), ADV: JOANNA CAROLINA ALMEIDA DE SOUZA VASCONCELOS (OAB 52187/PE) - Processo 0710587-96.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTOR: Jonas Moreira Lopes - RÉU: Banco do Brasil S/A - O autor foi intimado para recolher as custas do processo, entretanto, deixou transcorrer o prazo legal in albis, conforme se vê às fls. 134. Desta feita, nos termos do artigo 290 do CPC, determino o cancelamento da distribuição destes autos. Após o trânsito em julgado, proceda-se o cancelamento da distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 3557/AC) - Processo 0710977-66.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: Banco Pan S/A - RÉU: Victor Gabriel Figueiredo Camargo - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de 01 (um) mandado(s), compreendendo o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos), por cada mandado. A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte Autora por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.Sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

ADV: WAGNER ALVARES DE SOUZA (OAB 3930/AC) - Processo 0710992-35.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Abel Ferreira de Lima - Intime-se o autor para no prazo de 15(quinze) dias apresentar os extratos de forma legível, indicar data de aposentadoria e saque. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0712393-45.2019.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - AUTOR: Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 450/456.

ADV: RENATO CÉSAR LOPES DA CRUZ (OAB 2963/AC), ADV: ANDREA SANTOS PELATTI (OAB 3450/AC), ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ), ADV: ROBERTO BARRETO DE ALMEIDA (OAB 3344/AC), ADV: AILTON CARLOS SAMPAIO DA SILVA (OAB 4543/AC), ADV: MAYSON COSTA MORAIS (OAB 4681/AC) - Processo 0712678-38.2019.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - AUTORA: Sebastiana Elenice de Oliveira - RÉU: Banco do Brasil S/A. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, bem como deverá pleitear de forma especificada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova e que não haverá outra oportunidade para fazê-lo.

ADV: ELTON LUIZ BARTOLI (OAB 317095/SP) - Processo 0712857-64.2022.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - AUTOR: Sin - Sistema de Implante Nacional S.a. - RÉ: Ana Cristina Sousa Azevedo - A parte credora, por meio da petição de fls. 123, requer que sejam realizadas buscas de bens em nome da devedora por meio do sistema RENAJUD. Defiro os pedidos formulados pela autora e, caso haja veículos em nome da requerida, e sem reserva de domínio à terceiros, que seja anotada a restrição de transferência. Em seguida, caso seja positiva a pesquisa, intime-se a parte exequente para

requerer o que for de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se.

ADV: VANESSA CEZAR TEIXEIRA (OAB 12141/RO), ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/AC) - Processo 0712885-61.2024.8.01.0001 (apensado ao processo 0702099-89.2023.8.01.0001) - Embargos à Execução - Compra e Venda - EMBARGANTE: Cleilson Lima do Nascimento - EMBARGADO: Lubrimix Distribuição e Representação Ltda - A parte embargante citada por edital requereu a concessão da gratuidade judiciária. Para a obtenção do benefício da gratuidade judiciária, basta a afirmação da parte que pleiteia, de que não possui situação econômica que lhe permita pagar as custas do processo, sem prejuízo do seu sustento, ou de sua família (arts. 2ºe 4º, da Lei nº 1.060/50). Portanto, a única exigência que a lei faz para a concessão do benefício é a declaração unilateral de impossibilidade, deixando a cargo da outra parte a eventual demonstração da falsidade da declaração (art. 4º, § 1º) ou da modificação da condição de fortuna do beneficiado (art. 7º), facultando ainda ao juiz, à vista de elementos existentes nos autos, indeferir o pedido se tiver fundadas razões para tanto (art. 5º,caput). Conforme se colhe de tais dispositivos,considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família(art. 2º, parágrafo único). No caso dos autos, o embargante não declarou sua necessidade ao deferimento do benefício. E, nem poderia, visto que, foi representado por curadora especial, em razão da citação por edital sem resposta. Ocorre que, o fato de estar sendo representado por membro da Defensoria Pública, não faz presumir hipossuficiência da parte. Ademais, inexiste nos autos qualquer elemento a respeito da situação econômica do embargante. Nesse sentido, observe o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o tema: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. RÉU REVEL. CURADORA ESPECIAL. DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUNÇÃO ACERCA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. CONDENAÇÃO AOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. I.A necessidade de litigar sob o pálio da justiça gratuitanão se presume quando a Defensoria Pública atuacomo mera curadora especial, face à revelia dodevedor. (AgRg no REsp 846.478/MS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJ 26/02/2007). II.Agravo Regimental improvido .(STJ - AgRg no REsp: 1186284 MS 2010/0038505-2, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 23/11/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/12/2010). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. PREPARO NÃO DEMONSTRADO.CURADOR ESPECIAL DE LITIGANTEREVEL. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUNÇÃO ACERCA DAASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.PRECEDENTES. NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. MULTA DO ART.557,§ 2º, DOCPC. RECURSO IMPRÓVIDO. (AgRg no AG 1.148.322/RJ, Rel. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 15/10/2009). Nesse contexto, indefiro o pedido de concessão da gratuidade judiciária à parte embargante citada por edital. Recebo os embargos sem efeito suspensivo (CPC, art. 919). A seguir, intime-se a Embargada para, querendo, impugnar os embargos no prazo de 15 (quinze) dias (art. 920, I, CPC). Publique-se. Intimem-se.

ADV: GISELE VARGAS MARQUES COSTA (OAB 3897/AC) - Processo 0713010-29.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTOR: Raimundo Nonato Barros de Sales - RÉU: Banco do Brasil S/A - Recebo a inicial e defiro os beneficios da assistência judiciária gratuita (art. 98, CPC). Afasto a realização de audiência de conciliação, tendo em vista a necessidade de especificações de provas acerca dos índices que compõe os valores oriundos do PASEP, o que demonstra que a audiência será inócua. Cite-se o réu para responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias. No ato da defesa, a parte ré deverá pleitear de forma especificada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova e que não haverá outra oportunidade para fazê-lo. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Não havendo localização do réu, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SAJ, SIEL, SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD. Apresentada a defesa, intime-se a parte autora para apresentação de réplica à defesa, no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC). No momento de apresentação da réplica à defesa, deverá o autor pleitear de forma pormenorizada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova, bem como haverá preclusão quanto ao pedido. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Não havendo interesse quanto à produção de provas, pleiteando as partes o julgamento antecipado do mérito, ou ainda, caso não ocorra manifestação, retornem os autos conclusos para sentença (arts. 354, 355 e 356 do CPC). Havendo interesse e pleito no toca

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC), ADV: DANIEL MATHEUS COSTA DE MACEDO (OAB 4335/AC) - Processo 0713204-05.2019.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: ARMANDO FERNANDES BARBOSA FILHO (OAB 3686/AC) - Processo 0713220-80.2024.8.01.0001 (apensado ao processo 0703762-73.2023.8.01.0001) - Embargos à Execução - Contratos Bancários - EMBARGANTE: Fabianny Diany de Araújo Nascimento - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - A Constituição da República, assegura a todos o acesso ao Poder Judiciário, e assim o fazendo implica no entendimento de que o acesso é universal, mesmo àqueles que não disponham de condições para pagamento das custas processuais, aos quais deverá ser concedido os benefícios da gratuidade judiciária. Referida universalidade, de modo que se possa garantir o acesso ao sistema de justiça, demanda a concessão da gratuidade somente àqueles que efetivamente não disponham de condições para fazê-lo, tendo como base a premissa de que a concessão da gratuidade é exceção, e não regra. Porquanto, não se pode confundir o acesso ao Judiciário com a concessão indiscriminada do benefício da gratuidade judiciária, que subsidia o uso predatório do Sistema de Justiça (complexo, finito, escasso e dispendioso), não atendendo ao mandamento Constitucional. Entende-se à princípio, que basta a mera declaração de hipossuficiência, entretanto tal presunção é juris tantum, tendo em vista a possibilidade de exigir-se a comprovação da referida impossibilidade de pagamento, quando os elementos dos autos indicarem a possibilidade de adimplemento das custas processuais. Mister destacar a edição de Nota Técnica nº 4/2022 advinda do Núcleo Avançado de Estudos Jurídicos (NAEJ) e aprovada pelo Centro de Inteligência do Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (CIJEAC) à respeito dos parâmetros mínimos a serem analisados, face ao pedido de concessão dos benefícios da gratuidade judiciária: Face tais ponderações, na concessão da justiça gratuita, impende a observância dos seguintes procedimentos: 1. Se a declaração de gratuidade judiciária aliado ao teor do processo não evidenciar que o beneficiário possui condições de arcar com as custas processuais, tal declaração deverá ser aceita sem a necessidade de apresentar outros documentos; 2. Caso haja indicação no processo ou a parte adversa apresente informações de que o pleiteante possui condições de arcar com as custas processuais, deverá ser oportunizado ao requerente demonstrar sua hipossuficiência. A decisão para que a parte demonstre sua hipossuficiência deverá ser clara ao indicar qual elemento presente nos autos afasta a presunção de hipossuficiência financeira; 3. Em caso de dúvidas acerca da hipossuficiência do requerente, deverá ser requerido os documentos listados acima (pessoa natural e jurídica) com o fito de clarificar a situação financeira do pleiteante. Impende destacar que o conceito de impossibilidade de adimplemento das custas processuais deve ser interpretado à luz do Código de Processo Civil de 2015, que permite o parcelamento das custas processuais, de modo que tal impossibilidade de adimplemento deve ser tal que a parte não possa adimplir sequer a parcela das custas. Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. (...) § 6º Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. (negritado) Mister dispor que, grande parte das Defensorias Públicas dos Estados brasileiros adotam como critério básico, o patamar de 3 (três) salários mínimos para obtenção de atendimento com assistência judiciária gratuita pelos órgãos, a saber: DPE/RS, DPE/SP, DPE/PR, DPE/MG, DPE/RO, DPE/BA, DPE/GO, DPE/RJ, DPE/SC, DPE/MA, DPE/PE, DPE/PI, DPE/AL, DPE/RR, DPE/SE. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira, cabendo à parte interessada comprovar a condição de hipossuficiência, sob pena de indeferimento. É importante observar que, mesmo a alegação de hipossuficiência, ou indicação de renda limítrofe, por si só, não é suficiente para a concessão da benesse, pois a parte pode possuir outras fontes de rendimento ou reservas financeiras que sirvam de complementação, bem como, nos termos do §6º do art. 98 do CPC, ter a permissão para pagamento parcelado das custas processuais. Pelo documentos apresentados nos autos, verifica-se que a autora é Servidora do Ministério Público do estado do Acre, o contracheque juntado às fls 26 e indica que Autora possui uma renda mensal em torno de R$ 6864,20. Nesse contexto, não demonstrada a incapacidade financeira da parte, indefiro o pedido de gratuidade judiciária. Intime-se a parte demandante para que comprove o recolhimento das custas judiciais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Oportunamente, observe a possibilidade de pagamento das custas processuais de forma parcelada. Publique-se. Intime-se.

ADV: FELIPE HENRIQUE DE SOUZA (OAB 2713/AC) - Processo 0713230-27.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTORA: Irenice da Silva Batista - RÉU: Banco do Brasil S/A - Recebo a inicial e defiro os beneficios da assistência judiciária gratuita (art. 98, CPC). Afasto a realização de audiência de conciliação, tendo em vista a necessidade de especificações de provas acerca dos índices que compõe os valores oriundos do PASEP, o que demonstra que a audiência será inócua. Cite-se o réu para responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias. No ato da defesa, a parte ré deverá pleitear de forma especificada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova e que não haverá outra oportunidade para

fazê-lo. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Não havendo localização do réu, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SAJ, SIEL, SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD. Apresentada a defesa, intime-se a parte autora para apresentação de réplica à defesa, no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC). No momento de apresentação da réplica à defesa, deverá o autor pleitear de forma pormenorizada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova, bem como haverá preclusão quanto ao pedido. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Não havendo interesse quanto à produção de provas, pleiteando as partes o julgamento antecipado do mérito, ou ainda, caso não ocorra manifestação, retornem os autos conclusos para sentença (arts. 354, 355 e 356 do CPC). Havendo interesse e pleito no tocante à produção de provas, retornem conclusos para saneamento, em fluxo de decisão (art. 357 do CPC). Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA (OAB 108112/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0713263-66.2014.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Banco da Amazônia S/A - DEVEDOR: Duarte Calçados, Bolsas e Acessórios Ltda - Carlos Ovidio Duarte Rocha - Rizoneide Viana Gonçalves - Antes mesmo da análise do pedido da parte exequente, em atenção ao princípio da ampla defesa, ensejo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar-se a respeito da possível prescrição ordinária da pretensão, observando que o vencimento da cédula de crédito estava previsto para 10/03/2018 e até a presente data não houve citação da parte executada. Publique-se. Intime-se.

ADV: OCTAVIA DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 2831/AC) - Processo 0713279-39.2022.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Consórcio - REQUERENTE: Larissa Magalhães Figueiredo - Dá a parte credora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado negativo de pesquisa SISBAJUD.

ADV: RODRIGO ALMEIDA CHAVES (OAB 4861/AC), ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/RO), ADV: WELLINGTON CARLOS GOTTARDO (OAB 4723/AC) - Processo 0713329-94.2024.8.01.0001 (apensado ao processo 0715863-45.2023.8.01.0001) - Embargos à Execução - Confissão/Composição de Dívida - EMBARGANTE: Kelse de Souza Melo - EMBARGADO: V.r Comercial Ltda - Epp - Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita (art. 98, CPC); Recebo os embargos sem efeito suspensivo A seguir, intime-se a Embargada para, querendo, impugnar os embargos no prazo de 15 (quinze) dias (art. 920, I, CPC). Publique-se. Intimem-se.

ADV: MARCOS PAULO PEREIRA GOMES (OAB 4566/AC), ADV: MARCOS PAULO PEREIRA GOMES (OAB 4566/AC) - Processo 0713435-56.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - AUTORA: Carolina Mendonça Prado - John de Brito Figueiredo - RÉU: Parkia Boulevard Residencial Clube Spe - Ltda. (“parkia Spe”) - Elite Engenharia Ltda. - Defiro o pedido de parcelamento das custas em 10 (dez) parcelas iguais, conforme requerido pela parte Autora. Remetam-se os autos a Contadoria Judiciária para emissão das guias referente as custas judiciais. Voltando os autos intimem-se a parte Autora para cumprimento da primeira parcela no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Em caso de atraso ou não pagamento das parcelas estabelecidas nestes autos, a parte Autora incorre em multa prevista no Art 32 da Lei nº 1.422/2001, que dispõe sobre o Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre. In verbis: Art. 32. A falta de pagamento, no todo ou em parte, das taxas devidas, sujeitará o devedor, sem prejuízo dos acréscimos legais, à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO AUGUSTO MELO DE FREITAS (OAB 5957AC) - Processo 0713563-76.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - AUTOR: Raimundo Ferreira de Lima - RÉU: Banco BMG S.A. - Recebo a inicial. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (art. 98 CPC). Designo audiência Conciliação (art. 334 CPC) para o dia 12/09/2024 às 10:30h a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/wmv-gghv-kob, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Em caso de dúvidas ou dificuldades no acesso, poderão solicitar auxilio através do contato: ligação e whatssapp (68) 99245-1249. À parte que não possua acesso à internet, inviabilizando o acesso a sala virtual, poderá comparecer a sala de audiência desta unidade. Ficam as partes advertidas de que a impossibilidade de comparecimento virtual a audiência, deve ser comunicada ao Juízo, com 5 (cinco) dias de antecedência. Cite-se o réu para comparecer à audiência de conciliação (art. 334 CPC). O prazo para contestar fluirá da audiência de conciliação. No ato da defesa, a parte ré deverá pleitear de forma especificada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova e que não haverá outra oportunidade para fazê-lo. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Faça constar do mandado ou carta que o prazo para resposta correrá da data da audiência, independentemente do comparecimento das partes; (art. 335 CPC), sob pena de se operarem os efeitos da revelia e presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor(art. 344 CPC). Intime-se o autor, por seu patrono,via DJE (art. 334, §3º CPC). As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §9º CPC), podendo constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para transigir (art. 334, §10º CPC). Faça constar do mandado a advertência de que se qualquer das partes não comparecer à audiência designada injustificadamente, ou comparecer por seus procuradores sem poderes para transigir, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, punível com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou valor da causa (art. 334, §8º), salvo se AMBAS as partes manifestarem-se expressamente desinteresse na audiência conciliatória. Não havendo localização do réu e havendo pedido autoral, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SAJ, SIEL, SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD. Apresentada a defesa, intime-se a parte autora para apresentação de réplica à defesa, no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC). No momento de apresentação da réplica à defesa, deverá o autor pleitear de forma pormenorizada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova, bem como haverá preclusão quanto ao pedido. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Não havendo interesse quanto à produção de provas, pleiteando as partes o julgamento antecipado do mérito, ou ainda, caso não ocorra manifestação, retornem os autos conclusos para sentença (arts. 354, 355 e 356 do CPC). Havendo interesse e pleito no tocante à produção de provas, retornem conclusos para saneamento, em fluxo de decisão (art. 357 do CPC). Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/RO), ADV: RODRIGO ALMEIDA CHAVES (OAB 3684/RO) - Processo 0713610-50.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - AUTOR: Jose Candido de Souza - RÉU: Banco BMG S.A. - Recebo a inicial. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (art. 98 CPC). Designo audiência Conciliação (art. 334 CPC) para o dia 12/09/2024 às 09:00h a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/wmv-gghv-kob, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Em caso de dúvidas ou dificuldades no acesso, poderão solicitar auxilio através do contato: ligação e whatssapp (68) 99245-1249. À parte que não possua acesso à internet, inviabilizando o acesso a sala virtual, poderá comparecer a sala de audiência desta unidade. Ficam as partes advertidas de que a impossibilidade de comparecimento virtual a audiência, deve ser comunicada ao Juízo, com 5 (cinco) dias de antecedência. Cite-se o réu para comparecer à audiência de conciliação (art. 334 CPC). O prazo para contestar fluirá da audiência de conciliação. No ato da defesa, a parte ré deverá pleitear de forma especificada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova e que não haverá outra oportunidade para fazê-lo. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Faça constar do mandado ou carta que o prazo para resposta correrá da data da audiência, independentemente do comparecimento das partes; (art. 335 CPC), sob pena de se operarem os efeitos da revelia e presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor(art. 344 CPC). Intime-se o autor, por seu patrono,via DJE (art. 334, §3º CPC). As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §9º CPC), podendo constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para transigir (art. 334, §10º CPC). Faça constar do mandado a advertência de que se qualquer das partes não comparecer à audiência designada injustificadamente, ou comparecer por seus procuradores sem poderes para transigir, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, punível com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou valor da causa (art. 334, §8º), salvo se AMBAS as partes manifestarem-se expressamente desinteresse na audiência conciliatória. Não havendo localização do réu e havendo pedido autoral, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SAJ, SIEL, SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD. Apresentada a defesa, intime-se a parte autora para apresentação de réplica à defesa, no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC). No momento de apresentação da réplica à defesa, deverá o autor pleitear de forma pormenorizada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova, bem como haverá preclusão quanto ao pedido. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Não havendo interesse

quanto à produção de provas, pleiteando as partes o julgamento antecipado do mérito, ou ainda, caso não ocorra manifestação, retornem os autos conclusos para sentença (arts. 354, 355 e 356 do CPC). Havendo interesse e pleito no tocante à produção de provas, retornem conclusos para saneamento, em fluxo de decisão (art. 357 do CPC). Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/RO), ADV: RODRIGO ALMEIDA CHAVES (OAB 3684/RO) - Processo 0713612-20.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTOR: Jose Francisco de Melo Filho - RÉU: Banco do Brasil S/A - Recebo a inicial e defiro os beneficios da assistência judiciária gratuita (art. 98, CPC). Afasto a realização de audiência de conciliação, tendo em vista a necessidade de especificações de provas acerca dos índices que compõe os valores oriundos do PASEP, o que demonstra que a audiência será inócua. Cite-se o réu para responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias. No ato da defesa, a parte ré deverá pleitear de forma especificada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova e que não haverá outra oportunidade para fazê-lo. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Não havendo localização do réu, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SAJ, SIEL, SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD. Apresentada a defesa, intime-se a parte autora para apresentação de réplica à defesa, no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC). No momento de apresentação da réplica à defesa, deverá o autor pleitear de forma pormenorizada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova, bem como haverá preclusão quanto ao pedido. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Não havendo interesse quanto à produção de provas, pleiteando as partes o julgamento antecipado do mérito, ou ainda, caso não ocorra manifestação, retornem os autos conclusos para sentença (arts. 354, 355 e 356 do CPC). Havendo interesse e pleito no tocante à produção de provas, retornem conclusos para saneamento, em fluxo de decisão (art. 357 do CPC). Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX CHRISTIAN GADELHA MEDEIROS (OAB 5418/AC) - Processo 0713633-93.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTORA: Izabel Araujo do Nascimento - RÉU: Banco do Brasil - Recebo a inicial e defiro os beneficios da assistência judiciária gratuita (art. 98, CPC). Afasto a realização de audiência de conciliação, tendo em vista a necessidade de especificações de provas acerca dos índices que compõe os valores oriundos do PASEP, o que demonstra que a audiência será inócua. Cite-se o réu para responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias. No ato da defesa, a parte ré deverá pleitear de forma especificada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova e que não haverá outra oportunidade para fazê-lo. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Não havendo localização do réu, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SAJ, SIEL, SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD. Apresentada a defesa, intime-se a parte autora para apresentação de réplica à defesa, no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC). No momento de apresentação da réplica à defesa, deverá o autor pleitear de forma pormenorizada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova, bem como haverá preclusão quanto ao pedido. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Não havendo interesse quanto à produção de provas, pleiteando as partes o julgamento antecipado do mérito, ou ainda, caso não ocorra manifestação, retornem os autos conclusos para sentença (arts. 354, 355 e 356 do CPC). Havendo interesse e pleito no tocante à produção de provas, retornem conclusos para saneamento, em fluxo de decisão (art. 357 do CPC). Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO (OAB 12880/RO) - Processo 0713640-85.2024.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - CREDOR: Cooperativa de Crédito, Poupanca e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas - DEVEDOR: LEILO MARCA - LEILÕES RURAIS LTDA - ME - Dilson Alves Ribeiro Filho - Ennyvelson Moraes de Souza - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder o recolhimento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, CPC). Publique-se. Intime-s

ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/RO), ADV: RODRIGO ALMEIDA CHAVES (OAB 3684/RO) - Processo 0713660-76.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - AUTOR: José Sousa de Menezes - RÉU: CREFISA S/A CRÉDITO FINANCIMENTO E INVESTIMENTOS - Recebo a inicial. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (art. 98 CPC). Designo audiência Conciliação (art. 334 CPC) para o dia 12/09/2024 às 09:45h a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/wmv-gghv-kob, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Em caso de dúvidas ou dificuldades no acesso, poderão solicitar auxilio através do contato: ligação e whatssapp (68) 99245-1249. À parte que não possua acesso à internet, inviabilizando o acesso a sala virtual, poderá comparecer a sala de audiência desta unidade. Ficam as partes advertidas de que a impossibilidade de comparecimento virtual a audiência, deve ser comunicada ao Juízo, com 5 (cinco) dias de antecedência. Cite-se o réu para comparecer à audiência de conciliação (art. 334 CPC). O prazo para contestar fluirá da audiência de conciliação. No ato da defesa, a parte ré deverá pleitear de forma especificada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova e que não haverá outra oportunidade para fazê-lo. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Faça constar do mandado ou carta que o prazo para resposta correrá da data da audiência, independentemente do comparecimento das partes; (art. 335 CPC), sob pena de se operarem os efeitos da revelia e presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor(art. 344 CPC). Intime-se o autor, por seu patrono,via DJE (art. 334, §3º CPC). As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §9º CPC), podendo constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para transigir (art. 334, §10º CPC). Faça constar do mandado a advertência de que se qualquer das partes não comparecer à audiência designada injustificadamente, ou comparecer por seus procuradores sem poderes para transigir, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, punível com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou valor da causa (art. 334, §8º), salvo se AMBAS as partes manifestarem-se expressamente desinteresse na audiência conciliatória. Não havendo localização do réu e havendo pedido autoral, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SAJ, SIEL, SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD. Apresentada a defesa, intime-se a parte autora para apresentação de réplica à defesa, no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC). No momento de apresentação da réplica à defesa, deverá o autor pleitear de forma pormenorizada, as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova, bem como haverá preclusão quanto ao pedido. Deverá ainda, manifestar o interesse na realização de audiência de instrução e julgamento de forma virtual ou presencial. Não havendo interesse quanto à produção de provas, pleiteando as partes o julgamento antecipado do mérito, ou ainda, caso não ocorra manifestação, retornem os autos conclusos para sentença (arts. 354, 355 e 356 do CPC). Havendo interesse e pleito no tocante à produção de provas, retornem conclusos para saneamento, em fluxo de decisão (art. 357 do CPC). Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: SILVANA NUNES FELÍCIO DA CUNHA (OAB 202183/SP), ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/AC) - Processo 0713669-38.2024.8.01.0001 (apensado ao processo 0715756-40.2019.8.01.0001) - Embargos à Execução - Duplicata - EMBARGANTE: A. Felix Brito - EMBARGADO: Gfg Cosméticos Ltda - A parte embargante citada por edital requereu a concessão da gratuidade judiciária. Para a obtenção do benefício da gratuidade judiciária, basta a afirmação da parte que pleiteia, de que não possui situação econômica que lhe permita pagar as custas do processo, sem prejuízo do seu sustento, ou de sua família (arts. 2ºe 4º, da Lei nº 1.060/50). Portanto, a única exigência que a lei faz para a concessão do benefício é a declaração unilateral de impossibilidade, deixando a cargo da outra parte a eventual demonstração da falsidade da declaração (art. 4º, § 1º) ou da modificação da condição de fortuna do beneficiado (art. 7º), facultando ainda ao juiz, à vista de elementos existentes nos autos, indeferir o pedido se tiver fundadas razões para tanto (art. 5º,caput). Conforme se colhe de tais dispositivos,considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família(art. 2º, parágrafo único). No caso dos autos, o embargante não declarou sua necessidade ao deferimento do benefício. E, nem poderia, visto que, foi representado por curadora especial, em razão da citação por edital sem resposta. Ocorre que, o fato de estar sendo representado por membro da Defensoria Pública, não faz presumir hipossuficiência da parte. Ademais, inexiste nos autos qualquer elemento a respeito da situação econômica do embargante. Nesse sentido, observe o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o tema: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. RÉU REVEL. CURADORA ESPECIAL. DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUNÇÃO ACERCA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. CONDENAÇÃO AOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. I.A necessidade de litigar sob o pálio da justiça gratuitanão se presume quando a Defensoria Pública atuacomo mera curadora especial, face à revelia dodevedor. (AgRg no REsp 846.478/MS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJ 26/02/2007). II.Agravo Regimental imprôvido .(STJ - AgRg no REsp: 1186284 MS 2010/0038505-2,

Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 23/11/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/12/2010). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. PREPARO NÃO DEMONSTRADO.CURADOR ESPECIAL DE LITIGANTEREVEL. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUNÇÃO ACERCA DAASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.PRECEDENTES. NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. MULTA DO ART.557,§ 2º, DOCPC. RECURSO IMPRÓVIDO. (AgRg no AG 1.148.322/RJ, Rel. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 15/10/2009). Nesse contexto, indefiro o pedido de concessão da gratuidade judiciária à parte embargante citada por edital. Recebo os embargos sem efeito suspensivo (CPC, art. 919). A seguir, intime-se a Embargada para, querendo, impugnar os embargos no prazo de 15 (quinze) dias (art. 920, I, CPC). Publique-se. Intimem-se.

ADV: LORENA LOUISE VITORIANO MENDES (OAB 6052/AC), ADV: MICHELI SANTOS ANDRADE (OAB 5247/AC), ADV: JOÃO LUCAS DE MESQUITA LOPES (OAB 5213/AC) - Processo 0713818-39.2021.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - AUTOR: Apoio Rural Agropecuária Ltda - RÉU: Jonas Leandro de Souza - Dá a parte Requerida por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso, nos termo do art. 1.010, § 1º, do CPC/2015.

ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/RO), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0714335-20.2016.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. - RÉU: Eduardo do Nascimento Juca - A parte exequente requereu a utilização do Renajud, no intuito de descobrir se existe bens em nome do executado passíveis de penhora. Defiro a pesquisa de veículos no sistema Renajud, em nome da parte executada, caso haja veículos em nome dela, e sem reserva de domínio à terceiros, que seja anotada a restrição de transferência. Em seguida, caso seja positiva a pesquisa, intime-se a parte exequente para requerer o que for de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ) - Processo 0715893-17.2022.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - CREDOR: Banco do Brasil S/A. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 308/319.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0716340-68.2023.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 69/75.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0718422-72.2023.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado de pesquisa de endereço de fls. 58/62.

2ª VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO THAÍS QUEIROZ B. DE OLIVEIRA A. KHALIL
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MINÉIA LEMOS RIBEIRO ALBUQUERQUE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0364/2024

ADV: RENATO DE PAULA LINS (OAB 4280/AC), ADV: PAULA SUELLEN DA SILVA BRANDÃO DO NASCIMENTO (OAB 5043/AC), ADV: KEILA MARIA DA SILVA MELO (OAB 5022AC /), ADV: VANUZA MARIA FELIX DOS REIS FEITOSA (OAB 4019/AC) - Processo 0002627-24.2010.8.01.0001 (001.10.002627-4) - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Aletuzia Mesquita da Rocha - REQUERIDO: Anastácia Nogueira da Conceição - CONFINANTE: Zelinda Carvalho de Mesquita - Edvaldo Gonçalves da Silva - Oscar Pereira dos Reis - INTRSDO: Município de Rio Branco - Estado do Acre - Procuradoria da União no Estado do Acre - Compulsando os autos verifico que ainda pende a citação do confinante Edvaldo Gonçalves da Silva, proprietário do lote 16 (lado direito do lote que a requerente alega ser proprietária), não tendo sido possível consulta de seu paradeiro nos sistemas disponíveis uma vez que a autora não apresentou a qualificação adequada do confinante, sendo necessário seu CPF para as consultas, restringindo-se a requerer sua citação por edital. Não obstante, considerando ser responsabilidade do autor da ação de usucapião a citação dos confinantes (art. 246, §3º do CPC), o que demanda sua exata qualificação, indefiro o pedido de citação por edital, pois sequer há adequada qualificação do interessado, cabendo ao autor diligenciar junto aos cadastros públicos, a exemplo do registro do imóvel junto a prefeitura, para indicar os dados necessários e promover a citação. Assim, determino ao autor que apresente o CPF do confinante Edvaldo Gonçalves da Silva no prazo de 15 dias. Intimem-se.

ADV: JOÃO OTAVIO PEREIRA (OAB 441585/SP), ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 19086AA/C) - Processo 0700087-68.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - AUTORA: Tania de Alcantara Fernandes - RÉU: Banco C6 Consignado S/A - Diante dos fundamentos expostos, julgo improcedentes os pedidos formulados por Tania de Alcântara Fernandes em face de Banco C6 Consignado S.A, declarando a extinção do processo, com análise do mérito (art. 487, I, CPC). Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixando-os em 10% sobre o valor atualizado da causa, considerando a rápida tramitação e ausência de complexidade (art. 85, § 2º, CPC). Suspendo a exigibilidade da obrigação porque houve concessão de gratuidade judiciária ao autor (art. 98, § 3º, CPC). Publique-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: JOÃO OTAVIO PEREIRA (OAB 441585/SP) - Processo 0700280-83.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Marlucia Santos de Aguiar - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A. - Diante dos fundamentos expostos, julgo improcedentes os pedidos formulados por Marlucia Santos de Aguiar em face do Banco do Brasil S/A , declarando a extinção do processo, com análise do mérito (art. 487, I, CPC). Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixando-os em 10% sobre o valor atualizado da causa, considerando a rápida tramitação e ausência de complexidade (art. 85, § 2º, CPC). Suspendo a exigibilidade da obrigação porque houve concessão de gratuidade judiciária ao autor (art. 98, § 3º, CPC). Publique-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: GIOVAL LUIZ DE FARIAS JÚNIOR (OAB 4608/AC), ADV: FABRINA MARIA FREIRE ALVES DE VASCONCELOS MAIANI (OAB 20208/CE) - Processo 0701031-70.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - AUTORA: Aurenice Barbosa Farias Brilhante - RÉU: Grêmio dos Servidores Públicos - Gsp - Diante dos fundamentos expostos JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados por AURENICE BARBOSA FARIAS BRILHANTE em face de GRÊMIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - GSP. Declaro a extinção do processo, com análise do mérito (art. 487, I, CPC). Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 12% (quinze por cento) sobre o valor da causa (art. 85, §2º CPC). Para tanto, levo em consideração a baixa complexidade da causa, a ausência de instrução processual e a rápida tramitação. Suspendo a exigibilidade em relação a autora, que é beneficiária da justiça gratuita (art. 98, § 3º, CPC). Publique-se. Intime-se. Ao final, em não havendo outras solicitações, arquive-se.

ADV: ADRIANO DOS SANTOS IURCONVITE (OAB 216464S/P), ADV: LÚCIO DE ALMEIDA BRAGA JÚNIOR (OAB 3876/AC), ADV: ESTEVAN SOLETTI (OAB 3702/RO), ADV: MAURICIO VICENTE SPADA (OAB 4308/AC), ADV: JOSIANE DO COUTO SPADA (OAB 3805/AC), ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ) - Processo 0702421-46.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - AUTOR: J.E.N.S. - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Cooperativa de Crédito e Investimentos do Acre - Sicoob Acre - 1) Em que pese o demandante repetidamente faça referência aos rendimentos da clínica particular da qual é sócio e indique média de lucro mensal de R$3.176,07, não trouxe aos autos qualquer documentação que ratifique tal narrativa, o que impede a aferição de sua renda e análise da preservação ou não do mínimo existencial na hipótese. 2) Dito isso, determino que a parte autora traga aos autos cópias de suas declarações de imposto de renda dos últimos 05 anos, bem como do balanço patrimonial da referida empresa, referente ao mesmo interregno, no prazo de 15 dias. 3) Após, manifestem-se os requeridos no prazo comum de 15 dias. 4) Anoto que a resistência injustificada ao cumprimento das determinações judiciais é conduta que prejudica o andamento do processo, gerando desnecessárias reiterações de atos, abertura de prazos e consequente morosidade na entrega da prestação jurisdicional. Tal comportamento se amolda ao disposto no inciso IV do art. 77 do Código de Processo Civil e é passível de punição por ato atentatório à dignidade da justiça. 5) Dispensável o encaminhamento dos autos à conclusão entre o cumprimento dos itens 2) e 3), devendo a Cepre observar a sequência neles definida. 6) Cumpridas as disposições supra, voltem os autos conclusos para sentença.

ADV: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS (OAB 415428/SP), ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/AC), ADV: RODRIGO ALMEIDA CHAVES (OAB 4861/AC) - Processo 0703652-40.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: União Educacional do Norte - REQUERIDO: Alef Cristian Araújo Praxedes - 1) Considerando que é dado ao juiz tentar conciliar as partes a qualquer tempo, agendo audiência conciliatória para 30 de agosto de 2024, às 11h30min, a realizar-se em meio híbrido (as partes e advogados que optarem pela videoconferência devem acessar o link meet.google.com/fsy-jmht-nqh). As partes serão intimadas para o ato por meio dos patronos constituídos nos autos (observe-se que o réu é assistido pela Defensoria Pública). 2) Caso infrutífera a conciliação, inclusive em razão da ausência de qualquer das partes, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: RODRIGO ALMEIDA CHAVES (OAB 4861/AC), ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/AC), ADV: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS (OAB 415428/SP) - Processo 0703652-40.2024.8.01.0001

- Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: União Educacional do Norte - REQUERIDO: Alef Cristian Araújo Praxedes - Ato Ordinatório Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência Conciliação do art. 334 CPC, designada para o dia 30/08/2024, às 11h30min, a realizar-se em meio híbrido.No dia e horário agendados, se qualquer das partes e advogados que optarem pela VIDEOCONFERÊNCIA, deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/fsy-jmht-nqh, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto.

ADV: RODRIGO ALMEIDA CHAVES (OAB 4861/AC), ADV: EDUARDO LUIZ SPADA (OAB 5072/AC), ADV: JOSIANE DO COUTO SPADA (OAB 3805/AC), ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/RO) - Processo 0704157-65.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Pedro Beyruth Santos - REQUERIDO: UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA - Pedro Beyruth Santos, representado pela genitora Roberta da Silva Beyruth Borges Santos, ajuizou ação em face de Unimed Rio Branco Cooperativa de Trabalho, informando que o demandante é portador de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Hipotonia Moderada. Discorre que o Instituto Iluminar presta atendimento de psicologia, fonoaudiologia e terapia ocupacional. Contudo, a psicoterapia não é individualizada, não existe plano terapêutico e a psicóloga responsável propôs encerrar o tratamento, dando “alta” ao demandante. Assevera que em consulta a uma nova neuropediatra, esta observou algumas lacunas de aprendizagem, em razão da falta de finalização de alguns objetivos no método Denver. Afirma que não há supervisão semanal do tratamento e análise para uma orientação mais profícua. Segundo a psicóloga responsável, só haveria supervisão se houvesse uma maior demanda. Os genitores arcam com o pagamento de supervisão mensal, acrescendo o tratamento já requestado ao menor, contudo, tal custo tem onerado o orçamento familiar. Aduzem que o autor já foi atendido por quatro fonoaudiólogos, mas nenhum destes é capacitado, vez que não inseriam plano de intervenção e treinamento parental. Por fim, milita que o demandante seja atendido por uma fonoaudióloga especialista em motricidade oral, além deste ser assistido por uma profissional supervisora, contudo, em razão da ausência de um plano de intervenção e treinamento parental, a criança está sem terapia ocupacional. Diante desses fundamentos, a autora solicita: gratuidade judiciária; inversão do ônus da prova; tutela de urgência para compelir o réu a mudar a clínica Instituto Iluminar para a Origami - Centro de Desenvolvimento, além da demandada arcar com os custos da fonoterapia; confirmação da tutela provisória de urgência para compelir o réu a modificar a clínica que oferece tratamento; e condenação do requerido ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais. Juntou aos autos instrumento procuratório e documentos (pp. 12/82). Decisão às pp. 83/86 recebendo a inicial, deferido a justiça gratuita, invertendo o ônus da prova, indeferindo o pedido de tutela de urgência e determinado a citação da ré às pp. 83/86. Contestação às pp. 177/189 em que a ré não suscitou preliminares e, no mérito, afirmou que disponibiliza todos os tratamentos e atendimentos necessários ao autor, não havendo qualquer negativa de cobertura, bem como que a utilização da rede descredenciada e de forma particular decorreu de opção pessoal dos genitores do autor. Alega, ainda, que os próprios genitores do autor não permitem que o tratamento sequer seja iniciado na rede credenciada, não havendo qualquer justificativa para sua responsabilização. Complementa informando que o plano de saúde do requerente é de abrangência local e que a clínica pleiteada é de Minas Gerais, não havendo cobertura. Juntou documentos às pp. 190/373. Réplica às pp. 384/412 em que a parte autora reitera os termos iniciais, aduz que a ré apenas autorizou parte dos procedimentos após a citação, bem como que os pais seguem orientações de profissionais qualificados para a definição do tratamento, não sendo sua conduta baseada em vontades pessoais. Afirma que o método Denver exige psicoterapia intensiva de 10 horas semanais, no mínimo, ou que o analista comportamental indicar, ao passo que a demandada oferece apenas 38 minutos por semana, em horários que colidem com o horários escolar da criança. Postulou produção de provas para que seja oficiado o Conselho de Medicina, Psicologia, Fonoaudiologia e Fisioterapia para que informe se existe resolução ou parecer sobre a qualificação mínima de profissionais que atuem com ABA e quais seriam os credenciados no Acre, bem como a oitiva de testemunhas e a realização de perícia para constar se o tratamento está sendo disponibilizado pelo Plano de maneira correta e adequada ao menor. Juntou documentos às pp. 413/499. Manifestação do réu às pp. 503/515 informando a qualificação dos profissionais que integram a rede credenciada, juntando os documentos das qualificações, bem como indicando os tratamentos que vêm sendo rotineiramente ofertados ao demandante. Nova manifestação do autor às pp. 547/548 aduzindo a juntada intempestiva dos documentos e requerendo o seu desentranhamento ante a preclusão. É o relatório. Decido. 1) Rejeito a impugnação do autor à juntada dos documentos de pp. 516/541, uma vez que a parte ré os trouxe aos autos justamente para exercer contraditório em face das alegações autorais formuladas em réplica e que foram acompanhadas de prova documental. Assim, não há preliminares a serem apreciadas e não há pendência processual, as partes são legítimas, há interesse processual e estão presentes os pressupostos de existência e desenvolvimento válido e regular do processo. O feito está em ordem, não havendo qualquer vício a ser sanado, razão porque o declaro saneado. 2) A lide não encerra matéria unicamente de direito e houve requerimento de produção de provas pelo autor. Fixo os pontos controvertidos da lide, a fim de que sejam esclarecidos: a) se os profissionais e estabelecimentos credenciados da parte ré na cidade de Rio Branco/AC são habilitados para acompanhar o tratamento do autor; b) se o tratamento do autor está adequado à prescrição médica apresentada; c) se há cobertura contratual para atendimento em rede credenciada situada fora do Estado do Acre, ainda que de forma remota. 3) Em razão da inversão do ônus da prova, competirá ao réu a prova dos pontos controvertidos. 4) Indefiro a expedição de ofício requerida pelo autor para que os Conselhos Profissionais indiquem se há resolução ou orientação sobre a qualificação dos profissionais que operam com o método ABA, pois se trata de diligência que pode ser adotada diretamente pela parte, sem necessidade de intervenção judicial. Indefiro, ainda, a produção de prova testemunhal e pericial, pois a elucidação dos pontos controvertidos exige exclusivamente prova documental. Desse modo, anuncio o julgamento antecipado do pedido. Antes, determino a intimação do Ministério Público para manifestação. Em seguida, os autos devem retornar conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0704883-05.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: B.A.C. - REQUERIDO: A.R.C.M. - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de 01 (um) mandado(s), compreendendo o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos), por cada mandado, totalizando o valor de R$ 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos). A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0705173-20.2024.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - REQUERIDA: Ana Carolina da Silva Torres Almeida - Ailton Almeida da Silva - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/RO), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC), ADV: WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS (OAB 3807/AC), ADV: PHILIPPE UCHÔA DA CONCEIÇÃO (OAB 5665/AC) - Processo 0706149-61.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - AUTOR: Leonicio da Silva Ribeiro - REQUERIDO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - Maria de Lourdes Soares Gomes Ribeiro - Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de indenização por danos morais ajuizada por Leonicio da Silva Ribeiro, representado por sua curadora Leilane Lima Ribeiro, em face da Companhia de Eletricidade do Acre - ENERGISA e Maria de Lourdes Soares Gomes Ribeiro. Afirma o autor que foi casado com a segunda requerida por 10 (dez) anos, sendo que esta detinha sua curatela porque é incapaz, portador de esclerose múltipla, não praticando atos da sua vida civil. Prossegue aduzindo que em junho de 2019 as partes se separaram e a afilha do autor, Sra. Leilane Lima Ribeiro, ingressou com ação de modificação de curatela para que passasse a ser sua representante, o que restou deferido em juízo. Diz que o curatelado já está separado de fato da segunda requerida desde 2019, tendo o divórcio já sido declarado em juízo. Aduz, então, que tem recebido ligações da primeira requerida cobrando valores referentes a unidade consumidora localizada em Cruzeiro do Sul, suscitando que a ordem de abertura teria sido dada pela segunda requerida, usufruindo do nome do autor para beneficiar pessoas de sua família. Anota que já promoveu o cancelamento da ligação da energia da localidade, porém segue sendo cobrado por dívidas anteriores, razão pela qual requereu a declaração de inexistência do débito e a condenação das requeridas em danos morais. Juntou procuração e documentos às pp. 12/34. Decisão às pp. 35/36 recebendo a inicial, deferindo a assistência judiciária gratuita ao autor, invertendo o ônus da prova e determinando a citação das rés. Contestação da ré Energisa às pp. 81/91 aduzindo a falta de interesse de agir por ausência de provocação administrativa, a carência de ação também por falta de interesse de agir por não ter havido negativação e em razão da dívida ser exigível. No mérito, alega que a dívida é exigível, tendo a ligação sido requerida pelo próprio curatelado em 2008 para pessoa identificada como seu irmão (Leomir da Silva Ribeiro), tendo o próprio curatelado apresentado os documentos necessários quando da ligação. Juntou documentos às pp. 92/98. Réplica às pp. 102/107 em que a parte autora refuta as preliminares suscitadas, enquanto no mérito reitera a petição inicial, afirmando que não houve diligências quando da ligação da unidade para verificar se o autor era incapaz, pugnando pela transferência dos débitos para a segunda requerida. Contestação da segunda requerida às pp. 122/124 alegando sua ilegitimidade passiva vez que já restou comprovado que a ligação da unidade consumidora beneficiou irmão da parte autora, não tendo qualquer relação com a requerida ou com familiares seus. Réplica às pp. 135/136 em que o autor se restringiu a reiterar os termos da inicial, alegando que a segunda requerida não comprovou que a unidade consumidora seria responsabilidade do irmão do curatelado. É o relatório. Decido. 1) Rejeito a preliminar de falta de interesse de agir suscitada

pela Energisa em razão da ausência de tentativa de resolução administrativa da lide, uma vez que tal providência não é condicionante do acesso à jurisdição. Também não assiste razão ao réu quanto à preliminar de carência da ação por não haver comprovação de negativação da parte autora, uma vez que a inicial sequer discute negativação, se restringindo a postular a inexistência da dívida que vem sendo administrativamente cobrada. Rejeito, de igual modo, a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pela ré Maria de Lourdes Soares Ribeiro, pois eventual conclusão sobre sua irresponsabilidade em relação aos fatos aduzidos pelo autor demanda análise meritória e enseja improcedência do pedido e não sua ilegitimidade para integrar a lide. Com tais providências, declaro o feito saneado, concluindo que as partes são legítimas, há interesse processual e estão presentes os pressupostos para o válido prosseguimento do feito. 2) Considerando que não houve pedido de dilação probatória por nenhuma das partes na forma dos itens 4 e 6 das pp. 35/36, o feito comporta julgamento antecipado. Antes, porém, intime-se o Ministério Público do Estado do Acre para manifestação no prazo de 30 dias, em respeito ao art. 178, II do CPC. Em seguida, os autos devem retornar conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: THIAGO AMADEU NUNES DE JESUS (OAB 47341GO), ADV: ELLEN CRISTINA GONÇALVES PIRES (OAB 4613/AC) - Processo 0706610-96.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Forbisclei Soares Barbosa - REQUERIDO: Will Financeira S/A - Pelo exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados por FORBISCLEI SOARES BARBOSA em face de WILL FINANCEIRA S/A, e extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% do valor da causa ante a baixa complexidade do feito, conforme art. 85 do Código de Processo Civil. Suspendo a exigibilidade do pagamento das referidas verbas, entretanto, pelo prazo previsto no art. 98, § 3º, do CPC, dada a gratuidade da justiça que lhe foi concedida. Publique-se. Intimem-se. Ao final, em não havendo outras solicitações, arquivem-se.

ADV: BRUNO LUIZ DE SOUZA NABARETTE (OAB 15519/MS), ADV: TIAGO DOS REIS FERRO (OAB 13660/MS) - Processo 0706611-81.2024.8.01.0001 - Monitória - Contratos Bancários - AUTOR: Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas ¿ Sicredi Biomas - REQUERIDO: Arthur da Silva Lima - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 3600/AC) - Processo 0706834-34.2024.8.01.0001 - Monitória - Contratos Bancários - AUTOR: Banco Bradesco S.A - REQUERIDO: J A M Martins - Janalice Araujo de Moura - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca das cartas de citação/intimação negativas, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0707281-22.2024.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - REQUERIDA: Beatriz de Lima Chaves - Sandra de Lima Vaz - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0707289-96.2024.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - REQUERIDA: Gabriella Gomes Rodrigues Rios - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0707299-43.2024.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - REQUERIDO: Anderson Feitoza Gonçalves - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 22696A/MS), ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0708806-73.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Maria Audenice Araujo Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da parte autora em desfavor de BANCO BRADESCO S.A., declarando a extinção do processo, com análise do mérito, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados, com esteio no artigo 85,§ 2º, do CPC, em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ante a baixa complexidade da demanda. Suspendo a exigibilidade do pagamento, na forma do art. 98, § 3º, CPC dada a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita em favor da demandante. Publique-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/RO), ADV: CELIA DA CRUZ BARROS CABRAL FERREIRA (OAB 2466/AC), ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/RO) - Processo 0709986-27.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - AUTOR: Wenedy Marcelo de Lima - Geraldina de Lima e Lima - REQUERIDA: Lurdes Gomes de Morais - Diante dos fundamentos expostos JULGO PROCEDENTES os pedidos para condenar a ré Lurdes Gomes de Morais a pagar à autora a importância de R$10.000,00 (dez mil reais), a título de indenização por danos morais, sujeita à correção monetária pelo INPC a partir desta data e juros de 1% ao mês, a contar da citação. Declaro a extinção do processo, com análise do mérito (art. 487, I, CPC). Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em 12% sobre o valor da condenação, nos termos do §2º do art. 85 do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a mediana complexidade do feito, o alto zelo dos profissionais que atuaram e a rápida tramitação.Suspendo a exigibilidade da obrigação em razão da gratuidade judiciária que ora defiro em favor da ré (art. 98, § 3º, CPC). Publique-se. Intimem-se. Ao final, em não havendo outras solicitações, arquivem-se.

ADV: EDUARDO LUIZ SPADA (OAB 5072/AC), ADV: MAURICIO VICENTE SPADA (OAB 4308/AC), ADV: JOSIANE DO COUTO SPADA (OAB 3805/AC), ADV: FRANCISCO MACIEL CARDOZO FILHO (OAB 809/AC) - Processo 0711237-80.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - AUTORA: Rosemeyre da Silveira Costa Cunha - RÉU: UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA - Diante do exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados por Rosemeyre da Silveira Costa Cunha em face de UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA, extinguindo o feito, com análise do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 12% sobre o valor corrigido da causa, em razão da relativa complexidade do feito, grau de zelo dos profissionais que nele atuaram e tempo de tramitação. Suspendo a exigibilidade das verbas em razão da gratuidade da justiça que lhe foi deferida, art. 98, § 3º, CPC. Publique-se. Intimem-se. Ao final, em não havendo outras solicitações, arquivem-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0711363-09.2018.8.01.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - AUTOR: Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A - RÉU: João Carlos Freitas Vale - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 3400/AC) - Processo 0712462-72.2022.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - CREDOR: Bradesco Saúde S/A - DEVEDOR: Ferreira & Oliveira Ltda (Razão Social Anterior: A P Ferreira Junior - Nome Fantasia: Wi Home) - REPTE: Aguinaldo Passos Ferreira Júnior - Ilaiale de Oliveira Pereira Passos - Vistos em Correição. Atenda-se ao que foi solicitado à p. 149. Para tanto, concedo ao credor o prazo de cinco dias para demonstrar o recolhimento da taxa de diligência externa.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 3844/AC) - Processo 0712481-10.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. - REQUERIDO: Ronaldo Braga de Oliveira - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de 01 (um) mandado(s), compreendendo o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos), por cada mandado, totalizando o valor de R$ 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos). A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

ADV: JULIANA CAOBIANCO QUEIROZ MATEUS ZANOTTI (OAB 3729/AC), ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/RO), ADV: FLAVIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA - Processo 0714471-70.2023.8.01.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Maria Célia Nascimento Braga - REQUERIDO: Airton de Almeida - Trata-se de pedido de reintegração de posse formulado por Maria Célia Nascimento Braga em face de Airton de Almeida, aduzindo a autora que tem a posse e a propriedade de área localizada na Estrada de Porto Acre, Km 14, Ramal Boa Água, Colônia São João, Projeto Quixadá, em Rio Branco/AC, a qual teria sido invadida pelo requerido em maio de 2020. Prossegue afirmando que a invasão recai sobre 142 (cento e quarenta e dois) metros quadrados de fundo e 7,5 (sete e meio) metros quadrados de frente do seu imóvel, bem como afirma que o fato gerou boletim de ocorrência e tentativa amigável de resolução do litígio, mas sem sucesso. Razão disso pugnou pela reintegração na posse da área, com a consequente ordem de desfazimento de construções e cercas do réu dentro do seu terreno, pugnando ainda pela demarcação das terras. Formulou na

petição inicial pedido de produção de prova pericial e juntou documentos às pp. 7/32. Decisão às pp. 33/34 recebendo a inicial, deferindo a justiça gratuita e determinando a citação do réu. Contestação às pp. 39/45 em que o réu aduziu, preliminarmente, a falta de interesse de agir uma vez que a discussão posta na inicial é de domínio, e não de posse, indicando que a autora deveria ter ajuizado ação reinvidicatória, considerando que não foi sequer alegado pela autora que exercia posse anterior da área a justificar reintegração. Ainda preliminarmente, aduziu a impossibilidade jurídica de cumulação de pedido possessório com pedido demarcatório, pois a ação demarcatória pressupõe confusão quanto aos limites das áreas, o que afasta a alegação de esbulho uma vez que a esbulhada sequer tem certeza de qual área lhe pertence. No mérito, defendeu que a autora não demonstrou a posse prévia do bem, requerendo sua improcedência. Postulou que seja realizada perícia topográfica pelo INCRA ou por outro órgão para definição dos limites das áreas. Juntou documentos às pp. 46/69. Réplica às pp. 76/78 em que o autor reiterou as alegações iniciais e refutou as preliminares suscitadas pelo réu. É o relatório. Decido. 1) De plano, rejeito a preliminar de falta de interesse de agir suscitada pelo réu, uma vez que a petição inicial é clara ao indicar que a autora alega ser proprietária e possuidora direta de imóvel que alega estar sendo turbada, mas formulou pedido exclusivamente para proteção da posse, restringindo-se os contornos da lide ao pedido formulado. Quanto à preliminar de impossibilidade jurídica do pedido de cumulação de ação demarcatória com ação possessória, tenho que não há tal cumulação nos autos, pois conforme já assentado o pedido formulado na petição inicial é exclusivamente de manutenção de posse. A dialética processual revelou dissenso entre as partes sobre os limites de seus imóveis, mas considerando que o objeto da lide é tão somente a proteção da posse que a autora afirma que exercia integralmente antes dos atos de turbação praticados pelo réu, a atuação jurisdicional será restrita à aferição sobre se a autora efetivamente perdeu parte da posse anteriormente exercida, sem qualquer definição a respeito dos limites entre os imóveis. Sendo assim, rejeito também essa preliminar e, verificando que as partes são legítimas, que há interesse processual e que estão presentes os pressupostos de constituição e prosseguimento válido do processo, declaro-o saneado. 2) Há pontos fáticos controvertidos que impedem o julgamento antecipado do pedido, quais sejam: a) se a autora exerceu a posse sobre a integralidade da área objeto da lide; b) se o réu praticou atos de turbação à posse da autora, exercendo a posse sobre parte do imóvel objeto da lide; c) se a autora manteve a posse da área remanescente, apesar da turbação. 3) A questão de direito controvertida é se houve turbação à posse da autora. 4) Mantenho a regra ordinária de distribuição do ônus da prova, atribuindo à autora o ônus de provar os fatos controvertidos relacionados no item 2. 3) Ambas as partes solicitaram a produção de prova pericial a ser realizada pelo Incra, a fim de indicar quais são os exatos limites entre os imóveis e se o réu está exercendo posse sobre área de titularidade da autora. Defiro a produção da prova, vez que pertinente à elucidação dos pontos de controvérsia. Para tanto, determino que seja remetido ofício ao Incra, solicitando que realize visita ao local e, na presença de ambas as partes, aponte os limites exatos de divisão entre seus imóveis e informe se o réu tem exercido atos de posse dentro do imóvel de titularidade da autora. O relatório deverá ser enviado ao juízo no prazo de trinta dias. 4) Vindo aos autos o relatório do Incra, intimem-se as partes para manifestação no prazo comum de dez dias e, em seguida, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: MARCELA NERI C. ALVES DOS SANTOS (OAB 126424/MG), ADV: ITALO SCARAMUSSA LUZ (OAB 9173/ES) - Processo 0715934-47.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - AUTOR: Genival Cerqueira Alves - RÉU: Banco do Brasil S/A. - Diante dos fundamentos expostos, julgo improcedentes os pedidos iniciais e declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor da causa, nos termos do §2º do art. 85 do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a mediana complexidade do feito, o alto zelo dos profissionais que atuaram e a rápida tramitação. Suspendo a exigibilidade da obrigação em razão da gratuidade judiciária deferida ao autor (art . 98, § 3º, CPC). Publique-se. Intimem-se. Ao final, em não havendo outras solicitações, arquivem-se.

ADV: ITALO SCARAMUSSA LUZ (OAB 9173/ES), ADV: JOÃO THOMAZ P. GONDIM (OAB 5760/AC), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5021/AC), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: CLAUDIA MARIA DA FONTOURA MESSIAS SABINO (OAB 3187/AC) - Processo 0717748-94.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - AUTOR: Mário Jorge Ferreira da Silva - RÉU: Banco do Brasil S/A AG 0071 - Pagseguro Internet Instituição de Pagamento S/A - Banco Bradesco S/A - Diante dos fundamentos expostos, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados por Mário Jorge Ferreira da Silva em face de Banco Bradesco S/A, Banco do Brasil S/A AG 0071 e Pagseguro Internet Instituição de Pagamento S/A Declaro a extinção do processo, com análise do mérito (art. 487, I, CPC). Condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em 11% sobre o valor da atualizado da causa, nos termos do §2º do art. 85 do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a mediana complexidade do feito, o alto zelo dos profissionais que atuaram e a rápida tramitação. Publique-se. Intimem-se. Ao final, em não havendo outras solicitações, arquivem-se.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO THAÍS QUEIROZ B. DE OLIVEIRA A. KHALIL
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MINÉIA LEMOS RIBEIRO ALBUQUERQUE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0363/2024

ADV: ALEXA CRISTINA PINHEIRO ROCHA DA SILVA (OAB 3224/RO), ADV: RODRIGO AIACHE CORDEIRO (OAB 2780/AC), ADV: YTIOLE ANTUNES (OAB 4364/AC), ADV: ARTHUR MESQUITA CORDEIRO (OAB 4768/AC) - Processo 0002189-27.2012.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - CREDOR: Oliveira & Cia Ind. Com. Imp. Exp. Ltda - DEVEDOR: Adilson Tavares da Silva - 1) O devedor alegou que o valor bloqueado via Sisbajud refere-se ao seu benefício previdenciário, verba impenhorável à luz do art. 833, IV, do CPC. Os documentos das pp. 247/257 demonstram que houve diligência de bloqueio de valores através do Sisbajud com ordem de repetição programada que se estendeu até 31 de julho de 2024 e culminou no bloqueio total de R$1.257,62, dos quais R$1.236,00 foram bloqueados em 02 de julho perante o Banco Crefisa S.A e R$21,62 na mesma data, perante a Caixa Econômica Federal. Os extratos apresentados pelo executado às pp. 266/267 revelam que em 27 de junho de 2024 foram creditado R$1.412,38 referentes a benefício previdenciário. Antes disso, o saldo bancário era de R$0,38, deixando claro que realmente a constrição perpetrada em 02 de julho, no valor de R$1.236,00, afetou o benefício impenhorável, conforme art. 833, IV, do CPC. Em relação ao bloqueio de R$21,62 ocorrido junto à Caixa Econômica Federal, é irrisório frente ao total devido. Sendo assim, defiro o pedido do executado, determinando o imediato desbloqueio de todo o montante bloqueado através do Sisbajud. 2) Cumpra-se o item 3 da p. 244. Intimem-se.

ADV: JORGE DONIZETI SANCHEZ (OAB 73055/SP) - Processo 0712401-46.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: A.C.F.I. - RÉU: R.P.A. - Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda requereu contra Reginaldo Portela de Araujo busca e apreensão liminar de bem alienado fiduciariamente, em conformidade com o disposto no Decreto Lei n.º 911/69. Há prova de que a parte devedora foi constituída em mora, em face do não cumprimento das obrigações contratadas e garantidas por pacto adjeto de alienação fiduciária, razão pela qual concedo liminarmente a busca e apreensão do bem dado em garantia, devendo o depósito recair em mãos da parte autora e o bem mantido nesta cidade de Rio Branco Acre, no aguardo de iniciativa da parte devedora em reavê-lo mediante o pagamento da dívida (Decreto-Lei n.º 911/69, artigo 3º, caput, e § 2º). Decorridos cinco dias da execução da liminar de busca e apreensão, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, quando então estará autorizado a vender o bem a terceiros independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, visando a satisfação de seu crédito, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato (Lei n.º 4.728/65, artigo 66-B acrescido pela Lei n.º 10.931, de 2.8.2004, c.c. artigo 2º do Decreto-Lei n.º 911/69, alterado pela Lei nº 13.043, de 2014). Em caso de alienação do bem apreendido, o credor deverá prestar contas ao devedor acerca do valor apurado, entregando-lhe, se houver, após o pagamento do seu crédito, o saldo remanescente (Decreto-Lei n.º 911/69, artigo 2º, caput). Providencie a Escrivania: I expeça-se mandado de busca e apreensão e citação, com a observação de que o prazo para resposta de 15 (quinze) dias fluirá da execução da liminar, sendo que nos primeiros cinco 5 (cinco) dias poderá a parte devedora obter a restituição do bem mediante o pagamento do débito informado na petição inicial, (Decreto-Lei n.º 911/69, com as alterações da Lei n.º 10.931/04, sem prejuízo da garantia ao devido processo legal CF, art. 5º, LIV e LV). No mandado que der cumprimento à busca e apreensão, deverá constar a ressalva de que o devedor deverá entregar o bem e seus respectivos documentos (Decreto-Lei n.º 911/69, artigo 3º, § 14º). II Determino que a secretaria providencie a restrição de circulação sobre o veículo objeto da ação, a efetivar-se por intermédio do RENAJUD e, após a comunicação da apreensão aqui determinada, a retirada do gravame (artigo 3º, § 10º, incisos I e II do referido Decreto- Lei). III Indefiro o pedido de tramitação sob sigilo porque o feito não se amolda a nenhuma das hipóteses do art. 189 do CPC, devendo prevalecer a regra da publicidade dos atos processuais. Exclua-se a respectiva tarja. IV Intimem-se.

ADV: JORGE DONIZETI SANCHEZ (OAB 73055/SP) - Processo 0712401-46.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: A.C.F.I. - RÉU: R.P.A. - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de 01 (um) mandado(s), compreendendo o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos), por cada mandado, totalizando o valor de R$ 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos). A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 3400/AC) - Processo 0712801-60.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: J.S.S. - RÉU: M.C.M. - Banco J Safra S.A requereu contra Manásseis da Cruz Muniz busca e apreensão liminar de bem alienado fiduciariamente, em conformidade com o disposto no Decreto Lei n.º 911/69. Há prova de que a parte devedora foi constituída em mora, em face do não cumprimento das obrigações contratadas e garantidas por pacto adjeto de alienação fiduciária, razão pela qual concedo liminarmente a busca e apreensão do bem dado em garantia, devendo o depósito recair em mãos da parte autora e o bem mantido nesta cidade de Rio Branco Acre, no aguardo de iniciativa da parte devedora em reavê-lo mediante o pagamento da dívida (Decreto-Lei n.º 911/69, artigo 3º, caput, e § 2º). Decorridos cinco dias da execução da liminar de busca e apreensão, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, quando então estará autorizado a vender o bem a terceiros independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, visando a satisfação de seu crédito, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato (Lei n.º 4.728/65, artigo 66-B acrescido pela Lei n.º 10.931, de 2.8.2004, c.c. artigo 2º do Decreto-Lei n.º 911/69, alterado pela Lei nº 13.043, de 2014). Em caso de alienação do bem apreendido, o credor deverá prestar contas ao devedor acerca do valor apurado, entregando-lhe, se houver, após o pagamento do seu crédito, o saldo remanescente (Decreto-Lei n.º 911/69, artigo 2º, caput). Providencie a Escrivania: I expeça-se mandado de busca e apreensão e citação, com a observação de que o prazo para resposta de 15 (quinze) dias fluirá da execução da liminar, sendo que nos primeiros cinco 5 (cinco) dias poderá a parte devedora obter a restituição do bem mediante o pagamento do débito informado na petição inicial, (Decreto-Lei n.º 911/69, com as alterações da Lei n.º 10.931/04, sem prejuízo da garantia ao devido processo legal CF, art. 5º, LIV e LV). No mandado que der cumprimento à busca e apreensão, deverá constar a ressalva de que o devedor deverá entregar o bem e seus respectivos documentos (Decreto-Lei n.º 911/69, artigo 3º, § 14º). II Determino que a secretaria providencie a restrição de circulação sobre o veículo objeto da ação, a efetivar-se por intermédio do RENAJUD e, após a comunicação da apreensão aqui determinada, a retirada do gravame (artigo 3º, § 10º, incisos I e II do referido Decreto- Lei). III Indefiro o pedido de tramitação sob sigilo porque o feito não se amolda a nenhuma das hipóteses do art. 189 do CPC, devendo prevalecer a regra da publicidade dos atos processuais. Exclua-se a respectiva tarja. IV Determino ao autor que preste as informações listadas à p. 71, necessárias à complementação do cadastro das partes, no prazo de dez dias. Intimem-se.

ADV: LENNON DO NASCIMENTO SAAD (OAB 386676S/P) - Processo 0712831-95.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - AUTOR: Fabio dos Santos Mendes - RÉU: Banco Pan S.A - Fabio dos Santos Mendes ajuizou ação contra Banco Pan S.A., alegando que celebraram contrato de financiamento veicular em maio de 2023, ajustando juros remuneratórios de 3,69% ao mês e 54,47% ao ano, mas essas taxas são abusivas porque destoam da média praticada pelo mercado financeiro que ao tempo da contratação eram de 2,08% ao mês e 28,08% ao ano. O autor assevera que, aplicando-se a taxa média de mercado, o valor das prestações seria de R$670,95 e não de R$1.110,69. Além disso, insurge-se em face da cobrança de seguro prestamista, tarifa de registro de contrato e tarifa de cadastro. Diante dos fatos narrados e dos fundamentos jurídicos apresentados, o autor solicita: adesão ao juízo 100% digital; gratuidade judiciária; inversão do ônus da prova; tutela de urgência autorizando o depósito judicial do valor incontroverso das parcelas vincendas, impedindo-se o réu de promover atos restritivos de crédito, mantenho-lhe na posse do veículo e afastando-se a incidência de encargos moratórios; adequação dos juros remuneratórios à média de mercado (2,08% ao mês e 28,08% ao ano), com redução do valor das parcelas para R$670,95, condenando-se o réu à repetição do indébito em dobro; confirmação da tutela de urgência; restituição dos valores pagos a título de tarifa de registro, tarifa de cadastro, tarifa de avaliação, seguro prestamista e IOF, no total dobrado de R$7.936,30; e condenação do réu ao pagamento das verbas de sucumbência. Relatei. Decido. 1) Recebo a petição inicial e defiro o pedido de assistência judiciária gratuita (art. 99 do NCPC). 2) Considerando que a relação existente entre as partes é de consumo e diante da hipossuficiência técnica do autor frente ao réu, além da verossimilhança de suas alegações, defiro o pedido de inversão do ônus da prova, conforme art. 6º, VIII, CDC. 3) Para a concessão de tutela de urgência provisória incidental, a parte há de apresentar elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (CPC, art. 300). Os requisitos em tela são concorrentes, de sorte que a ausência de um deles inviabiliza a pretensão da autora. Por outra, estabelece a Lei Processual Civil no art. 300, §3º, que a tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. No caso em exame a pretensão do autor é de imediata redução do valor das parcelas, impedindo-se o réu de promover atos restritivos de crédito e mantendo-se a posse do veículo. Para tanto, argumenta que há cobrança de juros superiores à média de mercado, além de tarifas abusivas. O autor informa que os juros foram pactuados em 3,69% ao mês e 54,47% ao ano, enquanto a média praticada pelo mercado no período era de 2,08% ao mês e 28,08% ao ano. Contudo, conforme precedentes do STJ, o fato do contrato prever juros em patamar superior à média do mercado não indica, por si só, abusividade (Esp 1.061.530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe de 10/3/2009), admitindo-se a contratação do dobro ou do triplo desse patamar: “A jurisprudência, conforme registrado anteriormente, tem considerado abusivas taxas superiores a uma vez e meia (voto proferido pelo Min. Ari Pargendler no REsp 271.214/RS, Rel. p. Acórdão Min. Menezes Direito, DJ de 04.08.2003), ao dobro (Resp 1.036.818, Terceira Turma, minha relatoria, DJe de 20.06.2008) ou ao triplo (REsp 971.853/RS, Quarta Turma, Min. Pádua Ribeiro, DJ de 24.09.2007) da média. Todavia, esta perquirição acerca da abusividade não é estanque, o que impossibilita a adoção de critérios genéricos e universais. A taxa média de mercado, divulgada pelo Banco Central, constitui um valioso referencial, mas cabe somente ao juiz, no exame das peculiaridades do caso concreto, avaliar se os juros contratados foram ou não abusivos.” Portanto, considerando que as taxas contratadas não superam o triplo da média do mercado, não vislumbro, por ora, a alegada abusividade, o que inviabiliza a pretensão de redução do valor das parcelas ou mesmo de alteração da forma de pagamento para que se dê por meio de depósitos judiciais. Destaco, ainda, que os valores cobrados a título de seguro e demais tarifas que o autor reputa abusivas não impactam de forma relevante no montante total das prestações, tendo ainda sido formulado de repetição do indébito, medida que afasta o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao autor, pois terá o condão de sanar eventual prejuízo material caso se reconheça a procedência do pedido. Sob tais fundamentos, indefiro os pedidos de tutela de urgência. 4) Designo audiência de conciliação para o dia 25 de setembro de 2024, às 07h30minh, a realizar-se presencialmente. Caso as partes ou advogados optem pela videoconferência podem acessar o link meet.google.com/fsy-jmht-nqh. O autor deverá ser intimado para o ato processual por meio do advogado constituído ou da Defensoria Pública, conforme o caso (art. 334, § 3º, CPC). O réu deve ser intimado para a audiência através do mesmo ato da citação. 5) Cite-se o réu, fazendo constar no mandado a ressalva de que o prazo para defesa terá início a partir da da audiência de conciliação ou de mediação ou da última sessão de conciliação (quando qualquer das partes não comparecer ou, caso compareçam, não haja autocomposição); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, I, do CPC; ou na forma prevista no art. 231, nos demais casos (art. 335 do NCPC). Também deverá constar a ressalva de que, se o réu não contestar a ação, será considerado revel, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC). No prazo de defesa, o réu já deverá especificar as provas que pretende produzir, sob pena de preclusão. 6) Advirtam-se as partes de que o comparecimento à audiência de conciliação ou mediação é obrigatório, devendo estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, 9º, CPC). As partes podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, § 10º, CPC). Advirtam-se as partes, ainda, de que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, CPC). Caso infrutífera a conciliação, a partir da audiência terá início o prazo de cinco dias para que o autor complemente o recolhimento das custas processuais, salvo se for beneficiário da justiça gratuita. O não recolhimento ensejará o cancelamento da distribuição. 7) Findo o prazo da defesa, intime-se o autor para manifestação em quinze dias. Caso o réu não apresente contestação, em sendo a hipótese prevista no art. 348 do CPC, deverá o autor especificar as provas que pretende produzir. Caso na contestação o réu alegue fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito do autor, ou ainda qualquer das matérias enumeradas no art. 337 do CPC, ou caso também apresente documentos, o autor deverá se manifestar no prazo assinalado, sendo-lhe permitida a produção de provas (arts. 350, 351 e 437, § 1º, CPC). Em réplica, o autor já deverá especificar as provas que pretende produzir, sob pena de preclusão. 8) Na hipótese do autor instruir a réplica com novos documentos, deverá o réu ser intimado para se manifestar sobre os mesmos, no prazo de quinze dias (art. 437, § 1º, CPC). 9) Cumpridos os itens anteriores, observe o Cartório a contestação e a réplica. Caso alguma das partes tenha postulado dilação probatória, venham os autos conclusos para decisão saneadora (fila decisão). Caso ambas requeiram o julgamento antecipado do mérito, a conclusão deverá ser para sentença (fila sentença). Intimem-se

ADV: PAULO ANDRE CARNEIRO DINELLI DA COSTA (OAB 2425/AC), ADV: PAULO ANDRE CARNEIRO DINELLI DA COSTA (OAB 2425/AC) - Processo 0713038-94.2024.8.01.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Lucimar Maciel de Freitas - Leonilde Oliveira de Araujo - EMBARGADO: Espólio de Eloysa Levy de Barbosa - 1) Determino ao autor que emende a petição inicial, atentando-se às disposições do art. 319, II, do CPC, informando, no prazo de quinze dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC): - o CEP do representante legal do réu. 2) Considerando que os autores mencionaram a propriedade de um mercadinho e um lava jato, reputo inverossímil a alegação de hipossuficiência financeira e concedo à mesma o prazo de quinze dias para que demonstre documentalmente tal condição, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade judiciária. Em igual prazo a autora pode optar por demonstrar o recolhimento da taxa judiciária. Após, conclusos (fila concluso urgente).

3ª VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LEANDRO LERI GROSS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANA CLARA CHAVES MARQUES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0441/2024

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP), ADV: ESTEVAN SOLETTI (OAB 3702/RO) - Processo 0005689-18.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Em Segurança Pública do Estado do Acre - Sicoob Credmac - REQUERIDO: R N Cavalcante (The Best Saúde) - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte, EXTINGO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas baixas.

ADV: RODRIGO AIACHE CORDEIRO (OAB 2780/AC), ADV: SARAH CASTAGNA (OAB 5786/AC) - Processo 0701238-74.2021.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Djalma da Silva - REQUERIDO: Isaac Ronaltti Sarah da Costa Saraiva - Despacho 1 - Trata-se de pedido de penhora de alugueis provenientes de imóvel supostamente pertencente ao devedor (petição de pp. 166/168). Para que o pedido seja apreciado se faz necessária a juntada de documentos que comprovem o contrato de locação ou da propriedade do referido imóvel por parte do devedor, dessa forma, faculto as diligências ao credor. Prazo de 10 dias. 2 - Por sua vez, defiro o pedido de intimação do senhor Osmiro Siqueira de Oliveira Filho, para que no prazo de 15 (quinze) dias, preste informações a esse juízo quanto ao contrato de aluguel que possui com o requerido Isaac Ronaltti Sarah da Costa Saraiva. 3 - Intime-se o credor para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos comprovante de recolhimento da taxa de diligência externa. 4 - Indefiro, neste momento, o pedido de p. 165, uma vez que não restou configurada a má-fé por parte do devedor. 5 - Intime-se.

ADV: GRAZIELA CARDOSO DE ARAUJO FERRI (OAB 184989SP) - Processo 0702163-65.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A. - RÉU: Mario Gaia Nepomuceno Junior - Ante o exposto, com fundamento nos arts. 200, parágrafo único e 485, VIII do CPC, homologo a desistência às p. 183/184, revogo a decisão de pp.148/149, e declaro extinto o processo, sem resolução de mérito. Retire-se a tarja atinente ao pedido liminar, bem como proceda a baixa de eventual restrição junto ao sistema RENAJUD. Sem custas. Intimem-se. Arquivem-se independentemente de trânsito em julgado.

ADV: CARLOS ALEXANDRE MAIA (OAB 5497/AC), ADV: SILVANO DOMINGOS DE ABREU (OAB 4730/RO), ADV: FRANCIANE NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 3769/AC) - Processo 0702241-64.2021.8.01.0001 (apensado ao processo 0712105-29.2021.8.01.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - CREDOR: Pemaza Distribuidora de Autopeças e Pneus Ltda - DEVEDOR: José Edimar Damasceno dos Santos - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de 1 (um) mandado, compreendendo o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos) por cada mandado. A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0702548-47.2023.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - RÉ: Juliana Monteiro da Cruz Vila Nova - Dá a parte por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar bens passíveis de penhora.

ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE), ADV: LILIAN VIDAL PINHEIRO (OAB 340877/SP) - Processo 0702822-45.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Joao Jose Amancio Lima Carvajal - REQUERIDO: Banco Volkswagen S/A - Arquivem-se os autos.

ADV: ITALO SCARAMUSSA LUZ (OAB 9173/ES), ADV: LUIZ MEIRELES MAIA NETO (OAB 2919/AC), ADV: FELIPE HENRIQUE DE SOUZA (OAB 2713/AC) - Processo 0703137-39.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTORA: Solange Maria Rodrigues de Souza - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A. - Ante ao exposto,julgo procedente o pedido formulado por Solange Maria Rodrigues de Souza para condenar o Banco do Brasil S/A ao pagamento de eventual valor vinculado a conta individualizada doPASEPdo requerente, ora omitido pelo requerido, mediante apuração em liquidação de sentença, com a compensação da quantia já levantada pela parte, nos termos da fundamentação. Sobre tais valores, deverá incidir a correção monetária desde as datas das omissões, respeitada a legislação específica acerca doPASEP, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação. Declaro extinto o processo com julgamento de mérito, na forma do artigo 487, inciso I do CPC. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do benefício econômico identificado na liquidação de sentença, nos termos do §2º, do artigo 85, do Código de Processo Civil. Ao final, em não havendo outras solicitações, arquivem-se. Publique-se. Intimem-se.

ADV: ITALO SCARAMUSSA LUZ (OAB 9173/ES), ADV: FELIPE HENRIQUE DE SOUZA (OAB 2713/AC), ADV: LUIZ MEIRELES MAIA NETO (OAB 2919/AC) - Processo 0704043-29.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTOR: Eduardo Barbosa de Andrade - RÉU: Banco do Brasil S/A. - Ante ao exposto,julgo procedente o pedido formulado por Eduardo Barbosa de Andrade para condenar o Banco do Brasil S/A ao pagamento de eventual valor vinculado a conta individualizada doPASEPdo requerente, ora omitido pelo requerido, mediante apuração em liquidação de sentença, com a compensação da quantia já levantada pela parte, nos termos da fundamentação. Sobre tais valores, deverá incidir a correção monetária desde as datas das omissões, respeitada a legislação específica acerca doPASEP, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação. Declaro extinto o processo com julgamento de mérito, na forma do artigo 487, inciso I do CPC. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do benefício econômico identificado na liquidação de sentença, nos termos do §2º, do artigo 85, do Código de Processo Civil. Ao final, em não havendo outras solicitações, arquivem-se. Publique-se. Intimem-se.

ADV: ARIOSMAR NERES (OAB 232751/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 4187/AC) - Processo 0704169-45.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: A.C.F.I. - REQUERIDO: W.G.D.S. - Intime-se pessoalmente a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se no feito, sob pena de abandono. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO MARINS BORGES (OAB 4630/AC) - Processo 0704651-32.2020.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - AUTOR: Casa Empreendimentos Imobiliarios Ltda - RÉU: Erico Batista de Souza - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0704775-10.2023.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - RÉU: Talyson Remulo de Brito Romano - Dá a parte exequente por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado das pesquisas.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0704803-75.2023.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - RÉ: Jakeline Vieira Leite - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá a parte Credora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar nova planilha do débito, contendo o valor da multa e dos honorários advocatícios, indicando, desde logo, bens do devedor suscetíveis de penhora (art.523, § 1° c/c. art. 524, VII, do CPC).

ADV: CRISTY ELLEN VANESSA DO NASCIMENTO FERREIRA (OAB 6131/AC), ADV: JOAO RODHOLFO WERTZ DOS SANTOS (OAB 3066/AC), ADV: WERTZ DOS SANTOS ADVOCACIA E CONSULTORIA LTDA (OAB 149/AC) - Processo 0704970-63.2021.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - AUTOR: INSTITUTO AGUIAS DO SABER LTDA - REQUERIDA: Mariana Batista Montenegro - Emanuel Espindola Fereira - Dá a parte exequente por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado positivo de pesquisa RENAJUD e eventual restrição do veículo.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0705218-58.2023.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - RÉ: Dayviane da Silva Coimbra - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá a parte Credora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar nova planilha do débito, contendo o valor da multa e dos honorários advocatícios, indicando, desde logo, bens do devedor suscetíveis de penhora (art.523, § 1° c/c. art. 524, VII, do CPC).

ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB 11471/PA), ADV: EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR (OAB 29190/DF), ADV: ITALO SCARAMUSSA

LUZ (OAB 9173/ES), ADV: GUILHERME P. DOLABELLA BICALHO (OAB 29145/DF) - Processo 0705935-41.2021.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - AUTOR: Banco do Brasil S/A. - RÉU: Marizete Beserra de Paiva Moraes - AVALISTA: Geuzimar Barreto do Nascimento - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá a parte Credora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar nova planilha do débito, contendo o valor da multa e dos honorários advocatícios, indicando, desde logo, bens do devedor suscetíveis de penhora (art.523, § 1° c/c. art. 524, VII, do CPC).

ADV: WALTER LUIZ MOREIRA MAIA (OAB 3891/AC), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 3594/AC), ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ) - Processo 0706540-26.2017.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Títulos de Crédito - CREDOR: Banco do Brasil S/A. - DEVEDORA: Cleide Maria Oliveira da Cruz Maia - I - Dá as partes por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da pesquisa via sistema Judicial, fica a parte autora intimada apra prazo de 15 (quinze) dias apresente bens a penhora, sob pena de suspensão dos presentes autos

ADV: DANIEL MATHEUS COSTA DE MACEDO (OAB 4335/AC), ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0707353-82.2019.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - RÉU: Israel Amorim Ferreira - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: WANDERLEY ROMANO DONADEL (OAB 78870/MG), ADV: WANDERLEY ROMANO DONADEL (OAB 18703/GO) - Processo 0707360-98.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A. - REQUERIDO: Wilton Francisco dos Santos - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: CELIA DA CRUZ BARROS CABRAL FERREIRA (OAB 2466/AC) - Processo 0708197-95.2020.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Aline Loureiro Barros - REQUERIDO: Carlos Roberto Bertoni Sanches - 1 - Defiro o pedido de pesquisa de bens pelos sistema SISBAJUD programada por 30 dias e RENAJUD, conforme requerido às pp.113. 2 - Efetuada a juntada da diligência, intime-se o credor para indicar bens à penhora, sob pena de suspensão do processo na forma do artigo 921 do CPC. Prazo de 5 dias. 3 - Promova-se a inscrição no SERASAJUD, conforme requerido à p. 113.

ADV: SIGRID BARROS MARTINS (OAB 14696/AM), ADV: OZEIAS DE OLIVEIRA SOBRINHO (OAB 12031/AM), ADV: MARIA FABIANY DOS SANTOS ANDRADE (OAB 4650/AC), ADV: WERTZ DOS SANTOS ADVOCACIA E CONSULTORIA LTDA (OAB 149/AC), ADV: LÚCIO DE ALMEIDA BRAGA JÚNIOR (OAB 3876/AC) - Processo 0708537-73.2019.8.01.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - AUTOR: Cunha Investimentos Ltda - RÉU: MEGA MASTER IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME - Erivelton Araújo Ximenes - Uéverton Henrique de Castro Ximenes - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 10/09/2024, às 08:00h, a realizar-se por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, se qualquer das partes e advogados que optarem pela VIDEOCONFERÊNCIA, deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/rqc-agbi-roi, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Em caso de dúvidas ou dificuldades no acesso, poderão solicitar auxilio através do contato: ligação e whatssapp (68) 3212-8448. À parte que não possua acesso à internet, inviabilizando o acesso a sala virtual, poderá comparecer a sala de audiência desta unidade. Ficam as partes advertidas de que a impossibilidade de comparecimento virtual a audiência, deve ser comunicada ao Juízo, com 5 (cinco) dias de antecedência.

ADV: NELIZE DOS ANJOS FERNANDES (OAB 5915/AC), ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ), ADV: SHARON ISLANY DE FREITAS CHINO CRISANTO (OAB 6692AC) - Processo 0709587-61.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTORA: Cleonice Fernandes da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: THALES ROCHA BORDIGNON (OAB 2160/AC), ADV: EDNEIA SALES DE BRITO (OAB 2874/AC), ADV: GEANE PORTELA E SILVA (OAB 3632/AC), ADV: THALES ROCHA BORDIGNON (OAB 4863/RO), ADV: MARCELO FEITOSA ZAMORA (OAB 4711/AC) - Processo 0709634-74.2020.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - CREDOR: João Lourenço de Souza Gadelha - DEVEDOR: União Educacional do Norte - Despacho Expeça-se alvará judicial do valor remanescente (certidão de p. 272), conforme solicitado na p. 279. Após arquive-se os autos. Intime-se.

ADV: TARSILA CAVALCANTE DE ANDRADE (OAB 53156/PE) - Processo 0709887-23.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - AUTOR: Roobson Levi Tavares dos Santos - RÉU: Banco Santander S.A - Banco Inter S.A - Caixa Econômica Federal - Banco do Brasil - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência de Conciliação do art. 334 CPC, designada para o dia 12/09/2024 às 11:30h, a ser realizada por meio de VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, as partes e advogados que optarem pela videoconferência, deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/gco-bgik-cun, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto.

ADV: SAMARAH REJANY MOTTA LOPES (OAB 3803/AC), ADV: SAMARAH REJANY MOTTA LOPES (OAB 3803/AC), ADV: KAMYLA FARIAS DE MORAES (OAB 3926/AC), ADV: KAMYLA FARIAS DE MORAES (OAB 3926/AC), ADV: KAMYLA FARIAS DE MORAES (OAB 3926/AC), ADV: SAMARAH REJANY MOTTA LOPES (OAB 3803/AC) - Processo 0710805-27.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - AUTORA: Karina Eleuterio de Matos - Erica Cristina de Souza - Elane Cristina Eleutério de Souza - RÉU: Tokio Marine Seguradora S.a - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência de Conciliação do art. 334 CPC, designada para o dia 12/09/2024 às 10:30h, a ser realizada por meio de VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, as partes e advogados que optarem pela videoconferência, deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/gco-bgik-cun, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto.

ADV: LUANA MARIA HALUEN MAIA (OAB 5503/AC), ADV: FLAVIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA, ADV: CELIA DA CRUZ BARROS CABRAL FERREIRA (OAB 2466/AC) - Processo 0711131-60.2019.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Gentil da Silva Melo - REQUERIDA: Rosa Gomes de Souza - Francisco Lidenor de Souza Guerreiro - Companhia de Habitação do Acre - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 09/09/2024, às 08:00h, a realizar-se por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, se qualquer das partes e advogados que optarem pela VIDEOCONFERÊNCIA, deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/rqc-agbi-roi, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Em caso de dúvidas ou dificuldades no acesso, poderão solicitar auxilio através do contato: ligação e whatssapp (68) 3212-8448. À parte que não possua acesso à internet, inviabilizando o acesso a sala virtual, poderá comparecer a sala de audiência desta unidade. Ficam as partes advertidas de que a impossibilidade de comparecimento virtual a audiência, deve ser comunicada ao Juízo, com 5 (cinco) dias de antecedência.

ADV: THIAGO AMADEU NUNES DE JESUS (OAB 47341GO) - Processo 0711833-30.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Dhamela Pinheiro de Lima - REQUERIDO: Brasil Digital Servicos de Informatica e Comercio Ltda - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência de Conciliação do art. 334 CPC, designada para o dia 12/09/2024 às 11:00h, a ser realizada por meio de VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, as partes e advogados que optarem pela videoconferência, deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/gco-bgik-cun, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto.

ADV: GUILHERME PACHER (OAB 60926SC), ADV: GUILHERME PACHER (OAB 60926SC) - Processo 0712506-57.2023.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EMBARGANTE: Cris Multimarcas Comércio de Veículos Ltda - Alessandro Fábio do Patrocínio - EMBARGADO: Banco Volkswagen S/A - Pelo exposto, resolvendo o mérito da causa executiva, extingo o processo de execução, nos termos do inciso II do art. 924 do Código de Processo Civil. Expeça-se o alvará em prol do credor, conforme solicitado às pp. 137/138. Publique-se. Registre e intimem-se, arquivando na sequência..

ADV: JOAO PAULO SARDINHA DOS SANTOS (OAB 21446A/AL) - Processo 0712845-79.2024.8.01.0001 - Monitória - Despesas Condominiais - AUTOR: Condomínio Residencial Via Parque - REQUERIDA: Geruza Bezerra da Cunha - Observe-se que a guia foi emitida para o pagamento de taxa judiciária com previsão de acordo, onde o percentual para aplicação do valor da taxa considera 50% do valor da causa. Contudo, trata-se de ação monitória onde o CPC não prevê a realização de audiência de conciliação.

ADV: JORGE DONIZETI SANCHEZ (OAB 73055/SP) - Processo 0712855-26.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimen-

to Ltda. - REQUERIDO: Faride Gomes Delgado - Observe-se que a guia foi emitida para o pagamento de taxa judiciária com previsão de acordo, onde o percentual para aplicação do valor da taxa considera 50% do valor da causa. Contudo, trata-se de ação de busca e apreensão onde não há previsão legal de audiência de conciliação.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 3594/AC), ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ) - Processo 0713278-64.2016.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - AUTOR: Banco do Brasil S/A. - RÉU: Suporte Assessoria & Consultoria Organizacional Ltda - Hariel da Costa Oliveira - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá a parte Credora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar nova planilha do débito, contendo o valor da multa e dos honorários advocatícios, indicando, desde logo, bens do devedor suscetíveis de penhora (art.523, § 1° c/c. art. 524, VII, do CPC).

ADV: DANILO BRENO PINHO DO NASCIMENTO (OAB 4326/AC), ADV: EMERSON SILVA COSTA (OAB 4313/AC) - Processo 0713630-12.2022.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios - CREDOR: EMERSON SILVA COSTA - DEVEDORA: Terezinha Rodrigues da Silva - Despacho Aguarde-se o julgamento do Agravo de Instrumento n. 1001208-61.2024.8.01.0000.

ADV: CRISTIANE TESSARO - Processo 0713718-50.2022.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - CREDOR: Sicoob Credisul - DEVEDORA: Lilian Castelo Branco de Souza - I - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da pesquisa via INFOJUD, e indicar bens à penhora no prazo de 10 dias sob pena de suspensão dos autos.

ADV: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB 17394/GO), ADV: DANIEL JORDÃO SANTOS DE MELO (OAB 5796/AC), ADV: DIEGO GOES NUNES (OAB 3747/AC), ADV: DANIEL JORDÃO SANTOS DE MELO (OAB 5796/AC), ADV: DIEGO GOES NUNES (OAB 3747/AC), ADV: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB 17394/GO) - Processo 0714031-74.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - AUTOR: Alex de Arruda Asfuri - Suanny Kelly D Avila Lima Asfuri - REQUERIDO: Salinas Beach Resort Empreendimento Imobiliário Spe Ltda - Gav Muro Alto Empreendimento Imobiliário Spe Ltda - Despacho O credor em sua petição de p. 598, concordou com a impugnação do devedor. Assim sendo, intime-se o devedor para no prazo de 15 (quinze) dias pagar a dívida conforme cálculo de pp. 598/602, sob pena de incidência de multa e honorários na execução. Intime-se.

ADV: SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS (OAB 1084/RO) - Processo 0714626-10.2022.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste da Amazônia- Sicoob Credisul - DEVEDOR: Positivo Auto Locadora de Veículos Eireli - David de Souza Pascoal - I - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da pesquisa de bens, e indicar bens à penhora sob pena de suspensão do autos.

ADV: EMMILY TEIXEIRA DE ARAÚJO (OAB 3507/AC), ADV: ANTÔNIO ÁTILA SILVA DA CRUZ (OAB 2649E/AC), ADV: GILLIARD NOBRE ROCHA (OAB 2833/AC), ADV: FELIPPE FERREIRA NERY (OAB 3540/AC), ADV: JOAO ARTHUR DOS SANTOS SILVEIRA (OAB 3530/AC), ADV: RIBAMAR DE SOUSA FEITOZA JÚNIOR (OAB 4119/AC), ADV: JEISON FARIAS DA SILVA (OAB 4496/AC), ADV: ANA CLARA SOUZA DE SÁ (OAB 5560/AC) - Processo 0714875-68.2016.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - AUTOR: Renoir Incorporação Spe Ltda - RÉU: Orlando Inácio Loiola Me - Despacho Compulsando os autos, observo que o credor fiduciário não foi intimado acerca da decisão de pp. 304/305. Sendo assim, determino a secretaria que cumpra o item 2 da decisão de pp. 304/305, via AR, devendo no mandado de intimação constar o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação do credor fiduciário. Após, com ou sem manifestação do credor fiduciário, volte-me os autos conclusos para apreciação da petição de pp. 308/315. Cumpra-se. Intime-se.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LEANDRO LERI GROSS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANA CLARA CHAVES MARQUES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0442/2024

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0702573-60.2023.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0703118-04.2021.8.01.0001 - Monitória - Contratos Bancários - AUTOR: Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: TIAGO DOS REIS FERRO (OAB 13660/MS) - Processo 0704875-28.2024.8.01.0001 - Monitória - Cartão de Crédito - AUTOR: Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas ¿ Sicredi Biomas - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0713286-94.2023.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: CARLOS VINICIUS LOPES LAMAS (OAB 1658/AC), ADV: LAURA CRISTINA LOPES DE SOUSA (OAB 3279/AC) - Processo 0714994-19.2022.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: SOCIEDADE EDUCACIONAL E CULTURAL META - EIRELI - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0716090-35.2023.8.01.0001 - Monitória - Pagamento - AUTOR: União Educacional do Norte - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0716284-35.2023.8.01.0001 - Monitória - Obrigações - AUTOR: União Educacional do Norte - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: KALEBH DE LIMA MOTA (OAB 5553/AC), ADV: ITALO SCARAMUSSA LUZ (OAB 9173/ES) - Processo 0717663-11.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - AUTOR: Nova Comercial Representação Elétrica Ltda - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A. - Intimação das partes para, no prazo de 5 (cinco) dias: a) especificarem que provas pretendem produzir, estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e com que prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC) c) após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC) d) saliente-se que de acordo com o art. 455 do CPC, cabe ao advogado a intimação da testemunha por ele arrolada, dispensando-se a intimação do juízo.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LEANDRO LERI GROSS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANA CLARA CHAVES MARQUES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0443/2024

ADV: NASCIANE SALES DA COSTA (OAB 00001688AC), ADV: GABRIEL LEITÃO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 5372/AC), ADV: DIEGO MARINS BORGES (OAB 4630/AC), ADV: ADRIANA MATOS DA SILVA (OAB 3345/AC), ADV: GILLIARD NOBRE ROCHA (OAB 2833/AC), ADV: RODRIGO LUIS PINHEIRO FREIRE (OAB 3145/AC), ADV: JOAO JOAQUIM GUIMARAES COSTA (OAB 3103/AC), ADV: VICENTE ARAGÃO PRADO JÚNIOR (OAB 1619/AC), ADV: THALES ROCHA BORDIGNON (OAB 2160/AC) - Processo 0014745-71.2006.8.01.0001 (001.06.014745-9) - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - AUTOR: Casa Empreedimentos Imobiliários Ltda - RÉU: F. A. L. Cunha (Ótica do Povo) - Decisão Intime-se a parte autora, pessoalmente, para que promova o andamento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo por abandono, com fundamento no art. 485, §1º do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: GABRIEL ALBANESE DINIZ DE ARAUJO (OAB 20334/DF), ADV: GABRIEL ALBANESE DINIZ DE ARAUJO (OAB 20334/DF), ADV: MARCUS VINICIUS PAIVA DA SILVA (OAB 3694/AC), ADV: ALEXANDRE DOS SANTOS DIAS (OAB 56804/DF), ADV: ROMEU CORDEIRO BARBOSA FILHO (OAB 1625/AC), ADV: EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE (OAB 24923/DF) - Processo 0700005-30.2020.8.01.0081 - Procedimento Comum Cível - Serviços

Hospitalares - AUTOR: J.F.P.S. - RÉU: G.F.S.S. - Dá as partes por intimadas para ciência do retorno dos autos da instância superior, bem como para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentando desde logo os cálculos de liquidação, se for o caso.

ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN), ADV: ADONIS FERNANDO VIEGAS MARCONDES (OAB 21061/O/MT) - Processo 0700456-62.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - AUTOR: Érica Leite de Souza Nascimento - REQUERIDO: Ativos S.A Securitização de Créditos Gestão de Cobrança - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 11/09/2024, às 08:00h, a realizar-se por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, se qualquer das partes e advogados que optarem pela VIDEOCONFERÊNCIA, deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/rqc-agbi-roi, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Em caso de dúvidas ou dificuldades no acesso, poderão solicitar auxilio através do contato: ligação e whatssapp (68) 3212-8448. À parte que não possua acesso à internet, inviabilizando o acesso a sala virtual, poderá comparecer a sala de audiência desta unidade. Ficam as partes advertidas de que a impossibilidade de comparecimento virtual a audiência, deve ser comunicada ao Juízo, com 5 (cinco) dias de antecedência.

ADV: ANTONIO JORGE FELIPE DE MELO (OAB 4080/AC), ADV: GILSON PESCADOR - Processo 0700515-50.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Atos Administrativos - AUTOR: Federação das Apaes do Estado do Acre - REQUERIDO: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Branco - Intimação das partes para, no prazo de 5 (cinco) dias: a) especificarem que provas pretendem produzir, estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e com que prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC) c) após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC) d) saliente-se que de acordo com o art. 455 do CPC, cabe ao advogado a intimação da testemunha por ele arrolada, dispensando-se a intimação do juízo.

ADV: LOURENÇO GOMES GADÊLHA DE MOURA (OAB 21233/PE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 4215/AC), ADV: GABRIEL SANTANA DE SOUZA (OAB 5643/AC) - Processo 0700787-44.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - AUTOR: Yago Souza de Araújo Fernandes - RÉU: Banco Santander SA - Banco Pan S.A - 1 - Trata-se de embargos de declaração apresentado pela parte demandada às pp.352/356, alegando contradição, obscuridade e omissão da sentença de pp.331/349, quanto a sua condenação contrariando as provas nos autos. É o relatório. DECIDO. Os embargos de declaração apresentados tem por escopo a rediscussão da matéria, situação jurídica viola expressamente o artigo 1.023 do Código de Processo Civil, pois não indica o erro: Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo. § 1º Aplica-se aos embargos de declaração oart. 229. § 2º O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada. - destacado em negrito Denota-se, com muita clareza que o objetivo se resume na rediscussão do mérito, sendo que o instrumento jurídico adequado para o pleito é o recurso de apelação. Não havendo efetiva indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, os embargos não são conhecidos, conforme reiterada manifestação do Supremo Tribunal Federal: AR 2843 AgR-ED Órgão julgador: Tribunal PlenoRelator(a): Min. NUNES MARQUES Julgamento: 18/10/2022 Publicação: 11/11/2022 EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM AÇÃO RESCISÓRIA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. 1. Omissão, contradição, obscuridade e erro material são as hipóteses exaustivas de cabimento dos embargos de declaração previstas no art. 1.022 do Código de Processo Civil. Não apontado vício no acórdão embargado, impõe-se o não conhecimento do recurso. 2. Os embargos de declaração não constituem meio processual adequado para a reforma da decisão, tampouco para a rediscussão da matéria. 3. Embargos de declaração não conhecidos. Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 7.10.2022 a 17.10.2022. Observação- Acórdão(s) citado(s): (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, REEXAME, MATÉRIA) MS 37551 AgR-ED (TP). Número de páginas: 6. Análise: 09/03/2023, AMS. - destacado em negrito RE 480704 AgR-ED-EDv-AgR-ED Órgão julgador: Tribunal Pleno Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA Julgamento: 10/04/2014 Publicação: 27/06/2014 aEMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA: NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. IMEDIATA BAIXA DOS AUTOS À ORIGEM.DecisãoO Tribunal, por maioria e nos termos do voto da Relatora, não conheceu dos embargos de declaração e determinou a imediata baixa dos autos ao juízo de origem, vencido o Ministro Marco Aurélio, que deles conhecia. Votou o Presidente. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Joaquim Barbosa (Presidente), Ricardo Lewandowski (Vice-Presidente), Luiz Fux e Roberto Barroso. Presidiu o julgamento o Ministro Celso de Mello (art. 37, I, do RISTF). Plenário, 10.04.2014.Observação- Acórdão(s) citado(s): (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, REDISCUSSÃO DA MATÉRIA) AI 490707 AgR-ED-ED (1ªT). Número de páginas: 8. Análise: 16/07/2014, RAF. Revisão: 21/08/2014, JOS.Outras ocorrênciasIndexação (2) Ementa: embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Matéria criminal. Omissão no acórdão recorrido. Não caracterizado. Pretendido rejulgamento da causa. Impossibilidade na presente via recursal. Precedentes. Não conhecimento dos embargos. 1. As questões trazidas nos embargos declaratórios já foram discutidas no julgamento do agravo regimental, sendo certo, também, que as referidas alegações foram rejeitadas pelo Tribunal Pleno no julgamento dos embargos de declaração anteriormente opostos. 2. Não se conhece de segundos embargos de declaração cujo objetivo seja promover a rediscussão da causa. 3. Embargos de declaração não conhecido. (ARE 1195121 AgR-ED-ED, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 14-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021) Ante ao exposto, não conheço dos embargos, fazendo isto com fundamento no artigo 1.023 do Código de Processo Civil. Intimem-se.

ADV: THAIS FRARI VIANA (OAB 6290/AC), ADV: GEANE PORTELA E SILVA (OAB 3632/AC), ADV: RODRIGO AIACHE CORDEIRO (OAB 2780/AC), ADV: EDUARDO DE CARVALHO SOARES DA COSTA (OAB 182165/SP) - Processo 0701283-10.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - AUTORA: Celiany Abreu Loureiro Campelo - RÉU: União Educacional do Norte - Pravaler S. A. - Ante ao exposto, não conheço dos embargos, fazendo isto com fundamento no artigo 1.023 do Código de Processo Civil. Intime-se. 2 - Considerando o recurso de apelação de pp. 966/981, abra-se vistas para apresentação de contrarrazões. Intimem-se. 3 - Havendo recurso de apelação da parte requerida, abra-se vista para apresentação de contrarrazões à parte adversa. 4 - Posteriormente, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça

ADV: FELIPPE FERREIRA NERY (OAB 3540/AC), ADV: BÁRBARA MAUÉS FREIRE (OAB 5014/AC), ADV: JOÃO FELIPE DE OLIVEIRA MARIANO (OAB 4570/AC), ADV: EMMILY TEIXEIRA DE ARAÚJO (OAB 3507/AC), ADV: GILLIARD NOBRE ROCHA (OAB 2833/AC) - Processo 0702289-86.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Aurea Antonia Costa Brilhante - REQUERIDO: Albuquerque Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para, comparecerem à Audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 03/09/2024 às 08:00h, a realizar-se de forma presencial, salvo acordo processual optando pela modalidade virtual ou híbrida. As partes e seus patronos que optarem pela VIDEOCONFERÊNCIA, deverão acessar a sala virtual através do link: https://meet.google.com/rqc-agbi-roi, com video e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Caso a parte tenha dificuldade para acesso ao sistema, poderá pedir auxilio do servidor da unidade, através do contato: ligação e whatssapp (68) 3211-5473/3212-8448.

ADV: ITALO SCARAMUSSA LUZ (OAB 9173/ES), ADV: ARTUR FELIX GONÇALVES (OAB 4782/AC) - Processo 0702475-41.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - AUTOR: Jean Carlo Lima Macambira de Oliveira - RÉU: Banco do Brasil - 1 - Considerando que o Superior Tribunal de Justiça afetou o tema “Definir se a dívida prescrita pode ser exigida extrajudicialmente, inclusive com a inscrição do nome do devedor em plataformas de acordo ou de renegociação de débitos.” (Tema 1264), para decisão sob o rito dos Recursos Especiais Repetitivos, determinando a suspensão de todos os processos pendentes, em todo o território nacional (Recurso Especial nº 2.092.190-SP), determinando a suspensão de todos os processos pendentes em todo o território nacional e tendo em vista que o autor postula a declaração de inexigibilidade de débitos decorrentes da prescrição, determino o sobrestamento dos autos em Cartório, até julgamento, pelo STJ, do Tema 1264, anotando-se a providência no SAJ. 2 - Intimem-se.

ADV: SIMONE MENDES CARDOSO (OAB 29489/DF), ADV: PAULA HAECKEL TIMES DE CARVALHO ALMEIDA GOMES (OAB 38343/PE), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE) - Processo 0702814-39.2020.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - AUTORA: Maria do Socorro Mendes Cardoso - REQUERIDO: Unimed Seguradora S/A - BE CAT ARP Comércio e Representações Ltda - Becarpe Administradora de Seguros Ltda - Decisão 1. A presente execução tramita desde de 2022, sem que até o momento tenha sido satisfeita. A última pesquisa via SISBAJUD foi realizada em 29/09/2023. O credor requereu, pela petição de pp. 413/415, a pesquisa de bens via SISBAJUD na modalidade teimosinha. 2. Defiro o pedido

de constrição de valores no Sisbajud na modalidade programada pelo período de 30 (trinta) dias. 3. Indefiro a pesquisa de bens via sistema SREI, uma vez que tal diligência pode ser realizada pela própria parte. 4. Realizada a diligência acima e sendo infrutífera, intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias indicar bens à penhora, sob pena de suspensão do processo, na forma do artigo 921 do CPC. 5. Decorrido o prazo supra sem manifestação, determino a conclusão do processo para decisão de suspensão. Intimem-se.

ADV: RENATO SILVA FILHO (OAB 2389/AC), ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ) - Processo 0703911-35.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - AUTOR: Luiz Ocimar Lima - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A. - 1 - Frustrado o acordo, pelo não comparecimento do credor à audiência/sessão de conciliação ou pela falta de consenso em relação às medidas propostas para o plano de pagamento, declaro instaurado o processo por superendividamento. 2 - Considerando a qualificação da parte requerente, no que concerne ao estado civil de casado, compete apresentar as informações essenciais para o plano judicial de pactuação, conforme preleciona Benjamin, Marques e Lima: a) os dados socioeconômicos do superendividado, principalmente relativos à renda média mensal individual e familiar com indicação do valor disponível para o pagamento das dívidas; b) motivo(s) ou causa(s) do superendividamento, a exemplo do desemprego, redução de renda, divórcio, doença, morte; c) valor das despesas mensais de subsistência que permitam calcular o mínimo existencial, a exemplo dos gastos com luz, água, locação, taxa de condomínio, alimentação, educação, saúde, impostos, telefone/internet; d) dados relativos aos credores: identificação dos credores, valor das dívidas vencidas e vincendas, forma de pagamento e encargos contratados. A petição do devedor deverá descrever sua fonte de renda e da unidade familiar, caso não tenha feito na inicial, considerado o levantamento ativo, de forma detalhada e comprovada, nos termos ensinados por Benjamin, Marques e Lima: O levantamento do ativo, que consistirá no conjunto de recursos do consumidor e da família, atuais e futuros, que possa ser comprometido no plano de pagamento das dívidas sem prejudicar o mínimo existencial. Aqui se considera principalmente o salário, outras rendas provenientes do trabalho e valores a receber, a exemplo do aluguel de um imóvel. 3. Por sua vez, no levantamento passivo, visando a cognição exata do montante devido e do mínimo existencial, observando-se os parâmetros estabelecidos pelo Decreto n° 11.150/2022, competirá ao devedor descrever todos os débitos e a respectiva comprovação, caso não o tenha feito na inicial, conforme prelecionam Benjamin, Marques e Lima No levantamento do passivo, todas as dívidas devem ser consideradas (exigíveis e a vencer), inclusive aquelas acordadas na primeira fase (104-A) e as excluídas do processo de repactuação (crédito imobiliário, rural, com garantia real, dívida de alimento, fiscal), pois o resultado deve espelhar a realidade da situação financeira do devedor, a qual servirá de base para a elaboração do plano de pagamento. Consideram-se, ainda, as despesas correntes de subsistência como água, energia elétrica, internet/telefone, condomínio, aluguel, transporte, alimentação, mensalidade escolar, plano de saúde/medicamentos, entre outros. Em resumo, o levantamento, tanto do ativo quanto do passivo, deve ser o mais amplo possível, permitindo ao juiz fazer um balanço e avaliar as medidas a serem aplicadas em cada caso concreto. Isso evita a imposição de planos de pagamento dissociados da capacidade de reembolso do consumidor que venham a prejudicar a subsistência digna. 4. O devedor deverá especificar na petição de instauração do processo por superendividamento se pretende a revisão, integração, ampliação do prazo de pagamento ou o que entender de direito, nos termos dos ensinamentos de Benjamin, Marques e Lima: Revisão e integração dos contratos. Caberá ao juiz o controle do conteúdo dos contratos de créditos que integrarão o plano judicial compulsório, declarando a nulidade das cláusulas abusivas (art. 51 do CDC) ou a ineficácia das cláusulas não suficientemente informadas ou destacadas a consumidor (art. 46 do CDC e 54, § 4°, do CDC) 5. Apresentada as informações, intimem-se os credores para que se manifestem no prazo de 10 dias.

ADV: LAZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: MICHELLE SANTOS ALLAN DE OLIVEIRA (OAB 43804/BA), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC), ADV: CELIA DA CRUZ BARROS CABRAL FERREIRA (OAB 2466/AC), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR (OAB 247319/SP), ADV: RODRIGO ALMEIDA CHAVES (OAB 4861/AC), ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN), ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN) - Processo 0704504-64.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - AUTORA: Rozimeire Conceição Moraes Soares - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Banco Master - CREFISA S/A CRÉDITO FINANCIMENTO E INVESTIMENTOS - Banco Industrial do Brasil - Recovery S/A - Claro S.A - Ativos S.A Securitização de Créditos Gestão de Cobrança - Banco Daycoval - Banco Santander SA - 1 - Intime-se a parte autora para que no prazo de no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste quanto a devolução negativa do AR de fls.713 em relação ao réu Recovery S/A.

ADV: RODOLFO RIPPER FERNANDES (OAB 436181/SP), ADV: SUSANE JANAÍNA DE OLIVEIRA FURLAN (OAB 490959/SP), ADV: RENATO ANET (OAB 45633/RJ), ADV: LUCAS WAGNER LOURENÇO, (OAB 438137/SP) - Processo 0704642-31.2024.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - CREDOR: Rec 2016 Empreendimentos e Participações Vi Sa - DEVEDOR: Zinzane Comercio e Confecção de Vestuário Ltda - 1 - Trata-se de cumprimento de sentença, sendo assim determino o desarquivamento dos autos. 2 - Evolua-se a classe. 3 - Proceda-se à INTIMAÇÃO da parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da condenação e desocupar voluntariamente o imóvel, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e, também, honorários de advogado, que desde logo fixo em de 10% (dez por cento), sob o valor do débito. 4 - Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, querendo, nos próprios autos, sua impugnação(art. 525 do CPC). Apresentada impugnação ao cumprimento de sentença, deverá a Secretaria proceder, de imediato, a intimação da parte exequente para se manifestar em 15 (quinze) dias. 5 - Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento voluntário do débito e desocupação do imóvel, expeça-se o mandado de despejo e intime-se a parte exequente para, em 5 (cinco) dias, apresentar a planilha de débito, devendo incluir a multa e os honorários acima arbitrados e requeira a expedição de mandado de penhora e avaliação, indicando, de plano, bens passíveis de penhora (art. 524, VII, do CPC), devendo a Secretaria retificar a autuação quanto ao valor da causa. 6 - No mais, observando a ordem de preferência do art. 835, do CPC, caso haja pedido de bloqueio de valores por meio do Sistema SISBAJUD, determino à Secretaria que proceda pesquisa on line nas contas correntes, poupanças ou aplicações financeiras da parte devedora, até o limite do crédito executado, via SISBAJUD. 7 - Caso haja pedido expresso, proceda-se buscas no sistema SISBAJUD , na modalidade “teimosinha” pelo prazo de 15 (quinze) dias, sobre as contas de titularidade dos executados, anexando protocolo de solicitação, e, em caso positivo, sejam bloqueados valores suficientes para pagamento do crédito exequendo. 8 - Ocorrido o bloqueio de valor excessivo, deverá a Secretaria promover o cancelamento de eventual indisponibilidade irregular ou excessiva. Também não subsistirá o bloqueio de valor insuficiente para pagamento das custas da execução, devendo a Secretaria proceder ao desbloqueio, nos termos do art. 854, 1º, c/c Art. 836, do CPC. 9 - Efetivado o bloqueio, ainda que parcial do valor da execução, deverá a parte executada ser intimada para em 05 (cinco) dias, os termos do art. 854, §§ 2º e 3º, do CPC (bens impenhoráveis e remanescente de indisponibilidade excessiva). 10 - Decorrido in albis o prazo acima, deverá a importância bloqueada ser transferida para conta judicial no Banco do Brasil vinculada a este Juízo, dispensando a lavratura do termo de penhora, e proceder a intimação da parte exequente para em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da satisfação do crédito. 11 - Frustrado o bloqueio de valores e havendo pedido de pesquisa de veículos automotores de via terrestre, deverá a Secretaria providenciar, por meio do Sistema RENAJUD, a pesquisa pelo CPF ou CNPJ do executado e efetivar a restrição de transferência, dispensando a lavratura do Termo de Penhora. 12 - Em seguida, intime-se a parte exequente para indicar, em 05 (cinco) dias, a localização do bem ou, ainda, querendo, requerer o que for de direito. Sendo informado o endereço do veículo, expeça-se Mandado de Penhora e Avaliação. 13 - Sendo infrutíferas as diligências do SISBAJUD e RENAJUD ou, ainda, não indicada a localização do bem, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar outros bens passíveis de penhora, ou ainda, querendo, requeira o que for de direito. 14 - Por fim, autorizo desde logo, em sendo interesse da parte a expedição de certidão de crédito para fins de protesto. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SILVIA SIMONE TESSARO (OAB 6794/RO), ADV: CRISTIANE TESSARO - Processo 0705660-24.2023.8.01.0001 (apensado ao processo 0702756-94.2024.8.01.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Sicoob Credisul - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste da Amazônia Ltda - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para que promova o andamento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo por abandono, com fundamento no art. 485, §1º do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: RODRIGO AIACHE CORDEIRO (OAB 2780/AC), ADV: RAESSA KAREN RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 5228/AC), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 5061/AC) - Processo 0705965-08.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - AUTOR: Fabricio Rodrigues Arrueta Camelo - REQUERIDO: Uber do Brasil Tecnologia Ltda (Uber) - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 12/09/2024, às 08:00h, a realizar-se por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, se qualquer das partes e advogados que optarem pela VIDEOCONFERÊNCIA, deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/rqc-agbi-roi, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Em caso de dúvidas ou dificuldades no acesso, poderão solicitar auxilio através do contato: ligação e whatssapp (68) 3212-8448. À parte que não possua acesso à internet, inviabilizando o acesso a sala virtual, poderá comparecer a sala de audiência desta unidade. Ficam as partes advertidas de que a impossibilidade de comparecimento virtual a audiência, deve ser comunicada ao Juízo, com 5 (cinco) dias de antecedência.

ADV: MATHEUS NERES JUST VALENÇA (OAB 64024/SC), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 5339/AC) - Processo

0706603-07.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Superendividamento - AUTOR: Diego Marques Mendonça - RECONVINDO: Banco Paulista S.A. - Banco Safra S.A. - Banco Seguro S.A. - ITAU UNIBANCO S.A. - Banco Bradesco S.A. - Banco Santander SA - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência de Conciliação, designada para o dia 12/09/2024, às 08:30h, a realizar-se por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, se qualquer das partes e advogados que optarem pela VIDEOCONFERÊNCIA, deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/gco-bgik-cun, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Em caso de dúvidas ou dificuldades no acesso, poderão solicitar auxilio através do contato: ligação e whatssapp (68) 3212-8448. À parte que não possua acesso à internet, inviabilizando o acesso a sala virtual, poderá comparecer a sala de audiência desta unidade. Ficam as partes advertidas de que a impossibilidade de comparecimento virtual a audiência, deve ser comunicada ao Juízo, com 5 (cinco) dias de antecedência.

ADV: MATHEUS NERES JUST VALENÇA (OAB 64024/SC), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 5339/AC) - Processo 0706603-07.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Superendividamento - AUTOR: Diego Marques Mendonça - RECONVINDO: Banco Paulista S.A. - Banco Safra S.A. - Banco Seguro S.A. - ITAU UNIBANCO S.A. - Banco Bradesco S.A. - Banco Santander SA - procedi a CITAÇÃO/INTIMAÇÃO da parte Reconvinda Banco Santander (BRASIL) S.A., conforme mandado a seguir expedido.

ADV: ALESSANDRO CALLIL DE CASTRO (OAB 3131/AC), ADV: KARINA RODRIGUES DA SILVA (OAB 5375/AC), ADV: LUCAS VIEIRA CARVALHO (OAB 3456/AC), ADV: ANDRESSA CRISTINA PASSIFICO BARBOSA (OAB 5293/AC) - Processo 0708722-77.2020.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - CREDOR: Hernandes Acre Ltda - DEVEDOR: Cooperativa Agricola Mista dos Prod Rur de C do Sul Lta - Decisão Cumpra-se a decisão de p. 218 com URGÊNCIA. Após expeça-se carta precatória, competindo ao credor a distribuição e pagamento das taxas necessárias. Intimem-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: THALLES VINICIUS DE SOUZA SALES (OAB 3625/AC) - Processo 0708726-51.2019.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - AUTOR: Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A - RÉU: Marcelo Maia Aranha - Decisão A decisão de pp. 424/425, suspendeu o processo e ainda determinou que novas pesquisas de bens não deveriam ser deferidas durante o prazo de suspensão, desse modo indefiro o pleito de p. 435, pois o processo encontra-se suspenso e o pedido não é considerado urgente. Mantenha-se os autos suspensos. Intimem-se.

ADV: JONATHAN WISLLER RUIZ FONSECA (OAB 32189/PA), ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ) - Processo 0709195-24.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTOR: Francisco Alves Vieira - RÉU: Banco do Brasil S/A. - Intimação das partes para, no prazo de 5 (cinco) dias: a) especificarem que provas pretendem produzir, estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e com que prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC) c) após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC) d) saliente-se que de acordo com o art. 455 do CPC, cabe ao advogado a intimação da testemunha por ele arrolada, dispensando-se a intimação do juízo.

ADV: ENIZAN DE OLIVEIRA COSTA (OAB 5176/AC) - Processo 0710238-30.2023.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - CREDOR: BARREIROS E ALMEIDA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (VLG) - Barreiros e Almeida Ltda. (Ok Magazine-Filial) - DEVEDOR: Paulo Henrique Souto da Silva - Decisão Intime-se a parte autora, pessoalmente, para que promova o andamento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo por abandono, com fundamento no art. 485, §1º do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Intime-se

ADV: RODOLFO RIPPER FERNANDES (OAB 436181/SP), ADV: LUCAS WAGNER LOURENÇO, (OAB 438137/SP), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 4497/AC), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 4497/AC), ADV: JÚLIA ALVES DE MELO (OAB 464857/SP) - Processo 0710251-34.2020.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - CREDOR: Condominio Voluntário Via Verde Shopping - Somar-vinhal Planejamento e Construção Spe Ltda - Rec 2016 Empreendimentos e Participacoes Vi S.a - DEVEDOR: Amaro & Cavalcante Ltda-me Com Nome Fantasia Stilo Ágape - Decisão 1 - Defiro o requerimento para pesquisa de endereço via sistema SISBAJUD e incluo RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Efetuadas as diligências, intime-se a parte autora para se manifestar no prazo de 5 dias. 2 - Defiro, caso a parte requerente tenha interesse, diligências por parte do requerente, no que se refere a realização de pesquisa diretamente junto às empresas TIM, CLARO, OI, VIVO, ENERGISA e SAERB devendo, no prazo de até 30 (trinta) dias, juntar aos autos novo endereço para a tentativa de citação, fazendo juntar ao respectivo ofício cópia da presente decisão ou requerer a citação por edital. Intimem-se.

ADV: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA (OAB 23664/PB), ADV: RODRIGO FERREIRA ZIDAN (OAB 155563/SP), ADV: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA (OAB 6306/AC) - Processo 0710695-62.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Allianz Seguros S.A - REQUERIDO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - Ante ao exposto, julgo IMPROCEDENTES as pretensões autorais e, por consequência, extingo o processo na forma do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil. Ante a sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa atualizado, nos termos do art. 85, § 2º do CPC. Os honorários foram arbitrados, considerando os trabalhos exercidos pelo advogado, a ausência de dilação probatória que não justificam a arbitramento superior ao mínimo legal. Transitada em julgado, arquivem os autos na forma legal. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDNEIA SALES DE BRITO (OAB 2874/AC) - Processo 0710740-32.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTORA: Maria das Graças de Andrade Lima - RÉU: Banco do Brasil S/A - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência de Conciliação, designada para o dia 12/09/2024, às 09:30h, a realizar-se por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, se qualquer das partes e advogados que optarem pela VIDEOCONFERÊNCIA, deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/gco-bgik-cun, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Em caso de dúvidas ou dificuldades no acesso, poderão solicitar auxilio através do contato: ligação e whatssapp (68) 3212-8448. À parte que não possua acesso à internet, inviabilizando o acesso a sala virtual, poderá comparecer a sala de audiência desta unidade. Ficam as partes advertidas de que a impossibilidade de comparecimento virtual a audiência, deve ser comunicada ao Juízo, com 5 (cinco) dias de antecedência.

ADV: HILÁRIO DE CASTRO MELO JÚNIOR (OAB 2446/AC) - Processo 0712354-72.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - AUTOR: Obras da Diocese de Rio Branco - Hospital Santa Juliana - RÉ: Eveline Gomes de Oliveira - Recebo a inicial. Defiro a justiça gratuita, na forma do art. 98 do CPC. Designe o Cartório data desimpedida para a audiência de conciliação; Cite-se a requerida para comparecer à audiência de conciliação (art. 334, CPC) Considerado que a parte autora manifestou interesse na audiência de conciliação, informo que as audiências ocorrerão por meio dos seguintes links: A) Audiência de conciliação - link: https://meet.google.com/gco-bgik-cun B) Audiência de instrução - link: https://meet.google.com/rqc-agbi-roi As partes desde já ficam cientes que a responsabilidade de acesso e conexão serão dos interessados, sendo desnecessário qualquer contato prévio por parte dos servidores do Poder Judiciário. Faça-se constar do mandado ou carta que o prazo para resposta correrá da data da audiência, independentemente do comparecimento das partes; (art. 335 CPC), sob pena de se operarem os efeitos da revelia e presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor(art. 344 CPC); Intime-se o autor, por meio de seu patrono, via Diário da Justiça (art. 334, §3º CPC); As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos(art. 334, §9ºNCPC), podendo constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para transigir(art. 334, §10º CPC); Faça-se constar do mandado a advertência de que se qualquer das partes não comparecer à audiência designada injustificadamente, ou comparecer por seus procuradores sem poderes para transigir, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, punível com multa de até 2%(dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou valor da causa(art. 334, §8º), salvo se AMBAS as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na audiência. Não havendo interesse da parte autora em conciliar em virtude de manifestação expressa nos autos, cite-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação, sob pena de revelia. Após a juntada da manifestação, intime-se a parte autora para réplica no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo supra, intime-se para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicarem as provas que desejam produzir. Havendo requerimento de provas, façam-se os autos conclusos para decisão. Não havendo, façam-se os autos conclusos para sentença. Não havendo localização do réu e havendo pedido autoral, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas de apoio ao Judiciário; Defiro as diligências da parte requerente, no que se refere a realização de pesquisa diretamente junto às empresas ENERGISA, DEPASA e operadoras de telefonia TIM, CLARO, OI, VIVO, devendo, no prazo de até 30 (trinta) dias, juntar aos autos novo endereço para a tentativa de citação. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO SILVERIO DA FONSECA (OAB 458298/SP), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 5319/AC) - Processo 0712733-47.2023.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Atraso de vôo - CREDOR:

Rarenice de Lima Santos - DEVEDOR: GOL LINHAS AÉREAS S.A - Desarquive. Trata-se de cumprimento de sentença. Evolua-se a classe e proceda-se à INTIMAÇÃO da parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da condenação, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e, também, honorários de advogado, que desde logo fixo em de 10% (dez por cento), sob o valor do débito. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, querendo, nos próprios autos, sua impugnação(art. 525 do CPC). Apresentada impugnação ao cumprimento de sentença, deverá a Secretaria proceder, de imediato, a intimação da parte exequente para se manifestar em 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento voluntário do débito, intime-se a parte exequente para, em 5 (cinco) dias, apresentar a planilha de débito, devendo incluir a multa e os honorários acima arbitrados e requeira a expedição de mandado de penhora e avaliação, indicando, de plano, bens passíveis de penhora (art. 524, VII, do CPC), devendo a Secretaria retificar a autuação quanto ao valor da causa. No mais, observando a ordem de preferência do art. 835, do CPC, caso haja pedido de bloqueio de valores por meio do Sistema SISBAJUD, determino à Secretaria que proceda pesquisa on line nas contas correntes, poupanças ou aplicações financeiras da parte devedora, até o limite do crédito executado, via SISBAJUD. Caso haja pedido expresso, proceda-se buscas no sistema SISBAJUD , na modalidade “teimosinha” pelo prazo de 15 (quinze) dias, sobre as contas de titularidade dos executados, anexando protocolo de solicitação, e, em caso positivo, sejam bloqueados valores suficientes para pagamento do crédito exequendo. Ocorrido o bloqueio de valor excessivo, deverá a Secretaria promover o cancelamento de eventual indisponibilidade irregular ou excessiva. Também não subsistirá o bloqueio de valor insuficiente para pagamento das custas da execução, devendo a Secretaria proceder ao desbloqueio, nos termos do art. 854, 1º, c/c Art. 836, do CPC. Efetivado o bloqueio, ainda que parcial do valor da execução, deverá a parte executada ser intimada para em 05 (cinco) dias, os termos do art. 854, §§ 2º e 3º, do CPC (bens impenhoráveis e remanescente de indisponibilidade excessiva). Decorrido in albis o prazo acima, deverá a importância bloqueada ser transferida para conta judicial no Banco do Brasil vinculada a este Juízo, dispensando a lavratura do termo de penhora, e proceder a intimação da parte exequente para em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da satisfação do crédito. Frustrado o bloqueio de valores e havendo pedido de pesquisa de veículos automotores de via terrestre, deverá a Secretaria providenciar, por meio do Sistema RENAJUD, a pesquisa pelo CPF ou CNPJ do executado e efetivar a restrição de transferência, dispensando a lavratura do Termo de Penhora. Em seguida, intime-se a parte exequente para indicar, em 05 (cinco) dias, a localização do bem ou, ainda, querendo, requerer o que for de direito. Sendo informado o endereço do veículo, expeça-se Mandado de Penhora e Avaliação. Sendo infrutíferas as diligências do SISBAJUD e RENAJUD ou, ainda, não indicada a localização do bem, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar outros bens passíveis de penhora, ou ainda, querendo, requeira o que for de direito. Por fim, autorizo desde logo, em sendo interesse da parte a expedição de certidão de crédito para fins de protesto. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL EUNICE DA SILVA AMORIM (OAB 6533/AC), ADV: WEILLER WYSLER ZUZA DA SILVA (OAB 6420/AC), ADV: RAQUEL EUNICE DA SILVA AMORIM (OAB 6533/AC), ADV: RAQUEL EUNICE DA SILVA AMORIM (OAB 6533/AC), ADV: WEILLER WYSLER ZUZA DA SILVA (OAB 6420/AC), ADV: WEILLER WYSLER ZUZA DA SILVA (OAB 6420/AC), ADV: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO (OAB 129459/MG), ADV: RAQUEL EUNICE DA SILVA AMORIM (OAB 6533/AC), ADV: WEILLER WYSLER ZUZA DA SILVA (OAB 6420/AC), ADV: FELIPE VALENTE DA SILVA PAIVA (OAB 6340/AC), ADV: FELIPE VALENTE DA SILVA PAIVA (OAB 6340/AC), ADV: BRUNO MARÇAL DE OLIVEIRA ALVES (OAB 213955/MG), ADV: FELIPE VALENTE DA SILVA PAIVA (OAB 6340/AC), ADV: FELIPE VALENTE DA SILVA PAIVA (OAB 6340/AC) - Processo 0713515-54.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - AUTORA: Sâmia Cristina Xavier Dantas - Francisco Emerson Araujo da Silva - Samuel Leite da Silva - Murilo Dantas da Silva - RÉU: 123 VIAGENS E TURISMO LTDA - 1 - Recebo os embargos. 2 - Considerando os efeitos infringentes, intime-se o embargado para se manifestar no prazo legal. Intimem-se.

ADV: CELIA DA CRUZ BARROS CABRAL FERREIRA (OAB 2466/AC), ADV: DIEGO MARINS BORGES (OAB 4630/AC) - Processo 0715737-34.2019.8.01.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - AUTOR: Hennyo Silva de Albuquerque - RÉU: Tainá das Neves Rodrigues - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: CELIA DA CRUZ BARROS CABRAL FERREIRA (OAB 2466/AC), ADV: ‘RODRIGO ALMEIDA CHAVES (OAB 3684/RO), ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0718173-24.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: José Videl de Moura Filho - REQUERIDO: Banco BMG S.A. - José Videl de Moura Filho ajuizou ação contra Banco BMG S.A., relatando ser aposentado do INSS, auferindo renda mensal no valor de R$ 1.650,00 e que e em 18/08/2017, pensando em contrair um empréstimo consignado, adquiriu junto ao demandado um cartão de crédito consignado (contrato nº) 13107259, no valor de R$1.201,42 (mil duzentos e um reais e quarenta e dois centavos). Aduz que restou nitidamente ludibriado, pois lhe fora prometido a contratação de empréstimo consignado, sendo na verdade realizada outra operação, qual seja, contração de cartão de crédito com reserva de margem consignável (RCM), com valor de pagamento mínimo que atualmente perfaz o valor mensal de R$ 82,50 (oitenta e dois reais e cinquenta centavos), sendo descontado mensalmente no seu benefício previdenciário, desde o mês de início do contrato, entretanto, os descontos perduram até o presente momento. Outrossim, entende que houve ofensa aos dispositivos normativos regulamentadores do empréstimo consignado em folha de pagamento de benefício previdenciário. Ao final, requereu a concessão de liminar para suspensão de descontos, inversão do ônus da prova e repetição de indébito. Por fim, requereu: a) concessão dos benefícios da justiça gratuita; b) dispensa a designação de audiência prévia de conciliação; c) concessão da tutela provisória de urgência; d) expedição de ofício para cumprimento de ordem judicial; e) A citação do demandado; f) inversão do ônus da prova; g) declaração nulidade do contrato de crédito na modalidade consignada e o recálculo da dívida, tendo como base o valor original do saque realizado, incidindo, uma única vez, a taxa média anual de juros remuneratórios divulgada pelo Bacen para a modalidade “Empréstimo Pessoal Consignado Pessoa Física” na data da contratação; bem como condenação do réu ao ressarcimento das parcelas descontadas no benefício da parte autora em dobro; h) condenar também ao pagamento de indenização a título de danos morais a parte autora no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Para tanto, juntou os seguintes documentos de às pp. 17/51. Inicial recebida e concedida a tutela de urgência às pp. 52/55. Habilitação da parte ré às pp. 56/303. Petição da parte ré à p. 305, informando o cumprimento da medida liminar imposta. AR positivo fl. 310. Comunicado de Agravo de Instrumento à p. 311. O Banco BMG apresentou contestação (pp. 329/344), oportunidade em que alegou preliminarmente a ausência do interesse de agir; prescrição e inépcia da inicial, por ausência de comprovante de residência válido. No mérito, alega a inexistência de fraude na contratação de cartão de crédito consignado, pois foi efetivamente celebrado, uma vez que foi expedido o cartão de crédito de, o qual ensejou a averbação da reserva de margem consignável, mediante a disponibilização de crédito e saque e com a realização de descontos nos valores mínimos da fatura. Nesta senda, destaca que a parte autora efetuou 4 (quatro) saques que em conta de sua titularidade e que o número de contrato reclamado pela parte autora. Desta feita, entende que não há vício no produto oferecido e/ou no serviço prestado pelo BMG capaz de ensejar a anulação do contrato e a exoneração do consumidor ao pagamento, devendo ser aplicadas ao caso as excludentes de responsabilidade previstas pelos artigos 12, §3º, II e III8 e 14, §3º, I e II9, CDC, as quais exoneram o fornecedor. Outrossim, defende que há legalidade do produto cartão de crédito consignado BMG CARD, que não houve violação do dever de informação. No que diz respeito ao pedido de obrigação de fazer, informou que cumpriu tempestivamente e com relação aos danos materiais, entende que não é o caso, pois a parte autora utilizou o dinheiro sacado, bem como requereu a correção monetária e juros adequados dos danos materiais em caso de eventual condenação. Ademais, com relação ao pedido de repetição de indébito, entende que não é o caso, pois a cobrança foi devida em virtude do saque e entende que é necessário a compensação de valores em caso de condenação por danos materiais. Com a contestação juntou os documentos de pp. 345/446. A parte autora apresentou réplica 488/490, momento em que postulou pelo afastamento das preliminares e, no que tange ao mérito, alega que a parte autora não teve conhecimento de que o contrato firmado com o réu se tratava de emissão de cartão de crédito, tampouco que no momento da contratação formalizou a autorização de saque. Além disso, indica que as faturas juntadas não demonstram a utilização do cartão de crédito e que houve vício de consentimento. Especificação de provas à produzir, p. 491. A parte autora requereu o julgamento antecipado do mérito, pp. 495. A parte ré requereu depoimento pessoal do autor à p. 498. É o que basta relatar. II - PRELIMINARES Ausência de Interesse de Agir Pretensão Resistida O Réu sustenta que a ausência de reclamação prévia ou requerimento administrativo e indica inexistência de pretensão resistida. A respeito da ausência de pedido administrativo, tal pressuposto possui fundamento no tocante à falta de pretensão resistida da parte adversária. Assim, apresentada a contestação no sentido de refutar os argumentos trazidos pela parte autora, este requisito cai por terra, uma vez que demonstra a pretensão resistida pela parte ré. PROCESSO CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. INSS. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INTELIGÊNCIA DO RE 631240. REGRAS DE TRANSIÇÃO. AÇÃO AJUÍZADA ANTES DA CONCLUSÃO DO JULGAMENTO DO PRECEDENTE COM FORÇA VINCULANTE. EXISTÊNCIA DE CONTESTAÇÃO. PRETENSÃO RESISTIDA QUE EMBASA O INTERESSE PROCESSUAL. APELO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - A Suprema Corte, no julgamento do Recurso Extraordinário Repetitivo n. 631.240/MG, de relatoria do Exmo. Min. Roberto Barroso, aos 03.09.2014, decidiu que para a configuração do interesse de agir nas ações previdenciárias se mostra indispensável, em regra, o requerimento administrativo prévio. 2 - Primando pela segurança jurídica, o STF estabeleceu regras de transição para as ações de natureza previdenciárias que estivessem tramitando no momento em que foi proferido o julgamento (03.09.14), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo, nas hipóteses em que exigível. 3 - Caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito da justiça comum até 03.09.14 e o INSS já tenha apresentado contestação de

mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão, afastando-se, portanto, a extinção processual. 4 - Verifico que a ação foi ajuizada em 07.11.12. Portanto, já estava tramitando antes da conclusão do julgamento do apontado precedente vinculante, o que atrai a aplicação da regra de transição citada no item B acima descrito, considerando que, muito embora inexista requerimento administrativo visando à concessão do auxilio perseguido nos autos, a Fazenda apresentou defesa insurgindo-se contra o mérito da causa, na medida em que alega a inexistência de incapacidade para a atividade laboral, bem como a ausência de comprovação da qualidade de segurado (fls. 27/63). De tal arte, resta caracterizada a pretensão resistida, apta a embasar o interesse em agir, devendo ser afastada, portanto, a extinção processual por carência de ação, nos termos da fórmula de transição elaborada pela Suprema Corte. 5 - Apelo provido. 6 - Decisão unânime. (TJ-PE - AC: 5372329 PE, Relator: Évio Marques da Silva, Data de Julgamento: 05/12/2019, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 2ª Turma, Data de Publicação: 17/12/2019) E, concomitantemente, não havendo exigência legal para que a pretensão passe previamente por recurso administrativo, afasto a referida preliminar. Ausência do comprovante de endereço Como cediço, a petiçãoinicialdeve ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação e a inobservância deste comando enseja o indeferimento da petição de ingresso, ex vi artigos320e330do atualCPC Entretanto, Cassio Scarpinella Bueno adverte que o indeferimento da petiçãoinicialem razão da ocorrência de uma das hipóteses do artigo 330 do atualCódigo de Processo Civil(art.295), não pode se dar de forma automática quando o vício admitir saneamento. Segundo o processualista: Sempre, entretanto, que a hipótese comportar a emenda, vale dizer, a sanação do vício que pode comprometer a validade do processo (a começar pelo exercício do direito de ampla defesa do réu), a melhor interpretação, que se mostra mais afinada aos princípios já destacados, é a que viabiliza ao autor a emenda dainicialpara que a atividade jurisdicional até então desempenhada possa ser aproveitada e otimizada para chegar ao seu final, com a concessão e a prestação da tutela jurisdicional. Mesmo em situações expressamente previstas no art. 295, a solução preconizada pelo parágrafo anterior deve ser prestigiada. Saliente-se que ocomprovanteatualizado deendereço, também não se faz necessário no caso em espeque, tendo em vista que a teor do disposto no art.319doCPC, não se trata de documento indispensável. Nesse sentido é o entendimento deste egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO DETERMINAÇÃO DE EMENDA DAINICIALCOMPROVANTEDEENDEREÇO DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INDEFERIMENTO DAINICIAL- CASSAR SENTENÇA. Não há razão para o indeferimento dainiciale extinção do processo, ante a não juntada decomprovanteatualizado de residência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.17.046546-2/001, Relator (a): Des.(a) Shirley Fenzi Bertão , 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 09/08/0017, publicação da sumula em 09/08/2017). EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMENDA DAINICIAL. APRESENTAÇÃO DECOMPROVANTEDEENDEREÇO. DOCUMENTO DISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. SENTENÇA CASSADA. Tendo o autor informado seuendereçonainicialda ação, torna-se dispensável a respectiva comprovação para preenchimento dos requisitos da petiçãoinicial, nos termos dos artigos282e283doCPC/73 - aplicável a espécie. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.16.069533-4/001, Relator (a): Des.(a) João Cancio , 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/11/2016, publicação da sumula em 01/12/2016) Esclareça-se que, a mera indicação doendereçoda parte autora na petiçãoinicialé suficiente para preencher o requisito relativo à informação do domicílio, configurando rigor desnecessário a emenda. Ademais, cumpre mencionar que, assumira o autor os ônus decorrentes da indicação errônea do seuendereço, eis que as intimações realizadas no referido local são presumidamente válidas, conforme disposição do art.274,parágrafo únicodo-CPC. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMENDA DAINICIAL. APRESENTAÇÃO DECOMPROVANTEDEENDEREÇO. DOCUMENTO DISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. SENTENÇA CASSADA. Tendo o autor informado seuendereçonainicialda ação, torna-se dispensável a respectiva comprovação para preenchimento dos requisitos da petiçãoinicial, nos termos dos artigos282 e 283/73 - aplicável a espécie. (Apelação Cível 1.0000.16.069533-4/001 - 18ª CÂMARA CÍVEL - Rel. Des. João Cancio - Dje. 01/12/2016). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - PETIÇÃOINICIALINDEFERIDA - FALTA DECOMPROVANTEDE RESIDÊNCIA DO AUTOR - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - SENTENÇA CASSADA.- Estando a petiçãoinicialem conformidade com o disposto no artigo319 do CPCe considerando que da narrativa dos fatos se extrai, claramente, a pretensão do autor/recorrente de modo a possibilitar a resposta do requerido, não há que se falar em suainépcia, sob pena de infringência ao princípio constitucional de livre acesso ao judiciário previsto no artigo5° inciso XXXV da Constituição Federal. - A mera indicação doendereçoda parte autora na petiçãoinicialé suficiente para preencher o requisito relativo à informação do domicílio, não sendo exigida como documento indispensável à propositura da demanda, a apresentação decomprovantede residência. - Recurso provido. Sentença cassada. (Apelação Cível 1.0000.17.028500-1/001 - 10ª CÂMARA CÍVEL Rel. (a) Des (a) Mariangela Meyer - Dje. 16/05/2017) Vale a mesma ideia para o comprovante de endereço em nome de terceiro, uma vez que a responsabilidade pelos dados informados na inicial é do próprio autor. Desse modo, afasto a referida preliminar. Prejudicial de Mérito Prescrição O réu arguiu prejudicial de mérito, informando estar prescrita a pretensão da parte autora, pois a contratação ocorreu em 2017 e somente em 2023 ajuizou a demanda. Portanto, transcorreu in albis o prazo prescricional de três anos para o ajuizamento. A prescrição suscitada pela parte ré é inerente a pretensão de enriquecimento sem causa, o que não é o caso dos autos, pois o presente feito versa sobre revisional de contrato bancário, demanda fundada em direito pessoal com prescrição em 10 (dez) anos, conforme o art. 205 do Código Civil de 2022, tendo como marco inicial a data de vencimento da última parcela. Neste sentido, destaco: AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AUTORA. 1. As questões trazidas à discussão foram dirimidas pelo Tribunal de origem de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões. Deve ser afastada a alegada violação ao art. 1.022, II, do CPC/15. 2. A renúncia à prescrição - tácita ou expressa - depende de ato inequívoco da parte. Isto é, até mesmo a renúncia tácita não pode ser presumida com base no comportamento do sujeito ativo da obrigação. Precedentes. 3. A ação revisional ou de anulação do contrato de promessa de compra e venda por abusividade de cláusula tem natureza pessoal, de modo que, para avenças firmadas na vigência do Código Civil de 1916, aplica-se o prazo prescricional vintenário, ou decenal quando o vigente o Código Civi/2002. 3.1. Na hipótese dos autos, o contrato perdurou de 20/07/95 a 20/07/2010. E, considerando-se o prazo decenal a incidir a contar da vigência do Código Civil (11/01/2003) findo em 11/01/2013, tendo sido ajuizada a demanda em 29/04/2015, a pretensão foi alcançada pela prescrição. 4. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no AREsp n. 2.146.051/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/10/2023, DJe de 11/10/2023.) Superada a questão relativa a prescrição, considerando que o último pagamento deu-se dentro do prazo prescricional de 10 anos, afasto a prescrição arguida. III PONTOS CONTROVERTIDOS A) Fatos controvertidos: O consumidor foi devidamente informado sobre o tipo de empréstimo realizado? IV- DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA Mantém-se a regra de inversão do ônus da prova, patente a relação de consumo, bem como a facilidade técnica da ré, quanto a produção de provas, ante a hipossuficiência técnica da parte autora. V- PROVAS Defiro o pedido prova oral (p. 498), consistente no depoimento pessoal da parte autora, sob pena de confissão. Designe-se audiência de instrução e julgamento. Intimem-se. Cumpra-se.

4ª VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO COELHO DE CARVALHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA IVANDIONE DOS SANTOS DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0335/2024

ADV: MARCIA FREITAS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 1741/AC), ADV: ARMANDO DANTAS DO NASCIMENTO JUNIOR (OAB 3102/AC), ADV: VANDRÉ DA COSTA PRADO (OAB 3880/AC), ADV: DIEGO MARTIGNONI (OAB 65244/RS), ADV: ANDRÉ AUGUSTO ROCHA NERI DO NASCIMENTO (OAB 3138/AC) - Processo 0002006-90.2011.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - CREDOR: Banco da Amazônia S/A - DEVEDOR: Adenildo Lopes da Silva - A intimação para aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça deve dar-se de maneira pessoal e, não através de seu patrono, uma vez que a indicação de bens de sua propriedade é ato personalíssimo. Assim, indefiro o pedido de p. 282. Intime-se o credor para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, indicando, desde logo, bens passíveis de penhora. Intimar.

ADV: ROBERTO ALVES DE SÁ (OAB 4013/AC), ADV: VIVIANE SILVA DOS SANTOS NASCIMENTO (OAB 4247/AC), ADV: SULEMA DE ALENCAR TEIXEIRA (OAB 3890/AC) - Processo 0700016-81.2015.8.01.0001 - Imissão na Posse - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RÉ: Ana Lúcia Garcia Silva e outros - DESPACHO Intimar a parte autora pessoalmente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar o interesse no prosseguimento do feito, promovendo o ato que lhe compete nos autos da ação em curso, sob pena de extinção e arquivamento (art. 485, § 1º do CPC). Intimar.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC), ADV: EMERSON OLIVEIRA JARUDE THOMAZ (OAB 3977/AC), ADV: DANIEL MATHEUS COSTA DE MACEDO (OAB 4335/AC) - Processo 0700083-07.2019.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Espécies de Títulos de Crédito - CREDOR: Escola de Ensino Médio e Técnico Plácido de Castro Ltda - DESPACHO Intimar a parte credora pessoalmente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar o interesse no prosseguimento do feito, promovendo o ato que lhe compete nos autos da ação em curso, sob pena de extinção e arquivamento (art. 485, § 1º c/c art. 771, parágrafo único, ambos do CPC). Intimar.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 3592/AC) - Processo 0701694-19.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - AUTO-

RA: Dayse Taveira - RÉU: Seguradora Líder - Consórcios de Seguro Dpvat - Dá a parte ré por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o laudo pericial de p. 199.

ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN) - Processo 0701799-45.2014.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Banco do Brasil S/A. - 1. Intime-se o credor para que comprove o cumprimento da decisão de p. 481, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de desconstituição da penhora. 2. Verifico que foi acostada às pp. 484/485, petição do devedor José de Souza Fernandes, em que nega a existência da dívida objeto dos autos e a participação de Dalva Maria da Silva Lima e Walquiria da Silva Lima no contrato, requerendo a suspensão da cobrança. No ponto, verifico que a parte demandada foi devidamente citada na fase de conhecimento, conforme se colhe da certidão do oficial de justiça de p. 83, transcorrendo o prazo para resposta sem manifestação. A Sentença de pp. 87/88, decretou a revelia da parte demandada e julgada ação de cobrança procedente, transitando em julgado sem qualquer recurso das partes. Assim, não é lícito ao devedor rediscutir a matéria acobertada pela coisa julgada. Por fim, pontuo que as devedoras Dalva Maria da Silva Lima e Walquiria da Silva Lima assinaram o contrato na qualidade de fiadora e não testemunha, conforme consta das pp. 15 e 17. Diante de tais motivos, indefiro o pedido de suspensão formulado pelo devedor. Intimar.

ADV: EMERSON OLIVEIRA JARUDE THOMAZ (OAB 3977/AC), ADV: RENATO BARCELO LEITE (OAB 4210/AC) - Processo 0702408-86.2018.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - CREDOR: União Educacional do Norte - Indefiro o pedido de citação por edital, uma vez que a devedora foi devidamente citada da ação, conforme Aviso de Recebimento de p. 174. Concedo o prazo de 10 (dez) dias ao credor para requerer o que entender de direito para o momento processual. Intimar.

ADV: RAIMUNDO NONATO LIMA (OAB 1420/AC), ADV: ANTÔNIO RODRIGO SANT'ANA (OAB 234190/SP), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 4852/AC), ADV: GEOVANNI CAVALCANTE FONTENELE (OAB 4106/AC), ADV: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA (OAB 23664/PB), ADV: NÁTTALY CRISTINE VIDAL DE ALMEIDA (OAB 5543/AC), ADV: SIDNEY GRACIANO FRANZE (OAB 122221/SP) - Processo 0703297-64.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Cleiton Fernandes dos Santos - REQUERIDO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - Daycoval S.a, - BANCO INBURSA S/A - BANCO ARBI S.A - Dá a parte ré Banco Inbursa por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da petição de p. 293/294.

ADV: JAYNE SOARES DA SILVA (OAB 5627/AC), ADV: LEONARDO SILVA DE OLIVEIRA BANDEIRA (OAB 5638/AC) - Processo 0703505-82.2022.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - CREDOR: Espolio de Maria Assunção Justa Freitas Representado Por Sua Inventariante Marília Leite Vilas Boas Calixto - DEVEDOR: Rodrigo Leite Ferreira - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta de citação/intimação negativa , sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: DEBORAH RAQUEL SILVA PARA DE AZEVEDO (OAB 3333/AC), ADV: MICHELLE SANTOS ALLAN DE OLIVEIRA (OAB 43804/BA), ADV: MICHELLE SANTOS ALLAN DE OLIVEIRA (OAB 43804/BA) - Processo 0705428-75.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - AUTORA: Sebastiana Humbelino da Silva - RÉU: Banco Máxima S/A (master) - Prover Promoção de Vendas Ltda ¿ Epp (avancard) - Dispositivo: Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial para declarar a nulidade dos contratos acostados às pp. 33-44, condenando os réus à readequação das operações firmadas para a modalidade de empréstimo consignado, considerando a aplicação da taxa de juros previstas pelo Banco Central no momento da tomada de valores e parcelas fixas, conforme parâmetros fixados na fundamentação (contrato 51-2000240473 deve ser readequado para prever a cobrança de 60 parcelas de R$ 97,10, com saldo devedor original de R$ 5.826,00 e contrato 51-2000270016 deve ser adequado para prever a cobrança de 60 parcelas de R$ 19,79, com saldo devedor original de R$ 1.187,40) Por conseguinte, determino aos réus que restituam os valores que excederam as parcelas fixadas, em dobro, observado o acréscimo de correção monetária pelo índice INPC e juros de 1% ao mês, ambos, desde a data do desconto de cada parcela. A apuração de valores deverá ser feita em sede de liquidação de sentença, eis que as parcelas ainda estão sendo descontadas. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Declaro extinto o processo, com resolução do mérito, fazendo isto com fundamento no art. 487, inciso I do CPC. As custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados na base de 10% do valor da condenação, devem ser custeados por ambas as partes, na proporção de 70% ao réu e de 30% à autora, observada a suspensão da exigibilidade desta obrigação, em razão da gratuidade de justiça que foi deferida à reclamante. Publicar, intimar e, após o trânsito em julgado, arquivar os atos.

ADV: MATHEUS DA COSTA MOURA (OAB 5492/AC) - Processo 0709194-88.2014.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - CREDOR: José Acrevenos Espindola de Souza - DEVEDOR: Ipê Empreendimentos Imobiliários Ltda - Dá a parte credora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da satisfação da dívida.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 3600/AC) - Processo 0709508-82.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda. - RÉ: Ludimila Rodrigues de Souza - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0710206-59.2022.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DO ACRE – SICOOB ACRE, - DESPACHO Manifeste-se o credor quanto as respostas obtidas pelas pesquisas SISBAJUD, RENAJUD e INJOJUD de pp. 243-252, no prazo de 10 (dez) dias. Em caso de não manifestação do credor com as pesquisas, determino a SUSPENSÃO da presente execução pelo prazo de 1(um) ano ou até haver a efetiva indicação de bens passíveis de penhora, nos termos do art. 921, inciso III do CPC. Intimar.

ADV: GISELE VARGAS MARQUES COSTA (OAB 3897/AC) - Processo 0710374-90.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTOR: Jose Almeron Lima Leodegario - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 16/2016, item B1) Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ) - Processo 0711490-15.2016.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Títulos de Crédito - CREDOR: Banco do Brasil S/A. - Compulsando detidamente os autos, verifico que novamente o credor indicou a penhora o imóvel de matrícula 842, constando manifestação do devedor à p. 377. Considerando que consta averbação de bloqueio na matrícula do bem, a qual decorreu de procedimento de sindicância, concedo novo prazo de 10 (dez) dias ao credor para manifestação. Intimar.

ADV: SADI BONATTO (OAB 12632AMT), ADV: RICARDO ALEXANDRE FERNANDES FILHO (OAB 3196/AC) - Processo 0712679-52.2021.8.01.0001 - Monitória - Mútuo - AUTOR: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Func. de Instituições Financeiras Públicas Federais Ltda - RÉU: Tiago Marques de Oliveira - Dá as partes por intimadas para ciência do retorno dos autos da instância superior, bem como para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentando desde logo os cálculos de liquidação, se for o caso.

ADV: PAULA ALOANA BRAUNA ARAUJO (OAB 5260/AC), ADV: ANTONIO OLIMPIO DE MELO SOBRINHO (OAB 3354/AC) - Processo 0712977-44.2021.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Paulo Castilho dos Santos - REQUERIDO: Sbardelott & Souza Consultacre Ltda - Manifeste-se o requerente quanto a petição de pp. 349/353, no prazo de 10 (dez) dias. Intimar.

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0715806-61.2022.8.01.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - DESPACHO Concedo o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias à parte autora para promover a citação, sob pena de extinção sem resolução do mérito, vez que configurado ausência de pressuposto válido e regular do processo (ausência de citação), na forma do art. 485, inciso IV do CPC. Intimar.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO SHIRLEI DE OLIVEIRA HAGE MENEZES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA IVANDIONE DOS SANTOS DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0334/2024

ADV: JAMILY DA COSTA GOMES WENCESLAU (OAB 4748/AC), ADV: RODRIGO STUDART WERNIK (OAB 55584DF/), ADV: KARINNE FERNANDA NUNES MOURA WERNIK (OAB 52520DF/) - Processo 0002006-75.2020.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - AUTOR: Reinaldo Cesar Hartmann - RÉU: Sobek de Alcântara Rebello - Luiza Barbosa Araújo - Decisão Convalido os atos praticados nestes autos e com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 5 dias para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência e/ou que apresentem razões finais. Após, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos para julgamento. Intimar.

ADV: FLORIANO EDMUNDO POERSCH (OAB 654/AC), ADV: ANGELICA ALMEIDA MONTEIRO (OAB 9005/PA), ADV: LEANDRO RAMOS (OAB 5347/

AC), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS, ADV: THIAGO VINICIUS GWOZDZ POERSCH - Processo 0007290-93.2022.8.01.0001 - Ação Civil Pública - Compulsória - AUTOR: Sindicato dos Empregados Em Estabelecimentos Bancários do Estado do Acre - RÉU: Banco da Amazônia S/A - Em razão da possibilidade de atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração, intimem-se ambas as partes para se manifestarem, no prazo comum de 5 dias a respeito dos embargos de declaração apresentados pela parte adversa. Decorrido o prazo ou vindas as manifestações, retornem os autos conclusos para prolação de sentença.

ADV: MÁRCIA CONCEIÇÃO ALVES DINAMARCO (OAB 108325/SP), ADV: RAPHAELA MESSIAS QUEIROZ RODRIGUES (OAB 3003/AC) - Processo 0700283-38.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Fernando Lima Nobre - REQUERIDO: Paiakam Agência de Viagens e Turismo Eirelli - Cleonice Costa de Oliveira - Consolidadora Nl Serviços Turisticos Ltda - Intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação de pp. 90-111 e para se manifestar acerca do AR negativo de pp. 122-123, requerendo o que entender de direito para viabilizar a citação das rés, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito em relação a estas.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS LÉLIS (OAB 23289/PE), ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE), ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE) - Processo 0700461-84.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Eracione Trindade da Costa - REQUERIDO: Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.a. - DECISÃO Verifico que a defensora requereu expressamente a sua intimação pessoal pelo portal eletrônico, conforme consignado no termo de audiência (p. 218), sem que os autos fossem conclusos para apreciação pelo juízo. Em razão do decurso do prazo sem apresentação da manifestação, a fim de não causar prejuízo ao direito da parte autora, renovo o prazo de 15 (quinze) dias, em dobro, para a apresentação de réplica. Faculto às partes o prazo comum de 5 dias para especificar as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência. Publicar e Intimar.

ADV: DARA MELLO FERREIRA (OAB 5651/AC), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC) - Processo 0702442-22.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Uniacre Industria e Comercio Ltda - REQUERIDO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - Constato que as partes acordaram quanto à suspensão da obrigação de fazer em fase de cumprimento de sentença, assim determino a SUSPENSÃO da presente execução pelo prazo de 01 (UM) ano, com esteio no art. 922, do CPC. Intimar e cumprir.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 3400/AC), ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MAIA GOMES (OAB 5694/AC), ADV: WILLIAM FERNANDES RODRIGUES (OAB 5000/AC) - Processo 0702568-72.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Matheus Blaya Leite - REQUERIDO: FINANCEIRA BRB - BANCO BRB - Banco do Brasil S/A. - NUBANK – NU FINANCEIRA - Dá a parte sucumbente por intimada para, providenciar e comprovar o pagamento das custas processuais relativas aos autos em epígrafe, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de protesto e inscrição como dívida ativa do Estado do Acre.

ADV: SIMEÃO FERREIRA DE BRITO NETO (OAB 62051A/GO) - Processo 0704392-95.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - AUTOR: Santos & Costa Comercio Ltda - DECISÃO Trata-se de pedido de concessão da gratuidade da justiça em favor do autor. Através da decisão de p. 236, este Juízo admitiu o processamento da presente ação e determinou que fosse realizado o recolhimento das custas processuais de forma integral, uma vez que a parte não possui interesse na realização da audiência de conciliação. É indispensável a apresentação de documentos que comprovem a condição de insuficiência de recursos financeiras, o que exigido pelo art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, já que a concessão de gratuidade não exije o estado de miséria absoluta, bastando necessário a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. Como já dito, a simples afirmação de que não possui condições de arcar com o pagamento das custas e despesas processuais não é suficiente para o deferimento do benefício, na medida em que não é capaz, por si só, de infirmar os indícios de que a parte dispõe de condições para fazer face àquelas despesas, tendo em vista que tal afirmação tem presunção apenas relativa, podendo ser ilidida por outras provas ou circunstâncias. Da análise dos documentos acostados (pp. 241-260), mormente quanto aos fatos narrados na inicial, não é possível conferir ao autor a presunção de hipossuficiência econômica, pois os balanços patrimoniais apresentados dos anos de 2021, 2022 e 2023 (pp. 242,244 e 246) mostram que a empresa auferiu nos respectivos exercícios anuais lucro líquido com valores elevados, cito, por exemplo o ano de 2022 (p. 244), cujo lucro líquido do exercício foi de R$ 271.206,28 (duzentos e setenta e um mil duzentos e seis reais e vinte e oito centavos). Ademais, não há qualquer outro documento nos autos, tampouco àqueles citados na já referida decisão, que evidencie a vulnerabilidade econômica do autor. Isso posto, indefiro o pedido de concessão da gratuidade judiciária e concedo, mais uma vez, o prazo de 15 (quinze) dias para comprovar o integral recolhimento da taxa judiciária (3%), já que não postularam a realização de audiência prévia de conciliação, sob pena de cancelamento da distribuição, na forma do art. 290 do Código de Processo Civil. Uma vez comprovado o recolhimento das custas: Passo a decidir acerca da tutela de urgência. Nos moldes do art.300, do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Informou a autora que em 06/10/2021 as partes firmaram contrato de locação de ativos digitais, com prazo determinado de 60 meses, mediante aporte de valores superiores a R$ 10.000,00 e que, a partir de agosto e setembro/2022 passaram a ocorrer atrasos no repasse de rendimentos da carteira de ativos locada, dando ensejo ao pedido de rescisão contratual, formalizando a primeira ré termo de distrato, com confissão de dívida no importe de R$ 396.188,61 a ser restituído, no entanto, não foi efetuado o pagamento no prazo disposto em contrato. Declara que a ré está sendo investigada por realizar atividade considerada como pirâmide financeira, com possibilidade de dilapidação do patrimônio, respondendo à Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Acre, concluindo este que a empresa pratica atividade ilícita, por ser configurada como pirâmide financeira, além de não ter autorização e licença junto à CVM para operar no seguimento. Dessa forma, requereu tutela de urgência cautelar consistente no bloqueio de bens da empresa ré até o montante da dívida de R$ 396.188,61 (trezentos e noventa e seis mil cento e oitenta e oito reais e sessenta e um centavos), considerando o cenário de investigação de atividade ilícita pelo Ministério Público e noticiado em matérias jornalísticas, com inúmeras ações judiciais similares, a fim de garantir a satisfação futura do crédito do autor. Ainda, requereu envio de oficio à Exchange Binance para bloqueio da referida quantia nas contas dos requeridos, bem como a gravação de penhora em imóveis indicados nas pp. 31-32. Examinando os autos, verifico na pp. 53-57 o instrumento de contrato de locação de ativos digitais firmado entre as partes, firmado em 11/10/2021, e na pp. 67-68 termo de distrato firmado em 25/01/2023 no sentido de confirmar a extinção daquele contrato, ficando a locatária XLAND HOLDING LTDA obrigada a promover a restituição do de R$ 396.188,61 em uma conta de titularidade do locador, ora autor. Também restou demonstrada a petição inicial da Ação Civil Pública em trâmite nos autos de n. 071277228-2022.8.01.0001, com referência a uma série de irregularidades nas atividades realizadas pela demandada, apontando que a atividade praticada pela ré consiste em pirâmide financeira, objetivando a dissolução da pessoa jurídica e declaração de nulidade dos contratos por ela firmados, reparação pelos danos morais causados, também vindicando a desconsideração da personalidade jurídica. Demonstrada a exigibilidade do crédito em face da parte demandada, além do perigo de dano cingir-se na informação de que os responsáveis estão esquivando-se do cumprimento da obrigação. Tal informação é corroborada pelas matérias jornalísticas apresentadas aos autos. Por fim, a medida postulada é reversível (arresto), portanto, não irá causar danos irreparáveis ou de difícil reparação ao réu. Em análise perfunctória, estando presentes os requisitos legais necessários à concessão da medida de urgência postulada, DEFIRO o pedido de arresto cautelar de valores no sistema SISBAJUD da empresa/ré Xland Holding Ltda, limitado ao montante de R$ R$ 396.188,61 (trezentos e noventa e seis mil cento e oitenta e oito reais e sessenta e um centavos). Em relação ao pedido de indisponibilidade de bens imóveis da demandada Xland Holding Ltda, anote-se via CNIB. Por fim, determino a citação dos sócios demandados para responder ao pedido de desconsideração da personalidade jurídica, restando indeferidas as medidas constritivas em face daqueles, na medida em que somente após o deferimento da desconsideração é que é possível reconhecer a responsabilidade pessoal dos sócios. Da mesma forma, quanto às empresas indicadas no polo passivo como componentes de um mesmo grupo econômico. Citar a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial (art. 344 do CPC). Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art. 139, V e Enunciado n. 35 da ENFAM). Não havendo localização da parte ré e havendo pedido autoral, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD, SIEL, SERASAJUD e SAJ-PG. Cumprir e Intimar.

ADV: DANIEL MATHEUS COSTA DE MACEDO (OAB 4335/AC), ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0707556-73.2021.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - CREDOR: União Educacional do Norte - DEVEDOR: L.F.F.M. - Dá a parte Autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça. Sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: SUSANE JANAÍNA DE OLIVEIRA FURLAN (OAB 490959/SP) - Processo 0707821-70.2024.8.01.0001 (apensado ao processo 0714574-77.2023.8.01.0001) - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - CREDOR: Rec Via Verde Empreendimentos Ltda - DEVEDOR: Laser Fast Depilação Ltda - Considerando o disposto na cláusula 3.1 do acordo firmado entre as partes nos autos principais (p. 155-161), que dispõe que o não pagamento das parcelas/aluguéis/encargos a vencerem mensalmente implicaria na rescisão contratual e imediata expedição de mandado de despejo, independente de intimação, com vencimento antecipado da dívida, assiste

razão à parte autora. Desta feita, defiro o pedido autoral para determinar o despejo da parte devedora do espaço comercial (EUC nº. 046-047) denominado LASER FAST, localizado no Via Verde Shopping, nesta cidade. Fixo o prazo de 5 dias para a desocupação da requerida, considerando a logística necessária para tanto. Fica, desde já, autorizado o auxílio de força policial, acaso seja necessário. Intimem-se.

ADV: SUSANE JANAÍNA DE OLIVEIRA FURLAN (OAB 490959/SP) - Processo 0707826-92.2024.8.01.0001 (apensado ao processo 0715881-66.2023.8.01.0001) - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - CREDOR: Rec Via Verde Empreendimentos Ltda - DEVEDOR: Fal Comercio de Confeccoes Ltda - Considerando o disposto na cláusula 3.1 do acordo firmado entre as partes nos autos principais (p. 173-180), que dispõe que o não pagamento das parcelas/aluguéis/encargos a vencerem mensalmente implicaria na rescisão contratual e imediata expedição de mandado de despejo, independente de intimação, com vencimento antecipado da dívida, assiste razão à parte autora. Desta feita, defiro o pedido autoral para determinar o despejo da parte devedora do espaço comercial nº 112/113 denominado CLUBE MORENA ROSA, localizado no Via Verde Shopping, nesta cidade. Fixo o prazo de 5 dias para a desocupação da requerida, considerando a logística necessária para tanto. Fica, desde já, autorizado o auxílio de força policial, acaso seja necessário. Intimem-se.

ADV: ITALO SCARAMUSSA LUZ (OAB 9173/ES) - Processo 0708159-49.2021.8.01.0001 - Monitória - Contratos Bancários - AUTOR: Banco do Brasil S/A. - RÉU: Junior Roberto Lucas da Silva - AVALISTA: Aildo de Souza Monteiro - Francineide Paiva da Silva Monteiro - Despacho Intime-se, pessoalmente, o representante legal da autora, por carta/AR, e respectivo advogado, via DJe, para darem andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de de extinção do processo por abandono da causa (art. 485, III, c/c §1º, CPC). Cumpra-se.

ADV: IZABELE MELO BRILHANTE (OAB 6215/AC), ADV: IZABELE MELO BRILHANTE (OAB 6215/AC), ADV: IZABELE MELO BRILHANTE (OAB 6215/AC), ADV: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO (OAB 129459/MG), ADV: IZABELE MELO BRILHANTE (OAB 6215/AC) - Processo 0709255-94.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - AUTOR: Sivaldo Lopes da Silva Junior - Francisca Marcia Silva de Lima - Chritian Miguel Lopes da Silva - Raphael Henrique Lopes da Silva - RÉU: 123 VIAGENS E TURISMO LTDA - DECISÃO Trata-se de ação em que os autores pleiteiam obrigação de fazer consistente na emissão de passagens, e de forma subsidiária a devolução dos valores pagos, bem como indenização por danos morais. Postula a concessão da tutela de urgência antecipada para ordenar a ré ao cumprimento da obrigação de fazer, consistente na emissão das passagens aéreas com o mesmo itinerário e data. Nos termos do art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Segundo o parágrafo 3º do citado artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Inicialmente, destaco que a ré apresentou pedido de recuperação judicial (Proc. nº 5194147-26.2023.8.13.0024), perante o Juízo da 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte-MG, sendo que já houve o deferimento do processamento da recuperação. No presente caso, há prova de que houve a compra das passagens aéreas junto a empresa ré (documentos de pp. 27-38), sendo de conhecimento público a recusa da requerida na emissão dos bilhetes. Por este aspecto, a probabilidade do direito é evidenciada, mas não se pode descuidar dos efeitos do artigo 6º da Lei nº 11.101/2005, o que implica no impedimento de se impor constrição para efeito de garantir o crédito para aquisição das passagens requeridas. Vejamos: Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:(Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020)(Vigência) I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei; (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência) II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência;(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020)(Vigência) III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência) No mesmo sentido, resta inviável determinar qualquer medida de constrição pleiteada pela autora, ante a vedação expressa do dispositivo acima transcrito. Desta feita, diante da recuperação judicial cujo processamento foi deferido, reputo que o elemento (probabilidade do direito), autorizador da tutela de urgência vindicada, se torna fragilizado. Portanto, INDEFIRO o pedido de tutela requerido. Defiro a gratuidade judiciária aos autores, com fundamento no art. 98 do CPC. Tratando-se de relação consumerista e, em razão da hipossuficiência da parte autora, defiro o pleito de inversão do ônus probatório, com fulcro no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, além da exibição de todos os documentos pertinentes aos contratos descritos na exordial, devendo a Secretaria fazer constar no mandado, além das advertências de praxe (CPC, art. 344), o previso no art. 400, também do Código de Processo Civil. Diante do comparecimento espontâneo do requerido nos autos (pp. 44/79), reputo-o citado nos moldes do art. 239, § 1º do CPC. Remeter os autos ao Ministério Público para manifestação, nos termos do art. 178, II do CPC. Intimar.

ADV: HILÁRIO DE CASTRO MELO JÚNIOR (OAB 2446/AC) - Processo 0709297-46.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Nota Fiscal ou Fatura - REQUERENTE: Obras Sociais da Diocese de Rio Branco - Hospital Santa Juliana - REQUERIDA: Maria das Graças Souza de Santana - DECISÃO Defiro a gratuidade judiciária, com fundamento no art. 2º, VII da Lei Estadual nº 1.422/2001. Destaque-se data para a audiência de conciliação/mediação, a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias (art. 334, caput, CPC), procedendo-se à intimação da autora para a referida audiência, através de seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC). Cite-se e intime-se a parte contrária, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias (art. 334, parte final, do CPC), para comparecer à audiência, fazendo consignar no mandado que o prazo para a defesa (que será de 15 dias art. 335, caput do CPC) começará a fluir da data da referida audiência ou, em ocorrendo quaisquer das hipóteses de que trata o art. 335, I a III, do art. 335 do CPC, das datas em que ocorrerem as situações ali previstas, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato (art. 344 do CPC). Faça-se consignar, também, no mandado, que as partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, § 9º, do CPC), bem como de que poderão se fazer representar por pessoas por elas nomeadas, desde que o façam por procuração específica, devendo estar expressos no aludido instrumento poderes para negociar e transigir (art. 334, § 10, do CPC). Faça-se constar, ainda, que a ausência, injustificada, de qualquer das partes à audiência designada, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça, punível com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, § 8º, do CPC). Não havendo localização da parte ré e havendo pedido autoral, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SERASAJUD, SIEL, SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD. Intimar.

ADV: WAGNER ALVARES DE SOUZA (OAB 3930/AC) - Processo 0710107-21.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Pedro Nagib da Silva Bertoleza - Teor do ato. (...): "Após, intimar a parte autora para recolher a primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, CPC)."

ADV: GUSTAVO FARIA VALADARES (OAB 4233/AC) - Processo 0710249-59.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - AUTOR: J&d Construções Ltda (J & R Construções) - REQUERIDO: Construlagos Construtora e Empreendimentos Ltda - DESPACHO Recebo a emenda à inicial (pp. 458-464). No mais, concedo a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste o interesse no prosseguimento do feito, promovendo o ato que lhe compete nos autos da ação em curso, sob pena de extinção e arquivamento (art. 485, § 1º c/c art. 771, parágrafo único, ambos do CPC). Intimar.

ADV: ENIZAN DE OLIVEIRA COSTA (OAB 5176/AC) - Processo 0710543-14.2023.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - CREDOR: Barreiros e Almeida Ltda. (Ok Magazine-Filial) - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de 1 (um) mandado, compreendendo o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos). A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte exequente por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

ADV: WASHINGTON LUIZ DE MIRANDA DOMINGUES TRANM (OAB 133406/MG) - Processo 0710678-60.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - AUTORA: Rosilda Gentil da Rocha - RÉU: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA - MULTIMARCAS CONSÓRCIOS - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 16/2016, item N14) Dá a parte sucumbente por intimada para, providenciar e comprovar o pagamento das custas processuais relativas aos autos em epígrafe, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de protesto e inscrição como dívida ativa do Estado do Acre.

ADV: SAMARA MAIA DOS SANTOS SARKIS (OAB 6145/AC) - Processo 0711055-60.2024.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - CREDOR: A.E.R.B. - DEVEDOR: A.C.M.J. - Decisão Defiro a gratuidade judiciária, com fundamento no art. 2º, VII da Lei Estadual nº 1.422/2001. Citar a parte executada para pagamento da dívida, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de imediata penhora e avaliação dos bens, nos termos do Art. 829, § 1º, c/c Arts. 831 ao 835 do CPC. Tem prioridade na penhora os bens indicados na inicial pelo exequente, nos termos do Art. 829, § 2º, do CPC Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, os quais serão reduzidos pela metade em caso de pagamento integral da dívida no prazo acima concedido, nos termos do Art. 827, §§ 1º e 2º, do CPC. Não localizado o executado, fica o Oficial de Justiça deverá efetuar o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução, observando

o disposto no Art. 830, §§ 1º ao 3º, do CPC. Caso não sejam indicados ou localizados bens passíveis de penhora e observando a ordem de preferência do art. 835, do CPC e, se requerido BLOQUEIO DE VALORES através do Sistema SISBAJUD, proceda, a Secretaria, à pesquisa on line nas contas correntes, poupanças ou aplicações financeiras da parte devedora, até o limite do crédito exeqüendo, por solicitação ao BACEN, via internet. Ocorrido o bloqueio de valor excessivo, deverá a Secretaria promover o cancelamento de eventual indisponibilidade irregular ou excessiva. Também não subsistirá o bloqueio de valor insuficiente para pagamento das custas da execução, devendo a Secretaria proceder ao desbloqueio, nos termos do art. 854, 1º, c/c Art. 836, do CPC. Efetivado o bloqueio, ainda que parcial do valor da execução, deverá a parte executada ser intimada para em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §§ 2º e 3º, do CPC (bens impenhoráveis e remanescente de indisponibilidade excessiva) e, ocorrendo impugnação, intimar a parte exequente para se manifestar em igual prazo, em homenagem ao disposto nos Arts. 7º ao 10, do CPC. Decorrido in albis o prazo acima, deverá a importância bloqueada ser transferida para conta judicial no Banco do Brasil vinculada a este Juízo, dispensando a lavratura do termo de penhora, e proceder a intimação da parte exequente para em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da satisfação do crédito. Frustrado o bloqueio de valores e havendo pedido de PESQUISA DE VEÍCULOS automotores de via terrestre, deverá a Secretaria providenciar, através do Sistema RENAJUD, a pesquisa pelo CPF ou CNPJ do executado e efetivar a restrição de transferência, dispensando a lavratura do Termo de Penhora, uma vez que o bem não foi efetivamente localizado e intimar o exequente da diligência, oportunidade em que deverá indicar a localização do bem. Realizada a apreensão do bem em eventuais fiscalizações ou indicado endereço pelo exequente, expedir Mandado de Penhora para perfectibilização do ato, quando deverá ser efetivamente realizada a avaliação pelo Oficial de Justiça, nos termos do art. 870, inciso IV, do CPC. Frustradas as diligências de bloqueio de valores e pesquisa de veículos, intimar a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar outros bens passíveis de penhora, comprovando a propriedade, quando possível. Havendo a indicação de BENS IMÓVEIS, deverá o exequente observar o disposto no art. 845, § 1º, do CPC (prova da propriedade), bem como o art. 871, I, do CPC (estimativa do bem). Cumprida a determinação acima, a Secretaria deverá expedir o Termo de Penhora e intimar a parte executada para, no prazo de 10 (dez), requerer o que lhe convir nos termos do art. 847, do CPC (substituição da penhora) e manifestar-se acerca da estimativa do bem (art. 871, I, do CPC). Decorrido o prazo acima, intimar a parte exequente para o disposto no art. 844, do CPC (presunção contra terceiros) e, não havendo concordância acerca da estimativa, expedir Mandado de Avaliação, devendo o Oficial de Justiça observar estritamente o disposto nos arts. 870 e 872 e, apresentado o Laudo de Avaliação e Vistoria, deverão as partes serem intimadas. Não havendo impugnação à avaliação, a Secretaria deverá intimar o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, dizer se tem interesse na adjudicação da penhora, pelo valor não inferior ao da avaliação (art. 876, do CPC) ou na alienação dos mesmos por iniciativa própria (art. 879, I, do CPC). Não havendo localização da parte ré e havendo pedido do credor, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD, SIEL, SERASAJUD e SAJ-PG. Intimar e cumprir.

ADV: JULIANA SOARES SARAIVA (OAB 6381/AC) - Processo 0711184-65.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTORA: Rita de Cássia Ferreira Soares - RÉU: Banco do Brasil S.a - DECISÃO Defiro a gratuidade judiciária, com fundamento no art. 98 do CPC. Citar a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial (art. 344 do CPC). Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art. 139, V e Enunciado n. 35 da ENFAM). Não havendo localização da parte ré e havendo pedido autoral, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD, SIEL, SERASAJUD e SAJ-PG. Intimar.

ADV: RENATO CÉSAR LOPES DA CRUZ (OAB 2963/AC), ADV: ANDREA SANTOS PELATTI (OAB 3450/AC), ADV: ROBERTO BARRETO DE ALMEIDA (OAB 3344/AC), ADV: AILTON CARLOS SAMPAIO DA SILVA (OAB 4543/AC), ADV: MAYSON COSTA MORAIS (OAB 4681/AC), ADV: BERNARDO BUOSI (OAB 6117/AC) - Processo 0712546-78.2019.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - AUTORA: Clicia Maria Cordeiro Lima - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A. - Relação: 0070/2024 Teor do ato: DECISÃO Citar a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial (art. 344 do CPC). Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art. 139, V e Enunciado n. 35 da ENFAM). Intimar. Advogados(s): Renato César Lopes da Cruz (OAB 2963/AC), Andrea Santos Pelatti (OAB 3450/AC), Roberto Barreto de Almeida (OAB 3344/AC), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 3600/AC), Ailton Carlos Sampaio da Silva (OAB 4543/AC), Mayson Costa Morais (OAB 4681/AC)

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0715542-44.2022.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. - RÉU: Amanda Gadelha Menezes Pinheiro - DESPACHO Embora não exauridas as possibilidades de obtenção das informações pretendidas (atual localização da parte demandada), entendo necessária a pesquisa de endereço através dos sistemas INFOJUD, SISBAJUD e RENAJUD. Proceda a Secretaria à referida pesquisa on line, e, posteriormente, intime-se a parte para se manifestar no prazo de 5 dias. Intimem-se.

ADV: MARIZE ANNA MONTEIRO DE OLIVEIRA SINGUI (OAB 772/AC), ADV: JOSIANE DO COUTO SPADA (OAB 3805/AC), ADV: MAURICIO VICENTE SPADA (OAB 4308/AC), ADV: ANTONIO SÉRGIO BLASQUEZ DE SÁ PEREIRA (OAB 4593/AC), ADV: CLAUDEMIR DA SILVA (OAB 4641/AC), ADV: VITOR MONTEIRO SINGUI (OAB 4899/AC), ADV: EDUARDO LUIZ SPADA (OAB 5072/AC), ADV: RODRIGO MONTEIRO SINGUI (OAB 6113/AC), ADV: CLÁUDIO VINÍCIUS MESQUITA E SILVA (OAB 6523/AC) - Processo 0715979-51.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços de Saúde - AUTOR: Jeferson Uilian Alves Cardoso - RÉU: UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA - Deusmar Singui Filho - DESPACHO Com fundamento nos arst. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 5 dias para especificar as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência. Intimar.

ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN) - Processo 0717027-45.2023.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - AUTOR: Banco do Brasil S/A. - RÉU: Dorian Lessa Pinheiro do Vale - Despacho Expeça-se mandado de citação, observando o endereço constante na p. 117. Intimar. Cumprir.

5ª VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO SHIRLEI DE OLIVEIRA HAGE MENEZES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUANA RODRIGUES CAVALCANTE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0252/2024

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0700070-08.2019.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - CREDOR: União Educacional do Norte - uninorte - DEVEDORA: Gleycianne de Sousa Viana - SENTENÇA A parte demandante União Educacional do Norte -uninorte e a parte demandada Gleycianne de Sousa Viana, celebraram acordo extrajudicial, tendo juntado aos autos o respectivo instrumento (pp. 176/177) e requereram a homologação judicial. É o relatório do necessário. Decido. De início, faço consignar que as sentença de homologação de acordo não estão sujeitas à ordem cronológica de que trata o art. 12, caput e §3º do CPC, posto que inseridas na exceção prevista no art. 12, § 2º, inciso I, do CPC. Trata-se de direto disponível, sobre o qual as partes podem transigir nos moldes do art. 840 do CC. Isto posto, ante a transação entre as partes, e considerando que o Termo de Acordo encontra-se assinado de forma manuscrita pela parte demandada, bem como, pelo patrono da parte demandante, a qual possui poderes para transigir, HOMOLOGO, com eficácia de título executivo judicial, o acordo realizado entre as partes, na forma e condições das cláusulas descritas no Termo de Acordo (pp. 255/257), exceto no tocante à cláusula 8.3 e suas alíneas “a” e “a” a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos. Por conseguinte, em sendo a transação uma das formas de extinção do feito com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, III, b, do CPC, declaro extinto o processo. Sem custas remanescentes, em razão do disposto nos arts. 90, § 3.º, e 771, parágrafo único, ambos do CPC. Publique-se, intimem-se e arquivem-se os autos na forma da lei, na medida em que acordo ou transação entre as partes é ato incompatível com o direito de recorrer, gerando o trânsito em julgado imediato da sentença.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 60295/PR), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0703360-26.2022.8.01.0001 - Monitória - Obrigações - AUTOR: Cooperativa de Crédito e Livre Admissão de Rio Branco Ltda - Sicoob Unirbo - RÉU: Evelyne Ramires Cunha (Imperio Doce). - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da diligência do juízo às fls. 164/168, indicando qual endereço deve ser diligenciado, recolhendo, no prazo acima, a taxa de diligência externa em caso de citação realizada por Oficial de Justiça.

ADV: FELIX JOSSAN ZALTRON (OAB 78662/BA), ADV: JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI (OAB 5763/AC), ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN) - Processo 0704027-41.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - AUTORA: Maria Aparecida Thomaz da Silva - RÉU: Banco BMG S.A. - Banco Daycoval S.a - Banco do Brasil S/A. - Cooperforte- Cooperativa de Economia e Credito Mutuo de Funcionarios de Instituicoes Financeiras Publicas Federais Ltda. - Nubank S.a. - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas,

por seus patronos, para comparecerem à Audiência de Conciliação, designada para o dia 01/10/2024, às 11:15h, a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet disponibilizado pelo TJAC. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/eqw-kbty-myh, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Caso a parte tenha dificuldade para acesso ao sistema, poderá pedir auxilio do servidor da unidade, através do contato: ligação e whatssapp (68) 3211 5473/(68) 3212-8448. Ficam, os patronos advertidos de que a impossibilidade de comparecimento virtual a audiência, deve ser comunicada ao Juízo, por petição nos autos, até 5 (cinco) dias antes da data agendada.

ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN), ADV: FELIX JOSSAN ZALTRON (OAB 78662/BA), ADV: JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI (OAB 5763/AC) - Processo 0704027-41.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - AUTORA: Maria Aparecida Thomaz da Silva - RÉU: Banco BMG S.A. - Banco Daycoval S.a - Banco do Brasil S/A. - Cooperforte- Cooperativa de Economia e Credito Mutuo de Funcionarios de Instituicoes Financeiras Publicas Federais Ltda. - Nubank S.a. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer os dados completos com indicação de endereço eletrônico do órgão empregador, para fins de cumprimento da Decisão de fls. 124/130.

ADV: CLAUDIA PATRICIA PEREIRA DE OLIVEIRA MARÇAL (OAB 3680/AC), ADV: CLAUDY LIMA DA SILVA (OAB 4575/AC), ADV: RICARDO ALEXANDRE FERNANDES FILHO (OAB 3196/AC), ADV: CLAUDIA PATRICIA PEREIRA DE OLIVEIRA MARÇAL (OAB 3680/AC), ADV: CLAUDIA PATRICIA PEREIRA DE OLIVEIRA MARÇAL (OAB 3680/AC), ADV: CLAUDIA PATRICIA PEREIRA DE OLIVEIRA MARÇAL (OAB 3680/AC), ADV: CLAUDIA PATRICIA PEREIRA DE OLIVEIRA MARÇAL (OAB 3680/AC) - Processo 0704146-41.2020.8.01.0001 (apensado ao processo 0705573-15.2016.8.01.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Rayandson Belo Nogueira - Justiça Publica - REQUERIDO: Espólio de José Bernardo da Silva - Maria Elissandra Miranda Falcão, Repres. do Espólio de José Bernardo da Silva - Nívea Victória Miranda Bernardo - representada por sua genitora, Maria Elissandra Miranda Falcão - Pérola Katyan Miranda Bernardo - representada por su genitora, Maria Elissandra Miranda Falcão - Enzo Gabriel Miranda Bernardo, representado por sua genitora, Maria Elissandra Miranda Falcão - INTRSDO: Ministério Público do Estado do Acre - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 26/09/2024, às 10:00h, a realizar-se por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, se qualquer das partes e advogados que optarem pela VIDEOCONFERÊNCIA, deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/tue-ozvf-eos, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Em caso de dúvidas ou dificuldades no acesso, poderão solicitar auxilio através do contato: ligação e whatssapp (68) 3212-8452. À parte que não possua acesso à internet, inviabilizando o acesso a sala virtual, poderá comparecer a sala de audiência desta unidade. Ficam as partes advertidas de que a impossibilidade de comparecimento virtual a audiência, deve ser comunicada ao Juízo, com 5 (cinco) dias de antecedência.

ADV: DEBORAH RAQUEL SILVA PARA DE AZEVEDO (OAB 3333/AC) - Processo 0704919-47.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - AUTOR: Raimundo das Graças do Vale - RÉU: Banco Máxima S/A (master) - Prover Promoção de Vendas Ltda ¿ Epp (avancard) - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência Conciliação do art. 334 CPC, designada para o dia 01/10/2024, às 10:45h, a ser realizada de forma virtual, por meio de VIDEOCONFERÊNCIA ou presencial, com uso da ferramenta Google Meet, na sala de audiência desta Vara. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/eqw-kbty-myh, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Ficam, os patronos advertidos de que a impossibilidade de comparecimento a audiência virtual, deve ser comunicada ao Juízo, por petição nos autos, até 5 (cinco) dias antes da data agendada.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 3600/AC) - Processo 0705137-46.2022.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: Banco Bradesco S/A - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, para indicar endereço ou requerer o que entender de direito, sob pena de extinção .

ADV: GERALDO NEVES ZANOTTI (OAB 2252/AC) - Processo 0705146-71.2023.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - CREDOR: D. A. Scafuto Ltda - DEVEDORA: Edilene de Souza Lima - Rodrigo Lima de Oliveira - SENTENÇA D. A. Scafuto Ltda postulou a homologação de acordo (p. 71/72) traçado com os requeridos Edilene de Souza Lima e outro. A parte devedora realizou a quitação da dívida (fls. 76). É o relatório. Decido. A satisfação da obrigação é uma das formas de extinção da execução (art. 924, II, do CPC). Isto posto, considerando a quitação da dívida, com fulcro no art. 925 do CPC, DECLARO, POR SENTENÇA, EXTINTA A EXECUÇÃO. Sem custas para esta fase (cumprimento de sentença). Por fim, tendo em vista que a satisfação da obrigação é ato incompatível com o direito de recorrer, após a intimação das partes, pagas as custas da fase de conhecimento e não havendo outras questões processuais pendentes de julgamento, arquivem-se os autos. Intimem-se e cumpra-se, com brevidade.

ADV: LUIZ FERNANDO DOS SANTOS JUNIOR (OAB 25069/DF), ADV: LUIZ FERNANDO DOS SANTOS JUNIOR (OAB 25069/DF) - Processo 0705606-24.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Atraso de vôo - AUTOR: Zidane Melo de Franca - Sarah Castro Lima - RÉU: Latam Airlines Brasil - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência Conciliação do art. 334 CPC, designada para o dia 01/10/2024, às 10:15h, a ser realizada de forma virtual, por meio de VIDEOCONFERÊNCIA ou presencial, com uso da ferramenta Google Meet, na sala de audiência desta Vara. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/eqw-kbty-myh, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Ficam, os patronos advertidos de que a impossibilidade de comparecimento a audiência virtual, deve ser comunicada ao Juízo, por petição nos autos, até 5 (cinco) dias antes da data agendada.

ADV: VANDERLEI SCHMITZ JÚNIOR (OAB 3582/AC) - Processo 0705708-46.2024.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - CREDOR: Reserva do Bosque Condominio Clube - DEVEDOR: Carlos Fabio Alves Monteiro Pereira - SENTENÇA Reserva do Bosque Condominio Clube e Carlos Fabio Alves Monteiro Pereira, celebraram acordo extrajudicial, tendo juntado aos autos o respectivo instrumento (pp. 20/23). É o que importa relatar. Decido. De início, faço consignar que a prolação de sentença nestes autos, nesta oportunidade, não fere a ordem cronológica de conclusão (art. 12, caput e § 3º, do CPC) em face da exceção prevista no art. 12, § 2.º, inciso I, do CPC, por se tratar de homologação de acordo. Trata-se de direto disponível, sobre o qual as partes podem transigir nos moldes do art. 840 do CC. Isto posto, ante a transação entre as partes, e considerando que o Termo de Acordo encontra-se assinado pela requerida e assinado digitalmente por advogado do autor com poderes para transigir (p. 04), o que comprova a transação entre as partes litigantes, não obstante a parte devedora tenha o feito sem assistência de advogado, HOMOLOGO, com eficácia de título executivo judicial, o acordo realizado entre as partes, na forma e condições das cláusulas descritas no documento de pp. 20/23, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos e, por conseguinte, em sendo a transação uma das formas de extinção da execução, com fulcro nos art. 924, III c/c art. 925 do CPC, declaro extinta a execução. Sem custas remanescentes, em razão do disposto nos arts. 90, § 3.º, e 771, parágrafo único, ambos do CPC. Em não cumprido o acordo, a parte credora poderá requerer o desarquivamento dos autos e o consequente cumprimento da sentença, sem qualquer ônus à mesma. Publique-se, intimem-se, arquivem-se os autos. Cumpra-se, com brevidade.

ADV: EMERSON SILVA COSTA (OAB 4313/AC), ADV: VANESSA OLIVEIRA NERI DA SILVA (OAB 5655/AC), ADV: MARÍLIA GABRIELA MEDEIROS DE OLIVEIRA (OAB 3615/AC), ADV: SAWANA LEITE DE SÁ PAULO CARVALHO (OAB 2568/AC), ADV: ALISSON FREITAS MERCHED (OAB 4260/AC) - Processo 0705791-04.2020.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - CREDORA: Amanda Silva Alves - DEVEDOR: Rio Branco Segurança e Vigilância Ltda - Autos n.º 0705791-04.2020.8.01.0001 Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 16/2016, item F9/G10) Dá a parte credora por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da satisfação da dívida.

ADV: GILSENY MARIA RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 3104/AC) - Processo 0706113-82.2024.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - CREDOR: Barreiros e Almeida Ltda - DEVEDOR: Nogueira Assem Ide - SENTENÇA Barreiros e Almeida Ltda e Nogueira Assem Ide, celebraram acordo extrajudicial, tendo juntado aos autos o respectivo instrumento, requerendo a homologação judicial (pp. 26/28). É o que importa relatar. Decido. De início, faço consignar que a prolação de sentença nestes autos, nesta oportunidade, não fere a ordem cronológica de conclusão (art. 12, caput e § 3º, do CPC) em face da exceção prevista no art. 12, § 2.º, inciso I, do CPC, por se tratar de homologação de acordo. Trata-se de direto disponível, sobre o qual as partes podem transigir nos moldes do art. 840 do CC. Isto posto, ante a transação entre as partes, e considerando que o Termo de Acordo encontra-se assinado pela requerida e assinado digitalmente por advogado do autor com poderes para transigir (p. 04), o que comprova a transação entre as partes litigantes, não obstante a parte devedora tenha o feito sem assistência de advogado, HOMOLOGO, com eficácia de título executivo judicial, o acordo realizado entre as partes, na forma e condições das cláusulas descritas no documento de pp. 26/28, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos e, por conseguinte, em sendo a transação uma das formas de extinção da execução, com fulcro nos art. 924, III c/c art. 925 do CPC, declaro extinta a execução. Sem custas remanescentes, em razão do disposto nos arts. 90, § 3.º, e 771, parágrafo único, ambos do CPC. Em não cumprido o acordo, a parte credora poderá requerer o desarquivamento dos autos e o consequente cumprimento da sentença,

sem qualquer ônus à mesma. Publique-se, intimem-se, arquivem-se os autos. Cumpra-se, com brevidade.

ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN) - Processo 0707129-42.2022.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - CREDOR: Banco do Brasil S/A. - DEVEDOR: Antonio Jose Lopes da Silva - Gledson Silva Brilhante - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da diligência do juízo às fls. 271/272 e 278/272, indicando qual endereço deve ser diligenciado, recolhendo, no prazo acima, a taxa de diligência externa em caso de citação realizada por Oficial de Justiça.

ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMÃO LEAL (OAB 8044AM /), ADV: FREDSON VINICIUS ROSSETTI DE MENDONÇA (OAB 15241AM), ADV: LOREN GISLELE DE LIMA NICÁCIO PAZOS (OAB 5211AM /) - Processo 0707457-69.2022.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - CREDOR: RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. - DEVEDOR: Centro de Estudos Carneiro Ribeiro Ltda - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da diligência do juízo às fls. 150/152, requerendo o que entender de direito.

ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GERSON BOAVENTURA DE SOUZA (OAB 2273/AC), ADV: RODRIGO ALMEIDA CHAVES (OAB 4861/AC) - Processo 0708225-24.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - AUTOR: Paulino Leitao do Nascimento - REQUERIDO: Banco do Brasil - Banco Daycoval - Banco Pan S.A - Banco Santander S/A - Banco Cooperativo Sicoob S.a - Caixa Economica Federal - Decisão Trata-se de AÇÃO DE REPACTUAÇÃO DE DÍVIDAS PREVISTA NO ARTIGO 104-A DO CDC proposta por Paulino Leitao do Nascimento em face de Banco do Brasil e outros. Considerando o cenário processual até aqui apresentado, além da possível condição de superendividamento, DEFIRO, por ora, os benefícios da gratuidade judiciária à parte autora, o que faço com base no art. 5º, inciso LXXIV, da CF e art. 98 e art.99, § 3º, do CPC. Assim, proceda-se à inserção da tarja respectiva junto ao cadastro da parte autora, nos autos. Quanto ao pedido de repactuação de dívidas com fundamento no art. 104-A do Código de Defesa do Consumidor, o qual foi incluído pela lei do superendividamento (Lei nº 14.181/2021), da análise dos autos verifico que o autor observou as peculiaridades procedimentais previstas na lei, quanto ao momento em que deve apresentar o plano de pagamento. DESIGNE-SE Audiência de Conciliação (Art. 334, caput, CPC). Em seguida, CITE-SE o Réu (por meio eletrônico e, subsidiariamente, por Carta-AR), para comparecimento à Audiência, e INTIME-SE a se manifestar sobre referida designação, nos termos do Art. 334, §4º, I, CPC: Art. 334, § 4º A audiência não será realizada: I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. 1) Em caso de negativa, terá início imediato o prazo para resposta, em 15 (quinze) dias, contados a partir do protocolo de desinteresse (Art. 335, I, CPC). 2) Em caso de manifestação positiva quanto à audiência de conciliação: 2.1) Designe a Serventia data e hora para audiência de conciliação/mediação, nos termos do Art. 334, caput, CPC. Contestação poderá ser oferecida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência, caso não haja acordo, ressalvada a hipótese do Art. 335, II, CPC, sob pena de revelia. As partes, acompanhadas de seus respectivos Advogados, deverão comparecer com antecedência de 15 (quinze) minutos, munidas de RG e CPF. A intimação da(s) parte(s) autor(as) para a audiência deve ser feita na pessoa do Advogado (Art. 334, § 3º, CPC), por meio da publicação desta decisão no DJE, enquanto a citação/intimação da(s) parte(s) requerida(s) deve ser pessoal (por carga, remessa ou meio eletrônico, conforme o caso, nos termos do Art. 183, § 1º, CPC). 2.1) Nos termos do Art. 334, § 8º, CPC, ficam as partes cientes de que o não comparecimento do Autor ou da Ré à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa; 2.2) Nos termos do nos termos do art. 104-A, § 2º do CDC, fica a parte Ré ciente de que o não comparecimento injustificado de qualquer credor ou de seu representante legal ou de procurador com poderes especiais e plenos para transigir, à audiência de conciliação acarretará a suspensão da exigibilidade do débito e a interrupção dos encargos da mora, bem como a sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida. 2.3) Lembre-se que, considerando o disposto no Art. 334, § 9º e § 10, CPC, que mencionam duas pessoas diferentes, quais sejam, Advogados e representante, e considerando o disposto no Art. 25, Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, conclui-se pela impossibilidade de acumulação de funções de Advogado e representante na audiência. Ressalvo que: (a) eventual transgressão disciplinar/ética transcende o objeto desta ação judicial e será apurada na esfera própria; (b) processualmente, a irregularidade poderá ocasionar a aplicação da multa mencionada no item acima. 2.4) Não custa lembrar, também, trecho do Ato Normativo do NUPEMEC 01/2020: Art. 2º A sessão realizada por videoconferência equivale à sessão presencial para todos os efeitos legais (vide DJE de 2/7/2020, pp. 4/6). 2.5) O ato será realizado de acordo com o Provimento-COJUS nº 1/2011, e com o Portaria nº 1459/2022. Vale destacar alguns procedimentos, que bem resumem como será realizado o ato: a) A audiência será realizada pelo link de acesso à reunião virtual, enviado ao endereço eletrônico de todos os participantes, o que é suficiente para o ingresso na audiência virtual; b) Há necessidade de Advogados e Partes possuírem dispositivo com acesso à internet (de preferência wi-fi) e câmera, podendo se tratar de dispositivo móvel (celular com câmera) e ou computador com webcam (notebook ou desktop); c) Recomenda-se que Advogados e Partes baixem, em seus respectivos dispositivos (computador ou celular), o aplicativo Microsoft TEAMS (gratuito) no seguinte endereço: https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/download-app (é por esse aplicativo que as audiências por videoconferência são realizadas, bem como seus respectivos testes), lembrando que o acesso é muito simples e mesmo pessoas sem conhecimento de informática conseguem clicar no link e acessar a plataforma; d) Não há impedimento processual para o Advogado participar da sessão juntamente com a parte em seu escritório. Vale lembrar a importância da Advocacia na intermediação de um acordo, expondo para as partes as vantagens da composição, nos termos do Art. 2º, VI, parágrafo único, Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil: Parágrafo único. São deveres do advogado: VI - estimular, a qualquer tempo, a conciliação e a mediação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios. 3) Após a audiência de conciliação, observe-se o seguinte: 3.1) Havendo acordo, tornem conclusos para homologação; 3.2) Não havendo acordo, aguarde-se o prazo de eventual contestação, abrindo vista à(s) parte(s) autora(s) e, em seguida, tornem conclusos para julgamento antecipado ou decisão de saneamento. Fica a Secretaria advertida, da necessidade de gravar a audiência para os fins previsto no § 1º do art. 104-B do CDC. P. R. I.

ADV: JANAINA FEITOSA PINHEIRO (OAB 5195/AC) - Processo 0708432-23.2024.8.01.0001 - Usucapião - Propriedade - AUTOR: brasileiro, registrado civilmente como Radinir Barbosa da Silva - USUCAPIADO: Francisco Vanderley Ferreira da Silva - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência Conciliação do art. 334 CPC, designada para o dia 01/10/2024, às 12:15h, a ser realizada de forma virtual, por meio de VIDEOCONFERÊNCIA ou presencial, com uso da ferramenta Google Meet, na sala de audiência desta Vara. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/eqw-kbty-myh, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Ficam, os patronos advertidos de que a impossibilidade de comparecimento a audiência virtual, deve ser comunicada ao Juízo, por petição nos autos, até 5 (cinco) dias antes da data agendada.

ADV: ALAF TIAGO DO NASCIMENTO BARROS (OAB 6173/AC) - Processo 0708828-97.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - AUTOR: Jair Roberto Guedes Gutierrez - RÉU: Edmilson Silva Bessa - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência Conciliação do art. 334 CPC, designada para o dia 01/10/2024, às 08:30h, a ser realizada de forma virtual, por meio de VIDEOCONFERÊNCIA ou presencial, com uso da ferramenta Google Meet, na sala de audiência desta Vara. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/eqw-kbty-myh, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Ficam, os patronos advertidos de que a impossibilidade de comparecimento a audiência virtual, deve ser comunicada ao Juízo, por petição nos autos, até 5 (cinco) dias antes da data agendada.

ADV: CAIO VINICIUS KUSTER CUNHA (OAB 11259/ES) - Processo 0709215-15.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Let's Rent A Car Sa - REQUERIDO: Wemerson Luiz Santos Gomes Campos - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência Conciliação do art. 334 CPC, designada para o dia 30/09/2024, às 09:30h, a ser realizada de forma virtual, por meio de VIDEOCONFERÊNCIA ou presencial, com uso da ferramenta Google Meet, na sala de audiência desta Vara. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/eqw-kbty-myh, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Ficam, os patronos advertidos de que a impossibilidade de comparecimento a audiência virtual, deve ser comunicada ao Juízo, por petição nos autos, até 5 (cinco) dias antes da data agendada.

ADV: CLAUDIO DIOGENES PINHEIRO (OAB 2105/AC), ADV: CLAUDIO DIOGENES PINHEIRO (OAB 2105/AC) - Processo 0709591-98.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - AUTOR: Marclean da Costa Coelho - Ayla Ketlen Araujo Coleho - REQUERIDO: Maricelio Campos Coelho - Wanderleia Argemiro de Holanda - Lucas de Souza Coelho - Mariceudo Campos Coelho - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência Conciliação do art. 334 CPC, designada para o dia 08/10/2024, às 09:30h, a ser realizada de forma virtual, por meio de VIDEOCONFERÊNCIA ou presencial, com uso da ferramenta Google Meet, na sala de audiência desta Vara. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/eqw-kbty-myh ,com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Ficam, os patronos advertidos de que a impossibilidade de comparecimento a audiência virtual, deve ser comunicada ao Juízo, por petição nos autos, até 5 (cinco)

dias antes da data agendada.

ADV: ESTEVAN SOLETTI (OAB 3702/RO), ADV: MICHELI SANTOS ANDRADE (OAB 5247/AC) - Processo 0709889-95.2021.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Cooperativa de Crédito e Investimento do Acre - Sicoob Acre - DEVEDOR: Antonio Acosta Dias - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência Conciliação do art. 334 CPC, designada para o dia 30/09/2024, às 12:45h, a ser realizada de forma virtual, por meio de VIDEOCONFERÊNCIA ou presencial, com uso da ferramenta Google Meet, na sala de audiência desta Vara. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/eqw-kbty-myh, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Ficam, os patronos advertidos de que a impossibilidade de comparecimento a audiência virtual, deve ser comunicada ao Juízo, por petição nos autos, até 5 (cinco) dias antes da data agendada.

ADV: TATIANA KARLA ALMEIDA MARTINS (OAB 2924/AC), ADV: NATACHA FRANCIS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 5682/AC), ADV: ANGELA MARIA FERREIRA (OAB 1941/AC) - Processo 0710895-74.2020.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Odivan Marques de Souza - REQUERIDA: Sheyla Maria Mafra - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 03/09/2024, às 08:30h, a realizar-se por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet. No dia e horário agendados, se qualquer das partes e advogados que optarem pela VIDEOCONFERÊNCIA, deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/xgw-exzh-huq, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Em caso de dúvidas ou dificuldades no acesso, poderão solicitar auxilio através do contato: ligação e whatssapp (68) 3212-8452. À parte que não possua acesso à internet, inviabilizando o acesso a sala virtual, poderá comparecer a sala de audiência desta unidade. Ficam as partes advertidas de que a impossibilidade de comparecimento virtual a audiência, deve ser comunicada ao Juízo, com 5 (cinco) dias de antecedência.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA DE SOUZA (OAB 2565/AC) - Processo 0712038-59.2024.8.01.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - AUTORA: Peregrina Gomes de Sousa - Trata-se de Pedido de Alvará através do qual a Requerente postula o levantamento de valores deixados em nome do de cujus, seu irmão, dizendo-se parte legítima para sacar referidos valores. Da análise dos autos verifica-se, de plano, que este Juízo é incompetente para processar e julgar o feito, considerando que, em que pese não haja inventário em curso, o levantamento dos valores que se encontram em conta bancária do falecido, irmão da Requerente, com o falecimento deste, ficam afetos ao Juízo Sucessório. Isto posto, declaro a incompetência deste Juízo para processar e julgar a presente ação, devendo os autos serem remetidos, via Distribuidor, a Varas de Órfãos e Sucessões (art. 27 da Lei Estadual nº 221/2010 c/c art. 27, parte final, da Resolução nº 154/2011 do TJ/AC). Intime-se e cumpra-se com brevidade.

ADV: JONAS RODRIGUES DE SOUZA (OAB 15400/DF) - Processo 0712146-88.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - AUTORA: Flavia Dinah Rodrigues de Souza - RÉU: Unimed Fama - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência Conciliação do art. 334 CPC, designada para o dia 08/10/2024, às 08:30h, a ser realizada de forma virtual, por meio de VIDEOCONFERÊNCIA ou presencial, com uso da ferramenta Google Meet, na sala de audiência desta Vara. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/eqw-kbty-myh ,com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Ficam, os patronos advertidos de que a impossibilidade de comparecimento a audiência virtual, deve ser comunicada ao Juízo, por petição nos autos, até 5 (cinco) dias antes da data agendada.

ADV: KÁTIA SIQUEIRA SALES (OAB 4264/AC), ADV: KÁTIA SIQUEIRA SALES (OAB 4264/AC) - Processo 0713191-30.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - AUTOR: F.P.R. - D.P.M.R. - Despacho Trata-se de AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA C/C NULIDADE PARCIAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, E INDENIZAÇÕES POR LUCROS CESSANTES proposta por Daniela Popim Miqueloni Rimério e outro em face de Dennys Cordeiro Senna e outros. Não consta dos autos comprovante de recolhimento das custas judiciais. Assim, concedo à parte autora, o prazo de 15 (quinze) dias, para recolher as custas processuais, nos termos da Lei de Custas, sob pena de indeferimento da petição inicial com o cancelamento da distribuição (Art. 321, parágrafo único, CPC). P. R. I.

ADV: VANESSA PINHEIRO ÁVILA DO NASCIMENTO (OAB 5631/AC) - Processo 0713456-32.2024.8.01.0001 - Mandado de Segurança Cível - Inscrição / Documentação - AUTOR: Bruce Wayne Ferreira de Souza Moreira - DECISÃO Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Bruce Wayne Ferreira de Souza Moreira, em face de Centro Brasileiro de Pesquisa Em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe, na pessoa de seu representante legal, através do qual pretende o impetrante que a autoridade coatora seja compelida a realizar a sua inscrição no cargo de técnico de controle externo para o concurso para o Tribunal de Contas do Estado do Acre. Sem adentrar no mérito da questão quanto a ser ou não caso de Mandado de Segurança, bem como quanto aos requisitos da inicial, até porque tal questão deve ser analisada pelo Juízo competente, vislumbro, de plano, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o feito, na medida em que, na forma do que dispõem os arts. 27, § 2º, da Lei 221/2010 c/c art. 24, da Res. Nº 154/2011, os mandados de segurança não estão elencados dentre as ações afetas às Vara Cíveis Genéricas. Com efeito, dispõe aludido dispositivo que: “Art. 24 - Compete ao Juízo Cível residual processar e julgar todas as ações cíveis, exceto aquelas de competência exclusiva ou privativa de vara especializada.” Por sua vez, dispõe o art. 26, II, da mesma Resolução: “Art. 26 - Compete ao Juízo especializado em Fazenda Pública processar e julgar: II - os mandados de segurança, habeas data e mandado de injunção, ressalvada a competência do Tribunal de Justiça”. Isto posto, declaro a incompetência deste Juízo para processar e julgar a presente ação, devendo os autos serem remetidos, via Distribuidor, a uma das Varas de Fazenda Pública desta Capital (art. 26, II, da Resolução nº 154/2011 do TJ/AC). Intime-se e cumpra-se incontinenti.

ADV: WLADIMIR RIGO MARTINS JUNIOR (OAB 3983/AC) - Processo 0715625-26.2023.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - CREDOR: Residencial Topázio - DEVEDOR: CRYS SANDYE DA SILVA OLIVEIRA - SENTENÇA Residencial Topázio e CRYS SANDYE DA SILVA OLIVEIRA, celebraram acordo extrajudicial, tendo juntado aos autos o respectivo instrumento, requerendo a homologação judicial (pp. 90/91). É o que importa relatar. Decido. De início, faço consignar que a prolação de sentença nestes autos, nesta oportunidade, não fere a ordem cronológica de conclusão (art. 12, caput e § 3º, do CPC) em face da exceção prevista no art. 12, § 2.º, inciso I, do CPC, por se tratar de homologação de acordo. Trata-se de direto disponível, sobre o qual as partes podem transigir nos moldes do art. 840 do CC. Isto posto, ante a transação entre as partes, e considerando que o Termo de Acordo encontra-se assinado pela requerida e assinado digitalmente por advogado do autor com poderes para transigir (p. 04), o que comprova a transação entre as partes litigantes, não obstante a parte devedora tenha o feito sem assistência de advogado, HOMOLOGO, com eficácia de título executivo judicial, o acordo realizado entre as partes, na forma e condições das cláusulas descritas no documento de pp. 90/91, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos e, por conseguinte, em sendo a transação uma das formas de extinção da execução, com fulcro nos art. 924, III c/c art. 925 do CPC, declaro extinta a execução. Sem custas remanescentes, em razão do disposto nos arts. 90, § 3.º, e 771, parágrafo único, ambos do CPC. Em não cumprido o acordo, a parte credora poderá requerer o desarquivamento dos autos e o consequente cumprimento da sentença, sem qualquer ônus à mesma. Publique-se, intimem-se, arquivem-se os autos. Cumpra-se, com brevidade.

ADV: RAFAEL DE LACERDA CAMPOS (OAB 74828/MG), ADV: FERNANDA MOREIRA GONÇALVES MAGALHÃES, (OAB 214122/MG), ADV: FABIANA DINIZ ALVES (OAB 98771/MG) - Processo 0717664-93.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: ITPAC Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos S.a - REQUERIDO: Max Weber Miranda de Freitas Júnior - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá as partes por intimadas, por seus patronos, para comparecerem à Audiência de Conciliação, designada para o dia 01/10/2024, às 09:15h, a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet disponibilizado pelo TJAC. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual pelo link: https://meet.google.com/eqw-kbty-myh, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Caso a parte tenha dificuldade para acesso ao sistema, poderá pedir auxilio do servidor da unidade, através do contato: ligação e whatssapp (68) 3211 5473/(68) 3212-8448. Ficam, os patronos advertidos de que a impossibilidade de comparecimento virtual a audiência, deve ser comunicado ao Juízo, por petição nos autos, até 5 (cinco) dias antes da data agendada.

6ª VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DANNIEL GUSTAVO BOMFIM A. DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THAYS SABRINA OLIVEIRA DE FREITAS FIRMINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0315/2024

ADV: KAMYLA FARIAS DE MORAES (OAB 3926/AC), ADV: LORENA SOARES DE LIMA (OAB 5432/AC) - Processo 0001950-03.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Moisés Uchôa Sena - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição de fl.362/368.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DANNIEL GUSTAVO BOMFIM A. DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THAYS SABRINA OLIVEIRA DE FREITAS FIRMINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0316/2024

ADV: KAMYLA FARIAS DE MORAES (OAB 3926/AC), ADV: LORENA SOARES DE LIMA (OAB 5432/AC) - Processo 0001956-10.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Ismar Bernardo de Araújo - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição de fl. 421/427.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DANNIEL GUSTAVO BOMFIM A. DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THAYS SABRINA OLIVEIRA DE FREITAS FIRMINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0317/2024

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0702036-30.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 62, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DANNIEL GUSTAVO BOMFIM A. DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THAYS SABRINA OLIVEIRA DE FREITAS FIRMINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0318/2024

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0710157-47.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: Banco J Safra S/A - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 75, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DANNIEL GUSTAVO BOMFIM A. DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THAYS SABRINA OLIVEIRA DE FREITAS FIRMINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0319/2024

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0701964-43.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça negativa de fls. 69, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DANNIEL GUSTAVO BOMFIM A. DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THAYS SABRINA OLIVEIRA DE FREITAS FIRMINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0320/2024

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0707464-90.2024.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - CREDOR: Sociedade Acreana de Educação e Cultura - SAEC - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça negativa de fls. 42, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DANNIEL GUSTAVO BOMFIM A. DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THAYS SABRINA OLIVEIRA DE FREITAS FIRMINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0322/2024

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678DP/E) - Processo 0708880-93.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: J.S.S. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça negativa de fls. 78, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DANNIEL GUSTAVO BOMFIM A. DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THAYS SABRINA OLIVEIRA DE FREITAS FIRMINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0323/2024

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0709110-38.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: C.N.H. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça negativa de fls. 61, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DANNIEL GUSTAVO BOMFIM A. DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THAYS SABRINA OLIVEIRA DE FREITAS FIRMINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0321/2024

ADV: PASQUALI PARISI E GASPARINI JUNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0703159-63.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: Banco Votorantim S A - REQUERIDO: Raimundo Francisco Gomes de Lima - Banco Votorantim S A ajuizou ação de busca e apreensão contra Raimundo Francisco Gomes de Lima e, posteriormente, em fl. 101, manifestou-se pela desistência, requerendo a extinção do processo e desbloqueio de qualquer restrição ao bem objeto da lide. Importa em extinção do processo o fato de a parte autora desistir da ação, consoante estabelece o artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. O direito em litígio está na esfera de disponibilidade da parte autora, dele podendo desistir. Insta aduzir a dispensabilidade de concordância do requerido, pois sequer foi citado. Portanto, com fundamento no art. 200, parágrafo único, do CPC, homologo a desistência e DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito. Custas já pagas pelo autor. Proceda-se com o levantamento de eventual restrição incidente sobre o veículo imposta por este Juízo. Por oportuno, determino ainda o recolhimento do mandando expedido em fl. 100, com urgência. Por fim, providencie a Secretaria para que todas as intimações/publicações sejam exclusivamente em nome da Sociedade de Advogados Pasquali Parise e Gasparini Junior, numero de registro na OAB/SP 4.752 e do advogado Welson Gasparini Júnior, numero de registro na OAB/SP 116.196, sob pena de nulidade. Arquivem-se independentemente de trânsito em julgado. Cumpra-se.

ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ), ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 3905/AC), ADV: ELÓI CONTINI (OAB 4793/AC), ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN), ADV: ANDERSON PONTES PEDROZA (OAB 26942/MS), ADV: RAFAEL CAVALCANTI PEREIRA DOS SANTOS (OAB 200960RJ) - Processo 0703194-23.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Superendividamento - AUTOR: José Ademir de Andrade - RÉU: Banco do Brasil S/A. - Banco Daycoval S.a. - Banco Santander SA - Ativos S.A Securitização de Créditos Gestão de Cobrança - Caixa Econômica Federal - Em atenção ao despacho de pág. 316, o patrono do autor esclarece, às pág. 440/442, que, além da notificação por email, entrou em contato, por whatsapp, para informar ao autor da quebra de contrato e consequente resolução, acaso não adimplisse parcelas do valor contratado. Juntou cópia parcial das mensagens e conversas entabuladas com o autor, donde se afere que esse está ciente da renúncia à representação judicial. Assim sendo, considero suprida a exigência legal e determino a intimação do autor, por AR, para regularizar a representação processual e constituir novo causídico, no prazo de 05 (cinco) dias, sob de extinção do processo. Uma vez regularizada, seja redesignada a audiência de conciliação e intimadas as partes. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0707922-10.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. - RÉU: Maria Lurdes Araujo Queiroz - ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. ajuizou ação de busca e apreensão contra Maria Lurdes Araujo Queiroz e, posteriormente, em fl. 100, manifestou-se pela desistência, requerendo a extinção do processo e desbloqueio de qualquer restrição ao bem objeto da lide. Importa em extinção do processo o fato de a parte autora desistir da ação, consoante estabelece o artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. O direito em litígio está na esfera de disponibilidade da parte autora, dele podendo desistir. Insta aduzir a dispensabilidade de concordância da requerida, pois sequer foi citada. Portanto, com fundamento no art. 200, parágrafo único, do CPC, homologo a desistência e DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito. Custas já pagas pelo autor. Proceda-se com o levantamento de eventual restrição incidente sobre o veículo imposta por este Juízo. Por fim, providencie a Secretaria para que todas as intimações/publicações sejam exclusivamente em nome

da advogada Roberta Beatriz do Nascimento OAB/AC4940, sob pena de nulidade. Arquivem-se independentemente de trânsito em julgado. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CEZAR COSTA DE OLIVEIRA (OAB 1718/AC) - Processo 0708153-37.2024.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - CREDOR: Daniel Mariano dos Santos - DEVEDORA: Josicléia Araújo Ribeiro de Castro - Recebo a presente Ação de Execução de Título Extrajudicial. Em conformidade com o art. 829, do CPC, determino as seguintes providencias: 1. Cite-se o executado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, ou apresentar bens à penhora, tantos quantos bastem para a composição do débito executado, devendo ser o mesmo advertido de que o prazo para embargar é de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação (art. 915 do Código de Processo Civil). 2. Tem prioridade na penhora os bens indicados na inicial pelo exequente, nos termos do Art. 829, § 2º, do CPC 3. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, os quais serão reduzidos pela metade em caso de pagamento integral da dívida no prazo acima concedido, nos termos do Art. 827, §§ 1º e 2º, do CPC. 4. Não localizado o executado, fica o Oficial de Justiça deverá efetuar o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução, observando o disposto no Art. 830, §§ 1º ao 3º, do CPC. 5. Caso não sejam indicados ou localizados bens passíveis de penhora e observando a ordem de preferência do art. 835, do CPC e, se requerido BLOQUEIO DE VALORES através do Sistema SISBAJUD, proceda, a Secretaria, à pesquisa on line nas contas correntes, poupanças ou aplicações financeiras da parte devedora, até o limite do crédito, por solicitação ao BACEN, via internet. 6. Ocorrido o bloqueio de valor excessivo, deverá a Secretaria promover o cancelamento de eventual indisponibilidade irregular ou excessiva. Também não subsistirá o bloqueio de valor insuficiente para pagamento das custas da execução, devendo a Secretaria proceder ao desbloqueio, nos termos do art. 854, 1º, c/c Art. 836, do CPC. 7. Efetivado o bloqueio, ainda que parcial do valor da execução, deverá a parte executada ser intimada para em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §§ 2º e 3º, do CPC (bens impenhoráveis e remanescente de indisponibilidade excessiva) e, ocorrendo impugnação, intimar a parte exequente para se manifestar em igual prazo, em homenagem ao disposto nos Arts. 7º ao 10, do CPC. 8. Decorrido in albis o prazo acima, deverá a importância bloqueada ser transferida para conta judicial no Banco do Brasil vinculada a este Juízo, dispensando a lavratura do termo de penhora, e proceder a intimação da parte exequente para em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da satisfação do crédito. 9. Frustrado o bloqueio de valores e havendo pedido de PESQUISA DE VEÍCULOS automotores de via terrestre, deverá a Secretaria providenciar, através do Sistema RENAJUD, a pesquisa pelo CPF ou CNPJ do executado e efetivar a restrição de transferência, dispensando a lavratura do Termo de Penhora, uma vez que o bem não foi efetivamente localizado e intimar o exequente da diligência, oportunidade em que deverá indicar a localização do bem. 10. Realizada a apreensão do bem em eventuais fiscalizações ou indicado endereço pelo exequente, expedir Mandado de Penhora para perfectibilização do ato, quando deverá ser efetivamente realizada a avaliação pelo Oficial de Justiça, nos termos do art. 870, inciso IV, do CPC. 11. Frustradas as diligências de bloqueio de valores e pesquisa de veículos, intimar a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar outros bens passíveis de penhora, comprovando a propriedade, quando possível. 12. Havendo a indicação de BENS IMÓVEIS, deverá o exequente observar o disposto no art. 845, § 1º, do CPC (prova da propriedade), bem como o art. 871, I, do CPC (estimativa do bem). Cumprida a determinação acima, a Secretaria deverá expedir o Termo de Penhora e intimar a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que lhe convir nos termos do art. 847, do CPC (substituição da penhora) e manifestar-se acerca da estimativa do bem (art. 871, I, do CPC). Decorrido o prazo acima, intimar a parte exequente para o disposto no art. 844, do CPC (presunção contra terceiros) e, não havendo concordância acerca da estimativa, expedir Mandado de Avaliação, devendo o Oficial de Justiça observar estritamente o disposto nos arts. 870 e 872 e, apresentado o Laudo de Avaliação e Vistoria, deverão as partes serem intimadas. 13. Não havendo impugnação à avaliação, a Secretaria deverá intimar o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, dizer se tem interesse na adjudicação da penhora, pelo valor não inferior ao da avaliação (art. 876, do CPC) ou na alienação dos mesmos por iniciativa própria (art. 879, I, do CPC). 14. Não havendo localização da parte ré e havendo pedido do credor, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD, SIEL, SERASAJUD e SAJ-PG. Cumpra-se, expedindo o necessário

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0709073-11.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda. - REQUERIDO: Francisca da Cruz Adonias Conceicao - Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda. ajuizou ação de busca e apreensão contra Francisca da Cruz Adonias Conceicao e, posteriormente, em fl. 132, manifestou-se pela desistência, requerendo a extinção do processo e desbloqueio de qualquer restrição ao bem objeto da lide. Importa em extinção do processo o fato de a parte autora desistir da ação, consoante estabelece o artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. O direito em litígio está na esfera de disponibilidade da parte autora, dele podendo desistir. Insta aduzir a dispensabilidade de concordância da requerida, pois sequer foi citada. Portanto, com fundamento no art. 200, parágrafo único, do CPC, homologo a desistência e DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito. Custas já pagas pelo autor. Proceda-se com o levantamento de eventual restrição incidente sobre o veículo imposta por este Juízo. Por fim, providencie a Secretaria para que todas as intimações/publicações sejam exclusivamente em nome do advogado Claudio Kazuyoshi Kawasaki, inscrito na OAB/MG 135480, sob pena de nulidade. Arquivem-se independentemente de trânsito em julgado. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 3600/AC) - Processo 0709190-02.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda. - REQUERIDO: Giselia Belmina Beserra - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a falta de citação do réu configura ausência de pressuposto de validade da relação processual, ensejando sua extinção sem exame de mérito, prescindindo da intimação prévia do autor. Dessa forma, intime-se a parte autora para que se manifeste com relação a ausência de citação da ré (fls. 67), no prazo de 10 dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: LARISSA INA GRAMKOW MESQUITA (OAB 8196/O/MT) - Processo 0710628-63.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Antonio Wilton da Silva Pimentel - REQUERIDO: DETRAN-AC - Departamento Estadual de Transito - Trata-se de ação ordinária com pedido de liminar proposta por ANTONIO WILTON DA SILVA PIMENTEL em face da DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO ACRE. A parte autora informa que em 02/01/2024 tomou conhecimento da suspensão de sua habilitação para dirigir, a qual havia acontecido na data de 19/12/2023, em decorrência de um auto de infração confeccionado no estado do Acre, seu antigo domicílio. Narra que nunca recebeu qualquer notificação acerca da instauração de procedimento administrativo destinado a suspender seu direito de dirigir e que, em diligência junto ao DETRAN/AC, apenas obteve cópias de autos de infração, um datado de 2012 (o único cuja infração tem previsão de penalidade de suspensão) e outro de 2019, tendo-lhe sido negado o encaminhamento, por meio digital, de cópia do respectivo procedimento. Enfatiza a ilegalidade do procedimento, pois não lhe foi oportunizado conhecimento e defesa, conforme determina a legislação pertinente e enuncia a súmula 312 do STJ. Afirma que vê dignidade em risco, haja vista que labora como motorista e se encontra impedido de exercer sua profissão por decisão manifestamente ilegal prolatada em processo administrativo viciado. Sustenta que estão presentes os pressupostos para concessão da tutela de urgência e pede que seja deferida liminarmente para suspender a decisão administrativa nos termos do art. 6º, §2º da Res. 182/2005 do CONTRAN, sob pena de multa diária. Requereu a gratuidade judiciária. Com a inicial, juntou documentos de fls. 16/32. Decisão determinando a emenda da inicial à fl. 33. Manifestação do autor e juntada de documentos às fls. 35/38. É o relato do necessário. Decido. De análise sumária, vejo que a inicial preenche os requisitos legais, estando apta para o seu devido processamento. Assim, recebo-a. Considerando que os documentos acostados à exordial demonstram a hipossuficiência econômica da parte autora, defiro os benefícios da justiça gratuita, a teor do art. 98 do CPC. Pois bem. A tutela provisória prevista no art. 294 do Código de Processo Civil estabelece dois fundamentos: urgência ou evidência. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental. Em suma, a Tutela Provisória é o gênero que admite duas espécies: a) Tutela de Urgência (art. 300) Cautelar e Antecipada; b) Tutela de Evidências (art. 311). Dispõe o art. 300 do CPC que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Segundo o doutrinador Cassio Scarpinella Bueno, a concessão da tutela de urgência pressupõe: (a) probabilidade do direito; e (b) perigo de dano ou o risco ao resultado útil ao processo (art. 300, caput, CPC). São expressões redacionais do que é amplamente consagrado nas expressões latinas fumus boni iuris e periculum in mora, respectivamente. No caso, verifico que os documentos trazidos aos autos, a princípio, demonstram a probabilidade do direito, o dano iminente e que não há perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Do cotejo dos documentos extraio que, das infrações cometidas pelo autor, apenas uma delas tem a suspensão como pena prevista e cuja data do fato remonta ao ano de 2012. As infrações mais recentes, cometidas em 2019 e 2021, são leves. Demais disso, considerando que o art. 22 da Res. 182/2005 do CONTRAN estabelece um prazo prescricional de 05 (cinco) ano para a penalidade de suspensão ou cassação de CNH e não é possível nesse momento aferir se houve a interrupção do prazo pela notificação, haja vista se tratar de prova negativa, tenho como demonstrada a verossimilhança das alegações do autor. De outro lado, o perigo de dano resulta manifesto diante da comprovação de que, em virtude da suspensão do direito de dirigir, o autor sofreu demissão do cargo de motorista (fls. 29/32). Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a tutela de urgência e ORDENO que o demandado DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO ACRE DETRAN/AC SUSPENDA os efeitos da decisão administrativa que culminou na aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir autor ANTONIO WILTON DA SILVA PIMENTEL até o julgamento do presente processo, sob pena de multa diária, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), a ser revertida em benefício do autor, até ulterior deliberação, limitada a 30 (trinta) dias. Outrossim, considerando que o DETRAN/AC tem sob sua guarda e disponibilidade o proce-

dimento administrativo que impôs a penalidade de suspensão da direito de dirigir ao autor, DETERMINO, com fundamento no artigo 373, §º do CPC, que faça sua juntada aos autos. No mais, visando o prosseguimento do feito: Em respeito ao princípio constitucional da duração razoável do processo, e ainda, considerando a manifestação da parte autora, deixo de designar audiência prévia de conciliação. Consigno, ainda, que em caso de manifestarem ambas as partes interesse na conciliação, será prontamente designada audiência com tal finalidade. Cite-se a parte requerida para, querendo, contestar o pedido, no prazo legal, sob pena de se operarem os efeitos da revelia e presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC); devendo, na mesma oportunidade, especificar, justificadamente, as provas que pretende produzir.No ato da defesa, a parte ré deverá pleitear de forma especificada as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova. Apresentada contestação, intime-se a parte autora para réplica, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na mesma oportunidade, especificar, justificadamente, as provas que pretende produzir. Na hipótese do autor instruir a réplica com novos documentos, deverá o réu ser intimado para se manifestar, no prazo de quinze dias (art. 437, § 1º, CPC) Após, havendo pedido de produção de provas, venham conclusos para que seja proferida decisão saneadora. Não havendo interesse quanto à produção de provas, pleiteando as partes o julgamento antecipado do mérito, ou ainda, caso não ocorra manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Não havendo localização da parte ré e havendo pedido autoral, defiro desde já a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas SERASAJUD, SIEL, SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD. Cumpra-se, providenciando o necessário.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 4187/AC) - Processo 0712610-15.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda. - REQUERIDO: Fernando Roca - Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda. ajuizou ação de busca e apreensão contra Fernando Roca e, posteriormente, em fl. 83, manifestou-se pela desistência, requerendo a extinção do processo e desbloqueio de qualquer restrição ao bem objeto da lide. Importa em extinção do processo o fato de a parte autora desistir da ação, consoante estabelece o artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. O direito em litígio está na esfera de disponibilidade da parte autora, dele podendo desistir. Insta aduzir a dispensabilidade de concordância do requerido, pois sequer foi citado. Portanto, com fundamento no art. 200, parágrafo único, do CPC, homologo a desistência e DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito. Custas já pagas pelo autor. Proceda-se com o levantamento de eventual restrição incidente sobre o veículo imposta por este Juízo. Arquivem-se independentemente de trânsito em julgado. Cumpra-se.

ADV: GERSON BOAVENTURA DE SOUZA (OAB 2273/AC) - Processo 0712829-28.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Capacidade - REQUERENTE: Defensoria Pública do Estado do Acre - Maurício Evangelista - Trata-se requerimento de Medida Protetiva com Tutela de Urgência formulado pela Defensoria Pública do Estado do Acre em favor de MAURÍCIO EVANGELISTA. Consta do requerimento que o idoso reside junto com a Sra. Maria da Conceição Cavalcante, sua esposa, e dois adolescentes, que são netos da Sra. Maria. O idoso não tem filhos e é natural de Pains em Minas Gerais, trabalhava como motorista há alguns anos, mas devido à idade e problemas de saúde teve que deixar o emprego. A família sobrevive com renda proveniente de Benefício de Prestação Continuada - BPC idoso, no valor de um salário mínimo. Além disso, tem apresentado problemas psicológicos e necessita de avaliação neurológica, ele se apresenta desorientado e com perdas de memória. Narra, ainda, que a esposa do Sr. Maurício também é uma pessoa idosa, que não possui condições e nem forças para cuidar do idoso sozinha, os outros moradores da casa são adolescentes que dão suporte como podem, mas que também não conseguem ajudá-lo de maneira mais efetiva, visto que devido às perdas de memória ele acaba sendo agressivo, e se coloca em situações de risco e vulnerabilidade. No Relatório Informativo nº 001/2024 elaborado pelo Serviço Especializado em Abordagem Social SEAS (fls. 08/14), consta que em decorrência de seus problemas de saúde, o idoso se expõe a "situações de riscos e vulnerabilidades perambula, pelas ruas da capital, muitas vezes dorme e transita em locais que o apresentam perigos, as vezes consegue voltar para casa sozinho, em outras passa dias fora". Diante do caso em tela, a Defensoria Pública apresentou o presente requerimento pugnando pela aplicação de medidas de proteção em favor dele. É o relatório. DECIDO. Consta nos autos que o Sr. MAURÍCIO EVANGELISTA encontra-se atualmente com 73 (setenta e três) anos de idade, enquadrando-se, portanto, no conceito de pessoa idosa protegida pela Lei nº10.741/03 (Estatuto do Idoso), norma que, dentre outras disposições, lhe assegura a proteção integral no que diz respeito à preservação da integridade física e mental, além de adequadas condições de liberdade e dignidade (artigo 2º). Nos termos da referida Lei, ao Estado é ainda atribuída a obrigação de garantir e proteger a vida da pessoa idosa (artigo 9º). Como se observa, referida lei foi promulgada com o propósito de proteger aquele que, em razão do estado de envelhecimento, torna-se vulnerável ou hipossuficiente diante das adversidades e dos infortúnios do meio social. Tanto é assim que o referido Estatuto traz em seu bojo a possibilidade de aplicação de medidas de proteção à pessoa idosa que tiver sob ameaça ou violação os direitos reconhecidos pela referida norma (Lei nº10.741/03, artigo43). O artigo45doEstatuto do Idosodispõe que verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43 também do Estatuto, o Poder Judiciário poderá determinar medidas de proteção à pessoa idosa, indicando, inclusive, rol exemplificativo de medidas que podem ser adotadas, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias. A situação narrada nos autos é deveras grave, e assim verifico ser o caso de aplicação de medidas de proteção a fim de amenizar ou sanar o risco concret à vida e à saúde do idoso. Assim sendo, presentes os indícios da necessidade de aplicação de medida de proteção ao idoso, nos termos do art.43 da Leinº 10.741/03, DEFIRO a aplicação de medidas de proteção a MAURÍCIO EVANGELISTA, da seguinte forma: I - Determino a inclusão do idoso a rede de atendimento à saúde de atenção primária e a rede de atenção psicossocial, através do CAPS Samaúma, através do atendimento domiciliar e observando, considerando o núcleo familiar, composto por outra idosa, se é caso de transferi-lo para uma unidade de saúde ou uma Instituição de Longa Permanência ILPI; II - Caso seja necessário, determino que a unidade básica de saúde, regule o idoso para a saúde de alta complexidade, inclusive, para atendimento com neurologista, como sugerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos SASDH, bem como com a promoção de todos os atendimentos e tratamento de saúde ao idoso, no âmbito hospitalar e/ou ambulatorial, que se fizerem necessários e adequados ao seu quadro de saúde. Deverá ser apresentado relatório circunstanciado, no prazo de 15 (quinze) dias, onde será informado a esse juízo se os pedidos foram integralmente atendidos. Intime-se o Ministério Público e a Defensoria Pública desta Decisão. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 3844/AC) - Processo 0712944-49.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: I.S. - RÉU: R.S.S. - Nos termos do art. 3º, § 12º do Decreto-Lei n. 911 /69, "a parte interessada poderá requerer diretamente ao juízo da comarca onde foi localizado o veículo com vistas à sua apreensão, sempre que o bem estiver em comarca distinta daquela da tramitação da ação, bastando que em tal requerimento conste a cópia da petição inicial da ação e, quando for o caso, a cópia do despacho que concedeu a busca e apreensão do veículo". Contudo, não se trata, pois, de nova demanda. Tal requerimento previsto no mencionado dispositivo legal deverá ser distribuído como carta precatória. Dessa forma, antes de deliberação do Juízo, intime-se a parte autora para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO PINHEIRO COSTA TAVARES (OAB 8177/TO) - Processo 0713004-22.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - AUTOR: Anacleto Oliveira de Freitas - RÉU: Banco BMG S.A. - Trata-se de ação declaratória de inexistência de relação juridica c/c restituição de valores, repetição de indébito, danos morais e materiais com pedido de tutela de urgência ajuizada por Anacleto Oliveira de Freitas em face de BANCO BMG S/A. Aduz a parte autora que é aposentado e vem sofrendo descontos indevidos em seu benefício, cuja denominação de refere a ''Cartão de Crédito RMC" desde 02/2017 efetuados pelo banco requerido, conforme demonstra nos documentos em anexo. Narra que não tem conhecimento de tal contrato e nunca recebeu qualquer cartão em sua casa. É necessário esclarecer que o Requerente não tem ideia do que é uma operação RMC Reserva de Margem Consignável, ademais para cartão de Crédito. Por estas razões, formulou pedido de concessão de tutela de urgência para determinar que a parte ré se abstenha de descontar da parte autora, o valor referente à contração de cartão de crédito com reserva de margem consignável (RCM), bem como os demais pedidos de fls. 12/13. Com a inicial, vieram os documentos de fls. 14/115. É o que importa relatar para fins de apreciação da tutela de urgência. DECIDO. I - Recebo a petição inicial e defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. II - Defiro a tramitação prioritária porque o processo tramita no interesse de pessoa idosa (art. 1.048, I, CPC). Os autos já estão identificados com a respectiva tarja. III - Tratando-se de nítida relação de consumo, na qual o requerente é hipossuficiente diante da supremacia de capacidade financeira, técnica e jurídica da requerida, com fundamento no art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, inverto o ônus da prova em favor da parte que ocupa o polo ativo da demanda, devendo o Réu exibir todos os documentos pertinentes ao contrato discutido nos autos e demais documentos que entender pertinentes à solução da lide, devendo a Secretaria fazer constar no mandado, além das advertências de praxe (CPC, art. 344), o previsto no art. 400 também do Código de Processo Civil. IV- Para a concessão de tutela de urgência provisória incidental, a parte há de apresentar elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (CPC, art. 300). Os requisitos em tela são concorrentes, de sorte que a ausência de um deles inviabiliza a pretensão do autor. Por outra, estabelece a Lei Processual Civil no art. 300, §3º, que a tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. No caso em exame a pretensão do autor é de imediata suspensão dos descontos promovidas pelo réu em seu benefício previdenciário. Para tanto, argumenta que desde fevereiro de 2017 o réu tem realizado tais descontos, com a denominação "Cartão de Crédito - RMC", que não autorizou, tampouco tem conhecimento do que se trata. O autor sustenta que não celebrou o contrato que fundamenta esses descontos, evidenciando a

probabilidade do seu direito a que sejam suspensos, já que não é possível lhe exigir a prova de fato negativo de que não contratou. Porém, não se verifica perigo do autor sofrer dano irreparável ou de difícil reparação caso esses descontos persistam no curso da lide, primeiro porque remontam ao ano de 2017, revelando que não há grande impacto na receita da demandante e, segundo porque houve pedido de repetição em dobro do indébito, medida que terá o condão de sanar os prejuízos alegados, caso se reconheça que se trataram de descontos indevidos. Por isso, não verifico, por ora, plausibilidade do direito da parte autora a imediata suspensão dos descontos, o que demandará dilação probatória. Instalado o contraditório, poderá ser produzida provas a fim de comprovar eventual equívoco, possibilitando, em tese, uma análise mais precisa e fundamentada a condenação da parte adversa aos danos sofridos pelo autor. Cautela deve ser adotada no presente caso, a prestigiar a ampla defesa e a adequada instrução do processo. Assim, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada. No mais, visando o prosseguimento do feito: 1. Convoquem-se as partes para uma audiência preliminar de conciliação, sob a presidência de conciliador, a ser designada pelo cartório para data próxima, destacando a necessidade do comparecimento, cientificando-as de que, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, conforme o art. 344, §8º, do Código de Processo Civil (CPC). 1.1. Conciliando-se as partes, venha-me os autos conclusos para homologação. 2. Cite-se a parte requerida para, querendo, contestar o pedido, no prazo legal, devendo, na mesma oportunidade, especificar, justificadamente, as provas que pretende produzir. Faça-se constar do mandado ou carta que o prazo para resposta correrá da data da audiência, independentemente do comparecimento das partes; (art. 335, CPC), sob pena de se operarem os efeitos da revelia e presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC); No ato da defesa, a parte ré deverá pleitear de forma especificada as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova. 3. Apresentada contestação, intime-se a parte autora para réplica, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na mesma oportunidade, especificar, justificadamente, as provas que pretende produzir. Na hipótese do autor instruir a réplica com novos documentos, deverá o réu ser intimado para se manifestar, no prazo de quinze dias (art. 437, § 1º, CPC). 4. Após, havendo pedido de produção de provas, venham conclusos para que seja proferida decisão saneadora. 5. Não havendo interesse quanto à produção de provas, pleiteando as partes o julgamento antecipado do mérito, ou ainda, caso não ocorra manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se, providenciando o necessário. Intimem-se.

ADV: JOÃO VICTOR LIBERATO OLIVEIRA (OAB 4563/AC) - Processo 0713121-13.2024.8.01.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - AUTORA: Daniela Leão de Oliveira Araújo - RÉU: Dona Mocinha Rio Branco Comercio de Calçados Ltda. - Ante o exposto,defiroo pedido de antecipação dos efeitos da tutela edeterminoa expedição de mandado de desocupação voluntária do imóvel, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, § 1º, VIII, da Lei 8.245/91, sob pena de desocupação compulsória. Condiciono, porém, a execução da medida à apresentação de caução no valor equivalente a três meses de aluguel. Assim, intime-se a parte autora para promover o depósito caução, no prazo de 05 dias, sob pena de revogação da decisão. Assim, efetivada a caução, expeça-se Mandado Liminar de Despejo, assegurando-se ao locatário o prazo de 15 (quinze) dias para desocupação voluntária. Findo o prazo sem desocupação voluntária, autorizo o despejo compulsório, com reforço policial, se for o caso. Certifique à parte autora acerca dessa decisão. No mais, visando o prosseguimento do feito: I - Verifico que a parte autora manifestou expressamente desinteresse no procedimento de conciliação ou mediação o que, a rigor, não dispensaria o agendamento da audiência a que se refere o art. 334 do CPC, haja vista o que dispõe o § 4º, I, do referido dispositivo legal. Entretanto, a Lei nº 13.140/15, mais recente que o Código de Processo Civil, disciplinou a mediação e outras formas de solução de conflito, e prescreveu, tal qual o art. 166 do CPC, que as mesmas devem ser orientadas, dentre outros, pelo princípio da autonomia da vontade das partes (art. 2º, V), o qual seria frontalmente violado acaso se impusesse ao autor o dever de participar de audiência de conciliação, sob pena de imposição de multa, quando já manifestou sua vontade em sentido diverso.Sob tal fundamento, portanto, deixo de determinar o agendamento de audiência de conciliação. II - Cite-se a parte ré para, querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de se operarem os efeitos da revelia e presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. III - Apresentada a contestação, intimem-se a parte autora para réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DANNIEL GUSTAVO BOMFIM A. DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THAYS SABRINA OLIVEIRA DE FREITAS FIRMINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0324/2024

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0709111-23.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - AUTOR: Banco Bradesco S.a - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 93, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DANNIEL GUSTAVO BOMFIM A. DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THAYS SABRINA OLIVEIRA DE FREITAS FIRMINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0325/2024

ADV: ÉGON RAPHAEL GOMES FUTIGAMI (OAB 4900/AC) - Processo 0005237-42.2022.8.01.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Iago Rocha da Costa - [...] Do mais, como existem elementos probatórios mínimos de autoria e materialidade, bem como ante a ausência de arguição outras preliminares, confirmo o recebimento da denúncia. Prossiga-se com o feito. Designe-se data para realização de audiência de instrução e julgamento, de acordo com o art. 399 e seguintes, do Código de Processo Penal. No momento da intimação, as partes devem ser questionadas quanto a possibilidade da realização da audiência por videoconferência. Dessa forma, se virtual, deverá ser realizada pelo aplicativo do Google Meet, cabendo a Secretaria contactar as partes, providenciando as orientações necessárias e demais atos pertinentes. Expeçam-se as demais comunicações necessárias. Intimem-se. Cumpra-se.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DANNIEL GUSTAVO BOMFIM A. DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THAYS SABRINA OLIVEIRA DE FREITAS FIRMINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0326/2024

ADV: VANDERLEI SCHMITZ JÚNIOR (OAB 3582/AC) - Processo 0708565-65.2024.8.01.0001 - Monitória - Pagamento - AUTOR: Recol Representações e Comércio Ltda - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 50, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DANNIEL GUSTAVO BOMFIM A. DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THAYS SABRINA OLIVEIRA DE FREITAS FIRMINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0327/2024

ADV: RODRIGO MACHADO PEREIRA (OAB 3798/AC), ADV: ALESSANDRA LIMA DA SILVA (OAB 5709/RO) - Processo 0703312-96.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Izaias Matos Cavalcante - REQUERIDO: Florisvaldo Ribeiro dos Santos - M. N. Araujo (Trans Araujo) - Defiro como requerido pela parte autora em fls. 71 e 89. Cumpra-se novamente os comandos da decisão de fls. 60/61, designando nova data para audiência preliminar de conciliação. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

ADV: ELCIAS CUNHA DE ALBUQUERQUE NETO (OAB 4891/AC) - Processo 0703394-30.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - CREDORA: Antonia Rocha da Silva - DEVEDOR: Parkia Boulevard Residncial Clube Spe- Ltda - Elite Engenharia Ltda - Em que pese o feito estar concluso para decisão, constata-se que está pronto para sentença, pois a questão a ser dirimida envolve análise de prova exclusivamente documental, sem pedido das partes para produção de provas específicas e pertinentes. Contudo, verifica-se que a decisão de fls. 441/446 deferiu o pedido cautelar de arresto de valores nas contas das demandadas e, realizadas as buscas (fls. 627/632), houve bloqueio do valor de R$2.000,00 (dois mil reais). Dessa forma, intimem-se as partes para que se manifestem quanto aos valores bloqueados efetivados via Sisbajud, no prazo de 15 (quinze) dias, para o devido prosseguimento do feito. Por fim, reservo-me a apreciar eventuais questões preliminares pendentes por ocasião da sentença. Intimem-se.

ADV: FRANCISCO AUGUSTO MELO DE FREITAS (OAB 5957AC) - Processo 0713570-68.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - AUTOR: Raimundo Batista Rufino - RÉU: Banco Pan S/A - Trata-se de ação declaratória c/c repetição de indébito e indenização por danos morais, com pedido de tutela antecipada, movida por RAIMUNDO BATISTA RUFINO contra o BANCO PAN S.A. Aduz a parte autora que havia contraído um empréstimo consignado junto a instituição financeira ré, o qual, aparentemente, seria adimplido mediante o pagamento de parcelas descontadas diretamente de seu contracheque. Contudo, o banco demandado lhe imputou um contrato de Cartão de Crédito Consignado, sendo que paga a quantia mensal de R$ 242,91 (duzentos e quarenta e dois reais e noventa e um centavos). Assegura

que nunca pretendeu contratar tal serviço, que não recebeu qualquer forma de orientação ou informação acerca de taxas de juros e demais encargos e suas consequências, operando-se descontos indevidos em seu benefício, mensal e ininterruptamente, sem prazo para o fim dos descontos. Assim, requer, a título de tutela antecipada, a suspensão dos descontos realizados pela instituição ré referente ao contrato de empréstimo discutido nos autos, bem como se abstenha de incluir o nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito, com imposição de multa no importe de R$5.000,00 em caso de descumprimento. No mérito, pugnou pela declaração da nulidade do contrato de cartão de crédito na modalidade consignada, com devolução em dobro dos valores pagos a mais, após o recalculo da dívida. Requereu também a condenação em danos morais no importe de R$10.000,00; inversão do ônus da prova, a gratuidade judiciária e a condenação em verbas de sucumbência e honorários advocatícios no percentual de vinte por cento do valor total da condenação. Instruiu a inicial com os documentos de fls. 17/68. É o breve relatório. Decido. 1) De análise sumária, vejo que a inicial preenche os requisitos legais, estando apta para o seu devido processamento. Assim, recebo-a. 2) Considerando que os documentos acostados à exordial demonstram a hipossuficiência econômica da parte autora, defiro os benefícios da justiça gratuita, a teor do art. 98 do CPC. 3) Defiro a tramitação prioritária do feito, com amparo no art. 1.048, I, CPC. Os autos estão identificados com a respectiva tarja. 4) No que tange à tutela antecipada, dispõe o art. 300 do Código de Processo Civil, que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Segundo o doutrinador Cassio Scarpinella Bueno, a concessão da tutela de urgência pressupõe: (a) probabilidade do direito; e (b) perigo de dano ou o risco ao resultado útil ao processo. São expressões redacionais do que é amplamente consagrado nas expressões latinas fumus boni iuris e periculum in mora, respectivamente. Os requisitos em tela são concorrentes, de sorte que a ausência de um deles inviabiliza a pretensão da parte autora. Por outra, estabelece a Lei Processual Civil no art. 300, §3º, que a tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. A tutela provisória de urgência pleiteada pelo autor tem natureza antecipatória, pois pretende a suspensão dos descontos realizados em sua conta bancária. No caso dos autos, verifico que os documentos trazidos aos autos, a princípio, demonstram a probabilidade do direito e que não há perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Quanto à probabilidade do direito (fumus boni iuris), a parte autora demonstrou com a juntada de comprovante de rendimentos que vem sendo realizados descontos em sua folha de pagamento, desde julho de 2016, sendo que o referido empréstimo foi fornecido pela parte ré, na modalidade 'Cartão de Crédito Consignado', tendo a parte autora requerido empréstimo em modalidade diversa. Sabe-se que tais empréstimos são revestidos de abusividade, em ofensa ao CDC, por tornarem a dívida impagável em virtude do refinanciamento mensal, o qual nega ter contraído. Veja-se que a parte autora efetua o pagamento desse empréstimo, há quase 08 (oito) anos, não se tendo informação de quando quitará a dívida. Assim, tenho que presente o requisito da probabilidade do direito. No que tange ao requisito do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora), esse se mostra no fato de que a permanência dos descontos no benefício previdenciário do autor, pode caracterizar indevido constrangimento, bem como implicar na limitação de seus meios de sobrevivência. Por outro lado, destaco que não há perigo de irreversibilidade, uma vez que, na hipótese de revogação da decisão ou improcedência do pedido, a parte promovida poderá realizar os atos de cobrança que entender necessários e cabíveis. Isso posto, DEFIRO o pedido de tutela antecipada, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para determinar a requerida que se abstenha de efetuar descontos relativos ao cartão de crédito consignado em prejuízo do requerente, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada desconto indevido, podendo tal valor ser majorado em caso de reiterado descumprimento, assim como para que deixe de inserir o nome do autor em órgãos de proteção ao crédito, sob a mesma penalidade. Alertem-se a parte requerida que deve fazer prova nos autos do cumprimento das obrigações impostas. 5) Considerando que a relação existente entre as partes é de consumo e diante da hipossuficiência técnica do autor frente ao réu, além da verossimilhança de suas alegações, defiro o pedido de inversão do ônus da prova, conforme art. 6º, VIII, CDC. A parte ré deve ser cientificada de tal consequência. 6) Verifico que o autor manifestou expressamente desinteresse no procedimento de conciliação ou mediação o que, a rigor, não dispensaria o agendamento da audiência a que se refere o art. 334 do CPC, haja vista o que dispõe o § 4º, I, do referido dispositivo legal. Entretanto, a Lei nº 13.140/15, mais recente que o Código de Processo Civil, disciplinou a mediação e outras formas de solução de conflito, e prescreveu, tal qual o art. 166 do CPC, que as mesmas devem ser orientadas, dentre outros, pelo princípio da autonomia da vontade das partes (art. 2º, V), o qual seria frontalmente violado acaso se impusesse ao autor o dever de participar de audiência de conciliação, sob pena de imposição de multa, quando já manifestou sua vontade em sentido diverso. Sob tal fundamento, portanto, deixo de determinar o agendamento de audiência de conciliação. 7) Intimem-se as partes para ciência dessa decisão. 8) Cite-se o réu para contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar no mandado a ressalva de que o prazo para defesa terá início na forma prevista no art. 231 e art. 335, ambos do CPC. Também deverá constar a ressalva de que, se o Réu não contestar a ação, será considerado revel, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC). No prazo de defesa, o réu já deverá especificar as provas que pretende produzir, sob pena de preclusão. 9) Findo o prazo da defesa, intime-se o autor para manifestação em quinze dias. 10) Caso o réu não apresente contestação, em sendo a hipótese prevista no art. 348 do CPC, deverá o autor especificar as provas que pretende produzir. 11) Caso na contestação o réu alegue fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito do autor, ou ainda qualquer das matérias enumeradas no art. 337 do CPC, ou caso também apresente documentos, o autor deverá se manifestar no prazo assinalado, sendo-lhe permitida a produção de provas (arts. 350, 351 e 437, § 1º, CPC). Em réplica, o autor já deverá especificar as provas que pretende produzir, sob pena de preclusão. 12) Na hipótese de o autor instruir a réplica com novos documentos, deverá o réu ser intimado para se manifestar sobre eles, no prazo de quinze dias (art. 437, § 1º, CPC). 13) Cumpridos os itens anteriores, observe o Cartório a contestação e a réplica. Caso alguma das partes tenha postulado dilação probatória, venham os autos conclusos para decisão saneadora (fila decisão). Caso ambas requeiram o julgamento antecipado do mérito, a conclusão deverá ser para sentença (fila sentença). Cumpra-se expedindo o necessário

ADV: KAMYLA FARIAS DE MORAES (OAB 3926/AC) - Processo 0713587-07.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTORA: Ana Margarida Gomes Rodrigues - RÉU: Banco do Brasil - ANA MARGARIDA GOMES RODRIGUES ajuizou ação contra BANCO DO BRASIL S/A. Aduz a parte autora que é servidora pública aposentada, pertencente ao Governo do Estado do Acre. Alega que buscou junto ao Requerido seus extratos PASEP em 11.11.2021, momento em que teve conhecimento que não houve a devida atualização. A autora verificou que a última movimentação se deu em 30.11.2004, quando foi realizado o saque do montante disponível na referida data era de R$ 1.726,39 (um mil setecentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos), muito inferior ao valor que entende fazer jus. Menciona que, após solicitar e receber o extrato de movimentações do PASEP, a Autora verificou que a correção dos valores depositados era irregular e constatou a ausência de créditos em diversos períodos. Por este motivo, ajuizou a presente ação, requerendo a condenação do Réu no pagamento dfos valores integrais da conta PASEP, devendo ser este atualizado em fase de execução da sentença, aplicando-se a taxa Selic como índice de correção desde o primeiro depósito realizado na conta PASEP da autora. Juntou documentos em fls. 11/40. É o relatório. Decido. I - Recebo a petição inicial e defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. II Defiro a tramitação prioritária, visto que o processo tramita no interesse de pessoa idosa (art. 1.048, I, CPC). Os autos já estão identificados com a respectiva tarja. III - Verifico que a parte autora manifestou expressamente desinteresse no procedimento de conciliação ou mediação o que, a rigor, não dispensaria o agendamento da audiência a que se refere o art. 334 do CPC, haja vista o que dispõe o § 4º, I, do referido dispositivo legal. Entretanto, a Lei nº 13.140/15, mais recente que o Código de Processo Civil, disciplinou a mediação e outras formas de solução de conflito, e prescreveu, tal qual o art. 166 do CPC, que as mesmas devem ser orientadas, dentre outros, pelo princípio da autonomia da vontade das partes (art. 2º, V), o qual seria frontalmente violado acaso se impusesse ao autor o dever de participar de audiência de conciliação, sob pena de imposição de multa, quando já manifestou sua vontade em sentido diverso.Sob tal fundamento, portanto, deixo de determinar o agendamento de audiência de conciliação. V - Cite-se o réu para responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias. No ato da defesa, a parte ré deverá pleitear de forma especificada as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova e que não haverá outra oportunidade para fazê-lo. VI - Apresentada contestação, intime-se a parte autora para réplica, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na mesma oportunidade, especificar e justificar a pertinência das provas que pretende produzir, fazendo ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova e que não haverá outra oportunidade para fazê-lo. VII - Indefiro a inversão do ônus da prova em favor da parte autora requerido em conformidade com o CPC, visto que não atende aos requisitos legais. VIII - Após, havendo pedido de produção de provas, venham conclusos para que seja proferida decisão saneadora. IX - Não havendo interesse quanto à produção de provas, pleiteando as partes o julgamento antecipado do mérito, ou ainda, caso não ocorra manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: GIOVAL LUIZ DE FARIAS JÚNIOR (OAB 4608/AC) - Processo 0713645-10.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - AUTOR: Jadson Rago Junior - RÉU: Associação Brasileira dos Servidores Públicos - Compulsando os autos, nota-se que a parte autora deduziu pedido de concessão do benefício da gratuidade da justiça. Contudo, não colacionou documentos que demonstrem a alegada hipossuficiência financeira. Desta forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar com documentos hábeis (contracheques, extratos bancários, declaração de IR atualizada, etc.) que preenche os pressupostos para concessão do benefício da justiça gratuita, nos termos do art. 99, §2º, CPC, sob pena de indeferimento da benesse. Com as informações, conclusos os autos.

ADV: MARCOS PAULO PEREIRA GOMES (OAB 4566/AC) - Processo

0713716-12.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTORA: Edini Inacio de Figueiredo - RÉU: Banco do Brasil S/A - Compulsando os autos, nota-se que a parte autora deduziu pedido de concessão do benefício da gratuidade da justiça. Contudo, não colacionou documentos que demonstrem a alegada hipossuficiência financeira. Desta forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar com documentos hábeis (contracheques, extratos bancários, declaração de IR atualizada, etc.) que preenche os pressupostos para concessão do benefício da justiça gratuita, nos termos do art. 99, §2º, CPC, sob pena de indeferimento da benesse. Com as informações, conclusos os autos.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0713767-23.2024.8.01.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: Consórcio Nacional Honda Ltda - RÉU: Lenilde Monteiro Lima Ferreira - A parte autora Consórcio Nacional Honda Ltda requereu contra Lenilde Monteiro Lima Ferreira a busca e apreensão liminar de bem alienado fiduciariamente, em conformidade com o disposto no Decreto Lei n.º 911/69. Aduz o autor que firmou contrato de Financiamento para Aquisição de Bens com taxa prefixada sob n. 43510.162.0.0, em 23/07/2021, obrigando-se a requerida a pagar a importância financiada em 80 parcelas iguais e consecutivas, tendo como objeto o veículo marca HONDA, modelo CG 160 TITAN, chassi n.º 9C2KC2210NR001959, ano de fabricação 2021 e modelo 2022, cor CINZA, placa QLX1H25, renavam 01271452518. Menciona que a requerida não cumpriu com as obrigações das parcelas assumidas, deixando de realizar pagamentos relativos a prestação vencida em 16/05/2024, totalizando, até a presente data, a importância de R$ 10.910,07, a ser considerado para efeito do pagamento a que alude o art. 3º, §2º da Lei 911/69, sendo que este valor compreende as parcelas vencidas e vincendas. Juntou documentos às fls. 08/56. Recolhimento de custas e taxas de diligências às fls. 55/57. Notificação extrajudicial às fls.43/44. Pois bem. Decido. Determina a lei que constitui obrigação do devedor fiduciário quitar as prestações nos prazos, local e forma estipulados, logo, ocorrido o inadimplemento e sendo constituído em mora, por meio da notificação extrajudicial ou protesto, assistirá ao credor o direito de propor ação de busca e apreensão do bem. Havendo prova de que a parte devedora foi constituída em mora, em face do não cumprimento das obrigações contratadas e garantidas por pacto adjeto de alienação fiduciária, há que ser concedida a medida liminar pleiteada Ante o exposto, defiro liminarmente a medida pleiteada, e, por conseguinte, determino a busca e apreensão do veículo marca HONDA, modelo CG 160 TITAN, chassi n.º 9C2KC2210NR001959, ano de fabricação 2021 e modelo 2022, cor CINZA, placa QLX1H25, renavam 01271452518, depositando-o em mãos da parte requerente, na pessoa de seu representante legal, EDSON SANTANA DE OLIVEIRA, CPF 771.900.682-87, indicado (fl. 04), permanecendo no aguardo de iniciativa da parte devedora em reavê-lo mediante o pagamento da dívida (Dec.-Lei n.º 911/69, artigo 3º, caput, e § 2º). Para tanto, adote-se o seguinte: 1. Expeça-se mandado de busca e apreensão, com os benefícios do artigo212, § 2°, do Código de Processo Civil. No mandado que der cumprimento à busca e apreensão, deverá constar a ressalva de que o devedor deverá entregar o bem e seus respectivos documentos (Decreto-Lei n.º 911/69, artigo 3º, § 14º). Caso o oficial de justiça repute necessário, AUTORIZO a requisição de reforço policial para garantir-lhe a integridade física, bem como o cumprimento da ordem judicial. Autorizo, ainda que seja realizado arrombamento em caso de resistência ao cumprimento desta ordem e/ou em caso de suspeita de que a parte deseja ocultar o bem, em sua residência ou em qualquer outra da vizinhança ou não. 2. Fica registrado que o credor não poderá remover o bem para fora do Estado do Acre, antes do decurso do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais). 3. Providenciem a restrição de circulação sobre o veículo objeto da ação, a efetivar-se por intermédio do RENAJUD e, após a comunicação da apreensão aqui determinada, a retirada do gravame (artigo 3º, § 10º, incisos I e II do referido Decreto- Lei). 4. Executada a liminar, intime-se a parte devedora da busca e apreensão realizada, advertindo-lhe que, caso não pague integralmente a dívida discriminada na inicial, até 05 (cinco) dias da execução da liminar, consolidar-se-á, automaticamente, a propriedade e a posse plena e exclusiva dos bens no patrimônio do credor fiduciário, e de que, em caso de pagamento, os bens lhes serão restituídos livre do ônus (art. 3º, §§ 1º e 2º, Dec.-lei nº 911/69). 5. Outrossim, se lhe aprouver, poderá o devedor fiduciante apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da execução liminar (Dec.-lei, art. 3º, parágrafo 3º). 6. Contestado o pedido, intime-se a parte requerente para réplica, no prazo legal. Não contestado o pedido ou feito a destempo, desde já decreto a revelia da parte demandada, devendo ser promovida a intimação da parte demandante para, no prazo de cinco dias, informar se tem outras provas a produzir, justificando-as. 7. Não localizado a parte demandada no endereço indicado, intime-se o credor para manifestação, em cinco dias, sob pena de extinção do feito. A mesma providência deverá ser adotada caso o bem não seja localizado. 8. Indefiro o pedido de tramitação sob sigilo, pois o feito não se amolda a nenhuma das hipóteses do art. 189 do CPC. 9. Por fim, providencie a Secretaria para que todas as intimações/publicações sejam realizadas em nome da advogada ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB/AC 4940, sob pena de nulidade. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ANASTÁCIO LIMA DE MENEZES FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA JOSÉ OLIVEIRA MORAES PRADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0149/2024

ADV: RENATO SILVA FILHO (OAB 2389/AC) - Processo 0001263-95.2002.8.01.0001 (001.02.001263-3) - Cumprimento de sentença - Improbidade Administrativa - DEVEDORA: Paula Pinheiro da Silva e outros - Ao que tudo indica, a decisão de pág. 1729, de maneira inusitada, parece ter anulado a sentença de pág. 1.398/1408, fazendo-o por suposta ausência de citação válida. Desta forma, o processo teria que ter seguimento ab initio, citando-se os réus. Todavia, deve ser considerado que muitas das imputações feitas aos réus foram revogas ou modificadas pela Lei n.º 14.210/2021. Além do mais, o processo teve seu início há mais de 22 anos atrás. Por isso mesmo, determino a intimação do Ministério Público para: (1) se manifestar sobre a ocorrência da prescrição da imputações formuladas; (2) caso o MP entenda que as imputações, ou algumas delas, não estão prescritas, deverá readequá-las às diretrizes da Lei n. 14.210/2021, se for o caso; (3) também se for o caso, deverá fornecer o endereço atualizado onde os réus possam ser encontrados. Prazo de 30 dias.

ADV: JECSON CAVALCANTE DUTRA (OAB 001.057/AC), ADV: MAYARA DA SILVA FERREIRA (OAB 3613/AC), ADV: THÊMIS DE SOUZA SANTIAGO (OAB 4831/AC), ADV: GERALDO PEREIRA DE MATOS FILHO (OAB 002.952/AC), ADV: FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO (OAB 00000777AC), ADV: FABIANO MAFFINI (OAB 003.013/AC) - Processo 0009990-38.2005.8.01.0001 (001.05.009990-7) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - CREDORA: Sorayma de Lelles Medeiros de Lima - DEVEDOR: Estado do Acre - Secretaria de Justiça e Segurança Pública - Determino que os autos sejam movimentados para fila específica no aguardo do pagamento dos precatórios. Intime-se.

ADV: JOSÉ RODRIGUES TELES (OAB 00001430AC), ADV: GABRIELA LIRA BORGES (OAB 4/AC) - Processo 0013874-75.2005.8.01.0001 (001.05.013874-0) - Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - CREDOR: Estado do Acre - DEVEDOR: Acrel Acre Com. e Rep. Ltda e outros - Portanto, expeça-se o competente alvará para levantamento da quantia bloqueada nos autos (pp. 361/366), no montante de R$ 3.470,43 (três mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta e três centavos), acrescido da remuneração eventualmente existente, com autorização para saque, tendo como beneficiário o Estado do Acre, CNPJ/MF nº 63.606.479/0001-24. Cumpra-se. Intimem-se.

ADV: MAYKO FIGALE MAIA (OAB 2814/AC) - Processo 0018058-40.2006.8.01.0001 (001.06.018058-8) - Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - CREDOR: Estado do Acre - Trata-se de pedido de cancelamento da arrematação juntado às pp. 231/255, e restituição total dos valores pagos, devidamente corrigidos. Da análise dos autos, observo que o bem penhorado nestes autos também foi constrito na 2ª Vara da Fazenda Pública, sendo determinada a suspensão dos atos constritos nos bens do executado. Assim, tendo em vista o decurso do tempo, tal como o embaraço constante no bem e a boa-fé do arrematante, defiro parcialmente seu pedido quanto a restituição dos valores pagos à época da arrematação, acrescido apenas de eventual remuneração existente. Por fim, mantenho a comissão da leiloeira, considerando que o leilão foi devidamente realizado, descabendo ao pregoeiro arcar com os riscos da referida aquisição. Expeça-se alvará para o levantamento das quantias depositadas.

ADV: TATIANA TENÓRIO DE AMORIM (OAB 4201/AC), ADV: DOUGLLAS JONATHAN SANTIAGO DE SOUZA (OAB 3132/AC) - Processo 0701738-14.2019.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Enquadramento - CREDORA: Cleide Maria Carvalho de Souza - DEVEDOR: Estado do Acre - Por outro lado, os cálculos apresentados pelo Estado do Acre estão em perfeita sintonia com a sentença, desta forma, homologo o valor principal devido pelo ente público à autora em R$ 311.361,48 (trezentos e onze mil, trezentos e sessenta e um reais e quarenta e oito centavos), com destaque de 10% (dez por cento) da verba contratual para o patrono Dr. Jonathan Santiago Advogados Associados, conforme contrato de honorários de p. 735. O valor acima será recebido via precatório. Atendendo as novas deliberações do CNJ e objetivando que o processo esteja apto a ter as requisições de precatórios expedidas por este Juízo Fazendário necessário colacionar nos autos a cópia da carteira da OAB da patrona, a cópia dos dados bancários de todos os credores (credor principal e patrono), nos termos da IN 01/2021 TJAC, bem como o comprovante de regularidade do CPF ou CNPJ, junto a Receita Federal (credor principal e patrono), consoante art. 6º, § 3º, da resolução 303/2019doCNJ. Para tanto, concedo o prazo de 10 (dez) dias. Homologo ainda os honorários sucumbenciais que totalizam de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) devidos ao patrono Dr. Jonathan

Santiago Advogados Associados. Determino a expedição de RPV ao patrono "Jonathan Santiago Advogados Associados", sendo que o cartão de CNPJ consta em p. 736 e os dados bancários em p. 739. Deixo de condenar a autora em excesso de execução em virtude da inversão do ônus da sucumbência em sede recursal. Intime-se.

ADV: JOSÉ CARLOS CUNHA JÚNIOR (OAB 480845/SP), ADV: JOSÉ CARLOS CUNHA JÚNIOR (OAB 480845/SP), ADV: JOSÉ CARLOS CUNHA JÚNIOR (OAB 480845/SP), ADV: JOSÉ CARLOS CUNHA JÚNIOR (OAB 480845/SP), ADV: JOSÉ CARLOS CUNHA JÚNIOR (OAB 480845/SP), ADV: JOSÉ CARLOS CUNHA JÚNIOR (OAB 480845/SP), ADV: JOSÉ CARLOS CUNHA JÚNIOR (OAB 480845/SP), ADV: JOSÉ CARLOS CUNHA JÚNIOR (OAB 480845/SP), ADV: JOSÉ CARLOS CUNHA JÚNIOR (OAB 480845/SP), ADV: MARIO GILSON DE PAIVA SOUZA (OAB 3272/AC), ADV: MATHEUS PAVÃO DE OLIVEIRA (OAB 3866/AC), ADV: JOÃO LUIZ MONTEIRO (OAB 4922/AC), ADV: KATIUSCIA DOS SANTOS GUIMARÃES (OAB 3441/AC), ADV: JOSÉ CARLOS CUNHA JÚNIOR (OAB 480845/SP), ADV: JOSÉ CARLOS CUNHA JÚNIOR (OAB 480845/SP), ADV: JOSÉ CARLOS CUNHA JÚNIOR (OAB 480845/SP), ADV: JOSÉ CARLOS CUNHA JÚNIOR (OAB 480845/SP) - Processo 0701746-35.2012.8.01.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Serviços de Saúde - CREDORA: Maria Fernandes da Silva - DEVEDOR: Estado do Acre - Secretaria de Saúde - Ante o exposto, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que os autores reapresentem sua planilha detalhada de cálculos e se manifeste quanto a divisão dos honorários advocatícios sucumbenciais. Já adianto que atendendo as novas deliberações do CNJ e objetivando que o processo esteja apto a ter as requisições de precatórios expedidas por este Juízo Fazendário necessário colacionar nos autos a cópia da carteira da OAB dos patronos, a cópia dos dados bancários de todos os credores (credores principais e patronos), nos termos da IN 01/2021 TJAC, bem como o comprovante de regularidade do CPF ou CNPJ, junto a Receita Federal (credores principais e patronos), consoante art. 6º, § 3º, da resolução 303/2019doCNJ. Determino a retirada dos autos da Sra. Camila Bezerra de Souza Pinheiro, juntamente com sua patrona. Intime-se.

ADV: ANA PAULA FEITOSA MODESTO, ADV: SAMUEL GOMES DE ALMEIDA FEITOSA (OAB 3714/AC) - Processo 0702886-26.2020.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - CREDOR: Jhony Rafael de Mendonça Souza - Os valores foram homologados em decisão de p. 197 e o contrato de honorários encontra-se acostado em pp. 143/146 onde estipula o percentual de 30% (trinta por cento). Assim, proceda a Secretaria com a expedição de RPV ao autor no valor de R$ 12.177,23 ((doze mil, cento e setenta e sete reais e vinte e três centavos), com destaque de 30% de verba contratual à patrona Dra. ANA PAULA FEITOSA MODESTO GOMES, OAB/AC 3.313. Determino ainda a expedição de RPV da verba honorária sucumbencial no importe de R$ 1.217,72 (um mil, duzentos e dezessete reais e setenta e dois centavos). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA JOSÉ MAIA NASCIMENTO POSTIGO (OAB 2809/AC), ADV: MARIA JOSÉ MAIA NASCIMENTO POSTIGO (OAB 2809/AC), ADV: GISELE GONÇALVES PINHEIRO MOREIRA (OAB 2991AC /) - Processo 0703525-05.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Ausência/Deficiência de Fiscalização - REQUERENTE: Manoel Lima da Silva - REQUERIDO: Fundação hospital estadual do acre - FUNDHACRE e outro - Defiro o pedido da parte autora e determino a realização de perícia médica. A realização da prova pericial deverá ser realizada por um dos médicos componentes da Junta Médica Judicial do Estado do Acre, conforme escala definida pela própria Junta Médica Judicial. O agendamento da perícia perante Junta Médica Judicial do Estado do Acre deverá ser realizado pelo e-mail juntamedicaofac@ac.gov.br, cujo telefone para contato é o de número 3215-2782, oportunizando-se acesso aos autos do processo à referida Junta Médica acaso tal providência se revele necessária. Em seguida, intimem-se as partes para arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; indicar assistentes técnicos; e apresentar quesitos (art. 465 do CPC 2015). Apresentados os quesitos e possíveis assistentes técnicos, o perito deverá ser intimado para designar local e data para realização da perícia, que deverá respeitar a antecedência mínima de 20 dias para viabilizar a intimação da partes (art. 474 do CPC 2015).

ADV: AMANDA MENDES EVANGELISTA (OAB 6623/AC), ADV: GELSON GONÇALVES NETO (OAB 3422/AC) - Processo 0705785-55.2024.8.01.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: Juruá Construtora Ltda - IMPETRADO: Município de Rio Branco e outros - Em razão disso, julgo improcedente todos os pedidos formulados, denegando a segurança e promovendo a extinção do feito com resolução de mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Sem honorários. Condeno a impetrante ao pagamento das custas processuais. Sem reexame necessário. Após o trânsito em julgado e recolhidas as custas pela parte impetrante, arquive-se. Publique-se. Intime-se.

ADV: RENATA BARBOSA LACERDA (OAB 7402/MS) - Processo 0705996-28.2023.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: José Willians Pinto - Atendendo as novas deliberações do CNJ e objetivando que o processo esteja apto a ter as requisições de precatórios expedidas por este Juízo Fazendário, necessário colacionar nos autos o comprovante de regularidade do CPF do patrono e do autor, junto a Receita Federal, consoante art. 6º, § 3º, da resolução 303/2019 do CNJ, no prazo de 05 (cinco) dias. Também é necessário a apresentação dos dados bancários (somente cabeçalho) de todos os credores (patronos e credor principal), atendendo a IN 01/2021 TJAC. Transcorrido o prazo, com a apresentação dos documentos, expeça-se o precatório do crédito principal, com o destaque dos honorários contratuais de 20%, que deverá ser dividido em três partes iguais para Valdete, Nelson e Banca Lacerda Advogadas Associadas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALBERTO TAPEOCY NOGUEIRA (OAB 3902/AC), ADV: LEONARDO NUNEZ CAMPOS (OAB 401519SP) - Processo 0706234-13.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Expedição de CND - AUTOR: Vibra Energia S/A - RÉU: Estado do Acre - Autos n.º 0706234-13.2024.8.01.0001 Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 16/2016, item B1) Dá a parte autora, por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015. Rio Branco (AC), 13 de agosto de 2024.Ulisses Sebastião Penha dos Santos Técnico Judiciário

ADV: JOEL BENVINDO RIBEIRO (OAB 1458/AC), ADV: MAYKO FIGALE MAIA (OAB 2814/AC) - Processo 0707482-48.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Desapropriação Indireta - REQUERENTE: Construtora Arco Arquitetura e Comércio Ltda - REQUERIDO: Estado do Acre - Nomeio para o múnus de perito o engenheiro civil Reuel Barbosa Morais da Costa, CREA 10.058 DAC, o qual deverá ser intimado para apresentar proposta de honorários no prazo de 10 (dez) dias. Assim, após a apresentação da proposta de honorários pelo perito, concedo prazo de 05 (cinco) dias para as partes se manifestarem, consoante o art. 465, §3º do CPC. Advirto que o valor dos honorários periciais será divido igualmente entre os litigantes e a avaliação se dará de forma contemporânea. Atendendo ao disposto no art. 465, §1º, também do CPC, concedo o 15 (quinze) dias para que as partes apresentem os nomes de eventuais assistentes técnicos, os quais serão cientificados pelos próprios litigantes acerca da data da perícia, após seu agendamento e os honorários dos assistentes técnicos serão pagos pelas partes que o indicarem, conforme o art. 95 do CPC. Visando já dirimir conflitos futuros esclareço que após detida análise dos autos determino que os juros compensatórios (6% a.a) seguirão o último julgamento do STF sobre o tema: Art. 15-A. No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos. §1º Os juros compensatórios destinam-se, apenas, a compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário. §2º Não serão devidos juros compensatórios quando o imóvel possuir graus de utilização da terra e de eficiência na exploração iguais a zero. § 3º O disposto no caput deste artigo aplica-se também às ações ordinárias de indenização por apossamento administrativo ou desapropriação indireta, bem assim às ações que visem à indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público, em especial aqueles destinados à proteção ambiental, incidindo os juros sobre o valor fixado na sentença. § 4º Nas ações referidas no parágrafo anterior, não será o Poder Público onerado por juros compensatórios relativos a período anterior à aquisição da propriedade ou posse titulada pelo autor da ação. Concedo o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para que as partes manifestem, motivadamente, eventual discordância quanto aos requisitos em que se dará a perícia, sendo que o inconformismo deve ser dirigido a este Juízo, no prazo assinalado, sob pena de preclusão dos parâmetros da perícia aqui estipulados. Intime-se.

ADV: HELANE CHRISTINA DA ROCHA SILVA (OAB 4014/AC) - Processo 0709180-36.2016.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Serviços de Saúde - AUTORA: Maria de Fátima Melo Conde - RÉU: Estado do Acre - Secretaria de Estado de Saúde - Rejeito o petitório de p. 356 visto que o valor já homologado será recebido por precatório e não foi anexado aos autos nenhum contrato de honorários. Para a apresentação dos cálculos dos danos materiais e honorários advocatícios concedo o prazo de 15 (quinze) dias. Expeça-se a requisição de precatório. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WELLKSON WILLON REIS (OAB 5568/AC) - Processo 0711817-76.2024.8.01.0001 - Mandado de Segurança Cível - Gratificação de Incentivo - IMPETRANTE: Heberth Fernando Alves da Silva - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência ante a clara possibilidade de irreversibilidade da medida acaso deferida neste momento. Notifique-se o impetrado do conteúdo da petição inicial para que preste as informações que entender necessárias dentro do prazo de dez dias, intimando-se, na mesma oportunidade, o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada para que, querendo, ingresse no feito. Ao depois, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Estadual para que apresente o seu parecer, no prazo de que trata o art. 12 da Lei 12.016/2009. Determino que a Secretaria insira a tarja de AJG no cadastro do feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL DE LACERDA CAMPOS (OAB 74828/MG), ADV: FABIANA DI-

NIZ ALVES (OAB 98771/MG), ADV: MARIA JOSÉ MAIA NASCIMENTO POSTIGO (OAB 2809/AC) - Processo 0711981-46.2021.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - CREDOR: Emtel Transportes Apotesose Ltda - DEVEDOR: ACRE GOVERNO DO ESTADO (AC GOV GABINETE DO GOVERNADOR) - Os valores se encontram homologados em pp. 120/121, sendo o valor principal de R$ 297.519,20 (duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e dezenove reais e vinte centavos) e o valor de honorários sucumbenciais de R$ 29.751,92 (vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos). O credor requereu a expedição de RPV em relação aos honorários sucumbenciais, no entanto, não se manifestou expressamente se deseja dispensar o excedente ao teto máximo que é de 07 salários mínimos, assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias. Por outra, homologo o valor de R$ 7.303,55 (sete mil, trezentos e três reais e cinquenta e cinco centavos) referente ao ressarcimento das custas processuais, devendo ser expedida RPV em favor do autor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO ROQUE TAVARES (OAB 3343/AC) - Processo 0712778-17.2024.8.01.0001 - Mandado de Segurança Cível - Ingresso e Concurso - IMPETRANTE: Andre do Nascimento Rolim - Em conclusão, concedo a liminar para determinar à autoridade coatora que adote as providências necessárias a imediata convocação do impetrante André do Nascimento Rolim, para a investigação social, mantendo o seu nome na lista de aprovados, a fim de que possa continuar nas demais fases do certame.

ADV: ALAN FURTADO MACHADO (OAB 6518/AC) - Processo 0713036-27.2024.8.01.0001 - Mandado de Segurança Cível - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física - IMPETRANTE: Nicolle Damasceno Craveiro - À luz dos princípios da não surpresa e do contraditório substancial, encartados nos artigos 9º e 10 do novel Código de Processo Civil, determino a intimação da impetrante para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de manifestar sobre a presença do Estado do Acre e da Secretaria de Estado de Administração como autoridades coatoras, objetivando determinar a competência para análise e julgamento da presente ação. Perlustrando os elementos colacionados aos autos vislumbro inexistir ato praticado pelos entes públicos, Estado do Acre e pela Secretaria de Administração porquanto o ato combatido na exordial é a insurgência da impetrante quanto ao resultado de sua avaliação médica, atribuição exclusiva do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação, conforme item 1.1 do Edital, p. 29. A Lei 12.016/2009, que trata do Mandado de Segurança, dispõe em seu art. 6º: Art. 6o A petição inicial, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em 2 (duas) vias com os documentos que instruírem a primeira reproduzidos na segunda e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições (grifos não originais). No presente caso, o impetrante não indicou para figurar no polo passivo além da pessoa jurídica, a autoridade coatora. Na oportunidade deverá apresentar o instrumento procuratório (pp. 23/24) e o documento de p. 35 devidamente assinados, quer por assinatura física ou eletrônica. Por fim, deverá comprovar, por intermédio de documentação inequívoca (ex. contracheque ou imposto de renda), o seu real estado de incapacidade financeira visando a análise do pedido de assistência judiciária gratuita. Determino que a Secretaria proceda com a anulação das pp. 274/306 visto que constam em duplicidade, causando tumulto aos autos. Deverá ainda anular as pp. 62/221 visto que a demanda é sobre a etapa da perícia médica, portanto desnecessário acostar os editais de aprovações de etapas anteriores, visto que são eliminatórias. Sublinho, por oportuno, que não são devidos nesta fase do processo quaisquer valores a título de despesas processuais, cujas custas judiciais, em sede de mandado de segurança, só são devidas ao final pela impetrante em caso de denegação da ordem ou de extinção do processo sem julgamento do mérito (Lei Estadual de nº 1.422/2001, artigo 10, inciso IV). Ressalto que o descumprimento de quaisquer das determinações compreendidas nos parágrafos acima ocasionará o indeferimento da petição inicial sem nova oportunidade para emenda. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ ESPÍNDOLA MOURA (OAB 23828/CE) - Processo 0713502-21.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - AUTOR: Lucas da Silva - RÉU: Estado do Acre - Procuradoria Geral - O autor alega que possui 32 anos de idade, interditado, portador de inúmeras malformações congênitas, sendo também cego, surdo e mudo, com dificuldades de locomoção, necessitando de cuidadora em tempo integral. Aduz que encontra-se institucionalizado de forma permanente no Serviço de Acolhimento do Educandário Santa Margarida desde 1992, tendo sido encontrado em situação de abandono no antigo terminal rodoviário por policiais militares e encaminhado ao serviço de acolhimento em estado de saúde debilitado. Relata que necessita fazer uso de medicamentos contínuos e, por esta razão, requer o fornecimento de medicamentos suficientes para 12 (doze) meses de tratamento, tais como: quetiapina, amitriptilina, 25 mg, amitriptilina 10 mg, 300 pacotes de fraldas geriátricas. Decido. Primeiramente, defiro os benefícios da gratuidade da justiça, ao passo que determino à Secretaria a inserção da tarja indicativa de que a parte é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. A Constituição cidadã consagra a saúde como direito de todos e dever do Estado, que deve ser garantido mediante a implementação de políticas públicas tendentes à redução do risco de doença e de outros males, ex vi do artigo 196. Dessume-se da norma constitucional que o Estado deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar ao cidadão não qualquer assistência médica paliativa, mas o tratamento adequado e eficaz, capaz de ofertar ao doente maior dignidade e menor sofrimento. Em que pese o preceito acima citado necessário se faz a análise do presente caso. Os fármacos requeridos estão inclusos no SUS, portanto, não há justificativa plausível para a negativa de concessão ao autor dos referidos medicamentos solicitados. Considera-se que o direito de receber do ente público medicamentos adequados, sem os quais o paciente corre sério risco de agravamento de seu quadro de saúde, inclui-se no elenco das garantias do mínimo existencial da pessoa humana, conforme jurisprudência dos tribunais superiores (REsp 771.537/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 3.10.2005). Agravo regimental improvido. (STJ/AgRg no REsp 1136549 / RS, nº. 2009/0076691-2, Relator(a): Ministro HUMBERTO MARTIN, Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento: 08/06/2010, Data da Publicação/Fonte: DJe 21/06/2010). Além do mais, a necessidade do medicamento requerido está satisfatoriamente comprovada pelos receituários médicos (p. 19/22) onde o médico especialista recomenda o tratamento, estando presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano, na medida em que a não concessão poderá agravar o quadro de saúde do autor, já debilitado em razão do abandono material e intelectual. Em relação ao fornecimento das fraldas geriátricas, entendo que há um excesso no referido pedido, de modo que defiro não como requerido, mas nos termos deste ato, a fim de que o Estado do Acre forneça 100 (cem) pacotes, suficientes ao tratamento de 12 (doze) meses. Ante o exposto, DEFIRO a tutela de urgência para determinar ao réu, Estado do Acre, que forneça à parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, os medicamentos solicitados para 12 (doze) meses de tratamento, tais como: 12 frascos de quetiapina 100mg, 12 frascos de amitriptilina 25 mg, 12 frascos de amitriptilina 10 mg e 100 pacotes de fralda geriátrica, tamanho G, com 16 unidades, findos os quais deve a parte autora apresentar novos relatório e receituário médicos atualizados em requerimento ao próprio réu para a continuidade da dispensa, se for o caso. O não cumprimento dessa decisão por parte demandada, no prazo estipulado, poderá ensejar a incidência de multa diária. Cite-se o Estado do Acre para que apresente contestação, no prazo de 30 (trinta) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JULEIKA PATRICIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 36696/PE) - Processo 0713576-75.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física - AUTOR: Romario Nascimento Sales - Pelo exposto, declino da competência para processar e julgar a presente ação, ao tempo em que determino o encaminhamento dos autos, via distribuidor, ao Juizado Especial da Fazenda Pública desta comarca, com as providências de rotina. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL DE MELO FREIRE GOUVEIA (OAB 6153/AC), ADV: SIMAO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 3743/AC), ADV: SIMAO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 2428E/AC) - Processo 0716289-57.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Reintegração ou Readmissão - AUTORA: Maria Auxiliadora de Souza Paz - RÉU: Estado do Acre - Procuradoria Geral - Determino a designação de audiência de instrução e julgamento, a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Google Meet, conforme autorizam as portarias conjuntas nº 24 e 26/2002 do TJ/AC, para próxima data desimpedida, na qual serão fixados os pontos controvertidos sobre os quais incidirão as provas a serem produzidas, consoante artigo 357, inciso V, do CPC. Primeiramente, as partes e patronos devem ser intimados para fornecerem seus números de telefones com whatsapp e e-mail, no prazo de 10 (dez) dias, encartando eventual rol de testemunhas, com whatsapp e e-mail. Advirto que haverá tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. No dia e horário agendados, todas as partes deverão ingressar na audiência virtual através do link que será disponibilizado pelo secretaria, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identificação pessoal com foto. Caso haja dificuldade para acesso ao sistema, poderá pedir auxílio do servidor da unidade, através do contato: ligação e/ou whatsApp (68) 3212 8462 ou através do e-mail vafaz1rb@tjac.jus.br. De acordo com o disposto no artigo 455 do CPC, caberá ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação por este juízo. Na impossibilidade de comparecimento virtual da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos em até 05 (cinco) dias antes do ato.

ADV: JAMES ANTUNES RIBEIRO AGUIAR (OAB 2546/AC) - Processo 0802597-43.2016.8.01.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - CREDOR: Município de Rio Branco - DEVEDOR: Vicente Abreu Neto - Defiro o pedido do credor e determino que seja expedido mandado de penhora, avaliação e intimação sobre o veículo livre e desembaraçado indicado à pp.81, devendo constar o endereço informado: Travessa Copacabana, nº 84, Bosque (pp.101). Nomeando-se o devedor como fiel depositário, bem como intima-lo para, querendo, opor embargos no prazo de 30 dias. Por fim, caso o mandado reste infrutífero, mantenham-se os autos em arquivo provisório até 30.07.2025, data em que se consumará a prescrição intercorrente. Cumpra-se. Intimem-se.

ADV: JAMES ANTUNES RIBEIRO AGUIAR (OAB 2546/AC) - Processo

0803148-23.2016.8.01.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - CREDOR: Município de Rio Branco - DEVEDOR: Julio Cezar Costa de Oliveira - Defiro o pedido do credor e determino que seja expedido mandado de penhora, avaliação e intimação sobre o veículo livre e desembaraçado indicado à p.101, devendo constar o endereço informado naquele documento. Nomeando-se o devedor como fiel depositário, bem como intima-lo para, querendo, opor embargos no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpra-se. Intimem-se.

2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DE RIO BRANCO
JUIZ(A) DE DIREITO ZENAIR FERREIRA BUENO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SAMMILY R. S. LOPES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0393/2024

ADV: RENATA CORBUCCI CORREA DE SOUZA (OAB 3115/AC) - Processo 0702858-29.2018.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Viana Fontenele Siqueira - Ficam os representantes judiciais das partes intimados acerca da designação de audiência de instrução e julgamento a realizar-se no dia 16 de outubro de 2024, às 09h30min.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DE RIO BRANCO
JUIZ(A) DE DIREITO ZENAIR FERREIRA BUENO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SAMMILY R. S. LOPES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0390/2024

ADV: FAIMA JINKINS GOMES (OAB 3021/AC) - Processo 0700298-07.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - AUTORA: Carine Fraga da Silva - Com fundamento no art. 465, §1º, I, II e III do CPC, e no item C.3. do Anexo do Provimento nº 16/2016 da Corregedoria Geral da Justiça, certifico a realização do seguinte ato ordinatório: manifestem-se as partes, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca da indicação de perita consignada às pp. 33/36, se vislumbram impedimento ou suspeição da especialista e, no mesmo prazo, querendo, podem indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos.

ADV: FAIMA JINKINS GOMES (OAB 3021/AC), ADV: CASSIO VIECELI (OAB 13561/SC), ADV: ALESSANDRA CARLA CORRÊA RATTI (OAB 23063/SC) - Processo 0712113-84.2013.8.01.0001 (apensado ao processo 0004675-92.2006.8.01.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EMBARGANTE: Edinor Farenzena - Com fundamento no item F4, do Provimento nº 16/2016 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Acre, certifico a realização do seguinte ato ordinatório: fica intimada a parte credora para, querendo, apresentar resposta à impugnação apresentada pela parte devedora às pp. 429/435, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 49233CE), ADV: MAYCON FELIPE DE MELO (OAB 1399A/AM) - Processo 0717091-55.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Vanuza da Silva Barroncas - Com fundamento no art. 465, §1º, I, II e III do CPC, e no item C.3. do Anexo do Provimento nº 16/2016 da Corregedoria Geral da Justiça, certifico a realização do seguinte ato ordinatório: manifestem-se as partes, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca da indicação de perita consignada às pp. 124/427, se vislumbram impedimento ou suspeição da especialista e, no mesmo prazo, querendo, podem indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DE RIO BRANCO
JUIZ(A) DE DIREITO ZENAIR FERREIRA BUENO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SAMMILY R. S. LOPES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0394/2024

ADV: THIAGO MARCOLINO LIMA EL KADRI (OAB 53381/PR) - Processo 0715641-14.2022.8.01.0001 (apensado ao processo 0006074-59.2006.8.01.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Banco Volkswagen S/A - EMBARGADO: Estado do Acre - LIT. PS.: Francisco Flavio Rocha Palacio - Certifico, com fundamento no item IV da norma 2.3.16, do Prov. COGER nº 03/2007, Consolidação das Normas da Corregedoria Geral de Justiça, e no art. 10 do CPC, a realização do seguinte ato ordinatório: ficam as partes intimadas para, querendo, especificarem as provas que ainda pretendam produzir, justificando sua necessidade, e indicarem os pontos controvertidos da demanda no prazo de 15 (quinze) dias.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DE RIO BRANCO
JUIZ(A) DE DIREITO ZENAIR FERREIRA BUENO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SAMMILY R. S. LOPES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0395/2024

ADV: ALVARO MANOEL NUNES MACIEL SOBRINHO (OAB 5002/AC), ADV: PAULA YARA BRAGA DE CARLI (OAB 3434/AC) - Processo 0700366-75.2023.8.01.0070 - Procedimento Comum Cível - Gratificações de Atividade - AUTOR: Carlos Lucas Araújo de Souza - RÉU: Estado do Acre - Serviço de Agua e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE - Despacho Mova-se à fila de conclusos para sentença para que seja julgado preferencialmente na ordem cronológica estabelecida no art. 12 do CPC 2015, ante a desnecessidade de produção de outras provas e ausência de requerimento nesse sentido quando da intimação doa to ordinatório de p. 147 (CPC, art. 355, I). Para que as partes não aleguem surpresa, determino que sejam intimadas da presente decisão. Rio Branco-AC, 12/8/2024. Zenair Ferreira Bueno Juíza de Direito

ADV: ALYSSON BRUNO SOARES (OAB 16080/MS), ADV: YOHANNA LIMA DE ALENCAR (OAB 5790/AC), ADV: CLEYTON BAEVE DE SOUZA (OAB 18909/MS) - Processo 0703133-02.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - AUTOR: Jose Francisco da Costa Sage - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Pelo exposto, observado o valor da causa consoante o proveito econômico pretendido, declino da competência para processar e julgar a presente ação, ao passo que determino o encaminhamento dos autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública desta comarca, com as providências de rotina.

ADV: ANTÔNIA MARÍLIA DE VASCONCELOS MOREIRA (OAB 4533/AC) - Processo 0703683-70.2018.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - AUTORA: Maria Ione Rocha Ferraz - RÉU: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Pelo exposto, observado o valor da causa consoante o proveito econômico pretendido, declino da competência para processar e julgar a presente ação, ao passo que determino o encaminhamento dos autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública desta comarca, com as providências de rotina.

ADV: FELIPE DE BRITO ALMEIDA (OAB 338615SP), ADV: FELLIPE MOREIRA MATOS (OAB 345432/SP) - Processo 0704713-04.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - AUTOR: Francisco Alcimar da Silva Lima - RÉU: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Pelo exposto, observado o valor da causa consoante o proveito econômico pretendido, declino da competência para processar e julgar a presente ação, ao passo que determino o encaminhamento dos autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública desta comarca, com as providências de rotina.

ADV: GABRIEL BRAGA DE OLIVEIRA CLAROS (OAB 4387/AC), ADV: GEORGE CARLOS BARROS CLAROS (OAB 2018/AC) - Processo 0704730-06.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - AUTOR: Francisco Sales da Costa - RÉU: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Pelo exposto, observado o valor da causa consoante o proveito econômico pretendido, declino da competência para processar e julgar a presente ação, ao passo que determino o encaminhamento dos autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública desta comarca, com as providências de rotina.

ADV: PAOLA CAPASCIUTTI PASCHOALIN (OAB 315101SP), ADV: RODRIGO MACHADO PEREIRA (OAB 3798/AC) - Processo 0706497-21.2019.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - AUTORA: Francilene da Silva Fortes - RÉU: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Pelo exposto, observado o valor da causa consoante o proveito econômico pretendido, declino da competência para processar e julgar a presente ação, ao passo que determino o encaminhamento dos autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública desta comarca, com as providências de rotina.

ADV: ALYSSON BRUNO SOARES (OAB 16080/MS), ADV: MÉLANY PAIVA DE FREITAS (OAB 27255/MS), ADV: CLEYTON BAEVE DE SOUZA (OAB 18909/MS) - Processo 0709749-27.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - AUTORA: Nayra Crystina Souza das Chagas - RÉU: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Pelo exposto, observado o valor da causa consoante o proveito econômico pretendido, declino da competência para processar e julgar a presente ação, ao passo que determino o encaminhamento dos autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública desta comarca, com as providências de rotina.

ADV: PAULO CESAR BARRETO PEREIRA (OAB 2463/AC) - Processo 0709836-51.2020.8.01.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Multas e demais Sanções - CREDOR: Estado do Acre - DEVEDOR: Marco Antonio Brandão Lopes - 1. Proceda a Secretaria, pelo sistema SISBAJUD, ao bloqueio on-line nas contas correntes, poupanças ou aplicações financeiras da parte executada Marco Antonio Brandão Lopes até o limite do crédito exequendo. Ocorrido o bloqueio de valor excessivo, deverá a Secretaria promover o can-

celamento de eventual indisponibilidade irregular ou excessiva. Também não subsistirá o bloqueio de valor insuficiente para pagamento das custas da execução, devendo a Secretaria proceder ao desbloqueio, nos termos do art. 854, 1º, c/c art. 836 do CPC. Efetivado o bloqueio, ainda que parcial, do valor da execução, deverá a parte executada ser intimada, na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, para em cinco dias comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou remanescentes de indisponibilidade excessiva, nos termos do art. 854, §§ 2º e 3º do CPC e, ocorrendo impugnação, intimar a parte exequente para se manifestar em dez dias, em homenagem ao disposto nos arts. 7º a 10, c/c art. 183, todos do CPC. Decorrido in albis o prazo acima concedido à parte executada, intime-se o devedor pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado, para, querendo, oferecer impugnação no prazo de quinze dias, desde que a matéria abordada se restrinja às hipóteses elencadas no artigo 475-J do CPC. 2. Frustrado o bloqueio de valores pelo sistema SISBAJUD, determino que se proceda ao bloqueio, por meio do Sistema RENAJUD, de eventuais veículos cadastrados em nome do devedor, inserindo-se a restrição de CIRCULAÇÃO (restrição total) no intuito de resguardar o resultado efetivo da penhora em caso de localização. Ato contínuo, reduza-se por termo nos autos a penhora sobre o bem constrito de acordo com os artigos 838 e 845, §1º do NCPC, intimando-se a parte executada para oposição de embargos à execução no prazo de quinze dias, desde que a matéria abordada se restrinja às hipóteses elencadas no artigo 475-J do CPC, bem como para ciência do encargo de depositário (art. 840, II e III, §§1º, 2º, NCPC). Em seguida, intime-se o credor para providenciar a averbação da penhora na repartição competente, mediante apresentação de cópia do respectivo termo, conforme art. 844 do NCPC, bem assim para trazer aos autos prova da prática do ato, tudo no prazo de trinta dias. 3. Frustrada a localização de veículo, requisite-se da Receita Federal, via INFOJUD, as declarações de bens da parte executada referentes aos últimos três anos, devendo ser efetuada a sua juntada aos autos apenas se nelas constar descrição de bens, observando-se, em todo caso, o necessário sigilo dos dados fiscais. 4. Sendos negativas as buscas deferidas nos itens 1, 2 e 3 desta decisão, voltem-me conclusos (fila de conclusos para decisão) para apreciação do pedido de inclusão do nome do devedor na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens Imóveis e no SERASAJUD.

ADV: PATRÍCIA AZEVEDO DE CARVALHO MENDLOWICZ (OAB 99151RJ), ADV: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI (OAB 3210/SC), ADV: LUCAS SOARES DOS SANTOS (OAB 408022/SP), ADV: JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI (OAB 5763/AC) - Processo 0710369-44.2019.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - AUTOR: Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnologicos Ltda - RÉU: Estado do Acre - Ante a manifestação estatal pela ausência de interesse em audiência de conciliação mas em vista da sua aparente e franca disposição para a autocomposição da lide, manifestada no segundo parágrafo de página 154, intime-se a parte autora para, querendo, ofertar, por escrito, proposta de acordo que contemple seus interesses. Acaso apresentada proposta de acordo por escrito, intime-se o Estado do Acre para manifestação. Não havendo proposta escrita, façam-se os autos conclusos para decisão de saneamento e organização do processo. Intimem-se.

ADV: LUCAS COELHO CRUZ (OAB 31070/CE), ADV: PAULA ADRIANA SARAIVA DIÓGENES (OAB 5757/AC) - Processo 0712768-41.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - AUTOR: Elizeu Moura da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Pelo exposto, observado o valor da causa consoante o proveito econômico pretendido, declino da competência para processar e julgar a presente ação, ao passo que determino o encaminhamento dos autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública desta comarca, com as providências de rotina.

ADV: ALEX CHRISTIAN GADELHA MEDEIROS (OAB 5418/AC) - Processo 0713616-57.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTOR: Ademir Oliveira Silva - RÉU: Banco do Brasil - Decisão Ante a inexistência de interesse direto de qualquer das entidades com foro privativo nesta unidade jurisdicional especializada, visto que se trata de demanda endereçada ao Banco do Brasil S/A, declino, segundo a regra do art. 26, inc. I da Resolução 154/2011, da competência para processar e julgar o feito e ordeno a sua imediata remessa a uma das varas cíveis de competência residual desta comarca. Rio Branco-(AC), 12/8/2024. Zenair Ferreira Bueno Juíza de Direito

ADV: HWIDGER LOURENÇO FERREIRA (OAB 44251/PR), ADV: HWIDGER LOURENÇO FERREIRA (OAB 44251/PR) - Processo 0714342-41.2018.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dinatec Industria e Comercio Ltda - Via Verde Com e Servicos - REQUERIDO: Estado do Acre - Fundação hospital estadual do acre - FUNDHACRE - Tendo em vista a petição de páginas 376/378 atravessada pelo ente público, em obediência ao parágrafo único do artigo 487, determino a intimação da parte autora a fim de oportunizar sua manifestação quanto à alegação de prescrição. Intimem-se.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DE RIO BRANCO
JUIZ(A) DE DIREITO ZENAIR FERREIRA BUENO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SAMMILY R. S. LOPES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0396/2024

ADV: AURICELHA RIBEIRO FERNANDES MARTINS (OAB 3305/AC) - Processo 0008453-60.2012.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Sistema Remuneratório e Benefícios - AUTOR: Braulio Vitor de Lima Neto - DEVEDOR: Estado do Acre - O Estado do Acre opôs embargos de declaração em face da decisão de páginas 516/517 alegando omissão e erro material, cujo argumento, em síntese, é o de que a decisão embargada teria se limitado a observar a correção aplicável à restituição do indébito tributário, homologando o valor total do cálculo da PGE que incluía a verba honorária e desconsiderando a natureza diversa da verba concernente aos honorários advocatícios. O embargado não apresentou contrarrazões (p. 543). É o relatório. Passo a decidir. Tendo a decisão embargada homologado os cálculos conforme apresentados pelo embargante, tenho severas dúvidas acerca da existência do interesse recursal, todavia, é de se conhecer os embargos de declaração apresentados tempestivamente. Como é cediço, os embargos declaratórios consubstanciam apelo integrativo, não de modificação. Inexistindo qualquer contradição, omissão ou obscuridade na decisão embargada, incabível se revela o incidente processual, cuja intenção da Fazenda Pública Estadual de rediscutir matéria já decidia nos autos possui regramento próprio, qual seja, o manejo do correspondente recurso ao segundo grau de jurisdição consoante as regras processuais civis aplicáveis ao caso. Ante o exposto, conheço e rejeito os declaratórios.

ADV: KETULLY DA SILVA FERREIRA (OAB 52899/PE), ADV: VIVIAN SIBELLY BARBOSA DA SILVA (OAB 38938PE) - Processo 0701222-86.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria - REQUERENTE: Gizellen Alves de Oliveira - RÉU: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE(ACREPREVIDÊNCIA) - Estado do Acre - Ante o exposto, conheço e rejeito os embargos de declaração. Diga a parte autora, em quinze dias, quanto aos documentos trazidos aos autos por ocasião da contestação apresentada (pp. 392/405).

ADV: OTÁVIO FERREIRA TUFIC DE SOUZA (OAB 6057/AC) - Processo 0704964-22.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Eliete Quaresma - REQUERIDO: Estado do Acre - Nesse diapasão, não se revelando o incidente de embargos de declaração, consoante farta jurisprudência, como substitutivo do correspondente recurso de apelação e restando ausente qualquer omissão, conheço e rejeito os declaratórios.

ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: ANDRE HENRIQUE AZEREDO SANTOS (OAB 330217/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: EMILY LEAL RAUL DA COSTA (OAB 329746/SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB

271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP), ADV: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO (OAB 271413SP) - Processo 0705849-36.2022.8.01.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - IMPETRANTE: Bunzl Equipamentos para Protecao Individual Ltda e outros - IMPETRADO: Estado do Acre - Diretor(a) de Administração Tributária do Acre - Gerente de Planejamento das Ações Fiscais do Acre - Gerente de Fiscalização do Acre - Restando ausente, portanto, qualquer omissão, conheço e rejeito os declaratórios.

ADV: VICTOR SANGIULIANO SANTOS LEAL (OAB 69684/PR), ADV: ANA LÍGIA MARTELLI (OAB 95016/PR), ADV: VICTOR SANGIULIANO SANTOS LEAL (OAB 69684/PR), ADV: VICTOR SANGIULIANO SANTOS LEAL (OAB 69684/PR), ADV: ANA LÍGIA MARTELLI (OAB 95016/PR), ADV: ANA LÍGIA MARTELLI (OAB 95016/PR), ADV: CECÍLIA PIMENTEL MONTEIRO (OAB 91942/PR), ADV: MAYARA GREICE CARDOSO (OAB 53579/SC), ADV: MURILO VARASQUIM (OAB 41918/PR), ADV: ALISSON LUIZ NICHEL (OAB 54838PR), ADV: ALISSON LUIZ NICHEL (OAB 54838PR), ADV: ALISSON LUIZ NICHEL (OAB 54838PR) - Processo 0709759-76.2019.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - ITBI - Imposto de Transmissão Intervivos de Bens Móveis e Imóveis - AUTOR: Brashop S/A - Luciano Hang - Challenger Fundo de Investimento Imobiliário - RÉU: Município de Rio Branco - Nesse diapasão, não se revelando o incidente de embargos de declaração, consoante farta jurisprudência, como substitutivo do correspondente recurso de apelação e restando ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade, conheço e rejeito os declaratórios. Rio Branco-(AC), 12 de agosto de 2024. Zenair Ferreira Bueno Juíza de Direito

ADV: VALDIMAR CORDEIRO DE VASCONCELOS (OAB 4526/AC) - Processo 0710011-40.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Licenças - REQUERENTE: Deusdete Rosas da Conceição - REQUERIDO: Estado do Acre - Nesse diapasão, não se revelando o incidente de embargos de declaração, consoante farta jurisprudência, como substitutivo do correspondente recurso de apelação e restando ausente qualquer omissão, conheço e rejeito os declaratórios.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 4270A/AC), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 4275/AC), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 4275/AC), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 4270A/C), ADV: ITALO SCARAMUSSA LUZ (OAB 9173/ES), ADV: ISAAC PANDOLFI (OAB 10550/ES) - Processo 0710079-29.2019.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Quebra de Sigilo Bancário - AUTOR: Estado do Acre - RÉU: Banco do Brasil S/A. - Restando ausente, portanto, qualquer omissão ou obscuridade, conheço e rejeito os declaratórios.

ADV: MARCELO FEITOSA ZAMORA (OAB 361773/SP), ADV: GEANE PORTELA E SILVA (OAB 3632/AC), ADV: THALES ROCHA BORDIGNON (OAB 2160/AC) - Processo 0714702-73.2018.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - AUTOR: Inovare - Serviços e Projetos Ltda - RÉU: Serviço de Agua e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE - A tese da preclusão lógica foi expressamente enfrentada no segundo parágrafo da página 445 do ato sentencial. Os embargos declaratórios, por sua vez, consubstanciam apelo integrativo, não de modificação. Inexistindo qualquer contradição, omissão ou obscuridade na decisão embargada, incabível se revela o incidente processual, cuja intenção do embargante de rediscutir matéria já apreciada nos autos possui regramento próprio, qual seja, o manejo do correspondente recurso ao segundo grau de jurisdição consoante as regras processuais civis aplicáveis ao caso. Não reconheço a hipótese aventada pelo embargado de que os embargos são manifestamente protelatórios, sendo certo que o manejo dos recursos legais, nas hipóteses em que o recorrente entende necessitar acertamento do julgado, não configura litigância de má-fé ou intento protelatório. Ante o exposto, conheço e rejeito os declaratórios. Rio Branco/AC, 12 de agosto de 2024. Zenair Ferreira Bueno Juíza de Direito

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DE RIO BRANCO
JUIZ(A) DE DIREITO ZENAIR FERREIRA BUENO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SAMMILY R. S. LOPES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0398/2024

ADV: NILO TRINDADE BRAGA SANTANA (OAB 4903/AC) - Processo 0011082-17.2006.8.01.0001 (001.06.011082-2) - Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - CREDOR: Estado do Acre e outro - DEVEDORA: M. Cardoso dos Santos - ME(Univendas) - Atualize-se o status do feito para constar que se trata de processo em andamento. 2. Proceda a Secretaria, pelo sistema SISBAJUD, ao bloqueio on line nas contas correntes, poupanças ou aplicações financeiras da empresa executada M Cardoso dos Santos, CNPJ nº 04.692.205/0001-36; e da sócia-gerente Marileuda Cardoso dos Santos, CPF nº 412.147.062-15, até o limite do crédito exequendo. 3. Ocorrido o bloqueio de valor excessivo, deverá a Secretaria promover o cancelamento de eventual indisponibilidade irregular ou excessiva. Também não subsistirá o bloqueio de valor insuficiente para pagamento das custas da execução, devendo a Secretaria proceder ao desbloqueio, nos termos do art. 854, 1º, c/c art. 836 do CPC. 4. Efetivado o bloqueio, ainda que parcial do valor da execução, deverá a parte executada ser intimada, na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, para em 05 (cinco) dias comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou remanescentes de indisponibilidade excessiva, nos termos do art. 854, §§ 2º e 3º do CPC e, ocorrendo impugnação, intimar a parte exequente para se manifestar em 10 (dez), em homenagem ao disposto nos arts. 7º ao 10 c/c art. 183, todos do CPC. 5. Decorrido in albis o prazo acima concedido à parte executada, intime-se a parte devedora (mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora - art. 12, caput da LEF) para opor embargos à execução, nos termos do art. 16 da Lei 6.830/80, observando-se a necessidade de intimação pessoal (pelo correio ou pelo oficial de justiça), nos casos em que a citação foi feita pelo correio e o aviso de recebimento não tiver sido assinado pelo próprio devedor ou por seu representante, nos termos do art. 12, § 3º da Lei nº 6.830/1980. 6. Frustrado o bloqueio de valores, intime-se a parte exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias, indicar bens passíveis de penhora, comprovando a propriedade, quando possível. 7. Expeça-se mandado de penhora, apreensão, depósito e avaliação a incidir sobre tantos bens quantos bastem para garantir a execução, bem como de intimação da penhora (art. 841, NPCP), observando o disposto nos artigos 838 a 840 do NCPC. 8. Intimem-se.

ADV: ALESSANDRO CALLIL DE CASTRO (OAB 3131/AC), ADV: LUCAS VIEIRA CARVALHO (OAB 3456/AC), ADV: MARCUS VENICIUS NUNES DA SILVA (OAB 3886/AC), ADV: DAIANE CAROLINA DIAS DE SOUSA FERREIRA (OAB 5604/AC) - Processo 0709693-62.2020.8.01.0001 - Mandado de Segurança Cível - Contratos Administrativos - IMPETRANTE: A. M. Comércio e Representações Ltda - IMPETRADO: Presidente da Fundação Hospital Estadual do Acre -Fundhacre - Fundação hospital estadual do acre - FUNDHACRE - Com fundamento no item E.2. do Anexo do Provimento nº 16/2016 da Corregedoria Geral da Justiça, certifico a realização do seguinte ato ordinatório: fica a parte impetrante intimada acerca da disponibilização nos autos de guia para pagamento das custas judiciais, para comprovar o recolhimento.

ADV: GERALDO MASCARENHAS LOPES CANÇADO DINIZ (OAB 68816/MG), ADV: LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA ROCHOLI (OAB 64679/BA), ADV: VITOR SOUZA RODRIGUES (OAB 381261/SP) - Processo 0713782-60.2022.8.01.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - IMPETRANTE: Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda. - IMPETRADO: Diretor de Administração Tributária - Estado do Acre - Com fundamento no item E.2. do Anexo do Provimento nº 16/2016 da Corregedoria Geral da Justiça, certifico a realização do seguinte ato ordinatório: fica a parte impetrante intimada acerca da disponibilização nos autos de guia para pagamento das custas judiciais, para comprovar o recolhimento.

ADV: MARCELO RODRIGUES CHAVIER (OAB 2391/RO), ADV: PEDRO HENRIQUE LOPES MEJIA (OAB 11599/RO) - Processo 0714405-27.2022.8.01.0001 - Mandado de Segurança Cível - Revogação - IMPETRANTE: Casa da Lavoura Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda - IMPETRADO: Secretário Adjunto de Licitações do Estado do Acre - Estado do Acre - Com fundamento no item E.2. do Anexo do Provimento nº 16/2016 da Corregedoria Geral da Justiça, certifico a realização do seguinte ato ordinatório: fica a parte impetrante intimada acerca da disponibilização nos autos de guia para pagamento das custas judiciais, para comprovar o recolhimento.

ADV: RIVALDO SOARES DA SILVA JÚNIOR (OAB 4567/AC) - Processo 0715307-14.2021.8.01.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: MONTEIRO & SOARES CONSTRUÇOES LTDA - EPP - IMPETRADA: Pregoeira da Comissão Permanente de Licitação (CPL) 02, Marise Mendonca de Souza - Estado do Acre - LIT. PS.: Tec News Eireli - Com fundamento no item E.2. do Anexo do Provimento nº 16/2016 da Corregedoria Geral da Justiça, certifico a realização do seguinte ato ordinatório: fica a parte impetrante intimada acerca da disponibilização nos autos de guia para pagamento das custas judiciais, para comprovar o recolhimento.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DE RIO BRANCO
JUIZ(A) DE DIREITO ZENAIR FERREIRA BUENO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SAMMILY R. S. LOPES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0399/2024

ADV: GABRIEL VICTOR ROMÃO BORGES (OAB 5814/AC) - Processo 0705616-49.2016.8.01.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - CREDOR: E.A. - DEVEDOR: Joci Souza do Nascimento (Só Frutas) - 1. Indefiro o pedido

de expedição de alvará formulado às pp. 190/192, visto que a decisão de pp. 152/153 determinou o desbloqueio dos valores constritos, os quais foram devidamente desbloqueados, conforme comprovante às pp. 154/157. 2. Em razão do parcelamento noticiado às pp. 190/192, suspenda-se a execução até o dia 29 de novembro de 2030 (art. 922 do NCPC) - pp. 193/200. 4. Decorrido o lapso estabelecido para cumprimento voluntário da obrigação, intime-se o credor para impulsionar o processo, apresentando, no prazo de trinta dias, o cálculo atualizado de eventual débito remanescente ou o comprovante de quitação, conforme o caso. 5. Intimem-se.

2ª VARA DE FAMÍLIA

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO FERNANDO NÓBREGA DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JEOSAFÁ NERI DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0323/2024

ADV: RAPHAELE LINDYANE MOREIRA MOTTA (OAB 3410/AC) - Processo 0700608-81.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - AUTORA: Adriana Ferreira Moreira - RÉU: Alteirton Costa Pinheiro - (i) Intime-se a parte contrária para oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 1.010, § 1º). (ii) Se a parte apelada interpuser apelação adesiva, intime-se a parte apelante para apresentar contrarrazões, no prazo supramencionado (CPC, art. 1.010, § 2º). (iii) Sobrevindo a resposta ao recurso, ou decorrido o prazo in albis, remeta-se o caderno processual ao Egrégio TJAC.

ADV: LUANA NUNES TEIXEIRA DE SOUZA (OAB 59861GO) - Processo 0700680-97.2024.8.01.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - AUTORA: A.A.G. - RÉU: R.M.G.S. - Isso posto, julgo parcialmente procedente o pedido deduzido na petição inicial, para condenar o genitor a pagar à filha, A. dos A. da G. a título de alimentos, a quantia correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo, incluindo 13º salário, se houver, até o dia 05 (cinco) de cada mês, a contar da citação, mediante desconto em folha e depósito na conta bancária da genitora da alimentanda. Oficie-se à fonte pagadora do alimentante, com cópia do expediente de fl. 71, para que proceda ao ajuste do desconto da pensão. Nessa perspectiva, resolvo o mérito do processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas, uma vez que defiro ao requerido os benefícios justiça gratuita, nem honorários advocatícios. Sobrevindo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAYARA VIANA CARVALHO (OAB 3758/AC), ADV: CRISTY ELLEN VANESSA DO NASCIMENTO FERREIRA (OAB 6131/AC) - Processo 0700981-78.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - AUTOR: C.P.R.C. - Uma vez que inexiste autorização legal para citação/intimação por aplicativo de mensagens WhatsApp (STJ, Resp n. 2.030.887/PA, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 24/10/2023, Dje de 7/11/2023.), indefiro o pedido de citação da requerida pelo WhatsApp. À CEPRE para: (i) Expedir nova Carta Precatória para citação do requerido Clodoaldo, nos termos e para os fins indicados à fl. 70. (ii) Intimar o autor para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte aos autos pagamento da taxa da diligência em favor do Juízo Deprecado. (iii) Atendida a diligência do item "ii", encaminhe-se a Carta Precatória ao Juízo da Comarca de Jataí-GO, com o comprovante do pagamento das custas respectivas.

ADV: SAULO DE TARSO RODRIGUES RIBEIRO - Processo 0702721-37.2024.8.01.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - AUTOR: H.F.N. - Abra-se vista ao Ministério Público.

ADV: ROBSON DE AGUIAR DE SOUZA (OAB 3063/AC), ADV: DEBORAH RAQUEL SILVA PARA DE AZEVEDO (OAB 3333/AC) - Processo 0704154-52.2019.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - CREDORA: I.K.S.S. - DEVEDOR: E.B.S. - (i) Indefiro o pedido de prisão do devedor, uma vez que o processo tramita atualmente pelo rito de expropriação de bens, consoante decisão de fls. 1.031/1.032. (ii) HOMOLOGO os cálculos elaborados pela exequente, declarando que a dívida perfaz o montante atual de R$-181.750,73 (cento e oitenta e um mil reais, setecentos e cinquenta reais e sententa e três centavos). (iii) Indefiro o pedido de atualização da dívida junto ao Tabelionato de Protesto, pela razão já declinada no item "ii" do despacho de fl. 787. (iv) Mantenho a suspensão do processo, nos termos da decisão de fl. 1.134. O sobrestamento do feito também abrangerá a satisfação dos honorários advocatícios arbitrados nos autos, de modo que, decorrido o prazo de suspensão do feito, terá início o prazo prescricional intercorrente de 5 (cinco) anos (arts. 25, do EAOB, e 206, § 5º, II, c/c o art. 206-A, do CC).

ADV: MAURO MARCELLO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 3157/AC), ADV: CLERMES CASTRO DE SOUZA (OAB 3315/AC), ADV: MAURO MARCELLO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 3157/AC), ADV: MAURO MARCELLO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 3157/AC), ADV: CLERMES CASTRO DE SOUZA (OAB 3315/AC), ADV: MAURO MARCELLO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 3157/AC), ADV: MAURO MARCELLO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 3157/AC), ADV: CLERMES CASTRO DE SOUZA (OAB 3315/AC), ADV: KRYSNA MARCELA RAMIREZ FERREIRA (OAB 4773/AC), ADV: CLERMES CASTRO DE SOUZA (OAB 3315/AC), ADV: CLERMES CASTRO DE SOUZA (OAB 3315/AC) - Processo 0705485-30.2023.8.01.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: N.O.S.S. - REQUERIDA: M.Z.S.O. - D.S.O. - D.S.O. - R.S.O. - J.A.O.F. - Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido veiculado na inicial, para reconhecer que J. A. de O. é o pai biológico de N. de O. S. S., a qual passará a chamar-se "N. de O. S. A.", tendo como avós paternos Pedro A. de O. e M. L. A. Expeça-se mandado para averbação do nome do genitor e de seus ascendentes no assento de casamento da autora, com observância do art. 106, da Lei n. 6.015/73. Sem custas, uma vez que defiro aos requeridos os benefícios da justiça gratuita, nem honorários advocatícios. Desse modo, julgo o processo com supedâneo no art. 487, inciso I, do CPC. Declaro o trânsito em julgado. Cumprida a providência acima ordenada, arquivem-se os autos.

ADV: IDIRLENE NOGUEIRA DO NASCIMENTO (OAB 4090/AC) - Processo 0706226-36.2024.8.01.0001 - Divórcio Litigioso - Casamento - REQUERENTE: A.N.A. - Designe-se audiência para tentativa de autocomposição, a ser realizada por este magistrado - fila 222 -(arts. 3º, § 3º, 139, V, e 694, do CPC). Caso a parte tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá apresentar em audiência o respectivo rol (art. 357, § 3º, c/c o art. 450, do precitado Diploma Legal). A audiência ocorrerá por videoconferência, para assegurar a celeridade e efetivamente da prestação jurisdicional. Fica ressalvada às partes a possibilidade de participar da cerimônia de forma presencial, na sede deste Juízo. Dê-se ciência ao Ministério Público.

ADV: ROBERTA DO NASCIMENTO CAVALEIRO DE OLIVEIRA, ADV: GLAUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: ANTONIO ARAUJO DA SILVA (OAB 1260/AC), ADV: MAURIAN SILVA DE SENA (OAB 2025/AC), ADV: ANTONIO ARAUJO DA SILVA (OAB 1260/AC), ADV: CLAUDIO DIOGENES PINHEIRO (OAB 2105/AC), ADV: ROBERTA DO NASCIMENTO CAVALEIRO DE OLIVEIRA, ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM), ADV: GESIEL DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 4329/AC), ADV: LUIZ CARLOS RIBEIRO SANTOS (OAB 3346/AC), ADV: SAMUEL GOMES DE ALMEIDA FEITOSA (OAB 3714/AC), ADV: GESIEL DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 4329/AC), ADV: GESIEL DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 4329/AC), ADV: ROBERTA DO NASCIMENTO CAVALEIRO DE OLIVEIRA - Processo 0706278-71.2020.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - AUTORA: A.H.O. - REQUERIDA: L.C.M. e outros - Mantenho a sentença de fl. 438, por seus próprios fundamentos. Cumpridas as providências necessárias, arquivem-se os autos.

ADV: WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS (OAB 3807/AC), ADV: JARDANY AQUILAN SILVA DE ASSIS (OAB 6335/AC) - Processo 0706721-80.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: F.P.S. - Certifique-se o decurso do prazo para resposta da devedora nos autos. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: LUENA PAULA CASTRO DE SOUZA (OAB 3241/AC) - Processo 0706883-75.2024.8.01.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.C.R.C. - Expeça-se novo mandado para citação da requerida M. C. R. de C., no endereço declinado à fl. 61, e nos termos e para os fins mencionados na decisão de fl. 38.

ADV: LORENA LEAL DE ARAUJO (OAB 3317/AC) - Processo 0706991-41.2023.8.01.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: C.A.A.B. - Certifico que procedi com a realização do seguinte ato ordinatório: Dou parte autora por intimada, através de sua advogada, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do Relatório de Estudo Social de fls. 285/290.

ADV: RONEY ALVES MEDEIROS (OAB 5127/AC) - Processo 0707133-11.2024.8.01.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Investigação de Paternidade - AUTOR: M.P.J. - REQUERIDO: R.A.M. - Intime-se o contestante/reconvinte para, em 15 (quinze) dias, sob pena de inadmissão da reconvenção: (a) Atribuir valor à reconvenção; (b) Recolher a taxa judiciária. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEKS RODRIGUES BARBOZA JUNIOR (OAB 6520/AC) - Processo 0707809-56.2024.8.01.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.R.B.P. - REQUERIDO: J.C.P. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: MARCOS PAULO PEREIRA GOMES (OAB 4566/AC) - Processo 0708253-89.2024.8.01.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.A.P. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: JAIR RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 5405/AC) - Processo 0709606-

38.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.G. - Isso posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, V, do Codex de Ritos. Sem custas nem honorários advocatícios. Determino o imediato arquivamento dos autos.

ADV: CLAUDIA PATRICIA PEREIRA DE OLIVEIRA MARÇAL (OAB 3680/AC) - Processo 0709903-74.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - AUTORA: A.N.R.V.S. - Isso posto, INDEFIRO o pleito de concessão de tutela provisória formulado na inicial. (i) Citem-se os requeridos, para, querendo, oferecer resposta, no prazo legal. (ii) Citem-se os herdeiros incertos e desconhecidos do falecido, por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, para que apresentem resposta, no prazo de 15 (quinze) dias. (iii) Defiro os benefícios da justiça gratuita. Dê-se ciência ao MPE. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAYANE CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 6356/AC), ADV: WILLIAN POLLIS MANTOVANI (OAB 4030/AC) - Processo 0710366-84.2022.8.01.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: D.V.S. - Certifico e dou fé que procedi com a realização do seguinte ato ordinatório: Dou a parte autora por intimada, através de seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do laudo de DNA juntado às fls. 89/91.

ADV: HIRLI CEZAR B. S. PINTO (OAB 1661AC /) - Processo 0710495-21.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - AUTORA: M.A.C. - (i) Defiro os benefícios da AJG. (ii) Citem-se os requeridos para, querendo, oferecer resposta, em 15 (quinze) dias, sob as advertências de lei (CPC, art. 344). (iii) Citem-se os herdeiros incertos e desconhecidos do de cujus, por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, para, querendo, contestarem a presente ação, em 15 (quinze) dias. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALFREDO SEVERINO JARES DAOU (OAB 3446/AC), ADV: ALFREDO SEVERINO JARES DAOU (OAB 3446/AC) - Processo 0710688-36.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - AUTORA: N.C.C. - J.J.P.N. - Abra-se vista ao MPE. Indefiro os benefícios da gratuidade judiciária, considerando que os requerentes procederam ao recolhimento das custas processuais. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: OSVALDO DOS SANTOS LIMA (OAB 4841/AC) - Processo 0711999-62.2024.8.01.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - AUTOR: J.B.S. - Designe-se audiência para tentativa de autocomposição, citando-se e intimando-se o requerido a comparecer ao ato, com a advertência de que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência, mesmo que não seja realizada por qualquer motivo (CPC, art. 695). Indefiro os benefícios da gratuidade judiciária, considerando que o requerente procedeu ao recolhimento das custas processuais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LARISSA SANTOS DE MATOS GOLOMBIESKI (OAB 6259/AC), ADV: LEONARDO SANTOS DE MATOS (OAB 5261/AC) - Processo 0712005-69.2024.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - CREDOR: J.L.O. - Admito o processamento do feito. Abra-se vista ao MPE.

ADV: JULIANNE DE FREITAS BARBOSA (OAB 2923/AC) - Processo 0712707-15.2024.8.01.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: F.A.A. - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial: (i) Efetuar o pagamento da primeira parcela da taxa judiciária (art. 9º, I, “a”, § 12, do Regimento de Custas - Lei nº 1.422/01), em valor não inferior ao mínimo (Tabela L anexa à Lei mencionada), ou, alternativamente, comprovar a hipossuficiência alegada pela juntada dos seguintesdocumentos: (a) Juntar os três últimos demonstrativos de renda/proventos/pensão; (b) Declarações de Imposto de Renda dos três últimos anos; (c) Extratos bancários dos últimos três meses; (d) Cópia do contrato social de empresas da qual seja sócio; (e) Indicação dos bens imóveis, veículos, aeronaves e embarcações queestejam em seu nome, discriminando seus valores; (f) Esclarecimentos, caso queira, sobre a composição de suas receitas edespesas, a fim de comprovar a sua impossibilidade de arcar com as despesas processuais.

ADV: KRYSNA MARCELA RAMIREZ FERREIRA (OAB 4773/AC) - Processo 0714088-92.2023.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - CREDOR: G.S.R. - DEVEDOR: G.R. - Cumpra-se o item “2.1”, da decisão de fl. 26.

ADV: ALEX CHRISTIAN GADELHA MEDEIROS (OAB 5418/AC) - Processo 0716621-24.2023.8.01.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Katia Cilene Passos Pereira Carneiro - O recolhimento da taxa judiciária deveria ter sido realizado em favor do Juízo Deprecado, a quem caberia dar cumprimento a Carta Precatória de fl. 53, conforme evidenciado à fl. 57, e não em favor do Poder Judiciário do Estado do Acre. Assim, decorrido o trânsito em julgado da sentença, arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: JOÃO PAULO DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 3704/AC), ADV: ISAIAS MUNIZ DE OLIVEIRA - Processo 0716633-38.2023.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - CREDORA: R.S.O.M. - DEVEDOR: Isaias Muniz de Oliveira - Remeta-se o caderno ao setor de conciliação deste Juízo para tentativa de autocomposição. Cumpra-se.

ADV: THAÍS SILVA DE ALMEIDA (OAB 6023/AC) - Processo 0717258-72.2023.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - CREDORA: M.J.T.B. - DEVEDOR: L.H.C.B. - Isso posto, declaro extinta a execução. Em consequência, REVOGO o decreto de prisão civil e as demais medidas coercitivas impostas à fl. 28. Determino o desbloqueio dos valores indicados à fl. 53. Declaro o imediato trânsito em julgado, em razão da ausência de interesse recursal. Sem custas nem honorários advocatícios. Cumpridas as providências merecidas, arquivem-se os autos.

3ª VARA DE FAMÍLIA

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO MAHA KOUZI MANASFI E MANASFI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA APARECIDA LEANDRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0308/2024

ADV: SAULO DE TARSO RODRIGUES RIBEIRO (OAB 4887/AC), ADV: SAULO DE TARSO RODRIGUES RIBEIRO (OAB 4887/AC) - Processo 0004102-24.2024.8.01.0001 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: E.J.R.F. - Decisão, fls. 30/31: Defiro em favor dos credores os benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. Intime-se a parte devedora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito (artigo 523 do CPC). Não sendo efetuado o pagamento no prazo apontado, será acrescido ao débito o percentual de 10% a título de multa e serão fixados honorários advocatícios também neste mesmo percentual (§ 1º, artigo 523, CPC). A Secretaria deverá providenciar o encaminhamento dos autos à Contadoria Judicial com essa finalidade. Se houver pagamento parcial no prazo previsto no caput do artigo 523, a multa e os honorários previstos no item anterior recairão sobre a diferença restante (§ 2º, artigo 523, CPC). Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, determino o bloqueio de valores por intermédio do Sistema SISBAJUD; proceda a Secretaria à pesquisa on line nas contas correntes, poupanças ou aplicações financeiras da parte devedora, até o limite do crédito exequendo. Uma vez exitosa a pesquisa on line deverá a importância bloqueada imediatamente ser transferida para conta judicial vinculada a este Juízo, com dispensa da lavratura do termo de penhora. Na hipótese de bloqueio de valor excessivo, deverá a Secretaria promover o cancelamento de eventual indisponibilidade irregular ou excessiva. Também não subsistirá o bloqueio de valor insuficiente para pagamento das custas da execução, devendo a Secretaria proceder ao desbloqueio, nos termos do artigo 854, § 1º, c/c artigo 836, ambos do CPC. Efetivado o bloqueio, ainda que parcial do valor da execução, deverá a parte executada ser intimada para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 854, §§ 2º e 3º, do CPC (bens impenhoráveis e remanescente de indisponibilidade excessiva); caso haja impugnação, a Secretaria deverá intimar a parte exequente para se manifestar em igual prazo, em homenagem ao disposto nos artigos 7º ao 10 do CPC. Frustradas as diligências de bloqueio de valores via SISBAJUD, determino que se pesquise por meio do sistema RENAJUD a existência de veículos em nome da parte devedora. Caso se encontrem veículos, imponho desde já medida restritiva de circulação de veículo, que deverá ser concretizada pelo mesmo sistema, para o fim de impedir a alienação e tornar possível a localização e apreensão do bem para guarda no pátio do DETRAN e posterior penhora para satisfação do crédito. Caso não existam veículos, determino que se expeça mandado de penhora, avaliação e intimação com o propósito de se penhorar tantos bens da parte executada quanto bastem para o pagamento da dívida. Se restarem infrutíferas as medidas acima determinadas, intime-se a parte credora para que informe ao Juízo se tem conhecimento de bens de propriedade da parte devedora passíveis de penhora. Finalmente, caso não se obtenha êxito com esta execução, por conta da ausência de bens penhoráveis da parte devedora bastantes para a satisfação do débito, encaminhem-se os autos à Contadoria Judicial para atualização da dívida, voltando-me, em seguida, os autos conclusos para a prolação de sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ CARLOS ALVES BEZERRA (OAB 3249/AC), ADV: ANDRE FERREIRA MARQUES (OAB 3319/AC), ADV: MARIANA CASTRO DE SOUZA (OAB 6054/AC) - Processo 0700906-05.2024.8.01.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: H.V.S.G. - Decisão, fls. 118: Proceda-se a intimação das partes para que no prazo de 05 dias diga se possuem mais provas a produzir, indicando as testemunhas com endereços e telefones atualizados. Devem também no mesmo prazo, manifestarem-se se concordam com a realização da audiência de instrução e julgamento na forma híbrida (presencial ou virtual) por video conferencia através do aplicativo google meet. Intimações de praxe.

ADV: RAIMUNDO PINHEIRO ZUMBA (OAB 3462/AC), ADV: ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES (OAB 3406/AC), ADV: KARCIO RENÊ FALCÃO PON-

TES (OAB 5101/AC) - Processo 0704556-36.2019.8.01.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.S. - REQUERIDA: Z.D. - Decisão, fls. 452: Aguarde-se o trânsito em julgado, cumprindo-se as demais determinações da sentença. Intimem-se.

ADV: ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES (OAB 3406/AC), ADV: KARCIO RENÊ FALCÃO PONTES (OAB 5101/AC), ADV: RAIMUNDO PINHEIRO ZUMBA (OAB 3462/AC) - Processo 0704556-36.2019.8.01.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.S. - REQUERIDA: Z.D. - Despacho, fls. 460: Dê-se vista à parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. (CPC/2015, art. 1.010, § 1º). A seguir, abra-se vista ao Ministério Público. Após, decorrido o prazo, com ou sem as contrarrazões, remetam-se ao Egrégio Tribunal de Justiça.

ADV: HILÁRIO DE CASTRO MELO JÚNIOR (OAB 2446/AC), ADV: MARÍLIA GABRIELA MEDEIROS DE OLIVEIRA (OAB 3615/AC), ADV: ARQUILAU DE CASTRO MELO (OAB 331/AC), ADV: PÂMELA DE OLIVEIRA ALVIM (OAB 5758/AC), ADV: YASMIM MOREIRA MACHADO MARTINS (OAB 6112/AC), ADV: VALDOMIRO DA SILVA MAGALHAES (OAB 1780/AC) - Processo 0706569-66.2023.8.01.0001 (apensado ao processo 0701492-76.2023.8.01.0001) - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: I.F.D. - REQUERIDO: J.E.S.M.J. - Decisão, fls. 154: Intime-se a parte autora, por seu patrono, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se da contestação e réplica apresentada nos autos.

ADV: ALAN RODRIGO OLIVEIRA DA COSTA (OAB 5242/AC), ADV: ALAN RODRIGO OLIVEIRA DA COSTA (OAB 5242/AC), ADV: ELENIRA GADELHA BEZERRA MENDES (OAB 5500/AC), ADV: JOANNE MENDES DEOCLECIANO DE ANDRADE (OAB 6413/AC) - Processo 0706816-13.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - AUTOR: G.C.L.N.M. - RÉ: S.A.S. e outro - Despacho, fls. 103: Intime-se a parte requerida para que se manifeste, no prazo de 5 dias, quanto aos documentos agregados à réplica. Após o decurso do prazo acima, determino a intimação das partes para que, no prazo de 5 dias, indiquem os pontos controvertidos desta demanda, especificando também as provas que ainda desejam produzir. Intimem-se.

ADV: CARLOS ARAGUAIA MALHEIROS (OAB 37270/GO) - Processo 0708831-52.2024.8.01.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - AUTOR: E.C.M. - Decisão, fls. 45: Defiro os benefícios da gratuidade judiciária. Cite-se as partes requeridas para, querendo, apresentar resposta à ação no prazo legal. Providências de estilo.

ADV: ADELINO JAUNES DE ANDRADE JUNIOR (OAB 5340/AC) - Processo 0710088-15.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: R.A.M. - Sentença, fls. 60: A parte autora Raimar de Assis Modesto ajuizou a presente ação de busca e apreensão, e posteriormente manifestou a desistência, requerendo a extinção do processo. Considerando que não foi apresentada contestação, não há que se falar em necessidade de anuência da parte requerida. Importa em extinção do processo o fato de o autor desistir da ação sem oposição do réu, consoante estabelece o artigo 485, inciso VIII, e §4º, do Código de Processo Civil. Portanto, com fundamento no artigo 200, parágrafo único, do CPC, homologo a desistência e declaro extinto o processo sem resolução de mérito. Arquivem-se independentemente de trânsito em julgado. Sem custas. Intimem-se.

ADV: LAURO FONTES DA SILVA NETO (OAB 2786AC /), ADV: IDELCLEIDE RODRIGUES LIMA (OAB 3192/AC), ADV: LUCAS EDUARDO SANTOS GUERRA (OAB 4664/AC), ADV: AYRTON SENA DA COSTA COELHO (OAB 5593AC /) - Processo 0710146-23.2021.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.A.A. - Decisão, fls. 141: A prestação jurisdicional já foi concluída neste processo com a prolação da sentença. Assim sendo, indefiro o processamento da petição de fls. 137, pois este feito não é a sede adequada para se deduzir a pretensão ali contida, tampouco este juízo é o competente para apreciar a matéria. Intimem-se. Publique-se no DJe. Cumpra-se. Após, arquivem-se os autos novamente.

ADV: ANTONIO SÉRGIO BLASQUEZ DE SÁ PEREIRA (OAB 4593/AC), ADV: CLAUDEMIR DA SILVA (OAB 4641/AC) - Processo 0710606-73.2022.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - AUTORA: E.M. - Decisão, fls. 65: Vistos em correição. Defiro (fl. 64). Expeça-se carta precatória para citação. Intimem-se.

ADV: HELANE CHRISTINA DA ROCHA SILVA (OAB 4014/AC) - Processo 0710635-55.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Usucapião Ordinária - AUTORA: Maria da Liberdade Alves de Souza Mendes - Sentença, fls. 30: A parte autora Maria da Liberdade Alves de Souza Mendes ajuizou Ação de Usucapião Familiar contra Glauter Ribeiro Mendes e posteriormente manifestou a desistência, requerendo a extinção do processo. Importa em extinção do processo o fato de o autor desistir da ação sem oposição do réu, consoante estabelece o artigo 485, inciso VIII, e §4º, do Código de Processo Civil. Portanto, com fundamento no artigo 200, parágrafo único, do CPC, homologo a desistência e declaro extinto o processo sem resolução de mérito. Arquivem-se independentemente de trânsito em julgado. Sem custas. Intimem-se.

ADV: DANIELA MARIA BARROS COSTA (OAB 5131/AC) - Processo 0712264-64.2024.8.01.0001 - Interdição/Curatela - Família - INTERTE: A.V.S. - Sentença, fls. 22: Trata-se de ação de interdição proposta por A. V. da S. em face de F. da S. D.. Posteriormente, contudo, o autor informou o falecimento da parte requerida, requerendo a extinção do processo (fl. 21). É o relatório. Decido. Diante do atual panorama processual, ante o falecimento da requerida entendo que houve perda do objeto da demanda por fato superveniente. De fato, não mais existe o interesse processual que ensejou a propositura desta demanda e afigura-se inexorável a declaração da perda superveniente do objeto da ação por conta da desnecessidade do provimento judicial pleiteado na inicial. Ante o exposto, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento noartigo485, inciso IX, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Arquivem-se estes autos digitais, com dispensa do prazo recursal.

ADV: ÍTALO DA SILVA NASCIMENTO (OAB 6266/AC), ADV: JAYNE SOARES DA SILVA (OAB 5627/AC), ADV: LEONARDO SILVA DE OLIVEIRA BANDEIRA (OAB 5638/AC), ADV: SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 6717/AC) - Processo 0712836-20.2024.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - AUTORA: M.M.O. - Decisão, fls. 20: Determino que a parte autora no prazo de 15 dias emende a inicial para que fazer constar os herdeiros incertos do falecido Arnaldo Gomes de Andrade; bem como; o requerimento de citação/intimação dos mesmo e dos herdeiros certos do referido de cujus. Intime-se.

ADV: ALEKS RODRIGUES BARBOZA JUNIOR (OAB 6520/AC), ADV: TALITA XIMENES GUERRA (OAB 6344/AC), ADV: CLEIBER MENDES DE FREITAS (OAB 5905/AC), ADV: YASSER ANDREI AIRES MORAIS (OAB 5741/AC), ADV: MARCOS PAULO PEREIRA GOMES (OAB 4566/AC), ADV: ALEX DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5985/AC) - Processo 0714553-04.2023.8.01.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.V.S.C. - REQUERIDO: L.S.C. - Decisão, fls. 282: Acolho o parecer ministerial de fls. 280/281. Agende-se data para a realização de audiência de instrução por videoconferência. As partes devem fornecer, no prazo de 5 (cinco) dias, seus números de telefone, bem como os das eventuais testemunhas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IURY SOUZA DE AZEVEDO (OAB 70886/DF), ADV: VANESSA NASCIMENTO FACUNDES MAIA (OAB 5394/AC), ADV: MARIO ROSAS NETO (OAB 4146/AC) - Processo 0717587-84.2023.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Alimentos - REQUERENTE: V.R.S. e outro - REQUERIDO: A.E.S.S. - Decisão, fls. 190: Concedo o prazo de 15 dias para que a parte autora corrija o polo ativo fazendo constar também a genitora da menor, que é legítima quanto ao pedido de regulamentação do direito de visitas. A menor tem legitimidade quanto aos alimentos. Cumprida a providência acima, agende-se data para a realização de audiência de instrução por videoconferência. As partes devem fornecer, no prazo de 5 (cinco) dias, seus números de telefone, bem como os das eventuais testemunhas. Intimem-se.

2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
JUIZ(A) DE DIREITO JORGE LUIZ LIMA DA SILVA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GABRIELA DE MATOS SABOIA REIS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0542/2024

ADV: GEORGE MARQUES DE OLIVEIRA (OAB 5730/AC), ADV: GEORGE MARQUES DE OLIVEIRA (OAB 5730/AC) - Processo 0700090-74.2024.8.01.0081 - Procedimento Comum Infância e Juventude - Entrada e Permanência de Menores - REQUERENTE: L.S.M.O. - Intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 dias, a ser computado em dobro. Do transcurso do prazo, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

ADV: LORENA LEAL DE ARAUJO (OAB 3317/AC), ADV: LORENA LEAL DE ARAUJO (OAB 3317/AC) - Processo 0700098-51.2024.8.01.0081 - Habilitação para Adoção - Adoção de Criança - ADOTANTE: L.A.C. e outro - Pelo exposto, acolho o parecer ministerial, e JULGO PROCEDENTE o pedido, ocasião em que DEFIRO a inscrição das requerentes L. A. C. e S. M. no Sistema Nacional de Adoção, com fundamento nos artigos 42, §2º, 50 e 197-E, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ressaltando que a ordem de habilitação é feita a partir do pedido, e não desta Sentença, evitando, com isso, prejuízo aos requerentes. Comunique-se à CEJA; De tudo, lance-se no SNA; Sem custas; Após o trânsito em julgado, arquivem-se; Intimem-se, Cumpra-se.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA DA SILVA BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GABRIELA DE MATOS SABOIA REIS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0543/2024

ADV: LANA DOS SANTOS RODRIGUES SANTIAGO (OAB 4273/AC) - Processo 0000525-26.2023.8.01.0081 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: F.J.S.N. - 1.Recebo o apelo, eis que interposto no prazo e na forma legal. 2.Dê-se vista a Defesa, para apresentar contrarrazões no prazo de 08 (oito) dias. 3.Superados esses procedimentos, encaminhem-se os presentes autos ao E. Tribunal de Justiça. 4.Intimem-se. Cumpra-se.

Pauta de Audiência - Período: 21/08/2024 até 21/08/2024 Página: 1 de 2
Parâmetros do relatório
Agente : 1443 Andréa da Silva Brito
Vara : 2ª Vara da Infância e da Juventude
Juiz(a) de Direito : Andréa da Silva Brito
21/08/24 07:30 : de Depoimento Especial
Processo: 0000980-24.2023.8.01.0070 : Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto principal : Leve
Autor : Justiça Publica
Testemunha : Adriano da Silva Almeida
Ré : Débora Braga Campos de Almeida
D. Público : OAB 2201/AC - Eugênio Tavares Pereira Neto
D. Público : OAB 134019/RJ - Rogerio Carvalho Pacheco
Vítima : Anna Clara Campos de Almeida
Testemunha : Olindina Adário de Braga
Promotor : Mariano Jeorge de Souza Melo
Qtd. pessoas (audiência) : 2
Situação da audiência : Designada
COMPLEMENTO : https://meet.google.com/auz-hptg-upt
21/08/24 08:30 : de Depoimento Especial
Processo: 0000297-56.2020.8.01.0081 : Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto principal : Estupro de vulnerável
Requerente : Justiça Pública
Réu : Gladson Batista Monteiro
D. Público : OAB 134019/RJ - Rogerio Carvalho Pacheco
Vítima : Gabrielly Nascimento Monteiro
Vítima : Yasmin Nascimento Monteiro
Testemunha : Clementina Nascimento Tavares Monteiro
Promotor : Mariano Jeorge de Souza Melo
Qtd. pessoas (audiência) : 2
Situação da audiência : Designada
COMPLEMENTO : https://meet.google.com/ajq-odqd-xri
21/08/24 09:30 : de Instrução
Processo: 0015860-59.2008.8.01.0001 : Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto principal : Estupro
Autor : Justiça Pública
D. Público : OAB 2415/AC - Fernando Morais de Souza
Indiciado : Cristiano Leite de Oliveira
D. Público : OAB 134019/RJ - Rogerio Carvalho Pacheco
Vítima : Thalyta Santana da Costa
Aut Pl : Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher
Testemunha : Antônia Santana da Costa
Testemunha : Maria Marlene Costa de Araujo
Testemunha : Ester Bernardino de Souza Silva
Testemunha : Maria de Nazaré Gomes Araújo Ferreira
Testemunha : Adalcides Sousa da Costa
Promotor : Mariano Jeorge de Souza Melo
Qtd. pessoas (audiência) : 2
Situação da audiência : Designada
COMPLEMENTO : https://meet.google.com/fkw-uoqw-rnh
21/08/24 10:15 : de Depoimento Especial
Processo: 0000006-85.2022.8.01.0081 : Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto principal : Estupro
SAJ/PG5 SOFTPLAN
TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO Emitido em : 13/08/2024 - 10:52:37
Pauta de Audiência - Período: 21/08/2024 até 21/08/2024 Página: 2 de 2
Vara : 2ª Vara da Infância e da Juventude
Juiz(a) de Direito : Andréa da Silva Brito
Requerente : Justiça Pública
Testemunha : Marnilza Bezerra de Freitas
Testemunha : Lucas Cordeiro Costa
Testemunha : Francisco Alexsandro Barros de Mesquita
Testemunha : Clara Luena Freitas Costa
Réu : Jairo de Souza Veríssimo
Advogada : OAB 4090/AC - Idirlene Nogueira do Nascimento
Advogada : OAB 4760/AC - Ana Paula de Sá Oliveira
Testemunha : Zulmira Manhuares Mota da Silva
Testemunha : Maria Terezinha Doroteu
Testemunha : Deuziane Rodrigues da Silva
Testemunha : Océlio da Silva Rodrigues
Testemunha : Angela Maria Alves Gomes
Vítima : Luna Raab Freitas Costa
Vítima : Jardson Gomes Veríssimo
Promotor : Mariano Jeorge de Souza Melo
Qtd. pessoas (audiência) : 2
Situação da audiência : Designada
COMPLEMENTO : https://meet.google.com/zgq-oaxk-yib

Pauta de Audiência - Período: 13/08/2024 até 30/08/2024 Página: 1 de 1
Parâmetros do relatório
Agente : 2742 Jorge Luiz Lima da Silva Filho
Vara : 2ª Vara da Infância e da Juventude
29/08/24 08:30 : de Instrução
Processo: 0000565-71.2024.8.01.0081 : Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente
Assunto principal : Abandono Material
Autor : S.E.W.R.B.E.S.M.
Requerido : L.L.L.
Requerido : A.S.C.
Promotor : Iverson Rodrigo Monteiro Bueno
Qtd. pessoas (audiência) : 2
Situação da audiência : Designada
COMPLEMENTO : Link da videochamada: https://meet.google.com/amm-rkst-hxv
29/08/24 09:15 : de Instrução
Processo: 0800120-54.2023.8.01.0081 : Pedido de Medida de Proteção
Assunto principal : Maus Tratos
Requerente : M.P.E.A.
Requerida : M.L.S.
Requerido : M.A.P.S.
Advogado : OAB 2425/AC - Paulo Andre Carneiro Dinelli da Costa
Promotor : Iverson Rodrigo Monteiro Bueno
Qtd. pessoas (audiência) : 2
Situação da audiência : Designada
COMPLEMENTO : Link da videochamada: https://meet.google.com/vjf-qiki-ytw
29/08/24 10:00 : de Instrução
Processo: 0800049-18.2024.8.01.0081 : Tutela c/c Destituição do Poder Familiar
Assunto principal : Abandono Material
Requerente : Ministério Público do Estado do Acre
Requerida : T.S.R.S.
Promotor : Iverson Rodrigo Monteiro Bueno
Qtd. pessoas (audiência) : 2
Situação da audiência : Designada
COMPLEMENTO : Link da videochamada: https://meet.google.com/dgy-gzob-hgx

VARA DE PROTEÇÃO À MULHER (DIGITAL)

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE PROTEÇÃO À MULHER
JUIZ(A) DE DIREITO OLÍVIA MARIA ALVES RIBEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL REGIS WELINGTON AIRES ALVES DE FREITAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0346/2024

ADV: JOELMIR OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 3283/AC) - Processo 0714785-84.2021.8.01.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - VÍTIMA: R.E.O. - AUTOR FATO: R.G.S. - Dá o patrono do denunciado por intimado para, comparecer à audiência de instrução e julgamento para ter ensejo no dia 17/09/2024 às 13:15 cujo link segue abaixo: Link da videochamada:https://meet.google.com/xaa-paoc-fks

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE PROTEÇÃO À MULHER
JUIZ(A) DE DIREITO KAMYLLA ACIOLI LINS E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EVA VILMA FERREIRA DE MOURA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0337/2024

ADV: MAISA JUSTINIANO BICHARA (OAB 3128/AC), ADV: RENATO AUGUSTO FERNANDES CABRAL FERREIRA (OAB 3753/AC) - Processo 0006511-46.2019.8.01.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - DENUNCIADO: D.B.F. - de Instrução e Julgamento Data: 19/08/2024 Hora 08:00 Local: Vara de Violência Doméstica (Virtual) Situacão: Designada

ADV: GERALDO PEREIRA DE MATOS FILHO (OAB 2952/AC) - Processo 0700009-11.2023.8.01.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: R.D.C.V. - de Instrução e Julgamento Data: 19/08/2024 Hora 08:00 Local: Vara de Violência Doméstica (Virtual) Situacão: Designada

ADV: ALCIDES PESSOA GOMES (OAB 3795/AC) - Processo 0700610-

85.2021.8.01.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: R.D.C.V. - de Instrução e Julgamento Data: 19/08/2024 Hora 08:00 Local: Vara de Violência Doméstica (Virtual) Situacão: Designada

ADV: JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA DE SOUZA (OAB 2565/AC) - Processo 0703272-85.2022.8.01.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: V.F.M. - de Instrução e Julgamento Data: 19/08/2024 Hora 12:15 Local: Vara de Violência Doméstica (Virtual) Situacão: Designada

ADV: ROSENILSON DA SILVA FERREIRA (OAB 5989/AC) - Processo 0704180-11.2023.8.01.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: E.G.N. - de Instrução e Julgamento Data: 16/08/2024 Hora 11:00 Local: Vara de Violência Doméstica (Virtual) Situacão: Designada

ADV: JANDERSON SOARES DA SILVA (OAB 6345/AC) - Processo 0708502-11.2022.8.01.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - AUTOR FATO: A.G.S. e outros - de Instrução e Julgamento Data: 19/08/2024 Hora 11:00 Local: Vara de Violência Doméstica (Virtual) Situacão: Designada

ADV: JOEL BENVINDO RIBEIRO (OAB 1458/AC) - Processo 0710372-57.2023.8.01.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: R.N.M.A. - de Instrução e Julgamento Data: 16/08/2024 Hora 12:30 Local: Vara de Violência Doméstica (Virtual) Situacão: Designada

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS, ÓRFÃOS E SUCESSÕES E DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS, ÓRFÃOS E SUCESSÕES E DE C
JUIZ(A) DE DIREITO LUANA CLÁUDIA DE ALBUQUERQUE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEUDILENE PEREIRA MENEZES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 1094/2024

ADV: ANA GABRIELLE DE MELO MEDEIROS (OAB 5971/AC), ADV: GERSEY SILVA DE SOUZA (OAB 3086/AC) - Processo 0700730-02.2019.8.01.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: R.S.S. - REQUERIDA: N.L.S. e outro - Intime-se o causídico de pp. 46/50, para juntar aos autos procuração devidamente assinada por Nilcelene Lopes de Souza, no prazo de 05 dias. Após a juntada, intime-se a requerente para, no prazo de 15 dias, manifestar-se acerca do contido nas pp. 46/67.

ADV: DANIELLE VANUSCKA BATISTA DE ARAÚJO MAIA - Processo 0706142-35.2024.8.01.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Wangela Maria Dantas da Silva - Considerando o informado à fl. 46, proceda a secretaria com a exclusão do Advogado Geovanni Cavalcante Fontenele, OAB/AC 4.106, dos autos. Noutro pórtico, deverá a causídica constituída à fl. 18 ser devidamente cadastrada e intimada para cumprimento do deliberado à fl. 44. Cumpra-se.

ADV: LARISSA SANTOS DE MATOS GOLOMBIESKI (OAB 6259/AC) - Processo 0706310-37.2024.8.01.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Vitor da Silva Saboia - Por conseguinte, importa em extinção do processo a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, consoante estabelece o artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. Portanto, considerando que a incompetência do juízo enseja na ausência de pressuposto processual, declaro extinto o processo sem resolução de mérito.

ADV: LARISSA SANTOS DE MATOS GOLOMBIESKI (OAB 6259/AC) - Processo 0706310-37.2024.8.01.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Vitor da Silva Saboia - Autos nº 0706310-37.2024.8.01.0001 CERTIDÃO Fica a parte requerente intimada, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos expedientes de pp. 15-16.

ADV: ENILSON GOMES DA SILVA (OAB 4485/AC) - Processo 0706590-13.2021.8.01.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Kathyene de Paula Fernandes Bruschi - Com efeito, não estando em termos, conquanto facultada oportunidade para a emenda, indefiro a petição inicial de p. 165 com fundamento no artigo 321, parágrafo único e declaro extinto o processo sem resolução de mérito, ex vi do artigo 485, inciso I, do mesmo diploma legal.

ADV: ENILSON GOMES DA SILVA (OAB 4485/AC) - Processo 0706590-13.2021.8.01.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Kathyene de Paula Fernandes Bruschi - Autos nº 0706590-13.2021.8.01.0001 CERTIDÃO Fica a parte requerente intimada, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos expedientes de pp. 177-178.

ADV: ALEX CHRISTIAN GADELHA MEDEIROS (OAB 5418/AC) - Processo 0707859-53.2022.8.01.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rozineide de Azevedo Silva - Nas pp. 158/160, o Acreprevidência explicou que os valores a mais, ou seja, os valores que foram pagos após o falecimento do de cujus restou estornado à título de reembolso para o Instituto, e que os valores cabíveis ao falecido permanecem em conta no Banco do Brasil. Sendo assim, é de fácil constatação que não há mais o valor de R$ 7.009,87 junto à conta. Assim, expeça-se alvará judicial para saque do valor de R$ 2.503,42 (dois mil quinhentos e três reais e quarenta e dois centavos) junto ao Banco do Brasil, divididos nos termos da sentença de p. 42, fazendo constar no alvará os dados bancários informados na p. 163. Caso as partes entendam que os valores cabíveis ao falecido são diferentes dos valores em conta, devem pleitear a ação cabível junto ao juízo competente. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: MARCIO JOSÉ CASTRO DE AQUINO (OAB 3941/AC), ADV: RICHARD MARTINS SILVA (OAB 9844/RO) - Processo 0711699-08.2021.8.01.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Estevam Gabriel Neto - HERDEIRO: Fabio Adriano Araújo da Silva - Defiro o requerido na p. 76. Exclua-se Maria Lúcia Gabriel Fontes da Silva do polo da ação. A renúncia apresentada na p. 81 deve ser feita nos moldes do artigo 1.806 do Código Civil. Assim, intime-se o herdeiro para, no prazo de 15 dias, apresentar a renúncia por instrumento público. Intime-se o inventariante para juntar aos autos as certidões negativas das Fazendas Públicas Nacional e Estadual, em nome dos falecidos, no prazo de 15 dias. Cumpridos todos os itens acima, encaminhem-se os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: HUGO MENDES DE FARIAS (OAB 5276/AC), ADV: MARIA DA GRACA BOTELHO FROTA (OAB 1753/AC) - Processo 0714518-20.2018.8.01.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: L.A.A.C. - REQUERIDA: L.L.L. e outro - Isso posto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma dos arts. 485, inciso VI do Código de Processo Civil. Indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita, visto que a documentação juntada não evidencia o estado de pobreza do requerente. Condeno-o ao pagamento de 1,5% sobre o valor da causa a título de custas bem como aos honorários advocatícios de 10% em cima do montante da causa. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: HUGO MENDES DE FARIAS (OAB 5276/AC), ADV: MARIA DA GRACA BOTELHO FROTA (OAB 1753/AC) - Processo 0714518-20.2018.8.01.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: L.A.A.C. - REQUERIDA: L.L.L. e outro - Autos nº 0714518-20.2018.8.01.0001 CERTIDÃO Fica a parte requerente intimada, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos expedientes de pp. 113-114.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS, ÓRFÃOS E SUCESSÕES E DE C
JUIZ(A) DE DIREITO LUANA CLÁUDIA DE ALBUQUERQUE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEUDILENE PEREIRA MENEZES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 1097/2024

ADV: MARCELO MARTINS MORAIS (OAB 4866/AC), ADV: CRISTIELE DA SILVA SANTOS (OAB 5428/AC), ADV: CRISTIELE DA SILVA SANTOS (OAB 5428/AC), ADV: CRISTIELE DA SILVA SANTOS (OAB 5428/AC), ADV: MARCELO MARTINS MORAIS (OAB 4866/AC) - Processo 0704914-35.2018.8.01.0001 - Inventário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Dayana Félix de Lima e outro - INVTE: Demys Barbosa de Lima - REQUERIDA: Sebastiana Barbosa de Lima e outros - Ante o esboço de partilha apresentado às fls. 304/308, intimem-se os herdeiros para manifestarem-se em 15 dias bem como as esferas da fazenda pública. Ademais, considerando o substabelecimento - sem reserva de poderes - constante à fl. 128, além do pleito de fl. 314, determino a exclusão do cadastro da advogada Helane Christina da Rocha Silva, OAB/AC 4.014, do presente feito.

ADV: CRISTIELE DA SILVA SANTOS (OAB 5428/AC), ADV: CRISTIELE DA SILVA SANTOS (OAB 5428/AC), ADV: CRISTIELE DA SILVA SANTOS (OAB 5428/AC) - Processo 0704914-35.2018.8.01.0001 - Inventário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Dayana Félix de Lima e outro - INVTE: Demys Barbosa de Lima - REQUERIDA: Sebastiana Barbosa de Lima e outros - Autos nº 0704914-35.2018.8.01.0001 CERTIDÃO Fica a parte requerente intimada, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar o instrumento de procuração para representar Dinaldo Barbosa de Lima, conforme informado na pág. 128.

ADV: IALE RICARDO SILVA DE SOUZA (OAB 4908/AC), ADV: IALE RICARDO SILVA DE SOUZA (OAB 4908/AC), ADV: JOHN LYNNEKER DA SILVA RODRIGUES (OAB 5039/AC), ADV: JOHN LYNNEKER DA SILVA RODRIGUES

(OAB 5039/AC) - Processo 0709413-57.2021.8.01.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRA: Ivana Bueno Marçal Mendonça - Ive Bueno Marçal e outros - Expeça-se carta precatória ao endereço indicado nas fls. 271 para citação do herdeiro Igor. As herdeiras Ivana e Ive vieram aos autos, nas fls. 107, motivo pelo qual dou-lhes por citadas. Proceda a secretaria a intimação das mesmas acerca das primeiras declarações. Esclareço que somente as questões provadas documentalmente serão apreciadas por este Juízo. Concedo à inventariante o prazo de 30 dias para a juntada da certidão da União. Intimem-se.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS, ÓRFÃOS E SUCESSÕES E DE C
JUIZ(A) DE DIREITO LUANA CLÁUDIA DE ALBUQUERQUE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEUDILENE PEREIRA MENEZES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 1098/2024

ADV: LÚCIO DE ALMEIDA BRAGA JÚNIOR (OAB 20836/GO) - Processo 0709413-57.2021.8.01.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Izabel Ferreira da Silva Marçal - Expeça-se carta precatória ao endereço indicado nas fls. 271 para citação do herdeiro Igor. As herdeiras Ivana e Ive vieram aos autos, nas fls. 107, motivo pelo qual dou-lhes por citadas. Proceda a secretaria a intimação das mesmas acerca das primeiras declarações. Esclareço que somente as questões provadas documentalmente serão apreciadas por este Juízo. Concedo à inventariante o prazo de 30 dias para a juntada da certidão da União. Intimem-se.

VARAS CRIMINAIS

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ROBSON RIBEIRO ALEIXO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EVANY DE ARAUJO VIEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0140/2024

ADV: AILTON SALDANHA DE PAULA (OAB 147466/MG) - Processo 0004057-20.2024.8.01.0001 (apensado ao processo 0002570-89.1999.8.01.0001) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Liberdade Provisória - REQUERENTE: Getulio Saldanha Primo - DECISÃO: “Decido. Analisando o pedido, verifica-se não haver notícia de qualquer fato novo capaz de afastar os elementos fundantes de sua decretação. Explico. O réu teve sua prisão preventiva decretada inicialmente sob os argumentos da garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal conforme decisão de fls. 57/58. Como bem analisado pelo Juízo, “vê-se que durante todo o interregno em que o acusado esteve em local incerto e não sabido, este utilizou-se de artimanhas jurídicas para se ver livre de suas obrigações, mostrando assim que ainda persiste a necessidade da manutenção da custódia a fim de garantir a aplicação da lei penal.” O mesmo se manteve foragido desde 1999, só comparecendo após sua prisão, não demonstrando assim nenhum interesse em colaborar com a instrução processual. A Decisão atende a todas as condições exigidas por lei e se encontra devidamente fundamentada. A prisão permanece contemporânea, eis que o autos permanecem em andamento, e em momento algum tiveram sua marcha paralisada indevidamente, estando, inclusive, em vias de realização da sessão de julgamento. Cito aqui o doutrinador Norberto Avena, o qual discorre que a contemporaneidade é condição que tem sentido de atualidade entre o momento da decisão judicial que decretar a prisão preventiva e a situação caracterizadora de perigo concreto à ordem pública, não estando a sua constatação necessariamente vinculada à proximidade temporal do fato imputado ao agente. Logo, é possível reconhecê-la como argumento hábil à decretação da prisão preventiva quando, mesmo transcorrido lapso considerável desde a data do crime até o momento da expedição do decreto prisional,sobrevierem atos, fatos ou circunstâncias que apontem a ocorrência dos riscos que se pretende evitar com a prisão cautelar(Processo Penal, Ed. Método, 12ª edição, Pg. 1085). Outrossim, também foi analisada a possibilidade de aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão, mas constatou-se que não surtiriam efeito, visto a gravidade da situação em concreto. Sendo assim, com fulcro no art. 316, paragrafo único, do Código de Processo Penal, MANTENHO a prisão preventiva decretada contra GETÚLIO SALDANHA PRIMO, pelos mesmos fundamentos que justificaram o seu decreto. A prisão deverá ser reavaliada em 90 dias. Intimem-se.”

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI E AUDITORIA MILITAR

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI E AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALESSON JOSÉ SANTOS BRAZ
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL NAHYMA SANTIAGO DE ARAÚJO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0328/2024

ADV: RODRIGO MACHADO PEREIRA (OAB 3798/AC) - Processo 0007575-52.2023.8.01.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Pedro Vieira Carneiro - de Instrução Data: 28/08/2024 Hora 08:30 Local: Vara da Auditoria Militar Situacão: Designada

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI E AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALESSON JOSÉ SANTOS BRAZ
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL NAHYMA SANTIAGO DE ARAÚJO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0329/2024

ADV: WOLBAN MILLER SANCHES MIGUEL (OAB 25464/MT) - Processo 0802007-66.2016.8.01.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Nonata Gomes da Silva - de Instrução Data: 29/08/2024 Hora 08:30 Local: Vara da Auditoria Militar Situacão: Designada

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI E AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALESSON JOSÉ SANTOS BRAZ
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL NAHYMA SANTIAGO DE ARAÚJO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0330/2024

ADV: WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS (OAB 3807/AC) - Processo 0007217-87.2023.8.01.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Carlos Eduardo Lima Santos - de Instrução Data: 03/09/2024 Hora 08:30 Local: Vara da Auditoria Militar Situacão: Designada

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI E AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALESSON JOSÉ SANTOS BRAZ
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL NAHYMA SANTIAGO DE ARAÚJO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0331/2024

ADV: THALLES DAMASCENO MAGALHÃES DE SOUZA (OAB 6005/AC) - Processo 0001084-92.2024.8.01.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Jeferson Silva Barbosa - de Instrução Data: 04/09/2024 Hora 08:30 Local: Vara da Auditoria Militar Situacão: Designada

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI E AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALESSON JOSÉ SANTOS BRAZ
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL NAHYMA SANTIAGO DE ARAÚJO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0332/2024

ADV: MARIO ROSAS NETO (OAB 4146/AC), ADV: ATAMI TAVARES DA SILVA (OAB 3911/AC), ADV: ATAMI TAVARES DA SILVA (OAB 3911/AC), ADV: ATAMI TAVARES DA SILVA (OAB 3911/AC), ADV: MARIO ROSAS NETO (OAB 4146/AC), ADV: EVERTON JOSÉ RAMOS DA FROTA, ADV: MARIO ROSAS NETO (OAB 4146/AC), ADV: GUSTAVO LIMA RABIM (OAB 4223/AC), ADV: GUSTAVO LIMA RABIM (OAB 4223/AC), ADV: GUSTAVO LIMA RABIM (OAB 4223/AC), ADV: MAX ELIAS DA SILVA ARAUJO (OAB 4507/AC), ADV: EFRAIN SANTOS DA COSTA (OAB 3335/AC), ADV: EVERTON JOSÉ RAMOS DA FROTA, ADV: EVERTON JOSÉ RAMOS DA FROTA, ADV: WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS (OAB 3807/AC), ADV: WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS (OAB 3807/AC), ADV: WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS (OAB 3807/AC), ADV: ARMANDO FERNANDES BARBOSA FILHO (OAB 3686/AC), ADV: ARMANDO FERNANDES BARBOSA FILHO (OAB 3686/AC), ADV: ARMANDO FERNANDES BARBOSA FILHO (OAB 3686/AC), ADV: EFRAIN SANTOS DA COSTA (OAB 3335/AC), ADV: EFRAIN SANTOS DA COSTA (OAB 3335/AC) - Processo 0006232-31.2017.8.01.0001 - Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário - Crimes de Tortura - ACUSADO: Jorge de Freitas Maciel - Raimundo Nonato Marcelino da Silva - Dhiego da Silva e Silva - VÍTIMA: D.O.L. - R.N.Q.B. - F.L.M.B. - Autos n.º 0006232-31.2017.8.01.0001 ClasseAção Penal Militar - Procedimento Ordinário AutorEstado do Acre - Tri-

bunal de Justiça do Estado do Acre AcusadoJorge de Freitas Maciel e outros Decisão Tratam-se de Embargos de Declaração opostos às pp. 684/700, contra a sentença condenatória de pp. 641/669, pelos acusados DHIEGO DA SILVA E SILVA, JORGE FREITAS MACIEL, RAIMUNDO NONATO MARCELINO DA SILVA, para o fim de sanar contradição e obscuridade. Aduz o embargante que: a) a sentença foi contraditória em relação ao pedido de absolvição do réu DHIEGO DA SILVA E SILVA; b) que a sentença foi obscura na condenação do crime de tortura e na análise das lesões corporais. É o relatório. Decido. O art. 382, do Código de Processo Penal, preceitua que o recurso deve ser interposto para o mesmo órgão prolator da decisão, dentro do prazo de dois dias, no caso de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão da sentença. Primeiramente, considerando a tempestividade, RECEBO os Embargos Declaratórios, nos termos do art. 382 do Código de Processo Penal. Este recurso destina-se restritivamente a clarificar, complementar e aprimorar decisões judiciais, condicionando-se à presença de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão e, ainda, em caso de erro material, circunstâncias inocorrentes no caso em exame. Os embargos declaratórios não são o meio próprio para que se obtenha o rejulgamento da causa ou para se adaptar a decisão ao entendimento da embargante, tampouco para que se acolham pretensões que refletem mero inconformismo. Os embargantes aduzem que a sentença encontra-se contraditória e obscura. Entretanto, em análise da sentença (pp. 641/669), constato a inexistência de contradição ou obscuridade a ser reconhecida e/ou sanada. A contradição passível de ser sanada nos embargos é aquela entre algum fundamento da decisão e as suas conclusões. No caso dos autos, os crimes imputados aos acusados foram analisados e a sentença condenatória (pp. 641/669) devidamente fundamentada através das provas elencadas nos autos. As contradições consistem entre o entendimento do julgador e o entendimento dos ora embargantes. De igual modo, não há falar em obscuridade. A sentença foi fundamentada nas provas elencadas nos autos. Por fim, ressalto que o julgador não está obrigado a refutar todos os argumentos invocados pelas partes, bastando que os fundamentos expendidos sejam suficientes para embasar a decisão, que é o caso dos autos. Neste sentido, destaco o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça. PROCESSO PENAL. A GRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SONEGAÇÃO FISCAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. INOCORRÊNCIA. ENFRENTAMENTO SUFICIENTE DE TODAS AS TESES DEFENSIVAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INCONFORMISMO DA PARTE COM O RESULTADO DO JULGAMENTO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 41 DO CPP. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. QUESTÃO PREJUDICADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Consoante consignado na decisão agravada, diversamente do aduzido pela defesa, o Tribunal a quo não se manteve silente acerca das omissões apontadas, mas, ao contrário, rebateu de forma suficiente as alegações defensivas, demonstrando, para todos os itens, as razões pelas quais o acórdão embargado não teria sido omisso, com a indicação dos trechos nos quais a matéria arguida foi enfrentada. 2. Ademais, é entendimento consolidado neste Sodalício que o julgador não está obrigado a refutar todos os argumentos invocados pelas partes, bastando que os fundamentos expendidos sejam suficientes para embasar a decisão. 3. Destarte, não há vícios no enfrentamento das matérias, apenas inconformismo da parte com o resultado do julgamento. A irresignação defensiva, de fato, revela uma discordância com o conteúdo do decidido e não uma verdadeira indicação de omissão. Dessa forma, a alegação de violação ao art. 619 do CPP não abriga as teses, em realidade, veiculadas pelo recorrente. 4. Quanto à violação ao art. 41 do CPP, melhor sorte não socorre a defesa. Embora busque demonstrar que a presente hipótese não se amolda aos precedentes citados na decisão agravada, fato é que o entendimento então esposado aplica-se de forma ampla aos processos já sentenciados, não havendo se cogitar da existência de situação que excepcione tal conclusão. 5. Com efeito, "[e]sta Corte Superior de Justiça entende que a superveniência da sentença torna superada a citada tese de inépcia da denúncia" (AgRg no AREsp n. 2.310.122/SP, relator Ministro Teodoro Silva Santos, Sexta Turma, julgado em 20/2/2024, DJe de 27/2/2024). 6. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp n. 2.185.075/ES, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 15/4/2024, DJe de 18/4/2024.) Ante o exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porém os rejeito, mantendo a sentença em todos os seus termos, tal como está lançada. Considerando o entendimento de que a interposição dos embargos interrompe o prazo dos demais recursos, intimem-se o Ministério Público e a Defesa da presente decisão. Cumpram-se o item 4 da sentença (p. 667). Intimem-se os acusados da sentença, preferencialmente por telefone. Rio Branco-(AC), 1º de agosto de 2024. Alesson José Santos Braz Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FLÁVIO MARIANO MUNDIM
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GLÁUCIA LOPES DE ANDRADE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0393/2024

ADV: IDIRLENE NOGUEIRA DO NASCIMENTO (OAB 4090/AC) - Processo 0000077-65.2024.8.01.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Márcio Araújo Cabral e outro - Intimar o Sr. Márcio Araújo Cabral, na pessoa de sua advogada Dra. Idirlene Nogueira do Nascimento, OAB/DF 4.090, da audiência de instrução e julgamento agendada para o dia 21/08/2024 às 10h:45min. Havendo testemunha, fica o assistente de acusação intimado para apresentar no dia da audiência independente de intimação, por este juízo. A audiência será realizada por videoconferência observado o estabelecido na Resolução n.329/CNJ, através do aplicativo GOOGLE MEET, acessando o link: meet.google.com/gqo-hnqm-bxr. Em caso de dúvidas quanto ao acesso a sala virtual deverá entrar em contato com o a Secretaria da Vara com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas antes do horário designado pelo ato, através do fone (68) 99226

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FLÁVIO MARIANO MUNDIM
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GLÁUCIA LOPES DE ANDRADE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0394/2024

ADV: MAINARD NEGREIROS DE HOLANDA (OAB 2936/AC) - Processo 0004166-34.2024.8.01.0001 (apensado ao processo 0002502-65.2024.8.01.0001) (processo principal 0002502-65.2024.8.01.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Maria Helena Guedes de Negreiros Ferreira - DECISÃO: Diante do exposto, indefiro o pedido com fulcro no art. 118 do CPP. Transitado em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e movimentações de praxe. Providências de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Rio Branco-(AC), 12 de agosto de 2024. Flávio Mariano Mundim Juiz de Direito

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FLÁVIO MARIANO MUNDIM
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GLÁUCIA LOPES DE ANDRADE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0395/2024

ADV: THALYSSON PEIXOTO BRILHANTE (OAB 4767/AC), ADV: KEITHIANNE DE SOUZA PEREIRA (OAB 5264/AC), ADV: GABRIEL ALVES BATISTA (OAB 5840/AC) - Processo 0001250-27.2024.8.01.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Giliard Alves e outro - SENTENÇA: Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR: A) o réu Gilliard Alves, nas penas previstas no art. 33, "caput", da Lei nº 11.343/06 e art. 12, "caput", da Lei nº 10.826/03, na forma do art. 69, "caput", do Código Penal. B) o réu Pablo Rodrigo Farias de Souza nas penas previstas no art. 33, "caput", da Lei nº 11.343/06.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FLÁVIO MARIANO MUNDIM
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GLÁUCIA LOPES DE ANDRADE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0396/2024

ADV: FRANCISCO ANDRÉ SANTIAGO DOS SANTOS (OAB 6040/AC), ADV: FRANCISCO ANDRÉ SANTIAGO DOS SANTOS (OAB 6040/AC), ADV: FRANCISCO ANDRÉ SANTIAGO DOS SANTOS (OAB 6040/AC) - Processo 0006316-22.2023.8.01.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Leandro Leonardo Lopes de Souza e outros - SENTENÇA: III - DISPOSITIVO: Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR os réus DOUGLAS CAVALCANTE, LEANDRO LEONARDO LOPES DE SOUZA, WERDESON DANTAS MAGALHÃES, qualificado nos autos, nas penas previstas no art. 33, "caput", da Lei nº 11.343/06.

3ª VARA CRIMINAL

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO ANGELI ROZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0451/2024

ADV: MAINARD NEGREIROS DE HOLANDA (OAB 2936/AC) - Processo 0002275-75.2024.8.01.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Importunação Sexual - RÉU: C.F.P. - VÍTIMA: N.S.O. - de Instrução Data: 28/08/2024 Hora 10:00 Local: Sala 01 Situacão: Designada

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO ANGELI ROZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0452/2024

ADV: EUGÊNIO TAVARES PEREIRA NETO (OAB 2201/AC) - Processo 0004423-80.2023.8.01.0070 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - AUTOR: Justiça Pública - AUTOR FATO: Vitor José Vasconcelos Beirouth e outro - Autos n.º 0004423-80.2023.8.01.0070 Classe Ação Penal - Procedimento Ordinário Autor Justiça Pública Autor do Fato Vitor José Vasconcelos Beirouth e outro Despacho Consta certidão de fls. 113 em que consta que o acusado informou que está de férias na Itália e que seu advogado solicitaria redesignação para sua oitiva. Consta às fls. 114/115 a procuração at judicia e extra, subscrito pelo réu, porém, há menção expressa aos autos 0707935-77.200.8.01.0001, em tramitação na 3a Vara Cível da Comarca de Rio Branco. Não há petição formulada até o presente momento. É o sucinto relatório. Considerando que na produção de fls. 114/115 há expressa menção a outros autos que não esta ação penal, considero não demonstrada a capacidade processual dos advogados mencionados, concedendo, pois, o prazo de 10 dias para a juntada de procuração pertinente a estes autos, ou sem ressalvas de menção a autos outros. Quanto à notícia de viagem do réu para férias na Itália e em se tratando de audiência por vídeo conferência, consoante requerido pelo Ministério Público, vê-se que é perfeitamente possível sua participação, dado que exercício de férias não tem o condão de suspender ato judicial. Assim, mantenho o ato como designado. Intimem-se as partes, inclusive os advogados mencionados às fls. 114. Rio Branco- AC, 05 de agosto de 2024. Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira Juiz de Direito

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO ANGELI ROZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0454/2024

ADV: EUGÊNIO TAVARES PEREIRA NETO (OAB 2201/AC), ADV: WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS (OAB 3807/AC), ADV: MATHEUS DA COSTA MOURA (OAB 5492/AC), ADV: LUCAS AUGUSTO GOMES DA SILVA (OAB 6195/AC), ADV: JANDERSON SOARES DA SILVA (OAB 6345/AC), ADV: JOÁZ DUTRA GOMES (OAB 6380/AC) - Processo 0000462-34.2023.8.01.0070 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - AUTOR FATO: Juscelino Oliveira Rodrigues de Queiros - Despacho Trata-se de petitório manejado pelo Ministério Público Estadual tencionado redesignação de data para realização de audiência de instrução e julgamento, ante a justificada impossibilidade de comparecimento do Promotor de Justiça Coordenador-Geral do Grupo GAEPCT. Sem delongas, defiro o pleito ministerial, ao passo que determino à secretaria que designe nova data para referida audiência. Dê-se ciência às partes da mudança, bem como da nova data, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Rio Branco-Acre, 05 de agosto de 2024. Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira Juiz de Direito

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO ANGELI ROZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0455/2024

ADV: ALESSANDRO CALLIL DE CASTRO (OAB 3131/AC), ADV: MARCUS VENICIUS NUNES DA SILVA (OAB 3886/AC) - Processo 0006892-15.2023.8.01.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Previstos no Estatuto do Idoso - INDICIADA: Laurisnéia de Freitas Costa - de Instrução Data: 29/08/2024 Hora 10:15 Local: Sala 01 Situacão: Designada

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO ANGELI ROZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0456/2024

ADV: ALFREDO SEVERINO JARES DAOU (OAB 3446/AC) - Processo 0704889-80.2022.8.01.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Difamação - REQUERENTE: Giverny Alana Gonzaga da Rocha - Despacho Certifique-se quanto à publicação para intimação do advogado do Querelante. Na hipótese de não publicação, adotem-se as providências necessárias para tanto. Caso tenha sido publicado, certifique-se quanto ao transcurso do prazo e o silêncio do Querelante. Após, voltem-me conclusos. Rio Branco- AC, 05 de agosto de 2024. Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira Juiz de Direito

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO ANGELI ROZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0458/2024

ADV: JANDERSON SOARES DA SILVA (OAB 6345/AC) - Processo 0004017-43.2021.8.01.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Corrupção passiva - RÉU: João Rodolfo da Cunha Souza e outro - despacho padrão

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO ANGELI ROZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0459/2024

ADV: RODRIGO AIACHE CORDEIRO (OAB 2780/AC), ADV: KELDHEKY MAIA DA SILVA (OAB 4352/AC) - Processo 0703243-06.2020.8.01.0001 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Calúnia - AUTOR: C. Com Informática, Importação e Exportação Ltda - CERTIFICO que decorreu em 13/08/2024 o prazo do edital retro. CERTIFICO, ainda, que, em cumprimento ao Provimento n.º 16/2016, atos ordinatórios, da COGER, abro vista ao querelante e ao Ministério Público do Estado do Acre para manifestação.

CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANI
JUIZ(A) DE DIREITO EVELIN CAMPOS CERQUEIRA BUENO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARLEY EMMANUELA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0173/2024

ADV: ELECILDA GARCIA RODRIGUES (OAB 4943/AC) - Processo 0001572-34.2024.8.01.0070 - Reclamação Pré-processual - Compra e Venda - REQUERENTE: José Santivanês Nobre do Nascimento - REQUERIDO: Daniel Lima - LINK DE AUDIÊNCIA Certifico o link de acesso à plataforma Google Meet para a audiência de conciliação designada para o dia 01/10/2024, às 07:30h (HORÁRIO LOCAL): Link: meet.google.com/tuq-ywps-nah Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1. A AUDIÊNCIA OCORRERÁ DE FORMA HÍBRIDA, FICANDO A CARGO DA PARTE A ESCOLHA ENTRE A AUDIÊNCIA PRESENCIAL OU VIRTUAL. 2. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes/patronos. Não serão enviados links para telefones e e-mails de advogados devidamente habilitados. 3. As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de no máximo 10(dez) minutos de atraso. 4. No caso de impossibilidade de comparecimento virtual da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05 (cinco) dias antes do ato. 5. A ausência injustificada da parte Reclamante à audiência implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 6. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Rio Branco, 01 de agosto de 2024. Mair Vila de Messias Técnico Judiciário

ADV: ARIANNE BARBOSA LEMOS (OAB 3815/AC) - Processo 0706791-21.2023.8.01.0070 - Reclamação Pré-processual - Prestação de Serviços - REQUERENTE: MORADA DA PAZ LTDA - EPP - LINK DE AUDIÊNCIA Certifico o link de acesso à plataforma Google Meet para a audiência de conciliação designada para o dia 30/09/2024, às 07:30h (HORÁRIO LOCAL): Link:meet.google.com/jxb-imnc-kxn Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1. A AUDIÊNCIA OCORRERÁ DE FORMA HÍBRIDA, FICANDO A CARGO DA PARTE A ESCOLHA ENTRE A AUDIÊNCIA PRESENCIAL OU VIRTUAL. 2. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes/patronos. Não serão enviados links para telefones e e-mails de advogados devidamente habilitados. 3. As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por vide-

oconferência, sendo permitida a tolerância de no máximo 10(dez) minutos de atraso. 4. No caso de impossibilidade de comparecimento virtual da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05 (cinco) dias antes do ato. 5. A ausência injustificada da parte Reclamante à audiência implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 6. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Rio Branco, 25 de julho de 2024. Tania Maria Pereira da Silva Diretor(a) Secretaria

JUIZADOS ESPECIAIS

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LILIAN DEISE BRAGA PAIVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ADRIANA BARROS DE ARAÚJO CORDEIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0449/2024

ADV: JÚLIO CEZAR COSTA DE OLIVEIRA (OAB 1718/AC) - Processo 0002348-34.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inadimplemento - RECLAMANTE: Manoel Moreira de Araújo - DECISÃO: "Homologo, com fundamento no art. 40 da LJE, a decisão leiga (p. 112-113). Assim, exclua-se, do polo passivo, o Banco BMG e inclua-se o Banco Votorantim-BV, observado-se a qualificação indicada à p. 114. Designe-se audiência Una de conciliação, instrução e julgamento Cite-se a parte reclamada Banco Votorantim-BV e intimem-se as parte com as legais advertências."

ADV: HILÁRIO DE CASTRO MELO JÚNIOR (OAB 2446/AC), ADV: ARQUILAU DE CASTRO MELO (OAB 331/AC) - Processo 0002606-15.2022.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Telefonia - REQUERIDO: Oi Móvel S.A - em Recuperação Judicial - SENTENÇA: "Diante disso, torno sem efeito os atos processuais praticados em decorrência da decisão de p. 104, e, oportunamente julgo extinta a presente execução, com fulcro no artigo 51, caput, da Lei n. 9.099/95, combinado com o artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil, devendo a parte credora habilitar o seu crédito junto ao Juízo em que tramita o processo de recuperação da empresa demandada. Com isso, visando possibilitar a habilitação da parte autora perante o juízo da recuperação judicial, determino a expedição de certidão de dívida, com fulcro no artigo 9º, inciso II, da Lei de Falências, devendo o crédito da parte demandante ser atualizado até a data do ingresso pela requerida do pedido de recuperação judicial, ou seja, até o dia 01/03/2023, intimando-se a parte credora para ciência e adoção das providências pertinentes quanto a sua habilitação no juízo universal. Cumprida a obrigação, arquivem-se os autos. Destaque-se que não haverá prejuízo às partes quanto ao arquivamento do feito, uma vez que, havendo informação quanto ao pagamento, a ação poderá ser desarquivada para as providências necessárias. P.R.I.A"

ADV: CLÁUDIO A. SALGADO (OAB 166209/SP) - Processo 0002860-17.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - RECLAMADO: Jeitto Meios de Pagamentos Ltda - SENTENÇA: "Inicialmente, em que pese a divergência das informações constantes na ata (p. 56), após análise da gravação da audiência, verificou-se que a reclamante efetivamente não compareceu ao ato instrutório. Com isso, homologo, com fundamento no art. 40 da LJE, a decisão leiga (p. 56). P.R.I.A."

ADV: AILTON ALVES FERNANDES (OAB 16854/GO), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 4940/AC) - Processo 0003188-44.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERIDO: Banco Honda S/A - Paschoalotto Serviços Financeiros - DECISÃO: "Inicialmente, inverto, com fundamento no art. 6º, VIII, do CDC, à vista da condição de hipossuficiência, o ônus da prova a favor da parte reclamante para facilitação da defesa de seus direitos. Por outra, ante o requerimento expresso das partes (p. 142-143), defiro o pedido de julgamento antecipado da lide. Nesse passo, dê-se ciência à parte reclamada acerca da inversão do ônus probatório, intimando-a para, requerendo, readequar sua defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se ciência à parte autora, intimando-a para, caso entenda pertinente, manifestar-se também em 10 (dez) dias, acerca da contestação e de nova petição, porventura, juntada pela parte reclamada. Após, conclusos para sentença. Int."

ADV: ANTÔNIA CRISTINA DA SILVA MENDONÇA (OAB 6642/AC), ADV: CARLOS FREDERICO NÓBREGA FARIAS (OAB 7119/PB), ADV: ISAIAS MUNIZ DE OLIVEIRA (OAB 4919/AC), ADV: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA (OAB 23664/PB), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0700335-26.2021.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - CREDOR: Werison Estevam de Sousa - DEVEDOR: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - DECISAO: "Altere-se o polo passivo para incluir como credor o advogado ISAÍAS MUNIZ DE OLIVEIRA. Atualize-se o valor do débito. Após, intime-se a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento voluntário da dívida. Em havendo pagamento, libere-se a quantia em favor da parte exequente, via alvará judicial. Após, arquive-se o feito. Em caso de inércia da parte executada em adimplir a obrigação de pagar, desde já defiro a pretensão executória, devendo o feito prosseguir com a rotina de espécie. Expeça-se, atualizado o débito, os expedientes necessários para a penhora de valores, via SISBACEN JUD. Não sendo possível a penhora na forma acima especificada, expeça-se mandado de penhora, depósito, avaliação e intimação (art. 52, IV, da LJE), para constrição de tantos bens quantos bastem para a completa garantia do crédito exequendo, podendo, a pedido da parte interessada, ser(em) o(s) bem(ns) penhorado(s) depositados com o credor; Efetuada a penhora, intime-se a parte devedora da constrição e para no prazo de 15(quinze) dias, se quiser, oferecer embargos (ou impugnação), os quais deverão limitar-se à matéria enumerada no artigo 52, inciso IX, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE). Não havendo penhora ou não localizada a parte devedora, retornem os autos conclusos. Intimem-se."

ADV: MARCIA XAVIER SOUZA (OAB 4194/AC) - Processo 0700536-47.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisca Maiara Rodrigues Damasceno - DESPACHO: "Intime-se a parte reclamante para, no prazo de 05 dias, esclarecer se as obrigações de fazer determinadas nos autos foram devidamente cumpridas. Decorrido o prazo, conclusos."

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0700683-73.2023.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Telefonia - CREDOR: Telefônica Brasil S/A - DESPACHO: 'Ante a certidão de p. 324, intime-se o credor para, no prazo de 5 (cinco) dias indicar bens a penhora, sob pena de extinção e arquivamento."

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5021/AC) - Processo 0700869-33.2022.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - DEVEDOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. - DECISÃO: "Compulsando os autos, verifica-se que a credora requereu a presente execução a fim de ver satisfeita a obrigação de fazer determinada. Pois bem. Evidenciado o descumprimento da obrigação imposta, este juízo as transformou em perdas e danos, bem como determinou a liquidação da multa diária efetivada (p. 246), a qual alcançou o valor de R$ 50.100,00, conforme cálculo de página 257. Na hipótese, todavia, há de se levar em consideração os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade entre o montante apurado e a obrigação acordada. Observa-se, in casu, que a obrigação de proceder com a baixa no veículo, gerou o patamar de R$ 50.100,00 (p. 257), o qual considero elevado frente à obrigação não adimplida. Ora, é certo que apesar de obrigações natureza diversas, as astreintes devem guardar uma proporcionalidade em relação à obrigação principal. Não pode haver gigantesca disparidade entre ambas. Diante disso, fixo as astreintes em R$ 15.000,00 que entendo suficiente ao caso concreto, frise-se, sem prejuízo da conversão em perdas e danos determinada na página 229. Assim, o crédito exequendo alcança a quantia de R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), sendo R$ 15.000,00 (quinze mil reais) referente às astreintes e o valor remanescente, ou seja, R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), referente às perdas e danos, devendo a execução prosseguir por quantia certa até a satisfação total do crédito exequendo. Contudo, observado que a parte devedora depositou espontaneamente o valor referente às perdas e danos, conforme comprovantes de p. 252-255, intime-se a parte credora para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o levantamento, podendo indicar os dados bancários para transferência do montante. Ao mesmo tempos, intime-se a parte devedora para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar ou comprovar o pagamento do saldo remanescente, sob pena de prosseguimento do feito. Rotina de espécie. Intimem-se."

ADV: LINEU ALVES CAVALCANTE JUNIOR (OAB 3945/AC) - Processo 0700962-59.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Mayko dos Santos Silva - DESPACHO: "Intime-se a parte reclamante para, no prazo de 05 dias, esclarecer se as obrigações de fazer determinadas nos autos foram devidamente cumpridas. Decorrido o prazo, conclusos para análise dos pedidos de p. 256-259."

ADV: JOÃO PAULO ANDRADE SOUZA MARTINS (OAB 421702SP), ADV: DANIELE RODRIGUES TOMÁZ (OAB 196510/MG) - Processo 0703194-10.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisco Iranildo Machado Pereira - RECLAMADO: Brasil Card Administradora de Cartao de Credito Ltda - SENTENÇA: "Homologo, com fundamento no art. 22, parágrafo único, da LJE, com eficácia de título executivo judicial, o acordo celebrado entre Francisco Iranildo Machado Pereira e Brasil Card Administradora de Cartao de Credito Ltda, nos termos da petição de pág. 95-96, e, assim, declaro, com fundamento no art. 487, III, b, do NCPC, resolvido o processo com resolução do mérito."

ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 40004/RS), ADV: EMERSON DE SOUZA NERI (OAB 4912/AC), ADV: MÔNICA LOPES DE MENDONÇA (OAB 162292/RJ), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 5319A/AC), ADV: VITOR CARVALHO LOPES (OAB 131298/RJ) - Processo 0703339-37.2022.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonio Patrick Sousa Soares - REQUERIDO: Acrux Securitizadora S.a. - Banco BMG S.A. - DECISÃO: "Evolua-se a classe do feito. Atualize-se o valor do débito. Após, intime-se a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento voluntário da dívida. Em havendo pagamento, libere-se a quantia em favor da parte exequente, via alvará judicial. Após, arquive-se o feito. Em caso de inércia da parte executada em adimplir a obrigação de pagar, desde já defiro a pretensão executória, devendo o feito prosseguir com a rotina de espécie. Expeça-se, atualizado o débito, os expedientes necessários para a penhora de valores, via SISBACEN JUD. Não sendo possível a penhora na forma acima especificada, expeça-se mandado de penhora, depósito, avaliação e intimação (art. 52, IV, da LJE), para constrição de tantos bens quantos bastem para a completa garantia do crédito exequendo, podendo, a pedido da parte interessada, ser(em) o(s) bem(ns) penhorado(s) depositados com o credor; Efetuada a penhora, intime-se a parte devedora da constrição e para no prazo de 15(quinze) dias, se quiser, oferecer embargos (ou impugnação), os quais deverão limitar-se à matéria enumerada no artigo 52, inciso IX, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE). Não havendo penhora ou não localizada a parte devedora, retornem os autos conclusos. Intimem-se."

ADV: RUAN AMORIM (OAB 6363/AC), ADV: THAÍS DE OLIVEIRA LOPES (OAB 6488/AC) - Processo 0704227-35.2024.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Obrigações - CREDORA: Érica da Silva Soares - DECISÃO: "Defiro a pretensão executória. Intime-se a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento voluntário do débito. Em havendo pagamento, libere-se a quantia em favor da parte exequente, via alvará judicial. Após, conclusos para sentença de extinção. Em caso de inércia da parte executada em adimplir a obrigação de pagar, prossiga-se o feito com a rotina de espécie. Expeça-se, atualizado o débito, os expedientes necessários para a penhora de valores, via SISBACEN JUD. Não sendo possível a penhora na forma acima especificada, expeça-se mandado de penhora, depósito, avaliação e intimação (art. 52, IV, da LJE), para constrição de tantos bens quantos bastem para a completa garantia do crédito exequendo, podendo, a pedido da parte interessada, ser(em) o(s) bem(ns) penhorado(s) depositados com o credor; Efetuada a penhora, intime-se a parte devedora da constrição e para no prazo de 15(quinze) dias, se quiser, oferecer embargos (ou impugnação), os quais deverão limitar-se à matéria enumerada no artigo 52, inciso IX, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE). Não havendo penhora ou não localizada a parte devedora, retornem os autos conclusos."

ADV: RODRIGO ALMEIDA CHAVES (OAB 4861/AC) - Processo 0705716-44.2023.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - AUTORA: Francineide Cordeiro Negreiro - Evolua-se a classe do feito. Atualize-se o valor do débito. Após, intime-se a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento voluntário da dívida. Em havendo pagamento, libere-se a quantia em favor da parte exequente, via alvará judicial. Após, arquive-se o feito. Em caso de inércia da parte executada em adimplir a obrigação de pagar, desde já defiro a pretensão executória, devendo o feito prosseguir com a rotina de espécie. Expeça-se, atualizado o débito, os expedientes necessários para a penhora de valores, via SISBACEN JUD. Não sendo possível a penhora na forma acima especificada, expeça-se mandado de penhora, depósito, avaliação e intimação (art. 52, IV, da LJE), para constrição de tantos bens quantos bastem para a completa garantia do crédito exequendo, podendo, a pedido da parte interessada, ser(em) o(s) bem(ns) penhorado(s) depositados com o credor; Efetuada a penhora, intime-se a parte devedora da constrição e para no prazo de 15(quinze) dias, se quiser, oferecer embargos (ou impugnação), os quais deverão limitar-se à matéria enumerada no artigo 52, inciso IX, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE). Não havendo penhora ou não localizada a parte devedora, retornem os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: MARCELO CORREIA LIMA DOS SANTOS (OAB 46180/CE) - Processo 0705998-82.2023.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADA: Francinete Bismarck dos Santos - DECISÃO: "Ante o requerimento expresso da executada (p. 227), desconstituo o seu patrono, devendo a parte ser intimada pessoalmente quanto aos atos processuais praticados. Cientifique-se o advogado Marcelo Correia (OAB/AC nº 6.218) acerca da desconstituição efetuada."

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0706340-64.2021.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - CREDOR: Telefônica Brasil S/A - DECISÃO: "Indefiro o pedido de emissão de ofício ao Detran, via Renajud, pois a própria credora poderá diligenciar acerca da existência de veículos registrados em nome da executada. Com isso, intime-se a parte credora para, no prazo de 05 dias, requerer o que lhe convier, sob pena de extinção e arquivamento dos autos. Decorrido o prazo, conclusos para análise dos demais pedidos formulados (p. 714-715)."

ADV: RODRIGO MACHADO PEREIRA (OAB 3798/AC) - Processo 0707000-58.2021.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Edileide Ramos de Moura - DESPACHO: "Intime-se a parte reclamante para, no prazo de 05 dias, esclarecer se as obrigações de fazer determinadas nos autos foram devidamente cumpridas. Decorrido o prazo, conclusos para análise do requerimento de p. 223."

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LILIAN DEISE BRAGA PAIVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ADRIANA BARROS DE ARAÚJO CORDEIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0449/2024

ADV: JÚLIO CEZAR COSTA DE OLIVEIRA (OAB 1718/AC) - Processo 0002348-34.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inadimplemento - RECLAMANTE: Manoel Moreira de Araújo - DECISÃO: "Homologo, com fundamento no art. 40 da LJE, a decisão leiga (p. 112-113). Assim, exclua-se, do polo passivo, o Banco BMG e inclua-se o Banco Votorantim-BV, observado-se a qualificação indicada à p. 114. Designe-se audiência Una de conciliação, instrução e julgamento Cite-se a parte reclamada Banco Votorantim-BV e intimem-se as parte com as legais advertências."

ADV: HILÁRIO DE CASTRO MELO JÚNIOR (OAB 2446/AC), ADV: ARQUILAU DE CASTRO MELO (OAB 331/AC) - Processo 0002606-15.2022.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Telefonia - REQUERIDO: Oi Móvel S.A - em Recuperação Judicial - SENTENÇA: "Diante disso, torno sem efeito os atos processuais praticados em decorrência da decisão de p. 104, e, oportunamente julgo extinta a presente execução, com fulcro no artigo 51, caput, da Lei n. 9.099/95, combinado com o artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil, devendo a parte credora habilitar o seu crédito junto ao Juízo em que tramita o processo de recuperação da empresa demandada. Com isso, visando possibilitar a habilitação da parte autora perante o juízo da recuperação judicial, determino a expedição de certidão de dívida, com fulcro no artigo 9º, inciso II, da Lei de Falências, devendo o crédito da parte demandante ser atualizado até a data do ingresso pela requerida do pedido de recuperação judicial, ou seja, até o dia 01/03/2023, intimando-se a parte credora para ciência e adoção das providências pertinentes quanto a sua habilitação no juízo universal. Cumprida a obrigação, arquivem-se os autos. Destaque-se que não haverá prejuízo às partes quanto ao arquivamento do feito, uma vez que, havendo informação quanto ao pagamento, a ação poderá ser desarquivada para as providências necessárias. P.R.I.A"

ADV: CLÁUDIO A. SALGADO (OAB 166209/SP) - Processo 0002860-17.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - RECLAMADO: Jeitto Meios de Pagamentos Ltda - SENTENÇA: "Inicialmente, em que pese a divergência das informações constantes na ata (p. 56), após análise da gravação da audiência, verificou-se que a reclamante efetivamente não compareceu ao ato instrutório. Com isso, homologo, com fundamento no art. 40 da LJE, a decisão leiga (p. 56). P.R.I.A."

ADV: AILTON ALVES FERNANDES (OAB 16854/GO), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 4940/AC) - Processo 0003188-44.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERIDO: Banco Honda S/A - Paschoalotto Serviços Financeiros - DECISÃO: "Inicialmente, inverto, com fundamento no art. 6º, VIII, do CDC, à vista da condição de hipossuficiência, o ônus da prova a favor da parte reclamante para facilitação da defesa de seus direitos. Por outra, ante o requerimento expresso das partes (p. 142-143), defiro o pedido de julgamento antecipado da lide. Nesse passo, dê-se ciência à parte reclamada acerca da inversão do ônus probatório, intimando-a para, requerendo, readequar sua defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se ciência à parte autora, intimando-a para, caso entenda pertinente, manifestar-se também em 10 (dez) dias, acerca da contestação e de nova petição, porventura, juntada pela parte reclamada. Após, conclusos para sentença. Int."

ADV: ANTÔNIA CRISTINA DA SILVA MENDONÇA (OAB 6642/AC), ADV: CARLOS FREDERICO NÓBREGA FARIAS (OAB 7119/PB), ADV: ISAIAS MUNIZ DE OLIVEIRA (OAB 4919/AC), ADV: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA (OAB 23664/PB), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0700335-26.2021.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - CREDOR: Werison Estevam de Sousa - DEVEDOR: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - DECISAO: "Altere-se o polo passivo para incluir como credor o advogado ISAÍAS MUNIZ DE OLIVEIRA. Atualize-se o valor do débito. Após, intime-se a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento voluntário da dívida. Em havendo pagamento, libere-se a quantia em favor da parte exequente, via alvará judicial. Após, arquive-se o feito. Em caso de inércia da parte executada em adimplir a obrigação de pagar, desde já defiro a pretensão executória, devendo o feito prosseguir com a rotina de espécie. Expeça-se, atualizado o débito, os expedientes necessários para a penhora de valores, via SISBACEN JUD. Não sendo possível a penhora na forma acima especificada, expeça-se

mandado de penhora, depósito, avaliação e intimação (art. 52, IV, da LJE), para constrição de tantos bens quantos bastem para a completa garantia do crédito exequendo, podendo, a pedido da parte interessada, ser(em) o(s) bem(ns) penhorado(s) depositados com o credor; Efetuada a penhora, intime-se a parte devedora da constrição e para no prazo de 15(quinze) dias, se quiser, oferecer embargos (ou impugnação), os quais deverão limitar-se à matéria enumerada no artigo 52, inciso IX, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE). Não havendo penhora ou não localizada a parte devedora, retornem os autos conclusos. Intimem-se."

ADV: MARCIA XAVIER SOUZA (OAB 4194/AC) - Processo 0700536-47.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisca Maiara Rodrigues Damasceno - DESPACHO: "Intime-se a parte reclamante para, no prazo de 05 dias, esclarecer se as obrigações de fazer determinadas nos autos foram devidamente cumpridas. Decorrido o prazo, conclusos."

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0700683-73.2023.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Telefonia - CREDOR: Telefônica Brasil S/A - DESPACHO: 'Ante a certidão de p. 324, intime-se o credor para, no prazo de 5 (cinco) dias indicar bens a penhora, sob pena de extinção e arquivamento."

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5021/AC) - Processo 0700869-33.2022.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - DEVEDOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. - DECISÃO: "Compulsando os autos, verifica-se que a credora requereu a presente execução a fim de ver satisfeita a obrigação de fazer determinada. Pois bem. Evidenciado o descumprimento da obrigação imposta, este juízo as transformou em perdas e danos, bem como determinou a liquidação da multa diária efetivada (p. 246), a qual alcançou o valor de R$ 50.100,00, conforme cálculo de página 257. Na hipótese, todavia, há de se levar em consideração os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade entre o montante apurado e a obrigação acordada. Observa-se, in casu, que a obrigação de proceder com a baixa no veículo, gerou o patamar de R$ 50.100,00 (p. 257), o qual considero elevado frente à obrigação não adimplida. Ora, é certo que apesar de obrigações natureza diversas, as astreintes devem guardar uma proporcionalidade em relação à obrigação principal. Não pode haver gigantesca disparidade entre ambas. Diante disso, fixo as astreintes em R$ 15.000,00 que entendo suficiente ao caso concreto, frise-se, sem prejuízo da conversão em perdas e danos determinada na página 229. Assim, o crédito exequendo alcança a quantia de R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), sendo R$ 15.000,00 (quinze mil reais) referente às astreintes e o valor remanescente, ou seja, R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), referente às perdas e danos, devendo a execução prosseguir por quantia certa até a satisfação total do crédito exequendo. Contudo, observado que a parte devedora depositou espontaneamente o valor referente às perdas e danos, conforme comprovantes de p. 252-255, intime-se a parte credora para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o levantamento, podendo indicar os dados bancários para transferência do montante. Ao mesmo tempos, intime-se a parte devedora para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar ou comprovar o pagamento do saldo remanescente, sob pena de prosseguimento do feito. Rotina de espécie. Intimem-se."

ADV: LINEU ALVES CAVALCANTE JUNIOR (OAB 3945/AC) - Processo 0700962-59.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Mayko dos Santos Silva - DESPACHO: "Intime-se a parte reclamante para, no prazo de 05 dias, esclarecer se as obrigações de fazer determinadas nos autos foram devidamente cumpridas. Decorrido o prazo, conclusos para análise dos pedidos de p. 256-259."

ADV: JOÃO PAULO ANDRADE SOUZA MARTINS (OAB 421702SP), ADV: DANIELE RODRIGUES TOMÁZ (OAB 196510/MG) - Processo 0703194-10.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisco Iranildo Machado Pereira - RECLAMADO: Brasil Card Administradora de Cartao de Credito Ltda - SENTENÇA: "Homologo, com fundamento no art. 22, parágrafo único, da LJE, com eficácia de título executivo judicial, o acordo celebrado entre Francisco Iranildo Machado Pereira e Brasil Card Administradora de Cartao de Credito Ltda, nos termos da petição de pág. 95-96, e, assim, declaro, com fundamento no art. 487, III, b, do NCPC, resolvido o processo com resolução do mérito."

ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 40004/RS), ADV: EMERSON DE SOUZA NERI (OAB 4912/AC), ADV: MÔNICA LOPES DE MENDONÇA (OAB 162292/RJ), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 5319A/AC), ADV: VITOR CARVALHO LOPES (OAB 131298/RJ) - Processo 0703339-37.2022.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonio Patrick Sousa Soares - REQUERIDO: Acrux Securitizadora S.a. - Banco BMG S.A. - DECISÃO: "Evolua-se a classe do feito. Atualize-se o valor do débito. Após, intime-se a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento voluntário da dívida. Em havendo pagamento, libere-se a quantia em favor da parte exequente, via alvará judicial. Após, arquive-se o feito. Em caso de inércia da parte executada em adimplir a obrigação de pagar, desde já defiro a pretensão executória, devendo o feito prosseguir com a rotina de espécie. Expeça-se, atualizado o débito, os expedientes necessários para a penhora de valores, via SISBACEN JUD. Não sendo possível a penhora na forma acima especificada, expeça-se mandado de penhora, depósito, avaliação e intimação (art. 52, IV, da LJE), para constrição de tantos bens quantos bastem para a completa garantia do crédito exequendo, podendo, a pedido da parte interessada, ser(em) o(s) bem(ns) penhorado(s) depositados com o credor; Efetuada a penhora, intime-se a parte devedora da constrição e para no prazo de 15(quinze) dias, se quiser, oferecer embargos (ou impugnação), os quais deverão limitar-se à matéria enumerada no artigo 52, inciso IX, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE). Não havendo penhora ou não localizada a parte devedora, retornem os autos conclusos. Intimem-se."

ADV: RUAN AMORIM (OAB 6363/AC), ADV: THAÍS DE OLIVEIRA LOPES (OAB 6488/AC) - Processo 0704227-35.2024.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Obrigações - CREDORA: Érica da Silva Soares - DECISÃO: "Defiro a pretensão executória. Intime-se a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento voluntário do débito. Em havendo pagamento, libere-se a quantia em favor da parte exequente, via alvará judicial. Após, conclusos para sentença de extinção. Em caso de inércia da parte executada em adimplir a obrigação de pagar, prossiga-se o feito com a rotina de espécie. Expeça-se, atualizado o débito, os expedientes necessários para a penhora de valores, via SISBACEN JUD. Não sendo possível a penhora na forma acima especificada, expeça-se mandado de penhora, depósito, avaliação e intimação (art. 52, IV, da LJE), para constrição de tantos bens quantos bastem para a completa garantia do crédito exequendo, podendo, a pedido da parte interessada, ser(em) o(s) bem(ns) penhorado(s) depositados com o credor; Efetuada a penhora, intime-se a parte devedora da constrição e para no prazo de 15(quinze) dias, se quiser, oferecer embargos (ou impugnação), os quais deverão limitar-se à matéria enumerada no artigo 52, inciso IX, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE). Não havendo penhora ou não localizada a parte devedora, retornem os autos conclusos."

ADV: RODRIGO ALMEIDA CHAVES (OAB 4861/AC) - Processo 0705716-44.2023.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - AUTORA: Francineide Cordeiro Negreiro - Evolua-se a classe do feito. Atualize-se o valor do débito. Após, intime-se a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento voluntário da dívida. Em havendo pagamento, libere-se a quantia em favor da parte exequente, via alvará judicial. Após, arquive-se o feito. Em caso de inércia da parte executada em adimplir a obrigação de pagar, desde já defiro a pretensão executória, devendo o feito prosseguir com a rotina de espécie. Expeça-se, atualizado o débito, os expedientes necessários para a penhora de valores, via SISBACEN JUD. Não sendo possível a penhora na forma acima especificada, expeça-se mandado de penhora, depósito, avaliação e intimação (art. 52, IV, da LJE), para constrição de tantos bens quantos bastem para a completa garantia do crédito exequendo, podendo, a pedido da parte interessada, ser(em) o(s) bem(ns) penhorado(s) depositados com o credor; Efetuada a penhora, intime-se a parte devedora da constrição e para no prazo de 15(quinze) dias, se quiser, oferecer embargos (ou impugnação), os quais deverão limitar-se à matéria enumerada no artigo 52, inciso IX, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE). Não havendo penhora ou não localizada a parte devedora, retornem os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: MARCELO CORREIA LIMA DOS SANTOS (OAB 46180/CE) - Processo 0705998-82.2023.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADA: Francinete Bismarck dos Santos - DECISÃO: "Ante o requerimento expresso da executada (p. 227), desconstituo o seu patrono, devendo a parte ser intimada pessoalmente quanto aos atos processuais praticados. Cientifique-se o advogado Marcelo Correia (OAB/AC nº 6.218) acerca da desconstituição efetuada."

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0706340-64.2021.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - CREDOR: Telefônica Brasil S/A - DECISÃO: "Indefiro o pedido de emissão de ofício ao Detran, via Renajud, pois a própria credora poderá diligenciar acerca da existência de veículos registrados em nome da executada. Com isso, intime-se a parte credora para, no prazo de 05 dias, requerer o que lhe convier, sob pena de extinção e arquivamento dos autos. Decorrido o prazo, conclusos para análise dos demais pedidos formulados (p. 714-715)."

ADV: RODRIGO MACHADO PEREIRA (OAB 3798/AC) - Processo 0707000-58.2021.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Edileide Ramos de Moura - DESPACHO: "Intime-se a parte reclamante para, no prazo de 05 dias, esclarecer se as obrigações de fazer determinadas nos autos foram devidamente cumpridas. Decorrido o prazo, conclusos para análise do requerimento de p. 223."

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LILIAN DEISE BRAGA PAIVA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ADRIANA BARROS DE ARAÚJO CORDEIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0450/2024

ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0001473-64.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Atacadão Distribuidora Comércio e Indústria Ltda - Grupo Carrefour - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 11 de setembro de 2024, às 11:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/fya-qywg-iof Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0002744-11.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMADO: Nu Financeira S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 18 de setembro de 2024, às 11:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/vts-jxgw-wov Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA (OAB 5695/AC) - Processo 0002790-97.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 10 de setembro de 2024, às 10:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/yes-oiig-eur Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: ENOQUE DINIZ SILVA (OAB 3738/AC), ADV: ARQUILAU DE CASTRO MELO (OAB 331/AC), ADV: HILÁRIO DE CASTRO MELO JÚNIOR (OAB 2446/AC) - Processo 0002820-35.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Pedro Batista da Silva - RECLAMADO: Oi Móvel S.A - em Recuperação Judicial - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 12 de setembro de 2024, às 07:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/hci-hmwt-wsa Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: FABIO RIVELLI (OAB 4158/AC) - Processo 0002954-62.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: 99 TECNOLOGIA LTDA. - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 10 de setembro de 2024, às 07:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/bmj-nsqz-pcc Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC) - Processo 0003163-31.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 12 de setembro de 2024, às 09:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/tec-bisi-psk Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: ANA VALÉRIA DA SILVA OLIVEIRA (OAB 4988/AC) - Processo 0500303-34.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Wilson Gonçalves Bezerra Júnior - Victor da Silva Oliveira - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 18 de setembro de 2024, às 09:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/fry-xggu-dug Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encami-

nhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: RICARDO TOMÁS FERREIRA PEREIRA (OAB 5780/AC) - Processo 0702404-94.2022.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Maria Ocilene Santos da Rocha - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 18 de setembro de 2024, às 08:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/anb-kkpa-fai Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: PEDRO OLIVEIRA DE QUEIROZ (OAB 49244/CE) - Processo 0702698-78.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - RECLAMADO: Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN) e outro - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 11 de setembro de 2024, às 12:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/ugz-iamx-ggt Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: RODRIGO MACHADO PEREIRA (OAB 3798/AC), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP) - Processo 0702826-98.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Flávio Gomes da Silva - RECLAMADO: Mgw Ativos Fundo de Investimento Direitos Creditorios Nao-padronizados - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 12 de setembro de 2024, às 09:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/zox-hawy-exa Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: MARIANA ASSEM DE LIMA TORRES (OAB 6604/AC), ADV: LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 128998/SP) - Processo 0703777-92.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - RECLAMANTE: Ana Paula da Silva Rodrigues - RECLAMADO: Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 10 de setembro de 2024, às 11:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/dff-nsku-jja Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5021/AC), ADV: ALESSANDRA LIMA DA SILVA (OAB 5556/AC), ADV: ALESSANDRA LIMA DA SILVA (OAB 5709/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0703944-12.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - RECLAMANTE: Manoel Oliveira da Silva - RECLAMADO: Banco Bradesco S.a - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 10 de setembro de 2024, às 09:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/qfc-qggu-ree Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: WEILLER WYSLER ZUZA DA SILVA (OAB 6420/AC), ADV: SAMUEL GOMES DE ALMEIDA FEITOSA (OAB 3714/AC) - Processo 0704015-14.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Raniere Barbosa Monte - RECLAMADO: Darlyson Neves de Oliveira - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 11 de setembro de 2024, às 07:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/xib-aqqt-pbd Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente

de intimação.

ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ), ADV: FRANCISCO CARLOS LOPES MARQUES JUNIOR (OAB 18668AM), ADV: JOÃO THOMAZ P. GONDIM (OAB 5760/AC) - Processo 0704024-73.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - RECLAMANTE: Charly Kennedy da Silva Angelim - RECLAMADO: Pagseguro Internet Instituicao de Pagamento S.a - Banco do Brasil S.a - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 12 de setembro de 2024, às 10:00h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/ukv-omey-ace Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: RAUÊ SARKIS BEZERRA (OAB 4955/AC), ADV: HELANE CHRISTINA DA ROCHA SILVA (OAB 4014/AC) - Processo 0704197-97.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Edeilton Carvalho Silva Graça Junior - RECLAMADO: Joao Victor Maciel Marinheiro Gouveia - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 11 de setembro de 2024, às 08:30h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/jvm-xehr-shr Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: FABIO RIVELLI (OAB 4158/AC), ADV: MARCOS DA SILVA KINPARA (OAB 6191AC) - Processo 0704235-12.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - RECLAMANTE: Marcos da Silva Kinpara - RECLAMADO: Tam Linhas Aéreas S.a. - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 12 de setembro de 2024, às 09:00h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/jdr-gqxg-qqd Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Não comparecendo a parte Reclamada à audiência, serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, da Lei 9.099/ 95). Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

ADV: LUENA PAULA CASTRO DE SOUZA (OAB 3241/AC) - Processo 0707733-53.2023.8.01.0070 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio em Edifício - AUTOR: Condomínio Residencial Villacre - C E R T I D Ã O Certifico e dou fé que, designei o dia 12 de setembro de 2024, às 09:00h (HORÁRIO LOCAL), para a realização da Audiência de Conciliação da penhora, por videoconferência, cujo acesso dar-se-á pelo programa GOOGLE MEET, através do LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/pii-xobn-ovp Ficam às partes ADVERTIDAS que: As partes deverão estar online no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10(dez) minutos de atraso. O(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos fica(m) responsável(is) de encaminhar o link de acesso a sala de audiência ao(s) seu(s) cliente(s). No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação em custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n. 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n. 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LILIAN DEISE BRAGA PAIVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ADRIANA BARROS DE ARAÚJO CORDEIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0451/2024

ADV: MICHELI SANTOS ANDRADE (OAB 5247/AC) - Processo 0003987-24.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - AUTOR: José Oliveira de Souza - RÉU: Denize Mesquita da Silva, registrado civilmente como Recuperauto - Lanternagem, pintura e polimento cristalizado - RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 20, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida pela parte autora JOSÉ OLIVEIRA DE SOUZA ajuizou ação cível em desfavor do réu DENIZE MESQUITA DA SILVA RECUPERAUTOS LANTERNAGEM PINTURA E POLIMENTO CRISTALIZADO danos materiais no valor de R$ 17.182,68(dezessete mil cento e oitenta e dois reais e sessenta e oito centavos) com correção monetária pelo INP/IBGE a partir do evento danoso (súmula 43 STJ) e juros moratórios de 1% a partir da citação; e, na forma do art. 487, I, do CPC, julgo extinta a ação com resolução do mérito. Após 15 (quinze) dias contados do trânsito em julgado do presente ato decisório, em não havendo o cumprimento integral da obrigação de pagar, haverá incidência de multa no importe de 10%, conforme dispõe o art. 523, §1º, do CPC e Enunciado 97 do FONAJE. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55, da Lei n.º 9.099/95). Submeto à apreciação da MM. Juíza Togada. Após, publique-se, intimem-se e arquivem-se. Homologo, com fundamento no art. 40 da LJE, a decisão leiga (p. 69-70). P.R.I.A.

ADV: BÁRBARA MAUÉS FREIRE (OAB 5014/AC), ADV: JOÃO FELIPE DE OLIVEIRA MARIANO (OAB 4570/AC) - Processo 0005747-08.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Fabianny Diany de Araujo Nascimento - REQUERIDO: Condominio Residencial Hevea Vivence - Homologo, com fundamento no art. 40 da LJE, a decisão leiga (p. 402-403). Contudo, acrescento que rejeito a preliminar de incompetência do juizado, tendo em vista que entendo desnecessária a realização de perícia técnica, já que o conjunto probatório carreado aos autos é suficiente à formação de juízo acerca do mérito da causa. No mais, persiste a decisão leiga. P.R.I.A.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 3592/AC) - Processo 0005936-83.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Camila de Oliveira Ogrodowczyk - RECLAMADO: Centro Universitário Meta de Rio Branco - Estácio Unimeta - RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º , da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), confirmo a liminar anteriormente deferida e JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida pela parte autora CAMILA DE OLIVEIRA OGRODOWCYK ajuizou ação cível em desfavor do réu CENTRO UNIVERSITÁRIO META DE RIO BRANCO ESTÁCIO UNIMETA, a realizar o aditamento do contrato estudantil e a PAGAR, a autora, a título de indenização por dano moral, a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária (INPC/IBGE) e juros de mora de 1% ao mês contados a partir desta data; e, com fundamento no art. 487, I, do CPC, declaro a extinção do processo com resolução do mérito Após 15 (quinze) dias contados do trânsito em julgado do presente ato decisório, em não havendo o cumprimento integral da obrigação de pagar, haverá incidência de multa no importe de 10%, conforme dispõe o art. 523, §1º, do CPC e Enunciado 97 do FONAJE. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55, da Lei n.º 9.099/95). Submeto à apreciação da MM. Juíza Togada. Após, publique-se, intimem-se e arquivem-se. Homologo, com fundamento no art. 40 da LJE, a decisão leiga (p. 161-162). P.R.I.A.

ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 5319/AC), ADV: SIMAO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 3743/AC), ADV: SIMAO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 2428E/AC), ADV: ALYSON THIAGO DE OLIVEIRA (OAB 4471/AC) - Processo 0701145-93.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Es-

pecial Cível - Cancelamento de vôo - RECLAMANTE: Felipe da Silva Santos - REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A - Posto isso, em substituição a decisão leiga, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE), julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado declarando extinto o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil (CPC). Sem custas e honorários, de acordo com o artigo 55, da LJE. P. R. I. A.

ADV: SIMAO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 3743/AC), ADV: ALYSON THIAGO DE OLIVEIRA (OAB 4471/AC), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 5319/AC), ADV: SIMAO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 2428E/AC) - Processo 0701146-78.2024.8.01.0070 (apensado ao processo 0701145-93.2024.8.01.0070) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - RECLAMANTE: Jéssica Perroni Kudiess - REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A - Posto isso, em substituição a decisão leiga, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE), julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado declarando extinto o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil (CPC). Sem custas e honorários, de acordo com o artigo 55, da LJE. P. R. I. A.

ADV: RAILDO LIBERATO DE SOUZA (OAB 778/AC), ADV: JOSIANE DO COUTO SPADA (OAB 3805/AC), ADV: MAURICIO VICENTE SPADA (OAB 4308/AC), ADV: EDUARDO LUIZ SPADA (OAB 5072/AC), ADV: COUTO SPADA ADVOGADOS (OAB 4308/AC) - Processo 0701402-21.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços de Saúde - RECLAMANTE: Maria Estela Leão de Oliveira - REQUERIDO: UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA - ISSO POSTO, Julgo improcedentes os pedidos pleiteados pela autora.Julgo resolvido o processo com apreciação do mérito (art. 487, I do CPC).Sem custas nem honorários advocatícios (Arts. 54 e 55, da Lei n. 9.099/95).P. R. I. Arquivem-se imediatamente após o trânsito em julgado.

ADV: SAMARAH REJANY MOTTA LOPES (OAB 3803/AC), ADV: ITALO SCARAMUSSA LUZ (OAB 9173/ES) - Processo 0701772-97.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - RECLAMANTE: Maria do Socorro Carneiro de Souza - RECLAMADO: Banco do Brasil S/A. - Trata-se de ação de exibição de documentos formulada por Maria do Socorro Carneiro de Souza em face de Banco do Brasil S/A, requerendo a parte autora, em síntese, a exibição judicial de documentos que contenham informações sobre as movimentações dos valores depositados a título de PASEP, pois alega que a demandada não forneceu as informações requeridas. Porém, da análise dos autos verifica-se que afastada está a competência do Juizado Especial Cível Estadual para processar a demanda, pois a referida ação de natureza cautelar possui procedimento especial regido pelos arts. 396 e seguintes do CPC, não se encontrando, portanto, dentro da competência deste microssistema, pois, conforme o Enunciado nº 8 do FONAJE “as ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais”. Posto isso, com fundamento no art. 485, IV e parágrafo 3º do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo sem resolução de mérito. P.R.I.A.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 4881/AC), ADV: EVANDRO MELLO JUNIOR (OAB 4789/AC), ADV: EVANDRO DE ARAUJO MELO JUNIOR (OAB 6469/TO) - Processo 0702133-17.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Sarah Emile Andrade Braga - RECLAMADO: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl 2 - Recebo o requerimento da parte reclamante de pp. 192-193 como embargos de declaração à sentença proferida a p. 184. Nestes termos, não tendo a parte reclamante acostado nenhum documento novo, mantenho a condenação em custas judiciais, pois, observado o comando de assento constitucional (CRFB, art. 5º, LXXIV) e, ainda, à vista dos elementos dos autos, não restou comprovada a exigida insuficiência de recursos. Com esses fundamentos, não acolho os embargos de declaração. Intime-se a parte reclamante para efetuar o pagamento da guia de p. 187. Comprovado o pagamento, arquivem-se.

ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 5061A/AC), ADV: SANDRA COSTA DA ROSA (OAB 5421/AC) - Processo 0702486-91.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lídia Agda Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Instagram - Facebook Serviços Online - Diante disso, rejeito os intitulados embargos declaratórios. Sem honorários, de acordo com o artigo 55, da LJE. Aguarde-se o trânsito em julgado e, após, libere-se em favor da reclamante, via avará judicial, o valor depositado nos autos (p. 115-116), conforme requerido (p. 119). P.R.I.

ADV: WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS (OAB 3807/AC), ADV: HENRIQUE ARAÚJO FIGUEIREDO (OAB 6729/AC) - Processo 0704236-94.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Juscelino Oliveira Rodrigues de Queiros - RECLAMADO: Copart Brasil Organizações de Leilões - Analisando os autos, verifico ser desnecessária a realização de audiência de instrução, uma vez que a questão de mérito apresentada assenta-se em prova documental. Ademais, ambas as partes requereram o julgamento antecipado da lide (p. 130). Com isso, intime-se a parte reclamante para, no prazo de 05 (cinco) dias, caso entenda pertinente, manifestar-se acerca da contestação e documentos apresentados pela demandada. Decorrido o prazo, façam os autos conclusos para sentença.

ADV: EVANDRO MELLO JUNIOR (OAB 4789/AC), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 4881/AC), ADV: EVANDRO DE ARAUJO MELO JUNIOR (OAB 6469/TO) - Processo 0705115-38.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Alexsandra Gomes da Silva - RECLAMADO: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Multseguimentos Nplii - Recebo o requerimento da parte reclamante de pp. 210-211 como embargos de declaração à sentença proferida a p. 201. Nestes termos, não tendo a parte reclamante acostado nenhum documento novo, mantenho a condenação em custas judiciais, pois, observado o comando de assento constitucional (CRFB, art. 5º, LXXIV) e, ainda, à vista dos elementos dos autos, não restou comprovada a exigida insuficiência de recursos. Com esses fundamentos, não acolho os embargos de declaração. Intime-se a parte reclamante para efetuar o pagamento da guia de p. 203. Comprovado o pagamento, arquivem-se.

ADV: WILLIAN ZAFFARI (OAB 26259/SC), ADV: JÉSSICA DA SILVA FERREIRA (OAB 5917AC /), ADV: GABRIEL ALVES BATISTA (OAB 5840/AC) - Processo 0707239-91.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Thiago Wesley da Silva Lima - REQUERIDO: Iugu Instituição de Pagamento S/A - Cooperativa de Credito de São Minguel do Oeste Sulcredi/são Miguel - DIANTE DO EXPOSTO, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos constantes nesta reclamação, movida por Thiago Wesley da Silva Lima em face das partes reclamadas IUGU INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S/A e COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SULCREDI/SÃO MIGUEL. Julgo resolvido o processo com apreciação do mérito, com base no art. 487, I, do CPC. Sem custas, nem honorários advocatícios (art. 55 da Lei nº 9.099/95). P.R.I.A.

2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO MATIAS MAMED
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SHEILA APARECIDA NASCIMENTO MARTINS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0441/2024

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 4852/AC), ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0000618-85.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Dayocal S/A - VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 221). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA (OAB 5695/AC) - Processo 0000989-49.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 89-90). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO DIMAS LEITE DE OLIVEIRA (OAB 2094/AC) - Processo 0001384-80.2020.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERIDA: Dinara da Silva Lobo e Silva e outro - Relação: 0143/2024 Data da Disponibilização: 02/04/2024 Data da Publicação: 03/04/2024 Número do Diário: 7.507 Página: 88

ADV: ANTONIO DIMAS LEITE DE OLIVEIRA (OAB 2094/AC) - Processo 0001384-80.2020.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Wanderley Marques de Moura - REQUERIDA: Dinara da Silva Lobo e Silva - Ângelo Gabriel Lobo Manasfi - VISTOS e mais Inadmito, com fundamento no art. 52, caput, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE) e, ainda, na inteligência do ENUNCIADO 117, do FONAJE, os embargos oferecidos pelo devedor ÂNGELO GABRIEL LOBO MANASFI (fls. 92-95), pois, além e intempestivos, não houve a segurança do juízo por meio da penhora de bens ou depósito judicial da quantia referida. Rejeito, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 52, IX, alíneas “a” - “d”, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE), a exceção de pré-executividade (fls. 131-135), pois, de acordo com o quadro dos autos, as razões trazidas não merecem prosperar sobre qualquer das hipóteses legais ensejadoras da espécie. Prossiga-se a execução com os atos constritivos da espécie (SISBAJUD) e, por outra, intime-se o credor WANDERLEY MARQUES DE MOURA para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, indicar bens à penhora, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC) - Processo 0001752-50.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inadimplemento - RECLAMADO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia

S.A - RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º da Lei nº 9.099/95 e na Lei nº 8.078/90, Declaro prejudicado os pedidos de vistoria no padrão e troca do medidor; JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de refaturamento das faturas dos meses de março e abril de 2024 e indenização por dano moral formulados pela autora MARIA AUXILIADORA FROTA NEVES em face da ré ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito. Sem custas, nem honorários advocatícios (arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95).

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC) - Processo 0001752-50.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inadimplemento - RECLAMADO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 88). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: JOHN LYNNEKER DA SILVA RODRIGUES (OAB 5039/AC), ADV: IALE RICARDO SILVA DE SOUZA (OAB 4908/AC) - Processo 0006149-89.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Produto Impróprio - REQUERIDO: J R F Cunha Comercio e Servicos de Consultoria - VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 63-64). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA (OAB 23664/PB), ADV: RENATA CORBUCCI CORREA DE SOUZA (OAB 3115/AC), ADV: TATIANA KARLA ALMEIDA MARTINS (OAB 2924/AC) - Processo 0603657-80.2020.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Empresas - CREDOR: Cleber de Lima e Silva - DEVEDOR: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - VISTOS e mais Prossiga-se com os atos da espécie (fls. 383). Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL (OAB 513/DF), ADV: DANIEL FRANÇA SILVA (OAB 24214/DF), ADV: ESTELA MACIEL MELO (OAB 5330AC /), ADV: LÉO GONZAGA DE SOUZA FERREIRA (OAB 4079/AC), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB 45458/GO) - Processo 0605700-92.2017.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - CREDOR: João Paulo Gabriel Nemetala - DEVEDOR: Telefônica Brasil S/A - VISTOS e mais Indefiro a pretensão do credor JOÃO PAULO GABRIEL NEMETALA da aplicação de multa por litigância de má-fé e multa por ato atentatório à dignidade da justiça (fls. 854), pois, bem pensado e ponderado o que há nos autos, não vislumbro abuso ou excesso nos meios de defesa da devedora TELEFÔNICA BRASIL S.A. nos termos do artigo 80 e 774, do Código de Processo Civil (CPC) e, por outra, indefiro a pretensão da devedora (fls. 855-856), pois, sendo o processo judicial eletrônico, poderá a qualquer tempo, apresentar pretensão conciliatória e, assim, sem demora, observado o expressivo tempo de tramitação da presente ação, prossiga-se com os atos de constrição da execução, frise-se, observado o valor já assentado da dívida (fls. 634-635 e 674) e sua devida atualização. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC) - Processo 0700848-86.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMANTE: Ketrilauane dos Santos Silva - RECLAMADO: ENERGISA S/A - VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 136-137). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MAIA GOMES (OAB 5694/AC), ADV: LUANA SHELY NASCIMENTO DE SOUZA MAIA (OAB 3547/AC), ADV: LUCIANO OLIVEIRA DE MELO (OAB 3091/AC) - Processo 0700944-04.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria Paloma da Silva Pacheco Menezes - REQUERIDO: Nu Pagamentos S.a - Instituição de Pagamento - RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95 e Lei nº 8.078/90, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela autora MARIA PALOMA DA SILVA PACHECO MENEZES para condenar a ré NU PAGAMENTOS S.A. - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO: a pagar a autora, a título de indenização por dano moral, a importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária (INPC/IBGE) a contar do presente arbitramento (Súmula 362 do STJ) e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês a partir do evento danoso 15.02.2024 (Súmula 54, do STJ) e, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil (CPC), resolvo o mérito. Sem custas, nem honorários advocatícios (arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95).

ADV: LUCIANO OLIVEIRA DE MELO (OAB 3091/AC), ADV: LUANA SHELY NASCIMENTO DE SOUZA MAIA (OAB 3547/AC), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MAIA GOMES (OAB 5694/AC) - Processo 0700944-04.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria Paloma da Silva Pacheco Menezes - REQUERIDO: Nu Pagamentos S.a - Instituição de Pagamento - VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 372-373). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: DIOGO DE ALMEIDA LECHETA (OAB 92635/PR), ADV: MATEUS CORDEIRO ARARIPE (OAB 2756/AC) - Processo 0701259-32.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Silvia Maria Cordeiro Leite - RECLAMADO: Medalhão Persa Comercio de Jóias e Tapetes Eireli - VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 101-102). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: ANDRIW SOUZA VIVAN (OAB 4585/AC), ADV: ARQUILAU DE CASTRO MELO (OAB 331/AC), ADV: HILÁRIO DE CASTRO MELO JÚNIOR (OAB 2446/AC), ADV: RUTH SOUZA ARAUJO BARROS (OAB 2671/AC) - Processo 0701724-41.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: A. Jácome Ferreira Importação e Exportação - ME (Chuveirão das Tintas) - CALDEIRÃO CORES E TIN TAS - REQUERIDA: OI S.A. - VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 149-150). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: SAULO DE TARSO RODRIGUES RIBEIRO, ADV: CLARA CECÍLIA PINHEIRO CARVALHO (OAB 6091/AC), ADV: CRISTOPHER CAPPER MARIANO DE ALMEIDA (OAB 3604/AC) - Processo 0701937-18.2022.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - RECLAMADO: Rabel Viagens e Turismo Eirelli - VISTOS e mais Defiro, com fundamento no art. 52, da Lei Federal n. 9.099/95 (LJE) e, ainda, no que couber, na disciplina cepecista aplicável (CPC), a pretensão da parte credora Clemildo Cláudio Aquino do Nascimento de execução do título judicial (fls. 131-132) e, assim, ordeno a intimação da parte devedora Rabel Viagens e Turismo Eirelli para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da própria intimação, pagar a quantia devida, sob pena de incidência de multa de dez por cento sobre o valor devido (CPC, art. 523, caput e § 1º) e, por outra, transcorrido o prazo de lei sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de mais 15 (quinze) dias para que a parte devedora, independentemente de penhora (para efeito de início e contagem do prazo) ou nova intimação (para oferecimento de embargos à execução), apresente sua impugnação (com a exigida e indispensável segurança do juízo, conforme interpretação principiológica, sistemática e finalística dos arts. 2º, 5º, 6º, 52, I a IV, e 53, §§ 1º a 4º e, ainda, ENUNCIADO 117, do FONAJE) nos próprios autos (CPC, art. 525, caput) e, por derradeiro, determino os atos da espécie. É de ressaltar que, decorrido o prazo de lei (sem ou com embargos à execução intempestivos), ocorrerá inevitável preclusão e, em consequência, restará apenas a possibilidade de alegação de matéria cognoscível de ofício ou de fatos supervenientes por simples petição. Decorrido o prazo assinado sem pagamento, conforme a hipótese, remeta-se imediatamente para SISBAJUD (com CPF ou CNPJ), expedição de mandado de penhora (endereço nesta comarca) ou, por outra, expedição de carta precatória. Ordeno a evolução da classe processual. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LILIANE CESAR APPROBATO (OAB 26878/GO), ADV: KARISTON DE LIMA PEDRO (OAB 5949/AC), ADV: LUSIANE MARLUCE SOUSA BAHIA (OAB 19191/BA) - Processo 0701943-25.2022.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Bancários - REQUERENTE: Igles Geyse Lindoso Lopes de Souza - REQUERIDO: EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR e outro - VISTOS e mais Indefiro, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE), a pretensão da parte autora Igles Geyse Lindoso Lopes de Souza (fls. 222-223), pois, verificado o Acórdão (fls. 170-172), a parte ré Equatorial Previdência Complementar não foi condenada ao pagamento no valor de R$ 9.826,92 e sim, à restituir de forma simples, eventual quantia paga, frise-se, que tenha excedido o montante de R$ 9.826,92 e, assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo, provar nos autos a quantia paga, atente-se, que excedeu ao valor de R$ 9.826,92 (fls. 172, item 12). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0702035-32.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - RECLAMADO: Banco Itaucard S.A - RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95 e Lei nº 8.078/90, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de declaração de ilegalidade do bloqueio do cartão de crédito e sua reativação e, indenização por dano moral formulados pela autora LIH VALENTINA MACIEL DE OLIVEIRA em face do réu BANCO ITAUCARD S.A. e, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil (CPC), resolvo o mérito. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, da Lei nº 9.099/95).

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: RODRIGO ALMEIDA CHAVES (OAB 3684/RO), ADV: GLENN KELSON DA SILVA CASTRO (OAB 1649/AC) - Processo 0702035-32.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - RECLAMADO: Banco Itaucard S.A - VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 92). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: CLAUDIA MARIA DA FONTOURA MESSIAS SABINO (OAB 3187/AC), ADV: CLAUDIA MARIA DA FONTOURA MESSIAS SABINO (OAB 3187/AC), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 5319/AC), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 5319/AC) - Processo 0702586-

12.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Cicero de Oliveira Sabino - José Ernani Amaral Messias - RECLAMADO: Smiles S.a - GOL LINHAS AÉREAS S.A - RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95 e na Lei nº 8.078/90, JULGO PROCEDENTE a pretensão formulada pelo autor CICERO DE OLIVEIRA SABINO e JOSÉ ERNANI AMARAL MESSIAS condenando a ré GOL LINHAS AÉREAS S/A: a restituir ao autores o importe de R$ 1.792,72, com correção monetária (INPC/IBGE) a partir do ajuizamento da ação e juros de 1% ao mês contados a partir da citação; a restituir ao autor CICERO DE OLIVEIRA SABINO, 88.800 milhas na conta Smiles nº 064930073, ou subsidiariamente, a conversão das milhas em dinheiro no importe de R$ 9.381,44, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do trânsito em julgado, sob pena de pagamento de multa diária em valor a ser arbitrado em caso de descumprimento, sem prejuízo de outras medidas; a pagar para cada autor o importe de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por dano moral, com correção monetária (INPC/IBGE) e juros de mora de 1% ao mês contados a partir desta data e, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil (CPC), resolvo o mérito. Sem custas, nem honorários advocatícios (arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95).

ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 5319/AC), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 5319/AC), ADV: CLAUDIA MARIA DA FONTOURA MESSIAS SABINO (OAB 3187/AC), ADV: CLAUDIA MARIA DA FONTOURA MESSIAS SABINO (OAB 3187/AC) - Processo 0702586-12.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Cicero de Oliveira Sabino - José Ernani Amaral Messias - RECLAMADO: Smiles S.a - GOL LINHAS AÉREAS S.A - VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 266-268). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: MAURICIO VICENTE SPADA (OAB 4308/AC) - Processo 0702980-19.2024.8.01.0070 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - CREDOR: Condomínio West Amazon Residence - VISTOS e mais Defiro, com fundamento no art. 53, da Lei Federal n. 9.099/95 (LJE) e, ainda, no que couber, na disciplina cepecista aplicável (CPC), a pretensão da parte credora CONDOMÍNIO WEST AMAZON RESIDENCE de execução do título extrajudicial (fls. 1-4) e, assim, ordeno a citação da parte devedora MARIA SOCORRO FERREIRA NERY para, no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da própria citação, pagar a dívida, sob pena de penhora de bens e outros atos de constrição. Decorrido o prazo assinado sem pagamento, conforme a hipótese, remeta-se o processo para a realização protocolo no SISBAJUD (com CPF ou CNPJ), expedição de mandado de penhora (endereço nesta comarca) ou, por outra, expedição de carta precatória. Penhorados bens ou valores, designe-se audiência de conciliação da execução (presencial ou não presencial), momento em que a parte devedora, frise-se, estando seguro o juízo, a seu critério poderá oferecer, ressalto, em audiência, embargos à execução e, em consequência, após a designação da audiência, intimem-se as partes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELISSANDRO PRADO DE SOUZA - Processo 0704379-54.2022.8.01.0070 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - CREDOR: Elissandro Prado de Souza - VISTOS e mais Indefiro, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º, da LJE e, ainda, art. 833, IV, do CPC, a pretensão da parte credora Elissandro Prado de Souza (fls. 61-63), pois, cuida-se de salário e, por isso, está protegido sob o manto da impenhorabilidade, portanto, exigiria a concordância da parte devedora Jackeline Gomes Fernandes e, por outra, observada a citação da devedora (fls. 33) e, ainda, a data do único SISBAJUD (fls. 24-26), ordeno nova tentativa de penhora e, em seguida, à conclusão imediatamente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO RENATO ALVES SALOMÃO (OAB 2169/AC) - Processo 0706881-63.2022.8.01.0070 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - CREDOR: Macedo e Macedo LTDA - VISTOS e mais Defiro, com fundamento no art. 53, da Lei Federal n. 9.099/95 (LJE) e, ainda, no que couber, na disciplina cepecista aplicável (CPC), a pretensão da parte credora Macedo e Macedo LTDA de execução do título extrajudicial (fls.1-6 e 22-23), atente-se, com relação às parcelas de outubro e dezembro de 2017, de acordo com Acórdão (fls. 64-67) e, assim, ordeno a citação da parte devedora Elaeny Farias de Souza (endereço fls. 81 e 86-87) para, no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da própria citação, pagar a dívida, sob pena de penhora de bens e outros atos de constrição Decorrido o prazo assinado sem pagamento, conforme a hipótese, remeta-se o processo para a realização de protocolo no SISBAJUD (com CPF ou CNPJ), expedição de mandado de penhora (endereço nesta comarca) ou, por outra, expedição de carta precatória. Penhorados bens ou valores, designe-se audiência de conciliação da execução (presencial ou não presencial), momento em que a parte devedora, frise-se, identificada a segurança do juízo, poderá, a seu critério, oferecer em audiência, embargos à execução e, por fim, após a designação da audiência, intimem-se as partes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS DANTAS GOÉS MONTEIRO (OAB 13325/BA), ADV: ANTONIO CARLOS DANTAS GOES MONTEIRO (OAB 457309/SP), ADV: NAYLA ALCÂNTARA DE SOUZA (OAB 6009/AC), ADV: DEBORAH REGINA ASSIS DE ALMEIDA (OAB 315249/SP), ADV: NARA JANE MENDONÇA DO NASCIMENTO (OAB 5783/AC), ADV: JOÃO THOMAZ P. GONDIM (OAB 5760/AC) - Processo 0707611-40.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - RECLAMANTE: Lucineide de Souza Gomes - RECLAMADO: Instituto de Brasileiro de Formação e Capacitação ¿ Ibfc - Banco Santander SA - Pagseguro Internet Instituição de Pagamento S.a. - VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 290-291). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: MANYRA BRAZ DA GAMA (OAB 3508/AC), ADV: OTÁVIO FERREIRA TUFIC DE SOUZA (OAB 6057/AC) - Processo 0707822-13.2022.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - CREDOR: Kalil Macario Darub de Abreu - DEVEDORA: Andréa Cristina Feitosa - VISTOS e mais Assento, de saída, que os dados bancários, em questão, encontram-se no corpo do acordo realizado entre as partes (fls. 27-27) e, assim, prossiga-se a presente execução nos termos já deferidos (fls. 41). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO (OAB 156347/SP), ADV: MATEUS CORDEIRO ARARIPE (OAB 2756/AC), ADV: MATEUS CORDEIRO ARARIPE (OAB 2756/AC), ADV: THOMAS CÉSAR SALGUEIRO (OAB 4717/AC), ADV: MARCIO EDUARDO SEQUEIRA DO CARMO (OAB 393106/SP), ADV: RICARDO ALEXANDRE FERNANDES FILHO (OAB 3196/AC), ADV: TOBIAS LEVI DE LIMA MEIRELES (OAB 3560/AC), ADV: LUIZ BRAGA MARIM (OAB 6270/AC) - Processo 0707844-08.2021.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Serviços Profissionais - RECLAMANTE: Natiele Rosane Lopes de Almeida Araripe - Mateus Cordeiro Araripe - RECLAMADO: Ivel Acre Veículos Ltda - Honda Automóveis do Brasil Ltda - VISTOS e mais Assento, de saída, que a decisão leiga passa a ter eficácia plena apenas com a homologação do Juiz togado e, assim, defiro a pretensão da devedora HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL LTDA. (fls. 318-319), e por fim, ordeno a elaboração de novo cálculo observados os marcos assentados. Após, conforme hipótese de inexistência de saldo devedor, arquive-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL ALVARENGA ALVES DE MOURA (OAB 26141GO), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 5311/AC) - Processo 0707890-26.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Edcarlos Silva de Lima - RECLAMADO: Cooperativa de Credito, Poupanca e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas - VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 312). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: DANIEL ALVARENGA ALVES DE MOURA (OAB 26141GO), ADV: RAISSA BRESSANIM TOKUNAGA (OAB 198286/SP) - Processo 0707891-11.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Edcarlos Silva de Lima - RECLAMADO: Midway S/A Crédito Financiamento e Investimento - RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95 e Lei nº 8.078/90, CONFIRMO os efeitos das liminares de fls. 13, no mérito, JULGO PROCEDENTE a pretensão autoral condenando a ré MIDWAY S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVENSTIMENTO a pagar ao autor EDCARLOS SILVA DE LIMA, a título de indenização por dano moral, a importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária (INPC/IBGE) e juros de mora de 1% ao mês contados a partir desta data e, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil (CPC), resolvo o mérito.

ADV: DANIEL ALVARENGA ALVES DE MOURA (OAB 26141GO), ADV: RAISSA BRESSANIM TOKUNAGA (OAB 198286/SP) - Processo 0707891-11.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Edcarlos Silva de Lima - RECLAMADO: Midway S/A Crédito Financiamento e Investimento - VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 190-191). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: TABAJARA FRANCISCO PÓVOA NETO (OAB 29228GO) - Processo 0708063-84.2022.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Duplicata - CREDOR: Orca Distribuidora de Ferragens Ltda Epp - VISTOS e mais Defiro a pretensão da parte credora (fls. 84-86) e, assim, observado que a citação enviada à parte devedora (fls. 54), retornou positiva, APLICO a regra do §2º do art. 19 da LJE e, em consequência, à vista da ausência de comunicação sobre mudança de endereço, REPUTO eficaz a sua intimação (fls. 83) e, por outra, ordeno o prosseguimento da execução com os atos da espécie. Cumpra-se.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO MATIAS MAMED
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SHEILA APARECIDA NASCIMENTO MARTINS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0463/2024

ADV: TATIANA KARLA ALMEIDA MARTINS (OAB 2924/AC), ADV: RICARDO JOSÉ DE CAMARGO BISPO (OAB 5687/AC) - Processo 0700282-

45.2021.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - CREDORA: Maria de Jesus dos Santos Silva - Dá a parte credora por intimada para, no prazo de cinco (05) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça negativa pág 92, bem como, no mesmo prazo, informar o endereço atual da parte devedora, advertindo-a de que a ausência de manifestação no prazo assinalado ensejará a extinção e arquivamento do feito, independente de nova intimação.

ADV: MAISA JUSTINIANO BICHARA (OAB 3128/AC), ADV: RENATO AUGUSTO FERNANDES CABRAL FERREIRA (OAB 3753/AC), ADV: MAISA BICHARA & RENATO FERREIRA ASVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 165/AC) - Processo 0702317-75.2021.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - CREDOR: José Magid Kassem Mastub - Dá a parte credora por intimada para, no prazo de cinco (05) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça negativa pág 100, bem como, no mesmo prazo, informar o endereço atual da parte devedora, advertindo-a de que a ausência de manifestação no prazo assinalado ensejará a extinção e arquivamento do feito, independente de nova intimação.

ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0702794-93.2024.8.01.0070 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - DEVEDOR: Banco Bradesco S.A. - VISTOS e mais Defiro, com fundamento no art. 52, da Lei Federal n. 9.099/95 (LJE) e, ainda, no que couber, na disciplina cepecista aplicável (CPC), a pretensão da parte credora LEIDIMAR RODRIGUES DE ANDRADE ROSAS de execução do título judicial (fls. 1-6) e, assim, ordeno a citação da parte devedora BANCO BRADESCO S.A. para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da própria citação, pagar a quantia devida, sob pena de incidência de multa de dez por cento sobre o valor devido (CPC, art. 523, caput e § 1º) e, por outra, transcorrido o prazo de lei sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de mais 15 (quinze) dias para que a parte devedora, independentemente de penhora (para efeito de início e contagem do prazo) ou nova intimação (para oferecimento de embargos à execução), apresente sua impugnação (com a exigida e indispensável segurança do juízo, conforme interpretação principiológica, sistemática e finalística dos arts. 2º, 5º, 6º, 52, I a IV, e 53, §§ 1º a 4º e, ainda, ENUNCIADO 117, do FONAJE) nos próprios autos (CPC, art. 525, caput) e, por derradeiro, determino os atos da espécie. É de ressaltar que, decorrido o prazo de lei (sem ou com embargos à execução intempestivos), ocorrerá inevitável preclusão e, em consequência, restará apenas a possibilidade de alegação de matéria cognoscível de ofício ou de fatos supervenientes por simples petição. Decorrido o prazo assinado para pagamento, conforme a hipótese, remeta-se imediatamente para SISBAJUD (com CPF ou CNPJ), expedição de mandado de penhora (endereço nesta comarca) ou, por outra, expedição de carta precatória. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SAMARA DA SILVA TONELLO (OAB 5269/AC) - Processo 0703107-25.2022.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - CREDORA: Juliana Maria Sabóia Cotta - Dá a parte credora por intimada para, no prazo de cinco (05) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça negativa pág 101, bem como, no mesmo prazo, infrmar o endereço atual da parte devedora, advertindo-a de que a ausência de manifestação no prazo assinalado ensejará a extinção e arquivamento do feito, independente de nova intimação.

ADV: JOSÉ ERIBERTO DA ROCHA JUNIOR (OAB 6956/RN), ADV: JOSÉ ERIBERTO DA ROCHA JUNIOR (OAB 6956/RN) - Processo 0703124-27.2023.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - DEVEDOR: Hospedar Paraiso das Dunas Incorporações Ltda - Hospedar Participacoes e Administracao Ltda (Grupo Hospedar) - VISTOS e mais Defiro, com fundamento no art. 52, da Lei Federal n. 9.099/95 (LJE) e, ainda, no que couber, na disciplina cepecista aplicável (CPC), a pretensão executória da parte credora Nilo Parente Pessoa Dias (fls. 365-367) em face das devedora e, assim, à vista da sentença (fls. 359-360 e 361) e, ainda, da certidão de trânsito em julgado (fls. 364), ordeno os atos da espécie (SISBAJUD e, ainda, conforme a hipótese, expedição de mandado de penhora) para satisfação da obrigação. Ressalto, a respeito, transcorrido o prazo de lei (sentença - fls. 359-360 e 361) sem o pagamento voluntário, inicia-se, a partir da ciência deste ato, o prazo de mais 15 (quinze) dias para que a parte devedora, independentemente de penhora (para efeito de início e contagem do prazo) ou nova intimação (para oferecimento de embargos à execução), apresente sua impugnação (com a exigida e indispensável segurança do juízo, conforme interpretação principiológica, sistemática e finalística dos arts. 2º, 5º, 6º, 52, I a IV, e 53, §§ 1º a 4º e, ainda, ENUNCIADO 117, do FONAJE) nos próprios autos (CPC, art. 525, caput). É de salientar que, decorrido o prazo de lei (sem ou com embargos à execução intempestivos), ocorrerá inevitável preclusão e, em consequência, restará apenas a possibilidade de alegação de matéria cognoscível de ofício ou de fatos supervenientes por simples petição. Ordeno a evolução da classe processual. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABIO RIVELLI (OAB 4158/AC) - Processo 0706728-93.2023.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - RECLAMADO: TAM Linhas Aéreas S.A - VISTOS e mais Intime-se a ré para, à vista da petição da autora (fls. 111), ciência e manifestação a respeito. Cumpra-se.

ADV: WILLIAN POLLIS MANTOVANI (OAB 4030/AC) - Processo 0706995-65.2023.8.01.0070 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - DEVEDORA: Christiane Almeida Bastos - VISTOS e mais Cuida-se de execução de título judicial (fls. 8-10 e 19) e não extrajudicial como alegado pela devedora (fls. 57-58) e, assim, de acordo com a Lei 9.099/95, Seção XV - Da Execução, o art. 52, IX, traz as hipóteses de embargos, ressalto, por consequência lógico jurídica, de execução e, mais, sendo os autos de execução de título judicial, não há falar em audiência de conciliação da penhora, isso porque, esse procedimento é determinado para execução de título extrajudicial, como se verifica no § 1º, do art. 53, da LJE e, por outra, observadas novas informações e novos documentos juntados aos autos (fls. 57-58 e 59-65), verifico que a penhora às fls. 35, recaiu sobre o salário da parte devedora Christiane Almeida Bastos e, em consequência, com fundamento no art. 833, IV, do CPC, ordeno o desbloqueio do valor e, por fim, intime-se a parte devedora para no prazo de 5 (cinco) dias, à vista do valor devido, dizer como pretende pagar a dívida, sob pena de prosseguimento dos atos de constrição. Ordeno a alteração da classe. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EMESON DE ALBUQUERQUE SILVA (OAB 5675/AC) - Processo 0707300-83.2022.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Estabelecimentos de Ensino - CREDOR: Raimundo Nonato Nascimento Montefusco - Certifico a realização do seguinte Ato Ordinatório: Fica a parte reclamante intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o levantamento do alvará judicial ou indicar Banco, nº de Agência, Conta-Corrente/Poupança para fins de transferência do valores depositados em juízo, sob pena de realização de diligência pelo Juízo junto ao sistema SISBAJUD para transferência automática. No mesmo prazo, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento.

ADV: ANDRESSA STHEFANNY SOUZA DA SILVA (OAB 6147/AC), ADV: GIBRAN DANTAS DOURADO BARROSO (OAB 4894/AC) - Processo 0707375-25.2022.8.01.0070 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - RECLAMANTE: Adriano Pinho Cavalcante - VISTOS e mais Ordeno a expedição de alvará em favor da parte credora para levantamento da importância depositada (fls. 170) para cumprimento da obrigação. Após, arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELISSON OTAVIO GOMES DE ARAUJO (OAB 57457A/GO), ADV: SAMUEL BARROS PEREIRA (OAB 44209/DF) - Processo 0707448-94.2022.8.01.0070 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - CREDOR: Vieira & Neri Comércio e Serviços Ltda Me - Dá a parte credora por intimada para, no prazo de cinco (05) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça negativa pág 43, bem como, no mesmo prazo, informar o endereço atual da parte devedora, advertindo-a de que a ausência de manifestação no prazo assinalado ensejará a extinção e arquivamento do feito, independente de nova intimação.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO MATIAS MAMED
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SHEILA APARECIDA NASCIMENTO MARTINS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0467/2024

ADV: GIULLIANO STORER (OAB 6016/AC) - Processo 0001460-02.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Railiny Maciel Ferreira - REQUERIDO: Karina Brandão de Albuquerque - VISTOS e mais. Defiro, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a pretensão da parte autora (fls. 72) e, assim, torno sem efeito o r. ato judicial de fls. 71 e, por outra, ordeno a designação de nova audiência de instrução e julgamento para as providências da espécie. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GIULLIANO STORER (OAB 6016/AC) - Processo 0001460-02.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Railiny Maciel Ferreira - REQUERIDO: Karina Brandão de Albuquerque - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos n.º 0001460-02.2023.8.01.0070 Certifico e dou fé que, tendo em vista a determinação do Juiz de Direito, designei o dia 16/09/2024, às 09:00h (horário local), para a realização da Audiência única de Conciliação, Instrução e Julgamento, por meio de videoconferência, cujo acesso se dará pela plataforma do Google Meet, através do link abaixo. Link da Videochamada meet.google.com/qop-fyet-qov Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1 O (s) advogado (s) habilitado (s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes. 2 Deverão estar no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. 3 No caso de impossibilidade de comparecimento da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05(cinco) dias antes do ato. 4 No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação no pagamento de custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n.º 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n.º 1.422/2001, ressalvada a concessão

de gratuidade de justiça. 5 Não comparecimento da parte Reclamada à audiência, serão consideradas verdadeiras os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20, da Lei 9.099/95).

ADV: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA (OAB 5695/AC) - Processo 0001526-45.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos n.º 0001526-45.2024.8.01.0070 Certifico e dou fé que, tendo em vista a determinação do Juiz de Direito, designei o dia 13/09/2024, às 12:00h (horário local), para a realização da Audiência única de Conciliação, Instrução e Julgamento, por meio de videoconferência, cujo acesso se dará pela plataforma do Google Meet, através do link abaixo. Link da Videochamada meet.google.com/gpb-ahoj-yxf Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1 O (s) advogado (s) habilitado (s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes. 2 Deverão estar no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. 3 No caso de impossibilidade de comparecimento da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05(cinco) dias antes do ato. 4 No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação no pagamento de custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n.º 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n.º 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 5 Não comparecimento da parte Reclamada à audiência, serão consideradas verdadeiras os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20, da Lei 9.099/95).

ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN), ADV: JOÃO THOMAZ P. GONDIM (OAB 5760/AC) - Processo 0001898-91.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - RECLAMADO: Banco do Brasil S/A. e outro - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos n.º 0001898-91.2024.8.01.0070 Certifico e dou fé que, tendo em vista a determinação do Juiz de Direito, designei o dia 10/09/2024, às 13:00h (horário local), para a realização da Audiência única de Conciliação, Instrução e Julgamento, por meio de videoconferência, cujo acesso se dará pela plataforma do Google Meet, através do link abaixo. Link da Videochamada meet.google.com/yey-dopf-zza Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1 O (s) advogado (s) habilitado (s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes. 2 Deverão estar no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. 3 No caso de impossibilidade de comparecimento da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05(cinco) dias antes do ato. 4 No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação no pagamento de custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n.º 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n.º 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 5 Não comparecimento da parte Reclamada à audiência, serão consideradas verdadeiras os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20, da Lei 9.099/95).

ADV: MARIANA MELO ALVEZ (OAB 5838/AC), ADV: FERNANDA BRAGA FERNANDES (OAB 4558/AC) - Processo 0002815-13.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: José Guilherme Chalub de Aquino - RECLAMADO: Ativos S.A Securitização de Créditos Gestão de Cobrança - VISTOS e mais Decreto, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 20, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE), observado o termo de audiência de conciliação (fls. 24), a revelia da parte ré ATIVOS S/A, porém, à vista da ausência de elementos de convicção quanto às alegações iniciais, designe-se audiência de instrução e julgamento (presencial ou não presencial) para os atos da espécie. Após, intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIANA MELO ALVEZ (OAB 5838/AC), ADV: FERNANDA BRAGA FERNANDES (OAB 4558/AC) - Processo 0002815-13.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: José Guilherme Chalub de Aquino - RECLAMADO: Ativos S.A Securitização de Créditos Gestão de Cobrança - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos n.º 0002815-13.2024.8.01.0070 Certifico e dou fé que, tendo em vista a determinação do Juiz de Direito, designei o dia 09/09/2024, às 11:00h (horário local), para a realização da Audiência única de Conciliação, Instrução e Julgamento, por meio de videoconferência, cujo acesso se dará pela plataforma do Google Meet, através do link abaixo. Link da Videochamada meet.google.com/sox-ndyt-wck Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1 O (s) advogado (s) habilitado (s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes. 2 Deverão estar no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. 3 No caso de impossibilidade de comparecimento da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05(cinco) dias antes do ato. 4 No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação no pagamento de custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n.º 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n.º 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 5 Não comparecimento da parte Reclamada à audiência, serão consideradas verdadeiras os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20, da Lei 9.099/95).

ADV: WASHINGTON LUIZ DE MIRANDA DOMINGUES TRANM (OAB 133406/MG) - Processo 0002999-66.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERIDO: Multmarcas Administradora de Consórcios Ltda - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos n.º 0002999-66.2024.8.01.0070 Certifico e dou fé que, tendo em vista a determinação do Juiz de Direito, designei o dia 09/09/2024, às 10:00h (horário local), para a realização da Audiência única de Conciliação, Instrução e Julgamento, por meio de videoconferência, cujo acesso se dará pela plataforma do Google Meet, através do link abaixo. Link da Videochamada meet.google.com/poj-txbg-esn Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1 O (s) advogado (s) habilitado (s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes. 2 Deverão estar no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. 3 No caso de impossibilidade de comparecimento da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05(cinco) dias antes do ato. 4 No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação no pagamento de custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n.º 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n.º 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 5 Não comparecimento da parte Reclamada à audiência, serão consideradas verdadeiras os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20, da Lei 9.099/95).

ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0003025-64.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos n.º 0003025-64.2024.8.01.0070 Certifico e dou fé que, tendo em vista a determinação do Juiz de Direito, designei o dia 10/09/2024, às 08:00h (horário local), para a realização da Audiência única de Conciliação, Instrução e Julgamento, por meio de videoconferência, cujo acesso se dará pela plataforma do Google Meet, através do link abaixo. Link da Videochamada meet.google.com/zfo-djsu-jxx Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1 O (s) advogado (s) habilitado (s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes. 2 Deverão estar no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. 3 No caso de impossibilidade de comparecimento da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05(cinco) dias antes do ato. 4 No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação no pagamento de custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n.º 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n.º 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 5 Não comparecimento da parte Reclamada à audiência, serão consideradas verdadeiras os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20, da Lei 9.099/95).

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MAIA GOMES (OAB 21449/PE), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MAIA GOMES (OAB 5694/AC) - Processo 0003063-76.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Nu Financeira S/A - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos n.º 0003063-76.2024.8.01.0070 Certifico e dou fé que, tendo em vista a determinação do Juiz de Direito, designei o dia 09/09/2024, às 09:00h (horário local), para a realização da Audiência única de Conciliação, Instrução e Julgamento, por meio de videoconferência, cujo acesso se dará pela plataforma do Google Meet, através do link abaixo. Link da Videochamada meet.google.com/mbp-gzdh-irh Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1 O (s) advogado (s) habilitado (s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes. 2 Deverão estar no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. 3 No caso de impossibilidade de comparecimento da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05(cinco) dias antes do ato. 4 No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação no pagamento de custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n.º 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n.º 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 5 Não comparecimento da parte Reclamada à audiência, serão consideradas verdadeiras os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20, da Lei 9.099/95).

ADV: VANESSA VIEIRA LISBOA (OAB 28360/SC), ADV: LÚCIO DE ALMEIDA BRAGA JÚNIOR (OAB 20836/GO) - Processo 0702636-38.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RE-

CLAMANTE: Thainara dos Santos Silva - RECLAMADO: Rogelio Ivan Ortiz Velazquez - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos n.º 0702636-38.2024.8.01.0070 Certifico e dou fé que, tendo em vista a determinação do Juiz de Direito, designei o dia 10/09/2024, às 09:00h (horário local), para a realização da Audiência única de Conciliação, Instrução e Julgamento, por meio de videoconferência, cujo acesso se dará pela plataforma do Google Meet, através do link abaixo. Link da Videochamada meet.google.com/yhm-mdvv-qsh Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1 O (s) advogado (s) habilitado (s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes. 2 Deverão estar no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. 3 No caso de impossibilidade de comparecimento da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05(cinco) dias antes do ato. 4 No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação no pagamento de custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n.º 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n.º 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 5 Não comparecimento da parte Reclamada à audiência, serão consideradas verdadeiras os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20, da Lei 9.099/95).

ADV: RODRIGO DE ARAUJO LIMA (OAB 278945/DF), ADV: RODRIGO DE ARAUJO LIMA (OAB 3461/AC) - Processo 0703415-90.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Imissão na Posse - REQUERENTE: Wmeson Araújo da Cruz - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos n.º 0703415-90.2024.8.01.0070 Certifico e dou fé que, tendo em vista a determinação do Juiz de Direito, designei o dia 09/09/2024, às 12:00h (horário local), para a realização da Audiência única de Conciliação, Instrução e Julgamento, por meio de videoconferência, cujo acesso se dará pela plataforma do Google Meet, através do link abaixo. Link da Videochamada meet.google.com/yzp-oduf-dhs Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1 O (s) advogado (s) habilitado (s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes. 2 Deverão estar no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. 3 No caso de impossibilidade de comparecimento da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05(cinco) dias antes do ato. 4 No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação no pagamento de custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n.º 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n.º 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 5 Não comparecimento da parte Reclamada à audiência, serão consideradas verdadeiras os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20, da Lei 9.099/95).

ADV: LARISSA LEAL DO VALE (OAB 4424/AC), ADV: FELIPE MONNERAT SOLON DE PONTES RODRIGUES (OAB 29025/DF) - Processo 0703943-27.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosa Maria Nicacio de Queiroz - REQUERIDO: 'Vivo S/A - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos n.º 0703943-27.2024.8.01.0070 Certifico e dou fé que, tendo em vista a determinação do Juiz de Direito, designei o dia 09/09/2024, às 13:00h (horário local), para a realização da Audiência única de Conciliação, Instrução e Julgamento, por meio de videoconferência, cujo acesso se dará pela plataforma do Google Meet, através do link abaixo. Link da Videochamada meet.google.com/zze-emah-pzs Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1 O (s) advogado (s) habilitado (s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes. 2 Deverão estar no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. 3 No caso de impossibilidade de comparecimento da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05(cinco) dias antes do ato. 4 No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação no pagamento de custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n.º 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n.º 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 5 Não comparecimento da parte Reclamada à audiência, serão consideradas verdadeiras os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20, da Lei 9.099/95).

ADV: DANIEL DE ARAÚJO BRAGA (OAB 5610/AC), ADV: DANIEL DE ARAÚJO BRAGA (OAB 5610/AC), ADV: DANIEL DE ARAÚJO BRAGA (OAB 5610/AC), ADV: DANIEL DE ARAÚJO BRAGA (OAB 5610/AC), ADV: DANIEL DE ARAÚJO BRAGA (OAB 5610/AC), ADV: FRANCIELE DA CUNHA PINHEIRO (OAB 5629/AC), ADV: DANIEL DE ARAÚJO BRAGA (OAB 5610/AC), ADV: FRANCIELE DA CUNHA PINHEIRO (OAB 5629/AC), ADV: FRANCIELE DA CUNHA PINHEIRO (OAB 5629/AC), ADV: FRANCIELE DA CUNHA PINHEIRO (OAB 5629/AC), ADV: FRANCIELE DA CUNHA PINHEIRO (OAB 5629/AC), ADV: FRANCIELE DA CUNHA PINHEIRO (OAB 5629/AC) - Processo 0705572-70.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Stephanye Leonilia de Oliveira Brana - Marcus Vinícius Brandao Brana Muniz - Maria Esterlita de Oliveira Lima - Lia Cristina Nascimento Chaves - Antonio Artur das Chagas Silva - Yngrid Lima de Souza - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos n.º 0705572-70.2023.8.01.0070 Certifico e dou fé que, tendo em vista a determinação do Juiz de Direito, designei o dia 12/09/2024, às 08:00h (horário local), para a realização da Audiência única de Conciliação, Instrução e Julgamento, por meio de videoconferência, cujo acesso se dará pela plataforma do Google Meet, através do link abaixo. Link da Videochamada meet.google.com/zuc-pxxo-dba Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1 O (s) advogado (s) habilitado (s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes. 2 Deverão estar no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. 3 No caso de impossibilidade de comparecimento da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05(cinco) dias antes do ato. 4 No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação no pagamento de custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n.º 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n.º 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 5 Não comparecimento da parte Reclamada à audiência, serão consideradas verdadeiras os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20, da Lei 9.099/95).

ADV: RUTH SOUZA ARAUJO BARROS (OAB 2671/AC), ADV: ANDRIW SOUZA VIVAN (OAB 4585/AC) - Processo 0706062-92.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - RECLAMANTE: L T Serviços Odontológicos Ltda - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos n.º 0706062-92.2023.8.01.0070 Certifico e dou fé que, tendo em vista a determinação do Juiz de Direito, designei o dia 10/09/2024, às 12:00h (horário local), para a realização da Audiência única de Conciliação, Instrução e Julgamento, por meio de videoconferência, cujo acesso se dará pela plataforma do Google Meet, através do link abaixo. Link da Videochamada meet.google.com/vzt-hxeu-srq Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1 O (s) advogado (s) habilitado (s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes. 2 Deverão estar no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. 3 No caso de impossibilidade de comparecimento da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05(cinco) dias antes do ato. 4 No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação no pagamento de custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n.º 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n.º 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 5 Não comparecimento da parte Reclamada à audiência, serão consideradas verdadeiras os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20, da Lei 9.099/95).

ADV: ARIANNE BARBOSA LEMOS (OAB 3815/AC) - Processo 0707738-75.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: MORADA DA PAZ LTDA - EPP - VISTOS e mais Decreto, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 20, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE), observado o termo de audiência de conciliação (fls. 89), a revelia da parte ré ANTONIO LUIZ MORAIS DA SILVA, porém, à vista da ausência de elementos de convicção quanto às alegações iniciais, designe-se audiência de instrução e julgamento (presencial ou não presencial) para os atos da espécie. Após, intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARIANNE BARBOSA LEMOS (OAB 3815/AC) - Processo 0707738-75.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: MORADA DA PAZ LTDA - EPP - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos n.º 0707738-75.2023.8.01.0070 Certifico e dou fé que, tendo em vista a determinação do Juiz de Direito, designei o dia 10/09/2024, às 11:00h (horário local), para a realização da Audiência única de Conciliação, Instrução e Julgamento, por meio de videoconferência, cujo acesso se dará pela plataforma do Google Meet, através do link abaixo. Link da Videochamada meet.google.com/tgd-eifc-gqh Ficam as partes ADVERTIDAS que: 1 O (s) advogado (s) habilitado (s) nos autos ficam responsáveis de encaminhar o link de acesso a sala de audiência aos seus clientes. 2 Deverão estar no dia e horário designado para ocorrer a audiência por videoconferência, sendo permitida a tolerância de 10 (dez) minutos de atraso. 3 No caso de impossibilidade de comparecimento da parte interessada ou do seu representante legal, a justificativa deverá ser apresentada nos autos até 05(cinco) dias antes do ato. 4 No caso de ausência injustificada da parte Reclamante à audiência, implicará na extinção do processo e sua condenação no pagamento de custas processuais, conforme disposto no art. 51, inciso I, da Lei Federal n.º 9.099/95 c/c com o artigo 9º-A, da Lei n.º 1.422/2001, ressalvada a concessão de gratuidade de justiça. 5 Não comparecimento da parte Reclamada à audiência, serão consideradas verdadeiras os fatos alegados pela parte Reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20, da Lei 9.099/95).

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO MATIAS MAMED
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SHEILA APARECIDA NASCIMENTO MARTINS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0465/2024

ADV: FABIO RIVELLI (OAB 4158/AC), ADV: EDUARDO JOSÉ PARILLHA PANONT (OAB 4205/AC), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0000066-23.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Elias Melo de Miranda - REQUERIDO: EXPEDIA DO BRASIL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - VISTOS e mais Inicialmente, verifica-se que os embargos são tempestivos nos termos dos arts. 49 da Lei nº 9.099/95 e 1.023 do Código de Processo Civil, razão pela qual merecem ser recebidos. No mérito, vê-se que a parte embargante EXPEDIA DO BRASIL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, fundamenta os seus embargos declaratórios alegando a existência de obscuridade, pois o documento anexado no corpo da contestação se trata de carta de cancelamento, onde resta comprovado o estorno em face da parte autora do valor de R$ 2.917,24 (dois mil novecentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos). No caso vertente, a decisão proferida foi adotada após criteriosa análise dos elementos probatórios constantes nos autos, bastante para embasar a referida decisão. Deste modo, não há se falar em obscuridade no ato decisório, tampouco em necessidade de aclarar a fundamentação exposta. Aliás, nesse ponto, o que se verifica, na verdade, é que a parte embargante se insurge contra a sentença em matéria de mérito, não servindo, pois, os embargos de declaração para tal fim, devendo a ré buscar o meio procedimental adequado para tanto. Os embargos de declaração têm por finalidade sanar obscuridade, contradição, omissão ou dúvida eventualmente existente da decisão questionada, conforme artigo 48, da Lei 9.099/95, não se prestando para discutir o mérito da lide. RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 48, caput, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE) e art. 1.022 do Código de Processo Civil, REJEITO os embargos de declaração interpostos pela embargante EXPEDIA DO BRASIL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA em face do embargado ELIAS MELO DE MIRANDA mantendo os termos da decisão, por inexistir a alegada obscuridade no r. ato sentencial embargado. VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 84). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: HARRISSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 107778/MG) - Processo 0000521-85.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Aurizan da Silva Costa - RECLAMADO: Tricard - Banco Triângulo S.a - VISTOS e mais Inicialmente, verifica-se que os embargos são tempestivos nos termos dos arts. 49 da Lei nº 9.099/95 e 1.023 do Código de Processo Civil, razão pela qual merecem ser recebidos. No mérito, vê-se que o embargante BANCO TRIÂNGULO S.A., fundamenta os seus embargos declaratórios alegando erro material no dispositivo da decisão quanto ao nome da parte ré TRICARD BANCO TRIÂNGULO S.A. Razão assiste ao embargante, motivo pelo qual deve ser sanando o erro material apontando, para que conste no dispositivo com réu TRICARD BANCO TRIÂNGULO S.A. RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95 e Lei nº 8.078/90, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos de declaração de inexistência do débito no valor de R$ 564,12 e indenização por dano moral formulados pela autora AURIZAN DA SILVA COSTA em face do réu TRICARD BANCO TRIÂNGULO S.A. e, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil (CPC). RAZÃO DISTO, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 48, caput, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE) e art. 1.022 do Código de Processo Civil, ACOLHO os embargos de declaração opostos pelo embargante TRICARD BANCO TRIÂNGULO S.A. em face da embargada AURIZAN DA SILVA COSTA, sanando o erro material no r. ato sentencial embargado. VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 230). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: HARRISSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 107778/MG) - Processo 0000521-85.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Aurizan da Silva Costa - RECLAMADO: Tricard - Banco Triângulo S.a - Dá a parte reclamada (BANCO TRIÂNGULO S/A) por intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões ao recurso interposto às fls. 221/227, nos termos do art. 42 § 2º da Lei n. 9.099/95. Certifico, ainda, que o Recurso foi Interposto NO PRAZO, que não apresentou o preparo devido ao pedido de Justiça Gratuita às fls. 221.

ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0000539-09.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Manoel Henaldo da Silva Oliveira - RECLAMADO: Banco BMG S.A. - RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de reparação por danos morais formulado por Manoel Henaldo da Silva Oliveira contra o Banco BMG S.A. Com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil (CPC), declaro a extinção do processo com resolução do mérito. Sem custas nem honorários advocatícios. Após o transito em julgado, arquive o processo. P.R.I VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 191-192). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: PAULA MALTZ NAHON (OAB 6203/AC), ADV: PAULA MALTZ NAHON (OAB 51657/RS) - Processo 0001212-02.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Marcicleia Barbosa do Nascimento - REQUERIDO: Claro S.A - RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95 e na Lei nº 8.078/90, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral proposta por Marcicleia Barbosa do Nascimento em face de Claro S/A, uma vez que não restou configurado o abalo moral sofrido pela autora, além da ausência de comprovação da prova constitutiva do seu direito. Intime-se a parte ré da sentença, bem como cientifique-a de que, tendo sido condenada ao pagamento de quantia certa, não a efetuando no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento, nos termos do art. 52, III e IV, da Lei 9.099/95 c/c art. 523, §1º, do CPC. Com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil (CPC), declaro a extinção do processo com resolução do mérito. Sem custas nem honorários advocatícios. Após o transito em julgado, arquive o processo. P.R.I VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 121-122). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 16780/BA), ADV: LUIS CARLOS LAURENÇO (OAB 38877/DF) - Processo 0005543-61.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Sergio Ferreira da Costa - REQUERIDO: TIM S/A - RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95 e na Lei nº 8.078/90, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados por Antonio Sergio Ferreira da Costa, por ausência de provas da constituição do seu direito. Com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil (CPC), declaro a extinção do processo com resolução do mérito. Sem custas nem honorários advocatícios. Após o transito em julgado, arquive o processo. P.R.I VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 147-148). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANDRESSON DA SILVA BOMFIM (OAB 3364/AC), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 4852/AC) - Processo 0005830-24.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Cesar de Lima Souza - REQUERIDO: Remolo Jarude & Cia Ltda - Franklin Electric Industria de Motobombas S.A. - RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 51, inciso II da Lei 9.099/95, reconheço, diante da complexidade da causa, a incompetência absoluta do Juizado Especial Cível para o respectivo processo e julgamento dessa demanda, proposta por FRANCISCO CESAR DE LIMA SOUZA em face dos réus REMOLO JARUDE CIA LTDA e FRANKLIN ELECTRIC INDUSTRIA DE MOTOBOMBAS S.A. e, DECLARO extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, inc. IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, da Lei nº 9.099/95). VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 84-85). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: ALESSANDRA LIMA DA SILVA (OAB 5709/RO), ADV: ALESSANDRA LIMA DA SILVA (OAB 5709/RO), ADV: ALESSANDRA LIMA DA SILVA (OAB 5556/AC), ADV: ALESSANDRA LIMA DA SILVA (OAB 5556/AC), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5021/AC) - Processo 0700140-07.2022.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - RECLAMANTE: Amanda Borges Alves - Perla Maria da Silva Borges - RECLAMADO: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 51, inciso II da Lei 9.099/95, RECONHEÇO, diante do litisconsórcio passivo necessário ulterior a incompetência absoluta do Juizado Especial Cível para o respectivo processo e julgamento dessa demanda, proposta por AMANDA BORGES ALVES e PERLA MARIA DA SILVA BORGES em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e, DECLARO extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, inc. IV, do Código de Processo Civil. Sem custas, nem honorários advocatícios (arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 161). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA CRISTOFORI DE ALMEIDA PORTO (OAB 26505/ES), ADV: MARCELO NERI LEITE (OAB 3887/AC), ADV: HILÁRIO DE CASTRO MELO JÚNIOR (OAB 2446/AC) - Processo 0700267-08.2023.8.01.0070 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - CREDOR: COSTA & MONTEIR0 LTDA - ME - DEVEDOR: Sindicato dos Servidores Municipais de Rio Branco - VISTOS e mais Defiro, não como requerido, mas nos termos deste ato a pretensão da parte credora (fls. 238-239), pois, observada a sentença (fls. 27) e, ainda, o cálculo judicial (fls. 30), verifico que o valor devido e penhorado é R$ 4.369,45 (fls. 33) e, assim, à vista da sentença (fls. 234/235), ordeno a expedição de alvará em favor da parte credora COSTA MONTEIR0 LTDA - ME para levantamento da importância depositada (fls. 33) e cumprimento da obrigação. Declaro, com fundamento nos arts. 924, II, e 925, do Código de Processo Civil (CPC), em face da satisfação da obrigação pela parte devedora Sindicato dos Servidores Municipais de Rio Branco, a extinção do processo de execução. Arquive-se

imediatamente.

ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB 4434/AC), ADV: KEVEN ROGER ARAUJO CAMELO (OAB 195256/MG) - Processo 0701485-37.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - RECLAMANTE: Youfran Zoe Ramírez Sivira - RECLAMADO: Cvc Brasil Operadora e Agência de Viagens S.a - RAZÃO DISSO, com fundamento com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º, 8º e 51, §1º, da Lei Federal nº 9.099/95 e art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil, reconheço a ilegitimidade passiva de CVC BRASIL E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A. e, declaro extinto o processo sem resolução do mérito. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9.099/95). Decisão sujeita à homologação do Juiz Togado. VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 96-97). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: THIAGO MANFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 4881/AC), ADV: EVANDRO MELLO JUNIOR (OAB 4789/AC), ADV: EVANDRO DE ARAUJO MELO JUNIOR (OAB 6469/TO) - Processo 0701622-19.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Elio Mota - RECLAMADO: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl 2 - RAZÃO DISSO, com fundamento nos artigos 2º, 5º e 6º, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE), nos artigos 286 a 298, do Código Civil (CC) e, ainda, nos artigos 355, I, 487, I, e 926, caput, do Código de Processo Civil (CPC), julgo IMPROCEDENTES os pedidos de declaração de inexistência do débito e de indenização por dano moral, formulados pelo autor ELIO MOTA em face do réu FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II. Sem custas e honorários advocatícios (LJE, arts. 54 e 55). VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 189-191). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: MARCIA XAVIER SOUZA (OAB 4194/AC), ADV: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO (OAB 33668/PE) - Processo 0701637-85.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lucas dos Santos Machado - RECLAMADO: Fidic Ipanema Vi - RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 3º, 5º e 6º da Lei Federal nº 9.099/95 e na Lei nº 8.078/90, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos de exclusão do seu nome dos órgãos de restrição ao crédito, de declaração de inexistência da dívida, de cancelamento definitivo no contrato nº 4021436 e de indenização por dano moralformulados pelo autor LUCAS DOS SANTOS MACHADO em face da ré FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA VI NÃO PADRONIZADO e, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil (CPC), resolvo o mérito. Sem custas, nem honorários advocatícios, em razão das disposições expressas nos arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 155-156). P.R.I.A. Cumpra-se.

ADV: IDAILDO SOUZA DA SILVA (OAB 5291/AC) - Processo 0705048-73.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Idaildo Souza da Silva - REQUERIDO: Zenex Pagamentos Ltda - VISTOS e mais Declaro, com fundamento no art. 51, I e § 1º, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a extinção do processo, pois, apesar de intimada (fls. 65), a parte autora Idaildo Souza da Silva não compareceu à audiência designada (fls. 66). Arquive-se. Cumpra-se.

ADV: CLERMES CASTRO DE SOUZA (OAB 3315/AC), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC) - Processo 0707204-34.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Rayssa França Josua Costa - RECLAMADO: Banco Industrial do Brasil S.a. - VISTOS e mais Inicialmente, verifica-se que os embargos são tempestivos nos termos dos arts. 49 da Lei nº 9.099/95 e 1.023 do Código de Processo Civil, razão pela qual merecem ser recebidos. No mérito, vê-se que a parte embargante RAYSSA FRANÇA JOSUA COSTA fundamenta os seus embargos declaratórios alegando a existência de omissão do ato decisório, vez que, não ponderou a possibilidade de revisar o contrato. No caso vertente, a decisão proferida foi adotada após criteriosa análise dos elementos probatórios constantes nos autos, bastante para embasar a referida decisão. Deste modo, não há se falar em omissão no ato decisório, tampouco em necessidade de aclarar a fundamentação exposta. Aliás, nesse ponto, o que se verifica, na verdade, é que a parte embargante se insurge contra a sentença em matéria de mérito, não servindo, pois, os embargos de declaração para tal fim, devendo a ré buscar o meio procedimental adequado para tanto. Os embargos de declaração têm por finalidade sanar obscuridade, contradição, omissão ou dúvida eventualmente existente da decisão questionada, conforme artigo 48, da Lei 9.099/95, não se prestando para discutir o mérito da lide. RAZÃO DISSO, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 48, caput, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE) e art. 1.022 do Código de Processo Civil, REJEITO os embargos de declaração interpostos pela embargante RAYSSA FRANÇA JOSUA COSTA em face da parte embargada BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A., vez que, não há qualquer omissão no ato decisório em relação as provas presentes nos autos, mantendo os termos do r. ato sentencial embargado. VISTOS e mais Homologo, com fundamento nos arts. 2º, 5º, 6º e 40, da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), a decisão leiga exarada (fls. 199). P.R.I.A. Cumpra-se.

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO MATIAS MAMED
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SHEILA APARECIDA NASCIMENTO MARTINS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0468/2024

ADV: ANA LUIZA FELIX FABRI PRATAVIERA (OAB 3060/AC), ADV: GESSICA MENDES DOS SANTOS (OAB 4006/AC), ADV: GESSICA MENDES DOS SANTOS (OAB 4006/AC), ADV: ANA LUIZA FELIX FABRI PRATAVIERA (OAB 3060/AC) - Processo 0701017-10.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMANTE: Josmar da Silva Linhar - Emílli Souza Brunoro Linhar - ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte recorrida intimada para no prazo de 10 (dez) dias apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto. Ficando ciente que, havendo ou não manifestação, os autos serão encaminhados a uma das Turmas Recursais.

ADV: MARCELO FEITOSA ZAMORA (OAB 4711/AC), ADV: OZEIAS JUNIOR MOREIRA DA COSTA (OAB 5805/AC), ADV: OZEIAS JUNIOR MOREIRA DA COSTA (OAB 5805/AC), ADV: THALES ROCHA BORDIGNON (OAB 2160/AC), ADV: MARCELO FEITOSA ZAMORA (OAB 4711/AC), ADV: THALES ROCHA BORDIGNON (OAB 2160/AC) - Processo 0701184-90.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Sidnei Sanches Zamora - Sidnei Sanches Zamora Filho - ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte recorrida intimada para no prazo de 10 (dez) dias apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto. Ficando ciente que, havendo ou não manifestação, os autos serão encaminhados a uma das Turmas Recursais.

ADV: GIZA HELENA COELHO (OAB 166349/SP) - Processo 0704699-70.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Fundos de Investimentos Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl Ii - ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte recorrida intimada para no prazo de 10 (dez) dias apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto. Ficando ciente que, havendo ou não manifestação, os autos serão encaminhados a uma das Turmas Recursais.

3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO EVELIN CAMPOS CERQUEIRA BUENO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ERIKA RIBEIRO XIMENES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0346/2024

ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 4852/AC) - Processo 0001135-90.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jucicleia Smyk da Silva - RECLAMADO: Banco Votorantim S/A - Posto isto, julgo improcedente o pedido, decretando a extinção do processo com resolução do mérito, com espeque no art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios em razão das disposições expressas nos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JANE REGIANE RAMOS NASCIMENTO (OAB 813/RO), ADV: EDSON FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 296B/RO) - Processo 0001249-29.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jozivan da Silva Saldanha - REQUERIDO: Mirandex Vidros Especiais do Acre Ltda - DISPOSITIVO Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a parte reclamada ao pagamento de indenização por danos materiais em favor da parte autora no valor de R$ 1.715,28 (hum mil, setecentos e quinze reais e vinte e oito centavos), com correção monetária desde 15/02/2024 e juros legais da citação, rejeitando o pedido de danos morais, DECRETANDO A EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com espeque no art. 487, I, do CPC. Intime-se a parte ré da sentença, bem como cientifique-a de que, tendo sido condenada ao pagamento de quantia certa, não a efetuando no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento, nos termos do art. 52, III e IV, da Lei 9.099/95 c/c art. 523, §1º, do CPC. Sem custas nem honorários advocatícios (Arts. 54 e 55, da Lei n. 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 5881/AC), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0001577-56.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Emili Mesquita Do Nascimento - RECLAMADO: SERASA S.A. - O reclamante, portanto, não possui direito de ação contra a reclamada, em razão da ilegitimidade desta para integrar a lide. Assim posta a questão, estando patente a ilegitimidade passiva da reclamada, outro caminho não me resta senão extinguir o processo, o que faço com base no art. 485, inc. VI, c/c § 3º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Sem custas.

ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0005041-25.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bruna Souza Campos Rodrigues - REQUERIDO: Associação Unificada Paulista de Ensino - Assim, reconheço a incompetência do Juízo, decreto a extinção do processo sem resolução do mérito, com espeque no art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Após o trânsito, arquivem-se estes autos, com as providências de costume.

ADV: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA (OAB 23664/PB), ADV: CARLOS FREDERICO NÓBREGA FARIAS (OAB 7119/PB) - Processo 0005839-83.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMANTE: Valcineide Souza da Silva - RECLAMADO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - Posto isso, com fundamento nos artigos 2º, 5º e 6º da Lei nº 9.099/95, julgo improcedente o pedido, revogando a liminar concedida (fls. 15-16), decretando a resolução do mérito (art. 487, I, do CPC). Sem custas nem honorários advocatícios (arts. 54 e 55, da Lei n. 9.099/95). Transitada em julgado, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC) - Processo 0006078-87.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: João Raimundo de Souza Barros - RECLAMADO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - REQUERIDO: OHC Pagamentos e Recebimentos LTDA - ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais formulados por JOÃO RAIMUNDO DE SOUZA BARROS em face de ENERGISA ACRE e OHC PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS LTDA. Declaro resolvido o mérito (art. 487, I, do CPC), sem disposição de custas e honorários advocatícios (arts. 54 e 55 da LJE). Transitada em julgado, arquivem-se.

ADV: EVANDRO MELLO JUNIOR (OAB 4789/AC), ADV: MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES E CASTRO MELO ADVOGADOS (OAB 183/AC), ADV: EVANDRO DE ARAUJO MELO JUNIOR (OAB 6469/TO), ADV: HILÁRIO DE CASTRO MELO JÚNIOR (OAB 2446/AC), ADV: MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES E CASTRO MELO ADVOGADOS (OAB 183/AC), ADV: MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES E CASTRO MELO ADVOGADOS (OAB 331/AC), ADV: ARQUILAU DE CASTRO MELO (OAB 331/AC) - Processo 0701942-69.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Manoel Simplicio Nunes - REQUERIDO: 14 Brasil Telecom Celular S/A (OI Móvel S/A) - Diante do exposto, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º, da Lei Federal nº 9.099/95 (LJE), julgo IMPROCEDENTE os pedidos. Declaro, assim, extinto o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, de acordo com o artigo 55, da LJE. P. R. I.

ADV: ANDRIW SOUZA VIVAN (OAB 4585/AC), ADV: RUTH SOUZA ARAUJO BARROS (OAB 2671/AC) - Processo 0702012-86.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - RECLAMANTE: CONDOMÍNIO IBIZA - RECLAMADA: Diana Cristina Lustosa Braga - Ante o exposto e considerando o mais que dos autos consta JULGO PROCEDENTE a presente ação e o faço para CONDENAR a reclamada Diana Cristina Lustosa Braga, ao pagamento das despesas condominiais no valor de R$2.802,08 (dois mil oitocentos e dois reais e oito centavos) - conforme planilha de fl. 03 - e as vencidas no curso da demanda, até a data do efetivo pagamento, acrescidas de juros e correção monetária de 1% a partir da data do vencimento de cada parcela. Decreto a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. A parte reclamada deverá ser intimada da sentença, bem como cientificada de que, condenada ao pagamento da quantia certa, caso não a efetue no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, independente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento). Sem custas ou honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). Com o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se. Publique-se. Intimem-se.

ADV: NATHÁLIA MONIZ MARRUCH (OAB 5377/AC), ADV: JÉSSICA SOBRAL MAIA VENEZIA (OAB 187702/RJ), ADV: NATHÁLIA MONIZ MARRUCH (OAB 5377/AC) - Processo 0702124-55.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Nathália Moniz Marruch - Rafael de Albuquerque Barbosa - RECLAMADO: Hurb Technologies S.A - DISPOSITIVO: Ante as razões expendidas, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para: 1 - condenar a reclamada à restituição do valor de de R$ 4.996,80 (quatro mil novecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), com correção monetária desde a data do desembolso e juros legais da citação; e 2 - condenar ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) em favor de cada autor, considerado nesta data (Súmula 362 do STJ). Decreto a extinção do processo com resolução do mérito, com espeque no art. 487, I, do CPC. Sem custas ou honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). Com o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se. Publique-se. Intimem-se.

ADV: CARLOS FREDERICO NÓBREGA FARIAS (OAB 7119/PB), ADV: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA (OAB 23664/PB) - Processo 0702165-22.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMANTE: Ana Vera Castro de Araújo - RECLAMADO: ENERGISA S/A - Dispensado o relatório, na forma da Lei 9.099/95. Passo a decidir. A reclamante ajuizou reclamação cível contra a reclamada requerendo em tutela de urgência que esta suspendesse a cobrança das faturas questionadas nos autos, não incluísse seu nome nos cadastros de proteção ao crédito, bem como não suspendesse o fornecimento de energia elétrica da sua UC. No mérito pleiteou a declaração de inexistência do débito referente a fatura de energia elétrica dos meses questionados, ou que, após revisão, fosse apresentado valor corrigido para realização do pagamento, bem como a realização de vistoria e aferição do medidor de consumo. A reclamada apresentou defesa nas pp. 63-71, expondo, em suma, que apesar das alegações de irregularidade na cobrança do consumo de energia, tanto a leitura quanto a cobrança seguiram dentro da legalidade pois refletem a realidade, já que o reclamante possui média de consumo mensal de 499 kWh. A questão controvertida deve ser solucionada à luz do Código de Defesa do Consumidor, visto que a reclamante adquiriu serviços da concessionária na qualidade de destinatário final. O ônus da prova foi invertido (p 48). Sem preliminares, passo à análise do mérito. Compulsando detidamente os autos, verifico que a reclamante esclarece que possuí a UC nº 30/692257-9, e mantém um baixo consumo de energia elétrica em sua residência, sendo surpreendida com o aumento nas faturas de energia dos meses de outubro de 2023 a março de 2024, alegando que os valores não condizem com seu padrão de consumo anterior. Porém, conforme demonstrado pela parte ré, nos documentos de pp. 72-78, não há indicios de irregularidades na medição consumo, que apresentaram uma sequência crescente. Ademais, verifica-se que a solicitação da verificação do medidor feita pela reclamante foi atendida, sendo que tal verificação constatou que o mesmo estava funcionando de acordo com o Regulamento Técnico Metrológico do INMETRO. Não obstante, as faturas apresentadas nas pp. 16-18 demonstram que parte do valor cobrado é referente a um parcelamento, cujas parcelas mensais se dão no valor de R$ 187,91, não guardando relação com o aumento de consumo relatado pela reclamante. Desta forma, entendo correta a cobrança dos valores indicados na inicial visto que não foram demonstrados nos autos quaisquer indicios de irregularidade. ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos iniciais formulados por ANA VERA CASTRO DE ARAÚJO, em face de ENERGISA ACRE. Revogo pedido de tutela antecipada concedido. Declaro resolvido o mérito (art. 487, I, do CPC), sem disposição de custas e honorários advocatícios (arts. 54 e 55 da LJE). Transitada em julgado, arquivem-se.

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC) - Processo 0702343-68.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMANTE: Rosangela de Jesus da Silva Cavalcante - RECLAMADO: ENERGISA S/A - Ante o exposto, com fundamento nos artigos 2º, 5º e 6º da Lei n. 9.099/95 e na Lei n. 8.078/90 (CDC), REJEITO a preliminar arguida pela reclamada e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes na inicial, nos seguintes termos: i) condeno a reclamada a pagar à parte reclamante a importância de R$ 5.279,88 (-), a título de indenização por danos materiais, corrigida monetariamente (INPC/IBGE) e acrescido de juros moratários de 1% ao mês a partir da citação; ii)rejeito os demais pedidos. Extingo o processo com resolução do mérito (art. 487, I, do CPC), sem custas e honorários advocatícios em razão das disposições expressas nos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: NEYIR SILVA BAQUIÃO (OAB 129504/MG) - Processo 0702436-31.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - RECLAMANTE: Elma Moura de Assunção - RECLAMADO: Brasil Card Administradora de Cartão - Posto isto, revogo a antecipação da tutela de fl. 16 e julgo improcedente o pedido, decretando a extinção do processo com resolução do mérito, com espeque no art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios em razão das disposições expressas nos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ALBERTO JOSE PINTO (OAB 64041/BA), ADV: MICHELLE SANTOS ALLAN DE OLIVEIRA (OAB 43804/BA), ADV: ALBERTO JOSE PINTO (OAB 64041/BA), ADV: MICHELLE SANTOS ALLAN DE OLIVEIRA (OAB 43804/BA), ADV: ANDREA SANTOS PELATTI (OAB 3450/AC) - Processo 0702460-59.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Walcilene Rodrigues Oliveira - REQUERIDO: Banco Maxima S/A - Prover Promoção de Vendas Ltda - Epp (avancard) - Posto isso, JULGO

IMPROCEDENTE O PEDIDO, decretando a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários advocatícios (Arts. 54 e 55, da Lei n. 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JARDANY AQUILAN SILVA DE ASSIS (OAB 6335/AC) - Processo 0704902-32.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: David de Souza Leal - REQUERIDO: Erineudo Assunção Marques - DISPOSITIVO: Isto posto e pelo mais que dos autos consta, julgo parcialmente procedente os pedidos e condeno o reclamado: a) a pagar ao autor a importância de R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), a título de indenização por danos materiais, acrescida de correção monetária desde o ajuizamento da ação e juros de mora a partir da citação; b) rejeitar o pedido de indenização por danos morais. Decreto a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. A parte reclamada fica ciente de que, condenada ao pagamento da quantia certa, caso não a efetue no prazo de 15 (quinze) dias contados do trânsito em julgado, independente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento), conforme o Enunciado 105 do FONAJE, dispensando intimação diante da revelia. Sem custas ou honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). Com o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se. Publique-se. Intimem-se.

2º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL E PRECATÓRIAS CRIMINAIS

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSÉ WAGNER FREITAS PEDROSA ALCÂNTARA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE BRUNORO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0387/2024

ADV: SANDERSON SILVA DE MOURA (OAB 2947/AC), ADV: JOSÉ DÊNIS MOURA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3827/AC) - Processo 0001672-86.2024.8.01.0070 - Termo Circunstanciado - Ameaça - AUTOR FATO: Antonio da Silva Lima - Preliminar Data: 27/08/2024 Hora 08:00 ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://meet.google.com/yyv-xvoe-zad

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSÉ WAGNER FREITAS PEDROSA ALCÂNTARA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE BRUNORO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0388/2024

ADV: SANDERSON SILVA DE MOURA (OAB 2947/AC), ADV: JOSÉ DÊNIS MOURA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3827/AC) - Processo 0002083-32.2024.8.01.0070 (apensado ao processo 0001672-86.2024.8.01.0070) - Termo Circunstanciado - Ameaça - AUTOR: Justiça Pública - AUTOR FATO: Aquiles Lima Araujo e outro - Preliminar Data: 27/08/2024 Hora 08:00 ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://meet.google.com/yyv-xvoe-zad

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSÉ WAGNER FREITAS PEDROSA ALCÂNTARA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE BRUNORO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0390/2024

ADV: ANTONIO GENEROZO DA SILVA (OAB 814/AC), ADV: GABRIELA OLIVEIRA DA SILVA (OAB 4278/AC) - Processo 0000881-20.2024.8.01.0070 - Termo Circunstanciado - Ameaça - AUTOR FATO: Idelfonso Generozo da Silva - Igor Moura de Brito - Getúlio Barbosa de Andrade - VÍTIMA: Laciene Calixto da Rocha Barbosa de Andrade - Francisco Marcos da Silva Xavier - Quanto aos delitos dos arts. 140 e 161, caput, do CP, considerando a decadência do direito de queixa, declaro extinta a punibilidade de Idelfonso Generozo da Silva, com fulcro nos arts. 103 e 107, IV, ambos do Código Penal. Em relação ao delito do art. 147 do CP, determino o arquivamento do feito, por ausência de justa causa para a instauração da ação penal. Intime o MPE e os advogados das partes, via DJE. Não havendo pendências, arquive o feito, com as devidas baixas.

JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA

TJ/AC - COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LOIS CARLOS ARRUDA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROSINEIDE SOUZA DE AZEVEDO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0186/2024

ADV: MICHELI SANTOS ANDRADE (OAB 5247/AC) - Processo 0001384-41.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Adicional por Tempo de Serviço - RECLAMANTE: Sebastião Vinicius de Lima Nascimento - RECLAMADO: Estado do Acre - (...) 3. Pelo exposto, julgo improcedente o pedido formulado pela parte Reclamante na petição inicial e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil, c/c o artigo 27 da Lei Federal n. 12.153/2009. 4. Sem custas processuais, em razão da isenção legal. 5. Sem verbas de sucumbência (art. 55 da Lei Federal n. 9.099/95). 6. Havendo recurso tempestivo, recebo-o no duplo efeito, e determino a disponibilização dos autos à Turma Recursal, após o decurso do prazo para resposta. 7. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. 8. Intime-se.

ADV: MARIA LIBERDADE MOREIRA MORAIS (OAB 4185/AC), ADV: LUIZ EDUARDO COELHO DE AVILA (OAB 296305/SP), ADV: RAÍSSA CARVALHO FONSECA E ALBUQUERQUE (OAB 4413/AC) - Processo 0601477-96.2017.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Rosiany Barreiros de Almeida - REQUERIDO: Estado do Acre - Procuradoria Geral - Já foi proferida Sentença com resolução de mérito (pgs.. 299/350), não cabendo, portanto, nessa fase, desistência da ação pela parte Reclamante, mas apenas desistência de recurso que não foi apresentado, ou mesmo renúncia ao direito de recorrer, cuja prazo já se expirou, para a parte Autora. 2. Mas há nos autos Recurso (pgs 353 a 397) apresentado pelo Estado do Acre, parte Reclamada, contra dita Sentença. 3. Caso já não tenha sido intimada e transcorrido o prazo, intime-se a parte Recorrida-Reclamante, para contrarrazões ao Recurso interposto, no prazo legal. 4. Se já houver sido intimada e transcorrido o prazo para contrarrazões, certificar a respeito e enviar os autos à distribuição das Turmas Recursais. 5. Intimada a parte Recorrida-Reclamante, e apresentada as contrarrazões, ou findo prazo legal, encaminhe-se igualmente o processo à distribuição das Turmas Recursais deste Estado. 6. Intime-se.

ADV: LUIZ EDUARDO COELHO DE AVILA (OAB 296305/SP), ADV: RAÍSSA CARVALHO FONSECA E ALBUQUERQUE (OAB 4413/AC) - Processo 0601499-57.2017.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Joao Almeida Lima Filho - REQUERIDO: Estado do Acre - Procuradoria Geral - Já foi proferida Sentença com resolução de mérito (pgs. 456/507), não cabendo, portanto, nessa fase, desistência da ação pela parte Reclamante, mas apenas desistência de recurso que não foi apresentado, ou mesmo renúncia ao direito de recorrer, cuja prazo já se expirou, para a parte Autora, podendo haver, entretanto, transação entre as partes a qualquer tempo. 2. Mas há nos autos Recurso (pgs. 510/553) apresentado pelo Estado do Acre, parte Reclamada, contra dita Sentença, a respeito do qual a parte Reclamante, ora Recorrida, já foi intimada e, em vez de apresentar contrarrazões, apresentou pedido de desistência da presente Reclamação que, como dito acima, descabe nesta fase, pois já foi proferida Sentença com resolução de mérito. 3. Desse modo, certifique-se a ausência de contrarrazões e remetam-se os autos à distribuição das Turmas Recursais deste Estado. 4. Intime-se.

ADV: IGOR BARDALLES REBOUÇAS (OAB 5389/AC) - Processo 0700207-98.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Sistema Prisional - REQUERENTE: Jovana da Silva Barbosa - REQUERIDO: INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO ACRE - IAPEN - (...) 3. Pelo exposto, declaro a incompetência deste Juizado Especial da Fazenda Pública para processar e julgar a presente Reclamação e extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei Federal nº 9.099/95. 4. Havendo recurso tempestivo, recebo-o nos efeitos suspensivo e devolutivo e determino a disponibilização dos autos à Turma Recursal, após o decurso do prazo para resposta. 5. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. 6. Intime-se.

ADV: FERNANDO HENRIQUE SCHICOVSKI (OAB 4780/AC) - Processo 0700648-79.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Isenção - RECLAMANTE: Damiao Antonio Hamilton de Souza Barros - RECLAMADO: Estado do Acre - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE(ACREPREVIDÊNCIA) - 1. Defiro o pedido de inclusão no polo passivo do Instituto de Previdência do Estado do Acre - Acreprevidência. 2. Cite-se o reclamado, ora incluído no polo passivo do processo, para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 3. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação

no prazo de 15 (quinze) dias. 4. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. 5. Intime-se.

ADV: LUIZ DE GONZAGA RIBEIRO DA SILVA (OAB 5959/AC) - Processo 0700890-38.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Irredutibilidade de Vencimentos - RECLAMANTE: Enéias Marques dos Santos - RECLAMADO: Estado do Acre - (...) 3. Pelo exposto, julgo improcedente o pedido formulado pela parte Reclamante na petição inicial quanto ao pagamento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e adicional noturno, por ausência de irregularidade na contratação temporária. 4. Quanto ao pedido de indenização extraordinária, baseado no artigo 40 do ADCT da Constituição do Estado do Acre, reconheço a sua inconstitucionalidade incidental, a valer entre as partes deste conflito, e julgo improcedente o pedido de indenização extraordinária, por vício de iniciativa, afronta a separação dos poderes e ao artigo 61, §1º, II, alínea c da Constituição da República Federativa do Brasil. 5. Por fim, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil, c/c o artigo 27 da Lei Federal n. 12.153/2009. No que se refere ao saldo de salário relativo ao mês de abril de 2023, extingo o processo sem resolução do mérito, por ausência de interesse processual. 6. Sem custas processuais, em razão da isenção legal. 7. Sem verbas de sucumbência (art. 55 da Lei Federal n. 9.099/95). 8. Havendo recurso tempestivo, recebo-o no duplo efeito, e determino a disponibilização dos autos à Turma Recursal, após o decurso do prazo para resposta. 9. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. 10. Intime-se.

ADV: LUIZ DE GONZAGA RIBEIRO DA SILVA (OAB 5959/AC) - Processo 0700900-82.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Irredutibilidade de Vencimentos - RECLAMANTE: Adriano Lima de Souza - RECLAMADO: Estado do Acre - (...) 3. Pelo exposto, julgo improcedente o pedido formulado pela parte Reclamante na petição inicial quanto ao pagamento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e adicional noturno, por ausência de irregularidade na contratação temporária. 4. Quanto ao pedido de indenização extraordinária, baseado no artigo 40 do ADCT da Constituição do Estado do Acre, reconheço a sua inconstitucionalidade incidental, a valer entre as partes deste conflito, e julgo improcedente o pedido de indenização extraordinária, por vício de iniciativa, afronta a separação dos poderes e ao artigo 61, §1º, II, alínea c da Constituição da República Federativa do Brasil. 5. Por fim, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil, c/c o artigo 27 da Lei Federal n. 12.153/2009. No que se refere ao saldo de salário relativo ao mês de abril de 2023, extingo o processo sem resolução do mérito, por ausência de interesse processual. 6. Sem custas processuais, em razão da isenção legal. 7. Sem verbas de sucumbência (art. 55 da Lei Federal n. 9.099/95). 8. Havendo recurso tempestivo, recebo-o no duplo efeito, e determino a disponibilização dos autos à Turma Recursal, após o decurso do prazo para resposta. 9. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. 10. Intime-se.

ADV: LUIZ DE GONZAGA RIBEIRO DA SILVA (OAB 5959/AC) - Processo 0700902-52.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Irredutibilidade de Vencimentos - RECLAMANTE: Antônio Edson Alves da Silva - RECLAMADO: Estado do Acre - (...) 3. Pelo exposto, julgo improcedente o pedido formulado pela parte Reclamante na petição inicial quanto ao pagamento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, por ausência de irregularidade na contratação temporária. 4. Quanto ao pedido de indenização extraordinária, baseado no artigo 40 do ADCT da Constituição do Estado do Acre, reconheço a sua inconstitucionalidade incidental, a valer entre as partes deste conflito, e julgo improcedente o pedido de indenização extraordinária, por vício de iniciativa, afronta a separação dos poderes e ao artigo 61, §1º, II, alínea c da Constituição da República Federativa do Brasil. 5. Por fim, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil, c/c o artigo 27 da Lei Federal n. 12.153/2009. No que se refere ao saldo de salário relativo ao mês de abril de 2023, extingo o processo sem resolução do mérito, por ausência de interesse processual. 6. Sem custas processuais, em razão da isenção legal. 7. Sem verbas de sucumbência (art. 55 da Lei Federal n. 9.099/95). 8. Havendo recurso tempestivo, recebo-o no duplo efeito, e determino a disponibilização dos autos à Turma Recursal, após o decurso do prazo para resposta. 9. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. 10. Intime-se.

ADV: LAIS BEZERRA DE CARVALHO (OAB 5420/AC), ADV: PRISCILA CUNHA ROCHA (OAB 2928/AC), ADV: ENIO FRANCISCO DA SILVA CUNHA (OAB 464/AC) - Processo 0700912-33.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Pensão por Morte (Art. 74/9) - RECLAMANTE: A.V.C.G. - RECLAMADO: I.P.E.A.A. - 1. Os Embargos de Declaração opostos pela parte Reclamada (págs. 240/248), merecem acolhimento, uma vez que, de fato, há omissão na Decisão proferida pela juíza leiga às págs. 230/234, homologada pela Sentença de pág. 235, quanto à ausência dos cálculos para fins de comprovação do valor devido e condenação do Reclamante na obrigação de pagar. 2. Pois bem. No caso, a sentença embargada excluiu da condenação a obrigação de pagar quantia certa referente aos valores retroativos das parcelas do benefício previdenciário em favor da Reclamante sob o fundamento da ausência de planilha de cálculo nos autos. Contudo, conforme se observa a partir da pág. 183, a parte Reclamante, após ser intimada para tanto, apresentou os cálculos da quantia que entende devida, demonstrando, portanto, que a sentença embargada deverá sofrer a devida alteração por contrariar os elementos constantes nos autos. Em análise da decisão proferida pela juíza leiga e homologada judicialmente, verifica-se que o termo inicial do pagamento retroativo se deu na data do requerimento administrativo, qual seja: 14 de dezembro de 2022. Neste aspecto, considerando o valor do benefício no importe de R$ 1.834,60 (mil oitocentos e trinta quatro reais e sessenta centavos) e, ainda, a data de ingresso da ação (23/02/2023), conclui-se que são devidas 13 parcelas do benefício previdenciário que totalizam a quantia de R$ 23.849,80 (vinte e três mil oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos). A referida quantia devida deverá ser atualizada, desde a data em que cada parcela se tornou devida, pelo IPCA-E, até 8 de dezembro de 2021. A partir de então, aplica-se a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente, a qual engloba juros e a correção. Deixo de homologar os cálculos apresentados pela Reclamante, haja vista que os tais preveem termo inicial diverso e, ainda, apresentam atualização monetária, que somente deverá incidir no momento de cumprimento da sentença. 3 Diante disso, acolho os Embargos de Declaração opostos à págs. 240/248, para sanar a omissão apontada e integrar a Sentença de págs. 235 com a fundamentação supra, para acrescentar ao dispositivo da Sentença a seguinte redação: Julgo procedente o pedido, para condenar a parte Reclamada na obrigação de pagar quantia certa à parte Reclamante no importe de R$ 20.344,20 (vinte mil trezentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos), devida a título de atualização da gratificação do banco de horas, relativo ao período de maio de 2019 a junho de 2023, a ser corrigido desde a data em que cada parcela deveria ter sido paga, pelo IPCA-e, até 8 de dezembro de 2021 e, a partir de então, pela taxa SELIC, acumulada mensalmente, a qual engloba juros e a correção. 4. Havendo recurso tempestivo, recebo-o no duplo efeito e determino a disponibilização dos autos à Turma Recursal, após o decurso do prazo para resposta. No mais, determino: I Após o retorno dos autos da Turma Recursal, mantida a Sentença, caso a parte Reclamante não apresente o cumprimento de sentença, devidamente acompanhado dos cálculos atualizados e discriminados, inclusive no tocante aos honorários sucumbenciais, se for o caso, e contratuais (acompanhado do respectivo contrato de prestação de serviços), os autos serão extintos e arquivados, por ausência de ato que compete a parte Credora. II - Apresentando a parte Credora o cumprimento de sentença com os cálculos devidos, de forma atualizada e discriminada (art. 534, CPC), evolua-se o feito para cumprimento de sentença e intime-se o Devedor, para querendo, no prazo de 30 (trinta) dias impugnar o cumprimento de sentença, nos termos do art.535, do Código de Processo Civil; III. Havendo impugnação, intime-se a parte Credora, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se a respeito da impugnação; havendo discordância do cálculo apresentado pela parte Devedora, disponibilize-se o processo para Contadoria Judicial proceder com a elaboração da memória de cálculo, desde já autorizando o destaque dos honorários contratuais, caso requerido e nos termos do contrato, caso esteja nos autos. IV. Com o retorno dos autos da Contadoria, intimem-se as partes e após façam os autos conclusos para deliberação. V. Caso não haja impugnação ao cumprimento de sentença ou em caso de anuência da parte Credora com os cálculos da parte Devedora ou, ainda, caso a parte Devedora concorde com os cálculos elaborados pela Credora, ficam, desde logo, homologados os cálculos em que as partes estejam concordes a respeito. VI. Para viabilizar a expedição das requisições de pagamento, deve a parte Credora e seu Advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar documentos contendo os dados bancários de titularidade de cada Credor (agência, conta e nome do titular), bem como CPF/CNPJ. Se o crédito a receber pela parte Credora ultrapassar o teto para pagamento de RPV e não houver renúncia do excedente, deve, ainda, apresentar comprovante de regularidade do CPF ou ativa do CNPJ, conforme o caso, junto à Receita Federal ou ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC, conforme impõe o Art. 6º, § 3º, da Resolução Nº 303 de 18/12/2019, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, sob pena de extinção e arquivamento, por ausência de ato que compete a parte Credora. VII. Apresentados os documentos acima requeridos, expeça-se a Requisição de Pagamento de Precatório alusiva ao valor devido à parte Credora/Reclamante, com o destaque dos honorários contratuais, se for o caso, a fim de que seja pago ao Advogado respectivo, quando quitado o crédito exequendo no citado Precatório, valendo ressaltar a inviabilidade da expedição, em separado, de requisição para pagamento da verba decorrente da prestação de serviço advocatício contratual, consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que o enunciado da Súmula Vinculante nº 47 não se aplica aos honorários contratuais ajustados entre advogado e cliente, intimando-se as partes quanto ao seu inteiro teor antes de enviá-la à Presidência do Tribunal de Justiça (§6º do artigo 7º da Resolução nº 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça); VIII. Havendo honorário sucumbencial a ser recebido, expeça-se a requisição de pagamento correspondente, conforme o valor a ser pago, com as providências a ela concernentes. IX. Cumpridas as determinações acima, assento que, quanto ao Precatório requisitado, ordinariamente não haverá mais, por ora, atividade judicial/processual a ser realizada por este Juizado Especial da Fazenda Pública, de maneira que a condição processual atual do presente Cumprimento de Sentença estando em Situação Processual Suspenso não interfere ou altera o Acervo Processual deste Órgão Jurisdicional, impactando e até prejudicando, inclusive, no cumprimento da Meta 5, Meta essa Nacional para o

Judiciário Brasileiro alcançar em 2023. X. Com esses registros, após expedição do Precatório, determino o arquivamento do presente Cumprimento de Sentença, até que sobrevenha Informação Oficial da aludida Secretaria de Precatórios - SEPRE, comunicando a satisfação integral da obrigação, com o respectivo pagamento do Precatório requisitado. XI. Vinda a referida Informação Oficial, determino o desarquivamento do presente processo; ou ainda deverão as partes, qualquer delas, comunicar a este Juízo o pagamento da obrigação, quando efetivado, para extinção deste Cumprimento de Sentença, pela satisfação da obrigação. XII. Em não sendo caso de seguir pela sistemática do precatório, expeça-se então requisição de pequeno valor para o pagamento do Credor relativa ao crédito principal, essa com o destaque dos honorários contratuais, caso requerido e nos termos do contrato de prestação de serviços, a fim de que seja pago ao Advogado respectivo, quando quitado o crédito exequendo na citada RPV, valendo ressaltar a inviabilidade da expedição, em separado, de requisição para pagamento da verba decorrente da prestação de serviço advocatício contratual, consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que o enunciado da Súmula Vinculante nº 47 não se aplica aos honorários contratuais ajustados entre advogado e cliente, para pagamento no prazo de 60 (sessenta) dias, tendo em vista que a quantia requerida está no teto estabelecido por lei. XIII. Expeça-se, ainda, requisição de pequeno valor em relação ao honorários sucumbenciais, em caso de arbitramento no segundo grau de jurisdição, para pagamento no prazo de 60 (sessenta) dias, se a quantia a pagar estiver no teto estabelecido por lei, observando-se as determinações seguintes. XIV. Havendo a comunicação do cumprimento da obrigação, pelo credor, voltem-me conclusos para extinção. XV. Havendo a comunicação do cumprimento da obrigação, pelo devedor, proceda-se os atos ordinatórios de praxe e, após, voltem-me conclusos para extinção. XVI. Decorrido o prazo de sessenta dias, e não havendo qualquer comunicação das partes sobre o cumprimento, ou não, da obrigação, intime-se o credor para informar, no prazo de 2 (dois) dias, acerca da satisfação do crédito. Findo esse prazo sem manifestação do credor, voltem-me conclusos para extinção. XVII. Decorrido o prazo de sessenta dias e vindo o credor comunicar nos autos o não cumprimento da obrigação, determino o sequestro dos ativos financeiros suficientes ao cumprimento da obrigação, via Sistema SISBAJUD. XVIII. Cumprido assim o bloqueio dos ativos financeiros, promova-se a intimação da Fazenda Pública para manifestar-se no prazo legal de 5 (cinco) dias, conforme previsão do artigo 854, §2º e §3º, do Código de Processo Civil. XIX. Acaso a Fazenda Pública confirme o pagamento ou depósito nesse prazo, proceda-se ao desbloqueio dos valores, voltando-me os autos conclusos. XX. A transferência dos valores bloqueados para a respectiva conta judicial criada em nome do credor no Banco do Brasil somente poderá ocorrer após o esgotamento do prazo para manifestação do Estado do Acre. XXI. Em havendo a manifestação, voltem-me conclusos para deliberação. XXII. Não havendo manifestação da Fazenda Pública, promova-se a transferência e, após, expeça-se alvará para levantamento dos valores em nome da (s) parte (s) credor (as) ou expeça-se alvará de transferência para conta em nome da (s) parte (s) credor (as), caso assim seja requerido. XXIII. Após o levantamento, conclusos para sentença de extinção pelo pagamento. 4. Como a interposição de Embargos de Declaração interrompe o prazo recursal, aguarde-se o prazo para eventual interposição de recurso em face da Sentença proferida. 5. Intime-se.

ADV: DANIEL DUARTE LIMA (OAB 4328/AC) - Processo 0700987-38.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - RECLAMANTE: Roseli Vilela do Amaral - RECLAMADO: Estado do Acre - (...) 3. Pelo exposto, julgo procedente o pedido, para declarar nulos os Contratos Temporários entabulados entre a parte Reclamante e a parte Reclamada, no período de 26 de fevereiro de 2013 até 15 de setembro de 2023, bem como para condenar o Estado do Acre na obrigação de pagar as parcelas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço referentes ao período de 26 de fevereiro de 2013 até 15 de setembro de 2023, no importe de R$ 15.570,85 (quinze mil quinhentos e setenta reais e oitenta e cinco centavos). 4. A quantia devida deve ser corrigida acrescidos de correção monetária pelo IPCA-e e juros moratórios aplicados à caderneta de poupança, nos termos do disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/99 c/c a Lei 11.960/09, a contar da citação, até 07/12/2021, a partir de então, aplica-se o disposto no art. 3º da EC n. 113/2021, de 8/12/2021, de modo que os juros e correção monetária serão calculados de acordo com a taxa SELIC. 5. Por fim, extingo o processo com resolução do mérito (art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, c/c o art. 27 da Lei Federal nº 12.153/2009). 6. Havendo recurso tempestivo, recebo-o no duplo efeito e determino a disponibilização dos autos à Turma Recursal, após o decurso do prazo para resposta. 7. No mais, determino: I - Após o retorno dos autos da Turma Recursal, mantida a Sentença, caso a parte Reclamante não apresente o cumprimento de sentença, devidamente acompanhado dos cálculos atualizados e discriminados, inclusive no tocante aos honorários sucumbenciais, se for o caso, e contratuais (acompanhado do respectivo contrato de prestação de serviços), os autos serão extintos e arquivados, por ausência de ato que compete a parte Credora. II - Apresentando a parte Credora o cumprimento de sentença com os cálculos devidos, de forma atualizada e discriminada (art. 534, CPC), evolua-se o feito para cumprimento de sentença e intime-se o Devedor, para querendo, no prazo de 30 (trinta) dias impugnar o cumprimento de sentença, nos termos do art.535, do Código de Processo Civil; III. Havendo impugnação, intime-se a parte Credora, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se a respeito da impugnação; havendo discordância do cálculo apresentado pela parte Devedora, disponibilize-se o processo para Contadoria Judicial proceder com a elaboração da memória de cálculo, desde já autorizando o destaque dos honorários contratuais, caso requerido e nos termos do contrato, caso esteja nos autos. IV. Com o retorno dos autos da Contadoria, intimem-se as partes e após façam os autos conclusos para deliberação. V. Caso não haja impugnação ao cumprimento de sentença ou em caso de anuência da parte Credora com os cálculos da parte Devedora ou, ainda, caso a parte Devedora concorde com os cálculos elaborados pela Credora, ficam, desde logo, homologados os cálculos em que as partes estejam concordes a respeito. VI. Para viabilizar a expedição das requisições de pagamento, deve a parte Credora e seu Advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar documentos contendo os dados bancários de titularidade de cada Credor (agência, conta e nome do titular), bem como CPF/CNPJ. Se o crédito a receber pela parte Credora ultrapassar o teto para pagamento de RPV e não houver renúncia do excedente, deve, ainda, apresentar comprovante de regularidade do CPF ou ativa do CNPJ, conforme o caso, junto à Receita Federal ou ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC, conforme impõe o Art. 6º, § 3º, da Resolução Nº 303 de 18/12/2019, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, sob pena de extinção e arquivamento, por ausência de ato que compete a parte Credora. VII. Apresentados os documentos acima requeridos, expeça-se a Requisição de Pagamento de Precatório alusiva ao valor devido à parte Credora/Reclamante, com o destaque dos honorários contratuais, se for o caso, a fim de que seja pago ao Advogado respectivo, quando quitado o crédito exequendo no citado Precatório, valendo ressaltar a inviabilidade da expedição, em separado, de requisição para pagamento da verba decorrente da prestação de serviço advocatício contratual, consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que o enunciado da Súmula Vinculante nº 47 não se aplica aos honorários contratuais ajustados entre advogado e cliente, intimando-se as partes quanto ao seu inteiro teor antes de enviá-la à Presidência do Tribunal de Justiça (§6º do artigo 7º da Resolução nº 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça); VIII. Havendo honorário sucumbencial a ser recebido, expeça-se a requisição de pagamento correspondente, conforme o valor a ser pago, com as providências a ela concernentes. IX. Cumpridas as determinações acima, assento que, quanto ao Precatório requisitado, ordinariamente não haverá mais, por ora, atividade judicial/processual a ser realizada por este Juizado Especial da Fazenda Pública, de maneira que a condição processual atual do presente Cumprimento de Sentença estando em Situação Processual Suspenso não interfere ou altera o Acervo Processual deste Órgão Jurisdicional, impactando e até prejudicando, inclusive, no cumprimento da Meta 5, Meta essa Nacional para o Judiciário Brasileiro alcançar em 2023. X. Com esses registros, após expedição do Precatório, determino o arquivamento do presente Cumprimento de Sentença, até que sobrevenha Informação Oficial da aludida Secretaria de Precatórios - SEPRE, comunicando a satisfação integral da obrigação, com o respectivo pagamento do Precatório requisitado. XI. Vinda a referida Informação Oficial, determino o desarquivamento do presente processo; ou ainda deverão as partes, qualquer delas, comunicar a este Juízo o pagamento da obrigação, quando efetivado, para extinção deste Cumprimento de Sentença, pela satisfação da obrigação. XII. Em não sendo caso de seguir pela sistemática do precatório, expeça-se então requisição de pequeno valor para o pagamento do Credor relativa ao crédito principal, essa com o destaque dos honorários contratuais, caso requerido e nos termos do contrato de prestação de serviços, a fim de que seja pago ao Advogado respectivo, quando quitado o crédito exequendo na citada RPV, valendo ressaltar a inviabilidade da expedição, em separado, de requisição para pagamento da verba decorrente da prestação de serviço advocatício contratual, consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que o enunciado da Súmula Vinculante nº 47 não se aplica aos honorários contratuais ajustados entre advogado e cliente, para pagamento no prazo de 60 (sessenta) dias, tendo em vista que a quantia requerida está no teto estabelecido por lei. XIII. Expeça-se, ainda, requisição de pequeno valor em relação ao honorários sucumbenciais, em caso de arbitramento no segundo grau de jurisdição, para pagamento no prazo de 60 (sessenta) dias, se a quantia a pagar estiver no teto estabelecido por lei, observando-se as determinações seguintes. XIV. Havendo a comunicação do cumprimento da obrigação, pelo credor, voltem-me conclusos para extinção. XV. Havendo a comunicação do cumprimento da obrigação, pelo devedor, proceda-se os atos ordinatórios de praxe e, após, voltem-me conclusos para extinção. XVI. Decorrido o prazo de sessenta dias, e não havendo qualquer comunicação das partes sobre o cumprimento, ou não, da obrigação, intime-se o credor para informar, no prazo de 2 (dois) dias, acerca da satisfação do crédito. Findo esse prazo sem manifestação do credor, voltem-me conclusos para extinção. XVII. Decorrido o prazo de sessenta dias e vindo o credor comunicar nos autos o não cumprimento da obrigação, determino o sequestro dos ativos financeiros suficientes ao cumprimento da obrigação, via Sistema SISBAJUD. XVIII. Cumprido assim o bloqueio dos ativos financeiros, promova-se a intimação da Fazenda Pública para manifestar-se no prazo legal de 5 (cinco) dias, conforme previsão do artigo 854, §2º e §3º, do Código de Processo Civil. XIX. Acaso a Fazenda Pública confirme o pagamento ou depósito nesse prazo, proceda-se ao desbloqueio dos valores, voltando-me os autos conclusos. XX. A transferência dos valores bloqueados para a respectiva conta judicial criada em nome do credor no Banco do Brasil somente poderá ocorrer após o esgotamento do prazo para manifestação do Estado do Acre. XXI. Em havendo a manifestação, voltem-me conclusos para deliberação. XXII. Não havendo manifestação da Fazenda Pública, promova-

-se a transferência e, após, expeça-se alvará para levantamento dos valores em nome da (s) parte (s) credor (as) ou expeça-se alvará de transferência para conta em nome da (s) parte (s) credor (as), caso assim seja requerido. XXIII. Após o levantamento, conclusos para sentença de extinção pelo pagamento. XXIV. Intime-se.

ADV: FELIPE HENRIQUE DE SOUZA (OAB 2713/AC) - Processo 0702641-65.2021.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI - RECLAMANTE: Rosimar Saraiva de Oliveira - RECLAMADO: Departamento de Estrada de Rodagem Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - Deracre - (...) 3. Pelo exposto, julgo improcedente o pedido formulado pela parte Reclamante na petição inicial e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, c/c o art. 27 da Lei Federal n. 12.153/2009. 4. Sem custas processuais, em razão da isenção legal. 5. Sem verbas de sucumbência (art. 55 da Lei Federal n. 9.099/95). 6. Havendo recurso tempestivo, recebo-o no duplo efeito, e determino a disponibilização dos autos à Turma Recursal, após o decurso do prazo para resposta. 7. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. 8. Intime-se.

ADV: WILSON VEDANA JÚNIOR (OAB 6665/RO) - Processo 0703278-45.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Prestação de Serviços - RECLAMANTE: Jefferson Schmoor Sales - RECLAMADO: Fundação hospital estadual do acre - FUNDHACRE - 1. Os Embargos Declaratórios opostos pela parte Embargante, às págs. 201/204, revelam-se infundados por não haver qualquer erro material, omissão, obscuridade ou contradição a ser corrigida, suprida ou sanada. Discordância de Decisão Judicial que não encerre contradição, omissão, obscuridade ou erro material só pode ser apresentada no Recurso próprio e legal e não pela via /processual inadequada dos Embargos Declaratórios. 2. No caso dos autos, trata-se de discordância da Decisão proferida à pág. 196, que negou seguimento ao Recurso interposto pelo Reclamante, ora Embargante, no dia 1º de dezembro de 2023 (págs. 142/150), após verificar que referido Recurso foi protocolizado fora do prazo de que dispunha o Reclamante, uma vez que a Decisão proferida nos Embargos de Declaração foi disponibilizada no Diário da Justiça eletrônico no dia 8 de novembro de 2023, considerando-se publicada no dia útil subsequente, encerrando no dia 27 de novembro de 2023 o prazo para interposição do Recurso Cível. O Embargante pretende que o termo inicial de seu prazo para recurso seja contado a partir da intimação certificada à pág. 141. Todavia, essa certidão se refere, exclusivamente, à intimação, via portal eletrônico, do Reclamado, ora Embargado, conforme se pode conferir pela Certidão de remessa efetivada à pág. 138, onde nela consta: “CERTIFICA-SE que em 06/11/2023 o ato abaixo foi encaminhado para intimação/citação no portal eletrônico para Fundação hospital estadual do acre - FUNDHACRE. “. A intimação do Reclamante, ora Embargante, se deu exclusivamente pelo Diário da Justiça eletrônico, vide Certidões às págs. 139/140, inexistindo a duplicidade de intimação alegada, tendo a Decisão embargada (vide pág. 196) corretamente negado seguimento do Recurso interposto (págs. 142/150). 3. Estando evidenciado que a parte Reclamante/Embargante busca por meio processual inadequado ver modificada a Sentença embargada, rejeito os embargos declaratórios opostos. 4. Com a interposição de Embargos de Declaração interrompe o prazo recursal, aguarde-se o prazo para eventual interposição de recurso em face da decisão proferida. 5. Caso o Reclamante apresente Recurso, intime-se o Reclamado e, decorrido o prazo para resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. 6. Intime-se.

ADV: JOSÉ GERÔNIMO MACHADO NETO (OAB 446406S/P) - Processo 0703299-84.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: Aurélia Nascimento da Silva - RECLAMADO: DETRAN-AC - Departamento Estadual de Transito - ATO ORDINATÓRIO: A Secretaria deste Juizado dá a parte reclamante por intimada para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da contestação e documentação apresentada pela parte reclamada.

ADV: MICHELI SANTOS ANDRADE (OAB 5247/AC) - Processo 0703728-56.2021.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Custeio de Assistência Médica - REQUERENTE: Francisca Moura dos Santos - RECLAMADO: Estado do Acre - À Secretaria, cumpra-se conforme determinado no item 2 da decisão de pag. 228. Intime-se.

ADV: THALLES VINICIUS DE SOUZA SALES (OAB 3625/AC) - Processo 0703915-59.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Alex Tananta de Souza - RECLAMADO: Instituto Socio-educativo Do Estado Do Acre - ISE - Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. Intime-se.

ADV: THALLES VINICIUS DE SOUZA SALES (OAB 3625/AC) - Processo 0703916-44.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: André Lucas da Silva Cavalcante - RECLAMADO: Instituto Socio-educativo Do Estado Do Acre - ISE - Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. Intime-se.

ADV: THALLES VINICIUS DE SOUZA SALES (OAB 3625/AC) - Processo 0703938-05.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Felipe Freitas Maia - RECLAMADO: Instituto Socio-educativo Do Estado Do Acre - ISE - 1. Recebo a inicial. 2. Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 3. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. 4. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. 5. Intime-se.

ADV: THALLES VINICIUS DE SOUZA SALES (OAB 3625/AC) - Processo 0703940-72.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Tiago Nascimento da Costa - RECLAMADO: Instituto Socio-educativo Do Estado Do Acre - ISE - Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. Intime-se.

ADV: THALLES VINICIUS DE SOUZA SALES (OAB 3625/AC) - Processo 0703954-56.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Jedemarques de Almeida Silva - RECLAMADO: Instituto Socio-educativo Do Estado Do Acre - ISE - 1. Recebo a inicial. 2. Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 3. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

4. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. 5. Intime-se.

ADV: THANIA CRISTINA SILVA DA CRUZ (OAB 2481AC /) - Processo 0704030-80.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Eronilson de Oliveira Fernando - RECLAMADO: Detran Rondonia - Estado do Acre - DETRAN-AC - Departamento Estadual de Transito - 1. Trata-se de Reclamação Cível com pedido de tutela provisória, proposta por Eronilson de Oliveira Fernando, em face do Detran Rondonia e outros, postulando, liminarmente, a suspensão de todos os débitos, tributos e pontos lançados ao prontuário do Reclamante. Juntou documentos às págs. 7/36. Manifestação Preliminar às págs. 44/51. 2. Fundamentação. O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/2009. Já o artigo 300, do Código de Processo Civil, estatui que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Vale ressaltar, todavia, que esses dispositivos devem ser cotejados com as limitações legais específicas para sua aplicação, como é o caso da Lei Federal nº 8.437/1992, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público, vedando no §3º do artigo 1º a sua concessão quando esgotar, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação. Contudo, tal vedação vem sendo relativizadapelajurisprudência, possibilitando a concessão da liminar como instrumento de efetividade e celeridade da prestação jurisdicional,assimcomonas hipóteses em que é possível a reversibilidade do provimento concedido. Além disso, o pedido antecipatório autoral implica numa provisão obrigatória precária, mas com efeitos permanentes e, em razão de sua irreversibilidade, poderá representar um risco para a Fazenda Pública, tendo em vista a repercussão coletiva dos atos administrativos. Por fim, o pedido formulado pela parte Reclamante confunde-se com o próprio mérito da demanda e, caso concedido, esgotaria, no todo ou em parte, o objeto da ação, o que não é cabível em face da Fazenda Pública. 3. Sendo assim, indefiro a tutela de urgência de natureza antecipada requerida pela parte Reclamante. 4. Cite-se o Reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 5. Oferecida resposta, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de quinze dias. 6. Intime-se.

ADV: THALLES VINICIUS DE SOUZA SALES (OAB 3625/AC) - Processo 0704103-52.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Marisio de Souza Amaral - RECLAMADO: Instituto Socio-educativo Do Estado Do Acre - ISE - 1. Recebo a inicial. 2. Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 3. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. 4. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. 5. Intime-se.

ADV: THALLES VINICIUS DE SOUZA SALES (OAB 3625/AC) - Processo 0704171-02.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Rian Felipe de Oliveira Lima - RECLAMADO: Instituto Socio-educativo Do Estado Do Acre - ISE - 1. Recebo a inicial. 2. Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 3. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. 4. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. 5. Intime-se.

ADV: UBIRATAM RODRIGUES LOBO (OAB 3745/AC) - Processo 0704475-98.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Maryanne Peixoto Corrêa - RECLAMADO: Município de Rio Branco - 1. Trata-se de Reclamação Cível com pedido de tutela provisória, proposta por Maryanne Peixoto Corrêa, em face do Município de Rio Branco, postulando, liminarmente, a redução da jornada de trabalho da requerente em 2 horas em cada vínculo, nos termos da Lei Art. 92, § 3º da LEI Nº 1.794 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009, sob pena de multa a ser arbitrada. Juntou documentos às págs. 7/66. O Município de Rio Branco devidamente intimado não apresentou Manifestação Preliminar, conforme Certidão à pág. 72. 2. Fundamentação. O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/2009. Já o artigo 300, do Código de Processo Civil, estatui que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Vale ressaltar, todavia, que esses dispositivos devem ser cotejados com as limitações legais específicas para sua aplicação, como é o caso da Lei Federal nº 8.437/1992, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público, vedando no §3º do artigo 1º a sua concessão quando esgotar, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação. Contudo, tal vedação vem sendo relativizadapelajurisprudência, possibilitando a concessão da liminar como instrumento de efetividade e celeridade da prestação jurisdicional,assimcomonas hipóteses em que é possível a reversibilidade do provimento concedido. Dito isso, e analisando os autos, não se verifica, em exame de cognição sumária, irregularidade capaz de acarretar a anulação do indeferimento da redução de carga horária baseada no laudo médico pericial (pág. 59). Além disso, o pedido antecipatório autoral implica numa provisão obrigatória precária, mas com efeitos permanentes e, em razão de sua irreversibilidade, poderá representar um risco para a Fazenda Pública, tendo em vista a repercussão coletiva dos atos administrativos. Por fim, o pedido formulado pela parte Reclamante confunde-se com o próprio mérito da demanda e, caso concedido, esgotaria, no todo ou em parte, o objeto da ação, o que não é cabível em face da Fazenda Pública. 3. Sendo assim, indefiro a tutela de urgência de natureza antecipada requerida pela parte Reclamante. 4. Cite-se o Reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 5. Oferecida resposta, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de quinze dias. 6. Intime-se.

ADV: KATIANA SILVA DA CUNHA (OAB 5472/AC) - Processo 0704500-14.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Maria Celina Gomes da Silva - RECLAMADO: DETRAN-AC - Departamento Estadual de Transito - 1. Trata-se de Reclamação Cível com pedido de tutela provisória, proposta por Maria Celina Gomes da Silva, em face do DETRAN-AC - Departamento Estadual de Transito, postulando, liminarmente, para que suspenda e/ou exclua imediatamente, toda e qualquer impedimento para a entrega da documentação do carro, sob as penas da lei. Juntou documentos às págs. 12/19. Manifestação Preliminar às págs. 25/38. 2. Fundamentação. O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/2009. Já o artigo 300, do Código de Processo Civil, estatui que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Vale ressaltar, todavia, que esses dispositivos devem ser cotejados com as limitações legais específicas para sua aplicação, como é o caso da Lei Federal nº 8.437/1992, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público, vedando no §3º do artigo 1º a sua concessão quando esgotar, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação. Contudo, tal vedação vem sendo relativizadapelajurisprudência, possibilitando a concessão da liminar como instrumento de efetividade e celeridade da prestação jurisdicional,assimcomonas hipóteses em que é possível a reversibilidade do provimento concedido. Além disso, o pedido antecipatório autoral implica numa provisão obrigatória precária, mas com efeitos permanentes e, em razão de sua irreversibilidade, poderá representar um risco para a Fazenda Pública, tendo em vista a repercussão coletiva dos atos administrativos. Por fim, o pedido formulado pela parte Reclamante confunde-se com o próprio mérito da demanda e, caso concedido, esgotaria, no todo ou em parte, o objeto da ação, o que

não é cabível em face da Fazenda Pública. 3. Sendo assim, indefiro a tutela de urgência de natureza antecipada requerida pela parte Reclamante. 4. Cite-se o Reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 5. Oferecida resposta, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de quinze dias. 6. Intime-se.

ADV: ALFREDO SEVERINO JARES DAOU (OAB 3446/AC) - Processo 0704554-77.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Elomilson da Silva dos Santos - RECLAMADO: INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO ACRE - IAPEN - 1. Trata-se de Reclamação Cível com pedido de tutela provisória, proposta por Elomilson da Silva dos Santos, em face do INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO ACRE - IAPEN, postulando, liminarmente, o porte de arma de fogo do autor em serviço. Juntou documentos às págs. 10/47. Manifestação Preliminar às págs. 53/63. 2. Fundamentação. O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/2009. Já o artigo 300, do Código de Processo Civil, estatui que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Vale ressaltar, todavia, que esses dispositivos devem ser cotejados com as limitações legais específicas para sua aplicação, como é o caso da Lei Federal nº 8.437/1992, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público, vedando no §3º do artigo 1º a sua concessão quando esgotar, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação. Contudo, tal vedação vem sendo relativizadapelajurisprudência, possibilitando a concessão da liminar como instrumento de efetividade e celeridade da prestação jurisdicional,assimcomonas hipóteses em que é possível a reversibilidade do provimento concedido. Dito isso, e analisando os autos, não se verifica, em exame de cognição sumária, irregularidade capaz de acarretar a anulação do processo administrativo n. 21/2024 (págs. 64/89). Além disso, o pedido antecipatório autoral implica numa provisão obrigatória precária, mas com efeitos permanentes e, em razão de sua irreversibilidade, poderá representar um risco para a Fazenda Pública, tendo em vista a repercussão coletiva dos atos administrativos. Por fim, o pedido formulado pela parte Reclamante confunde-se com o próprio mérito da demanda e, caso concedido, esgotaria, no todo ou em parte, o objeto da ação, o que não é cabível em face da Fazenda Pública. 3. Sendo assim, indefiro a tutela de urgência de natureza antecipada requerida pela parte Reclamante. 4. Cite-se o Reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 5. Oferecida resposta, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de quinze dias. 6. Intime-se.

ADV: NEIRI OLIVEIRA OJOPI DE LIMA (OAB 5177/AC) - Processo 0704558-17.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: TAINa, registrado civilmente como Tainã Ferreira de Oliveira - RECLAMADO: Estado do Acre - 1. Trata-se de Reclamação Cível, com pedido de tutela provisória, proposta por Tainã Ferreira de Oliveira em face do Estado do Acre, postulando o fornecimento de sessões de Oxigenoterapia, que custa R$ 19.500,00 (nove mil e quinhentos reais), para 30 sessões. Juntou documentos às págs. 8/17. O Estado do Acre, em Justificação Prévia às págs. 23/29. 2. Fundamentação. O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação, conforme estabelece a Lei Federal n. 12.153/2009. Já o Código de Processo Civil, em seu artigo 300, estatui que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Vale ressaltar, todavia, que esses dispositivos devem ser cotejados com as limitações legais específicas para sua aplicação, como é o caso da Lei Federal n. 8.437/1992, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público, vedando no §3º do artigo 1º a sua concessão quando esgotar, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação. Contudo, tal vedação vem sendo relativizadapelajurisprudênciadoSuperiorTribunaldeJustiça, possibilitando a concessão da liminar como instrumento de efetividade e celeridade da prestação jurisdicional,assimcomonas hipóteses em que é possível a reversibilidade do provimento concedido. Na espécie, a parte Reclamante relatou, em suma, que sofreu queimadura grave, ajuizou a presente Reclamação Cível, requerendo, inclusive, de forma antecipada, que o Reclamado seja compelido a fornecer 30 (trinta) sessões de oxigenoterapia hiperbárica. Não se desconhece que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 196, assegura a todos o direito à saúde, impondo ao Estado esse dever. Todavia, a efetivação de políticas públicas, inclusive a de acesso à Saúde Pública, deve alcançar a população como um todo, assegurando o acesso universal e igualitário. Impõe lembrar, e relembrar, que os direitos sociais implementam-se em conformidade com as políticas públicas existentes, segundo as condições e possibilidades dos recursos públicos, pelos meios públicos que visem e estejam disponíveis a atender a todos, não sendo viável tratá-los em ações individuais, como a presente, em ordem a que, havendo esgotamento das possibilidades públicas, como no caso relata o Poder Público, deva o Poder Judiciário ordenar o seu fornecimento. E o Poder Judiciário, no tocante às políticas públicas, nela incluída a assistência à saúde, deve atuar com contenção, interferindo, de modo excepcional, no papel que cabe ao Poder Executivo, a quem cabe, por ordem constitucional, a discricionariedade e as escolhas administrativas, dentro da legalidade, de modo que ao Poder Judiciário é cabível tão somente o controle de legalidade das ações e atos governamentais, e mesmo assim, quando agir, em caso de Políticas Públicas, deve ordenar medidas coletivas, em ações coletivas, amplas para melhorar os Serviços Públicos, e não em casos individuais, em demandas individuais. E mesmo assim nas demandas coletivas ora referidas para buscar, perante o Poder Judiciário, obrigar o Estado, e seu Poder Executivo competente, verdadeiro responsável pela promoção e execução das políticas públicas, entre elas, a de assistência à saúde, o debate judicial que se deve apresentar, como objeto do conflito coletivo, não é a situação individual dessa ou daquela pessoa, mas sim a escassez ou insuficiência do Serviço Público que se revele inadequado ou incapaz de cumprir integralmente a política pública estabelecida em lei. E aí, esse o contexto do conflito, será aberto o verdadeiro debate, onde, de um lado, o autor da demanda coletiva vai deduzir sua pretensão apresentando as necessidades da coletividade ou de um de seus seguimentos coletivos, diante dos direitos coletivos positivados, frente ao atual estágio de desenvolvimento, pelo Poder Executivo, das políticas públicas destinadas a cumprir os referidos direitos coletivos e que são reivindicados, aí incluindo inclusive as escolhas políticas das prioridades eleitas pelo governante, ora responsável pela administração demandada. A balizar e servir de reflexão aos demandantes, participantes do processo judicial coletivo, inclusive o Poder Judiciário, a questão central será observar as infinitas necessidades da sociedade, por um lado, e, de outro lado, a finitude dos recursos públicos, para bem distribuir seu emprego, conforme as prioridades eleitas no processo democrático ora vigente entre nós. A política pública de assistência à saúde, assim como todas as demais políticas públicas, constantes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e no ordenamento jurídico infraconstitucional - repito - é escolha política do Poder Executivo competente ou deve a obrigação do Poder Público vir expressa em lei, assunto esse que, como já ressaltado, só pode ser debatido em ação coletiva e, mesmo assim, os parâmetros a governar a decisão devem levar em consideração a composição do orçamento público e também as opções e prioridades públicas eleitas pelo governante, ou determinadas, em lei, pelo Poder Legislativo competente. Nesse contexto, em que pese a situação narrada, há que se considerar toda a repercussão prática da decisão e a manutenção do próprio Sistema Único de Saúde, que - devo realçar - deve permanecer apto e capaz, em termos de recursos e gestão, a atender a sociedade como um todo, de modo que, embora se reconheça a necessidade das sessões requerida, de modo que privilegiar quem aciona o Poder Judiciário, em detrimento daquele que espera a ordem da fila administrativa de solicitações do Sistema Único de Saúde - SUS, que, aliás, podem estar em situação pior que a da parte Reclamante, o que não se sabe, viola o direito ao atendimento igualitário e técnico que deve reger e vigorar no Setor Público que administra a respectiva fila, inexistindo, portanto, por ora, a possibilidade de concessão da medida antecipatória. Verifica-se, ainda, que a tutela requerida é de caráter irreversível e esgota o objeto da ação, não estando comprovada, ademais, a negativa injustificada dos Reclamados em fornecer-lhe as sessões de oxigenoterapia hiperbárica buscada, bem como a urgência alegada. 3. Com esses registros e considerações, indefiro a tutela de urgência de natureza antecipada requerida. 4. Cite-se a parte Reclamada para apresentar sua resposta, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecerem proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhes apresentarem a documentação de que disponham para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, em razão de que a audiência de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade prática, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 5. Oferecidas respostas, intimem-se a parte Reclamante para manifestação no prazo de quinze dias. 6. Intime-se.

ADV: PHILIPPE UCHÔA DA CONCEIÇÃO (OAB 5665/AC), ADV: WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS (OAB 3807/AC) - Processo 0704565-09.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLI-

CO - REQUERENTE: Francisca Aélia Costa Ramos - REQUERIDO: Estado do Acre - 1. Trata-se de Reclamação Cível com pedido de tutela provisória, proposta por Francisca Aélia Costa Ramos, em face do Estado do Acre, postulando, liminarmente, a sua remoção para cidade de Rio Branco. Alega que é Agente de Polícia Civil lotada na Delegacia de Manoel Urbano. Juntou documentos às págs. 24/175. Manifestação Preliminar às págs. 181/187. 2. Fundamentação. O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/2009. Já o artigo 300, do Código de Processo Civil, estatui que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Vale ressaltar, todavia, que esses dispositivos devem ser cotejados com as limitações legais específicas para sua aplicação, como é o caso da Lei Federal nº 8.437/1992, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público, vedando no §3º do artigo 1º a sua concessão quando esgotar, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação. Contudo, tal vedação vem sendo relativizadapelajurisprudência, possibilitando a concessão da liminar como instrumento de efetividade e celeridade da prestação jurisdicional,assimcomonas hipóteses em que é possível a reversibilidade do provimento concedido. Além disso, o pedido antecipatório autoral implica numa provisão obrigatória precária, mas com efeitos permanentes e, em razão de sua irreversibilidade, poderá representar um risco para a Fazenda Pública, tendo em vista a repercussão coletiva dos atos administrativos. Por fim, o pedido formulado pela parte Reclamante confunde-se com o próprio mérito da demanda e, caso concedido, esgotaria, no todo ou em parte, o objeto da ação, o que não é cabível em face da Fazenda Pública. 3. Sendo assim, indefiro a tutela de urgência de natureza antecipada requerida pela parte Reclamante. 4. Cite-se o Reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 5. Oferecida resposta, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de quinze dias. 6. Intime-se.

ADV: LUIZ DE GONZAGA RIBEIRO DA SILVA (OAB 5959/AC) - Processo 0704647-40.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Juan Tiburcio de Souza - CASA, registrado civilmente como Arminda Tiburcio da Silva - REQUERIDO: Estado do Acre - Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. Intime-se.

ADV: IANA SANTIAGO SALES (OAB 5649/AC) - Processo 0704677-75.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Evlen Natalia Leite Ribeiro - RECLAMADO: Instituto Socio-educativo Do Estado Do Acre - ISE - 1. Trata-se de Reclamação Cível com pedido de tutela provisória, proposta por Evlen Natalia Leite Ribeiro, em face do Instituto Socio-educativo Do Estado Do Acre - ISE, postulando, liminarmente, que seja implantado o pagamento da gratificação de titulação, no importe a 20% de sua remuneração base, até o julgamento final da demanda, sob pena de multa diária a ser revertida em favor da autora. Juntou documentos às págs. 8/15. Manifestação Preliminar às págs. 20/23. 2. Fundamentação. O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/2009. Já o artigo 300, do Código de Processo Civil, estatui que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Vale ressaltar, todavia, que esses dispositivos devem ser cotejados com as limitações legais específicas para sua aplicação, como é o caso da Lei Federal nº 8.437/1992, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público, vedando no §3º do artigo 1º a sua concessão quando esgotar, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação. Contudo, tal vedação vem sendo relativizadapelajurisprudência, possibilitando a concessão da liminar como instrumento de efetividade e celeridade da prestação jurisdicional,assimcomonas hipóteses em que é possível a reversibilidade do provimento concedido. Nessa toada, cumpre esclarecer que o artigo 1º, da Lei 8.437/1992, prescreve que não será cabível liminar contra atos do Poder Público, que não poderá ser objeto de concessão em ações de mandado de segurança. Desse modo, é imperioso destacar que o artigo 7º, II, da Lei 12.016/09 aduz que "Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza." Além disso, o pedido antecipatório autoral implica numa provisão obrigatória precária, mas com efeitos permanentes e, em razão de sua irreversibilidade, poderá representar um risco para a Fazenda Pública, tendo em vista a repercussão coletiva dos atos administrativos. Por fim, o pedido formulado pela parte Reclamante confunde-se com o próprio mérito da demanda e, caso concedido, esgotaria, no todo ou em parte, o objeto da ação, o que não é cabível em face da Fazenda Pública. 3. Sendo assim, indefiro a tutela de urgência de natureza antecipada requerida pela parte Reclamante. 4. Cite-se o Reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 5. Oferecida resposta, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de quinze dias. 6. Intime-se.

ADV: ANDRESSA ASSIS DA SILVA DIAS (OAB 4791/AC) - Processo 0704687-22.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Danielle Saldanha de Souza Araújo - REQUERIDO: INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE - IDAF - 1. Trata-se de Reclamação Cível com pedido de tutela provisória, proposta por Danielle Saldanha de Souza Araújo, em face do INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE - IDAF, postulando, liminarmente, o pagamento referente a gratificação e adicional de titulação com base no vencimento básico da nova lei vigente. Juntou documentos às págs. 9/15. Manifestação Preliminar às págs. 20/35. 2. Fundamentação. O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/2009. Já o artigo 300, do Código de Processo Civil, estatui que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Vale ressaltar, todavia, que esses dispositivos devem ser cotejados com as limitações legais específicas para sua aplicação, como é o caso da Lei Federal nº 8.437/1992, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público, vedando no §3º do artigo 1º a sua concessão quando esgotar, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação. Contudo, tal vedação vem sendo relativizadapelajurisprudência, possibilitando a concessão da liminar como instrumento de efetividade e celeridade da prestação jurisdicional,assimcomonas hipóteses em que é possível a reversibilidade do provimento concedido. Nessa toada, cumpre esclarecer que o artigo 1º, da Lei 8.437/1992, prescreve que não será cabível liminar contra atos do Poder Público, que não poderá ser objeto de concessão em ações de mandado de segurança. Desse modo, é imperioso destacar que o artigo 7º, II, da Lei 12.016/09 aduz que "Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza." Além disso, o pedido antecipatório autoral implica numa provisão obrigatória precária, mas com efeitos permanentes e, em razão de sua irreversibilidade, poderá representar um risco para a Fazenda Pública, tendo em vista a repercussão coletiva dos atos administrativos. Por fim, o pedido formulado pela parte Reclamante confunde-se com o próprio mérito da demanda e, caso concedido, esgotaria, no todo ou em parte, o objeto da ação, o que não é cabível em face da Fazenda Pública. 3. Sendo assim, indefiro a tutela de urgência de natureza antecipada requerida pela parte Reclamante. 4. Cite-se o Reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 5. Oferecida resposta, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de quinze dias. 6. Intime-se.

ADV: THALLES VINICIUS DE SOUZA SALES (OAB 3625/AC) - Processo 0704705-43.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Deivid da Silva Souza - RECLAMADO: Instituto Socio-educativo Do Estado Do Acre - ISE - Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. Intime-se.

ADV: GUSTAVO SOARES DA SILVA (OAB 5644/AC) - Processo 0704721-94.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Valdenisio dos Santos Oliveira - REQUERIDO: Estado do Acre - 1. Recebo a inicial. 2. Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 3. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. 4. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. 5. Intime-se.

ADV: GUSTAVO SOARES DA SILVA (OAB 5644/AC) - Processo 0704722-79.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Magno Leite Nunes - REQUERIDO: Estado do Acre - 1. Recebo a inicial. 2. Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 3. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. 4. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. 5. Intime-se.

ADV: GUSTAVO SOARES DA SILVA (OAB 5644/AC) - Processo 0704747-92.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Gutemberg da Silva de Melo - REQUERIDO: Estado do Acre - 1. Recebo a inicial. 2. Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 3. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. 4. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. 5. Intime-se.

ADV: ISRAEL RUFINO DA SILVA (OAB 4009/AC) - Processo 0704757-39.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Rosalina Lima Mendonça - RECLAMADO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE(ACREPREVIDÊNCIA) - 1. Recebo a inicial. 2. Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 3. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. 4. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. 5. Intime-se.

ADV: AILA FREITAS PIRES (OAB 5611/AC) - Processo 0704762-61.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Arlene Maria Gurgel da Silva Andrade - RECLAMADO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE(ACREPREVIDÊNCIA) - 1. Recebo a inicial. 2. Cite-se o reclamado para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de oferecer proposta de acordo, preferencialmente até o final do referido prazo, competindo-lhe apresentar a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (art. 9º da Lei Federal nº 12.153/2009), ficando dispensada a audiência de que cuida o art. 7º do mesmo diploma legal, pois a tentativa de conciliação em reclamações como a ora examinada normalmente resulta infrutífera, alongando desnecessariamente a pauta de audiências e acarretando o comparecimento das partes à solenidade desprovida de qualquer utilidade, o que, decerto, não se ajusta aos princípios que informam os Juizados Especiais. 3. Oferecida resposta contendo questões preliminares, intime-se a parte reclamante para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. 4. Citações e intimações na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. 5. Intime-se.

ADV: ALFREDO SEVERINO JARES DAOU (OAB 3446/AC) - Processo 0704804-13.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Paulo Gomes de Moura - RECLAMADO: Estado do Acre - 1. Não há previsão legal expressa para a prévia oitiva da Fazenda Pública em tutela de urgência, salvo em mandado de segurança coletivo e ação civil pública. No entanto, a medida da prévia oitiva é recomendada e às vezes até necessária, não por imposição regras da lei, mas por princípios constitucionais e processuais, a saber, em prestígio aos princípios da não surpresa, do contraditório substancial e da cooperação, que decorrem da nova legislação processual em vigor, também aliada à compreensão sistêmica de que a concessão de medidas liminares contra o poder público merece tratamento especial, em razão do evidente interesse público e da supremacia da atividade administrativa. No caso, inclusive não se vê situação extremada, ou risco grave de perecimento de direito, a justificar o exame da tutela de urgência de imediato. 2. Com esse registro, e previamente à análise da tutela de urgência requerida, determino a intimação da parte Reclamada para manifestação, no prazo de 3 (três) dias. 3. Intime-se. 4. Após, volte imediatamente concluso, na fila de processos urgentes.

ADV: MATHEUS ROSA DA SILVA (OAB 5853/AC) - Processo 0705751-04.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Remoção - RECLAMANTE: Giselle Bandeira de Souza - RECLAMADO: Instituto Socio-educativo Do Estado Do Acre - ISE - 1. Intime-se o Embargado para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos Embargos de Declaração apresentados às páginas 163/167, nos termos do artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil. 2. Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos.

ADV: ALEIXA LIGIANE EBERT (OAB 3133/AC) - Processo 0705791-83.2023.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Irredutibilidade de Vencimentos - RECLAMANTE: Marlon Padilla de Sousa - RECLAMADO: Estado do Acre - 1. Os Embargos de Declaração opostos pela parte Reclamante (págs. 244/247), merecem acolhimento, uma vez que, de fato, há omissão na Sentença (págs. 237/241), quanto ao pedido retroativo do adicional de insalubridade que seja implantado desde a posse maio/2023 até o trânsito em julgado da ação, representando portanto as parcelas que se venceram e irão vencer ao longo da ação. 2. Pois bem. No caso, em observância às regras legais aplicáveis ao Sistema de Justiça dos Juizados Especiais e sem perder de vista a natureza indisponível do direito patrimonial discutido (recurso públicos do erário estadual), registro, no ponto, que, para se estabelecer os parâmetros do cálculo da dívida, deve-se excluir da condenação verbas ou parcelas ilíquidas e que são vedadas (proibidas) legalmente em qualquer sentença proferida no Sistema dos Juizados Especiais, a exemplo das verbas ilíquidas, sem indicação de seu valor relativamente no caso às parcelas que se venceram no curso da demanda, em observância ao que impõe o parágrafo único

do artigo 38 e o inciso I do artigo 52, ambos da Lei Federal n. 9.099/95, abaixo transcritos: Art. 38. A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório. Parágrafo único. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido. (destaquei) Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: I - as sentenças serão necessariamente líquidas, contendo a conversão em Bônus do Tesouro Nacional - BTN ou índice equivalente; Ainda registro que não poderia ser diferente, uma vez que não há nas normas que regem o Sistema dos Juizados Especiais a previsão legal do procedimento de liquidação de sentença, ainda que seja por cálculo do contador (uma das modalidades de liquidação de sentença conhecida no Código de Processo Civil/CPC), justamente porque a instauração de fase de liquidação de sentença, além de não prevista e não realizável aqui no Sistema de Justiça dos Juizados Especiais, vai de encontro aos princípios da simplicidade e celeridade, previstos no art. 2º da mencionada Lei Federal n. 9.099/1995. Permite-se, no ponto, nos Juizados Especiais, e aqui incluído o da Fazenda Pública, apenas o cálculo para atualizar dívida líquida com valor indicado na sentença a executar, o que não se confunde com o procedimento de liquidação de sentença previsto no art. 509 e seguintes do Código de Processo Civil. Referido procedimento de liquidação de sentença, no Sistema dos Juizados Especiais, e aqui, repito, incluído este Juizado Fazendário, se permitido ou implantado, descaracteriza a própria natureza jurídica dos Juizados Especiais e o rito processual aqui estabelecido e idealizado pelo Legislador Federal, impactando e afetando, inclusive, o controle da própria competência legal dos Juizados, para o respectivo trâmite e processamento de reclamações cíveis, uma vez que, caso a sentença ou também o acórdão da turma recursal, este quando, reformando a sentença, julgar procedente ação condenatória na fase recursal, não indicar o valor líquido da condenação, não se saberá inclusive se o valor posteriormente apurado em condenação ilíquida está, ou não, dentro do valor de alçada da competência do Juizado de Fazenda Pública, que são legalmente 60 (sessenta) salários mínimos. Cabe lembrar e citar ainda a propósito que: Art. 39. É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida nesta Lei. A permitir erroneamente a execução de sentenças ilíquidas aqui no Sistema de Justiça Especial dos Juizados, ainda se pode trazer algumas perplexidades, pois não será raro, após a indevida liquidação, por cálculo do contador, o valor encontrado de condenação superar a alçada legal dos 60 (sessenta) salários mínimos, o que já faz se antever o problema da ineficácia da sentença, na parte excedente, e, enfim, gerar alongamentos processuais e discussões incompatíveis com celeridade e a própria natureza dos Sistema de Justiça Especial dos Juizados. Repito: atualização de dívida líquida e indicada na sentença, como normal, regular e que se exige nos Sistema de Justiça dos Juizados Especiais não pode ser confundida ou alargada para alcançar ilegal e indevidamente a liquidação de sentença (ou acórdão) irregularmente proferida, ainda que a liquidação seja para ser feita por cálculo do contador. 3. Com esses registros, indefiro o pedido relativas às parcelas que se venceram no curso da demanda, sobre às quais não se deu ou indicou valor monetário e líquido no respectivo título executado. 4. Diante disso, acolho os Embargos de Declaração opostos às págs. 244/247, para sanar a omissão apontada e integrar a Sentença de págs. 237/241 com a fundamentação supra, passando o dispositivo da Sentença a conter a seguinte redação: “4. Julgo improcedente o pedido, também em parte, quanto às verbas ou parcelas ilíquidas, sem indicação de valor, relativamente às parcelas que se venceram no curso da presente Reclamação Cível, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei Federal n. 9.099/95, combinado com o artigo 27 da Lei Federal n. 12.153/09. “ 5. Como a interposição de Embargos de Declaração interrompe o prazo recursal, aguarde-se o prazo para eventual interposição de recurso em face da Sentença proferida. 6. Intime-se.

ADV: HELANE CHRISTINA DA ROCHA SILVA (OAB 4014/AC) - Processo 0710882-36.2024.8.01.0001 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - AUTORA: Edilene Pereira da Silva - RÉU: Estado do Acre - 1. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, inclusive com pedido de tutela de urgência, proposta por Edilene Pereira da Silva, em face do ESTADO DO ACRE, postulando o fornecimento do procedimento cirúrgico de prótese total (bilateral) de quadril. 2. Os autos foram distribuídos, inicialmente, à 2ª Vara da Fazenda Pública desta Capital, cuja MM Juíza de Direito, Titular da aludida Unidade Judicial, declinou da sua competência jurisdicional para processar e julgar a presente demanda, em razão do valor atribuído à presente demanda não ultrapassar 60 (sessenta) salários mínimos (vide pág. 58). Ocorre que às págs. 6/665, a parte Reclamante emendou a inicial e juntou orçamentos do custo cirúrgico, objeto da presente Reclamação Cível, que perfaz a quantia de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) e requereu a correção do valor da causa. Assim, corrijo o valor da presente causa para R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), conforme orçamento de custo cirúrgico, em anexo (vide págs. 67/69), objeto da presente Reclamação Cível e determino a Secretaria deste Juizado que proceda com a devida retificação do valor da causa. 3. Pelo exposto, ante o novo valor da presente causa, no caso, R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), declaro a incompetência deste Juizado Especial da Fazenda Pública para processar e julgar a presente ação e declino da competência, ao tempo em que determino o encaminhamento dos autos, via distribuidor, a 1ª Vara da Fazenda Pública desta comarca, haja vista que deté a competência exclusiva para as demandas de saúde, com as providências de rotina. 4. Intime-se. Cumpra-se, com brevidade.

III - JUDICIAL - 1ª INSTÂNCIA (Interior)

COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL

1ª VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ERIK DA FONSECA FARHAT
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERVAL CARVALHO PEREIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0344/2024

ADV: TAIRO TEIXEIRA DA SILVA (OAB 4029/AC) - Processo 0702345-48.2024.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: O.S.F. - REQUERIDO: M.H.F.S. - 1) Recebo a inicial. 2) Defiro a gratuidade da justiça. 3) Cite-se/intime-se a parte ré para audiência de conciliação/mediação, cuja designação ora determino (CPC, art. 695). 4) A parte ré poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial segue a regra do art. 335 do CPC. 5) Fiquem as partes cientes de que o comparecimento à audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir - art. 334, §10, do CPC), e a ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (CPC, art. 334, § 8º). 6) Os prints juntados com a petição inicial sugerem existência de relação de filiação entre as partes, de modo que o ônus da demora do processo deve ser deslocado da criança para o adulto em vista dos princípios que regram o tema. Assim, diante da possibilidade de paternidade e da necessidade da criança Arthur de Souza Fernandes, que é presumida. Como o autor não demonstra por prova pré-constituída a qualificação do réu, sua ocupação, fixo alimentos provisórios em 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente. Inteligência do art. 4º da Lei n.º 5.478/68. 7) Intime-se a autora apara a audiência de conciliação. Cumpra-se.

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ERIK DA FONSECA FARHAT
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERVAL CARVALHO PEREIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0345/2024

ADV: TAIRO TEIXEIRA DA SILVA (OAB 4029/AC) - Processo 0702345-48.2024.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: O.S.F. - REQUERIDO: M.H.F.S. - Audiência de conciliação designada para o dia 12/09/2024 às 09:30h Advogados, partes, membros do Ministério Público e Defensoria Pública poderão participar por VIDEOCONFERÊNCIA, através da Plataforma Google Meet. Para acesso a sala virtual de audiência, será necessária a instalação do aplicativo Google Meet. Segue o passo a passo: Acessar o link da videochamada somente no horário marcado; Digitar o código da reunião; Clicar na aba: Participar; Clicar na aba: Pedir para participar. LINK DA VIDEOCONFERÊNCIA: meet.google.com/mki-vtrr-awg

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ERIK DA FONSECA FARHAT
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉIA MOTA LIMA VASCONCELOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0341/2024

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 4940/AC) - Processo 0703522-81.2023.8.01.0002 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: C.N.H. - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de 01 (um) mandado(s), compreendendo o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos). A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ERIK DA FONSECA FARHAT
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERVAL CARVALHO PEREIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0478/2024

ADV: LEANDRO RAMOS (OAB 5347/AC) - Processo 0700244-72.2023.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - CREDOR: Banco da Amazônia S.a - DEVEDOR: Ilderlei Souza Rodrigues Cordeiro - Keiliane Nunes de Melo Cordeiro - .."Após, intime-se a parte credora para impulsionar o feito. Prazo de 10 (dez) dias".

ADV: MARIA ROSIANE DA SILVA MELO (OAB 4314/AC) - Processo 0700339-39.2022.8.01.0002 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: K.M.S.S. - INVDO: G.M.O. - HERDEIRA: A.B.C.O. - Dá a parte requerida/herdeira por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca das ultimas declarações.

ADV: SILVANA SIMÕES PESSOA (OAB 112202/SP) - Processo 0700380-06.2022.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - CREDOR: D.A.C. - DEVEDOR: A.F.F. - Dá as partes por intimadas para ciência do retorno dos autos da instância superior, bem como para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3731/AC) - Processo 0701252-50.2024.8.01.0002 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: C.C.P.I.A.N.M.G.A.S.N.M. - REQUERIDO: O.M.F. - O.M.F. - Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de mandado, compreendendo o valor de R$ 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos). A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

ADV: ÂNTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 4235/AC) - Processo 0702121-52.2020.8.01.0002 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F.S. - REQUERIDO: D.S.A. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do Aviso de Recebimento negativo ou acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça.

ADV: CAROLINA MATIAS VECCHI (OAB 120897/MG), ADV: JOÃO AUGUSTO CÂMARA DA SILVEIRA (OAB 12097/RN) - Processo 0702587-41.2023.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonia Kauane Lima da Rocha - REQUERIDA: Carlinete Oliveira da Silva - Antônia Kauane Lima Rocha, por meio da Defensoria Pública, ajuizou a presente ação de indenização por danos morais c/c retratação em face de Carlinete Oliveira da Silva. Segundo a petição inicial, no dia 14 de dezembro de 2022, a ré proferiu uma série de ofensas, xingamentos e ameaças, por meio de status divulgados nas redes WhatsApp e Facebook. Nos diversos printscreen publicados, foram expostas conversas privadas que ofendiam diretamente a honra e a dignidade da autora. Foram utilizados termos como galinha, cachorrinha, quenga, etc., além de ataques à sua qualidade de mãe, insinuação de relacionamentos simultâneos, infidelidade conjugal. Pede condenação da ré na obrigação de compensar danos morais, bem como retratação por meio de nota pública, reconsiderando as ofensas e críticas infundadas, se utilizando do mesmo meio de comunicação utilizado para o ilícito, a rede social Facebook e WhatsApp. Com a inicial vieram documentos de pp. 09/23. Despacho de recebimento da inicial (p. 24), que designou audiência de conciliação/mediação, a qual restou infrutífera, ante a ausência da ré (pp. 33-35). Citada, a ré não apresentou contestação (p. 36). Petição à p. 40. É o relatório. Decido. Cuida-se de ação na qual a autora se ressente do conteúdo de publicações feitas pela ré nas redes sociais Facebook e Whatsapp. Para além do silêncio da ré, consta às pp. 19/23 dos autos prova de publicações de conteúdo ofensivo à honra da autora. A postagem feita pela ré nas rede sociais configura ato ilícito, por emprego de texto que, como dito, distribui ofensas à honra e a dignidade da autora, inclusive com ameaças de agressão, o que enseja responsabilidade de civil e, consequentemente, compensação por danos morais. A propósito, precedente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Acre: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO. REPARAÇÃO PORDANOSMORAIS. INFLUENCIADORA DIGITAL. ALEIVOSIAS E EXCESSOS EM AMBIENTE VIRTUAL. LIBERDADE DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO. DESBORDAMENTO. EXPOSIÇÃO EXACERBADA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR ARBITRADO NA SENTENÇA. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO DESPROVIDO. Adequado o valor da indenização de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) ante os contornos do caso concreto -publicaçãoda vida pessoal pela Apelante (digital influencer) emredesocialx comentários jocosos e frequentes pela Apelada à vida pessoal da Apelante - a atender a finalidade pedagógica/compensatória, sem distanciar dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 3. Recurso desprovido (1ª Câmara Cível - Ap. Civ. 0706089-25.2022.8.01.0001 - Rel. Desª Eva Evangelista, data do julgamento 24/04/2024) A indenização por dano moral não tem um valor matemático predeterminado, mas se traduz numa compensação parcial, aproximativa, pela dor injustamente provocada, sendo, por isso, um mecanismo que visa minorar o sofrimento da vítima. Objetiva, também, dissuadir condutas assemelhadas dos responsáveis diretos, ou de terceiros em condição de praticá-las futuramente (STJ, REsp n° 631650/RO). Destarte, considerado o interesse jurídico lesado, consistente na honra da autora, precedentes de casos semelhantes, bem como que circunstâncias relevantes não estão esclarecidas, tais como alcance da publicação, estilo de vida da autora e da ré, com demonstração de efeitos secundários sobres suas atividades cotidianas, tenho como proporcional e razoável o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de compensação. Lado outro, o pedido de edição de nota a ser publicada na redes sociais não atende à reposição da honra da pessoa ofendida. Pelo contrário, providência da espécia apenas fomenta renovação do assunto perante terceiros, desencadeando novos comentários e dando ensejo a outros ilícitos, coisa que não atende ao propósito da almejada pacificação social. Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido inicial para condenar a ré Carlinete Oliveira da Silva a pagar à autora Antônia Kauane Lima da Rocha a quantia de R$ 2.000,00 (deis mil reais), a título de compensação por danos morais, acrescido de juros de mora a contar da data da citação, e correção monetária a partir do arbitramento, na forma da Súmula 362 do STJ. Com isso, extingo o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios em favor do patrono da parte autora, que ora arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), cuja exigibilidade fica suspensa em razão da gratuidade da justiça que ora lhe concedo, pois na própria petição inicial a ré é qualificada como "do lar", além do que reside em Porto Walter/AC, município com renda per capita muito baixa. Havendo interposição de recurso de apelação, vista a parte contrária para contrarrazoar (CPC, art. 1.010, § 1º), após subam-se os autos. Observe que a ré é revel, de modo que com relação a ela os prazos correm independentemente de intimação. Publique-se. Intime-se a DPE. Com o trânsito em julgado, arquive-se.

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ERIK DA FONSECA FARHAT
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉIA MOTA LIMA VASCONCELOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0348/2024

ADV: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA (OAB 108112/MG) - Processo 0701603-28.2021.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Valdenilton Rodrigues de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S.A. - Dá a parte sucumbente por intimada para, providenciar e comprovar o pagamento das custas processuais relativas aos autos em epígrafe, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de protesto e inscrição como dívida ativa do Estado do Acre.

ADV: ALYSON THIAGO DE OLIVEIRA (OAB 4471/AC), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 5319/AC) - Processo 0702241-61.2021.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - AUTOR: Lineker Albuquerque Monteiro e outro - REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A - Dá a parte sucumbente por intimada para, providenciar e comprovar o pagamento das custas processuais relativas aos autos em epígrafe, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de protesto e inscrição como dívida ativa do Estado do Acre.

ADV: ALYSON THIAGO DE OLIVEIRA (OAB 4471/AC), ADV: JOSE RAIMUNDO DE OLIVEIRA NETO (OAB 4929/AC), ADV: JOSE RAIMUNDO DE OLIVEIRA NETO (OAB 4929/AC), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 5319/AC) - Processo 0702241-61.2021.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - AUTOR: Lineker Albuquerque Monteiro e outro - REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A - Dá as partes por intimadas para ciência do retorno dos autos da instância superior, bem como para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ERIK DA FONSECA FARHAT
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERVAL CARVALHO PEREIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0349/2024

ADV: JOÃO AUGUSTO CÂMARA DA SILVEIRA (OAB 12097/RN) - Processo 0703009-50.2022.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Fixação - AUTORA: M.N.A.S. - RÉU: J.S.M.S. - Agatha Eloah dos Santos, representada por Maria de Nazaré Amorim dos Santos, ajuizou a presente ação de investigação de paternidade cc. pedido de alimentícia, em face de Jairo da Silva. Recebida a petição inicial (p. 12), foi designada audiência de conciliação ocasião em que as partes se manifestaram pela realização do exame de DNA (pp. 40/42) Manifestação Ministerial às pp. 28/29. Citado, o demandado não apresentou contestação, razão pela qual decreto sua revelia, nos termos do art. 344 do

CPC, sem, no entanto, aplicar-lhe o efeito material da inércia. À p. 55 consta laudo de exame DNA, com resultado negativo de vínculo genético paternal entre a autora e o requerido. O Ministério Público manifestou-se às pp. 63/65. Petição à p. 56. É o relatório. Decido. Segundo o art. 355, inc. I, do Código de Processo Civil, "o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas". O laudo de exame de DNA à p. 55 atesta inexistência de relação de filiação biológica, exclui a probabilidade de paternidade. Inobstante não estar o juiz adstrito a decidir com vinculação à perícia, inegável que o exame de DNA constitui prova lídima e escorreita na comprovação ou negativa de paternidade, dado o elevado grau de probabilidade que contém. Várias provas podem ser utilizadas no processo de investigação de paternidade, contudo o meio mais seguro para se comprovar a relação de filiação é o denominado exame de DNA, que não impugnado, dispensa a produção de outras provas e viabiliza o julgamento do processo no estado em que se encontra. Quanto a eventual paternidade sócio afetiva verifica-se no presente caso que a tenra idade da criança impede a formação de vínculo afetivo. Assim, seguindo o entendimento ministerial exposto no parecer de pp. 63/65, é de rigor o desacolhimento do pedido. Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo improcedente o pedido formulado na inicial e extingo o processo com resolução do mérito. Custas pela autora, além de honorários advocatícios, que estipulo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), verbas cuja exigibilidade ficam suspensas em razão da gratuidade da justiça. Caso haja interposição de recurso de apelação, intime-se o apelado para apresentar as contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 1.010, § 1.º) e caso o apelado apresente recurso adesivo, intime-se o apelante no mesmo prazo para contra razoar (CPC, art. 1.010, § 2.º), após, remetendo-se os autos ao Tribunal (CPC, art. 1.010, § 3.º). Publique-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se adotando-se os procedimentos necessários.

ADV: DIEGO LUIZ SALES RIBEIRO GONÇALVES (OAB 9062/PI) - Processo 0703207-53.2023.8.01.0002 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.A.A.S.N. - REQUERIDO: M.E.N.N. - Alfredi Biel Araújo da Silva Negreiros, Manuela Ketlen Silva Negreiros e Patricia Viana Silva Negreiros representados por sua genitora Claudia Aparecida Araújo da Silva Negreiros, ajuizaram a presente ação em face de Manoel Edson de Negreiros Neto, requerendo a condenação deste na obrigação de pagamento de pensão alimentícia no valor correspondente a 75% do salário mínimo em vigência. O réu foi devidamente citado, mas não apresentou resposta à ação, razão pela qual decreto sua revelia. Manifestação do Ministério Público às pp. 40/41. É breve relatório. Decido. No caso em apreço, a obrigação de prestar alimentos decorre do poder familiar, pois é dever dos pais o sustento dos filhos menores, nos termos do art 229 da Constituição da República, art. 22 do Estatuto da Criança e Adolescente e art. 1.566, inciso IV, do Código Civil. Em favor das partes autoras existe presunção de necessidade, que não foi elidida por prova em contrário. Como é cediço, o quantum devido na prestação de alimentos deverá ser fixado na proporção das necessidades do alimentado e dos recursos financeiros da pessoa obrigada. O referencial indicado na petição inicial já é o salário mínimo, cujas balizas são estreitas. Não existem outros dados concretos capazes de demonstrar o grau de capacidade de pagamento do demandado. O percentual sugerido é comum nessa espécie de demanda e condizente com a necessidade de pessoa em desenvolvimento. Isso posto, julgo procedente o pedido inicial, para condenar o requerido a pagar mensalmente às partes autoras, a título de pensão alimentícia, a importância correspondente a 75% do salário mínimo em vigência, devendo tal prestação ser depositada em conta bancária de titularidade da genitora das partes requerentes, até o dia 05 (cinco) de cada mês subsequente ao vencido, a contar da citação (28/11/2023 fl. 33), nos termos do art. 1.694 e ss., do CC/2002, e art. 13, § 2.º, da Lei nº 5.478/68. Declaro extinto o processo, com a resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC. Havendo interposição de recurso de apelação, dê-se vista à parte contrária para apresentar contrarrazões (CPC, art. 1.010, §1º), remetendo-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Acre, com as homenagens de estilo. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Publique-se. Intimem-se. Custas pelo réu. Dê-se ciência ao Ministério Público.

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ERIK DA FONSECA FARHAT
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERVAL CARVALHO PEREIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0350/2024

ADV: NAFIS GUSTAVO SILVA BRAGA (OAB 6405/AC), ADV: NAFIS GUSTAVO SILVA BRAGA (OAB 6405/AC) - Processo 0702570-05.2023.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: U.S.C. - L.C.L. - Liliane Cunha Lima e Uilton Sarah Cerqueira, mediante advogado(a) constituído(s), apresentaram pedido de divórcio consensual, com acordo extrajudicial de guarda e alimentos com relação a filha comum Heloísa Cunha Sarah, requerendo a homologação judicial. Inicialmente o Ministério Público manifestou-se desfavoravelmente à homologação do acordo no que tange a guarda e alimentos em favor da criança Heloísa Cunha Sarah (pp. 33-36), contudo, após as parte aditarem o acordo (pp. 37-39), o órgão ministerial apresentou novo parecer favorável (pp. 44-48). É o relatório. Decido. Estabelece o art. 226, § 6º, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 66/2010: "O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio". Neste sentido, dispõe o artigo 731, do CPC: "A homologação do divórcio ou da separação consensuais, observados os requisitos legais, poderá ser requerida em petição assinada por ambos os cônjuges (...)." In casu, os documentos acostados ao processo comprovam a existência do casamento e a manifesta impossibilidade de reconstituição da vida familiar, tendo ambos manifestado desejo de por fim ao casamento através do divórcio, devendo ser acatada a expressão da vontade das partes. E quando ao acordo de guarde e alimentos com relação a criança Heloísa Cunha Sarah (pp. 37-39), verificado que os interessados são legítimos, o pedido é juridicamente possível, e a forma adequada à pretensão dos requerentes, nenhum óbice há à homologação do acordo celebrado. Ante o exposto, decreto o divórcio de Uilton Sarah Cerqueira e Liliane Cunha Lima, com fundamento na EC nº 66/2010 c/c o art. 731 do CPC. Ainda, homologo acordo de guarde e alimentos com relação a criança Heloísa Cunha Sarah (pp. 37-39), para que surta os seus efeitos jurídicos. Declaro extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, em razão da gratuidade da justiça. Expeça-se mandado para averbação à margem do assento de casamento desta sentença de divórcio. Publique-se. Intimem-se. Após, arquivem-se independentemente do trânsito em julgado.

2ª VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE DE SANTANA SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0333/2024

ADV: FERNANDO CÉSAR DELFINO DA SILVA (OAB 268049/SP), ADV: DANIELE MOREIRA ANGELO LOPES (OAB 391528SP) - Processo 0700526-76.2024.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Recauchutagem de Pneus Mirassol Ltda - REQUERIDO: TS Transportes Ltda - Despacho Defiro o sobrestamento do feito requerido à pág. 36. Intimem-se as partes para que apresentem o acordo realizado. Cruzeiro do Sul-AC, 26 de julho de 2024. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: LARISSA SOUZA CARVALHO (OAB 4714/AC) - Processo 0700924-57.2023.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - AUTOR: Empreendimentos Pague Menos S/A (¿pague Menos¿ - RÉU: Sebastião Valdomiro Souza de Carvalho - Pelo exposto, determino: a) a realização de perícia técnica no local do imóvel objeto do litígio, por profissional habilitado (engenheiro), cujo objetivo é apurar o preço de mercado do imóvel. A avaliação deverá levar em consideração as características e localização do imóvel. Proceda a Secretaria à nomeação do profissional para desempenhar a função de perito. Intimem-se. Cruzeiro do Sul-(AC), 30 de julho de 2024. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: JORGE DONIZETI SANCHEZ (OAB 73055/SP) - Processo 0701395-39.2024.8.01.0002 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: A.C.F.I. - REQUERIDO: A.P.C.S. - Dá a parte AUTORA por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, promover o pagamento da custas processuais de pp. 57.

ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: RAIMUNDO ILDEFONSO DE ALMEIDA (OAB 3587/AC), ADV: FRANCISCO EUDES DA SILVA BRANDÃO - Processo 0702111-03.2023.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Seguro - AUTOR: raimundo ildefonso de almeida, registrado civilmente como Francisco Marcos Teles Rodrigues - REQUERIDO: Brasilseg Companhia de Seguros - Decisão In casu, observo que a parte autora inicialmente estava representada pelo advogado outorgado à p. 17 (instrumento datado de 03/06/2023), ao tempo em que à p. 81, ao invés de substabelecimento, junta-se procuração de advogado diverso com data anterior à primeira (instrumento datado de 24/04/2023), de modo que ambos os defensores passaram a peticionar de forma independente e contraditória nos autos, conforme manifestações de pp. 164, 193/194, 456/458 e 462/463, além do termo de audiência de p. 192, causando nítida confusão no processo. É sabido que, sendo válidos ambos os instrumentos de mandato para os fins de representar o Requerente em juízo, há de prevalecer o firmado em data posterior, que revoga o anterior, naquilo em que não houver ressalva, como no caso. Inválido, nesse contexto, o substabelecimento ou procuração juntada por advogado que já não detinha poderes nos autos, concluindo-se que o autor pode não se encontrar devidamente representado judicialmente. Essa situação acarreta a nulidade de todos os atos processuais realizados posteriormente, com exceção das medidas consideradas urgentes, conforme estabelecido no inciso I do art. 313 e art. 314 do (CPC). Posto isso, visando evitar futuras alegações de nulidade e cerceamento, intime-se a parte autora PESSOALMENTE para que ESCLAREÇA quem é o ADVOGADO que a representa e apresente instrumento de mandato atualizado, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze)

dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Advirta-se que o descumprimento da intimação específica para regularizar a representação processual leva à extinção do processo sem julgamento de mérito, com o consequente cancelamento da distribuição da ação, nos termos do art. 485, inciso IV, e 321 do CPC (AC 5006364-80.2017.4.04.7105 RS, Segunda Turma, Rel. Andrei Pitten Velloso, DJ 27.11.2018). Havendo a regularização, venham-me conclusos para saneamento e análise de convalidação de atos já praticados. Não havendo regularização/manifestação no prazo, venham-me conclusos para extinção. Diligências necessárias. Atenda-se. Cruzeiro do Sul-(AC), datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: JOAO TOTA SOARES DE FIGUEIREDO FILHO (OAB 2787/AC) - Processo 0702146-07.2016.8.01.0002 - Cumprimento de sentença - Serviços de Saúde - REQUERENTE: N.L.O.S. - REQUERIDA: A.W.C.B.D. - TERCEIRO: A.A.V.N. - Intime-se a executada para que complemente o pagamento das parcelas consistente na correção monetária e juros de um por cento ao mês, conforme determinado.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 4187/AC) - Processo 0702296-07.2024.8.01.0002 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: A.C.F.I. - RÉU: M.S. - A parte autora Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda. requereu contra A Monteiro da Silva Ltda a busca e apreensão liminar de bem alienado fiduciariamente, em conformidade com o disposto no Decreto Lei n.º 911/69. Havendo prova de que a parte devedora foi constituída em mora, em face do não cumprimento das obrigações contratadas e garantidas por pacto adjeto de alienação fiduciária, há que ser concedida a medida liminar pleiteada. Ante o exposto, defiro liminarmente a medida pleiteada, determinando a expedição de mandado de busca e apreensão do bem, depositando-o em mãos da parte requerente, na pessoa de seu representante legal ou de preposto por ela indicada, permanecendo no aguardo de iniciativa da parte devedora em reavê-lo mediante o pagamento da dívida (Dec.-Lei n.º 911/69, artigo 3º, caput, e § 2º). Executada a liminar, cite-se a parte requerida para, em 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor na inicial, acrescidos das despesas processuais e honorários advocatícios, estes desde já fixados em 10% (dez por cento) do valor da divida (Dec.-lei 911/69, art. 3º, parágrafo 2º), hipótese na qual o bem lhe será restituído livre de ônus. Outrossim, se lhe aprouver, poderá o devedor fiduciante apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da execução liminar (Dec.-lei, art. 3º, parágrafo 3º). Expeça-se o necessário, ficando autorizado o cumprimento do mandado com os benefícios do art. 212, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, se tal faculdade tenha sido requerida pelo autor. Por fim, autorizo a requisição de força policial e ordem de arrombamento para cumprimento da diligência de busca e apreensão, caso necessários, se tal faculdade tenha sido postulada pelo requerente. Decreto segredo de justiça nos autos. Determino que todas as publicações e intimações sejam feitas exclusivamente em nome do advogado Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB/SP 115.665), sob pena de nulidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ESTEVAN SOLETTI (OAB 6474/AC), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP), ADV: OZANIA MARIA DE ALMEIDA (OAB 2625/AC) - Processo 0703088-29.2022.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Sicoob Acre - REQUERIDO: Maria C F Silva Me - Pelo exposto, determino: intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o débito no valor de R$ 36.369,04 (trinta e seis mil, trezentos e sessenta e nove reais e quatro centavos), acrescidos de multa de 10% e honorários advocatícios, nos termos do artigo 523, § 1º, do CPC, não havendo pagamento voluntário no prazo acima, determino que sejam fixados honorários sucumbenciais na fase de cumprimento de sentença, bem como a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 523, § 1º, do CPC. Quanto ao pedido de designação de audiência de conciliação à pág. 293, considerando o desinteresse da parte autora, indefiro o pedido. Intimem-se. Cruzeiro do Sul-(AC), datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: BRUNO SILVA MATOS (OAB 99106/MG), ADV: GABRIEL SANTANA DE SOUZA (OAB 5643/AC) - Processo 0703955-85.2023.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Nazaré Oliveira da Silva - REQUERIDO: Itavida Seguros - RÉU: SulAmerica Seguros S/A - Decisão Observo que há questão processual pendente, uma vez que não houve apreciação do pedido de aditamento de p. 175, pelo que CHAMO O FEITO À ORDEM e TORNO SEM EFEITO todos os documentos expedidos a partir de p. 181 e passo a decidir: Trata-se de ação de cobrança para concessão de pagamento securitário com pedido de indenização por danos morais ajuizada por Maria de Nazaré Oliveira da Silva em desfavor de Itavida Seguros, alegando a autora que é contratante do serviço de seguro de acidentes pessoais coletivos junto à requerida e formalizou contrato com base nas disposições estabelecidas. O certificado emitido aos 26/07/2023 sob o nº00023353 determina a vigência do seguro de 1º/09/2022 até 31/08/2027, abrangendo coberturas como morte, seguro funeral, auxílio de cesta básica, morte acidental e invalidez permanente total ou parcial por acidente. Sustentou que, posteriormente, a autora foi diagnosticada com gonartrose (CID M 17) decorrente de um incidente com um cachorro, no qual a requerente, ao tentar evitar um ataque, caiu de uma escada, resultando em forte impacto nos joelhos. Aduziu que o acidente deixou a autora incapacitada de se locomover adequadamente por cerca de três dias, apresentando inchaço no joelho esquerdo. Após buscar assistência médica na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), a autora recebeu tratamento, mas os sintomas persistiram. Consultas subsequentes com ortopedistas confirmaram o diagnóstico de gonartrose, evidenciando a origem do problema no joelho em decorrência do incidente com o cachorro. Diante da necessidade de cuidados médicos contínuos e considerando a natureza degenerativa da lesão, a a autora acionou o seguro contratado, no entanto, a Seguradora recusou a indenização que lhe era devida no valor de R$ 14.627,00, alegando a ausência de sequelas funcionais passíveis de cobertura. Sustentou que, diante do indeferimento injustificado por parte da Seguradora, a autora propõe a presente demanda judicial, buscando a reparação dos danos e o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela requerida. Após a juntada de documentos comprobatórios, houve o recebimento da inicial com deferimento da justiça gratuita e determinação de citação da requerida (pp. 32/34). A requerida Itavida Clube de Seguros apresentou contestação às pp. 77/170, argumentando a ilegitimidade passiva por entender tratar-se de mero estipulante de seguros, não representando a seguradora, sendo, no mínimo, na hipótese de se entender pela legitimidade, o caso de litisconsórcio passivo necessário, devendo ser citada a Seguradora Responsável (SULAMÉRICA SEGUROS - CNPJ CNPJ 01.704.513/0001-46) na Rua do Passeio, n 42, 6 pavimento, Centro - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20021-29. No mérito, defende que não houve negativa de pagamento, mas tão somente uma solicitação para apresentação de novos documentos e / ou a submissão da autora à perícia médica, requerendo a improcedência dos pedidos da exordial. Réplica às pp. 176/180. A parte autora na petição de p. 175 pugna pelo aditamento da inicial para ampliação do polo passivo. Vieram-me conclusos. É o relatório. Decido. Pois bem. Inicialmente, quanto a arguição de matéria preliminar atinente à ilegitimidade passiva da ré Itavida Clube de Seguros, entendo por infundada. Vejamos: RECURSO ESPECIAL. CIVIL. DIREITO SECURITÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. APÓLICE COLETIVA. ESTIPULANTE E CORRETORA DE SEGUROS. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. GRUPO ECONÔMICO. RELAÇÃO DE CONSUMO. CONTRATO FIRMADO NO INTERIOR DO BANCO. SÚMULA Nº 7/STJ. SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS. MORTE DO SEGURADO. CHOQUE SÉPTICO PÓS-OPERATÓRIO. CIRURGIA BARIÁTRICA. ACIDENTE PESSOAL. CARACTERIZAÇÃO. INFECÇÃO DECORRENTE DE TRAUMA FÍSICO. MORTE NATURAL POR DOENÇA. AFASTAMENTO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. QUESTIONÁRIO DE RISCO. OMISSÃO DE ENFERMIDADE PREEXISTENTE. IRRELEVÂNCIA. MORTE ACIDENTAL. FALTA DE CORRELAÇÃO COM O SINISTRO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ALTERAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. MULTA PROTELATÓRIA. NÃO APLICAÇÃO. SÚMULA Nº 98/STJ. 1. Ação de cobrança na qual se busca o pagamento de indenização decorrente de contrato de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivo, visto que o segurado veio a óbito após a realização de cirurgia bariátrica, em virtude de choque séptico e falência múltipla dos órgãos. 2. Este Tribunal Superior firmou o entendimento de que o estipulante, em regra, não é o responsável pelo pagamento da indenização securitária, visto que atua apenas como interveniente, na condição de mandatário do segurado, agilizando o procedimento de contratação do seguro. 3. É possível, excepcionalmente, atribuir ao estipulante e à corretora de seguros a responsabilidade pelo pagamento da indenização securitária, em solidariedade com o ente segurador, como nas hipóteses de mau cumprimento das obrigações contratuais ou de criação nos segurados de legítima expectativa de serem eles os responsáveis por esse pagamento (teoria da aparência), sobretudo se integrarem o mesmo grupo econômico. 4. Para fins securitários, a morte acidental evidencia-se quando o falecimento da pessoa decorre de acidente pessoal, sendo este definido como um evento súbito, exclusivo e diretamente externo, involuntário e violento. Já a morte natural configura-se por exclusão, ou seja, por qualquer outra causa, como as doenças em geral, que são de natureza interna, feitas exceções às infecções, aos estados septicêmicos e às embolias resultantes de ferimento visível causado em decorrência de acidente coberto, os quais serão também considerados, nessas situações, morte acidental (Resolução CNSP nº 117/2004). 5. Constatada a morte acidental do segurado, ocasionada por infecção, septicemia ou embolia, resultante de ferimento visível causado em decorrência de acidente coberto (evento externo, súbito, involuntário, violento e lesionante), é de ser reconhecido o direito à indenização securitária decorrente da garantia morte por acidente. 6. Quando se tratar de morte acidental e não de morte natural por doença, o silêncio do segurado acerca da enfermidade preexistente no questionário de risco não enseja a aplicação da pena do art. 766 do CC, já que a informação sonegada em nada concorreu para a ocorrência do dano, não guardando relação com o sinistro gerado. Inteligência do enunciado nº 585 da VII Jornada de Direito Civil. 7. A matéria relativa à correção monetária é de ordem pública, de modo que a alteração do termo inicial de ofício pelo tribunal não configura reformatio in pejus. Precedentes. 8. O Superior Tribunal de Justiça consagrou o entendimento de que, nas indenizações securitárias, a correção monetária incide desde a data da celebração do contrato até o dia do efetivo pagamento do seguro, pois a apólice deve refletir o valor contratado atualizado. 9. Não evidenciado o caráter protelatório dos embargos de declaração, impõe-se a inaplicabilidade da multa prevista no parágrafo 2º do art. 1.026 do CPC/2015. Incidência da Súmula nº 98/STJ. 10. Recurso especial do BANCO CITIBANK S.A. e da CITIBANK COR-

RETORA SEGUROS S.A. não provido. Recurso especial da METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A. parcialmente provido, apenas para afastar a multa processual. (STJ - REsp: 1673368 MG 2017/0074992-0, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 15/08/2017, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/08/2017) In casu, verifico a legitimidade da ré Itavida Clube de Seguros, vez que vislumbro a criação na beneficiária de legítima expectativa de ser a ré a responsável pelo pagamento pleiteado (teoria da aparência), pois, inclusive, providenciou junto à beneficiária os trâmites necessários acerca do pagamento do seguro, conforme pp. 90/110, sendo a aferição de sua responsabilidade, matéria de mérito. Nesses termos, rejeito tal preliminar. Por outro lado, como é cediço a parte autora pode aditar a inicial após a citação da parte ré até o saneamento do feito, desde que, haja anuência desta, conforme disciplina o art. 329, inciso II, do CPC. No caso em comento, destaco a desnecessidade de intimação da ré para manifestar-se quanto ao pedido de p. 175, vez que já se demonstrou favorável à inclusão da seguradora no polo passivo da demanda, devendo, portanto ser deferido o aditamento pretendido, visto que não houve alteração da causa de pedir e do pedido e nem mesmo ocasionou cerceamento a defesa da parte ré. Nesta senda, considerando que o aditamento realizado pela parte autora não trará qualquer prejuízo a parte ré, e que a autora justificou a necessidade de ampliação do polo passivo para constar todos aqueles a qual a autora afirma serem responsável pela falha no pagamento de seguro, bem como em atenção ao princípio da economia processual e da primazia ao julgamento de mérito, tenho que seja o caso dos autos. Neste sentido, colaciono os seguintes julgados do C. STJ: CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. OMISSÕES E CONTRADIÇÕES. INOCORRÊNCIA. EMENDA À INICIAL APÓS CITAÇÃO. POSSIBILIDADE, DESDE QUE INEXISTENTE ALTERAÇÃO DO PEDIDO OU DA CAUSA DE PEDIR. ADMISSIBILIDADE DE SIMPLES MODIFICAÇÃO DO NOMEN JURIS DA AÇÃO E DO FUNDAMENTO LEGAL. OBSERVÂNCIA, ADEMAIS, DO CONTRADITÓRIO, COM A POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO À CONTESTAÇÃO. REGISTRO CIVIL DE FILHO COM A CIÊNCIA DE QUE INEXISTIA VÍNCULO BIOLÓGICO. ATO VOLUNTÁRIO E CONSCIENTE. REGISTRO IMODIFICÁVEL. AUSÊNCIA DE ERRO OU DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. REGISTRO CIVIL DE FILHA SOB A CONVICÇÃO DE QUE EXISTIA VÍNCULO BIOLÓGICO. CONFIGURAÇÃO DE ERRO SUBSTANCIAL. REGISTRO IMODIFICÁVEL, TODAVIA, DIANTE DA CONFIGURAÇÃO DE RELAÇÃO PATERNO-FILIAL SOCIOAFETIVA. RELAÇÃO AMOROSA E AFETUOSA. CONVIVÊNCIA PÚBLICA E DURADOURA POR LONGO PERÍODO. [] 4- É admissível a determinação de emenda à petição inicial, mesmo após a citação do réu e a apresentação de defesa, quando não houver alteração no pedido ou na causa de pedir. Precedentes. [...] (STJ - REsp. nº 1.698.716/GO, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 11/09/2018, DJe 13/09/2018) (sem grifos no original).---------- AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA CASSADA PARA EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL. IMPOSSIBILIDADE. OFERECIMENTO DE CONTESTAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 264 DO CPC/1973. PRESTAÇÃO DE CONTAS. REQUISITOS ESTABELECIDOS PELA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO ATENDIMENTO. PEDIDO GENÉRICO. EXTINÇÃO DA AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A vedação de emenda da petição inicial após a citação, sem o consentimento do réu, somente incide nas hipóteses em que há alteração da causa de pedir ou do pedido, sendo possível nos casos em que a adição não implicar a referida modificação. Precedentes. (STJ - AgRg. no REsp. nº 1.554.906/PR, Relator o Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 12/04/2016, DJe 22/04/2016) (sem grifos no original).---------- PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU INCLUSÃO DE PARTE NO POLO PASSIVO DA AÇÃO APÓS A CITAÇÃO DO RÉU. INTERDITO PROIBITÓRIO. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC. EMENDA DA INICIAL APÓS CITAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS E DA ECONOMIA PROCESSUAL. PECULIARIDADES DO CASO QUE JUSTIFICAM A RETIFICAÇÃO DO POLO PASSIVO. INEXISTÊNCIA DE MODIFICAÇÃO DA CAUSA DE PEDIR OU PEDIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Não há violação do disposto no art. 535 do CPC quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados. 2. Observados os princípios da instrumentalidade das formas e da economia processual, é possível a relativização das regras previstas no art. 264 do CPC para se admitir a emenda da inicial após a citação do réu desde que isso não acarrete alteração da causa de pedir ou do pedido. Precedentes. 3. Recurso especial não provido." (STJ - REsp nº 1.473.280/ES, Relator o Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 01/12/2015, DJe 14/12/2015) (sem grifos no original). Isto posto, recebo o aditamento à inicial de p. 175. Proceda-se à secretaria com as anotações de praxe no tocante a ampliação do polo passivo e inclua-se como requerida SUL AMERICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDENCIA S.A, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.704.513/0001-46, com sede administrativa na Rua do Passeio, Bairro Centro, Nº 42, Pavimento 6, CEP n° 20021-290, Rio de Janeiro - RJ. Após, designe-se audiência de conciliação/mediação, cuja realização será de forma híbrida (videoconferência/presencial) promovida por Conciliador habilitado, por meio da plataforma GOOGLE MEET, mediante acesso ao link a ser disponibilizado pelo Juízo previamente. Cite-se/intime-se a parte requerida para responder à ação e comparecer à audiência, advertindo-a de que o prazo de 15 (quinze) dias para a contestação fluirá da audiência de conciliação/mediação, por inteligência do art. 335, I, do CPC. A parte requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será na forma do artigo 335 do CPC. Intimem-se as demais partes para audiência, ficando cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir, Art. 334, § 10, do CPC). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (§ 8º, art. 334 CPC/2015). As partes devem estar acompanhadas de seus advogados (Art. 334, § 9º, do CPC). Diligências necessárias. Intime-se. Cumpra-se. Cruzeiro do Sul-(AC), datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE DE SANTANA SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0340/2024

ADV: JOSÉ WALTER MARTINS (OAB 106/AC), ADV: JOSÉ RODRIGUES TELES (OAB 1430/AC) - Processo 0000001-98.1988.8.01.0002 (002.88.000001-7) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - CREDOR: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ - DEVEDOR: Pedro Juvêncio Barroso Filho - Em atenção a certidão de fl. 832, retifico a sentença em relação às custas. Sem custas.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0700046-74.2019.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de citação por edital.

ADV: OZANIA MARIA DE ALMEIDA (OAB 2625/AC), ADV: LISIEUX MACIEL RIBEIRO (OAB 20552/CE) - Processo 0700110-45.2023.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: J.M.C. - REQUERIDO: F.C.L.B. - Intime-se o requerido para realizar o pagamento restante do valor, conforme requerida a fl. 234.

ADV: MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA (OAB 5174/RO) - Processo 0700195-36.2020.8.01.0002 - Cumprimento de sentença - Pagamento - AUTOR: Central Pec Comércio e Representações Ltda - Defiro o pedido de nova busca de bens em nome do Executado, através do SISBAJUD e RENAJUD.

ADV: RAFAEL DE LACERDA CAMPOS (OAB 74828/MG), ADV: FABIANA DINIZ ALVES (OAB 98771/MG), ADV: DANIEL JARDIM SENA (OAB 112797/MG) - Processo 0700215-85.2024.8.01.0002 - Monitória - Obrigações - REQUERENTE: Itpac - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos S.a - Defiro o pedido de buscas ao endereço do requerido, através dos sistemas à disposição da justiça.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 4901/AC), ADV: LEVI BEZERRA DE OLIVEIRA, ADV: MARCELLE MARTINS VIEIRA (OAB 4794/AC), ADV: MARCUS PAULO CORREIA CIACCI (OAB 4552/AC) - Processo 0700379-55.2021.8.01.0002 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Victor Manuel Yacono Alvarez - Junte a secretaria a informação requerida.

ADV: RIBAMAR DE SOUSA FEITOZA JÚNIOR (OAB 4119/AC), ADV: ANTÔNIO ÁTILA SILVA DA CRUZ (OAB 2649E/AC), ADV: IASMIN SANTIAGO SALES (OAB 4953/AC) - Processo 0700460-09.2018.8.01.0002 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - USUCPTE: Marlucia Araujo Rodrigues - USUCAPIADO: Marcial Calonga - Fátima Maria Januário de Souza - Sentença I - RELATÓRIO Marlúcia Araújo Rodrigues ajuizou ação de usucapião extraordinária de imóvel urbano em face de Marcial Calonga e Fátima Maria Januário de Souza, dos confitantes Francisca Eudete de Araújo Silva e Leidneia Castro de Souza e possíveis interessados. Alegou a autora, em síntese, que mora e exerce a posse forma mansa, pacífica, contínua, sem oposição e com animus domini, há mais de 15 (quinze) anos, de uma área com 275 ha (duzentos e setenta e cinco hectares), localizada na rua Acre, nº 1211, bairro COHAB, Cruzeiro do Sul/AC. Verberou que o imóvel está registrado no Livro 2 Q, fls. 137, R-0-5.073, conforme certidão de inteiro teor emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Cruzeiro do Sul/AC. Aduziu que o croqui da residência foi feito no dia 09/02/2018, pela Prefeitura de Cruzeiro do Sul/AC, conforme boletim de informação cadastral. Consta, também, contrato de compra e venda de imóvel entre o requerido e a COHAB, assim como o comprovante de sua quitação. Sustentou a autora que foi morar no imóvel no ano de 1990, após ter reformado a casa, sendo que o negócio referido com o antigo proprietário ocorreu de forma verbal. Na verdade, a autora realizou o negócio com sua sobrinha Maine que tinha comprado a casa do antigo proprietário, de modo que, até a presente data, não regularizou a situação do imóvel e também não tem ideia de onde esteja residindo o antigo proprietário e sua esposa. Assim, ao longo de mais de

15 (quinze) anos, a autora ali construiu sua residência com sua família e realizou diversas benfeitorias, obras e serviços de caráter produtivo, cumprindo com a função social da propriedade. Pelo exposto, requereu a procedência da ação para que seja outorgado à autora o domínio em relação ao imóvel usucapiendo, por meio de sentença, que servirá como título para o devido registro no Cartório Imobiliário competente. Anexou documentos (pp. 08/36), dentre eles: boletim de informação cadastral da Prefeitura (pp. 12/15), declaração anual de quitação de débitos anos de 2012 a 2016 (pp. 32/36), certidões de quitação de energia elétrica dos últimos 05 (cinco) anos, sendo que o cadastro junto à companhia de eletricidade é em nome da autora. Buscas INFOJUD do requerido Marcial Calonga (p. 40). Carta precatória expedida para citação dos requeridos Marcial Calonga e Fátima Maria Januário de Souza (p. 50). Certidão deixando de intimar Fátima Maria Januário de Souza, pois é desconhecida no endereço indicado (p. 61). Citação por edital de Fátima Maria Januário de Souza (p. 68) e de Marcial Calonga (p. 75), porém não houve qualquer manifestação. Contestação por negativa geral de Marcial Calonga requerendo a improcedência da inicial (pp. 86/87). Réplica à contestação de Marlúcia Araújo Rodrigues remissivas à inicial (p. 89). Audiência de instrução e julgamento realizada no dia 23/03/2022, presente a autora, ausente a parte requerida. Presente a curadora especial. Na oportunidade foram ouvidas as testemunhas arroladas pela autora (p. 114). O Estado do Acre informou que a área objeto da pretensão aquisitiva não se sobrepõe e nem integra o patrimônio público estadual, pois é uma propriedade privada (p. 154). É o relatório. II - FUNDAMENTAÇÃO Cuida-se de Ação de Usucapião Extraordinária de imóvel urbano ajuizada por Marlúcia Araújo Rodrigues em face de Marcial Calonga e Fátima Maria Januário de Souza, dos confitantes Francisca Eudete de Araújo Silva e Leidneia Castro de Souza e possíveis interessados. Anote-se, por primeiro, que a usucapião extraordinária encontra-se disciplinada no artigo 1238 do Código Civil e pode ser reconhecida para aquele que exercer, durante 15 (quinze) anos, a posse mansa, pacífica e ininterrupta da área. Ele poderá pedir ao juiz que declare a propriedade por sentença, a qual servirá de título para o registro no cartório de imóveis.Vejamos: Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo. (destaquei) Usucapião é um modo de aquisição da propriedade e ou de qualquer direito real que se dá pela posse prolongada da coisa, de acordo com os requisitos legais, sendo também denominada de prescrição aquisitiva. A usucapião pode recair tanto sobre bens móveis quanto sobre imóveis, sendo a usucapião sobre bens imóveis dividida em três espécies: extraordinário (artigo 1.238, do CC), ordinário (artigo 1.242, do CC) e especial (rural e urbana -artigos 1.239 e 1.240 do CC, respectivamente). O caso em exame aborda a usucapião extraordinária, prevista no artigo 1.238 do Código Civil, que tem como requisitos a posse ininterrupta de 15 (quinze) anos, exercida de forma mansa e pacífica com ânimo de dono, período que poderá ser reduzido para 10 (dez) anos nos casos em que o possuidor estabelecer no imóvel a sua moradia habitual ou nele tiver realizado obras e serviços de caráter produtivo, na forma prevista no parágrafo único do referido artigo. Constituem requisitos para a consumação da usucapião: a coisa hábil ou suscetível de usucapião, a posse, o decurso do tempo, o justo título e a boa-fé, sendo certo que os três primeiros itens são requisitos necessários para todas as espécies, enquanto o justo título e a boa-fé são requisitos somente da usucapião ordinário, que não vem ao caso. Primeiramente, deve ser verificado se a coisa é suscetível de usucapião, posto que os bens fora do comércio e os bens públicos não se sujeitam a esta forma de aquisição de propriedade. A posse é fundamental para a caracterização da prescrição aquisitiva, no entanto, não é qualquer posse que a configura, pois a lei, nos artigos 1.238 a 1.242 do CC, exige que seja revestida de algumas características, ou seja, deverá estar presente o ânimo de dono, a natureza mansa e pacífica da posse, isto é, sem oposição, cabendo ressaltar que a defesa desta posse em juízo contra terceiros não retira essa característica, desde que fique configurado o ânimo de dono e, por fim, deverá ser contínua, sem interrupção, ficando proibida a posse em intervalos, de modo que a posse deve estar conservada durante todo o tempo que antecede o ajuizamento da ação de usucapião. O cumprimento de tais requisitos também foi demonstrado pela parte autora por meio dos depoimentos das testemunhas em audiência, que confirmaram que há mais de 15 anos aquela ocupa o imóvel em questão. Ressalto que no presente feito não houve qualquer intervenção de interessados ou do Município, Estado e União, bem como não vislumbro qualquer das causas impeditivas à usucapião de bens, quais sejam: a) entre cônjuges, na constância do matrimônio; b) entre ascendente e descendente, durante o pátrio poder; c) entre tutelados e curatelados e seus tutores e curadores, durante a tutela e a curatela; d) em favor de credor pignoratício, do mandatário, e, em geral, das pessoas que lhe são equiparadas, contra o depositante, o devedor, o mandante, as pessoas representadas, os seus herdeiros, quanto ao direito e obrigações relativas aos bens, aos seus herdeiros, quanto ao direito e obrigações relativas aos bens confiados à sua guarda. E igualmente não identifico no caso em exame qualquer das hipóteses previstas no artigo 1.244 do CC (causas que obstam, suspendem ou interrompem a prescrição que também se aplicam à usucapião): a) contra os incapazes de que trata o art. 5.° do CC; b) contra os ausentes do país em serviço público da união, dos Estados, ou dos Municípios; c) contra os que se acharem servindo na armada e no exército nacionais, em tempo de guerra; d) pendendo condição suspensiva; e) não estando vencido o prazo; f) pendendo ação de evicção. Considero satisfatórias as provas documentais apresentadas pela parte autora a fim de demonstrar que exerceu, por mais de 15 (quinze) anos, a posse sobre o imóvel em litígio de forma mansa, pacífica, ininterrupta, com ânimo de dono, razão pela qual hei de julgar procedente a presente ação. Com efeito, analisando o supracitado dispositivo legal, constata-se que a lei dispensou a exigência de justo título, razão pela qual somente mediante provas fáticas poder-se-á analisar se a posse exercida pelo ora apelante preenche ou não os requisitos esculpidos pela lei, quais sejam, (a) posse exercida com animus domini, mansa, pacífica e ininterrupta e (b) decurso de lapso temporal de 15 (quinze) anos. Na usucapião extraordinária, com lapso de tempo muito maior, basta que ocorra o fato da posse, não se investigando o título ou a boa-fé. Basta a posse mansa, pacífica e ininterrupta. Ocorrendo posse nesses termos, não podemos contestar o direito à prescrição aquisitiva. Na realidade, se por um lado o usucapiente adquire o domínio, aquele que eventualmente o perde sofre punição por sua desídia e negligência em não cuidar do que é seu. Esse aspecto fica mais ressaltado na usucapião extraordinária. A referência à presunção de título e boa-fé poderia dar margem à discussão de se tratar de presunção relativa. No entanto, a doutrina e a jurisprudência de há muito entenderam que, na verdade, a lei dispensou o título e a boa-fé na usucapião extraordinária. No caso, o lapso temporal exigido para a usucapião é incontroverso. As testemunhas afirmam que a autora reside no imóvel há pelo menos 25 (vinte e cinco) anos. No entanto, precisa-se aferir no caso concreto qual o animus se deu a posse do bem imóvel, eis que por vezes tênue na prova e na intenção das partes a linha divisória entre atos de mera tolerância e posse efetiva. Afirma a requerente que reside no local há mais de 15 (quinze) anos, exercendo a posse mansa e pacífica do imóvel, com animus domini, sobre uma área de 275 ha (duzentos e setenta e cinco hectares) e, ao longo desse tempo, realizou diversas benfeitorias, obras e serviços de caráter produtivo no imóvel. Assim, pugnou pelo reconhecimento do domínio. Conforme se vê dos autos, o imóvel usucapiendo é o terreno urbano situado na rua Acre, nº 1211, bairro COHAB, Cruzeiro do Sul/AC. Observo que as testemunhas foram coerentes e harmônicas ao afirmarem que a autora reside no imóvel objeto de usucapião por período suficiente a ensejar o reconhecimento do direito de usucapir. Vejamos: A testemunha Francisca Eudete de Araújo Silva, em juízo, disse: “(...) conhece a autora Marlúcia, pois é vizinha dela. Relatou que, quando chegou ao local em que mora, por volta do ano de 1994, a autora ainda não residia no local, mas que após uns 2, 3 anos, a autora comprou a casa ao lado da dela (testemunha) e passou a morar lá. Disse que o terreno da autora sempre foi do mesmo tamanho, ou seja: 10mX30m.” A testemunha Francisco Atilon Silva de Matos, em juízo, contou: “(...) é vizinho da mesma rua da autora. Disse que quando a família dele chegou para morar naquela rua, por volta dos anos de 1997/1998, e a autora já morava no local. Verberou que os vizinhos da autora são: no lado direito dona Odete, no lado esquerdo - não lembra o nome, de fundos- já é outra rua a Tarauacá. Relatou que a casa não é murada e que as casas são bem próximas, assim, a parede da outra casa faz muro com a casa da autora, mas os espaços são bem delimitados. Falou que não sabe quanto medem os terrenos. Destacou que o terreno da autora é mais ou menos da mesma metragem do que o terreno dele (testemunha), o qual mede 10mx30m e é o da última casa daquela rua.” A testemunha Gleicinália da Silva Matos, em juízo, disse: “(...) conhece a autora há 25 (vinte e cinco) anos e quando foi morar naquela rua, a autora já morava lá. Sustentou que acredita que os terrenos do local possuam a mesma metragem, mas que não sabe quanto mede, porque o terreno é do irmão dela.” A posse ad usucapionem é aquela que se exerce com intenção de dono. Dito isto, verifica-se, pelo conjunto probatório, que houve a posse mansa e pacífica do bem imóvel como se a autora dona fosse por período suficiente ao reconhecimento da usucapião. Por todo o exposto, a conclusão a que se pode chegar é a de que ficou comprovada pela usucapiente a posse, mansa e pacífica, de forma contínua, pelo prazo legalmente previsto, devendo ser reconhecida a prescrição aquisitiva da propriedade. III - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a ação de usucapião extraordinária proposta por Marlúcia Araújo Rodrigues, a fim de declarar o domínio da requerente sobre o imóvel descrito na inicial, localizado na rua Acre, nº 1211, bairro COHAB, Cruzeiro do Sul/AC, descrito como uma área com 275 ha (duzentos e setenta e cinco hectares), ressalvados os direitos de terceiros não citados. Desta forma extingo o processo com resolução do mérito na forma do artigo 487, I, do CPC. Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado. Por corolário, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1.026, §2º, do Código de Processo Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver mais juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta, no prazo de 15 dias. Em havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões, remetendo-se os autos à Superior Instância, para apreciação do recurso de apelação. Esta sentença servirá de título hábil para o registro, oportunamente, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado para registro com cópia do

instrumento de pp. 24/30 para o Cartório de Registro de Imóveis desta cidade, com as peças necessárias para o registro do domínio do referido bem em favor da autora. Arquivem-se, promovendo-se a baixa necessária. P.R.I. Cruzeiro do Sul-(AC), 31 de julho de 2024. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: ALEX VLADIMIR VARGAS PEREIRA (OAB 5885ES) - Processo 0700485-12.2024.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Alienação Judicial - AUTOR: Carlos Átila Viga Valentim da Silva - Mantenho a decisão de fl. 72 até decisão de recebimento do agravo a fim de verificar os efeitos em que foi recebido.

ADV: ALEX VLADIMIR VARGAS PEREIRA (OAB 5885ES) - Processo 0700485-12.2024.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Alienação Judicial - AUTOR: Carlos Átila Viga Valentim da Silva - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da decisão monocrática de pp. 89/95, requerendo o que entender de direito.

ADV: NORTHON SERGIO LACERDA SILVA (OAB 2708/AC), ADV: ADRIANA SILVA RABELO (OAB 2609/AC), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: LEANDRO RAMOS (OAB 5347/AC), ADV: DANIELE GURGEL DO AMARAL (OAB 1221RO /), ADV: GABRIEL VICTOR ROMÃO BORGES (OAB 5814/AC), ADV: WELLINGTON MARQUES DA FONSECA (OAB 9329PA /), ADV: RAIMUNDO BESSA JÚNIOR (OAB 5869/AC), ADV: IGOR MAURICIO FREITAS GALVAO (OAB 17825PA/) - Processo 0700595-50.2020.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Banco da Amazônia S/A - EMBARGANTE: Adriana Barros Magalhães - Concedo o prazo de 20 dias requerido à fl. 268. Após, dê-se novas vistas.

ADV: RICARDO ANDREASSA (OAB 195865/SP), ADV: FERNANDO MARTINS GONÇALVES (OAB 3380A/AC), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: CAROLINA ROCHA DE SOUZA (OAB 5027/AC), ADV: ANDRÉ CORSINO DOS SANTOS (OAB 273769/SP), ADV: GABRIELA ROGGIERO (OAB 299390/SP), ADV: LUCIANA BUCHMANN FREIRE (OAB 107/SP), ADV: EVELYN DE SOUZA LIMA (OAB 226823/SP), ADV: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA (OAB 108112/MG) - Processo 0700626-07.2019.8.01.0002 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Gloria Ferreira do Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S.A. - Intime-se o requerido quanto a petição de fls. 762/763.

ADV: EDUARDO LUIZ SPADA (OAB 5072/AC), ADV: JOSIANE DO COUTO SPADA (OAB 3805/AC), ADV: JOSIANE DO COUTO SPADA (OAB 3805/AC), ADV: ROBERTO SORIANO DA SILVA (OAB 4281/AC), ADV: MAURICIO VICENTE SPADA (OAB 4308/AC), ADV: MAURICIO VICENTE SPADA (OAB 4308/AC), ADV: WESLEN RODRIGO NEGREIROS DE BARROS (OAB 4839AC /), ADV: EDUARDO LUIZ SPADA (OAB 5072/AC), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA MATOS (OAB 3875/AC), ADV: ANDERSON DA SILVA RIBEIRO (OAB 3151/AC), ADV: MARIO SERGIO PEREIRA DOS SANTOS (OAB 1910/AC) - Processo 0700635-03.2018.8.01.0002 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Sandra de Oliveira Matos - REQUERIDO: Ábaco Engenharia, Construções e Comércio Ltda e outros - Não tendo sido o agravo recebido no efeito suspensivo, determino o prosseguimento do feito, nos termos da decisão de fls. 379/380.

ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA (OAB 20366/PE) - Processo 0700724-84.2022.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - CREDOR: Banco da Amazônia S/A - Determino nova tentativa de citação no endereço informado à fl. 125.

ADV: KAMYLA FARIAS DE MORAES (OAB 3926/AC), ADV: NELIZE DOS ANJOS FERNANDES (OAB 5915/AC) - Processo 0700892-18.2024.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Deorgenes Alves - Determino a emissão das guias parceladas para pagamento.

ADV: NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 25498/PA), ADV: LEANDRO RAMOS (OAB 5347/AC) - Processo 0700916-22.2019.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - CREDOR: Banco da Amazonia S/A - Oficie-se à leiloeira para informações quanto a venda direta.

ADV: WASHINGTON LUIZ DE MIRANDA DOMINGUES TRANM (OAB 22728A/PA) - Processo 0701128-72.2021.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - CREDOR: Multimarcas Administradora de Consórcios Ltda - Intime-se a executada para que manifeste sobre a contraproposta, no prazo de 5 dias.

ADV: ISAU DA COSTA PAIVA (OAB 2393/AC) - Processo 0701451-43.2022.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - CREDOR: Cooperativa de Credito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas - Defiro o pedido de fls. 129/131 para constar no mandado de citação a observação para que o meirinho proceda com a descrição da empresa que está funcionando no local da diligencia, o responsável legal pela empresa, solicitando cópia do contrato social e alvará de funcionamento, para efeito de registro nos autos.

ADV: OCILENE ALENCAR DE SOUZA (OAB 4057/AC) - Processo 0701572-13.2018.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Otávio Alves de Souza - Determino o prosseguimento do feito nos termos da decisão de fls. 74/76.

ADV: WELLINGTON CARLOS GOTTARDO (OAB 4093/RO) - Processo 0701594-03.2020.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Compromisso - REQUERENTE: V.r. Comercial Ltda - Epp - Defiro o pedido de fl. 106/107. Proceda à secretaria com o uso do sistema RENAJUD como forma de tentar localizar veículos em nome da parte devedora, em caso positivo, cumpra à restrição. Caso a diligência alhures reste negativa, efetue à busca de bens e valores via INFOJUD.

ADV: WELLINGTON CARLOS GOTTARDO (OAB 4093/RO) - Processo 0701594-03.2020.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Compromisso - REQUERENTE: V.r. Comercial Ltda - Epp - Dá a parte AUTORA por intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do documento de pp. 113, requerendo o que entender de direito.

ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN), ADV: PAULO GERNANDES COELHO MOURA (OAB 4356/AC), ADV: PAULO GERNANDES COELHO MOURA (OAB 4356/AC), ADV: PAULO GERNANDES COELHO MOURA (OAB 4356/AC), ADV: PAULO GERNANDES COELHO MOURA (OAB 4356/AC), ADV: GERNANDES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 201/AC), ADV: LORENNA MOREIRA DE BRITO (OAB 133727/MG), ADV: GERNANDES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 201/AC), ADV: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS (OAB 12002/MS) - Processo 0701660-17.2019.8.01.0002 (apensado ao processo 0702202-35.2019.8.01.0002) - Procedimento Comum Cível - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Auto Posto Igarapé Preto LTDA - Elton Marcus Raulino Martins - ME e outros - Despacho Ante as petições de págs. 1085/1088 e 1089, determino a regularização dos pagamentos dos créditos das instituições financeiras como requerido. Para pagamento dos valores à Caixa Econômica Federal deverá ser observado como está descrito na petição de págs. 1085/1088.

ADV: VANDERLEI SCHMITZ JÚNIOR (OAB 3582/AC) - Processo 0701835-69.2023.8.01.0002 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Recol Representações e Comércio Ltda - Intime-se o autor para se manifestar em 5 dias quanto a certidão de fl. 65, sob pena de extinção. Decorrido o prazo sem manifestação, aguarde-se por 30 dias e façam os autos conclusos para sentença.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 3600/AC), ADV: GLACIELE LEARDINE MOREIRA (OAB 5227/AC) - Processo 0702063-44.2023.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - AUTOR: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Ducicleia Ferreira da Silva - Com o pagamento das custas, determino o prosseguimento do feito.

ADV: SERVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0702292-38.2022.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - Expeça-se a guia para pagamento das custas, conforme requerido.

ADV: JERONIMO LIMA BARREIROS (OAB 1092/AC), ADV: TAMILES NASCIMENTO GASPAR (OAB 5095/AC), ADV: MIZZI GOMES GEDEON (OAB 14371MA/) - Processo 0702332-59.2018.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - AUTORA: Daniela Lima Barreiros - RÉU: Caixa de Previdência dos Funcionário do Banco do Brasil Brasil-prev - Não tendo sido o agravo recebido no efeito suspensivo, determino prosseguimento do feito, nos termos da decisão de fls. 336.

ADV: TAMILES NASCIMENTO GASPAR (OAB 5095/AC), ADV: JERONIMO LIMA BARREIROS (OAB 1092/AC), ADV: MIZZI GOMES GEDEON (OAB 14371MA/) - Processo 0702332-59.2018.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - AUTORA: Daniela Lima Barreiros - RÉU: Caixa de Previdência dos Funcionário do Banco do Brasil Brasil-prev - Dá as partes por intimadas para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem-se sobre os cálculos judiciais apresentados às fls. 349.

ADV: MARCUS PAULO CORREIA CIACCI (OAB 4552/AC), ADV: MARCELLE MARTINS VIEIRA (OAB 4794/AC) - Processo 0702388-92.2018.8.01.0002 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Arito Rosas Neto - Tendo em vista a certidão de fl. 118 determino a suspensão dos autos até o pagamento do débito.

ADV: LEVI BEZERRA DE OLIVEIRA, ADV: MARCUS PAULO CORREIA CIACCI (OAB 4552/AC), ADV: RAPHAEL TRELHA FERNANDEZ (OAB 3685/AC), ADV: EFRAIN SANTOS DA COSTA (OAB 3335/AC) - Processo 0702517-24.2023.8.01.0002 (apensado ao processo 0702388-92.2018.8.01.0002) - Em-

bargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Geraldo de Souza Ribeiro Filho - EMBARGADO: Arito Rosas Neto - Façam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB 11471/PA), ADV: NORTHON SERGIO LACERDA SILVA (OAB 2708/AC), ADV: RAIMUNDO BESSA JÚNIOR (OAB 11163PA/) - Processo 0702625-34.2015.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Banco da Amazônia S. A - Oficie-se ao juízo deprecado para informar sobre o cumprimento do mandado de penhora.

ADV: LAUANE MELO DA COSTA (OAB 5384/AC), ADV: GABRIEL GONÇALVES DE LIMA (OAB 3982/AC), ADV: WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS (OAB 3807/AC), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 3592/AC), ADV: MARIO ROSAS NETO (OAB 4146/AC), ADV: GEOVANE SOUZA DA SILVA (OAB 11029/RO), ADV: GICIELLE RODRIGUES DE SOUZA (OAB 5081/AC), ADV: HELLY LAURENTINO SANTOS (OAB 4715/AC), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA MATOS (OAB 3875/AC) - Processo 0702766-82.2017.8.01.0002 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Carlos Alberto Paiva Leite - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat - Defiro o pedido de cumprimento referente ao alvará de fls. 185 e sinalizado o pedido de comprovação as fls. 186.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: CLÁUDIA DE FREITAS AGUIRRE (OAB 4238/AC), ADV: LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: DIEGO LUIZ SALES RIBEIRO GONÇALVES (OAB 9062/PI) - Processo 0702785-25.2016.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: João Mota da Silva - Defiro o pedido de buscas de bens, nos termos da decisão de fls. 45/47.

ADV: ADAMAR MACHADO NASCIMENTO (OAB 2896/AC), ADV: DÉCIO FREIRE (OAB 3927/AC) - Processo 0702884-82.2022.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Servidão Administrativa - AUTOR: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - RÉU: Valdir Borges - Defiro o pedido de fl. 225 e determino a expedição de novo mandado de imissão na posse do imóvel serviente.

ADV: EVERTON DA SILVA LIRA (OAB 4917/AC) - Processo 0703421-44.2023.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - AUTOR: Rio Moa Empreendimentos Imobiliários Ltda-spe - Certifique-se nos autos o transcurso do prazo para contestação.

ADV: EVERTON DA SILVA LIRA (OAB 4917/AC) - Processo 0703421-44.2023.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - AUTOR: Rio Moa Empreendimentos Imobiliários Ltda-spe - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se nos termos da r. Decisão de pp. 56/57, e/ou requerer o que entender de direito.

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE DE SANTANA SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0336/2024

ADV: PAULO GERNANDES COELHO MOURA (OAB 4356/AC) - Processo 0000422-28.2024.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Invalidez Permanente - AUTOR: Giovani da Silva Santos - Despacho Intimem-se as partes para ciência do recebimento dos autos neste Juízo e para, querendo, manifestarem-se em 05 (cinco) dias. Após, venham-me conclusos para sentença, se for o caso. Cumpra-se. Cruzeiro do Sul-AC, datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: MARIA ROSIANE DA SILVA MELO (OAB 4314/AC) - Processo 0001897-53.2023.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - AUTOR: Antônio Cledisson Souza da Silva - Despacho Intimem-se as partes para ciência do recebimento dos autos neste Juízo e para, querendo, manifestarem-se em 05 (cinco) dias. Após, venham-me conclusos. Cumpra-se. Cruzeiro do Sul-AC, datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: MONA LISA LEONARDO PASSOS (OAB 12392/RO), ADV: MAURO MAIA DA SILVA (OAB 12004RO/) - Processo 0700078-06.2024.8.01.0002 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Vladson Araújo dos Santos - Decisão Ainda no que tange à inicial, noto que a parte atribuiu à causa o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), o que infringe aos comandos legais contidos nos art. 291 e 292, do CPC, conforme explico abaixo. Segundo o art. 291, do CPC: “A toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente auferível.” A indicação do valor da causa tem efeitos importantes, como, por exemplo, a fixação da competência do juízo e o estabelecimento da base de cálculo para cobrança das custas processuais. Sobre o tema, mister se faz destacar a doutrina de Cândido Rangel Dinamarco, verbis: “Valor da causa é a expressão monetária do significado econômico dos benefícios procurados pelo autor através do processo. Ele é o reflexo do pedido que o autor deduz na petição inicial. A exigência de declará-lo no ato de propositura da demanda tem duas finalidades: a) uma de amplitude geral, de caráter tributário, que é a de estabelecer a base de cálculo para as custas e taxas judiciárias a serem adiantadas por quem demanda e afinal suportadas pelo vencido; e b) uma específica e mais limitada, que é a de indicar a admissibilidade do procedimento sumário em alguns casos (art. 275, inc. I)” (in Instituições de Direito Processual Civil, Malheiros, 2ª ed., p. 370). Resulta do exposto que o valor atribuído à causa deve corresponder ao conteúdo econômico da demanda. Nesse sentido, confira-se a jurisprudência do STJ: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS AGRAVANTES. 1. Não há se falar em negativa de prestação jurisdicional, na medida em que o órgão julgador dirimiu todas as questões que lhe foram postas à apreciação, de forma clara e sem omissões, embora não tenha acolhido a pretensão da parte. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, nas ações possessórias, ainda que a pretensão formulada na demanda não tenha imediato proveito econômico, o valor da causa deve corresponder ao benefício patrimonial pretendido pelo autor. Incidência da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido. (STJ - AgInt no AREsp: 2132631 MS 2022/0150634-1, Data de Julgamento: 28/11/2022, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2022) No caso dos autos, o que pretende o autor é a declaração de propriedade do bem imóvel. Embora a legislação processual silencie sobre os critérios a serem adotados para se definir o valor da causa na ação de usucapião, deve ser aplicado, por analogia, o disposto no art. 292, inciso IV, do CPC, verbis: “Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: (...) IV - na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação o valor de avaliação da área ou bem objeto do pedido.” Em escorço ao dispositivo acima, Antônio Cláudio da Costa Machado preleciona que: “Estimativa oficial para lançamento do imposto é sinônimo de valor venal constante do carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Tal valor deve ser atribuído às ações demarcatórias (arts. 946 a 966), às ações divisórias (arts. 946, II, e 947 a 981), às ações reivindicatórias (fundadas na propriedade cujo processo tem rito ordinário) e também às de imissão na posse, às possessórias em geral (arts. 920 a 933), inclusive nunciação de obra nova (arts. 934 a 940) e às ações de usucapião (arts. 941 a 945)” (in Código de Processo Civil - Interpretado e Anotado, Barueri, SP: Manole, 2006, p. 568). Nesse sentido, colhe-se da jurisprudência do Colendo STJ: “RECURSO ESPECIAL - USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA - VALOR DA CAUSA - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - ALTERAÇÃO DE OFÍCIO PELO JUIZ - POSSIBILIDADE - ART. 259, VII, DO CPC - INDICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA - TERRENO ADQUIRIDO SEM AS BENFEITORIAS - PROVEITO ECONÔMICO QUE CORRESPONDE À NUA-PROPRIEDADE - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL - ARTS. 541, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC, E 255, § 1º, DO RISTJ AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - RECURSO PROVIDO. 1. O valor da causa diz respeito à matéria de ordem pública, sendo, portanto, lícito ao magistrado, de ofício, determinar a emenda da inicial quando houver discrepância entre o valor atribuído à causa e o proveito econômico pretendido. Precedentes. 2. Na ação de usucapião de natureza extraordinária, tendo por objeto terreno adquirido sem edificações, o conteúdo econômico corresponde à nua-propriedade e o valor da causa será de acordo com “a estimativa oficial para lançamento do imposto “ (art. 259, VII, do CPC), todavia, excluindo-se as eventuais benfeitorias posteriores à aquisição do terreno. 3. Para a correta demonstração da divergência jurisprudencial, deve haver a comprovação do alegado dissídio jurisprudencial, nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC; e 255, § 1º, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, o que, na espécie, não ocorreu. 4. Recurso especial provido (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.495 - SP).” Portanto, na ação de usucapião, por não haver determinação legal expressa a respeito, entende-se que o valor da causa deve ser o valor venal do bem usucapiendo. Observo que não há nos autos prova do valor venal do imóvel para fins de lançamento do IPTU, ou documento que possa expressar de alguma forma o valor do imóvel, mesmo sendo rural, o que deverá a parte trazer aos autos. Ademais, não obstante a regra do art. 99, § 3º, do CPC, a presunção de pobreza para fins de concessão os benefícios da gratuidade da Justiça tem caráter relativo, tanto que o § 2º do mesmo dispositivo legal autoriza o indeferimento o beneficio quando houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício. Nesta perspectiva, observo que a natureza do negócio jurídico que subjaz os elementos da demanda soam incompatíveis com o benefício postulado. Ante o exposto, intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, atribuindo à causa o valor venal do imóvel para fins de lançamento de IPTU ou de outro parâmetro possível de aferição, que deverá ser comprovado através de documentos hábeis e públicos, bem como para apresentar documentação idônea que comprove a hipossuficiência alegada ou comprove o pagamento/recolhimento, no mesmo prazo, das custas iniciais com base no valor correto da causa, sob pena de cancelamento da distribuição. Decorrido o prazo acima, façam-se conclusos os autos. Expeça-se o necessário. Diligencie-se. Intime-se. Cumpra-se. Cruzeiro do Sul-(AC), datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: GLEYH GOMES DE HOLANDA (OAB 2726/AC) - Processo 0700654-04.2021.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERIDO: Israel Rodrigues Moreira - Despacho Intime-se o requerido Israel Rodrigues Moreira para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de revelia. Cruzeiro do Sul-AC, 09 de julho de 2024. Cruzeiro do Sul-(AC), datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: AURICELHA RIBEIRO FERNANDES MARTINS (OAB 3305/AC) - Processo 0701052-29.2013.8.01.0002 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Ananias de Oliveira Martins - EMBARGADO: Estado do Acre - Ato Ordinatório - H3 - Intimação para ciência do retorno dos autos da instância superior - Provimento COGER nº 16-2016

ADV: OCILENE ALENCAR DE SOUZA (OAB 4057/AC) - Processo 0702193-97.2024.8.01.0002 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - CREDORA: C.R.S. - Despacho Não obstante a regra do art. 99, §3º, do CPC, certo é que a presunção de pobreza para fins de concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça tem caráter relativo, tanto que o §2º do mesmo dispositivo legal autoriza o indeferimento do beneficio quando houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade. Nesta perspectiva, tenho que a natureza patrimonial da ação e os valores envolvidos soam incompatíveis com o benefício postulado. Além disso, a autora é funcionária pública, portanto aufere renda mensal. Assim, faculto à parte autora apresentar documentação idônea que comprove a hipossuficiência alegada. Para tanto, concedo prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cruzeiro do Sul- AC, 25 de julho de 2024. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: GLACIELE LEARDINE (OAB 235821/SP) - Processo 0702215-58.2024.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - AUTOR: J.V.R. - Despacho Não obstante a regra do art. 99, §3º, do CPC, certo é que a presunção de pobreza para fins de concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça tem caráter relativo, tanto que o §2º do mesmo dispositivo legal autoriza o indeferimento do beneficio quando houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade. Nesta perspectiva, tenho que a natureza patrimonial da ação e os valores envolvidos soam incompatíveis com o benefício postulado. Assim, faculto à parte autora apresentar documentação idônea que comprove a hipossuficiência alegada. Para tanto, concedo prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cruzeiro do Sul- AC, 25 de julho de 2024. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: ELIESIO PINHEIRO MANSOUR FILHO (OAB 2562/AC) - Processo 0702264-02.2024.8.01.0002 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Centro Norte Distribuidora Eirelli - Epp - Decisão Conforme estabelece o artigo 700 do CPC, o presente pedido tem por base prova escrita, conforme se observa dos documentos que o acompanham, além do que atende aos demais requisitos legais, portanto, recebo a inicial e determino: 1) Expeça-se mandado citatório de pagamento a fim de que o débito seja satisfeito no prazo de 15 (quinze) dias, observadas as advertências do art. 701; 2) Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a comprovação do pagamento ou a oposição de embargos previstos no artigo 702 do CPC, fica constituído de pleno direito o título executivo judicial, prosseguindo-se, doravante, nos termos do art. 523 e seguintes do CPC (art. 701, § 2.º, do CPC); 3) Caso o devedor não efetuar o pagamento do débito no prazo, suspendam-se os autos na secretaria pelo prazo de 30 (trinta) dias, após, intime-se a parte exequente para impulsionar o feito no prazo de 05 (cinco) dias sob pena de extinção do processo por abandono e, permanecendo a inércia, voltem-me concluso para sentença. Intimem-se. Cruzeiro do Sul-(AC), datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: FLADENIZ PEREIRA DA PAIXÃO (OAB 2460/AC) - Processo 0702412-13.2024.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - AUTOR: Raimundo Almeida Paixão - Despacho Não obstante a regra do art. 99, §3º, do CPC, certo é que a presunção de pobreza para fins de concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça tem caráter relativo, tanto que o §2º do mesmo dispositivo legal autoriza o indeferimento do beneficio quando houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade. Nesta perspectiva, tenho que a natureza patrimonial da ação e os valores envolvidos soam incompatíveis com o benefício postulado. Além disso, o autor é funcionário público, portanto aufere renda mensal. Assim, faculto à parte autora apresentar documentação idônea que comprove a hipossuficiência alegada. Para tanto, concedo prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cruzeiro do Sul- AC, datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: ANA VALÉRIA DA SILVA OLIVEIRA (OAB 4988/AC) - Processo 0702423-42.2024.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - AUTOR: Ibrain Farias de Oliveira - Decisão Defiro os benefícios da justiça gratuita. Presentes os requisitos, recebo a inicial. Trata-se de ação ordinária de cobrança ajuizada por Ibrain Farias de Oliveira em face do município de Cruzeiro do Sul/AC. Alegou o autor que foi contratado pelo requerido de modo temporário, no dia 1º/01/2020, com assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, para exercer a função de agente de coleta de resíduos sólidos (gari). Verberou que, muito embora tenha permanecido nesta única função desde o início da prestação dos serviços, houve diversas alterações na CTPS do reclamante que não condiziam com a realidade, ao passo que a função correta só foi anotada dia 1°/04/2022. Aduziu que não recebeu o adicional de insalubridade como devido, havendo ausência de pagamento em alguns meses e pagamento a menor (20%) até o mês 03/2022. Somente a partir de 04/2022 o adicional de insalubridade passou a ser pago no percentual correto (40%), o que, consequentemente gerou diferenças salariais e reflexas a serem pagas ao autor. Mencionou que a última remuneração fixa recebida pelo autor foi no valor de R$ 1.848,00, sendo R$ 1.320,00 referente ao salário base, acrescido de R$ 528,00 de adicional de insalubridade (40%). Contou que a jornada de trabalho era de segunda a domingo, das 7 horas às 14h30, com um período de 15 minutos para alimentação e descanso, o qual era gozado no máximo três vezes durante a jornada, totalizando 45 minutos de intervalos intrajornada. Frisou que o descanso semanal remunerado não era usufruído como determina a lei, uma vez que ocorria apenas de forma alternada, trabalhando o autor em um domingo, folgando os próximos dois, e assim por diante. Relatou que, além de trabalhar em parte dos domingos, o reclamante também laborava nos feriados, muitas vezes sem receber a devida contraprestação, gozando apenas daqueles que coincidissem com o domingo em que não estava escalado. Ressaltou que todas as vezes em que o caminhão de lixo precisava de reparos, o serviço do autor era transferido para o período da 1h às 07h30, até que fosse finalizado o conserto. O autor inclusive labotrou durante todo o mês de dezembro de 2022 no período noturno citado. Frisou que foi dispensado por conveniência da Administração Pública sem comunicação prévia no dia 11/10/2023 e até a presente data sequer foi anotada a rescisão na CTPS do autor e que lhe foi paga tão somente a quantia de R$ 155,00 no dia 31/10/2023, motivo pelo qual vem a juízo requerer a baixa do contrato e o pagamento das verbas. Pelo exposto, requereu: a) a produção de prova técnica, nomeando perito para averiguar a ocorrência de trabalho em condição insalubre e o grau de classificação do adicional pretendido, b) a intimação do reclamado para exibir a documentação: cartões de ponto e escala de revezamento, ante a sua inegável aptidão para produzir tal prova, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos narrados, nos termos do artigo 400 do CPC, c) a condenação do reclamado para proceder às anotações pertinentes na CTPS Digital do reclamante, bem como transmitir as informações no e-Social, sob pena de multa a ser arbitrada por Vossa Excelência, para que passe a constar: admissão: 01/01/2020, cargo: coletor de resíduos sólidos de serviço de saúde, CBO: 5142-30, Salário: R$ 1.320,00, demissão: 11/10/2023, d) a condenação do reclamado a comprovar os depósitos do FGTS, sob pena de pagamento dos valores discriminados na tabela de pág. 13, bem como fornecer a documentação necessária para levantamento do saldo da conta do FGTS, e) a condenação do reclamado ao pagamento das verbas contratuais, rescisórias, multas celetistas e indenizações em favor da reclamante, conforme tabela de pág. 13, f) a procedência da ação, g) aplicação de juros e correção monetária até o efetivo pagamento das verbas requeridas, h) a condenação da reclamada ao pagamento da contribuição social incidente sobre as parcelas de natureza salarial deferidas, das custas processuais e dos honorários de sucumbência, no importe de 20% sobre o proveito econômico obtido pelo reclamante, nos termos do artigo 85 do CPC. Anexou documentos (págs. 16/230). É o relatório. Designe-se audiência de conciliação/mediação, a ser realizada por videoconferência, cuja realização deverá ser promovida por conciliador. Cite-se/intime-se a parte requerida para responder à ação, advertindo-a de que o prazo de 15 (quinze) dias para a contestação fluirá da audiência de conciliação/mediação, por inteligência do artigo 335, I, do CPC. Intime-se a parte autora para audiência. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir, Art. 334, § 10, do CPC). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (§ 8º, art. 334 CPC/2015). As partes devem estar acompanhadas de seus advogados (Art. 334, § 9º, do CPC). Intimem-se. Cruzeiro do Sul-(AC), datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: ESTEVAN SOLETTI (OAB 6474/AC) - Processo 0703080-52.2022.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Sicoob Acre - Decisão Preenchidos os requisitos legais, recebo a inicial. Defiro a gratuidade judiciária e determino: 1) Intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o débito, sob pena de ser acrescida à dívida multa de 10 % (dez por cento), também, honorários de advogado de 10 % (dez por cento), bem como, de sofrer penhora de bens (artigo 523, §§ 1.º e 3.º, CPC). 2) Transcorrido o prazo previsto do item “1” sem o pagamento voluntário, acrescente-se ao débito exequendo a multa e os honorários advocatícios ali descritos e expeça-se mandado de penhora e avaliação (artigo 523, § 3.º, CPC), ao tempo em que também se inicia o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (art. 525, CPC); 3) Havendo penhora, decorrido o prazo para impugnação do devedor e para pedido de substituição do bem penhorado (art. 847, CPC), intime-se o credor para, no

prazo de 5 (cinco) dias, dizer se tem interesse na adjudicação do que fora penhorado, pelo valor da avaliação (CPC, art. 876 e seguintes) ou na alienação por iniciativa própria (CPC, art. 879 e seguintes); 4) Não havendo bens passíveis de penhora, intime-se o credor para indicá-los ou requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias; 5) Ocorrendo a indicação e penhora de bens, não manifestando-se o devedor sobre tal constrição, ou decidida possível impugnação, intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar sob qual modalidade de alienação deseja expropriar os bens do executado; 5.1) Requerendo o exequente adjudicação, intime-se o devedor na forma do art. 876, §1º, do CPC; 5.2) Requerida alienação por iniciativa particular fixo o prazo de 30 (trinta) dias para que a mesma seja efetivada, devendo serem publicados editais na forma do art. 886 e 889, I, todos do CPC, devendo o preço ser pago no ato da arrematação, fixando uma comissão de corretagem de 0,5% (meio por cento) do valor dos bens; 5.3) Requerida alienação em hasta pública, proceda-se na forma do artigo 886 e seguintes do CPC. 6) Havendo requerimento para o bloqueio de valores mediante sistema BACENJUD, promova-se a pesquisa de quantia suficiente para satisfazer a execução e, ocorrendo o bloqueio de valores: 6.1) Intime-se a parte executada (pessoalmente, caso esta não possuía advogado constituído), para fins do artigo 854, § 2.º, do referido Código, para ciência da indisponibilidade de valores, bem como, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se for o caso, manifeste-se comprovando uma das hipóteses constantes nos incisos do § 3.º, do referido artigo; 6.2) Decorrido o prazo sem manifestação, converter-se-á automaticamente a indisponibilidade/bloqueio de valores em penhora, sem necessidade de lavratura de termo, devendo ser procedida a transferência do montante indisponível para conta judicial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (artigo 854, § 5.º, CPC), intimando-se, posteriormente, a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. 7) Caso haja pedido, proceda-se busca no sistema RENAJUD de veículos em nome do executado e, em caso positivo, promova-se a restrição para transferência, intimando o credor para requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias: 7.1) Requerida a penhora e consolidado o gravame, lavre-se termo de penhora e expeça-se mandado para avaliação do bem, seguindo as determinações constantes nos itens 5, 5.1, 5.2, e 5.3 desta decisão. 8) Havendo pedido, determino buscas no sistema INFOJUD, quanto a declaração de bens e direitos da parte executada referente aos 03 (três) últimos anos. 8.1) Em sendo positiva a busca, atribua-se aos documentos apresentados caráter sigiloso e, sendo negativa a busca, certifique-se e intime-se o credor para impulsionar o processo em 05 (cinco) dias. 9) Caso as pesquisas de bens e valores restem negativas e haja requerimento do exequente neste sentido, suspendam-se os autos por 01 (um) ano (artigo 921, III, § 1.º, do CPC). 10) Decorrido qualquer dos prazos concedidos à parte autora sem manifestação desta, suspendam-se os autos na secretaria pelo prazo de 30 (trinta) dias, após, intime-se a parte exequente para impulsionar o feito no prazo de 05 (cinco) dias sob pena de extinção do processo por abandono e, permanecendo a inércia, voltem-me concluso para sentença. Diligências necessárias. Intimem-se. Cumpra-se. Cruzeiro do Sul-(AC), datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE DE SANTANA SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0342/2024

ADV: ANTONIO DE CARVALHO MEDEIROS JÚNIOR (OAB 1158/AC) - Processo 0701179-49.2022.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: Susana de Souza Amaral - Dá a parte sucumbente por intimada para, providenciar e comprovar o pagamento das custas processuais relativas aos autos em epígrafe, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de protesto e inscrição como dívida ativa do Estado do Acre.

ADV: ANTONIO DE CARVALHO MEDEIROS JÚNIOR (OAB 1158/AC) - Processo 0701284-26.2022.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: Maria Erivania Barros de Freitas - Dá a parte sucumbente por intimada para, providenciar e comprovar o pagamento das custas processuais relativas aos autos em epígrafe, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de protesto e inscrição como dívida ativa do Estado do Acre.

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE DE SANTANA SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0335/2024

ADV: EMERSON ALESSANDRO MARTINS LAZAROTO (OAB 6684/RO), ADV: HERLANE MOREIRA DE OLIVEIRA ABADE (OAB 4229/RO) - Processo 0700043-22.2019.8.01.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - AUTOR: Banco do Brasil S/A. - DEVEDOR: Francisca Vilce Menezes Correia Moura e outros - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de 01 (um) mandado de Penhora, avaliação e intimação, compreendendo o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos) A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

ADV: RAFAEL CARNEIRO RIBEIRO DENE (OAB 3749/AC) - Processo 0701402-36.2021.8.01.0002 - Monitória - Execução Contratual - REQUERENTE: A. de Souza Assessoria Empresarial - Isto posto, JULGO PROCEDENTES OS EMBARGOS, pois, presente o pressuposto de admissibilidade, qual seja, a contradição, para ratificar à parte final da decisão embargada, especificamente em relação ao honorários advocatícios, a seguinte redação: Fixo honorários advocatícios em favor do Município de Cruzeiro do Sul em 10% do valor da causa, ante a pouca complexidade do feito". No mais, persiste a Sentença como está lançada. P. R. I. e CUMPRA-SE.

ADV: EMANUELA SABRINA EVANGELISTA ALMEIDA (OAB 6464/AC) - Processo 0701536-58.2024.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - AUTOR: Manoel Marçal da Conceição - REQUERIDO: Banco C6 S.A e outros - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 4187/AC) - Processo 0702252-85.2024.8.01.0002 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: A.C.F.I. - Intime-se a parte autora para indicar fiel depositário do bem nesta Comarca, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 4490/AC) - Processo 0702318-65.2024.8.01.0002 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Despacho Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas judiciais, sob pena de indeferimento do pedido. Cruzeiro do Sul-AC, datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 3600/AC) - Processo 0702410-43.2024.8.01.0002 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: A.C.F.I. - Decisão A parte autora Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda. requereu contra Marcos Paulo Moura da Silva a busca e apreensão liminar de bem alienado fiduciariamente, em conformidade com o disposto no Decreto Lei n.º 911/69. Havendo prova de que a parte devedora foi constituída em mora, em face do não cumprimento das obrigações contratadas e garantidas por pacto adjeto de alienação fiduciária, há que ser concedida a medida liminar pleiteada. Ante o exposto, defiro liminarmente a medida pleiteada, determinando a expedição de mandado de busca e apreensão do bem, depositando-o em mãos da parte requerente, na pessoa de seu representante legal ou de preposto por ela indicada, permanecendo no aguardo de iniciativa da parte devedora em reavê-lo mediante o pagamento da dívida (Dec.-Lei n.º 911/69, artigo 3º, caput, e § 2º). Executada a liminar, cite-se a parte requerida para, em 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor na inicial, acrescidos das despesas processuais e honorários advocatícios, estes desde já fixados em 10% (dez por cento) do valor da divida (Dec.-lei 911/69, art. 3º, parágrafo 2º), hipótese na qual o bem lhe será restituído livre de ônus. Outrossim, se lhe aprouver, poderá o devedor fiduciante apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da execução liminar (Dec.-lei, art. 3º, parágrafo 3º). Expeça-se o necessário, ficando autorizado o cumprimento do mandado com os benefícios do art. 212, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, se tal faculdade tenha sido requerida pelo autor. Por fim, autorizo a requisição de força policial e ordem de arrombamento para cumprimento da diligência de busca e apreensão, caso necessários, se tal faculdade tenha sido postulada pelo requerente. Determino que todas as intimações e notificações sejam feitas em nome do advogado Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB/AC 3600), sob pena de nulidade. Intime-se. Cumpra-se. Cruzeiro do Sul-(AC), datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE DE SANTANA SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0337/2024

ADV: ADAMAR MACHADO NASCIMENTO (OAB 2896/AC) - Processo 0701053-09.2016.8.01.0002 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - CREDOR: Estado do Acre - DEVEDOR: D Ferreira de Araujo - Sentença 1. O Estado do

Acre ajuizou ação de execução fiscal em face de D Ferreira de Araujo, embasando em Certidões de Dívida Ativa - CDA, que registrou crédito fiscal em valor que resulta abaixo de 10 (dez) mil reais, na data do ajuizamento da ação ou, no decorrer do processo, após pagamento parcial da dívida. É o relatório. 2. Fundamentação. No caso, o valor do débito ou seu remanescente é inferior a 10 (dez) mil reais. E as diligências para tentativa de localização de bens do devedor resultaram infrutíferas e a execução se encontra sem movimentação útil há mais de 1 (um) ano. Enquadra-se, desse modo, a presente execução fiscal no que decidido pelo Supremo Tribunal Federal - STF, que resultou no Acórdão do caso principal, o chamadoleading case, do Recurso Extraordinário - RE n. 1355208, que resolveu o Tema 1184, cuja tese ficou estruturada nos seguintes termos: 1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado. 2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida. 3. O trâmite de ações de execução fiscal não impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção das medidas previstas no item 2, devendo, nesse caso, o juiz ser comunicado do prazo para as providências cabíveis. Daí se vê que, por meio da referida Decisão, o STF autorizou a extinção das execuções fiscais de baixo valor, pela ausência de interesse de agir, para realizar o princípio constitucional da eficiência administrativa, sopesando a (des)proporcionalidade entre o débito e o custo do ente público para a cobrança. O Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por sua vez, aprovou Ato Administrativo Normativo, que entre nós está sendo considerado e compreendido como de caráter primário, para a extinção das execuções fiscais no valor de até R$ 10.000,00 (dez mil reais), editando a Resolução n. 547/2024, que assim dispôs, no ponto, em seu artigo 1º e parágrafos: “Art. 1º É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado. § 1º Deverão ser extintas as execuções fiscais de valor inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) quando do ajuizamento, em que não haja movimentação útil há mais de um ano sem citação do executado ou, ainda que citado, não tenham sido localizados bens penhoráveis. § 2º Para aferição do valor previsto no § 1º, em cada caso concreto, deverão ser somados os valores de execuções que estejam apensadas e propostas em face do mesmo executado. § 3º O disposto no § 1º não impede nova propositura da execução fiscal se forem encontrados bens do executado, desde que não consumada a prescrição. § 4º Na hipótese do § 3º, o prazo prescricional para nova propositura terá como termo inicial um ano após a data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no primeiro ajuizamento. § 5º A Fazenda Pública poderá requerer nos autos a não aplicação, por até 90 (noventa) dias, do § 1º deste artigo, caso demonstre que, dentro desse prazo, poderá localizar bens do devedor.” No caso, estando o montante do débito dentro ou abaixo do valor de 10 (dez) mil reais que determina a extinção das execuções fiscais, e ainda considerando que o processo se encontra sem movimentação útil há mais de um ano, impõe-se sua extinção processual por falta de interesse de agir, em aplicação à tese fixada pelo STF, no Tema 1184, combinada com o disposto no art. 1º, §1º, da Resolução CNJ n. 547, conforme antes citadas. A conclusão de extinção da presente execução fiscal é de ofício, sem representar inovação processual, no entanto, desconhecida jurídicamente das partes, sendo mesmo de observância jurisdicional obrigatória pelos juízes e tribunais brasileiros, uma vez que já plenamente conhecida pela Fazenda Pública em geral e assunto notório e bastante divulgado no meio social e especialmente no universo jurídico nacional, para garantir a segurança jurídica e a autoridade do que decidido pelo Supremo Tribunal Federal e regulado pelo Conselho Nacional de Justiça, de modo que, no caso, é excepcional e completamente desnecessária a audiência prévia da Fazenda Pública interessada antes desta decisão, providência inútil e só a causar mais despesa pública a ser evitada. 3. Pelo exposto, em obediência ao Precedente Vinculante do Supremo Tribunal Federal - STF, como indicado na fundamentação supra, reconheço a falta de interesse processual de agir no presente processo executivo e extingo a presente ação sem lhe dar mais curso, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. 4. A Fazenda Pública credora segue preservado o direito de propor nova execução fiscal, caso encontrados e indique bens penhoráveis do executado, enquanto não prescrita a dívida fiscal, desde que antes adote e comprove previamente as seguintes medidas extrajudiciais: a) tente administrativamente conciliar com o devedor ou busque solução administrativa, como parcelamento ou outra medida que reputar adequada à solução e quitação da dívida, como expurgos de juros, multas ou outras medidas que a lei autorizar; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida. 5. Sem custas ou honorários advocatícios. 6. Insuscetível de reexame necessário (CPC, art. 496 e seus §3º, inciso II, §4º, incisos II e III). 7. Transitada em julgado, arquivem os autos na forma legal. 8. Oficie-se, com cópia, à Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado, para conhecimento, anexando a Informação do quantitativo de processos desta Vara de Execução Fiscal na mesma situação, solicitando auxílio de assessoria, em formato de mutirão, para separação e aplicação aos demais processos aqui em tramite e em idêntica situação. 9. Intime-se. Cruzeiro do Sul-(AC), datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: EMERSON SOARES PEREIRA (OAB 1906/AC) - Processo 0701068-65.2022.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: Eucinete Batista Barbosa - REQUERIDO: Município Marechal Thaumaturgo-ac - Decisão Trata-se de embargos de declaração ajuizado pelo autor alegando omissão e contradição na sentença e requerendo: 1) quanto a obrigação do Embargado em fazer constar, anualmente, na referência inicial do PCCR do Magistério (Lei Municipal nº 07, de 21 de julho de 2014), vencimento básico com valor pelo menos igual ao piso salarial nacional, observada a proporcionalidade quanto a carga horária vigente (30h), consoante determina a Lei Federal nº 11.738/2008, em especial o contido em seus arts. 1º, 2º, §§ 1º e 3º, e 6º, e 2) quanto ao método vencimental progressivo estabelecido pela Lei Municipal nº 07/2014 PCCR dos Trabalhadores da Educação Básica de Marechal Thaumaturgo, em especial o que determina o art. 4º, § 1º, que estabelece aplicação de seus efeitos às progressões inerentes, segundo o tempo de serviço do Embargante, com a consequente incidência dopercentual de 10% (dez por cento) para cada uma das referências (estágios/letras) em que se encontrava enquadrada nos exercícios de 2018 a 2023, calculado sobre o vencimento inicial da carreira, com todos os seus consectários legais; 3) quanto à autonomia do Município de Marechal Thaumaturgo em estabelecer sistema remuneratório progressivo, com indexação pela referência inicial da carreira, aos auspícios do contido no julgamento proferido no âmbito do REsp 1.426.210/RS, objeto do Tema 911 de Julgamento de Recursos Repetitivos do Egrégio Superior Tribunal de justiça STJ. Equivocou-se, o embargante, pois, compulsando-se os autos, observo que na sentença não existe omissão, obscuridade ou contradição nos pontos alegados. A decisão embargada não deixou de versar sobre o início do pagamento devido, apenas não foi de encontro em sua totalidade aos interesses do autor, que pretende rever esse dispositivo da sentença, não havendo portanto o que falar, em omissão no julgado pela falta de apreciação de matéria. A controvérsia deve ser decidida à luz do entendimento firmado pelo STJ que, ao julgar o REsp 1.426.210/RS, em sede de julgamento submetido ao rito dos recursos repetitivos, fixou a seguinte tese: “A Lei n. 11.738/2008, em seu art. 2º, §1º, ordena que o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica deve corresponder ao piso salarial profissional nacional, sendo vedada a fixação do vencimento básico em valor inferior, não havendo determinação de incidência automática em toda a carreira e reflexo imediato sobre as demais vantagens e gratificações, o que somente ocorrerá se estas determinações estiverem previstas nas legislações locais.”. Assim, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou a tese de que a Lei Federal n.º 11.738/2008 não autoriza a automática repercussão do piso salarial do profissional do magistério público da educação básica sobre as classes e níveis mais elevados da carreira, nem sobre eventuais vantagens temporais, adicionais e gratificações, só podendo tal repercussão ocorrer quando houver expressa previsão nesse sentido em lei local (municipal e/ou estadual). Portanto, para incidência do piso salarial nacional em toda a categoria e sobre as vantagens e gratificações, deve haver previsão na legislação local, sob pena de violação ao princípio da legalidade. Alega a parte autora que há previsão de reflexos na Lei Municipal nº 7/2014, no art. 4º, § 1º, sendo que por haver previsão, deveria haver reflexos na carreira nos demais níveis e letras. Nesse ponto cumpre transcrever o que diz referido dispositivo, in verbis: Art. 4º. Para fins do disposto nesta lei, o Grupo do Magistério é formado pela categoria funcional de Professor cuja classificação dar-se-á segundo o grau de formação profissional, na forma seguinte: (...) §1º. O vencimento dos cargos de que trata este artigo, será escalonado em 15 (quinze) estágios, representados pelas letras A a O, como padrões sucessivos com diferença equivalente a 10% (dez por cento) de um estágio para o outro, calculado sobre o vencimento da referencia inicial. O dispositivo de lei referido não autoriza a interpretação dada pela parte autora, visto que a diferença de porcentagem refere-se aos estágios de letras da categoria. Nesse contexto, observa-se no Anexo 1 da referida Lei Municipal, que o valor atribuído ao estágio inicial não incide específica vinculação entre o valor do piso nacional do magistério e os estágios de vencimento básico dos diversos níveis e classes da respectiva carreira local. O valor do vencimento dos quinze estágios da carreira de magistério do município de Marechal Thaumaturgo não é fixado com base em aplicação de coeficiente (percentual de aumento) sobre o vencimento inicial. Como se observa, cada classe da carreira tem seu vencimento estabelecido em valor nominal, de modo que é juridicamente impossível aplicar a repercussão automática do piso nacional da educação básica com base em coeficientes de aumento (percentuais de aumento) de cada letra, tal qual pretende a parte autora. Logo, a norma municipal NÃO se insere nas premissas estabelecidas no REsp 1.426.210/RS - Tema 911, o que impossibilita a atribuição de reflexos automáticos sobre as progressões funcionais por ausência de previsão nesse sentido na legislação local. Assim, a pretensão autoral, nesse ponto, não merece prosperar. No entanto, assiste-lhe direito a perceber vencimento não inferior ao piso nacional, de acordo com a carga horária contratada (Lei 11.738/2008, art. 2.º, §§ 1.º e 3.º), não importando qual seja a letra ou nível que se enquadre em sua carreira, respeitado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos anteriores à propositura da demanda, nos termos do Decreto 20.910/32, art. 1º. A Lei Federal n.º 11.738/2008 fixou o piso salarial nacional para jornada de 40 (quarenta) horas semanais e valor proporcional para as demais e a evolução do piso salarial nacional, para jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (vide portal.mec.gov.br), é a seguinte: - 2017: R$ 2.298,80; - 2018: R$ 2.455,35; - 2019: R$ 2.557,74; - 2020: R$ 2.886,24; - 2021: R$ 2.886,24; - 2022: R$ 3.845,63. No caso concreto, em 11 de março de 2003 (já após a promulgação da CF/1988), a parte re-

querente foi contratada pela Fazenda Pública requerida, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/1988, ou seja, mediante concurso público (vide documentos juntados, pág. 20 e ss). A jornada de trabalho semanal de professor(a) é de 30 (trinta) horas, ou seja, sendo 20 (vinte) para atividades em sala de aula e 10 (dez) para outras atividade de caráter pedagógico (vide Lei Municipal 07, de 21 de julho de 2014). Em decorrência da jornada de trabalho de 30 (trinta) horas, a parte requerente, teoricamente, tem direito mínimo ao piso salarial de 75,00% (setenta e cinco por cento) dos valores devidos aos professores que exercem jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais. Como a parte requerente foi contratado em 11/03/2003, como o STF definiu a obrigatoriedade do piso salarial nacional a partir de 27 de abril de 2011; e como a demanda originária foi ajuizada em 18/04/2022 (conforme informação extraída do e-SAJ), os valores de pisos salariais de referência considerados para a análise do presente feito, inclusive por não estarem prescritos (aqueles retroativos até cinco anos antes da propositura da demanda, nos termos do art. 1.º do Decreto Federal n.º 20.910/1932), devem ser os relativos aos seguintes anos: - em 2017: R$ 1.724,10 (= 75,00% X R$ 2.298,80); - em 2018: R$ 1.841,51 (= 75,00% X R$ 2.455,35); - em 2019: R$ 1.918,31 (= 75,00% X R$ 2.557,74); - em 2020: R$ 2.164,68 (= 75,00% X R$ 2.886,24); - em 2021: R$ 2.164,68 (= 75,00% X R$ 2.886,24) - não houve atualização; - em 2022: R$ 2.884,23 (= 75,00% X R$ 3.845,63). Aos autos foram juntadas as fichas financeiras por meio das quais é possível constatar o vencimento básico percebido pela parte requerente no decorrer dos anos não estava abaixo do piso. Em razão do exposto, não há omissão a ser sanada. Outrora, se o réu discorda do dispositivo da sentença, deve se valer da medida própria, uma vez que os embargos declaratórios não se coadunam com a pretensão de revisão e modificação do conteúdo da sentença. Diante do exposto, o embargante pleiteia com os embargos o efeito modificativo da sentença, o que não é admissível, porquanto não demonstrou em que ponto a sentença é omissa, contraditória ou obscura. Por estas razões, julgo improcedente os presentes Embargos de Declaração, eis que a matéria nele versada não está eivada de obscuridade, omissão ou contradição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes. Cruzeiro do Sul-(AC), datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: EMERSON SOARES PEREIRA (OAB 1906/AC) - Processo 0701092-93.2022.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: Francisca Maria Rosas e Silva - REQUERIDO: Município Marechal Thaumaturgo-ac - Decisão Trata-se de embargos de declaração ajuizado pelo autor alegando omissão e contradição na sentença e requerendo: 1) quanto a obrigação do Embargado em fazer constar, anualmente, na referência inicial do PCCR do Magistério (Lei Municipal nº 07, de 21 de julho de 2014), vencimento básico com valor pelo menos igual ao piso salarial nacional, observada a proporcionalidade quanto a carga horária vigente (30h), consoante determina a Lei Federal nº 11.738/2008, em especial o contido em seus arts. 1º, 2º, §§ 1º e 3º, e 6º, e 2) quanto ao método vencimental progressivo estabelecido pela Lei Municipal nº 07/2014 PCCR dos Trabalhadores da Educação Básica de Marechal Thaumaturgo, em especial o que determina o art. 4º, § 1º, que estabelece aplicação de seus efeitos às progressões inerentes, segundo o tempo de serviço do Embargante, com a consequente incidência dopercentual de 10% (dez por cento) para cada uma das referências (estágios/letras) em que se encontrava enquadrada nos exercícios de 2018 a 2023, calculado sobre o vencimento inicial da carreira, com todos os seus consectários legais; 3) quanto à autonomia do Município de Marechal Thaumaturgo em estabelecer sistema remuneratório progressivo, com indexação pela referência inicial da carreira, aos auspícios do contido no julgamento proferido no âmbito do REsp 1.426.210/RS, objeto do Tema 911 de Julgamento de Recursos Repetitivos do Egrégio Superior Tribunal de justiça STJ. Equivocou-se, o embargante, pois, compulsando-se os autos, observo que na sentença não existe omissão, obscuridade ou contradição nos pontos alegados. A decisão embargada não deixou de versar sobre o início do pagamento devido, apenas não foi de encontro em sua totalidade aos interesses do autor, que pretende rever esse dispositivo da sentença, não havendo portanto o que falar, em omissão no julgado pela falta de apreciação de matéria. A controvérsia deve ser decidida à luz do entendimento firmado pelo STJ que, ao julgar o REsp 1.426.210/RS, em sede de julgamento submetido ao rito dos recursos repetitivos, fixou a seguinte tese: “A Lei n. 11.738/2008, em seu art. 2º, §1º, ordena que o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica deve corresponder ao piso salarial profissional nacional, sendo vedada a fixação do vencimento básico em valor inferior, não havendo determinação de incidência automática em toda a carreira e reflexo imediato sobre as demais vantagens e gratificações, o que somente ocorrerá se estas determinações estiverem previstas nas legislações locais.”. Assim, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou a tese de que a Lei Federal n.º 11.738/2008 não autoriza a automática repercussão do piso salarial do profissional do magistério público da educação básica sobre as classes e níveis mais elevados da carreira, nem sobre eventuais vantagens temporais, adicionais e gratificações, só podendo tal repercussão ocorrer quando houver expressa previsão nesse sentido em lei local (municipal e/ou estadual). Portanto, para incidência do piso salarial nacional em toda a categoria e sobre as vantagens e gratificações, deve haver previsão na legislação local, sob pena de violação ao princípio da legalidade. Alega a parte autora que há previsão de reflexos na Lei Municipal nº 7/2014, no art. 4º, § 1º, sendo que por haver previsão, deveria haver reflexos na carreira nos demais níveis e letras. Nesse ponto cumpre transcrever o que diz referido dispositivo, in verbis: Art. 4º. Para fins do disposto nesta lei, o Grupo do Magistério é formado pela categoria funcional de Professor cuja classificação dar-se-á segundo o grau de formação profissional, na forma seguinte: (...) §1º. O vencimento dos cargos de que trata este artigo, será escalonado em 15 (quinze) estágios, representados pelas letras A a O, como padrões sucessivos com diferença equivalente a 10% (dez por cento) de um estágio para o outro, calculado sobre o vencimento da referencia inicial. O dispositivo de lei referido não autoriza a interpretação dada pela parte autora, visto que a diferença de porcentagem refere-se aos estágios de letras da categoria. Nesse contexto, observa-se no Anexo 1 da referida Lei Municipal, que o valor atribuído ao estágio inicial não incide específica vinculação entre o valor do piso nacional do magistério e os estágios de vencimento básico dos diversos níveis e classes da respectiva carreira local. O valor do vencimento dos quinze estágios da carreira de magistério do município de Marechal Thaumaturgo não é fixado com base em aplicação de coeficiente (percentual de aumento) sobre o vencimento inicial. Como se observa, cada classe da carreira tem seu vencimento estabelecido em valor nominal, de modo que é juridicamente impossível aplicar a repercussão automática do piso nacional da educação básica com base em coeficientes de aumento (percentuais de aumento) de cada letra, tal qual pretende a parte autora. Logo, a norma municipal NÃO se insere nas premissas estabelecidas no REsp 1.426.210/RS - Tema 911, o que impossibilita a atribuição de reflexos automáticos sobre as progressões funcionais por ausência de previsão nesse sentido na legislação local. Assim, a pretensão autoral, nesse ponto, não merece prosperar. No entanto, assiste-lhe direito a perceber vencimento não inferior ao piso nacional, de acordo com a carga horária contratada (Lei 11.738/2008, art. 2.º, §§ 1.º e 3.º), não importando qual seja a letra ou nível que se enquadre em sua carreira, respeitado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos anteriores à propositura da demanda, nos termos do Decreto 20.910/32, art. 1º. A Lei Federal n.º 11.738/2008 fixou o piso salarial nacional para jornada de 40 (quarenta) horas semanais e valor proporcional para as demais e a evolução do piso salarial nacional, para jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (vide portal.mec.gov.br), é a seguinte: - 2017: R$ 2.298,80; - 2018: R$ 2.455,35; - 2019: R$ 2.557,74; - 2020: R$ 2.886,24; - 2021: R$ 2.886,24; - 2022: R$ 3.845,63. No caso concreto, em 11 de março de 2003 (já após a promulgação da CF/1988), a parte requerente foi contratada pela Fazenda Pública requerida, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/1988, ou seja, mediante concurso público (vide documentos juntados, pág. 20 e ss). A jornada de trabalho semanal de professor(a) é de 30 (trinta) horas, ou seja, sendo 20 (vinte) para atividades em sala de aula e 10 (dez) para outras atividade de caráter pedagógico (vide Lei Municipal 07, de 21 de julho de 2014). Em decorrência da jornada de trabalho de 30 (trinta) horas, a parte requerente, teoricamente, tem direito mínimo ao piso salarial de 75,00% (setenta e cinco por cento) dos valores devidos aos professores que exercem jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais. Como a parte requerente foi contratado em 11/03/2003, como o STF definiu a obrigatoriedade do piso salarial nacional a partir de 27 de abril de 2011; e como a demanda originária foi ajuizada em 18/04/2022 (conforme informação extraída do e-SAJ), os valores de pisos salariais de referência considerados para a análise do presente feito, inclusive por não estarem prescritos (aqueles retroativos até cinco anos antes da propositura da demanda, nos termos do art. 1.º do Decreto Federal n.º 20.910/1932), devem ser os relativos aos seguintes anos: - em 2017: R$ 1.724,10 (= 75,00% X R$ 2.298,80); - em 2018: R$ 1.841,51 (= 75,00% X R$ 2.455,35); - em 2019: R$ 1.918,31 (= 75,00% X R$ 2.557,74); - em 2020: R$ 2.164,68 (= 75,00% X R$ 2.886,24); - em 2021: R$ 2.164,68 (= 75,00% X R$ 2.886,24) - não houve atualização; - em 2022: R$ 2.884,23 (= 75,00% X R$ 3.845,63). Aos autos foram juntadas as fichas financeiras por meio das quais é possível constatar o vencimento básico percebido pela parte requerente no decorrer dos anos não estava abaixo do piso. Em razão do exposto, não há omissão a ser sanada. Outrora, se o réu discorda do dispositivo da sentença, deve se valer da medida própria, uma vez que os embargos declaratórios não se coadunam com a pretensão de revisão e modificação do conteúdo da sentença. Diante do exposto, o embargante pleiteia com os embargos o efeito modificativo da sentença, o que não é admissível, porquanto não demonstrou em que ponto a sentença é omissa, contraditória ou obscura. Por estas razões, julgo improcedente os presentes Embargos de Declaração, eis que a matéria nele versada não está eivada de obscuridade, omissão ou contradição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes. Cruzeiro do Sul-(AC), datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: FAGNE CALIXTO MOURÃO (OAB 4600/AC) - Processo 0701783-73.2023.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.G.F.S. - REQUERIDO: Francisco Leonardo dos Santos - Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido inicial para declarar a existência da união estável entre Maria da Glória Fuchs da Silva e Francisco Leonardo dos Santos, pelo período de aproximadamente 08 (oito) anos, ocorrida entre 2015 a 2023, a fim de que a presente sentença produza seus jurídicos e legais efeitos, inclusive para fins de partilha de bens, reconhecendo às partes o direito na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma delas, como já foi descrito, a fim de que a presente sentença produza seus jurídicos e legais efeitos, inclusive para fins de partilha de bens, reconhecendo às partes o direito à metade dos bens elencados. Declaro extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas, ante a gratuidade judiciária anteriormente deferida. Havendo interposição de recurso de apelação, dê-se vista à parte

contrária para contrarrazoar (CPC, art. 1.010, § 1º). Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Acre, com as homenagens de estilo. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Publique-se e intimem-se. Cruzeiro do Sul-(AC), datado e assinado digitalmente. Rosilene de Santana Souza Juíza de Direito

ADV: LAURO HEMANNUELL BRAGA ROCHA (OAB 3793/AC) - Processo 0703247-35.2023.8.01.0002 - Procedimento Comum Cível - Guarda - AUTORA: C.M.C. - RÉU: M.C.M. - M.C.M. - Despacho Não obstante a regra do art. 99, §3º, do CPC, certo é que a presunção de pobreza para fins de concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça tem caráter relativo, tanto que o §2º do mesmo dispositivo legal autoriza o indeferimento do beneficio quando houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade. Nesta perspectiva, tenho que a natureza patrimonial da ação e os valores envolvidos soam incompatíveis com o benefício postulado. Além disso, a autora é funcionária pública, portanto aufere renda mensal. Assim, faculto à parte autora apresentar documentação idônea que comprove a hipossuficiência alegada. Para tanto, concedo prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se.

1ª VARA CRIMINAL

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIELTON ZANOLI ARMONDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROSENILDE FERREIRA DE SOUZA MESQUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0181/2024

ADV: IASMIN SANTIAGO SALES (OAB 4953/AC) - Processo 0001023-39.2021.8.01.0002 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - ACUSADO: Ademir Souza da Silva - 3. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia e CONDENO a parte ré ADEMIR SOUZA DA SILVA, nas penas do art. 311, do Código Penal. Ademais, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de ADEMIR SOUZA DA SILVA, quanto a crime do art. 28 da Lei n. 11.343/06, com base no art. 107, IV do Código Penal (PRESCRIÇÃO). DOSIMETRIA DA PENA Em atenção aos critérios dos arts. 59 e 68 do CP, passo à dosimetria da pena: CRIME: ART. 311, DO CÓDIGO PENAL PRIMEIRA FASE: a culpabilidade é comum ao tipo. Quanto aos antecedentes, o acusado é tecnicamente primário, pois não registra condenação criminal transitada em julgado. Quanto à conduta social e personalidade, inexistem elementos nos autos para valoração. No que se refere ao motivo, nada de especial há para ressaltar de forma a majorar ou minorar a pena-base. Quanto às circunstâncias do crime, são comuns à espécie. As consequências do crime não ultrapassaram a normalidade do tipo. O comportamento da vítima, é circunstância neutra. Diante disso, fixo a pena-base em 3 anos de reclusão. SEGUNDA FASE: Presente a circunstância atenuante da confissão espontânea, prevista no art. 65, inciso III, “d”, do CP (considerada confissão em sede judicial, Súmula 545, STJ). Contudo, deixo de atenuar a pena, pois já fixada no patamar mínimo legal, nos termos da Súmula 231, do STJ. Ausente circunstâncias agravantes. TERCEIRA FASE: ausentes causas de diminuição ou de aumento de pena. PENA APLICADA Assim, para o crime do art. 311, do CP, fixo a PENA CONCRETA E DEFINITIVA em 03 ANOS DE RECLUSÃO e 10 DIAS-MULTA, a razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do crime. O REGIME INICIAL de cumprimento de pena, na forma do art. 33, §2º, “c” do CP, será o ABERTO. DA CONVERSÃO DA PENA Entendo ser aplicável, ao caso dos autos, o disposto no art. 44 do CP. Nessa linha, CONVERTO a pena privativa de liberdade em DUAS penas restritivas de direitos, a saber, 1) prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo prazo da pena privativa de liberdade imposta, a critério do Juízo das Execuções Penais; e 2) prestação pecuniária no valor de 01 (um) salário mínimo, em favor de entidade sem fins lucrativos, a ser selecionada pelo Juízo da Vara de Execuções Penais. DISPOSIÇÕES FINAIS Concedo a parte ré, os benefícios da justiça gratuita, isentando-a do pagamento das custas e despesas processuais, pela hipossuficiência presumida. Por fim, em razão da ausência de Defensor Público atuante na esfera criminal, foi necessário nomeação de advogada dativa, e pela apresentação da resposta à acusação, fls. 98/99, fixo em favor da Advogada Iasmim Santiago Sales, OAB/AC 4.953, honorários advocatícios em 3 URH. Intimem-se. Caso haja interposição de recurso, certifique a secretaria a tempestividade ou intempestividade, e voltem-me conclusos para decisão. Não havendo recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e adote as seguintes providências: 1) expedição da guia de execução definitiva, junto ao SEEU; 2) anotações devidas no histórico de partes; 3) comunique-se aos Institutos de Identificação Estadual e Nacional; 4) comunicação da condenação à Justiça Eleitoral, via sistema INFODIP, para suspensão dos direitos políticos, nos termos do art. 15, III, da Constituição Federal; 5) proceda-se a doação do veículo apreendido, à instituição beneficente, mediante termo de ciência e compromisso de que assumirá integralmente as despesas relacionadas ao levantamento e regularização do bem, devendo a instituição beneficiada, providenciar, no prazo de (30 dias), a retirada do veículo do local de apreensão (Delegacia Geral de Polícia Civil, em Cruzeiro do Sul), bem como a regularização de toda a documentação necessária junto aos órgãos competentes. Após a regularização do veículo e a conclusão do processo de doação, seja dada baixa nos registros de apreensão junto aos sistemas competentes. Caso não haja interessados na aquisição do bem, certifique-se e encaminhe-se para destruição, considerando o péssimo estado de conservação do bem, conforme fotografia, de fl. 75. Intime-se as partes interessadas, bem como o órgão responsável pela guarda do veículo, para que tomem ciência da presente decisão e adotem as medidas cabíveis para seu cumprimento. Cumpridas as providências acima, arquivem-se os autos. P. I. C.

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIELTON ZANOLI ARMONDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROSENILDE FERREIRA DE SOUZA MESQUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0181/2024

ADV: IASMIN SANTIAGO SALES (OAB 4953/AC) - Processo 0001023-39.2021.8.01.0002 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - ACUSADO: Ademir Souza da Silva - 3. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia e CONDENO a parte ré ADEMIR SOUZA DA SILVA, nas penas do art. 311, do Código Penal. Ademais, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de ADEMIR SOUZA DA SILVA, quanto a crime do art. 28 da Lei n. 11.343/06, com base no art. 107, IV do Código Penal (PRESCRIÇÃO). DOSIMETRIA DA PENA Em atenção aos critérios dos arts. 59 e 68 do CP, passo à dosimetria da pena: CRIME: ART. 311, DO CÓDIGO PENAL PRIMEIRA FASE: a culpabilidade é comum ao tipo. Quanto aos antecedentes, o acusado é tecnicamente primário, pois não registra condenação criminal transitada em julgado. Quanto à conduta social e personalidade, inexistem elementos nos autos para valoração. No que se refere ao motivo, nada de especial há para ressaltar de forma a majorar ou minorar a pena-base. Quanto às circunstâncias do crime, são comuns à espécie. As consequências do crime não ultrapassaram a normalidade do tipo. O comportamento da vítima, é circunstância neutra. Diante disso, fixo a pena-base em 3 anos de reclusão. SEGUNDA FASE: Presente a circunstância atenuante da confissão espontânea, prevista no art. 65, inciso III, “d”, do CP (considerada confissão em sede judicial, Súmula 545, STJ). Contudo, deixo de atenuar a pena, pois já fixada no patamar mínimo legal, nos termos da Súmula 231, do STJ. Ausente circunstâncias agravantes. TERCEIRA FASE: ausentes causas de diminuição ou de aumento de pena. PENA APLICADA Assim, para o crime do art. 311, do CP, fixo a PENA CONCRETA E DEFINITIVA em 03 ANOS DE RECLUSÃO e 10 DIAS-MULTA, a razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do crime. O REGIME INICIAL de cumprimento de pena, na forma do art. 33, §2º, “c” do CP, será o ABERTO. DA CONVERSÃO DA PENA Entendo ser aplicável, ao caso dos autos, o disposto no art. 44 do CP. Nessa linha, CONVERTO a pena privativa de liberdade em DUAS penas restritivas de direitos, a saber, 1) prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo prazo da pena privativa de liberdade imposta, a critério do Juízo das Execuções Penais; e 2) prestação pecuniária no valor de 01 (um) salário mínimo, em favor de entidade sem fins lucrativos, a ser selecionada pelo Juízo da Vara de Execuções Penais. DISPOSIÇÕES FINAIS Concedo a parte ré, os benefícios da justiça gratuita, isentando-a do pagamento das custas e despesas processuais, pela hipossuficiência presumida. Por fim, em razão da ausência de Defensor Público atuante na esfera criminal, foi necessário nomeação de advogada dativa, e pela apresentação da resposta à acusação, fls. 98/99, fixo em favor da Advogada Iasmim Santiago Sales, OAB/AC 4.953, honorários advocatícios em 3 URH. Intimem-se. Caso haja interposição de recurso, certifique a secretaria a tempestividade ou intempestividade, e voltem-me conclusos para decisão. Não havendo recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e adote as seguintes providências: 1) expedição da guia de execução definitiva, junto ao SEEU; 2) anotações devidas no histórico de partes; 3) comunique-se aos Institutos de Identificação Estadual e Nacional; 4) comunicação da condenação à Justiça Eleitoral, via sistema INFODIP, para suspensão dos direitos políticos, nos termos do art. 15, III, da Constituição Federal; 5) proceda-se a doação do veículo apreendido, à instituição beneficente, mediante termo de ciência e compromisso de que assumirá integralmente as despesas relacionadas ao levantamento e regularização do bem, devendo a instituição beneficiada, providenciar, no prazo de (30 dias), a retirada do veículo do local de apreensão (Delegacia Geral de Polícia Civil, em Cruzeiro do Sul), bem como a regularização de toda a documentação necessária junto aos órgãos competentes. Após a regularização do veículo e a conclusão do processo de doação, seja dada baixa nos registros de apreensão junto aos sistemas competentes. Caso não haja interessados na aquisição do bem, certifique-se e encaminhe-se para destruição, considerando o péssimo estado de conservação do bem, conforme fotografia, de fl. 75. Intime-se as partes interessadas, bem como o órgão responsável pela guarda do veículo, para que tomem ciência da presente decisão e adotem as medidas cabíveis para seu cumprimento. Cumpridas as providências acima, arquivem-se os autos. P. I. C.

2ª VARA CRIMINAL

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIELTON ZANOLI ARMONDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MÁRCIO SALES MOREIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0330/2024

ADV: JAIRO TELES DE CASTRO (OAB 3403/AC) - Processo 0006748-48.2017.8.01.0002 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Francisco José Torres Cândido e outro - "Defiro o pedido de alegações finais por memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias, de forma sucessiva, iniciando-se pelo Ministério Público".

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIELTON ZANOLI ARMONDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MÁRCIO SALES MOREIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0331/2024

ADV: FAGNE CALIXTO MOURÃO (OAB 4600/AC) - Processo 0003024-65.2019.8.01.0002 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - RÉU: Francisco Castro de Almeida - de Instrução Data: 05/09/2024 Hora 10:15 Local: Sala 01 Situacão: Designada

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIELTON ZANOLI ARMONDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MÁRCIO SALES MOREIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0332/2024

ADV: FAGNE CALIXTO MOURÃO (OAB 4600/AC) - Processo 0003024-65.2019.8.01.0002 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - RÉU: Francisco Castro de Almeida - de Instrução Data: 05/09/2024 Hora 10:15 Local: Sala 01 Situacão: Designada

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIELTON ZANOLI ARMONDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MÁRCIO SALES MOREIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0334/2024

ADV: CESAR AUGUSTO CALIXTO MARQUES (OAB 3100/AC), ADV: BRAZ ALVES DE MELO JUNIOR (OAB 5148/AC) - Processo 0000801-03.2023.8.01.0002 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Luciano do Amaral Negreiros - DECISÃO Considerando que o apelante informou às fls. 151/152 que apresentará suas razões recursais perante a Segunda Instância, conforme faculta o art. 600, § 4º, do CPP, chamo o feito à ordem e determino a remessa dos autos à Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, mediante as anotações de praxe e com nossos cumprimentos cordiais. Intimem-se. Cruzeiro do Sul-(AC), 09 de agosto de 2024. Elielton Zanoli Armondes Juiz de Direito

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIELTON ZANOLI ARMONDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA ROSILDA DE MOURA MELO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2024

ADV: ALEXSON BUSSONS MIRANDA (OAB 4823/AC) - Processo 0000194-87.2023.8.01.0002 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Desobediência - AUTOR FATO: Delton Vitor Fernandes Pinedo - Considerando que foi declarada extinta a punibilidade do autor do fato, à fl. 64, bem como o tempo decorrido desde que foi autorizada a quebra de sigilo de dados do celular apreendido, sem que tenha sido apresentado o respectivo relatório/laudo, revogo a autorização de acesso irrestrito aos dados contidos no aparelho, concedida pela decisão de fls. 20/21, bem como determino a restituição do celular a DELTON VITOR FERNANDES PINEDO, que comprovou a propriedade através da nota de venda à fl. 16, o que deverá ser feito pela Autoridade Policial. Cientifique-se ao MP, à Autoridade Policial e ELTON VITOR FERNANDES PINEDO. Após, arquivem-se os autos.

VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE LEITE DE PAULA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO GOMES MARTINS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0128/2024

ADV: ESCALONE MANRARIN DE SOUZA PINHEIRO (OAB 13277/AM), ADV: RIALAN VICTOR NEGREIROS DE ANDRADE (OAB 5511/AC), ADV: DIEGO LUIZ SALES RIBEIRO GONÇALVES (OAB 9062/PI) - Processo 0000867-80.2023.8.01.0002 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: Francisco do Carmo Firmino - Após análise dos autos, verifico que o feito já foi anteriormente julgado e, após apresentação de recurso, foi remetido para o segundo grau. No segundo grau, já houve o julgamento do recurso com a devolução do processo para o primeiro grau. Ante o exposto, proceda-se a cientificação das partes acerca do acórdão de pp. 183/203, que negou provimento ao recurso. Ademais, considerando que a sentença penal condenatória já transitou em julgado (p. 210), os pedidos relativos ao cumprimento de pena são de competência do juízo de execução penal, razão pela qual deixo de deliberar sobre a petição de pp. 223/228. Cumpra-se a sentença de pp. 78/88 e expeça-se o necessário para formação do processo de execução com brevidade.

ADV: ESCALONE MANRARIN DE SOUZA PINHEIRO (OAB 13277/AM) - Processo 0000867-80.2023.8.01.0002 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: Francisco do Carmo Firmino - Certidão de Remessa da Intimação para o Portal Eletrônico

TJ/AC - COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE LEITE DE PAULA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO GOMES MARTINS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0129/2024

ADV: OZANIA MARIA DE ALMEIDA (OAB 2625/AC) - Processo 0000134-80.2024.8.01.0002 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - DENUNCIADO: J.E.M.O. - Modelo Padrão - com brasão

COMARCA DE BRASILÉIA

VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE BRASILÉIA
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO GUILHERME MUNIZ DE FREITAS MIOTTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KELLEM CRISTINA RAMILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0892/2024

ADV: ROGERIO JUSTINO ALVES REIS - Processo 0700109-23.2024.8.01.0003 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.L.S. - Autos n.º 0700109-23.2024.8.01.0003 Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 16/2016, item B1) Dá a parte autora por intimada na pessoa do seu advogado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada nas fls. 36/42. Brasileia (AC), 13 de agosto de 2024. Kellem Cristina Ramilho Provimento em Comissão

TJ/AC - COMARCA DE BRASILÉIA
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO GUILHERME MUNIZ DE FREITAS MIOTTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VERALICE MEIRA ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0893/2024

ADV: ANDRE UCHIMURA DE AZEVEDO (OAB 309103/SP) - Processo 0701160-06.2023.8.01.0003 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - CREDOR: Lps Company Ltda - Autos n.º 0701160-06.2023.8.01.0003 Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá a parte Autora por intimada através do seu advogado para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se quanto a Certidão de fl.72. Brasileia (AC), 13 de agosto de 2024. Ericina dos Santos Araújo Oliveira Provimento em Comissão

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE BRASILÉIA
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL - JUIZADO ESPECIAL
JUIZ(A) DE DIREITO GUILHERME MUNIZ DE FREITAS MIOTTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDISON VALLERIO DOS REIS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0553/2024

ADV: CAROLINE SILVA LEITÃO (OAB 4755/AC), ADV: THALLIS FELIPE MENEZES DE SOUZA BRITO (OAB 5633/AC) - Processo 0700379-47.2024.8.01.0003 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Promissória - RECLAMANTE: N. Correia Fernandes - Me, Rep Por Neyliane Correia Fernandes - Fica a parte credora devidamente intimada na pessoa de seu patrono para tomar ciência do inteiro teor do Ato Ordinatório de fls. 37 do processo em referência a seguir transcrito, bem como para seu devido cumprimento no prazo de 05 (cinco) dias: Ato Ordinatório: Certifico, em cumprimento ao disposto no Capítulo 2, Seção 3, Norma 16, item V, do Prov. COGER Nº 3/2007, a realização do seguinte ato ordinatório: Fica a parte credora, devidamente intimada para tomar ciência do inteiro teor da certidão do Oficial de Justiça de fls.36 (falecimento do devedor) e para no prazo 05 (cinco) dias, se manifestar acerca da referida , sob pena de arquivamento dos autos. Brasileia (AC), 13 de agosto de 2024. Edison Vallerio dos Reis Técnico Judiciário

COMARCA DE EPITACIOLÂNDIA

VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE EPITACIOLÂNDIA
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOELMA RIBEIRO NOGUEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JOSEANE OLIVEIRA DO NASCIMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0510/2024

ADV: ANA CAROLINA FARIA E SILVA GASK (OAB 3630/AC), ADV: ANA CAROLINA FARIA E SILVA GASK (OAB 3630/AC), ADV: ANA CAROLINA FARIA E SILVA GASK (OAB 3630/AC), ADV: ANA CAROLINA FARIA E SILVA GASK (OAB 3630/AC), ADV: ANA CAROLINA FARIA E SILVA GASK (OAB 3630/AC), ADV: LUIZ MÁRIO LUIGI JÚNIOR (OAB 3791/AC), ADV: ANA CAROLINA FARIA E SILVA GASK (OAB 3630/AC), ADV: ANA CAROLINA FARIA E SILVA GASK (OAB 3630/AC), ADV: ANA CAROLINA FARIA E SILVA GASK (OAB 3630/AC), ADV: ANA CAROLINA FARIA E SILVA GASK (OAB 3630/AC), ADV: ANA CAROLINA FARIA E SILVA GASK (OAB 3630/AC), ADV: ANA CAROLINA FARIA E SILVA GASK (OAB 3630/AC) - Processo 0700341-32.2024.8.01.0004 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Judith Ferreira Gomes - 1. Recebo a presente ação, nos termos disciplinado nos arts. 659 e seguintes, do Código de Processo Civil. 2. Deixo, neste primeiro momento, de analisar o pedido de gratuidade e o valor estipulado à causa, após apresentação das primeiras declarações. 3. Em conseguinte, considerando os documentos juntados aos autos (fl. 16) e o teor do artigo 660, do Código de Processo Civil, nomeio a requerente JUDITH FERREIRA GOMES como inventariante, sendo que deverá prestar compromisso, no prazo de 05 (cinco) dias; e apresentar as primeiras declarações, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data que prestou compromisso, conforme dispõe os artigo art. 626 e 664, ambos do Código de Processo Civil, inclusive, devendo acostar: Certidão Negativa de testamento da falecida; Certidão Negativa de tributos incidente sobre o bem inventariado; Comprovantes de pagamento do IPTU do bem inventariado; Laudo de avaliação do imóvel a ser inventariado. 4. Após a apresentação das primeiras declarações, voltem-me os autos conclusos. Providências e cumprimento de estilo pela CEPRE, advertindo que as citações e intimações realizem-se na forma do Código de Processo Civil, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.153/09, em seu art. 6º, observando-se os procedimentos regulados pelo TJAC acerca do processo eletrônico. Encaminhem-se os autos à CEPRE para cumprimento e providências. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

TJ/AC - COMARCA DE EPITACIOLÂNDIA
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOELMA RIBEIRO NOGUEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JOSEANE OLIVEIRA DO NASCIMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0511/2024

ADV: HELANE CHRISTINA DA ROCHA SILVA (OAB 4014/AC), ADV: MARLIZIA MAIA GONDIM (OAB 5124/AC) - Processo 0700464-74.2017.8.01.0004 - Cumprimento de sentença - Nota Promissória - REQUERIDO: M.S.L. - Dá a parte por intimada para ciência do alvará expedido e , no prazo de 10 (dez) dias, atualizar o débito, informando o saldo remanescente e requerendo o que entender de direito., em cumprimento ao r. Despacho de fls. 266/267.

ADV: RODRIGO DE SÁ QUEIROGA (OAB 16625/DF), ADV: ANDRÉ DE VILHENA MORAES SILVA (OAB 50700/DF), ADV: DANIEL SOARES ALVARENGA DE MACEDO (OAB 36042/DF) - Processo 0700628-05.2018.8.01.0004 - Cumprimento de sentença - Mútuo - AUTOR: Fundação dos Economiários Federais - Funcef - Dá a parte credora por intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca de novos documentos juntados aos autos, em cumprimento ao item 3 da r. Decisão de fls. 318/319 .

ADV: VANESSA FANTIN MAZOCA DE ALMEIDA PRADO (OAB 214894/SP), ADV: PAULO HENRIQUE MAZZALI (OAB 3895/AC) - Processo 0700695-91.2023.8.01.0004 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - AUTOR: Acre Comércio e Administração Ltda - REQUERIDO: Francisco Silva de Oliveira - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 16/2016, item B1) Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada de pp. 167/192, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0700754-79.2023.8.01.0004 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: V. - REQUERIDO: F.M.C.V. - Nessas condições, em face da ausência de outros elementos que possam conduzir a convencimento diverso do deduzido da peça inicial e dos documentos que a instruíram, JULGO PROCEDENTES os pedidos ali constantes e, confirmando a liminar, declaro consolidados a propriedade e a posse plenas do bem em mãos da parte autora (credora fiduciária), podendoesta, nos termos do art. 2.º (parte final), do Decreto-Lei nº 911/69, com as alterações da Lei nº 13.043/2014, vendero mesmo a terceiros, independente de leilão, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial,salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes, entregandoaodevedorosaldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas. Por fim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, RESOLVENDO O MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0700784-85.2021.8.01.0004 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Cooperativa de Crédito e Investimento do Acre - Sicoob Acre - Vieram os autos conclusos ante a manifestação da parte exequente, acostada às fls. 307/308, no qual requer o seguinte: 1º) Expedição de Alvará Judicial: Bloqueio de valores via SISBAJUD - fls. 290/294. Intimado o executado não ofereceu impugnação no prazo determinado (fl. 303). Guias de Depósito Judicial acostadas às fls. 296/298, totalizando R$ 2.353,20 (dois mil, trezentos e cinquenta e três reais e vinte centavos). 1. Considerando a juntada de Guia de Depósito Judicial, às fls. 296/298, determino a expedição de alvará judicial (modalidade transferência), autorizando o levantamento da importância depositada em conta bancária judicial em favor da parte exequente COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DO ACRE - SICOOB ACRE, conforme petição de fl. 307. 1.1. O Gabinete expeça-se o competente Alvará judicial em nome da parte requerente no valor depositado em conta judicial às fls. 296/298. 1.2. Após a expedição do alvará, encaminhem-se os autos à CEPRE para intimar o credor para ciência e, no prazo de 10 (dez) dias, para que atualize o débito, informando o saldo remanescente e requerendo o que entender de direito. 2º) Penhora eletrônica de bens imóveis no nome executado através do SREI: Indefiro o pedido de penhora eletrônica de bens imóveis por meio do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis - SREI, uma vez que a realização de pesquisa junto ao sistema supracitado pode ser realizada diretamente pelo exequente, sendo desnecessária qualquer intervenção/determinação judicial para tal fim. 3º) Indisponibilidade de bens imóveis do executado: A indisponibilidade de bens está prevista no artigo 185-A do CTN. Compulsando os autos, verifico que houve a citação do executado (fl. 91) e, até o momento, não houve pagamento ou apresentação de bens à penhora. Em diligências realizadas não foram encontrados bens ou direitos de propriedade da executada passíveis de penhora. Verifica-se dos autos que houve o esgotamento das modalidades executórias típicas (penhora de valores on-line via SISBAJUD; RENALUD e quebra de sigilo fiscal via INFOJUD). Assim, é possível acolhimento do pedido, senão vejamos: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. INDISPONIBILIDADE DE BENS PREVISTA NO ART. 185-A DO CTN. NECESSIDADE DE CITAÇÃO E ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAR BENS PENHORÁVEIS DO DEVEDOR. ACÓRDÃO PARADIGMA: RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, RESP 1.377.507/SP, REL. MIN. OG FERNANDES, DJE 2.12.2014. AGRAVO INTERNO DA FAZENDA NACIONAL NÃO PROVIDO. 1. A 1a. Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp. 1.377.507/SP, representativo da controvérsia, realizado em 26.11.2014, da relatoria do ilustre Ministro OG FERNANDES, firmou o entendimento de que as disposições do art. 185-A do CTN abrangerão todo e qualquer bem ou direito do devedor, observado como limite o valor do crédito tributário, e dependerão do preenchimento dos seguintes requisitos: (I) citação do executado; (II) inexistência de pagamento ou de oferecimento de bens à penhora no prazo legal; e, por fim, (III) não forem encontrados bens penhoráveis; sendo que a análise

razoável para concluir se houve o esgotamento das diligências será demonstradas a partir das seguintes medidas: (a) acionamento do Bacen-Jud; e (b) expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado e ao Departamento Nacional ou Estadual de Trânsito-DENATRAN ou DETRAN. Esse entendimento foi ratificado com a publicação da Súmula 560/STJ. 2. Agravo Interno da FAZENDA NACIONAL não provido. (STJ - AgInt no REsp: 1646616 SP 2016/0337247-6, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 27/05/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/05/2019) Desta forma, acolho o pedido da parte exequente, determinando a indisponibilidade dos bens e direitos futuros em nome do executado, em consequência determino: 3.1. No que concerne as indisponibilidades de bens imóveis, determino que a indisponibilidade seja lançada através da CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS, devendo a secretaria adotar as providências atinentes para lançamento e acompanhamento da ordem emitida no Sistema. 3.2. Confirmada a realização da indisponibilidade de bens imóveis, expeça-se ofício ao Cartório Extrajudicial que efetivou a indisponibilidade, para que envie no prazo de 15 (quinze) dias as certidões de inteiro teor dos referidos imóveis, com a devida averbação da indisponibilidade de bens. Após, lavre-se o termo de penhora e intime-se o executado para querendo oferecer embargos no prazo legal. 4. Após a efetivação das determinações aqui elencadas, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar outros bens passíveis de penhora, comprovando a propriedade, quando possível ou requerer o que entender de direito. 5. Caso não haja indicação de bens penhoráveis, determino a suspensão do processo (art. 921, III, CPC), pelo prazo de 01 (um) ano ou até haver a indicação, pela exequente, de bens passíveis de penhora. 6. Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Os quais serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, devendo a parte interessada observar o que dispõe o artigo 921, § 4º do CPC. Intimem-se. Às providências. Cumpra-se.

VARA CRIMINAL

TJ/AC - COMARCA DE EPITACIOLÂNDIA
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JOELMA RIBEIRO NOGUEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA IZABEL BEZERRA OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0203/2024
ADV: ANTONIA MAIA DE QUEIROZ (OAB 4821/AC) - Processo 0000348-65.2024.8.01.0004 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência - AUTOR: Justiça Pública - REPDO: Celso Maia de Queiroz - Defiro conforme requerido pela advogada constituída. Sendo assim, habilite-a junto ao Sistema SAJ/PG5.

COMARCA DE SENADOR GUIOMARD

VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE SENADOR GUIOMARD
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ROMÁRIO DIVINO FARIA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLAUDENICE DE ARAÚJO FERNANDES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0361/2024

ADV: FRANCISCO VALADARES NETO (OAB 2429/AC), ADV: FRANCISCO VALADARES NETO (OAB 2429/AC) - Processo 0000459-54.2012.8.01.0009 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - CREDOR: Jalal Soubhi Abdo - DEVEDOR: Fazenda Pública Municipal -Prefeitura Municipal de Senador Guiomard - Sentença A parte autora Jalal Soubhi Abdo ajuizou pedido de cumprimento de sentença contra Fazenda Pública Municipal -Prefeitura Municipal de Senador Guiomard, objetivando a satisfação de dívida líquida e certa. Ulteriormente, adveio aos autos comunicação do pagamento do precatório. A satisfação da obrigação é uma das formas de extinção da execução, conforme preceitua o art. 924, II, do CPC/2015. Ante o exposto, declaro extinta a execução. Arquivem-se independentemente de trânsito em julgado. Sem custas finais, pois o Município e isento do pagamento de custas. Intimem-se. Senador Guiomard (AC), 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN) - Processo 0006350-80.2012.8.01.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Rural - AUTOR: Banco do Brasil S/A. - RÉU: Wellington Enéias Alves Carneiro - Autos n.º 0006350-80.2012.8.01.0001 Classe Procedimento Comum Cível Autor Banco do Brasil S/A. Réu Wellington Enéias Alves Carneiro Despacho Intime-se parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que entender pertinente, sob pena de suspensão. Cumpra-se. Senador Guiomard-AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: DAUSTER MACIEL NETO (OAB 3721/AC) - Processo 0700030-02.2019.8.01.0009 - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - LIQUIDANTE: Dauster Maciel Neto - Sentença A parte autora Dauster Maciel Neto ajuizou pedido de cumprimento de sentença contra Município de Senador Guiomard, objetivando a satisfação de dívida líquida e certa. Ulteriormente, adveio aos autos comunicação do pagamento do precatório. A satisfação da obrigação é uma das formas de extinção da execução, conforme preceitua o art. 924, II, do CPC/2015. Ante o exposto, declaro extinta a execução. Arquivem-se independentemente de trânsito em julgado. Sem custas finais, pois o Município e isento do pagamento de custas. Intimem-se. Senador Guiomard (AC), 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: RODRIGO AIACHE CORDEIRO (OAB 2780/AC), ADV: KELDHEKY MAIA DA SILVA (OAB 4352/AC), ADV: ARTHUR MESQUITA CORDEIRO (OAB 4768/AC) - Processo 0700051-12.2018.8.01.0009 (apensado ao processo 0700761-03.2016.8.01.0009) - Imissão na Posse - Imissão - AUTOR: Francisco Ivan Araújo Marcal - Autos n.º 0700051-12.2018.8.01.0009 Classe Imissão na Posse Autor Francisco Ivan Araújo Marcal Réu Antonio Fontes Martins e outro Despacho Verifico que somente uma filha dos demandos foi intimada para cumprir a determinação de fl. 231, a Sra. Hanna Marçal. A ser assim, determino a intimação dos demais filhos do demandado, indicados às fls. 228/229, especialmente o Sr. João Igor Ferreira Marçal, que estava presente na audiência realizada no dia 18/10/2019 (fls. 170/172) para providenciar os documentos necessários para a efetivação da transferência do imóvel de matrícula n.º 6890 do Cartório de Registro de Imóveis de Senador Guiomard-AC, conforme ajustado no acordo de fls. 170/172. Cumpra-se. Senador Guiomard- AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3731/AC) - Processo 0700148-02.2024.8.01.0009 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: Cooperativa de Credito, Poupança e Investimento de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre ¿ Sicredi Noroeste Mt e - Autos n.º 0700148-02.2024.8.01.0009 Classe Monitória Autor Cooperativa de Credito, Poupança e Investimento de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre Sicredi Noroeste Mt e Requerido Michele Batista Souza Despacho Defiro o pedido de fls. 38/39, e, por conseguinte, determino a designação de audiência de conciliação, a ser presidida pela conciliador deste Juízo. Defiro, também, a dilação do prazo em 10 (dez) dias para a juntada de cálculo atualizado pela parte exequente. Intimem-se. Senador Guiomard- AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: PEDRO HENRIQUE DE VASCONCELOS (OAB 165770/RJ) - Processo 0700161-74.2019.8.01.0009 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - AUTOR: Acreaço Industria e Comercio de Artefato de Ferro Ltda-me - REQUERIDO: Moveis Romera e outro - Autos n.º 0700161-74.2019.8.01.0009 Classe Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança Autor Acreaço Industria e Comercio de Artefato de Ferro Ltda-me Requerido Moveis Romera e outro Decisão Recebo os embargos de declaração de fls. 242/244 com efeitos infringentes. Intime-se a parte embargada para, querendo, manifestar-se acerca dos embargos, no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou sem a manifestação, façam os autos conclusos para apreciação dos embargos. Intimem-se. Senador Guiomard-AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0700199-18.2021.8.01.0009 (apensado ao processo 0700198-33.2021.8.01.0009) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - AUTOR: Manoel da Costa - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - Sentença A parte autora Manoel da Costa ajuizou ação contra Banco Bonsucesso S/A e posteriormente manifestou a desistência, requerendo a extinção do processo. A parte ré anuiu com a desistência. Importa em extinção do processo o fato de o autor desistir da ação sem oposição do réu, consoante estabelece o artigo 485, inciso VIII, e §4º, do Código de Processo Civil. Portanto, com fundamento no artigo 200, parágrafo único, do CPC, homologo a desistência e declaro extinto o processo sem resolução de mérito. Arquivem-se independentemente de trânsito em julgado. Sem custas, por força do artigo 11, inciso I, da Lei Estadual n.º 1422/2001. Intimem-se. Senador Guiomard (AC), 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: GILBERTO MOURA SANTOS (OAB 6015/AC) - Processo 0700207-87.2024.8.01.0009 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - AUTOR: Francisca das Chagas dos Santos Carpaneda - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para alterar o assento de nascimento e casamento, a fim de que passe a constar o nome CAMILA PEREIRA DOS SANTOS CARPANEDA em substituição a Francisca das Chagas Pereira dos Santos Carpaneda. Expeça-se o respectivo mandado e, oportunamente, arquivem-se, comunicando-se. Destarte, JULGO EXTINTO o processo com exame do mérito, na forma do art. 487, I, CPC, c/c art. 109, LRP. Sem custas, à vista da hipossuficiência econômica da requerente. Ulteriormente, anote-se e arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Senador Guiomard-(AC), 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: LUIZ HENRIQUE COELHO ROCHA (OAB 3637/AC) - Processo 0700230-33.2024.8.01.0009 - Monitória - Prestação de Serviços - AUTOR: União Educacional do Norte - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a ação monitória, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, constituindo-se de pleno direito o título executivo judicial pelo montante de 73.885,06 (setenta e três mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e seis centavos) a ser corrigido desde fevereiro de 2024 e acrescido de juros contados dessa mesma data, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo. A parte vencida pagará ainda as custas do processo e a verba honorária que arbitro em 10% sobre o total da condenação. Publique-se. Intime-se. Senador Guiomard-(AC), 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: DAUSTER MACIEL NETO (OAB 3721/AC) - Processo 0700348-24.2015.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Pessoa com Deficiência - AUTOR: Eliseu de Amorim Caboclo e outro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Autos n.º 0700348-24.2015.8.01.0009 Classe Procedimento Comum Cível Autor Eliseu de Amorim Caboclo e outro Requerido Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Decisão Recebo o pedido de Execução contra a Fazenda Pública. Intime-se o executado para, querendo, apresentar impugnação, no prazo de 30 (trinta) dias (CPC/2015, art. 535). Transcorrido in albis o prazo, sem qualquer manifestação impugnatória por parte do devedor, homologo como devida a importância apresentada. Após, expeçam-se as competentes Requisições de Pequeno Valor e/ou Precatório. Intimem-se. Senador Guiomard-AC, 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NATALIA OLEGARIO LEITE (OAB 422372S/P) - Processo 0700403-96.2020.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - AUTORA: Maria de Fátima Lima Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Sentença A parte autora Maria de Fátima Lima Silva ajuizou pedido de cumprimento de sentença contra Telefônica Brasil S/A, objetivando a satisfação de dívida líquida e certa. Ulteriormente, adveio aos autos comunicação do pagamento da dívida. A satisfação da obrigação é uma das formas de extinção da execução, conforme preceitua o art. 924, II, do CPC/2015. Ante o exposto, declaro extinta a execução. Expeça-se alvará em favor do Botti e Gobira Advogados Associados, titular do CNPJ 36.727.258/0001-31 (fl. 825). Cumpra-se a providência de fl. 824. Intimem-se. Senador Guiomard (AC), 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0700422-05.2020.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Telefônica Brasil S/A - EXECUTADA: Rejane Camelo de Oliveira - Autos n.º 0700422-05.2020.8.01.0009 Classe Procedimento Comum Cível Exequente Telefônica Brasil S/A Executado Rejane Camelo de Oliveira Decisão Defiro o pedido de fls. 2.765/2.766. A ser assim, determino a indisponibilidade de ativos financeiros, via SISBAJUD (teimosinha - 60 dias), nos termos do art. 854, do Novo Código de Processo Civil, existentes em nome do devedor até o valor do débito executado. Ocorrendo o bloqueio de ativos financeiros, intime-se o executado para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste acerca da indisponibilidade de ativos financeiros, de acordo com o disposto no §3º, do art. 854, do NCPC. Não apresentada a manifestação do executado, converto a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura de termo (art. 854, §5º, do NCPC), devendo a Secretaria promover a liberação de eventual indisponibilidade excessiva, e transferir a importância equivalente ao valor da dívida ao Banco do Brasil, em conta judicial remunerada. Na hipótese de não serem encontrados ativos financeiros, ou na hipótese de valores irrisórios, que deverão ser imediatamente desbloqueados, determino o retorno dos autos ao arquivo provisório. Intimem-se. Senador Guiomard-AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: LUIZ CARLOS DE ARAUJO FERNANDES (OAB 3995/AC) - Processo 0700422-63.2024.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antônio Alberto Pinto Furtado - Autos n.º 0700422-63.2024.8.01.0009 Classe Procedimento Comum Cível Requerente Antônio Alberto Pinto Furtado Requerido Joao Batista Tezza Filho Decisão Determino a suspensão do processo pelo prazo de 30 (trinta) dias, a fim de que a parte autora inclua o inventariante do Espólio de João Batista Tezza Filho no polo passivo de demanda, assim como o qualifique, ou habilite os seus herdeiros. Após, cumpra-se a decisão de fl. 11. Intimem-se. Senador Guiomard-(AC), 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: ANA PAULA SANTOS SILVA (OAB 203466/MG), ADV: SANDRA LUCIA DE ASSIS (OAB 195602/MG) - Processo 0700460-75.2024.8.01.0009 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.M.F. - REQUERIDO: J.P.F.P. - Autos n.º 0700460-75.2024.8.01.0009 Classe Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Requerente Alícia Malaquias Flor Requerido João Paulo Flor Pereira Despacho Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, especificarem outras provas que eventualmente tenham interesse em produzir, justificando a pertinência. Havendo pedido de produção de prova oral, destaque-se data para audiência de instrução e julgamento, com as formalidades de praxe. Cumpra-se. Senador Guiomard- AC, 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: MARCOS MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 4032/AC) - Processo 0700470-56.2023.8.01.0009 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - AUTORA: Maria Madalena de Oliveira Souza - Autos n.º 0700470-56.2023.8.01.0009 Classe Usucapião Autor Maria Madalena de Oliveira Souza Requerido Cesar Roberto Linhares Dias Decisão Observo que não foram esgotadas todas as tentativas de citação pessoal, razão pela qual indefiro, por ora, o pedido de citação editalícia formulado pela parte autora Assim, ordeno à Secretaria que expeça-se carta postal para os endereços ainda não diligenciados, conforme detalhado na peça de fls. 128/129. Se negativa as diligências, cite-se o requerido César Roberto Linhares Dias por edital. Em caso de inércia do citando, desde já, nomeio a Defensora Dra. Bruna Karollyne Jácome Arruda Soares como curadora especial. Intime-se. Cumpra-se. Senador Guiomard- AC, 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito Autenticado eletronicamente

ADV: MAISA JUSTINIANO BICHARA (OAB 3128/AC) - Processo 0700474-59.2024.8.01.0009 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria de Nazaré do Sacramento Silva - Autos n.º 0700474-59.2024.8.01.0009 Classe Inventário Requerente Maria de Nazaré do Sacramento Silva Despacho Recebo a petição inicial como primeiras declarações. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. Nomeio como inventariante a Sr.ª MARIA DE NAZARÉ DO SACRAMENTO SILVA, que prestará compromisso em 05 (cinco) dias. Citem-se os herdeiros, bem como as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal. Citem-se, por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, eventuais herdeiros incertos e desconhecidos, nos termos do art. 626, §1º, do NCPC. Concluídas as citações, abra-se vista às partes, em cartório, pelo prazo comum de 15 (quinze) dias, para dizerem sobre as primeiras declarações (art. 627, do NCPC). Intimem-se. Senador Guiomard-AC, 19 de junho de 2024. Adimaura Souza da Cruz Juíza de Direito

ADV: ITALO SCARAMUSSA LUZ (OAB 9173/ES), ADV: EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR (OAB 29190/DF) - Processo 0700482-07.2022.8.01.0009 - Monitória - Contratos Bancários - AUTOR: Banco do Brasil S/A. - Despacho Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito, sob pena de extinção e arquivamento. Cumpra-se. Senador Guiomard- AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: MATHEUS RODRIGUES PETERSEN (OAB 10513RO) - Processo 0700532-62.2024.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Liminar - AUTOR: Sebastião Lopes Geleth - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0700598-42.2024.8.01.0009 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - AUTOR: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda. - RÉU: Jonas Adsamio Castro Andrade - Fica a parte autora intimada, na pessoa de seu advogado, para comparecer à audiência de conciliação, designada para o dia 05/09/2024, às 11h, que será realizada por videoconferência, através do aplicativo Google Meet, pelo Link: https://meet.google.com/pgn-oejk-nit

ADV: LUIZ CARLOS DE ARAUJO FERNANDES (OAB 3995/AC) - Processo 0700651-23.2024.8.01.0009 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: Lucas da Silva Moreira - Despacho Intime-se a parte recorrida para apresentar suas contrarrazões. Após, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Senador Guiomard- AC, 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: ENOQUE DINIZ SILVA (OAB 3738/AC) - Processo 0700666-89.2024.8.01.0009 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: L.M.N.A. - REQUERIDO: D.C.A.F. - Autos n.º 0700666-89.2024.8.01.0009 Classe Guarda de Família Requerente Luiz Miguel Nunes de Andrade Requerido Diodato Conceição de Andrade Filho Despacho Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, especificarem outras provas que eventualmente tenham interesse em produzir, justificando a pertinência. Havendo pedido de produção de prova oral, destaque-se data para audiência de instrução e julgamento, com as formalidades de praxe. Cumpra-se. Senador Guiomard- AC, 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0700705-28.2020.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Telefônica Brasil S/A - EXECUTADA: Joelma Alves da Silva - Autos n.º 0700705-28.2020.8.01.0009 Classe Procedimento Comum Cível Exequente Telefônica Brasil S/A Executado Joelma Alves da Silva Despacho Defiro, em parte, o pedido de fls. 445/447, e, por conseguinte, determino a indisponibilidade de ativos financeiros, via SISBAJUD, nos termos do art. 854, do Código de Processo Civil, existentes em nome do devedor até o valor do débito executado. Havendo o bloqueio de ativos financeiros, intime-se o executado para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste acerca da indisponibilidade de ativos financeiros, de acordo com o disposto no §3º, do art. 854, do NCPC. Não apresentada a manifestação do executado, converto a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de

lavratura de termo (art. 854, §5º, do NCPC), devendo a Secretaria promover a liberação de eventual indisponibilidade excessiva, e transferir a importância equivalente ao valor da dívida ao Banco do Brasil, em conta judicial remunerada. Na hipótese de não serem encontrados ativos financeiros, ou na hipótese de valores irrisórios, que deverão ser imediatamente desbloqueados, procede-se a restrição de transferência, via RENAJUD, de veículos registrados em nome da parte executada. Sem êxito nas diligências, retornem os autos ao arquivo provisório. Senador Guiomard-AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: LUIZ CARLOS DE ARAUJO FERNANDES (OAB 3995/AC) - Processo 0700741-31.2024.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Espólio de Virgílio Carlos Conçalves - Autos n.º 0700741-31.2024.8.01.0009 Classe Procedimento Comum Cível Requerente Espólio de Virgílio Carlos Conçalves Requerido Espólio de Aurora de Jesus da Silva e outro Decisão Defiro o pedido formulado à fl. 39, e, por conseguinte, determino a suspensão do processo pelo prazo de 30 (trinta) dias no aguardo da apresentação do acordo entabulado pelas partes. Intimem-se. Senador Guiomard-(AC), 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS (OAB 415428/SP) - Processo 0700796-16.2023.8.01.0009 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: União Educacional do Norte - D E C I S Ã O Trata-se de pedido de cumprimento de sentença proposta por UNINORTE UNIÃO EDUCACIONAL DO NORTE LTDA em face de ELITON LOPES OLIVEIRA, nos autos qualificados. As partes entabularam um acordo, na qual o executado efetuará o pagamento da dívida de forma parcelada. Ficou, ainda, consignado que os autos ficarão suspensos até o cumprimento integral do acordo. Caso inadimplência do executado, os autos deverão seguir o procedimento previsto em lei. A ser assim, HOMOLOGO a convenção, bem como suspendo o presente feito até o adimplemento do débito, devendo os autos permanecer em cartório no aguardo do cumprimento total da obrigação pelo devedor. Transcorrido o prazo, intime-se a parte exequente para impulsionar o feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção tendo em conta o adimplemento do débito. Senador Guiomard-(AC), 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: EDIVANIA DE ARAÚJO FERNANDES (OAB 4288/AC) - Processo 0700823-96.2023.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de medicamentos - REQUERENTE: Tereza Alves de Souza - Autos n.º 0700823-96.2023.8.01.0009 Classe Procedimento Comum Cível Requerente Tereza Alves de Souza Requerido Estado do Acre Despacho Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, especificarem outras provas que eventualmente tenham interesse em produzir, justificando a pertinência. Havendo pedido de produção de prova oral, destaque-se data para audiência de instrução e julgamento, com as formalidades de praxe. Cumpras-se. Senador Guiomard- AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0700848-17.2020.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Telefônica Brasil S/A - EXECUTADO: Francisco Saldanha da Cruz - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de mandado, compreendendo o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos). A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte exequente por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

ADV: MARIA DA GRAÇA BOTELHO FROTA (OAB 1753/AC) - Processo 0700884-54.2023.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Suely Ares de Lima - Autos n.º 0700884-54.2023.8.01.0009 Classe Procedimento Comum Cível Requerente Maria Suely Ares de Lima Requerido Raimundo Ferreira Despacho Verifico que o mérito da presente demanda já restou solucionado por meio do acordo de fls. 144/145. A ser assim, determino o arquivamento do feito, devendo a parte interessada apresentar documentos necessários perante à Serventia de Registro de Imóveis competente para efetivação do acordo entabulado. Cumpra-se. Intimem-se. Senador Guiomard- AC, 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC), ADV: LEANDRO DE SOUZA MARTINS (OAB 3368/AC) - Processo 0700896-05.2022.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Liminar - AUTOR: Elias Araujo Barbosa - Autos n.º 0700896-05.2022.8.01.0009 Classe Procedimento Comum Cível Autor Elias Araujo Barbosa Requerido Impar Consultoria Atividades de Cobrança e Correspondente Financeiro Ltda e outro Despacho Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, especificarem outras provas que eventualmente tenham interesse em produzir, justificando a pertinência. Havendo pedido de produção de prova oral, destaque-se data para audiência de instrução e julgamento, com as formalidades de praxe. Cumpra-se. Senador Guiomard- AC, 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB 45458/GO), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0700909-09.2019.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Semia Umbelina dos Santos Rodrigues - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Autos n.º 0700909-09.2019.8.01.0009 Classe Procedimento Comum Cível Requerente Semia Umbelina dos Santos Rodrigues Requerido Telefônica Brasil S/A Decisão Defiro o pedido de fls. 353/354. A ser assim, determino a indisponibilidade de ativos financeiros, via SISBAJUD (teimosinha - 60 dias), nos termos do art. 854, do Novo Código de Processo Civil, existentes em nome do devedor até o valor do débito executado. Ocorrendo o bloqueio de ativos financeiros, intime-se o executado para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste acerca da indisponibilidade de ativos financeiros, de acordo com o disposto no §3º, do art. 854, do NCPC. Não apresentada a manifestação do executado, converto a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura de termo (art. 854, §5º, do NCPC), devendo a Secretaria promover a liberação de eventual indisponibilidade excessiva, e transferir a importância equivalente ao valor da dívida ao Banco do Brasil, em conta judicial remunerada. Na hipótese de não serem encontrados ativos financeiros, ou na hipótese de valores irrisórios, que deverão ser imediatamente desbloqueados, determino o retorno dos autos ao arquivo provisório. Intimem-se. Senador Guiomard-AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: ANDRE RICARDO STRAPAZZON DETOFOL (OAB 4234/RO) - Processo 0700985-28.2022.8.01.0009 - Monitória - Duplicata - AUTOR: Mirian Varzea Grande Auto Posto Ltda - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de mandado, no valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos). A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte exequente por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

ADV: TIAGO DOS REIS FERRO (OAB 13660/MS), ADV: BRUNO LUIZ DE SOUZA NABARETTE (OAB 15519/MS) - Processo 0701175-20.2024.8.01.0009 - Carta Precatória Cível - Citação - DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de Senador Guiomard/ac - REQUERIDO: Antonio Mariano de Freitas Lima - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de mandado, no o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos). A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

ADV: TIAGO DOS REIS FERRO (OAB 13660/MS), ADV: BRUNO LUIZ DE SOUZA NABARETTE (OAB 15519/MS) - Processo 0701176-05.2024.8.01.0009 - Carta Precatória Cível - Citação - DEPRECANTE: Vara Única da Comarca de Guajará - DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de Senador Guiomard/ac - REQUERIDO: Antonio Mariano de Freitas Lima - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de mandado, no o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos). A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

ADV: JHONNY RICARDO TIEM (OAB 73072BA), ADV: PAULA MALTZ NAHON (OAB 6203/AC) - Processo 0701189-38.2023.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: João Marcos Lopes dos Reis de Oliveira - REQUERIDO: Claro S.A - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, e extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Ante a sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa, observando-se a gratuidade da justiça deferida à autora. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Senador Guiomard-(AC), 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: LILYANNE DE FARIAS DOS SANTOS (OAB 3755/AC) - Processo

0701217-06.2023.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Thiago Souza Boson - Autos n.º 0701217-06.2023.8.01.0009 Classe Procedimento Comum Cível Requerente Thiago Souza Boson Requerido Angelo Daniel Guimaraes da Silva Decisão Apesar de frustrada a localização do endereço da parte executada, observo que não foram esgotadas todas as tentativas de citação pessoal, razão pela qual indefiro, por ora, o pedido de citação editalícia formulado pela parte autora. Assim, ordeno à Secretaria que diligencie em busca de outros endereços da requerida, por meio dos sistemas eletrônicos disponíveis em cartório, a partir do número de CNPJ, já constante nos autos. Efetivada a pesquisa, sobrevindo resposta positiva, expeça-se novo mandado (carta de citação), no qual deverão constar todos endereços encontrados nas diligências. Se negativa a consulta ou se dela constar o mesmo endereço indicado nos autos, certifique-se e expeça-se, por fim, a citação por edital, com prazo de 20 (vinte) dias. Intime-se. Cumpra-se. Senador Guiomard- AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: WILLIAN POLLIS MANTOVANI (OAB 4030/AC), ADV: WILLIAN POLLIS MANTOVANI (OAB 4030/AC), ADV: WILLIAN POLLIS MANTOVANI (OAB 4030/AC) - Processo 0701225-80.2023.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Silva de Souza e outros - REQUERIDO: Jorge Rodrigues da Silva e outros - Autos n.º 0701225-80.2023.8.01.0009 Classe Procedimento Comum Cível Requerente Maria Silva de Souza e outros Requerido Jorge Rodrigues da Silva e outros Despacho Intime-se a parte autora para réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se. Senador Guiomard- AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO AUGUSTO MELO DE FREITAS (OAB 5957AC) - Processo 0701332-27.2023.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Liminar - AUTOR: Francisco Ribeiro de Almeida - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 5319/AC), ADV: DANIELA MARQUES CORREIA DE CARVALHO - Processo 0701404-48.2022.8.01.0009 - Procedimento Comum Cível - Servidão Administrativa - AUTOR: Edp Transmissão Norte S/A - RÉ: Espolio de Luiz Saraiva Correia Representado Por Celina Ludovina Marques Correia - Autos n.º 0701404-48.2022.8.01.0009 Classe Procedimento Comum Cível Autor Edp Transmissão Norte S/A Réu Espolio de Luiz Saraiva Correia Representado Por Celina Ludovina Marques Correia Despacho Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, especificarem de forma justificada as provas que pretendem produzir, esclarecendo a pertinência de cada uma delas, sob pena de indeferimento. Decorrido, não havendo a necessidade de produção de outras provas ou inexistindo manifestação, destaque-se data para audiência de instrução e julgamento, objetivando a oitiva do perito nomeado nos autos, a fim de dirimir os questionamentos formulados pelas partes acerca do laudo pericial elaborado. Senador Guiomard-AC, 12 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

VARA CRIMINAL

TJ/AC - COMARCA DE SENADOR GUIOMARD
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROMÁRIO DIVINO FARIA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELZO NASCIMENTO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0143/2024

ADV: ANTONIO ARAUJO DA SILVA (OAB 1260/AC) - Processo 0700910-18.2024.8.01.0009 (apensado ao processo 0000399-61.2024.8.01.0009) - Mandado de Segurança Criminal - Restituição de Coisas Apreendidas - IMPETRANTE: Sucatão Rio Branco Importação e Exportação Ltda - Decisão Cuida-se de pedido formulado por Éliton Ferreira de Araújo, por seu advogado constituído, onde requer seja a mercadoria apreendida submetida à perícia técnica, por suspeitar da existência de disparidade entre o volume apreendido e aquele constante no depósito. O Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido. Relatei. Decido. Na hipótese vertente, observa-se que o impetrante suscitou dúvida acerca da quantidade de mercadoria existente no depósito quando comparada àquela apreendida em seu veiculo no dia dos fatos. Diante desta situação, mais prudente é o deferimento do pedido, para apuração do que fora alegado. Posto isso, na esteira dos argumentos acima alinhavados e em consonância com a manifestação favorável do Ministério Público, defiro o pedido formulado à fl. 247 e, via de efeito, determino a realização de perícia técnica na mercadoria apreendida, com a observação de que o impetrante e seu patrono deverão ser intimados acerca do dia e hora em de sua realização para, querendo, acompanhar o ato. Expeça-se o necessário. Intime-se. Senador Guiomard-(AC), 08 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE SENADOR GUIOMARD
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL - JUIZADO ESPECIAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROMÁRIO DIVINO FARIA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLAUDENICE DE A. FERNANDES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0187/2024

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 29442APB), ADV: CÁSSIO ROBSON DE ALMEIDA BEZERRA (OAB 25660PB) - Processo 0700706-71.2024.8.01.0009 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Marcela Nonato da Silva - Despacho Observo que o advogado substabelecido indica número de inscrição em Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, de outro Estado. O art. 10, § 2º, da Lei 8.906/1994 - Estatuto da Advocacia, impõe que o advogado deva manter uma inscrição suplementar na seccional local da Ordem quando passar a exercer a advocacia habitualmente em estado diverso de onde mantém sua inscrição principal. A Lei diz que é habitual o exercício da advocacia quando há mais de cinco ações distribuídas por ano. Assim, intime-se a parte autora, por seus advogados, para que, alternativamente, como emenda da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias: a) comprove os advogados que não possuem mais de cinco ações distribuídas neste ano no Estado do Acre, ou; b) informem o número da inscrição suplementar na Seccional do Acre ou, ainda, procedam com a regularização da capacidade postulatória, sob pena de indeferimento da inicial. O não cumprimento das determinações importará em extinção e arquivamento dos autos. Cumpra-se. Senador Guiomard-AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 5319/AC), ADV: GABRIELA DA SILVA MOURA (OAB 5434/AC) - Processo 0702791-41.2024.8.01.0070 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Higo Ramon Ramos Cavalcante - REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A - Despacho Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca das preliminares ventiladas em sede de Contestação. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham-me os autos conclusos. Cumpra-se. Senador Guiomard-AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

TJ/AC - COMARCA DE SENADOR GUIOMARD
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL - JUIZADO ESPECIAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROMÁRIO DIVINO FARIA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLAUDENICE DE ARAÚJO FERNANDES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0188/2024

ADV: ROBERTO ALVES DE SÁ (OAB 4013/AC), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 5881/AC) - Processo 0700791-91.2023.8.01.0009 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - RECLAMANTE: Nedina Gomes Pereira - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Certifico a realização do seguinte ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte recorrida, Nedina Gomes Pereira, intimada para no prazo de 10 (dez) dias apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto às fls.203-225. Ficando ciente que, havendo ou não manifestação, os autos serão encaminhados a uma das Turmas Recursais.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: THIAGO AMADEU NUNES DE JESUS (OAB 47341GO) - Processo 0700863-15.2022.8.01.0009 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Eliene Alves de Holanda Mendonça - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Certifico a realização do seguinte ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte recorrida,Telefônica Brasil S/A, intimada para no prazo de 10 (dez) dias apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto às fls. 586-595. Ficando ciente que, havendo ou não manifestação, os autos serão encaminhados a uma das Turmas Recursais.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: MICHAEL JOSÉ DA SILVA ALVES (OAB 4240/AC) - Processo 0701078-54.2023.8.01.0009 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Bruno Norberto - RECLAMADO: TIM S/A - Tim Brasil S/A - Certifico a realização do seguinte ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte recorrida, Bruno Norberto, intimada para no prazo de 10 (dez) dias apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto às fls. 99-106. Ficando ciente que, havendo ou não manifestação, os autos serão encaminhados a uma das Turmas Recursais

ADV: DAUSTER MACIEL NETO (OAB 3721/AC), ADV: DAUSTER MACIEL NETO (OAB 3721/AC), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 4158/AC), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 4158/AC) - Processo 0701182-46.2023.8.01.0009 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - RECLAMANTE: Avelar de Oliveira Neto - Maria Irineia Silva Avelino - RECLAMADO: DECOLAR.COM LTDA. - TAM Linhas Aéreas S.A - Certifico a realização do seguinte ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte recorrida, Avelar de Oliveira Neto e outro, intimada

para no prazo de 10 (dez) dias apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto às fls. 178-192. Ficando ciente que, havendo ou não manifestação, os autos serão encaminhados a uma das Turmas Recursais.

JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA

TJ/AC - COMARCA DE SENADOR GUIOMARD
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL - JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ROMÁRIO DIVINO FARIA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLAUDENICE DE A. FERNANDES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0109/2024

ADV: WAGNER ALVARES DE SOUZA (OAB 3930/AC) - Processo 0700145-47.2024.8.01.0009 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI - REQUERENTE: Cliciane Nascimento Nobre - REQUERIDO: Municipio de Senador Guiomard/ac - Despacho Recebo os embargos de declaração de fls. 55/61 com efeitos infringentes. Intime-se a parte embargada para, querendo, manifestar-se acerca dos embargos opostos, no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou sem a manifestação, façam os autos conclusos para apreciação dos embargos pela Juíza Leiga. Senador Guiomard-AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: JEFFERSON GUERREIRO FERREIRA (OAB 4002/AC) - Processo 0700473-79.2021.8.01.0009 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - DIREITO CIVIL - EXEQUENTE: Lima & Andrade Serviços Ltda - Decisão Homologo como devida a importância de R$ 26.787,62 (vinte e seis mil e setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos) atualizado até 24/10/2023. Considerando que a quantia devida ultrapassa o teto da Requisição de Pequeno Valor, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos comprovante de dados bancários e de regularidade do CPF de todos que integrarão o Precatório. Decorrido o prazo, sobrevindo-se as informações, expeça-se Requisição de Precatório. Senador Guiomard-AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: GILBERTO MOURA SANTOS (OAB 6015/AC) - Processo 0700618-04.2022.8.01.0009 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física - RECLAMANTE: José Augusto Lindoso da Silva - Despacho Recebo o recurso, apenas no efeito devolutivo, nos termos do art. 43, da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Intime-se a parte recorrida para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões ao recurso interposto. Após, com ou sem contrarrazões, remetam-se os autos a uma das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, com as nossas sinceras homenagens e sob as cautelas merecidas. Senador Guiomard-AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

ADV: MATHEUS ROSA DA SILVA (OAB 5853/AC) - Processo 0700935-36.2021.8.01.0009 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - CREDOR: Luis Carlos Silva Gonçalves - DEVEDOR: Municipio de Senador Guiomard - Despacho Intime-se a parte credora para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar os cálculos que informa na Petição de fl. 69, sob pena de extinção e arquivamento. Senador Guiomard-AC, 09 de agosto de 2024. Romário Divino Faria Juiz de Direito

COMARCA DE SENA MADUREIRA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE SENA MADUREIRA
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL - JUIZADO ESPECIAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIQUE CIRANO DI PAULA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARICE FERREIRA DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0163/2024

ADV: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA (OAB 5695/AC) - Processo 0000995-73.2023.8.01.0011 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMANTE: Rafaela Matos da Cunha Barbosa - RECLAMADO: ENERGISA S/A - Dá a parte reclamada (ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A) por intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões ao recurso interposto às fls. 59/64, nos termos do art. 42 § 2º da Lei n. 9.099/95. Certifico, ainda, que o Recurso foi Interposto NO PRAZO, que não apresentou o preparo devido ao pedido de Justiça Gratuita às fls. 64.

ADV: PEDRO GENI CONTATO (OAB 9351OMT), ADV: PEDRO GENI CONTATO (OAB 5076/AC) - Processo 0701158-46.2022.8.01.0011 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: Manoel Antonio Pinheiro de Freitas - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Dá a parte autora (MANOEL ANTONIO PINHEIRO DE FREITAS) por intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões ao recurso interposto às fls. 226/237, nos termos do art. 42 § 2º da Lei n. 9.099/95. Certifico, ainda, que o Recurso foi Interposto NO PRAZO, assim como o preparo de fls. 292.

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

TJ/AC - COMARCA DE SENA MADUREIRA
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL - JUIZADO ESPECIAL
JUIZ(A) DE DIREITO EDER JACOBOSKI VIEGAS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANA CLÁUDIA DA SILVA ARAÚJO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2024

ADV: DAVID DO VALE SANTOS (OAB 5528/AC), ADV: WILLIAM MARCOS SILVA DOS SANTOS (OAB 5886/AC), ADV: RAFAELA DE ASSUNÇÃO ARAÚJO (OAB 6120/AC) - Processo 0701134-18.2022.8.01.0011 - Termo Circunstanciado - Injúria - AUTOR: Maycon Moreira da Silva - ACUSADO: Alvaro Manoel Nunes Maciel Sobrinho - Assim, chamo o feito à ordem, declaro a incompetência deste Juízo e determino a remessa dos autos a uma das varas criminais da Comarca de Rio Branco/AC, foro do domicílio do querelado, nos termos do art. 72 do CPP. Providencie a Secretaria o necessário. Dê-se baixa no registro e autuação. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

COMARCA DE ACRELÂNDIA

VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE ACRELÂNDIA
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO RAYANE GOBBI DE OLIVEIRA CRATZ
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO NORONHA DE AZEVEDO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0378/2024

ADV: FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO (OAB 777/AC) - Processo 0700319-02.2023.8.01.0006 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - AUTOR: Valdir Camara - (COGER CNG-JUDIC - Item 2.3.16, Ato A8) Dá a(s) parte(s) por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar(em)-se sobre os laudos do Perito, exame de DNA, pp. 93/101.

ADV: FABIANO DE FREITAS PASSOS (OAB 4809/AC), ADV: RAYANE PRISCILA MARTINS DE ARAÚJO (OAB 4918/AC) - Processo 0700705-32.2023.8.01.0006 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - AUTORA: Jaciana Soares de Souza - (COGER CNG-JUDIC - Item 2.3.16, Ato A6) Dá a parte por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca novos documentos juntados aos autos, alvará, p. 115.

ADV: LEANDRO BELMONT DA SILVA (OAB 4706/AC) - Processo 0700771-12.2023.8.01.0006 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - AUTOR: José Fernandes Pessoa de Lima - (COGER CNG-JUDIC - Item 2.3.16, Ato A6) Dá a parte por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca novos documentos juntados aos autos, Ato Ordinatório, p. 110., devendo apresentá-los na Justiça Federal.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE ACRELÂNDIA
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO RAYANE GOBBI DE OLIVEIRA CRATZ
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO NORONHA DE AZEVEDO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0133/2024

ADV: RENATA CARLA SOUZA PEIXOTO (OAB 5572/AC) - Processo 0000031-32.2022.8.01.0006 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - CREDOR: Carlos Jose Santos de Oliveira - (COGER CNG-JUDIC - Item 2.3.16, Ato A6) Dá a parte por intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca novos documentos juntados aos autos, alvará, p. 108.

ADV: ANDRÉ JACQUES LUCIANO UCHÔA COSTA (OAB 80055/MG), ADV: LEONARDO FIALHO PINTO (OAB 108654/MG), ADV: ROBERTO ALVES DE SÁ (OAB 4013/AC) - Processo 0700982-48.2023.8.01.0006 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Érick Henrique Oliveira Duarte - RECLAMADO: Banco Inter S.a - Certifico a designação de audiência de conciliação por videoconferência. Data: Sexta-feira, 20 de setembro de 2024, às 11:00h. Link da videochamada: https://meet.google.com/jyq-strw-jid.

COMARCA DE BUJARI

VARA CRIMINAL

TJ/AC - COMARCA DE BUJARI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MANOEL SIMÕES PEDROGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL INARA GOVEIA JARDIM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0177/2024

ADV: JOÁZ DUTRA GOMES (OAB 6380/AC) - Processo 0000247-10.2024.8.01.0010 (apensado ao processo 0006774-10.2021.8.01.0001) (processo principal 0006774-10.2021.8.01.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Crimes contra a vida - REQUERENTE: Justiça Pública e outro - REQUERIDO: Juízo de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Bujarí-ac - Autos n.º 0000247-10.2024.8.01.0010 Classe Restituição de Coisas Apreendidas Requerente Justiça Pública e outro Requerido Juízo de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Bujarí-ac Decisão Trata-se de Pedido de Restituição de Arma de Fogo (Pistola G2C 9mm, Taurus, Modelo PT111 G2A ACA427330, cor marrom, com carregador), pleiteado por Marcos Roberto Silva de Souza (pp. 1/2). Manifestação ministerial desfavorável ao pedido (p. 21). Relato o essencial. Decido. Alega o Requerente que é a vítima dos autos principais e a arma está apreendida há mais de um ano aguardando perícia. Ocorre que o presente pedido já foi apreciado à p. 219 dos autos principais (autos sob o n.º 0006774-10.2021.8.01.0001), o qual já fora indeferido, pois interessa ao processo; tendo o Requerente recorrida da aludida Decisão. Ante o exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público (p. 21), indefiro o presente pedido de restituição da arma de fogo - Pistola G2C 9mm, Taurus, Modelo PT111 G2A ACA427330, cor marrom, com carregador, pleiteado por Marcos Roberto Silva de Souza, pois interessa ao processo (CPP, art. 118). Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, nada mais havendo, arquive-se. Bujari-(AC), 09 de agosto de 2024. Manoel Simões Pedroga Juiz de Direito

TJ/AC - COMARCA DE BUJARI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MANOEL SIMÕES PEDROGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL INARA GOVEIA JARDIM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0178/2024

ADV: JAMES ROSAS DA SILVA (OAB 5248/AC) - Processo 0000361-46.2024.8.01.0010 (apensado ao processo 0000379-72.2021.8.01.0010) (processo principal 0000379-72.2021.8.01.0010) - Restituição de Coisas Apreendidas - Crimes do Sistema Nacional de Armas - REQUERENTE: Bruna Carvalho de Moura - Autos n.º 0000361-46.2024.8.01.0010 Classe Restituição de Coisas Apreendidas Requerente Bruna Carvalho de Moura Decisão Trata-se de requerimento formulado por Bruna Carvalho de Moura, visando à restituição de uma arma de fogo, pistola Taurus, modelo G2, calibre 9mm, cor preta, número de série ACE948958, com carregador e 05 munições, marca CBC, calibre 9mm, apreendida em poder de Romualdo Zeferino dos Santos, quando este foi preso pelo crime de porte ilegal de arma de fogo, conforme os autos do processo nº 0000379-72.2021.8.01.0010. Consta nos autos que, em manifestação às págs. 22/23, o Ministério Público requereu a intimação da requerente para juntar o laudo pericial de eficiência da arma de fogo, a fim de averiguar se ainda havia interesse estatal na manutenção da apreensão da referida arma no processo criminal de Romualdo Zeferino dos Santos. Em atendimento à determinação, a requerente juntou aos autos o laudo pericial da arma de fogo, conforme se verifica às págs. 25/28. Diante da juntada do laudo pericial e considerando que o Ministério Público se manifestou favoravelmente à restituição da arma de fogo, tendo em vista a comprovação da propriedade pela requerente e o desinteresse estatal na apreensão do bem, após a produção da prova pericial no processo criminal, entendo que o pleito merece acolhimento (parecer de pág. 332). É o relato do essencial. Passo a decidir. A restituição de bens apreendidos no curso de processos criminais é regulada pelo art. 120 do Código de Processo Penal, o qual prevê que, desde que não haja necessidade de manutenção da apreensão para fins de prova, o bem deve ser restituído ao legítimo proprietário. No presente caso, a propriedade da arma de fogo foi comprovada por meio da documentação apresentada pela requerente. Ademais, o laudo pericial comprovou a eficiência da arma de fogo e, conforme manifestação do Ministério Público, não há mais interesse estatal na apreensão da arma, uma vez que a prova pericial já foi produzida e incorporada aos autos do processo criminal. Assim, inexistindo óbice à restituição e considerando o desinteresse do Estado na manutenção da apreensão, deve ser deferido o pedido de restituição. Diante do exposto, acompanhando o parecer do Ministério Público de pág. 32, acolho o pedido formulado por Bruna Carvalho de Moura e determino a restituição da arma de fogo, pistola Taurus, modelo G2, calibre 9mm, cor preta, número de série ACE948958, com carregador e 05 munições, marca CBC, calibre 9mm, à requerente. Expeça-se o termo de restituição. Após, nada mais for requerido, arquivem-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Bujari-(AC), 12 de agosto de 2024. Manoel Simões Pedroga Juiz de Direito

TJ/AC - COMARCA DE BUJARI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MANOEL SIMÕES PEDROGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL INARA GOVEIA JARDIM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0179/2024

ADV: FABIO SANTOS DE SANTANA (OAB 4349/AC), ADV: RODRIGO LIMA TAVARES (OAB 4749/AC) - Processo 0000169-16.2024.8.01.0010 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REPDO: Edson de Paiva Cavalcante - Certifico e dou fé que, de ordem do MM. Juiz de Direito desta comarca, designei o dia 04/09/2024 às 10:00h para realização de audiência de Instrução VIA VIDEOCONFERÊNCIA, devendo as partes e respectivos advogados entrar em contato com este Juízo através do WhatsApp da Comarca (068) 3231-1099 para instruções acerca do sistema que será utilizado no referido ato judicial.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE BUJARI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO MANOEL SIMÕES PEDROGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GUILHERME PEDROGÃO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0098/2024

ADV: FRANCISCO LACI COSTA DE SOUZA (OAB 3182/AC), ADV: FRANCISCO LACI COSTA DE SOUZA (OAB 3182/AC), ADV: MARCELO AUGUSTO ALVES FREIRE (OAB 4026AC /) - Processo 0000286-80.2019.8.01.0010 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - CREDOR: Sérgio do Nascimento Souza - DEVEDOR: Aldimar Montes Fortes - Sergio Do Nascimento Souza - Autos n.º 0000286-80.2019.8.01.0010 Classe Cumprimento de sentença Credor Sérgio do Nascimento Souza Devedor Aldimar Montes Fortes Decisão Trata-se de pedido formulado pela parte credora de substituição da realização de perícia por diligência externa pelo senhor Oficial de Justiça, na fase de cumprimento de sentença, no âmbito dos presentes autos, que tramitam no Juizado Especial Cível. Como é cediço, nos termos do art. 3º da Lei nº 9.099/95, o procedimento nos Juizados Especiais Cíveis é orientado pelos critérios de simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. A fase de cumprimento de sentença deve observar esses mesmos princípios, priorizando a rápida satisfação da obrigação. A diligência externa com ônus para o Judiciário, especialmente nesta fase processual, contraria a celeridade e a informalidade que norteiam os Juizados Especiais; ademais, cumpre lembrar que cabe à parte cumprir as suas obrigações processuais, apresentando os documentos e provas necessários para a liquidação do julgado, precipuamente visando a transformação da condenação em perdas e danos, quanto a obrigação de fazer não é voluntariamente cumprida. No presente caso, verifico que a questão levantada pode ser resolvida com os documentos já presentes nos autos ou mediante outras formas de prova menos onerosas e demoradas que a perícia ou diligência externa, como a juntada de novos documentos ou esclarecimentos adicionais das partes. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de pp. 201/202 e determino a intimação das partes para requererem o que entender de direito, cumprindo-se com suas obrigações processuais, apresentando os elementos necessários à continuidade do feito. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Bujari-(AC), 08 de agosto de 2024. Manoel Simões Pedroga Juiz de Direito

ADV: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA (OAB 108112/MG) - Processo 0000330-26.2024.8.01.0010 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - RECLAMANTE: Manoel Simões Pedroga - RECLAMADO: Samsung Eletronica da Amazonia Ltda - SENTENÇA Manoel Simões Pedroga ajuizou ação de responsabilidade civil decorrente de defeito do produto contra a Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. O autor alega, em síntese, que adquiriu um Projetor Portátil Smart Samsung The Freestyle no valor de R$ 3.499,00 (três mil quatrocentos e noventa e nove reais), com vício oculto, que se manifestou dentro do prazo da garantia contratual, com termo em 25/05/2024. Assevera que o produto tinha garantia de 1 (um) ano, porém, após 11 (onze) meses de uso, o produto apresentou defeito. Aduz que no dia 10 de junho de 2024, levou o produto a uma autorizada Samsung e pagou o montante de R$ 60,50 (sessenta reais e cinquenta centavos) para a elaboração do orçamento, que culminou no prognóstico de vício na placa óptica, patente de substituição. Apresentados os fundamentos fáticos e jurídicos que embasam o pleito, postulou, preliminarmente, a inversão do ônus da prova; a designação de audiência de conciliação; a citação da reclamada para, querendo, contestar a ação sob pena de revelia e confissão ficta; a procedência do pedido para condenar a ré na substituição do aparelho Projetor Portátil Smart Samsung The Freestyle; a restituição em dobro do valor de R$ 60,50 (sessenta reais e cinquenta centavos) a título de danos materiais; e compensação

pecuniária não inferior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de danos morais. A inicial veio instruída com os documentos de pp. 7/13. A reclamada contestou a ação às pp. 420/437, pugnando, preliminarmente, pelo não reconhecimento da restituição em dobro e extinção do processo por inépcia da inicial. No mérito, requereu, em suma, a improcedência dos pedidos iniciais por não se encontrar configurada a responsabilidade da ré, bem como a existência de vício oculto e, por consequência, o não conhecimento dos danos morais. A contestação veio acompanhada dos documentos de pp. 338/494. Ata da audiência de conciliação acostada à pp. 495, sem êxito na celebração do acordo. As partes não formularam requerimentos. Na ocasião, a parte reclamante informou que não há outras provas a produzir, enquanto a reclamada informou desinteresse na designação de audiência de instrução e julgamento, pugnando pelo julgamento antecipado da lide. Vieram os autos conclusos para sentença. É o relatório. PRELIMINARES Da inversão do ônus da prova A ré argumenta, em síntese, o não cabimento da inversão do ônus da prova ao caso sob análise. A inversão do ônus da prova, mesmo nos casos que envolvam direito do consumidor, não se opera de forma automática, dependendo do preenchimento dos seguintes requisitos: verossimilhança das alegações ou hipossuficiência do consumidor. A verossimilhança das alegações se encontra demonstrada por meio dos documentos de pp. 7/13. Relativamente a hipossuficiência, a doutrina tradicionalmente aponta a existência de três modalidades de vulnerabilidade: técnica (ausência de conhecimento específico acerca do produto ou serviço objeto de consumo), jurídica (falta de conhecimento jurídico, contábil ou econômico e de seus reflexos na relação de consumo) e fática (situações em que a insuficiência econômica, física ou até mesmo psicológica do consumidor o coloca em pé de desigualdade frente ao fornecedor). Mais recentemente, tem se incluído também a vulnerabilidade informacional (dados insuficientes sobre o produto ou serviço capazes de influenciar no processo decisório de compra). Na espécie, a vulnerabilidade técnica do consumidor frente ao poderio econômico da ré revela a situação de desvantagem em que o consumidor se encontra devido à disparidade de recursos. Esse conceito é central no direito do consumidor, reconhecendo-se que, em muitas situações, o consumidor individual tem menos capacidade de negociar, influenciar ou resistir às práticas comerciais das grandes empresas, sujeitando-se, pois, a situações desfavoráveis e a sofrer prejuízos de toda ordem. Assim rejeito a preliminar arguida. Da restituição em dobro A ré alega o não cabimento da restituição em dobro em relação ao valor despendido pelo autor para a elaboração de orçamento. A fabricante pode cobrar pela elaboração de um orçamento de reparo, desde que isso seja previamente informado ao consumidor de maneira clara e transparente. O Código de Defesa do Consumidor - CDC exige que todas as informações sobre preços, tarifas e condições de pagamento sejam apresentadas de forma adequada e ostensiva. É importante que a cobrança seja justa e proporcional ao serviço prestado. Se a cobrança for considerada abusiva ou se o consumidor não for adequadamente informado sobre a taxa antes da elaboração do orçamento, isso pode ser contestado com base nas práticas abusivas previstas no CDC. Verifica-se do item 1.5 da Ordem de Serviço nº 4170064758 colacionada às pp. 438/439, que fora cumprido pela ré o dever de informação quanto à existência de custo a ser despendido pelo consumidor para a elaboração do orçamento preliminar de reparo. No entanto, caso essa cobrança seja efetivada ao consumidor para reparo de um vício manifestado durante o período de garantia do produto, configurar-se-á como abusiva e autorizará a restituição do seu valor,em dobro, conforme enuncia o art. 42, parágrafo único, do CDC. Nos termos do dispositivo supracitado, para que haja a restituição em dobro do valor pago indevidamente pelo consumidor, três requisitos devem se fazer presentes, quais sejam: a) que a cobrança tenha sido indevida; b) que haja efetivo pagamento pelo consumidor; c) a ausência de engano justificável do fornecedor. No caso em apreço, presentes estão todos os requisitos exigíveis para a concessão do pedido do autor, razão pela qual a rejeição da preliminar ofertada pela parte ré é medida que se impõe. DO MÉRITO A regra basilar na seara dos princípios gerais da atividade econômica é, induvidosamente, o art. 170, da Constituição Federal, submetendo as pessoas jurídicas de direito público e privado às normas atinentes a salvaguarda do consumidor. Nos termos da legislação ordinária, constituem, entre outros, direitos básicos do consumidor: 1. A obtenção de informação adequada e clara sobre produtos e serviços postos à disposição do consumidor; 2. A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor; e 3. a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais. A Lei nº 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor, qualifica como consumidor toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, enquanto fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços. No caso, o vínculo contratual estabelecido entre o autor/consumidor e a Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda, fabricante de produto, se encontra consubstanciado pelo extrato da transação de compra colacionado às pp. 9/12, tendo a Info Store Computadores da Amazônia Ltda. como integrante da cadeia de consumo associada à venda direta dos produtos fabricados pela ré. Nos moldes da Lei nº 8.078/1990, havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação, sendo vedada a estipulação de cláusula contratual que impossibilite, exonere ou atenue a obrigação de indenizar pelos danos decorrentes do fato ou do vício do produto e do serviço. Referida estipulação legal, convém mencionar, decorre da obrigação relativa à responsabilidade civil por risco do empreendimento ou teoria do risco-proveito, isto é, todo aquele que se beneficia do exercício de atividades lucrativas é responsável pelos vícios e prejuízos dela decorrentes (fortuito interno). Nessa linha de intelecção, o Código de Defesa do Consumidor estabeleceu que o fornecedor de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas, consoante dicção do art. 18, do normativo, Conforme se depreende da peça inicial, o produto apresentou vício oculto 11 (onze) meses após a compra, isto é, no mês de abril de 2024, tendo como base a data da aquisição do produto junto à pessoa jurídica Info Store Computadores da Amazônia Ltda: 25/05/2023. Como sabido, os produtos Samsung vêm com uma garantia do fabricante que oferece cobertura contra defeitos de fabricação e problemas funcionais dentro de um período específico, garantindo-se aos consumidores suporte e reparos sob condições especiais dentro do período especificado. Consoante se vê do sítio eletrônico da ré, os projetores fabricados pela Samsung possuem garantia de 12 (doze) meses. Logo, considerando a data da aquisição, a garantia do fabricante teria como termo final a data do dia 25/05/2024. Conforme prevê o art. 26 do Código Consumerista, o direito a reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 90 (noventa) dias tratando-se de produtos duráveis. Todavia, na hipótese de vício oculto, o prazo começa a fluir no momento em que ficar evidenciado o defeito. No caso, o autor, ao se deparar com o vício do produto solicitou, dentro do prazo da garantia, orçamento junto à autorizada a fim de ver solucionado o problema. Todavia, conforme se vê do documento colacionado à pp. 7, o orçamento elaborado pela ré para a substituição da placa óptica resultou no valor de R$ 4.025,52 (quatro mil e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos), isto é, acima do valor despendido pelo autor para a aquisição do produto. Conforme se depreende da leitura do § 1º do art. 18, do Código de Defesa do Consumidor, não sendo sanado o vício no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pode o consumidor exigir, alternativamente, e a sua escolha: 1. a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; 2. a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; e o abatimento proporcional do preço. Entretanto, nos termos da legislação ordinária esse tempo pode ser dispensado sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial. No caso, a substituição da placa óptica do produto além de se tratar de produto essencial para o adequado funcionamento do equipamento, diminui o valor de mercado do produto, ainda que o reparo possa ser realizado pela autorizada. Isso porque, o produto perde a percepção da qualidade, originalidade, autenticidade, desempenho, valor de revenda, gerando desvalorização, além de afetar a confiança do consumidor quanto aos equipamentos fabricados pela empresa. Assim, ante a comprovação do vício oculto, com fundamento no art. 18 do Código de Defesa do Consumidor, cabível a condenação da ré na substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso. DO DANO MORAL O art. 5º, V da Constituição Federal assegura o direito a indenização por dano material, moral ou à imagem. Os danos morais, como sabido, referem-se à prejuízos que afetam a personalidade, honra, imagem ou bem-estar psicológico de uma pessoa, isto é, são subjetivos e intangíveis, devidos à vítima como compensação financeira para amenizar o sofrimento decorrente do dano experimentado. É importante observar que por se tratar de dano extrapatrimonial, possuem natureza personalíssima. Logo, apenas a pessoa que sente moralmente violada pode pleitear o direito de reparação do dano. Além disso, o dano pode ser causado por ação ou omissão, por negligência ou por imprudência. Como consequência, não é necessário que a parte causadora do dano tenha tido a intenção de causá-lo. Basta, assim, que um direito da pessoa tenha sido violado e que o dano tenha afetado o seu bem-estar psicológico. No caso, a violação da expectativa legítima de gozar de um bem em perfeitas condições, sobretudo por se tratar de aparelho novo, cuja expectativa é que não apresente defeito nenhum enseja a compensação financeira ora pleiteada. Não obstante, nos termos da jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, a tutela ao tempo útil é apta a ocasionar dano indenizável. Dessa forma, tendo como base o método bifásico utilizado como parâmetro para a aferição da indenização por danos extrapatrimoniais, pleiteia o autor o montante de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de danos morais, com aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Destaca-se, portanto, em relação a primeira fase da fixação do dano moral, referente ao interesse jurídico tutelado, a frustração da expectativa legítima do consumidor, porquanto o produto adquirido não atende às suas expectativas de funcionamento e qualidade. No caso de vício oculto, a frustração pode ser ainda maior, pois o defeito só se torna perceptível após determinado período de uso, demandando desvio produtivo do consumidor, que precisou desperdiçar o tempo de suas competências e atividades para tentar a resolução do problema gerado pela ré. Consoante dicção do art. 944 do Código Civil, a indenização mede-se pela extensão do dano. A doutrina majoritária defende que a extensão do dano sofrido, e a quantificação da indenização pecuniária baseada na extensão do dano, deve observar a possibilidade do ofensor e a gravidade da conduta junto ao ofendido. No caso, a extensão do dano atingiu um nível relevante, pois até o presente momento não houve a

substituição do produto por parte da ré. Por sua vez, na segunda fase, afere-se a gravidade do fato em si; a culpabilidade do agente; a culpa concorrente da vítima e a condição econômica das partes. A gravidade do fato em si e a dimensão do dano estão suficientemente fundamentadas na necessidade de substituição da peça viciada, isto é, da troca de núcleo essencial do produto, culminando em desvalorização. A culpabilidade das rés se encontra evidenciada no dever da empresa quanto à fabricação de produtos adequados ao consumo e, por consequência, de qualidade, fundada na teoria da vida útil do produto. Outrossim, nos moldes legais, as condições socioeconômicas da vítima e do ofensor não se equiparam, sendo a vulnerabilidade do consumidor presumida ante ao poderio econômico da ré. Relativamente ao montante pretendido, o quantum indenizatório não deve ser causa de enriquecimento ilícito, nem ser tão diminuto em seu valor que perca o caráter de punição. Assim, entendo cabível o montante de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de danos morais. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de pp. 1/6 para CONDENAR a Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda.: 1. a efetivar no prazo de até 30 (trinta) dias a substituição do produto viciado (Projetor Portátil Smart Samsung The Freestyle) por outro da mesma espécie; 2. na restituição em dobro a título de dano material do valor despendido pelo consumidor com a elaboração do orçamento, resultando no montante de R$ 121,00 (cento e vinte e um reais), acrescidos de juros moratórios desde o vencimento da obrigação e correção monetária desde o efetivo prejuízo, a teor da Súmula 43 do Superior Tribunal de Justiça; e 3. ao pagamento de indenização no montante de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de dano moral, em conformidade com os valores usualmente admitidos pela jurisprudência do Tribunais, acrescidos de juros moratórios desde o vencimento da obrigação e correção monetária desde o arbitramento, consoante Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça. Sem custas, nos termos do art. 54 da Lei nº 9.099/1995. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Bujari Acre, 07 de agosto de 2024. Bruna Barreto Perazzo Costa Juíza de Direito

ADV: RICARDO PAULINELLI BATISTA MACHADO (OAB 127272MG) - Processo 0700271-94.2024.8.01.0010 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - RECLAMANTE: Antonio Ferreira de Assis - Autos n.º 0700271-94.2024.8.01.0010 Classe Procedimento do Juizado Especial Cível Reclamante Antonio Ferreira de Assis Reclamado Banco Agibank S/a. Despacho Consta da certidão de pág. 74 que decorreu o prazo sem manifestação por parte do autor (pp. 71/73). Considerando a ausência de movimentação processual e a necessidade de dar continuidade ao feito, determino a intimação das partes para que se manifestem e apresentem as providências necessárias para o andamento do processo. Fica advertido que, na hipótese de inércia ou ausência de manifestação no prazo de 5 (cinco) dias, será declarada a extinção do feito, com base no art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Bujari-AC, 31 de julho de 2024. Manoel Simões Pedroga Juiz de Direito

ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RICARDO PAULINELLI BATISTA MACHADO (OAB 127272MG) - Processo 0700273-64.2024.8.01.0010 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: Antonio Ferreira de Assis - RECLAMADO: Banco Bradesco S.a. - Autos n.º 0700273-64.2024.8.01.0010 Classe Procedimento do Juizado Especial Cível Reclamante Antonio Ferreira de Assis Reclamado Banco Bradesco S.a. Despacho Consta da certidão de pág. 94 que decorreu o prazo sem manifestação por parte do autor (pp. 91/93). Considerando a ausência de movimentação processual e a necessidade de dar continuidade ao feito, determino a intimação das partes para que se manifestem e apresentem as providências necessárias para o andamento do processo. Fica advertido que, na hipótese de inércia ou ausência de manifestação no prazo de 5 (cinco) dias, será declarada a extinção do feito, com base no art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Bujari-AC, 31 de julho de 2024. Manoel Simões Pedroga Juiz de Direito

ADV: RICARDO PAULINELLI BATISTA MACHADO (OAB 127272MG) - Processo 0700275-34.2024.8.01.0010 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: Antonio Ferreira de Assis - Autos n.º 0700275-34.2024.8.01.0010 Classe Procedimento do Juizado Especial Cível Reclamante Antonio Ferreira de Assis Reclamado Banco Pan S.A Despacho Consta da certidão de pág. 75 que decorreu o prazo sem manifestação por parte do autor (pp. 72/74). Considerando a ausência de movimentação processual e a necessidade de dar continuidade ao feito, determino a intimação das partes para que se manifestem e apresentem as providências necessárias para o andamento do processo. Fica advertido que, na hipótese de inércia ou ausência de manifestação no prazo de 5 (cinco) dias, será declarada a extinção do feito, com base no art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Bujari-AC, 31 de julho de 2024. Manoel Simões Pedroga Juiz de Direito

ADV: RICARDO PAULINELLI BATISTA MACHADO (OAB 127272MG) - Processo 0700276-19.2024.8.01.0010 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: Antonio Ferreira de Assis - Autos n.º 0700276-19.2024.8.01.0010 Classe Procedimento do Juizado Especial Cível Reclamante Antonio Ferreira de Assis Reclamado Banco Santander S.a. Despacho Consta da certidão de pág. 74 que decorreu o prazo sem manifestação por parte do autor (pp. 71/73). Considerando a ausência de movimentação processual e a necessidade de dar continuidade ao feito, determino a intimação das partes para que se manifestem e apresentem as providências necessárias para o andamento do processo. Fica advertido que, na hipótese de inércia ou ausência de manifestação no prazo de 5 (cinco) dias, será declarada a extinção do feito, com base no art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Bujari-AC, 31 de julho de 2024. Manoel Simões Pedroga Juiz de Direito

ADV: RICARDO PAULINELLI BATISTA MACHADO (OAB 127272MG) - Processo 0700277-04.2024.8.01.0010 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: Antonio Ferreira de Assis - Autos n.º 0700277-04.2024.8.01.0010 Classe Procedimento do Juizado Especial Cível Reclamante Antonio Ferreira de Assis Reclamado Associacao dos Aposentados e Pensionistas Nacional- Aapen Despacho Consta da certidão de pág. 62 que decorreu o prazo sem manifestação por parte do autor (pp. 59/61). Considerando a ausência de movimentação processual e a necessidade de dar continuidade ao feito, determino a intimação das partes para que se manifestem e apresentem as providências necessárias para o andamento do processo. Fica advertido que, na hipótese de inércia ou ausência de manifestação no prazo de 5 (cinco) dias, será declarada a extinção do feito, com base no art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Bujari-AC, 31 de julho de 2024. Manoel Simões Pedroga Juiz de Direito

ADV: RICARDO PAULINELLI BATISTA MACHADO (OAB 127272MG) - Processo 0700278-86.2024.8.01.0010 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: Antonio Ferreira de Assis - Autos n.º 0700278-86.2024.8.01.0010 Classe Procedimento do Juizado Especial Cível Reclamante Antonio Ferreira de Assis Reclamado Banco Ole Bonsucesso Consignado S.a. Despacho Consta da certidão de pág. 73 que decorreu o prazo sem manifestação por parte do autor (pp. 70/72. Considerando a ausência de movimentação processual e a necessidade de dar continuidade ao feito, determino a intimação das partes para que se manifestem e apresentem as providências necessárias para o andamento do processo. Fica advertido que, na hipótese de inércia ou ausência de manifestação no prazo de 5 (cinco) dias, será declarada a extinção do feito, com base no art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Bujari-AC, 31 de julho de 2024. Manoel Simões Pedroga Juiz de Direito

JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA

TJ/AC - COMARCA DE BUJARI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO MANOEL SIMÕES PEDROGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GUILHERME PEDROGÃO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0033/2024

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO DE MOURA SILVA (OAB 5944AC /) - Processo 0700233-82.2024.8.01.0010 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Rosângila Rocha dos Santos - INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 51/53, A SEGUI O DISPOSITIVO Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, com fundamento nos arts. 2º, 5º e 6º da Lei Federal n.º 9.099/95 (LJE), ante o conjunto probatório existente no bojo do processo, julgo IMPROCEDENTE a pretensão deduzida pela autora, DECRETANDO A EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no art. 487, I, do CPC. Sem custas ou honorários advocatícios, tendo em vista que, à falta de disciplina própria, prevalece, para a sentença dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, a regra do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Bujari-(AC), 31 de julho de 2024. Manoel Simões Pedroga Juiz de Direito

COMARCA DE CAPIXABA

VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE CAPIXABA
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO BRUNO PERROTTA DE MENEZES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRUNA ROBERTA ARAÚJO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0232/2024

ADV: ANA CAROLINA VIEIRA PIMENTA FERNANDES (OAB 36200GO) - Processo 0700568-53.2023.8.01.0005 - Procedimento Comum Cível - Licenças / Afastamentos - REQUERIDO: Estado do Acre - CERTIDÃO - ATO ORDINATÓRIO (Provimento COGER nº 16/2016, item E1) Dá a parte demandante Dorotéia Bylaardt, por intimada, através de seu representante judicial, para ciência da expedição e encaminhamento da Carta Precatória de pág. 858,

devendo o interessado acompanhar seu cumprimento, inclusive, pagando as diligências se necessárias, junto ao Juízo Deprecado, no prazo 30 (trinta) dias, conforme protocolo de pág. 865.

COMARCA DE FEIJÓ

VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE FEIJÓ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CAROLINE LAGOS DE CASTRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO MACAMBIRA GAMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0693/2024

ADV: ODAIR DELFINO DE SOUZA (OAB 3453/AC) - Processo 0700050-73.2022.8.01.0013 - Procedimento Comum Cível - Pessoa com Deficiência - REQUERENTE: Maria de Fátima de Souza Abreu Leitão - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar o requerido a pagar para a parte requerente Maria de Fátima de Souza Abreu Leitão, o benefício de prestação continuada no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, a partir da data do requerimento administrativo, sem prejuízo do que dispõe o artigo 21 da Lei n. 8.742/93, incidindo sobre as parcelas vencidas juros de mora e correção monetária na forma do Manual de Cálculos da Justiça Federal. Via de consequência, declaro extinto o processo com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC. Condeno a parte demandada ao pagamento de honorários advocatícios em 10% sobre o valor das parcelas vencidas. Custas de lei. Isento o demandado nos termos do artigo 2º, II, da Lei Estadual n. 1.422/01. Sem reexame necessário (artigo 496, §3º, I, do CPC). Ainda, tendo em vista o caráter alimentar da verba, presentes os pressupostos do art. 300 do CPC, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA, determinando ao INSS o pagamento do benefício de um salário mínimo, de prestação continuada, a ser implementado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da presente decisão, sob pena de multa diária, no valor de R$300,00, a ser revertida em favor da parte requerente. Expeça-se o necessário, servindo-se de cópia da presente como requisição ao INSS. Ocorrido o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Intimem-se. Feijó-(AC), 09 de agosto de 2024. Caroline Lagos de Castro Juíza de Direito

ADV: LAURO HEMANNUELL BRAGA ROCHA (OAB 3793/AC) - Processo 0700099-17.2022.8.01.0013 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Liquidação / Cumprimento / Execução - CREDORA: Maria Marcíonilia da Silva Taumaturgo - CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento ao Provimento nº. 13/2016, da COGER, ato ordinatório I.5, abro vista ao procurador da parte requerente para tomar conhecimento dos alvarás judiciais de fls. 139/141, bem como para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito. Feijó-AC, 13 de agosto de 2024. Francisco Macambira Gama Técnico Judiciário

ADV: ODAIR DELFINO DE SOUZA (OAB 3453/AC) - Processo 0700204-62.2020.8.01.0013 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Vicente de Paulo Guimarães - CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento ao Provimento nº. 13/2016, da COGER, ato ordinatório I.5, abro vista a parte devedora, por meio de seu bastante procurador, para tomar conhecimento acerca do bloqueio on-line de fl. 217/218, efetuado através do sistema SISBAJUD, bem como para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, se manifestar nos autos. Feijó-AC, 13 de agosto de 2024. Francisco Macambira Gama Técnico Judiciário

ADV: CLEFSON DAS CHAGAS LIMA ANDRADE (OAB 4742/AC) - Processo 0700552-75.2023.8.01.0013 - Procedimento Comum Cível - Auxílio por Incapacidade Temporária - REQUERENTE: Maria José Bezerra de Lima de Aguiar - Despacho Intimem-se as partes para se manifestar quanto ao interesse na produção de provas, sob pena de preclusão ou quanto à possibilidade de julgamento antecipado da lide (art. 355, I, CPC), no prazo de 10 (dez) dias. Havendo o interesse na produção de provas, deverão as partes apontar a utilidade da prova, bem como a demonstração da conveniência da realização dessa prova para o deslinde da controvérsia, advertidos desde já que o pedido de forma genérica não será admitido. Caso as partes requeiram a produção de prova testemunhal, devem arrolar o rol de testemunhas, limitadas a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (art. 357, §6º, CPC). Feijó-AC, 06 de agosto de 2024. Caroline Lagos de Castro Juíza de Direito

ADV: MARCIO ROBERTO DE SOUZA (OAB 4793/RO) - Processo 0700749-98.2021.8.01.0013 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Auxílio por Incapacidade Temporária - CREDOR: José Pinto dos Santos - CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento ao Provimento nº. 13/2016, da COGER, ato ordinatório I.5, abro vista ao procurador da parte requerente para tomar conhecimento dos alvarás judiciais de fls. 125/126, bem como para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito. Feijó-AC, 13 de agosto de 2024. Francisco Macambira Gama Técnico Judiciário

ADV: MARCIO ROBERTO DE SOUZA (OAB 4793/RO) - Processo 0700783-73.2021.8.01.0013 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Liquidação / Cumprimento / Execução - CREDORA: Cosma Mourão de Oliveira - CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento ao Provimento nº. 13/2016, da COGER, ato ordinatório I.5, abro vista ao procurador da parte requerente para tomar conhecimento dos alvarás judiciais de fls. 136/137, bem como para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito. Feijó-AC, 13 de agosto de 2024. Francisco Macambira Gama Técnico Judiciário

ADV: ANTONIO ÁTILA SILVA DA CRUZ (OAB 5348/AC) - Processo 0700819-47.2023.8.01.0013 - Procedimento Comum Cível - Auxílio por Incapacidade Temporária - REQUERENTE: Maria Rocineia da Costa Rodrigues Pinheiro - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, declarando extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. Entretanto, suspendo a sua exigibilidade dada a incidência da gratuidade da justiça deferida nestes autos. Após o trânsito em julgado e as providências necessária, arquivem-se os autos. Intimem-se. Feijó-(AC), 09 de agosto de 2024. Caroline Lagos de Castro Juíza de Direito

ADV: ODAIR DELFINO DE SOUZA (OAB 3453/AC) - Processo 0700824-11.2019.8.01.0013 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Liquidação / Cumprimento / Execução - CREDOR: Nilson Maia de Souza - CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento ao Provimento nº. 13/2016, da COGER, ato ordinatório I.5, abro vista ao procurador da parte requerente para tomar conhecimento dos alvarás judiciais de fls. 145/146, bem como para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito. Feijó-AC, 13 de agosto de 2024. Francisco Macambira Gama Técnico Judiciário

VARA CRIMINAL

TJ/AC - COMARCA DE FEIJÓ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROBSON SHELTON MEDEIROS DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA TEREZA SAMPAIO DELL'ORTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0241/2024

ADV: JOSE FRANCISCO MACHADO DANTAS (OAB 2271/AC) - Processo 0000679-59.2020.8.01.0013 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Qualificado - RÉU PRESO: Degilson Oliveira do Bonfim - Sessão do Tribunal do Júri Data: 20/08/2024 Horário: 08:00 Sala: 01 Situação: Pendente

TJ/AC - COMARCA DE FEIJÓ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROBSON SHELTON MEDEIROS DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA TEREZA SAMPAIO DELL'ORTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0242/2024

ADV: SILMER CAVALCANTE DO NASCIMENTO (OAB 3070/AC) - Processo 0000489-91.2023.8.01.0013 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - RÉU: Pedro Rodrigues Cavalcante Neto - de Instrução e Julgamento Data: 21/08/2024 Hora 08:30 Local: Sala 01 Situacão: Designada

TJ/AC - COMARCA DE FEIJÓ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROBSON SHELTON MEDEIROS DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA TEREZA SAMPAIO DELL'ORTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0243/2024

ADV: KARIL SHESMA NASCIMENTO DE SOUZA (OAB 3088/AC) - Processo 0003432-33.2013.8.01.0013 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Evandro Taumaturgo - Apresentadas as razões, intime-se a defesa do acusado para apresentação das contrarrazões ao apelo e, em seguida, remetam os autos à Câmara Criminal deste E. Tribunal de Justiça.

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

TJ/AC - COMARCA DE FEIJÓ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL - JUIZADO ESPECIAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROBSON SHELTON MEDEIROS DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LUÍS CLÁUDIO AIRES SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2024

ADV: ARQUILAU DE CASTRO MELO (OAB 331/AC), ADV: KARINY OLIVEIRA SMERDEL (OAB 5614/AC) - Processo 0000097-25.2021.8.01.0013 - Termo Circunstanciado - Dano (art. 163) - AUTOR FATO: Ilcirlândio Alexandre da Silva e outros - de Conciliação Data: 15/08/2024 Hora 11:30 Local: Sala 01 Situacão: Designada

COMARCA DE PLÁCIDO DE CASTRO

VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE PLÁCIDO DE CASTRO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO MATEUS PIERONI SANTINI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANOEL DE SOUZA LESSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0354/2024

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 3844/AC) - Processo 0700059-16.2023.8.01.0008 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: I.S. - Intime-se a parte autora, por meio de ar, no endereço constate na inicial, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Findo o prazo, sem manifestação, autos conclusos para sentença de extinção. Cumpra-se.

ADV: WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS (OAB 3807/AC) - Processo 0700080-60.2021.8.01.0008 - Monitória - Nota Promissória - AUTOR: MAZINHO, registrado civilmente como Liomar de Jesus Mariano - Dá a parte por intimada para, manifestação.

ADV: THALES ROCHA BORDIGNON (OAB 2160/AC), ADV: GEANE PORTELA E SILVA (OAB 3632/AC), ADV: GILLIARD NOBRE ROCHA (OAB 2833/AC) - Processo 0700084-39.2017.8.01.0008 - Cumprimento de sentença - Cheque - CREDOR: I. A. C. Indústria e Comércio de Açúcar Importação e Exportação - Me - DEVEDOR: Cleylton R Sarah - Me - Cumpra-se o despacho de fl. 324, expedindo-se nova Carta Precatória, nos moldes como determinado.

ADV: GUILHERME SCHUMANN ANSELMO (OAB 9427/RO), ADV: JOÃO WESLLEY DA SILVA CIRILO (OAB 13162/RO) - Processo 0700220-89.2024.8.01.0008 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - AUTOR: Nazilene Silva Brasil Barros - Intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA (OAB 23664/PB), ADV: RODRIGO NÓBREGA FARIAS (OAB 10220/PB), ADV: LEANDRO BELMONT DA SILVA (OAB 4706/AC), ADV: JALDEMIRO RODRIGUES DE ATAÍDE JÚNIOR (OAB 11591PB/), ADV: CARLOS FREDERICO NÓBREGA FARIAS (OAB 7119/PB) - Processo 0700274-65.2018.8.01.0008 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - CREDOR: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - DEVEDOR: Francisco Wenderson Leite da Silva - Intime-se a parte autora, por meio de ar, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Findo o prazo, sem manifestação, autos conclusos para sentença de extinção. Cumpra-se.

ADV: PAULA YARA BRAGA DE CARLI (OAB 3434/AC), ADV: LUCCAS VIANNA SANTOS (OAB 3404AC /), ADV: LUCCAS VIANNA SANTOS (OAB 3404AC /), ADV: LUCCAS VIANNA SANTOS (OAB 3404AC /), ADV: ALVARO MANOEL NUNES MACIEL SOBRINHO (OAB 5002/AC) - Processo 0700371-96.2017.8.01.0009 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - CREDOR: Luccas Vianna Santos - REQUERIDO: José Evandro Pinheiro Arruda e outro - Com efeito, verifico que procuração juntada à fl. 713, não foi assinada pelo credor. Assim, converto o feito em diligência, devendo serem intimadas as advogadas subscritoras do pedido de habilitação de fls. 712, para, em 5 dias, juntar procuração aos autos devidamente assinada.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 4275S/AC) - Processo 0700464-18.2024.8.01.0008 - Carta Precatória Cível - Citação - CREDOR: Banco do Brasil S/a. - Defiro a dilação de prazo de 15 (quinze) dias para comprovar o pagamento das custas. Intime-se.

ADV: DAYANA KAROLINE DE LIMA (OAB 5044/AC), ADV: DINAIR DA SILVA SOUZA (OAB 6475/AC) - Processo 0700469-40.2024.8.01.0008 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria Rural (Art. 48/51) - REQUERENTE: Elza da Costa Passos Araújo - Dá a parte por intimada para, apresentar réplica, no prazo legal (art. 350 e 351 do CPC).

ADV: LAURO BORGES DE LIMA NETO (OAB 1514/AC) - Processo 0700529-13.2024.8.01.0008 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - AUTORA: Doraci Saul - DECISÃO Cuida-se de ação de conhecimento movida por Doraci Saul em face de Helton Aparecido Garcia Gregianini. No caso dos autos, a parte autora busca os benefícios da gratuidade da justiça, entretanto os elementos constantes nos autos, em especial os altos valores envolvidos na negociação e o fato da autora ser aposentada, trazem dúvida ao juízo em relação ao preenchimento dos requisitos legais para a concessão da benesse. Assim, com fundamento no art. 99, § 2º, do CPC/15, determino a intimação da parte autora para, no prazo de quinze dias, emendar a inicial, acostando os documentos comprobatórios de sua hipossuficiência, tais como declarações de imposto de renda referentes aos três últimos exercícios fiscais, contracheques dos últimos três meses, extratos de benefícios previdenciários recebidos, extratos de todas as suas contas bancárias relativos aos últimos três meses, bem como outros que entenda pertinente à demonstração do alegado. Faculto à autora o pagamento das custas no período, ainda que de forma parcelada. Decorrido o prazo, conclusos os autos. Cumpra-se.

ADV: ITALO SCARAMUSSA LUZ (OAB 9173/ES), ADV: MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 5553/RN), ADV: GERCER DA SILVA PEIXOTO (OAB 4851/AC), ADV: ITALO SCARAMUSSA LUZ (OAB 9173/ES) - Processo 0700560-67.2023.8.01.0008 - Procedimento Comum Cível - Bancários - AUTORA: Inez Moreno da Silva - RÉU: Ativos S.A Securitização de Créditos Gestão de Cobrança e outros - Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretende produzir, fazendo-o de forma pormenorizada, no prazo preclusivo de 05 (cinco) dias. Ressalte-se a importância em mencionar o objetivo probatório do que for indicado em virtude de nortear a decisão interlocutória, fixação dos pontos controvertidos e análise de conveniência acerca do julgamento conforme o estado do processo. Caso ambas as partes manifestem pelo julgamento antecipado da lide, autos conclusos (Fila - Sentença), em sendo contrário, autos conclusos (Fila - Decisão). Intimem-se.

TJ/AC - COMARCA DE PLÁCIDO DE CASTRO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO MATEUS PIERONI SANTINI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANOEL DE SOUZA LESSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0351/2024

ADV: BEATRIZ DE CASTRO FARHAT IZIDORIO (OAB 6373/AC), ADV: EMESON DE ALBUQUERQUE SILVA (OAB 5675/AC), ADV: EMESON DE ALBUQUERQUE SILVA (OAB 5675/AC) - Processo 0700001-13.2023.8.01.0008 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - AUTOR: Vinícius Afonso Maia e outro - RÉU: Estado do Acre - Pelo exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos iniciais para condenar o Estado do Acre: A) ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R$ R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, aplicando-se como índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), em conformidade com a EC 113/2021; B) ao pagamento de indenização por danos morais indiretos em favor de Izabel Afonso da Silva no importe de R$ R$ 10.000,00 (dez mil reais), adotando os mesmos critérios de correção e juros anteriormente citados. Condeno, ainda, o ente político ao pagamento das custas e honorários advocatícios de sucumbência, no valor de 10% do proveito econômico obtido pelos autores. Deixo de condenar a parte autora por sucumbência recíproca, em virtude do teor da Súmula 326 do Superior Tribunal de Justiça, a qual permanece vigente mesmo com o advento do CPC (STJ, 4ª Turma, REsp 1.837.836, Ministro Antônio Carlos Ferreira, julgado em 16 de agosto de 2022). Decreto a extinção do feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC/15. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Havendo recurso em face desta sentença, intime-se a parte recorrida para contrarrazões, no prazo legal. Após, venham-me os autos ou sejam encaminhados ao E. Tribunal de Justiça para juízo de admissibilidade de julgamento do remédio processual, conforme seja o caso. Transitada em julgado e nada sendo requerido, arquivem-se os autos.

ADV: MARIA LOUISE GUIMARÃES MOTA (OAB 6140/AC) - Processo 0700016-79.2023.8.01.0008 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: R.L.S. - REQUERIDO: F.R.N. - Dá a parte por intimada para, ciência e manifestação acerca do ofício recebido.

ADV: JOÃO PAULO DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 3704/AC), ADV: DENYS FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 3716/AC), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 4901/AC), ADV: LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0700026-36.2017.8.01.0008 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: I T Brito Ltda Me - Cumpra-se conforme requerido à fl. 297, procedendo à busca nos sistemas de disposição do juízo para localizar bens passíveis de penhora.

ADV: NOEMI PEREIRA PINHEIRO (OAB 193246/MG), ADV: PEDRO AUGUSTO MEDEIROS DE ARAÚJO (OAB 5474/AC), ADV: PEDRO AUGUSTO MEDEIROS DE ARAÚJO (OAB 5474/AC) - Processo 0700032-67.2022.8.01.0008 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - AUTORA: Noemi Pereira Pinheiro - Ante o exposto, adoto as seguintes providências para fins de organização e saneamento do feito. Defiro a habilitação de Diego Thialles Carvalho Barros na condição de assistente litisconsorcial. Determino que Diego Thialles Carvalho Barros traga aos autos os documentos comprobatórios de sua hipossuficiên-

cia, no prazo de quinze dias, conforme art. 99, § 2º, do CPC. A gratuidade da justiça em relação ao assistente será apreciada por ocasião da sentença. Rejeito a emenda à inicial de fls. 426/455. Fixo ao Município de Plácido de Castro o ônus de comprovar a regularidade da situação dos servidores da Procuradoria Municipal e legalidade na atribuição das funções, sem que haja violação ao princípio do concurso público, bem como de demonstrar as suas alegações. Fixo ao Município, ainda, o ônus de demonstrar a impossibilidade de homologação do concurso público para procurador, seja pela alegação de excesso de gastos com pessoal ou de que não há interesse público, conforme apontado em sua contestação. Fixo à parte autora o ônus de comprovar os fatos constitutivos de seu direito e que houve preterição indevida da Administração Pública Municipal. Fixo como pontos controvertidos, além de outros que surjam no decorrer da instrução processual: a) a ofensa ao princípio do concurso público; b) a possibilidade de extinção do cargo efetivo de Procurador Municipal; c) a preterição dos candidatos do concurso público; d) a verificação de atribuição indevida das competências do cargo de Procurador Municipal a pessoas que ocupam cargo distinto; e) a juridicidade da escolha do ente municipal em prover a Procuradoria Municipal exclusivamente com cargos em comissão, especificamente quanto ao cargo de procurador municipal. Determino a intimação do Município de Plácido de Castro para, no prazo de quinze dias, trazer aos autos a documentação de todos os servidores lotados na Procuradoria Municipal, indicando os respectivos cargos, função, forma de provimento e salários, devendo indicar quais estão atuando nas manifestações processuais. Determino à FUNDAPE que traga aos autos cópia do processo administrativo referente ao concurso público para provimento do cargo de Procurador do Município de Plácido de Castro. Para tanto, oficie-se à Fundação requisitando os dados, em quinze dias. Oficie-se ao Tribunal de Contas do Estado do Acre solicitando informações sobre o limite prudencial de gasto com pessoal do Poder Executivo Municipal de Plácido de Castro, em especial do quadro da Procuradoria Municipal, devendo esclarecer, ainda, se houve alguma deliberação no sentido de impedir a nomeação de servidores efetivos para o cargo de Procurador Municipal, encaminhando cópia do respectivo acórdão, se for o caso. Prazo: trinta dias. Oficie-se ao Ministério Público do Estado do Acre Promotoria de Justiça de Plácido de Castro, solicitando informações sobre a existência de TAC ou procedimento administrativo que deu ensejo ao concurso público municipal para o cargo de Procurador, ainda que arquivado. Com os documentos juntados, designe-se audiência de instrução e julgamento, intimando-se as partes para comparecimento. Faculto aos litigantes a apresentação do rol de testemunhas no prazo de dez dias contados da ciência desta decisão. Dê-se ciência às partes. Cumpra-se. Plácido de Castro-(AC), 28 de junho de 2024.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB A1067AM) - Processo 0700036-36.2024.8.01.0008 - Execução de Título Extrajudicial - DIREITO CIVIL - CREDOR: Banco da Amazônia S/A - A parte exequente Banco da Amazônia S/A ajuizou Execução de Título Extrajudicial contra Leonardo Araujo Madeira e posteriormente manifestou a desistência, requerendo a extinção do processo, consoante petição de fls. 36. Importa em extinção do processo o fato de a parte autora desistir da ação, consoante estabelece o artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil/15. Ademais, o exequente tem direito de desistir de toda a execução ou de apenas alguma medida executiva, nos termos do art. 775 do CPC. Portanto, com fundamento no art. 200, parágrafo único, c/c art. 775, ambos do NCPC, homologo a desistência e declaro extinto o processo sem resolução de mérito. Sem custas e honorários. Dê-se ciência ao exequente. Após, nada havendo, arquivem-se os autos, independente do trânsito em julgado. Cumpra-se.

ADV: MARCOS MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 4032/AC), ADV: LAURO BORGES DE LIMA NETO (OAB 1514/AC), ADV: LAURO BORGES DE LIMA NETO (OAB 1514/AC), ADV: ANTONIO CARLOS CARBONE (OAB 311/AC) - Processo 0700064-43.2020.8.01.0008 - Cumprimento de sentença - Obrigações - CREDOR: Gilmar Sales da Silva e outro - DEVEDOR: Jorge José de Moura e outro - A parte exequente Gilmar Sales da Silva e sua companheira Vera Lúcia Pinheiro da Silva ajuizaram pedido de cumprimento de sentença contra Jorge José de Moura e Maria Jucineia de Moura e posteriormente abandonaram o feito, deixando de adotar as medidas que lhe cabiam, ainda que devidamente intimados. Importa em extinção do processo o fato de o autor não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonando a causa por mais de trinta dias, consoante estabelece o artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Além disso, o processo executivo corre por iniciativa da parte exequente, nos termos do art. 878 do CPC, que aplica-se ao procedimento de cumprimento de sentença de forma subsidiária. No caso em tela, havia dúvida acerca da sobreposição da área a ser registrada e a reserva legal dos executados. Assim, estes foram conclamados a dirimirem dúvidas sobre a reserva legal, tendo se pronunciado às fls. 178/181. Foi determinada a intimação da parte exequente em 06 de janeiro de 2023, conforme despacho de fls. 227. Desde então, houve intimação dos exequentes pelo advogado às fls. 228/230, 232/233, 250/251, e pessoalmente em 03 de junho de 2024, conforme certidão de fls. 270, e, mesmo cientes da possibilidade de extinção do feito, mantiveram-se inertes (certidão de fls. 271). Portanto, configurada a desídia da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução de mérito. Custas pelos exequentes, tendo em vista o abandono, conforme art. 90 do CPC, as quais deixam de ser exigíveis diante do deferimento da gratuidade da justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Dê-se ciência às partes. Após, transitada em julgado e adotadas as medidas supra, arquivem-se os autos, com as devidas baixas. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA (OAB 373436/SP) - Processo 0700121-56.2023.8.01.0008 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - CREDOR: Banco da Amazônia S/A - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de 01 (um) mandado), compreendendo o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos), por cada mandado, totalizando o valor de R$ 154,10 (cento e cinquenta reais e dez centavos). A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 3844/AC) - Processo 0700239-32.2023.8.01.0008 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: B.F.S. - Defiro o requerimento formulado à fl. 122 e determino a suspensão do feito pelo prazo de 30 (trinta) dias para as providências necessárias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 3924/AC) - Processo 0700390-95.2023.8.01.0008 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - AUTOR: Consórcio Nacional Honda Ltda - A parte autora Consórcio Nacional Honda LTDA ajuizou pedido de busca e apreensão e posteriormente abandonou o feito, deixando de adotar as medidas que lhe cabiam, ainda que devidamente intimada. Importa em extinção do processo o fato de o autor não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonando a causa por mais de trinta dias, consoante estabelece o artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil. No caso em tela, a parte autora foi intimada pessoalmente e por seu patrono, todavia deixou transcorrer o prazo sem manifestação. Portanto, configurada a desídia da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução de mérito. Custas pelos exequentes, tendo em vista o abandono, conforme art. 90 do CPC, as quais deixam de ser exigíveis diante do deferimento da gratuidade da justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Dê-se ciência às partes. Após, transitada em julgado e adotadas as medidas supra, arquivem-se os autos, com as devidas baixas. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 4490/AC) - Processo 0700397-53.2024.8.01.0008 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - CREDOR: B.F.S. - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de 01 (um) mandado, compreendendo o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos), por cada mandado, totalizando o valor de R$ 154,10 (cento e cinquenta reais e dez centavos). A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

ADV: DIEGO MARTIGNONI (OAB 65244/RS) - Processo 0700449-49.2024.8.01.0008 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - AUTOR: Banco da Amazônia S/A - Dá a parte por intimada para, ciência da decisão.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE PLÁCIDO DE CASTRO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - JUIZADO ESPECIAL
JUIZ(A) DE DIREITO MATEUS PIERONI SANTINI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANK ALVES DE BRITO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0190/2024

ADV: THAINÃ BRITO DINIZ (OAB 14383RO) - Processo 0700534-35.2024.8.01.0008 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - RECLAMANTE: Raila de Brito - Dispensado o relatório. Cuida-se de ação pelo rito do juizado especial movida por Raila de Brito contra o Facebook Serviços On-line do Brasil LTDA, na qual a reclamante objetiva a concessão de tutela de urgência para fins de determinar à reclamada que reative sua conta e disponibilize o acesso ao seu perfil no Instagram. Em síntese, a reclamante aduz que seu perfil na rede social Instagram foi invadido por terceiros em 12/02/2024, os quais começaram a postar conteúdos de investimentos falsos e vendas de produtos abaixo do preço de mercado. Sustenta que buscou a Central de Ajuda do Instagram com as orientações a serem seguidas para recuperação de conta, assistiu e leu tutoriais em sites de tecnológica, no entanto, não obteve êxito em contatar o suporte, sendo modificadas todas as

suas informações pelos invasores. Requereu, então, a tutela antecipada para determinar que a reclamada proceda com a reativação de sua conta e disponibilize o acesso ao seu perfil no Instagram. No mérito, requereu a procedência dos pedidos para tornar definitiva a decisão liminar e condenar a reclamada à obrigação de fazer acima, e a condenação ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Os autos vieram conclusos. São os fatos relevantes até aqui. Decido. Nos termos do artigo 300, caput, do CPC, são requisitos para a concessão da tutela de urgência, liminarmente, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Ademais, não pode haver risco de irreversibilidade da decisão. Consigne-se, ainda, que ao presente caso estamos diante de provável situação de vício do serviço, atraindo a incidência do Código de Defesa do Consumidor e todos seus consectários, mormente a inversão do ônus da prova ope legis e a aplicação da responsabilidade civil objetiva da empresa. No caso sob exame, entendo que estão presentes os requisitos da tutela de urgência. A proteção dos direitos da personalidade vem sofrendo grande modificação após o crescimento de uso das mídias digitais e as consequentes relações jurídicas advindas desse processo. Nesse contexto, após o advento da Emenda Constitucional nº 115/2022, o direito à proteção aos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, passou a ser previsto expressamente no rol de direitos e garantias fundamentais do art. 5º da CF/88. Além disso, mesmo antes da EC 115/2022, a Lei 12.956, de 23 de abril de 2014, estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres aos usuários da internet em solo brasileiro. A norma estabeleceu como princípios do uso da internet no Brasil: Art. 3ºA disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios: I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal; II - proteção da privacidade; III - proteção dos dados pessoais, na forma da lei; IV - preservação e garantia da neutralidade de rede; V - preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas; VI - responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei; VII - preservação da natureza participativa da rede; VIII - liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei. Parágrafo único. Os princípios expressos nesta Lei não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Veja-se, pois, que o Marco Civil da Internet estabelece dentre seus princípios a proteção da privacidade e dos dados pessoais, a preservação da segurança da rede e responsabilização dos agentes de acordo com as suas atividades. Além disso, o artigo 7º da aludida norma estabeleceu que aos usuários da internet são assegurados os direitos de inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização decorrente da violação, inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas e do fluxo de suas comunicações. Nessa perspectiva, os documentos que instruem a exordial denotam que a reclamante tem buscado a Central de Ajuda do Instagram objetivando o acesso à sua conta, a qual se foi invadida por terceiros que a utilizam com a finalidade de aplicar golpes, no entanto, até o presente momento, não obteve êxito, denotando a probabilidade do direito. Em relação ao perigo de dano, fica clara a possibilidade de exposição da vida privada da reclamante pelos invasores da conta, uma vez que possuem acesso a diversas fotos, vídeos e, em especial, todo o histórico de conversas e outros dados sensíveis presentes no perfil da requerente. Ademais, os invasores utilizaram a conta para fins de aplicar golpes em terceiros, na tentativa de venda de produtos e serviços on-line inexistentes. Portanto, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, razão pela qual imponho ao requerido a obrigação de fazer consistente na reativação da conta e disponibilização do acesso à autora ao perfil no Instagram @ raillabrito, com a URL https://www.instagram.com/raillabrito?igsh=MWc3cGN0aWJzNjF5bw== , sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), em caso de descumprimento. Fixo o prazo de vinte dias para cumprimento da determinação, contados da ciência desta decisão. A autora deverá fornecer à ré os demais elementos necessários para vinculação da conta, como e-mail e telefone. Providências da Secretaria: Designe-se audiência de conciliação entre as partes, intimando-as para comparecimento, advertindo-as sobre as consequências da ausência injustificada. O ato deverá ser realizado, preferencialmente, por videoconferência, podendo ser utilizada a estrutura da sala passiva no Fórum caso haja necessidade. Citem-se as empresas para, querendo, contestarem o pedido, no prazo legal. Em tempo, inverto o ônus da prova, tendo em vista que presente nítida relação de consumo entre as partes, assim como estarmos diante do possível fato do produto. Por consequência, a parte reclamada deverá demonstrar a regularidade da prestação dos serviços. Dê-se ciência às partes. Cumpra-se.

ADV: THAINÃ BRITO DINIZ (OAB 14383RO) - Processo 0700534-35.2024.8.01.0008 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - RECLAMANTE: Raila de Brito - Autos n.º 0700534-35.2024.8.01.0008 Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 13/2016, item XX) Dá a parte por intimada na pessoa de sua advogada, para ciência da decisão de fls. 54/57, bem como para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 30 de setembro de 2024, às 9h (horário do estado do Acre), na plataforma do Google Meet (videoconferência), através do link https://meet.google.com/dbt-toub-nju. A parte reclamante deverá comparecer à videoconferência, após escrever o link informado no navegador de internet de sua preferência; possuir e-mail, aparelho celular, dentre outros dispositivos, e caso não possua condições, poderá optar pelo comparecimento pessoal na sala passiva do Juizado Especial Cível, terceiro imóvel atrás do fórum, no seguinte endereço: Avenida Diamantino Augusto de Macedo, 1079, Centro, Plácido de Castro-AC; CEP: 69928-000; telefone: (68) 99603-5742. Plácido de Castro (AC), 13 de agosto de 2024. Frank Alves de Brito Supervisor Administrativo

JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA

TJ/AC - COMARCA DE PLÁCIDO DE CASTRO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO MATEUS PIERONI SANTINI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANK ALVES DE BRITO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0051/2024

ADV: SAMARA NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OAB 5150/AC) - Processo 0700318-16.2020.8.01.0008 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - CREDORA: Samara Nascimento de Oliveira - SENTENÇA A parte autora Samara Nascimento de Oliveira ajuizou ação de execução contra Estado do Acre, objetivando a satisfação de dívida líquida e certa. Os documentos de fls. 72/73, comprovam o pagamento da dívida. A satisfação da obrigação é uma das formas de extinção da execução, conforme preceitua o art. 924, II, do CPC/2015. Ante o exposto, declaro extinta a execução. Arquivem-se independentemente de trânsito em julgado. Sem custas, por força do artigo 11, inciso II, da Lei Estadual n.º 1422/2001. Intimem-se. Plácido de Castro (AC), 12 de agosto de 2024. Mateus Pieroni Santini Juiz de Direito

COMARCA DE RODRIGUES ALVES

VARA CÍVEL

TJ/AC - SANTA ROSA DO PURUS (não instalada)
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ZACARIAS LAUREANO DE SOUZA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JOCICLÉIA ALVES MARTINS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0040/2024

ADV: JOSANDRO BARBOZA CAVALCANTE (OAB 4660/AC) - Processo 0700010-47.2020.8.01.0018 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: Pauliana Matos de Almeida - Dá a parte autora por intimada através de seu patrono para, comparecer à audiência de justificação, designada para o dia 13/09/2024, às 11:30h, audiência a ser realizada de forma presencial no forum local, e/ou por videoconferência através do link: https://meet.google.com/iyg-uaft-hwd.

COMARCA DE SANTA ROSA DO PURUS

VARA CÍVEL

TJ/AC - SANTA ROSA DO PURUS (não instalada)
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ZACARIAS LAUREANO DE SOUZA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JOCICLÉIA ALVES MARTINS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0040/2024

ADV: JOSANDRO BARBOZA CAVALCANTE (OAB 4660/AC) - Processo 0700010-47.2020.8.01.0018 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: Pauliana Matos de Almeida - Dá a parte autora por intimada através de seu patrono para, comparecer à audiência de justificação, designada para o dia 13/09/2024, às 11:30h, audiência a ser realizada de forma presencial no forum local, e/ou por videoconferência através do link: https://meet.google.com/iyg-uaft-hwd.

COMARCA DE TARAUACÁ

VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE TARAUACÁ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO STEPHANIE WINCK RIBEIRO DE MOURA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO LUCIVALDO FIRMINO DO NASCIMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0676/2024

ADV: LAIZA DOS ANJOS CAMILO (OAB 6921/RO) - Processo 0700022-05.2022.8.01.0014 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria da Conceicao da Silva Oliveira - Em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa, determino a intimação da parte embargada para, querendo, oferecer contrarrazões aos embargos de declaração opostos, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, voltem-me os autos concluso para decisão.

ADV: JOSÉ FERRAZ TORRES NETO (OAB 5698/AC) - Processo 0700547-16.2024.8.01.0014 - Procedimento Comum Cível - Pessoa com Deficiência - REQUERENTE: Alberto Alves de Brito - Certifico e dou fé que a perícia foi designada dia 09/10/2024 às 08:00h, e será realizada na sala de perícias do Forum Des. Mário Strano, devendo o(a) advogado da parte autora e Procurador(a) do INSS providenciar as suas intimações, bem como do assistente técnico, para participar do ato, devendo a parte autora trazer todos os exames, laudos, receitas, raio x, nos termos dos arts. 272 a 275 e 455, do NCPC.

ADV: LAURO HEMANNUELL BRAGA ROCHA (OAB 3793/AC) - Processo 0701028-18.2020.8.01.0014 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - REQUERENTE: Maria Eveline de Lima Feliciano - Evolua-se a classe processual para Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública. Intime-se o executado, preferencialmente por meio eletrônico, para, querendo, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, na forma do art. 535 do CPC. Caso o devedor apresente impugnação, intime-se a parte exequente para se manifestar em 15 (quinze) dias, voltando os autos conclusos para decisão. Não havendo impugnação, venham-me os autos conclusos para análise dos parágrafos 3º e 4º do art. 535, do CPC. Intimem-se.

ADV: LAURO HEMANNUELL BRAGA ROCHA (OAB 3793/AC) - Processo 0701224-85.2020.8.01.0014 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - REQUERENTE: Aline de Lima Feliciano - Evolua-se a classe processual para Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública. Intime-se o executado, preferencialmente por meio eletrônico, para, querendo, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, na forma do art. 535 do CPC. Caso o devedor apresente impugnação, intime-se a parte exequente para se manifestar em 15 (quinze) dias, voltando os autos conclusos para decisão. Não havendo impugnação, venham-me os autos conclusos para análise dos parágrafos 3º e 4º do art. 535, do CPC. Intimem-se.

TJ/AC - COMARCA DE TARAUACÁ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO STEPHANIE WINCK RIBEIRO DE MOURA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO LUCIVALDO FIRMINO DO NASCIMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0682/2024

ADV: MURILLO ESPICALQUIS MASCHIO (OAB 3273AC /), ADV: GRASIELLY NASCIMENTO TAPAJOS FRANÇA (OAB 3520/AC) - Processo 0000360-40.2010.8.01.0014 (014.10.000360-9) - Cumprimento de sentença - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Edite Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 16/2016, item D1/D7) Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do recebimento dos alvarás, bem como para requerer o que entender de direito, sob pena da extinção da execução.

ADV: MORGANA ROSA LEITE GURJAO (OAB 19588/PB) - Processo 0700705-71.2024.8.01.0014 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: Maria Cleunice Sales Kaxinawa - Ante o exposto, concedo liminarmente a guarda provisória das adolescentes Liciane Sales Kaxinawá e Taynã Sales Kaxinawá à requerente Maria Cleunice Sales Kaxinawa. Intime-se a parte autora para prestar compromisso. Expeça-se o respectivo termo de guarda provisória. Considerando que as adolescentes Liciane Sales Kaxinawá e Taynã Sales Kaxinawá são legalmente incapazes e não possuem representante legal, nomeio-lhe curador especial na pessoa do Defensor Público atuante nesta unidade jurisdicional, devendo a Secretaria intimá-lo para, independentemente de compromisso, exercer o encargo que ora lhe é atribuído. Cumpridas as determinações acima, determino a realização, com brevidade, de estudo psicossocial, no qual deverão ser ouvidas a parte autora, as adolescente, bem como as pessoas que os profissionais (assistente social e psicológo) entendam necessário serem ouvidas, devendo ser apresentado o relatório aos autos em 30 (trinta) dias. Acostado aos autos o relatório do estudo, intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e dê-se vista ao representante do Ministério Público. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: MARIANE GOMES HENRIQUES (OAB 4133/AC) - Processo 0700970-20.2017.8.01.0014 - Cumprimento de sentença - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Elda Conceição de Albuquerque - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Dá se por intimado, o patrono da parte autora, para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de extinção da execução (art. 924, II, CPC).

TJ/AC - COMARCA DE TARAUACÁ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO STEPHANIE WINCK RIBEIRO DE MOURA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO LUCIVALDO FIRMINO DO NASCIMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0681/2024

ADV: HÉLITON SOUZA KAXINAWÁ (OAB 6668/AC) - Processo 0700029-11.2024.8.01.0019 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.V.A.L. - REQUERIDO: T.M.V.L. - T.V.L. - T.D.V.L. - Assim, pelas razões acima esposadas indefiro o pedido de tutela de urgência. Designe o Cartório data desimpedida para audiência de conciliação e mediação (art. 334 do CPC). Citem-se e os Réus para comparecerem à audiência de conciliação e mediação (art. 334 do CPC). Faça-se constar do mandado ou carta que o prazo para resposta correrá da data da audiência, independentemente do comparecimento das partes (art. 335 do CPC), sob pena de se operarem os efeitos da revelia e serem presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). Intime-se o autor pessoalmente para o ato e da presente decisão. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §9º, do CPC), podendo constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para transigir (art. 334, §10º, do CPC). Faça-se constar do mandado a advertência de que se qualquer das partes não comparecer à audiência designada injustificadamente, ou comparecer por seus procuradores sem poderes para transigir, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, punível com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, do CPC), salvo se AMBAS as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na audiência. Não havendo sido localizado os réus e havendo pedido autoral, defiro, desde já, a pesquisa de endereços, por meio dos Sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAURO HEMANNUELL BRAGA ROCHA (OAB 3793/AC) - Processo 0700069-76.2022.8.01.0014 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - AUTORA: Antonia Lucineide da Silva Gomes - RÉU: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Antonia Lucineide da Silva Gomes ajuizou Ação Execução de Sentença contra o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, postulando o pagamento das parcelas em atraso devido à concessão do benefício que lhe fora concedido, nos termos do art. 534 do CPC. Devidamente citado, o INSS não impugnou à execução (p. 139). Vieram os autos concluso. É o breve relatório. Decido. Trata-se de Ação de Execução contra à Fazenda Pública opostos pela parte autora requerendo o pagamento dos valores em atraso da sentença que julgou procedente a implantação do benefício em seu favor. Para tanto apresentou planilha de cálculo atualizado do débito, requerendo a homologação e liquidação dos cálculos apresentados e a expedição de RPV e/ou Precatório. Citado, o INSS não impugnou a planilha de cálculos apresentado pela parte autora. Assim, considerando que a parte executada não interpôs impugnação à execução, ACOLHO A EXECUÇÃO e HOMOLOGO OS CÁLCULOS apresentado pelo exequente às pp.122/127 para que surta seus efeitos legais. Em consequência, determino que seja requisitado, através de Requisição de Pequeno Valor - RPV e/ou Precatório ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos termos do provimento nº 06/2010 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, o pagamento do débito atualizado referente ao pagamento total da condenação e aos honorários sucumbenciais, conforme memória de cálculo. Em atenção ao disposto no art. 85, §§ 1º e 3º do CPC, arbitro os honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o montante executado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIS HENRIQUE LOPES (OAB 3740/AC) - Processo 0700074-88.2019.8.01.0019 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - CREDORA: Aldaísa Carlos Sales Kaxinawá - DEVEDOR: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Aldaísa Calors Sales Kaxinawá ajuizou Ação Execução de Sentença contra o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, postulando o pagamento das parcelas em atraso devido à concessão do benefício que lhe fora concedido, nos termos do art. 534 do CPC. Devidamente citado, o INSS não impugnou à execução (p. 168). Vieram os autos concluso. É o breve relatório. Decido. Trata-se de Ação de Execução contra à Fazenda Pública opostos pela parte autora requerendo o pagamento dos valores em atraso da sentença que julgou procedente a implantação do benefício em seu favor. Para tanto apresentou planilha de cálculo atualizado do débito, requerendo a homologação e liquidação dos cálculos apresentados e a expedição de RPV e/ou Precatório. Citado, o INSS não impugnou a planilha de cálculos apresentado pela parte autora. Assim, considerando que a parte executada não interpôs impugnação à execução, ACOLHO A EXECUÇÃO e HOMOLOGO OS CÁLCULOS apresentado pelo exequente às pp.153/157 para que surta seus efeitos legais. Em consequência, determino que seja requisitado, através de Requisição de Pequeno Valor - RPV e/ou Precatório ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos termos do provimento nº 06/2010 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, o pagamento do débito atualizado referente ao pagamento total da condenação e aos honorários sucumbenciais, conforme memória de cálculo. Em atenção

ao disposto no art. 85, §§ 1º e 3º do CPC, arbitro os honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o montante executado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LAIZA DOS ANJOS CAMILO (OAB 6921/RO) - Processo 0700080-76.2020.8.01.0014 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria José Martins - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Autos n.º 0700080-76.2020.8.01.0014 Ato Ordinatório (Provimento COGER nº 16/2016, item H1) Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso, nos termo do art. 1.010, § 1º, do CPC/2015. Tarauacá (AC), 12 de agosto de 2024.

ADV: LAURO HEMANNUELL BRAGA ROCHA (OAB 3793/AC) - Processo 0700090-08.2020.8.01.0019 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - REQUERENTE: Maria Firmes Neta - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Maria Firmes Neta ajuizou Ação Execução de Sentença contra o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, postulando o pagamento das parcelas em atraso devido à concessão do benefício que lhe fora concedido, nos termos do art. 534 do CPC. Devidamente citado, o INSS não impugnou à execução (p. 85). Vieram os autos concluso. É o breve relatório. Decido. Trata-se de Ação de Execução contra à Fazenda Pública opostos pela parte autora requerendo o pagamento dos valores em atraso da sentença que julgou procedente a implantação do benefício em seu favor. Para tanto apresentou planilha de cálculo atualizado do débito, requerendo a homologação e liquidação dos cálculos apresentados e a expedição de RPV e/ou Precatório. Citado, o INSS não impugnou a planilha de cálculos apresentado pela parte autora. Assim, considerando que a parte executada não interpôs impugnação à execução, ACOLHO A EXECUÇÃO e HOMOLOGO OS CÁLCULOS apresentado pelo exequente às pp.67/72 para que surta seus efeitos legais. Em consequência, determino que seja requisitado, através de Requisição de Pequeno Valor - RPV e/ou Precatório ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos termos do provimento nº 06/2010 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, o pagamento do débito atualizado referente ao pagamento total da condenação e aos honorários sucumbenciais, conforme memória de cálculo. Em atenção ao disposto no art. 85, §§ 1º e 3º do CPC, arbitro os honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o montante executado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO PEREIRA GOMES (OAB 4566/AC) - Processo 0700095-30.2020.8.01.0019 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - REQUERENTE: Maria Juliana Leão do Nascimento - REQUERIDO: Inss- Instituto Nacional de Seguro Social - Preenchidos os requisitos do art. 534 do CPC, recebo o pedido de cumprimento de sentença, apresentado pela parte autora. Evolua-se a classe processual para Cumprimento de Sentença em face da Fazenda Pública. Intime-se o executado, preferencialmente por meio eletrônico, para, querendo, nos próprios autos e no prazo de trinta dias, impugnar a execução, na forma do art. 535 do CPC. Caso o devedor apresente impugnação, intime-se o exequente para se manifestar em quinze dias, voltando os autos conclusos para decisão. Não havendo impugnação, venham-me os autos conclusos para análise dos parágrafos 3º e 4º do art. 535, do CPC. Intimem-se.

ADV: WAGNER ALVARES DE SOUZA (OAB 3930/AC), ADV: LETICIA MATOS SANTOS (OAB 5491/AC), ADV: ELCIAS CUNHA DE ALBUQUERQUE NETO (OAB 4891/AC) - Processo 0700319-17.2019.8.01.0014 - Cumprimento de sentença - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: Maria Guiomar Ferreira Pereira - REQUERIDO: Municipio de Tarauaca - Consoante estabelece o art. 535 do Código de Processo Civil, na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, intima-se-á na pessoa de seu representante judicial, no prazo de 30 dias e nos próprios autos, impugnar a execução. No presente caso, o devedor intimado, manifestou que não se opõe aos cálculos judiciais apresentados. Isso posto, tendo em vista a manifestação da parte executada (fl. 254), homologo os cálculos elaborados pela contadoria judicial, conforme planilha de cálculos de fls. 246/248. Em consequência, determino que seja requisitado, através de Requisição de Pequeno Valor - RPV e/ou Precatório ao Presidente do Tribunal de Justiça, observando-se os dispositivos da normatização de regência (Art. 5º da Resolução CNJ nº 115/2010 e 7º da Resolução TJAC nº 145/2010, e Art. 162, Parágrafo Único, do Regimento Interno do TJAC). Após a remessa do RPV e/ou Precatório, suspendam-se os autos, aguardando o comunicado de pagamento do débito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LETICIA MATOS SANTOS (OAB 5491/AC), ADV: ELCIAS CUNHA DE ALBUQUERQUE NETO, ADV: WAGNER ALVARES DE SOUZA (OAB 3930/AC) - Processo 0700333-98.2019.8.01.0014 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: Raimundo Lima de Oliveira - REQUERIDO: Municipio de Tarauaca - 1. Evolua-se para Cumprimento de Sentença. 2. Preenchidos os requisitos do art. 534 do Código de Processo Civil, recebo o pedido de cumprimento de sentença. 3. Intime-se o ente político nos moldes do art. 535 do CPC/15 para, querendo, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, devendo observar o disposto no § 2º do mesmo dispositivo, sob pena de não conhecimento da impugnação. 4. Caso seja apresentada impugnação, intime-se a parte credora para se manifestar em 15 (quinze) dias, voltando-me os autos após conclusos para decisão. 5. Não havendo impugnação, venham-me os autos conclusos para análise dos parágrafos 3º e 4º do art. 535 do mencionado diploma legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LAURO HEMANNUELL BRAGA ROCHA (OAB 3793/AC) - Processo 0700339-03.2022.8.01.0014 - Procedimento Comum Cível - Pessoa com Deficiência - AUTOR: Nilton Jose de Oliveira Freire - RÉU: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - CERTIFICO e dou fé que, nesta data, em cumprimento à decisão de pg. 83/84, abro vista aos procuradores das partes para conhecimento e manifestação sobre o relatório socioeconômico, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: LAURO HEMANNUELL BRAGA ROCHA (OAB 3793/AC) - Processo 0700370-23.2022.8.01.0014 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - AUTORA: Raissa Pacheco da Silva - RÉU: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Raissa Pacheco da Silva ajuizou Ação Execução de Sentença contra o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, postulando o pagamento das parcelas em atraso devido à concessão do benefício que lhe fora concedido, nos termos do art. 534 do CPC. Devidamente citado, o INSS não impugnou à execução (p. 90). Vieram os autos concluso. É o breve relatório. Decido. Trata-se de Ação de Execução contra à Fazenda Pública opostos pela parte autora requerendo o pagamento dos valores em atraso da sentença que julgou procedente a implantação do benefício em seu favor. Para tanto apresentou planilha de cálculo atualizado do débito, requerendo a homologação e liquidação dos cálculos apresentados e a expedição de RPV e/ou Precatório. Citado, o INSS não impugnou a planilha de cálculos apresentado pela parte autora. Assim, considerando que a parte executada não interpôs impugnação à execução, ACOLHO A EXECUÇÃO e HOMOLOGO OS CÁLCULOS apresentado pelo exequente às pp.61/65, para que surta seus efeitos legais. Em consequência, determino que seja requisitado, através de Requisição de Pequeno Valor - RPV e/ou Precatório ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos termos do provimento nº 06/2010 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, o pagamento do débito atualizado referente ao pagamento total da condenação e aos honorários sucumbenciais, conforme memória de cálculo. Em atenção ao disposto no art. 85, §§ 1º e 3º do CPC, arbitro os honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o montante executado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LAURO HEMANNUELL BRAGA ROCHA (OAB 3793/AC) - Processo 0700484-93.2021.8.01.0014 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Pessoa com Deficiência - REQUERENTE: Wenderson Marques da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Decisão Preenchidos os requisitos do art. 534 do CPC, recebo o pedido de cumprimento de sentença, apresentado pela parte autora. Evolua-se a classe processual para Cumprimento de Sentença em face da Fazenda Pública. Intime-se o executado, preferencialmente por meio eletrônico, para, querendo, nos próprios autos e no prazo de trinta dias, impugnar a execução, na forma do art. 535 do CPC. Caso o devedor apresente impugnação, intime-se o exequente para se manifestar em quinze dias, voltando os autos conclusos para decisão. Não havendo impugnação, venham-me os autos conclusos para análise dos parágrafos 3º e 4º do art. 535, do CPC.

ADV: RICARDO ALEXANDRE FERNANDES FILHO (OAB 3196/AC), ADV: SUELEN XAVIER DANTAS (OAB 5637/AC) - Processo 0700572-29.2024.8.01.0014 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: Antônio Gomes Almeida - REQUERIDA: Rosimeire da Rocha Silva - Heloísa Rocha Almeida - Trata-se de Ação de Guarda e Regulamentação de Visitas proposta por Antônio Gomes Almeida em desfavor de Heloísa Rocha Almenida e sua genitora, Rosimeire da Rocha Silva. Recebo a petição inicial e determino a atualização da representação processual, conforme pedido de substabelecimento de pp. 44/45. Dando prosseguimento ao feito, determino a vista dos autos ao Ministério Público para manifestação no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, não havendo impugnação pelo Parquet, destaque-se data para a audiência de conciliação/mediação, a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias (art. 334, caput, CPC), procedendo-se à intimação da autora para a referida audiência através de seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC). Cite-se e intime-se a parte contrária para comparecer à audiência de conciliação (art. 334 CPC/2015). Faça-se constar do mandado ou carta que em caso de não haver acordo, começará a fluir o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da defesa (art. 335 CPC/2015), ou ocorrendo quaisquer das hipóteses de que trata os incisos I a III, do art. 335 do CPC, das datas em que ocorrerem as situações ali previstas, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato (art. 344 do CPC). Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para apresentação de réplica, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do arts. 350 e 351 do CPC, oportunidade em que deverá pleitear de forma pormenorizada as provas que pretende produzir, justificando a pertinência do pleito e a ligação direta entre a prova e o ponto controvertido que pretende por meio dela provar, salientando desde já, que serão indeferidos pedidos genéricos de produção de prova, bem como haverá preclusão quanto ao pedido. Não havendo interesse quanto à produção de provas, pleiteando as partes o julgamento antecipado do mérito, ou ainda, caso não ocorra manifestação, retornem os autos conclusos para sentença (arts. 354, 355 e 356 do CPC). Havendo interesse e pleito no tocante à produção de provas, retornem conclusos para saneamento, em fluxo

de decisão (art. 357 do CPC). Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIS HENRIQUE LOPES (OAB 3740/AC) - Processo 0700666-50.2019.8.01.0014 - Cumprimento de sentença - Restabelecimento - REQUERENTE: Antônio José Mendes de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Decisão Em atenção ao disposto no art. 1.018, §1º, do CPC/15, mantenho a decisão agravada, por seus próprios fundamentos. Considerando que até o presente momento não se tem nos autos a notícia de atribuição de efeito suspensivo ao recurso, intime-se o credor para impulsionar o feito no prazo de quinze dias. Nada sendo requerido, aguarde-se em cartório o prazo de noventa dias ou até que seja informado o julgamento do agravo interposto, ocasião em que deverá o exequente ser intimado para impulsionar o feito em quinze dias. Havendo manifestação, voltem-me conclusos para deliberação. Cumpra-se. Tarauacá-(AC), 08 de agosto de 2024. Stephanie Winck Ribeiro De Moura Juíza de Direito

ADV: LAURO HEMANNUELL BRAGA ROCHA (OAB 3793/AC) - Processo 0700829-88.2023.8.01.0014 - Procedimento Comum Cível - Pessoa com Deficiência - AUTOR: Luciano do Espirito Santo Silva - RÉU: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Decisão Ante a manifestação retro, suspenda-se o feito por 90 (noventa) dias, ou até a comunicação da realização de consulta junto ao médico especialista, o que ocorrer primeiro. Apresentado laudo médico, tal qual requisitado pela perita à p. 53, designe-se data para continuação da perícia. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAURO HEMANNUELL BRAGA ROCHA (OAB 3793/AC) - Processo 0700844-62.2020.8.01.0014 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria Rural (Art. 48/51) - REQUERENTE: João Marques Davi - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Decisão Trata-se de pedido de habilitação dos herdeiros de João Marques Davi. Compulsando os autos, constato que a certidão de óbito apresentada à p. 162 indica que ao tempo do óbito o de cujus se encontrava casado. Não obstante, conforme se desprende do pleito de habilitação, a cônjuge supérstite não fora incluída. Ocorre que conforme estabelece o art. 112 da Lei nº 8.213/91, o valor não recebido em vida pelo segurado somente será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte. Apenas na inexistência deste é que serão habilitados os demais sucessores. Desta forma, não vindo aos autos qualquer informação quanto ao óbito de Maria Eulina dos Santos Souza, legítima dependente titular dos valores não recebidos em vida, indefiro o pedido de habilitação dos herdeiros indicados à p. 159/161 e 248/249. Intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito em 10 (dez) dias, requerendo o que de direito. Cumpra-se.

ADV: LAURO HEMANNUELL BRAGA ROCHA (OAB 3793/AC) - Processo 0700931-47.2022.8.01.0014 - Procedimento Comum Cível - Pessoa com Deficiência - AUTORA: Maria Liberdade Arcanjo Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Decisão Inicialmente, consigno que, estando comprovada a condição de herdeiro, juntada a certidão de casamento (p. 232), DEFIRO A HABILITAÇÃO DO HERDEIRO da de cujus Maria da Liberdade Arcanjo Souza declarando habilitado nos termos do art. 687 e seguintes do CPC o senhor VALDIMIRO RODRIGUES DO NASCIMENTO. Em consequência, proceda-se a retificação da autuação, para substituir o autor por sua herdeira habilitada. Ainda, considerando a declaração de p. 227, defiro a assistência judiciária gratuita. Anote-se. No mais, intime-se o habilitado para dar prosseguimento ao feito no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que de direito. Cumpra-se. Tarauacá-(AC), 08 de agosto de 2024. Stephanie Winck Ribeiro De Moura Juíza de Direito

ADV: LAIZA DOS ANJOS CAMILO (OAB 6921/RO) - Processo 0700983-09.2023.8.01.0014 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - AUTORA: Jhenifer Queiroz de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - (Provimento COGER nº 16/2016, item H1) Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso, nos termo do art. 1.010, § 1º, do CPC/2015.

ADV: LAURO HEMANNUELL BRAGA ROCHA (OAB 3793/AC) - Processo 0701068-63.2021.8.01.0014 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - CREDORA: Francisca Cezario da Silva - DEVEDOR: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Recebo o recurso de apelação interposto em seu efeito devolutivo, uma vez que se trata de recurso próprio e tempestivo. Remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, (art. 1010, § 3º do CPC), grafando nossas melhores homenagens. Providencias de praxe. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIS HENRIQUE LOPES (OAB 3740/AC) - Processo 0701092-62.2019.8.01.0014 - Cumprimento de sentença - Restabelecimento - REQUERENTE: Cristóvão Conceição Yawanawá - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Compulsando os autos verifico que o agravo de instrumento foi devidamente julgado, momento em que não foi conhecido o agravo, por inadequação da via recursal eleita. Sendo assim, determino o prosseguimento do feito com a devida expedição de RPV referente aos cálculos de pp. 170/171, homologados às pp. 179. Expedido o RPV, certifique-se nos autos e voltem-me os autos conclusos para decisão de suspensão do feito aguardando comunicado de pagamento.

ADV: LUIS HENRIQUE LOPES (OAB 3740/AC) - Processo 0701695-33.2022.8.01.0014 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Denilsa Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a decisão de pp. 90/92. Afirmado o estado de hipossuficiência econômica e ausente neste momento dúvida fundada a ensejar a necessidade de diligências pertinentes à aferição da miserabilidade declarada, concedo à parte autora o benefício da assistência judiciária gratuita, o que faço com base no art. 98 e 99 do CPC. Da análise da petição inicial verifico que restaram preenchidos os requisitos de acordo com o que determina o artigo 129-A em seus incisos I e II da Lei 8.213/91, incluído pela Lei 14.331/2022. Com efeito, para resolução das questões da presente demanda, com fundamento no artigo 331, § 2º, do Código de Processo Civil, determino a produção de prova pericial. Sendo assim, determino a realização de perícia médica para a aferição da incapacidade alegada. Para tanto, nomeio a Dra. Darla Lourenço Borges de Almeida, CRM 1350, devidamente cadastrada no AJG, celular (68) 99945-2758, que deverá em 10 dias apresentar laudo, independentemente de termo de compromisso. Faculto às partes a nomeação de assistente técnico. Com a juntada do laudo, determino que oficie-se imediatamente ao Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Acre para providenciar o pagamento dos honorários periciais no valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), nos termos do artigo 28, parágrafo único, da Resolução nº 305/2014 do Conselho da Justiça Federal. Após, intimem-se as partes para conhecimento e manifestação do laudo pericial, no prazo de 10 (dez) dias. Por fim, constatada a incapacidade da parte autora pelo médico perito judicial, cite-se a parte requerida, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, na pessoa do Procurador, para oferecer resposta à presente ação, no prazo de quinze dias conforme dispõe o art. 335 do CPC a ser computado em dobro (observância ao art. 183, CPC). Por outro lado, não havendo no laudo pericial a constatação da incapacidade, voltem-me os autos conclusos para sentença de extinção do feito.

VARA CRIMINAL

TJ/AC - COMARCA DE TARAUACÁ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIZA GRAZIELE DEFENSOR MENEZES AIRES DO RÊGO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA LEÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0152/2024

ADV: VALCEMIR DE ARAÚJO CUNHA (OAB 4926/AC) - Processo 0700731-69.2024.8.01.0014 - Habeas Corpus Criminal - Constrangimento ilegal - IMPETRANTE: E.T.N. - Deixo de analisar o pedido de (pp. 01/15) por perda do objeto, tendo em vista que se trata do mesmo pedido requerido nos autos n. 0800148-29.2023.8.01.014, os quais já foram devidamente analisados, com determinação de arquivamento do procedimento investigatório. Posto isso, determino o arquivamento dos presentes autos por perda do objeto. Intimem-se. Arquive-se. Cumpra-se.

TJ/AC - COMARCA DE TARAUACÁ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIZA GRAZIELE DEFENSOR MENEZES AIRES DO RÊGO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA LEÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0153/2024

ADV: SANDERSON SILVA DE MOURA (OAB 2947/AC) - Processo 0000307-68.2024.8.01.0014 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Adevilson Pacheco Domingos, “Will” e outro - Audiência de Instrução e Julgamento Data: 03/09/2024 Hora 08:00 Local: Sala 01 Situacão: Designada

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE TARAUACÁ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL - JUIZADO ESPECIAL
JUIZ(A) DE DIREITO STEPHANIE WINCK RIBEIRO DE MOURA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO LUCIVALDO FIRMINO DO NASCIMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0166/2024

ADV: WILLIAN ELEAMEN DA SILVA (OAB 3766/AC) - Processo 0000024-45.2024.8.01.0014 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RÉU: Wanderlei Pinheiro Tobias - Certifico e dou fé que a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 30/09/2024 às 13:30h, que será realizada de forma híbrida (presencial e/ou por videoconferência), através do aplicativo Google Meet, conforme link: https://meet.google.com/gqv-fjcx-tir

ADV: WILLIAN ELEAMEN DA SILVA (OAB 3766/AC) - Processo 0000236-08.2020.8.01.0014 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RÉU: Antonio Marcos de Araújo Marcelino e outro - Certifico e dou fé que a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 30/09/2024 às 12:00h, que será realizada de forma híbrida (presencial e/ou por videoconferência), através do aplicativo Google Meet, conforme link: https://meet.google.com/roy-euse-muv.

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC) - Processo 0001250-22.2023.8.01.0014 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMADO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - Certifico e dou fé que a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 30/09/2024 às 12:45h, que será realizada de forma híbrida (presencial e/ou por videoconferência), através do aplicativo Google Meet, conforme link: https://meet.google.com/ebv-jrht-qbr.

ADV: EFRAIN SANTOS DA COSTA (OAB 3335/AC), ADV: RAPHAEL TRELHA FERNANDEZ (OAB 3685/AC), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0700140-10.2024.8.01.0014 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - RECLAMANTE: Maria de Fátima Nascimento da Silva - RECLAMADO: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A. e outro - Certifico e dou fé que a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 30/09/2024 às 09:45h, que será realizada de forma híbrida (presencial e/ou por videoconferência), através do aplicativo Google Meet, conforme link: https://meet.google.com/qwk-tyac-pna.

ADV: ITALO FERNANDO DE SOUZA FELTRINI (OAB 2586/AC), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 4788/AC) - Processo 0701330-42.2023.8.01.0014 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - RECLAMANTE: Francisco Francinizio Bayma Saraiva - RECLAMADO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia e outro - Certifico e dou fé que a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 30/09/2024 às 11:15h, que será realizada de forma híbrida (presencial e/ou por videoconferência), através do aplicativo Google Meet, conforme link: https://meet.google.com/amx-ycrh-wqt.

COMARCA DE XAPURI

VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE XAPURI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIS GUSTAVO ALCALDE PINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ERIVAN BORGE DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0605/2024

ADV: TALLES MENEZES MENDES (OAB 2590/AC) - Processo 0700610-62.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Incapacidade Permanente - AUTOR: L.R.S. - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: TALLES MENEZES MENDES (OAB 2590/AC) - Processo 0700643-52.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - AUTORA: Villiane Vittória Diogo da Silva - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: TALLES MENEZES MENDES (OAB 2590/AC) - Processo 0700653-96.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria Rural (Art. 48/51) - AUTORA: Adélia Camargo de Souza - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS (OAB 4316/AC) - Processo 0700719-76.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Pessoa com Deficiência - REQUERENTE: Jilsivan dos Santos Gomes - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: VINICIUS SILVA NOVAIS (OAB 4850/AC) - Processo 0700727-53.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Pessoa com Deficiência - REQUERENTE: João Victor Queiroz da Silva, menor - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

ADV: TALLES MENEZES MENDES (OAB 2590/AC) - Processo 0700783-86.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - AUTORA: Leidiane da Cruz Caldas - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da proposta de acordo de fls.23/28.

ADV: JORAI SALIM PINHEIRO DE LIMA (OAB 2184/AC) - Processo 0700788-11.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria Urbana (Art. 48/51) - AUTORA: Francisca Aquino de Oliveira - Dá a parte autora por intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada, nos termos do art. 350 e/ou 351, do CPC/2015.

TJ/AC - COMARCA DE XAPURI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIS GUSTAVO ALCALDE PINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ERIVAN BORGE DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0606/2024

ADV: CRISTOPHER CAPPER MARIANO DE ALMEIDA (OAB 3604/AC), ADV: LUIZ CARLOS PACHECO FILHO (OAB 4203/RO), ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS, ADV: ADEMIR DIAS DOS SANTOS (OAB 3774/RO), ADV: REINALDO ROSA DOS SANTOS (OAB 1618/RO) - Processo 0700130-21.2023.8.01.0007 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - AUTOR: Júlio César Moraes Nantes - REQUERIDO: Anderson Máximo Pereira - DECISÃO Vistos, etc. Indefiro o pedido de redesignação, considerando que, no caso concreto, o patrono do autor não demonstrou impedimento para o comparecimento no ato designado. Intimem-se. Cumpra-se.

TJ/AC - COMARCA DE XAPURI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIS GUSTAVO ALCALDE PINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ERIVAN BORGE DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0607/2024

ADV: ROBERTO BARBOSA SANTOS (OAB 4703/AC), ADV: PEDRO HENRIQUE SANTOS VELOSO (OAB 37604/GO) - Processo 0700491-77.2019.8.01.0007 (apensado ao processo 0701150-81.2022.8.01.0007) - Cumprimento de sentença - Posse - CREDORA: Ediza Barbosa de Assis - DEVEDORA: Élida Cláudia Nunes de Souza Medeiros - Certifico e dou fé que, INTIMO a parte autora, por seu patrono, para ciência do alvará expedido as fls.224.

ADV: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES (OAB 217153M/G) - Processo 0700823-05.2023.8.01.0007 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - CREDOR: Banco do Brasil S/A. - Certifico e dou fé que, INTIMO a parte autora, por seu patrono, para ciência do alvará expedido as fls.134, bem como, para no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

ADV: MARCELO NEUMANN (OAB 110501/RJ), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 3600/AC) - Processo 0701244-34.2019.8.01.0007 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - AUTOR: Banco do Brasil S/A. - Certifico e dou fé que, INTIMO a parte autora, por seu patrono, para ciência do alvará expedido as fls.324, bem como, para no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

ADV: JOAO VITOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE), ADV: VANESSA OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 5301/AC), ADV: SANDRO ROGÉRIO TORRES PESSOA (OAB 5309/AC) - Processo 0701268-62.2019.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - AUTORA: Maria Sebastiana Tavares de Freitas Silva - REQUERIDO: Banco Pan S.A - Certifico e dou fé que, INTIMO a parte autora, por seu patrono, para ciência do alvará expedido as fls,316/317, bem como, para no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

ADV: SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS (OAB 1084/RO) - Processo 0701275-15.2023.8.01.0007 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - CREDOR: Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste da Amazônia - Sicoob Credisul - Certifico e dou fé que, INTIMO a parte autora, por seu patrono, para ciência do alvará expedido as fls.179, bem como, para no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

TJ/AC - COMARCA DE XAPURI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIS GUSTAVO ALCALDE PINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ERIVAN BORGE DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0608/2024

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS - Processo 0700223-47.2024.8.01.0007 - Al-

vará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Randawgle Figueiredo dos Santos - Decisão Vistos, etc. Defiro o pedido de fls. 19, para realização de SISBAJUD no CPF do de cujus Aldeiso Ferreira dos Santos. Intimem-se. Cumpra-se. Xapuri-(AC), 09 de agosto de 2024. Luis Gustavo Alcalde Pinto Juiz de Direito

ADV: VINICIUS SILVA NOVAIS (OAB 4850/AC) - Processo 0700467-73.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - REQUERENTE: Cleudiane do Nascimento Araújo - DECISÃO Vistos, etc. Considerando o teor da certidão do cartório, decreto à revelia do INSS, sem, contudo, aplicar-lhes os efeitos, nos termos do art. 345, II do CPC. Dando prosseguimento, designe-se audiência de conciliação, instrução e julgamento, para data desimpedida na pauta de audiência. Consigno que a parte autora deverá trazer suas testemunhas, independentemente de intimação. Intimações necessárias. Cumpra-se.

ADV: JULIANA MARQUES CORDEIRO (OAB 238475/SP) - Processo 0700503-18.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: Lucas Pereira da Silva - Decisão Vistos, etc. Recebo a presente ação e defiro à parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Diante dos elementos constantes dos autos, fixo os alimentos provisórios no importe de 21% (vinte e um por cento) do salário mínimo vigente, com pagamento até o dia 10 de cada mês, mediante depósito em conta bancária de titularidade da genitora, devendo a genitora ser intimada, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar conta bancária junto à secretaria. Convoquem-se as partes para uma audiência preliminar de conciliação, sob a presidência de conciliador, a ser designada pelo cartório para data próxima, destacando a necessidade do comparecimento, cientificando-as de que, o não comparecimento injustificado da autora ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 344, §8º, do CPC). Em audiência, deverá ser sanada a omissão referente aos dados pessoais do genitor, colhendo o conciliador cópia de seus documentos (RG e CPF), bem como indagando sobre a existência de e-mail, telefone para contato e até mesmo whatsapp. Sem prejuízo do acima disposto, formalize-se a devida citação do requerido para, no prazo legal de 15 (quinze) dias, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial, notificando de que, o prazo para contestar só passará a contar da data da aludida audiência, ainda que esta não aconteça por qualquer motivo ou não tenha sucesso. Intime-se ainda o requerido acerca dos alimentos provisórios que foram fixados. Contestado o pedido com arguição de preliminares, intime-se a parte autora, pela Defensoria que lhe assiste, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação. Findo o prazo, vista ao Ministério Público para manifestação. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Xapuri-(AC), 09 de agosto de 2024. Luis Gustavo Alcalde Pinto Juiz de Direito

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS (OAB 4316/AC) - Processo 0700660-88.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Pessoa com Deficiência - REQUERENTE: Pedro Nascimento de Souza - DECISÃO Vistos, etc. As alegações preliminares se confundem com o mérito e serão analisadas por ocasião da sentença. Dando prosseguimento, determino que o autor se submeta à perícia médica e estudo social. Faculto ao litigantes a apresentação de quesitos e a indicação de assistente técnico, no prazo comum de 15 (quinze) dias. Expeça-se carta precatória à Justiça Federal, para fins de agendamento de perícia médica, com médico especializado, com posterior comunicação a este juízo. Após agendamento, intime-se, pessoalmente, o autor da data e local designado. Advirta-se à parte autora que deverá comparecer ao local determinado munida de documentos pessoais, dos prontuários e laudos médicos que se fizerem necessários. Do Estudo Social: Nomeio o assistente social, Sr. Alex Bruno Castro Ribeiro, devidamente cadastrado, para elaborar a realização do estudo social requestado, no prazo de 15 (quinze) dias. Da nomeação e finalidade intime-se a assistente social, podendo a escrivania fazer via telefone fornecido pela profissional, mediante certificação nos autos. Advirta o profissional que seus honorários serão fixados de acordo com a Resolução nº 232 do Conselho Nacional de Justiça. Carreado o laudo, INTIMEM-SE as partes para manifestarem sobre ele, no prazo legal (15 (quinze) para a autora e 30 (trinta) dias para o INSS), podendo, se houver, o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer (NCPC, art. 477, §1º). Após, designe-se audiência de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada no próximo mutirão previdenciário desta Comarca. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS (OAB 4316/AC) - Processo 0700661-73.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Pessoa com Deficiência - REQUERENTE: Jarde Moreira de Moura - DECISÃO Vistos, etc. As alegações preliminares se confundem com o mérito e serão analisadas por ocasião da sentença. Dando prosseguimento, determino que o autor se submeta à perícia médica e estudo social. Faculto ao litigantes a apresentação de quesitos e a indicação de assistente técnico, no prazo comum de 15 (quinze) dias. Expeça-se carta precatória à Justiça Federal, para fins de agendamento de perícia médica, com médico especializado, com posterior comunicação a este juízo. Após agendamento, intime-se, pessoalmente, o autor da data e local designado. Advirta-se à parte autora que deverá comparecer ao local determinado munida de documentos pessoais, dos prontuários e laudos médicos que se fizerem necessários. Do Estudo Social: Nomeio o assistente social, Sr. Alex Bruno Castro Ribeiro, devidamente cadastrado, para elaborar a realização do estudo social requestado, no prazo de 15 (quinze) dias. Da nomeação e finalidade intime-se a assistente social, podendo a escrivania fazer via telefone fornecido pela profissional, mediante certificação nos autos. Advirta o profissional que seus honorários serão fixados de acordo com a Resolução nº 232 do Conselho Nacional de Justiça. Carreado o laudo, INTIMEM-SE as partes para manifestarem sobre ele, no prazo legal (15 (quinze) para a autora e 30 (trinta) dias para o INSS), podendo, se houver, o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer (NCPC, art. 477, §1º). Após, designe-se audiência de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada no próximo mutirão previdenciário desta Comarca. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS (OAB 4316/AC) - Processo 0700687-71.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Pessoa com Deficiência - REQUERENTE: Aylla Júlia Amaral Feitosa, menor - DECISÃO Vistos, etc. As alegações preliminares se confundem com o mérito e serão analisadas por ocasião da sentença. Dando prosseguimento, determino que a autora se submeta à perícia médica e estudo social. Faculto ao litigantes a apresentação de quesitos e a indicação de assistente técnico, no prazo comum de 15 (quinze) dias. Expeça-se carta precatória à Justiça Federal, para fins de agendamento de perícia médica, com médico especializado, com posterior comunicação a este juízo. Após agendamento, intime-se, pessoalmente, o autor da data e local designado. Advirta-se à parte autora que deverá comparecer ao local determinado munida de documentos pessoais, dos prontuários e laudos médicos que se fizerem necessários. Do Estudo Social: Nomeio o assistente social, Sr. Alex Bruno Castro Ribeiro, devidamente cadastrado, para elaborar a realização do estudo social requestado, no prazo de 15 (quinze) dias. Da nomeação e finalidade intime-se a assistente social, podendo a escrivania fazer via telefone fornecido pela profissional, mediante certificação nos autos. Advirta o profissional que seus honorários serão fixados de acordo com a Resolução nº 232 do Conselho Nacional de Justiça. Carreado o laudo, INTIMEM-SE as partes para manifestarem sobre ele, no prazo legal (15 (quinze) para a autora e 30 (trinta) dias para o INSS), podendo, se houver, o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer (NCPC, art. 477, §1º). Após, designe-se audiência de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada no próximo mutirão previdenciário desta Comarca. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GISELE VARGAS MARQUES COSTA (OAB 3897/AC) - Processo 0700867-87.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - PASEP - AUTOR: Ronaldo Cosmo Ferraz - Decisão Vistos, etc. Recebo a inicial pois presentes os requisitos (art. 319, CPC). Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. Designe-se audiência de conciliação para data desimpedida na pauta intimando as partes e seus patronos. Oportunamente, voltem-me conclusos. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se. Xapuri-(AC), 09 de agosto de 2024. Luis Gustavo Alcalde Pinto Juiz de Direito

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS (OAB 4316/AC) - Processo 0700877-34.2024.8.01.0007 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - CREDOR: Enilson Nobre da Silva - DECISÃO Vistos, etc. Cite-sea Fazenda Pública, via portal eletrônico para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, apresentar impugnação (CPC, art. 535). Havendo manifestação, dê-se vistas à parte contraria, para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo impugnação, expeça-se precatório ou RPV (CPC, art. 535,§ 3º,I e II). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS (OAB 4316/AC) - Processo 0700878-19.2024.8.01.0007 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - AUTOR: Vanessa Nascimento da Silva - DECISÃO Vistos, etc. Recebo a inicial pois presentes os requisitos (art. 319, CPC). Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. Cite-se o INSS, via portal eletrônico, para que tome conhecimento da presente ação e, querendo, apresente resposta no prazo legal, sob pena de revelia. Decorrido o prazo, com a contestação, ouça-se a parte autora em 15 (quinze) dias, oferecer réplica à contestação, nos termos do art. 351 do CPC. Caso a parte requerida não ofereça contestação, no prazo legal, certifique-se e voltem-me conclusos. Oportunamente, voltem-me conclusos. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO BESSA JUNIOR (OAB 101729/PR) - Processo 0700959-02.2023.8.01.0007 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - CREDOR: Banco da Amazônia S/A - Decisão Vistos, etc. Defiro o pedido de fls. 100. Oficie-se o DETRAN para preste as informações necessárias acerca do veículo HONDA/NXR 160 BROS, placa NXT8G56. Intimem-se. Cumpra-se. Xapuri-(AC), 09 de agosto de 2024. Luis Gustavo Alcalde Pinto Juiz de Direito

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS (OAB 4316/AC) - Processo 0701375-67.2023.8.01.0007 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Reclusão (Art. 80) - REQUERENTE: Aghata Vitoria Santiago dos Santos - DECISÃO Vistos, etc. Altere-se a classe processual para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Intime-sea Fazenda Pública, via portal eletrônico para, querendo, no prazo de 30 (trinta)

dias e nos próprios autos, apresentar impugnação (CPC, art. 535). Havendo manifestação, dê-se vistas à parte contraria, para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo impugnação, expeça-se precatório ou RPV (CPC, art. 535,§ 3º,I e II). Intimem-se. Cumpra-se.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE XAPURI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIS GUSTAVO ALCALDE PINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LINCOLN PEREIRA BRITO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0200/2024

ADV: VINICIUS SILVA NOVAIS (OAB 4850/AC) - Processo 0700132-54.2024.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - RECLAMANTE: Oscar de Almeida Nogueira - RECLAMADO: 123 VIAGENS E TURISMO LTDA - DECISÃO Vistos, etc. Considerando a manifestação de fls. 43/78, intime-sea parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito, requerendo o que for de direito, e após, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos para deliberação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAYCON MOREIRA DA SILVA (OAB 5654/AC) - Processo 0700447-82.2024.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Bezerra de Moura - REQUERIDO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - DECISÃO Vistos, etc. Intime-se a parte recorrida para, no prazo de 10 (dez) dias (§2º, art. 42, Lei 9.099/95), apresentar contrarrazões. Expirado o lapso supra, remetam-se os autos à Turma Julgadora competente. Cumpra-se.

ADV: AUREA TEREZINHA SILVA DA CRUZ (OAB 2532/AC), ADV: TALLES MENEZES MENDES (OAB 2590/AC) - Processo 0700694-10.2017.8.01.0007 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Felipe Reis de Souza - REQUERIDO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - DECISÃO Vistos, etc. Ouça-se a parte credora, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: TALLES MENEZES MENDES (OAB 2590/AC) - Processo 0700698-47.2017.8.01.0007 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dijalma Reis da Silva - REQUERIDO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - DECISÃO Vistos, etc. Ouça-se a parte credora, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALVARO MANOEL NUNES MACIEL SOBRINHO (OAB 5002/AC) - Processo 0700985-34.2022.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - AUTOR: Elivan Lima de Oliveira - RÉU: Adailton Pereira da Silva - DECISÃO Vistos, etc. Intime-se a parte embargada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os embargos de declaração (fls. 146/155). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS - Processo 0701485-37.2021.8.01.0007 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Renilda de Melo Souza - REQUERIDO: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A - DECISÃO Vistos, etc. Considerando a manifestação de fls. 280/294, intime-sea parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito, requerendo o que for de direito, e após, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos para deliberação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DRUMOND PATRUS ANANIAS (OAB 78403/MG), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5021/AC), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5021/AC) - Processo 0701720-67.2022.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Chagas Ferreira da Silva - RECLAMADO: Ipanema Empreendimentos e Participações Ltda - Banco Bradesco S/A - Banco Losango - DECISÃO Vistos, etc. Considerando o cálculo de fls. 307/308, intime-se a parte requerida para pagar o valor cobrado em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, do CPC. Advirta-se o executado que não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de, multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, § 1º, do CPC. Advirta-se ao executado, na oportunidade supra, que transcorrido o prazo previsto noart. 523sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, se for o caso (art. 525, CPC). Não havendo o pagamento, promovam a tentativa de penhoraon linevia sistema SISBAJUD. Intime-se. Cumpra-se.

TJ/AC - COMARCA DE XAPURI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIS GUSTAVO ALCALDE PINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ERIVAN BORGE DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0199/2024

ADV: TALLES MENEZES MENDES (OAB 2590/AC), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR (OAB 392/RN) - Processo 0700344-75.2024.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Izaquiel Gomes Rodrigues - RECLAMADO: Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Não¿pradonizados Npl Ii - Certifico a realização do seguinte ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte recorrida, Izaquiel Gomes Rodrigues, intimada para no prazo de 10 (dez) dias apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto às fls.155-167. Ficando ciente que, havendo ou não manifestação, os autos serão encaminhados a uma das Turmas Recursais.

ADV: FABIO RIVELLI (OAB 4158/AC), ADV: TALLES MENEZES MENDES (OAB 2590/AC) - Processo 0700451-22.2024.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - RECLAMANTE: Talles Menezes Mendes - RECLAMADO: Tam Linhas Aéreas S.A - Certifico a realização do seguinte ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte recorrida, Talles Menezes Mendes, intimada para no prazo de 10 (dez) dias apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto às fls.107-119. Ficando ciente que, havendo ou não manifestação, os autos serão encaminhados a uma das Turmas Recursais.

ADV: FABIO RIVELLI (OAB 4158/AC), ADV: MAYCON MOREIRA DA SILVA (OAB 5654/AC) - Processo 0700521-39.2024.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jorgiane da Silva Souza - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Certifico a realização do seguinte ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte recorrida, Jorgiane da Silva Souza , intimada para no prazo de 10 (dez) dias apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto às fls.198-212. Ficando ciente que, havendo ou não manifestação, os autos serão encaminhados a uma das Turmas Recursais.

ADV: BRENO CÁSSIO SANTOS RIBEIRO (OAB 6008/AC), ADV: MAYCON MOREIRA DA SILVA (OAB 5654/AC), ADV: MÁRCIO BEZERRA DA COSTA (OAB 5084/AC) - Processo 0701439-77.2023.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: M.M.S. - REQUERIDA: G.S.E. - Certifico a realização do seguinte ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte recorrida, Maycon Moreira da Silva, intimada para no prazo de 10 (dez) dias apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto às fls.71-80. Ficando ciente que, havendo ou não manifestação, os autos serão encaminhados a uma das Turmas Recursais.

ADV: ARQUILAU DE CASTRO MELO (OAB 331/AC), ADV: TALLES MENEZES MENDES (OAB 2590/AC), ADV: HILÁRIO DE CASTRO MELO JÚNIOR (OAB 2446/AC) - Processo 0701910-30.2022.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - RECLAMANTE: Elias Silva Freitas - RECLAMADA: OI S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Certifico a realização do seguinte ATO ORDINATÓRIO: Fica a parte recorrida, Elias Silva Freitas, intimada para no prazo de 10 (dez) dias apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto às fls. 509-528. Ficando ciente que, havendo ou não manifestação, os autos serão encaminhados a uma das Turmas Recursais.

TJ/AC - COMARCA DE XAPURI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIS GUSTAVO ALCALDE PINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LINCOLN PEREIRA BRITO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0201/2024

ADV: JORAI SALIM PINHEIRO DE LIMA (OAB 2184/AC) - Processo 0701263-98.2023.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - RECLAMANTE: Genaira da Luz Cordeiro - PROPRIETÁRIO: Francisco Albino de Souza Ou Colegio Batista Betel - Cbb - INTIMO a parte reclamante para ciência do retorno da carta precatória, bem como para no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar requerendo o que entender de direito.

JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA

TJ/AC - COMARCA DE XAPURI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LUIS GUSTAVO ALCALDE PINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LINCOLN PEREIRA BRITO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2024
ADV: ALVARO MANOEL NUNES MACIEL SOBRINHO (OAB 5002/AC), ADV: ALVARO MANOEL NUNES MACIEL SOBRINHO (OAB 5002/AC) - Processo 0701638-70.2021.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Não padronizado - RECLAMANTE: Guilhermy Menezes Teixeira - Chaene Menezes

da Silva - RECLAMADO: Município de Xapuri - Vistos, etc. Intime-se o reclamante para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar a respeito da certidão de fls. 102. Cumpra-se.

TJ/AC - COMARCA DE XAPURI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LUIS GUSTAVO ALCALDE PINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LINCOLN PEREIRA BRITO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0051/2024

ADV: ENOQUE DINIZ SILVA (OAB 3738/AC) - Processo 0700288-42.2024.8.01.0007 - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - CREDOR: Enoque Diniz Silva - DEVEDOR: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ - Vistos, etc. Intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar quanto ao petitório de fls. 27 e decorridos, retornem à conclusão para a entrega da prestação jurisdicional. Cumpra-se.

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS (OAB 4316/AC) - Processo 0700557-81.2024.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Urgência - RECLAMANTE: Marielne Azevedo Ferreira - RECLAMADO: Estado do Acre - Procuradoria Geral - DECISÃO Vistos, etc. Intime-se a parte embargada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os embargos de declaração (fls. 139/142). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TALLES MENEZES MENDES (OAB 2590/AC) - Processo 0700586-34.2024.8.01.0007 - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - CREDORA: Mendes Sociedadeindividualdeadvocacia - DEVEDOR: Estado do Acre - DECISÃO Vistos, etc. Ouça-se a parte credora, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: MAYCON MOREIRA DA SILVA (OAB 5654/AC) - Processo 0700625-31.2024.8.01.0007 - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - CREDOR: Maycon Moreira da Silva S I A - DEVEDOR: Estado do Acre - Procuradoria Geral - DECISÃO Vistos, etc. Ouça-se a parte credora, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS - Processo 0701081-15.2023.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tratamento da Própria Saúde - RECLAMANTE: Paulo Vítor Maia França - RECLAMADO: Estado do Acre - DECISÃO Vistos, etc. Intime-se a parte recorrida para, no prazo de 10 (dez) dias (§2º, art. 42, Lei 9.099/95), apresentar contrarrazões. Expirado o lapso supra, remetam-se os autos à Turma Julgadora competente. Cumpra-se.

TJ/AC - COMARCA DE XAPURI
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LUIS GUSTAVO ALCALDE PINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LINCOLN PEREIRA BRITO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0051/2024

ADV: ENOQUE DINIZ SILVA (OAB 3738/AC) - Processo 0700288-42.2024.8.01.0007 - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - CREDOR: Enoque Diniz Silva - DEVEDOR: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ - Vistos, etc. Intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar quanto ao petitório de fls. 27 e decorridos, retornem à conclusão para a entrega da prestação jurisdicional. Cumpra-se.

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS (OAB 4316/AC) - Processo 0700557-81.2024.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Urgência - RECLAMANTE: Marielne Azevedo Ferreira - RECLAMADO: Estado do Acre - Procuradoria Geral - DECISÃO Vistos, etc. Intime-se a parte embargada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os embargos de declaração (fls. 139/142). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TALLES MENEZES MENDES (OAB 2590/AC) - Processo 0700586-34.2024.8.01.0007 - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - CREDORA: Mendes Sociedadeindividualdeadvocacia - DEVEDOR: Estado do Acre - DECISÃO Vistos, etc. Ouça-se a parte credora, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: MAYCON MOREIRA DA SILVA (OAB 5654/AC) - Processo 0700625-31.2024.8.01.0007 - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - CREDOR: Maycon Moreira da Silva S I A - DEVEDOR: Estado do Acre - Procuradoria Geral - DECISÃO Vistos, etc. Ouça-se a parte credora, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS - Processo 0701081-15.2023.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tratamento da Própria Saúde - RECLAMANTE: Paulo Vítor Maia França - RECLAMADO: Estado do Acre - DECISÃO Vistos, etc. Intime-se a parte recorrida para, no prazo de 10 (dez) dias (§2º, art. 42, Lei 9.099/95), apresentar contrarrazões. Expirado o lapso supra, remetam-se os autos à Turma Julgadora competente. Cumpra-se.

COMARCA DE PORTO ACRE

VARA CÍVEL

TJ/AC - COMARCA DE PORTO ACRE
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO BRUNA BARRETO PERAZZO COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THIAGO ARAÚJO LOPES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0203/2024

ADV: WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS (OAB 3807/AC), ADV: PHILIPPE UCHÔA DA CONCEIÇÃO (OAB 5665/AC) - Processo 0700335-68.2024.8.01.0022 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMETE: J.R.A.C. - Ato Ordinatório Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Acre (Art. 12-B, §§ 2º e 3º da Lei Est. nº. 1.422/2001, alterada pela Lei Est. nº. 3.517 de 23.9.2019 e Art. 7º da Resolução COJUS nº 38/2019) Para cumprimento da diligência externa será necessário a expedição de 01 (um) mandado(s), compreendendo o valor de 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos), por cada mandado, totalizando o valor de R$ 154,10 (cento e cinquenta e quatro reais e dez centavos). A guia de recolhimento correspondente poderá ser emitida pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio do portal e-SAJ (menu custas intermediárias), disponível no sitio do Tribunal de Justiça do Acre. Assim, dou a parte autora por intimada para, no prazo de 05 (CINCO) dias, recolher e comprovar o pagamento da taxa de diligência externa.

TJ/AC - COMARCA DE PORTO ACRE
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO BRUNA BARRETO PERAZZO COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THIAGO ARAÚJO LOPES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0205/2024

ADV: MARINA BELANDI SCHEFFER (OAB 3232/AC) - Processo 0700127-21.2023.8.01.0022 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: C.N.L. - REQUERIDO: J.C.N. - Dá a parte requerida por intimada através de seu patrono para, comparecer à audiência de conciliação, designada para o dia 04/09/2024, às 09:30h, que será realizada na sala de audiência desta Vara, e/ou através de videoconferência, pelo sistema Google Meet, link da audiência: meet.google.com/ozf-acri-uqw.

TJ/AC - COMARCA DE PORTO ACRE
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO BRUNA BARRETO PERAZZO COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THIAGO ARAÚJO LOPES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0207/2024

ADV: ADELINO JAUNES DE ANDRADE JUNIOR (OAB 5340/AC) - Processo 0700422-24.2024.8.01.0022 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - AUTOR: Francisco Denilson Santos da Silva - Dá a parte autora por intimada através de seu patrono para, comparecer à audiência de conciliação, designada para o dia 04/09/2024, às 10:30h, que será realizada na sala de audiência desta Vara, e/ou através de videoconferência, pelo sistema Google Meet, link da audiência: meet.google.com/urf-yoix-hto.

VARA CRIMINAL

TJ/AC - COMARCA DE PORTO ACRE
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO BRUNA BARRETO PERAZZO COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JOSÉ ÍCARO TERRANOVA FREITAS DE SOUSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2024

ADV: FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO (OAB 777/AC) - Processo 0700421-39.2024.8.01.0022 - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: Jose Ivanildo Rodrigues da Rocha - REQUERIDO: Justiça Pública - Isso posto, indefiro o requerimento formulado pela Defesa e mantenho a prisão por seus próprios fundamentos.

TJ/AC - COMARCA DE PORTO ACRE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA - CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO BRUNA BARRETO PERAZZO COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JOSÉ ÍCARO TERRANOVA FREITAS DE SOUSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0051/2024

ADV: PAULA ADRIANA SARAIVA DIÓGENES (OAB 5757/AC), ADV: FERNANDA CATARINA BEZERRA DE SOUZA (OAB 4865/AC) - Processo 0000232-10.2021.8.01.0022 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: Júlio Barbosa da Paixão - Pela MM.ª Juíza foi proferido o seguinte DECISÃO: Concedo o prazo legal de 5 (cinco) dias para apresentação de Alegações Finais à Defesa do Acusado, Após Concluso para Sentença.

IV - ADMINISTRATIVO

CONSELHO DA JUSTIÇA ESTADUAL

Classe: Processo Administrativo n. 0101417-55.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Conselho da Justiça Estadual
Relatora: Desª. Regina Ferrari
Requerente: Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.
Assunto: Atos Administrativos

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSELHO DA JUSTIÇA ESTADUAL. PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELA EQUIDADE RACIAL. MINUTA DE RESOLUÇÃO PARA INSTITUIR A POLÍTICA DE EQUIDADE RACIAL NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE. PROPOSTA APROVADA.

1. A Constituição Federal de 1988 tem a igualdade como princípio e objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, fato que implica a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

2. Por meio do Termo de Adesão nº 02/2023, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre aderiu ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas variadas voltadas para a concretização da Equidade Racial no âmbito do Poder Judiciário.

3. A normatização interna constitui o último estágio para concretude do plano de ação desenvolvido, visando, entre outras coisas, instituir a Comissão Permanente de Equidade Racial do TJAC, porquanto o Judiciário, como um dos pilares do Estado, deve refletir a diversidade e a representatividade da sociedade.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Processo Administrativo n. 0101417-55.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores do Conselho da Justiça Estadual do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, aprovar a proposta de resolução para instituir a Política de Equidade Racial no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, nos termos do voto da relatora e das mídias digitais gravadas.

Rio Branco/AC, 7 de agosto de 2024.

Desª. **Regina Ferrari**
Relatora

DECISÃO

Conforme consta da Certidão de Julgamento, a decisão foi a seguinte:

ACORDAM os Senhores Desembargadores do Conselho da Justiça Estadual do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, aprovar a proposta de resolução para instituir a Política de Equidade Racial no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, nos termos do voto da relatora e das mídias digitais gravadas.

Participaram do julgamento os Desembargadores **Regina Ferrari, Luís Camolez** e **Samoel Evangelista**.

RESOLUÇÃO N.º 88, DE 12 DE AGOSTO DE 2024

Institui a Política de Equidade Racial no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre e dá outras providências correlatas.
O CONSELHO DA JUSTIÇA ESTADUAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14 da Lei Complementar Estadual n.º 221, de 30 de dezembro de 2010, com redação estabelecida pela Lei Complementar Estadual n.º 257, de 29 de janeiro de 2013, combinado com os artigos 27 e 56 da Lei Complementar Estadual n.º 258, de 29 de janeiro de 2013,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, que tem a igualdade como princípio e objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, implicando na necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, que preconiza a adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa à população negra pelo Poder Público;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n.º 203, de 23 de junho de 2015, que dispõe sobre a reserva a pessoas negras, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n.º 519, de 11 de setembro de 2023, que institui o Prêmio "Equidade racial", visando estimular e disseminar práticas que visem a eliminação das desigualdades raciais, premiando ações, projetos ou programas inovadores que combatam o racismo e impulsionem a equidade racial no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a atual proporcionalidade de servidores integrantes dos quadros do Tribunal de Justiça do Estado do Acre que se autodeclararam negros;

CONSIDERANDO, finalmente, o que consta do processo administrativo virtual n.º 0008933-89.2022.8.01.0000/2024, e o que decidiu o Plenário do Tribunal de Justiça nos autos SAJ 0101417-55.2024.8.01.0000 em sessão realizada nesta data,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Política de Equidade Racial no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre (PJAC).

Art. 2º Este Poder reafirma o compromisso contínuo, por meio da política ora instituída, de promover a equidade racial mediante ações voltadas a combater todas as formas de desigualdade e discriminação nas relações sociais e de trabalho, bem como promover a equidade racial no âmbito institucional, nas relações que envolvam magistradas(os), servidoras(es), estagiárias(os), colaboradoras(es) contratadas(os) por empresas que prestam serviço ao TJAC residentemente, advogadas(os) e jurisdicionadas(os).

Art. 3º Consideram-se, para os fins desta norma e de forma meramente exemplificativa, as definições de algumas expressões:

I - Equidade racial: tendo como principal referencial o Estatuto da Igualdade Racial, contempla a igualdade material, incluindo a reparação histórica à população negra por meio de ações afirmativas, igualdade de oportunidades, liberdade para professar as religiões de matriz africana, e o tratamento especial a populações quilombolas;

II - Letramento racial: conjunto de práticas de estudo e reeducação em uma perspectiva antirracista;

III - Racismo estrutural: forma sistemática de discriminação resultante em desvantagens a determinado grupo racial;

IV - Racismo institucional: desigualdade baseada em raça em instituições públicas e privadas;

V - Representatividade racial: ocupação de cargos decisórios, de comunicação e de poder por pessoas pretas e pardas;

VI - Interseccionalidade: inseparabilidade estrutural entre raça, gênero, classe, etnia, deficiência, sexualidade e outros marcadores sociais;

VII - Intersetorialidade: articulação entre diversos setores para consecução de uma finalidade comum, como o combate ao racismo institucional;

VIII - População negra: conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas.

Art. 4º São princípios da Política de Equidade Racial do Poder Judiciário Acreano, todos orientados pela premissa máxima da dignidade da pessoa humana e alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), constantes na Agenda 2030:

I - Igualdade e Não-Discriminação (ODS 10: Redução das Desigualdades);

Princípio: assegurar que todas as pessoas, independentemente de raça, etnia,

ou cor, tenham igualdade de oportunidades e tratamento justo.

Objetivo: eliminar discriminação e promover a inclusão social, econômica e política de todas as pessoas.

II - Educação e Capacitação (ODS 4: Educação de Qualidade);

Princípio: promover a educação e a formação contínua sobre diversidade, equidade e inclusão para todos os membros do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Objetivo: Garantir que todos tenham acesso a oportunidades educacionais e de desenvolvimento profissional igualitárias.

III - Representação e Diversificada (ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes);

Princípio: assegurar a representação equitativa de grupos raciais e étnicos minoritários em todas as posições e níveis do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Objetivo: promover a construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas.

IV - Participação Inclusiva (ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes);

Princípio: incentivar a participação ativa e significativa de todas as raças e etnias nos processos de tomada de decisão.

Objetivo: fortalecer a democracia e garantir que as vozes de todos os grupos sejam ouvidas e consideradas.

V - Acesso Igualitário à Justiça (ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes);

Princípio: garantir que todos os indivíduos tenham acesso igual e justo aos serviços judiciais e legais.

Objetivo: promover o estado de direito e assegurar que ninguém seja deixado para trás na busca por justiça.

VI - Valorização da Diversidade Cultural (ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis);

Princípio: respeitar e valorizar a diversidade cultural, promovendo um ambiente inclusivo e respeitoso.

Objetivo: promover a coesão social e o desenvolvimento sustentável das comunidades.

VII - Transparência e Prestação de Contas (ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes);

Princípio: manter transparência nas políticas e práticas de equidade racial, com mecanismos de prestação de contas claros.

Objetivo: assegurar a confiança pública nas instituições judiciais por meio de práticas transparentes e responsáveis.

VIII - Combate ao Racismo e Preconceito (ODS 5: Igualdade de Gênero);

Princípio: implementar políticas e ações eficazes para combater o racismo, preconceito e todas as formas de discriminação racial.

Objetivo: promover a igualdade de gênero e eliminar todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas, que enfrentam muitas vezes discriminação interseccional.

IX - Fortalecimento da Legislação e Políticas Públicas (ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes);

Princípio: apoiar e fortalecer a legislação e as políticas públicas que promovem a equidade racial e combatem a discriminação.

Objetivo: contribuir para a construção de instituições mais justas e inclusivas.

X - Engajamento Comunitário (ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Princípio: estabelecer parcerias com comunidades locais e organizações da sociedade civil para promover a equidade racial.

Objetivo: fortalecer a resiliência das comunidades e promover o desenvolvimento sustentável.

Art. 5º Fica instituída a Comissão Permanente de Equidade Racial do TJAC, inserida no âmbito da Presidência do Poder Judiciário Acreano, com as seguintes atribuições:

I - propor políticas que visem ao combate ao racismo institucional;

II - receber e analisar propostas de combate ao racismo estrutural;

III - sugerir critérios para provimento de cargos destinados a ampliar a participação de pretas(os) e pardas(os);

IV - criar um programa intersetorial de acompanhamento, capacitação e acolhimento de servidoras(es) negras(os);

V - emitir parecer nos casos de denúncias de discriminação racial;

VI - apoiar a realização de ações, eventos e projetos voltados para a equidade racial;

VII - subsidiar as áreas administrativas e judiciárias no encaminhamento de sugestões de políticas públicas judiciárias;

VIII - monitorar a implementação de ações que atendam a esta Política de Equidade Racial;

IX - acompanhar e fiscalizar ações e projetos relacionados a questões raciais;

X - assegurar a efetividade desta Política de Equidade Racial;

XI - revisar e propor atualizações para esta Política de Equidade Racial;

XII - dar publicidade e visibilidade às suas ações;

XIII - firmar parcerias com outras instituições públicas e privadas para promover ações de combate ao racismo;

XIV - atualizar-se em relação à evolução da política nacional e internacional de combate ao racismo.

Art. 6º A Comissão Permanente de Equidade Racial do TJAC será definida em portaria expedida pela Presidência do TJAC e deverá ser composta por magistradas(os) e servidoras(es) autodeclaradas(os) pretas(os) ou pardas(os), sendo:

I - 1 (um/uma) magistrado(a) indicada(o) pela Presidência, que será coordenador(a) da Comissão;

II - 1 (um/uma) servidor(a) indicado(a) pela Presidência do TJAC;

III - 1 (um/uma) servidor(a) indicado pelo Comitê da Diversidade;

IV - 1 (um/uma) magistrado(a) indicado pela Associação dos Magistrados do Acre - ASMAC;

V - 1 (um/uma) servidor(a) indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre – SINJUS-AC;

VI - 1 (um/uma) servidor(a) indicado pela Diretoria de Informação Institucional (DIINS).

§ 1º As(Os) magistradas(os) e servidoras(es) nomeadas(os) em portaria específica para compor a Comissão atuarão sem prejuízo de suas funções habituais.

§ 2º Para além da composição prevista no caput deste artigo, a Presidência poderá designar outros membros, caso necessário.

§ 3º As reuniões e ações da Comissão serão documentadas e, sempre que possível, disponibilizadas no portal eletrônico do PJAC.

Art. 7º A Comissão se reunirá, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, quando necessário.

Art. 8º A Comissão integrará o organograma da Presidência do TJAC.

Art. 9º As Comissões de Heteroidentificação, constituídas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, deverão observar os princípios e as diretrizes estabelecidos nesta Política.

Art. 10. É atribuição da Comissão de Heteroidentificação constituída avaliar a condição das candidatas e dos candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos), considerando os seguintes aspectos observáveis:

I - informação prestada no ato de inscrição quanto à condição de pessoa pertencente ao grupo racial negro, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

II - análise das características exclusivamente fenotípicas, ou seja, aferição que considera aspectos visíveis marcados por traços negroides, relativamente à cor da pele–preta ou parda, e aos aspectos físicos predominantes, como lábios, nariz e cabelos;

III - verificação se a pessoa atende aos critérios fenotípicos que o identifiquem como preta ou parda, confirmando, ou não, a autodeclaração prestada, podendo designar sessão para entrevista em dia e horário determinados, por meio de chamada de vídeo ou presencial.

Parágrafo único. As demais diretrizes relativas às Comissões de Heteroidentificação serão definidas em regulamento próprio, sempre que necessárias suas constituições.

Art. 11. São responsabilidades de todas(os) aquelas(es) que integram este PJAC:

I - conhecer e observar os termos desta Política de Equidade Racial;

II - efetivar as ações decorrentes desta Política de Equidade Racial;

III - propor alterações na Política de Equidade Racial que considerem importantes para sua aplicação e efetividade;

IV - propor ações, eventos e projetos em consonância com os objetivos desta Política de Equidade Racial;

V - cumprir e fazer cumprir as diretrizes desta Política de Equidade Racial.

Art. 12. São responsabilidades da Presidência do PJAC:

I - analisar e aprovar as revisões e atualizações propostas para esta Política de Equidade Racial;

II - primar pela participação de representantes autodeclaradas(os) pretas(os) ou pardas(os) nas comissões de concurso para provimento de cargos;

III - incluir nos editais dos concursos os seguintes temas:

a) raízes históricas do racismo no Brasil;

b) combate ao racismo na prestação jurisdicional;

c) letramento racial e branquitude.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-AC, 12 de agosto de 2024.

Desembargadora **Regina Longuini**
Presidente

Classe: Processo Administrativo n. 0101417-55.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Rio Branco
Órgão: Conselho da Justiça Estadual
Relatora: Desª. Regina Ferrari
Requerente: Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.
Assunto: Atos Administrativos

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSELHO DA JUSTIÇA ESTADUAL. PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELA EQUIDADE RACIAL. MINUTA DE RESOLUÇÃO PARA INSTITUIR A POLÍTICA DE EQUIDADE RACIAL NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE. PROPOSTA APROVADA.

1. A Constituição Federal de 1988 tem a igualdade como princípio e objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, fato que implica a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

2. Por meio do Termo de Adesão nº 02/2023, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre aderiu ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas variadas voltadas para a concretização da Equidade Racial no âmbito do Poder Judiciário.
3. A normatização interna constitui o último estágio para concretude do plano de ação desenvolvido, visando, entre outras coisas, instituir a Comissão Permanente de Equidade Racial do TJAC, porquanto o Judiciário, como um dos pilares do Estado, deve refletir a diversidade e a representatividade da sociedade.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Processo Administrativo n. 0101417-55.2024.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores do Conselho da Justiça Estadual do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, aprovar a proposta de resolução para instituir a Política de Equidade Racial no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, nos termos do voto da relatora e das mídias digitais gravadas.

Rio Branco/AC, 7 de agosto de 2024.

Desª. **Regina Ferrari**
Relatora

DECISÃO

Conforme consta da Certidão de Julgamento, a decisão foi a seguinte:

ACORDAM os Senhores Desembargadores do Conselho da Justiça Estadual do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, aprovar a proposta de resolução para instituir a Política de Equidade Racial no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, nos termos do voto da relatora e das mídias digitais gravadas.

Participaram do julgamento os Desembargadores **Regina Ferrari, Luís Camolez** e **Samoel Evangelista**.

RESOLUÇÃO Nº. 89, DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

Institui a Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre e dá outras providências.

O CONSELHO DA JUSTIÇA ESTADUAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14 da Lei Complementar Estadual n.º 221, de 30 de dezembro de 2010, com redação estabelecida pela Lei Complementar Estadual n.º 257, de 29 de janeiro de 2013, combinado com os artigos 27 e 56 da Lei Complementar Estadual n.º 258, de 29 de janeiro de 2013,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, que em seu art. 3º, inciso IV, estabelece a promoção do bem de todos/as sem qualquer tipo de discriminação, inclusive em razão do sexo, e no art. 5º, inciso I, garante a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ 255/2018, que estabelece a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, determinando que todos os ramos e unidades do Poder Judiciário adotem medidas para assegurar a igualdade de gênero;

CONSIDERANDO que o Brasil é signatário da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), ambas de status supralegal no ordenamento jurídico brasileiro;

CONSIDERANDO a necessidade de se promover a igualdade de gênero e incentivar a participação feminina nos cargos de chefia e assessoramento, em bancas de concurso e como expositoras em eventos institucionais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre; e

CONSIDERANDO os relatórios e encaminhamentos oriundos do Grupo Especial de Incentivo à Participação Institucional Feminina do Poder Judiciário do Estado do Acre, constituído nos termos da Portaria n.º 1397, de 5 de julho de 2021, com a atribuição de realizar estudos a fim de implementar a Resolução CNJ n.º 255/2018;

CONSIDERANDO a Agenda 2030, que estabelece metas e objetivos voltados para garantir a participação efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

CONSIDERANDO o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre, no Eixo Processo Interno, que incentiva e orienta a redefinir política de valorização profissional e de competência técnica, que inclui atenção às servidoras como rotinas de boas práticas;

CONSIDERANDO o deliberado pelo Conselho da Justiça Estadual no Processo Administrativo SAJ nº 0101455-67.2024.8.01.0000;

CONSIDERANDO, por fim, as informações contidas no Processo Administrativo SEI nº 0004460-65.2019.8.01.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário do Estado do Acre, visando promover a igualdade de

gênero e assegurar a participação efetiva de mulheres em todos os níveis e setores da instituição.

Art. 2º São diretrizes da Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina:

I - garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no ambiente institucional;

II - promover a participação de mulheres em cargos de chefia, assessoramento e Função de Confiança (FC);

III - garantir em bancas de concursos públicos e comissões de seleção a paridade de gênero;

IV - assegurar a participação de mulheres como expositoras em eventos institucionais e acadêmicos;

V - implementar programas de capacitação e desenvolvimento voltados para mulheres, visando à qualificação para o exercício de funções de liderança, nas áreas de Gestão, Governança e Tecnologia, dentre outras;

VI - criar mecanismos de monitoramento e avaliação contínua da política, visando à identificação de avanços e desafios na promoção da igualdade de gênero;

VII – promover a implantação da Resolução CNJ n.º 106 de 06 de abril de 2010 e suas alterações, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Art. 3º Fica instituída a Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina, composta por membros designados pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, para:

I - acompanhar e monitorar a implementação da Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina;

II - propor ações e medidas que visem ao cumprimento das diretrizes estabelecidas nesta Resolução;

III - elaborar relatórios periódicos sobre o progresso e os resultados alcançados;

IV - promover a articulação com outras instituições e órgãos públicos e privados para a efetivação das ações de incentivo à participação feminina.

Art. 4° A Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina deverá se reunir, no mínimo, trimestralmente, para avaliação das ações desenvolvidas e proposição de novas iniciativas.

Art. 5º Nos termos da Resolução n.º 540, de 18 de dezembro de 2023 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, os órgãos do Poder Judiciário Acreano devem observar a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres, em:

I – convocação e designação de juízes(as) para atividade jurisdicional ou para auxiliar na administração da justiça e convocação para auxílio ou substituição no Segundo Grau de Jurisdição;

II – designação de cargos de chefia e assessoramento, inclusive direções de foro quando de livre indicação;

III – composição de comissões, comitês, grupos de trabalho, ou outros coletivos de livre indicação;

IV – mesas de eventos institucionais;

V - contratação de estagiários(as), inclusive nos programas de residência jurídica e tecnológica, ressalvados os editais em andamento;

VI – contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, considerada cada função do contrato, ressalvados os editais em andamento.

§ 1º Para a composição equânime de que trata o caput, por mulher compreende-se mulher cisgênero, mulher transgênero e fluida.

§ 2° O preenchimento das vagas deverá respeitar, resguardada a medida do possível, a proporção respectiva de gênero, raça e etnia da população brasileira, por Estado da Federação, segundo o último Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de acordo com critérios estabelecidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, sem prejuízo de superação dessa proporção se houver possibilidade, no que se refere aos grupos minorizados.

§ 3º A proporcionalidade de gênero, raça e etnia de que trata o parágrafo segundo deverá ser divulgada nos portais dos tribunais, de forma acessível à consulta pública.

§ 4º Nas convocações de juízes(as) para atividade jurisdicional e para auxiliar na administração da justiça, bem como nas designações de servidores(as) para cargos de chefia e assessoramento da alta administração, a alternância poderá ser considerada garantia da paridade de gênero.

§ 5º A paridade na designação de servidores(as) e magistrados(as) para cargos de chefia e assessoramento respeitará as situações de equipes consolidadas, sem prejuízo de que seja considerada a paridade de gênero quando o(a) gestor(a) entender pela modificação em designações e composição.

§ 6º Comissões, comitês, conselhos, grupos de trabalho e outros colegiados de livre indicação, criados com objetivo de propor ações voltadas à paridade de gênero, raça e etnia no Poder Judiciário não se incluem no caput, admitindo-se sua formação majoritária ou exclusivamente por pessoas componentes dos grupos minorizados.

§ 7º A observância da paridade de gênero, por função, nos contratos de serviço terceirizado, não poderá causar a redução do percentual total de mulheres no contrato e admitirá flexibilização no que tange às funções insalubres e com jornada noturna.

§ 8º Em acréscimo à paridade de gênero e à perspectiva interseccional de raça e etnia, o tribunal, conselho ou seção judiciária observará a participação de pessoas que expressem a diversidade da sociedade nacional, atendendo marcadores sociais tais como origem, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero.

Art. 6º Compete à Diretoria de Gestão de Pessoas (DIPES) exarar certidão de conformidade quanto ao percentual de paridade de gênero, antecedendo o ato de provimento de cargo em comissão ou função de confiança, com encaminhamento à Presidência.

Parágrafo único. A conformidade descrita no caput será apurada por setor administrativo e/ou unidade judiciária.

Art. 7° O Poder Judiciário do Estado do Acre promoverá mecanismos de substituição da força de trabalho feminina quando do afastamento de Cargo em Comissão e Função de Confiança (FC) para exercício de Licença Maternidade.

Art. 8º O Poder Judiciário Acreano manterá atualizado o Repositório de Mulheres Juristas Acreanas, banco de dados on-line, de inscrição voluntária e publicado no Portal da ESJUD, objetivando a divulgação de dados públicos, ou autorizados, de mulheres que atuam no sistema de justiça ou na atividade acadêmica, com expertise em determinada área do Direito.

Art. 9 º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio Branco-AC, 12 de agosto de 2024.

Desembargadora **Regina Ferrari**
Presidente

PRESIDÊNCIA

Ata de Audiência de Distribuição Ordinária realizada de acordo com os artigos 32, e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Justiça – TJAC. Vice-Presidente: Desembargador Luís Camolez. Diretora Judiciária: Belª Denizi Reges Gorzoni. Ato Ordinatório: Consoante disposto no Artigo 93, incisos I e II e § 1º, incisos I e II, do RITJAC, ficam as partes e advogados intimados a, no prazo de 02 (dois) ou 03 (três) dias, e sob pena de preclusão, manifestar oposição à realização de julgamento virtual, independentemente de motivação declarada, ficando cientes de que, uma vez em ambiente de julgamento virtual, não haverá oportunidade para sustentação oral.
2 - OBSERVAÇÕES:
a) este ato ordinatório somente se aplica a processos com julgamento nos órgãos colegiados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre;
b) este ato ordinatório não se aplica aos casos de redistribuição / alteração de relatoria;
c) nos casos em que houver a necessidade de apreciação de medida liminar, o prazo de manifestação previsto no art. 93, § 1º, I, será contado a partir da intimação da decisão que apreciar tutela, não sendo aplicável este ato ordinatório;
d) a intimação supramencionada não se aplica aos sujeitos processuais que gozam da prerrogativa de intimação pessoal, na forma das legislações vigentes;
e) esta ata de distribuição serve como Certidão para os fins previstos na letra "a", do §1º do art. 93, do RITJAC". Foram distribuídos os seguintes feitos, em 12 de agosto de 2024, pelo sistema de processamento de dados.

Câmara Criminal

0101775-20.2024.8.01.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Valcemir de Araújo Cunha. Advogado: Valcemir de Araújo Cunha (OAB: 4926/AC). Paciente: Erisvaldo Torquato do Nascimento. Imps: Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca Tarauacá. Relator(a): Elcio Mendes. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

1001690-09.2024.8.01.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: M. P. P. G.. Advogado: Marcos Paulo Pereira Gomes (OAB: 4566/AC). Impetrante: C. M. de F.. Advogado: Cleiber Mendes de Freitas (OAB: 5905/AC). Impetrante: A. da S. O.. Advogado: Alex da Silva Oliveira (OAB: 5985/AC). Paciente: C. P. da S.. Imps: J. de D. da 2 V. C. da C. de C. do S.. Relator(a): Elcio Mendes. Tipo de distribuição: Sorteio.

1001691-91.2024.8.01.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: F. P. da P.. Advogada: F. P. da P. (OAB: 2460/AC). Paciente: W. da C. C.. Imps: J. de D. da V. de D. de O. C. da C. de R. B.. Relator(a): Denise Bonfim. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

1001693-61.2024.8.01.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: F. P. da P.. Advogada: F. P. da P. (OAB: 2460/AC). Paciente: P. N. N.. Imps: J. de D. da V. de D. de O. C. da C. de R. B.. Relator(a): Denise Bonfim. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

1001694-46.2024.8.01.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: M. M. P.. D. Público: Michael Marinho Pereira (OAB: 3017/AC). Paciente: K. D. A. N.. Imps: J. de D. da V. C. da C. de M. L.. Relator(a): Elcio Mendes. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

1001696-16.2024.8.01.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Michael Marinho Pereira. D. Público: Michael Marinho Pereira (OAB: 3017/AC). Paciente: Marcos Venicius Lima Gonçalves. Imps: Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Mâncio Lima. Relator(a): Elcio Mendes. Tipo de distribuição: Sorteio.

Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno

0101774-35.2024.8.01.0000 - Processo Administrativo. Requerente: Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Relator(a): Laudivon Nogueira. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

Conselho da Justiça Estadual

0101257-30.2024.8.01.0000 - Processo Administrativo. Requerente: Alfredo Lima Dene. Requerido: Cleber Correa. Interessado: Corregedoria Geral da Justiça. Relator(a): Luís Camolez. Tipo de distribuição: Sorteio.

Presidência - Precatórios

0101752-74.2024.8.01.0000 - Precatório. Requerente: Makintec Industria e Comercio de Maquinas - Eireli - Epp. Advogado: Dorival Conduta Júnior (OAB: 4832/AC). Requerido: Estado do Acre. Proc. Estado: Tito Costa de Oliveira (OAB: 595/AC). Relator(a): Regina Ferrari. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101753-59.2024.8.01.0000 - Precatório. Requerente: Paulo Weiss de Carvalho. Advogado: Augusto Cesar Macedo Marques (OAB: 3733/AC). Requerido: Município de Rio Branco. Procurador: Joseney Cordeiro da Costa (OAB: 2180/AC). Relator(a): Regina Ferrari. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101761-36.2024.8.01.0000 - Precatório. Requerente: Everilda Berzoini Weiss de Carvalho. Advogado: Augusto Cesar Macedo Marques (OAB: 3733/AC). Requerente: Neli Rodrigues de Lima e outro. Advogado: Alan dos Santos Barbosa (OAB: 4373/AC). Requerido: Município de Rio Branco. Procurador: Joseney Cordeiro da Costa (OAB: 2180/AC). Relator(a): Regina Ferrari. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101772-65.2024.8.01.0000 - Precatório. Requerente: Moisés Martins Moreira. Advogado: Valdimar Cordeiro de Vasconcelos (OAB: 4526/AC). Requerido: Estado do Acre. Proc. Estado: Tito Costa de Oliveira (OAB: 595/AC). Relator(a): Regina Ferrari. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

Primeira Câmara Cível

0001695-45.2024.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: Banco do Brasil S/A.. Advogado: Marcelo Neumann (OAB: 110501/RJ). Apelado: Antonio Ferreira Dourado. Advogada: KAMYLA FARIAS DE MORAES (OAB: 3926/AC). Advogada: Lorena Soares de Lima (OAB: 5432/AC). Relator(a): Roberto Barros. Tipo de distribuição: Sorteio.

0101189-80.2024.8.01.0000 - Agravo Interno Cível. Agravante: UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. Advogada: Josiane do Couto Spada (OAB: 3805/AC). Agravada: JANAGUASSU DIACUI PINHEIRO DE OLIVEIRA. Relator(a): Roberto Barros. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101396-79.2024.8.01.0000 - Agravo Interno Cível. Agravante: GILDEMAR BONFIM DA COSTA e outros. Advogada: Ana Caroliny Silva Afonso Cabral (OAB: 2613/AC). Agravada: Maria Helda Cavalcante da Silva Costa e outro. Advogado: Geraldo Neves Zanotti (OAB: 2252/AC). Relator(a): Laudivon Nogueira. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101406-26.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Mario Marques Neto. Advogado: Genesis Batista de Figueiredo (OAB: 5490/AC). Embargado: BV GARANTIA S.A.. Advogado: Ricardo Gonçalves do Amaral (OAB: 50175/PR). Relator(a): Roberto Barros. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101422-77.2024.8.01.0000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Gislaine Maria da Rocha Oliveira Fontenele. Advogado: CARLOS BENJAMIM CORDEIRO MORAIS JUNIOR (OAB: 69145/BA). Agravado: Banco Santander SA. Agravado: Banco Daycoval. Advogado: Carlos Augusto Tortoro Junior (OAB: 247319/SP). Agravado: Banco do Brasil S/A.. Advogado: Marcos Délli Ribeiro Rodrigues (OAB: 5553/RN). Relator(a): Roberto Barros. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101423-62.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Marcus Euler C. de Freitas (MF Engenharia). Advogada: DANIELY MOREIRA PIMENTEL (OAB: 18764/PA). Advogado: Claudio Bruno Chagas de Almeida (OAB: 23949/PA). Advogado: Emerson Silva Costa (OAB: 4313/AC). Embargado: J. Freitas da Costa (Prisma Comércio e Serviços). Advogado: Paulo Gernandes Coelho Moura (OAB: 4359/AC). Soc. Advogados: Gernandes Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 201/AC). Relator(a): Laudivon Nogueira. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101428-84.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Izaias de Souza. Advogada: Lauane Melo da Costa (OAB: 5384/AC). Advogado: Hilário de Castro Melo Júnior (OAB: 2446/AC). Advogado: Arquilau de Castro Melo (OAB: 331/AC). Embargado: Armelino Campanharo. Advogado: Emerson Silva Costa (OAB: 4313/AC). Relator(a): Roberto Barros. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101434-91.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Adauto Gonçalves da Silva. Advogado: Paulo Henrique Mazzali (OAB: 3895/AC). Advogada: Giseli Andréia Gomes Lavadenz (OAB: 4297/AC). Embargada: Maria Nilce da Costa Dantas. Embargado: Cidiney Claros de Castro. Advogado: Lauro Borges de Lima Neto (OAB: 1514/AC). Embargada: Caroline Dantas Pereira. Embargada: Fabricia Evelim Dantas Pereira. Embargada: Kailany Dantas Pereira. Relator(a): Roberto Barros. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101436-61.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Maria Heliania de Moura. Advogado: Emerson Silva Costa (OAB: 4313/AC). Embargado: Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A. Advogado: Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB: 98628/SP). Relator(a): Roberto Barros. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101437-46.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Francisco Ferreira de Lima. Advogado: Thiago Amadeu Nunes de Jesus (OAB: 6119/AC). Embargado: Telefônica Brasil S/A. Advogado: Pollyanna Veras de Souza (OAB: 4653/AC). Advogada: Andressa Melo Siqueira (OAB: 3323/AC). Advogado: Eduardo José Parillha Panont (OAB: 4205/AC). Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO). Relator(a): Eva Evangelista. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101448-75.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Helane Christina da Rocha Silva. Advogada: Helane Christina da Rocha Silva (OAB: 4014/AC). Embargado: Raimundo Lima de Souza. Advogado: Thais Frari Viana (OAB: 6290/AC). Relator(a): Eva Evangelista. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101449-60.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Edinelio Rodrigues da Silva. Advogado: Luiz Carlos Alves Bezerra (OAB: 3249/AC). Embargado: Banco da Amazônia S/A. Advogada: Adriana Silva Rabelo (OAB: 2609/AC). Advogado: Northon Sergio Lacerda Silva (OAB: 2708/AC). Advogada: Giza Helena Coelho (OAB: 166349/SP). Relator(a): Laudivon Nogueira. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101450-45.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Maria José Vieira da Silva. Advogado: Lucas de Olveira Castro (OAB: 4271/AC). Advogado: Keldheky Maia da Silva (OAB: 4352/AC). Advogado: Arthur Mesquita Cordeiro (OAB: 4768/AC). Advogado: Rodrigo Aiache Cordeiro (OAB: 2780/AC). Advogada: Raessa Karen Rodrigues de Oliveira (OAB: 5228/AC). Embargada: Damares Moreira Farah. Embargada: Geovana Nepomuce-

no de Oliveira. Embargado: Vilson Ribeiro da Silva. Embargado: Estado do Acre. Procª. Estado: Raquel de Melo Freire Gouveia (OAB: 6153/AC). Embargada: Cléia Araujo da Silva. Embargada: Mayanne Rodrigues Alves. Advogado: Felipe Dourado de Almeida (OAB: 6376/AC). Embargado: Aracelly Andreatto de Rezende. Embargado: João Kelvin da Silva Mendonça. Relator(a): Roberto Barros. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101451-30.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Município de Rio Branco. Proc. Município: Kelmy de Araújo Lima (OAB: 2448/AC). Embargado: Ministério Público do Estado do Acre. Promotor: Walter Teixeira Silva. Relator(a): Laudivon Nogueira. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101452-15.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Pan Seguros S.a. Advogado: Antonio Augusto de Carvalho e Silva (OAB: 25639/SP). Embargado: Banco Pan S.A. Advogado: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 23255/PE). Embargado: Márcio Cesário da Silva e outros. Advogada: Anna Kássia de Araújo Martins. Advogado: Antonio Sérgio Blasquez de Sá Pereira (OAB: 4593/AC). Advogado: Claudemir da Silva (OAB: 4641/AC). Embargado: Mizael Cesário da Silva. Relator(a): Eva Evangelista. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101475-58.2024.8.01.0000 - Agravo Interno Cível. Agravante: Soraia Maria Brito Maia e outro. Advogado: Emerson Silva Costa (OAB: 4313/AC). Agravado: AMARILDO SOUZA VALE. Relator(a): Laudivon Nogueira. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101493-79.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Fidc Multisegmentos Npl Ipanema Vi Não Padronizado. Advogada: Giza Helena Coelho (OAB: 166349/SP). Embargado: Amadeu Júnior Câmara de Lima. Relator(a): Eva Evangelista. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101494-64.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Manoel Ferreira de Barros. Advogada: Natalia Olegario Leite (OAB: 422372/SP). Embargado: Fundo de Inv. em Direitos Creditórios Não Padronizados II. Advogada: Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 4788/AC). Relator(a): Eva Evangelista. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101520-62.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Ipê Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: LUCIANO OLIVEIRA DE MELO (OAB: 3901/AC). Advogada: Luana Shely Nascimento de Souza (OAB: 3547/AC). Embargado: Carlos Oliveira da Silva. D. Pública: Celia da Cruz Barros Cabral Ferreira (OAB: 2466/AC). Relator(a): Laudivon Nogueira. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0700096-53.2022.8.01.0016 - Apelação Cível. Apelante: Darci Carlota da Silva. Advogado: Teofilo Adolfo de Souza Barbosa Leite (OAB: 2182/AC). Advogada: Ana Carolina Paiva de Brito (OAB: 2868/AC). Apelado: Espólio de Serapião Eloi Alves. Advogada: Terezinha Damasceno Taumaturgo (OAB: 4675/AC). Relator(a): Eva Evangelista. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0700263-13.2021.8.01.0014 - Apelação Cível. Apelante: Elivan Dias da Costa. Advogado: Wagner Alvares de Souza (OAB: 3930/AC). Advogado: Ana Cristina Carvalho Graebner (OAB: 4348/AC). Advogado: Elcias Cunha de Albuquerque Neto (OAB: 4891/AC). Apelado: Município de Tarauacá. Procª Jurídico: Melissa Nogueira Lima da Cruz (OAB: 6487/AC). Relator(a): Roberto Barros. Tipo de distribuição: Sorteio.

0700568-31.2024.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: José Ribeiro Leite. Advogada: Joanna Carolina Almeida de Souza Vasconcelos (OAB: 52187/PE). Advogado: Francisco Augusto Melo de Freitas (OAB: 5957/AC). Advogado: Youshiro Yokota Neto (OAB: 29667/PE). Advogado: José Ulisses de Lima Júnior (OAB: 37086/CE). Advogado: Lucas Odilon Farias Melo (OAB: 31778/PE). Advogado: Francisco Estevão Almeida Cavalcanti de Souza (OAB: 28078/PE). Apelado: Banco do Brasil S/A.. Advogado: MARCELO NEUMANN (OAB: 110501/RJ). Advogado: Patricia Shima (OAB: 125212/RJ). Advogada: Catarina Oliveira de Araújo Costa (OAB: 109085/RJ). Advogado: Luiz Henrique Oliveira do Amaral (OAB: 52759/RJ). Relator(a): Eva Evangelista. Tipo de distribuição: Sorteio.

0701375-66.2015.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: José Ribamar Costa. Advogada: Fernanda da Cunha Piazza da Silva (OAB: 26881/SC). Apelado: Instituto de Previdência do Estado do Acre (acreprevidência). Proc. Jurídico: Priscila Cunha Rocha Lopes (OAB: 2928/AC). Relator(a): Laudivon Nogueira. Tipo de distribuição: Sorteio.

0701513-18.2024.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: Idalece Araújo Ferreira. Advogada: Lorena Soares de Lima (OAB: 5432/AC). Advogada: KAMYLA FARIAS DE MORAES (OAB: 3926/AC). Apelado: Banco do Brasil S/A.. Advogado: Marcelo Neumann (OAB: 110501/RJ). Advogado: Patricia Shima (OAB: 125212/RJ). Advogado: Evandro Lúcio Pereira de Souza (OAB: 133091/SP). Advogada: Catarina Oliveira de Araújo Costa (OAB: 109085/RJ). Advogado: Luiz Henrique Oliveira do Amaral (OAB: 52759/RJ). Relator(a): Laudivon Nogueira. Tipo de distribuição: Sorteio.

0701765-89.2022.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: Maria Amelia Mustafa de Andrade. Advogada: Eliana Coutinho Lima (OAB: 5113/AC). Apelante: Banco Safra S/A. Advogada: Luciana Martins de Amorim Amaral (OAB: 26571/PE). Apelado: Banco Safra S/A. Advogada: Luciana Martins de Amorim Amaral (OAB: 26571/PE). Apelada: Maria Amelia Mustafa de Andrade. Advogada: Eliana Coutinho Lima (OAB: 5113/AC). Relator(a): Eva Evangelista. Tipo de distribuição: Sorteio.

0709381-81.2023.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: Maria de Fatima dos Santos Souza. Advogado: GIOVANNA BARROSO MARTINS (OAB: 478272/SP). Apelado: BANCO RCI BRASIL S.A.. Advogado: Albadilo Silva Carvalho (OAB: 6567/AC). Relator(a): Laudivon Nogueira. Tipo de distribuição: Sorteio.

0712791-84.2022.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: J. M. N.. Advogado: BRUNO GUIMARÃES DA SILVA (OAB: 62190/SC). Apelado: A. C., F. e I. LTDA.. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 3600/AC). Advogada: Marianne Souza Ricarte Granja (OAB: 23650/MS). Advogada: Gislaine de Oliveira Gomes (OAB: 27595/MS). Advogado: Jhonatan Marques de Souza (OAB: 24544/MS). Relator(a): Roberto Barros. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0800072-14.2023.8.01.0011 - Apelação Cível. Apelante: J. L. V.. D. Público: Augusto César dos Santos Freitas (OAB: 11207/AL). Apelado: M. P. do E. do A.. Promotor: Wendelson Mendonça da Cunha. Relator(a): Eva Evangelista. Tipo de distribuição: Sorteio.

Segunda Câmara Cível

0001869-54.2024.8.01.0001 - Apelação / Remessa Necessária. Apelante: Estado do Acre e outro. Procª. Estado: Raquel de Melo Freire Gouveia (OAB: 6153/AC). Apelado: Ronney da Silva Fecury. Advogado: Antonio Olimpio de Melo Sobrinho (OAB: 3354/AC). Advogada: Paula Aloana Brauna Araújo (OAB: 5260/AC). Relator(a): Nonato Maia. Tipo de distribuição: Sorteio.

0101095-35.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Ltda.. Advogado: Flávio Neves Costa (OAB: 153447/SP). Embargada: Andressa Maciel da Silva. Relator(a): Júnior Alberto. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101419-25.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Lojas Renner S/A. Advogado: Danilo Andrade Maia (OAB: 4434/AC). Embargado: Estado do Acre e outro. Proc. Estado: Luís Rafael Marques de Lima (OAB: 2813/AC). Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101447-90.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: M D Moveis Ltda. Advogado: José Vicente Pasquali de Moraes (OAB: 65670/RS). Advogado: Andry Jordana Lima Macarthy (OAB: 124377/RS). Embargado: Estado do Acre. Proc. Estado: Leandro Rodrigues Postigo Maia (OAB: 2808/AC). Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101460-89.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: 2R Treinamento Funcional. Advogado: Luiz Henrique Coelho Rocha (OAB: 3637/AC). Embargado: Amex Francisco Mouzinho Ribeiro e outro. D. Pública: Celia da Cruz Barros Cabral Ferreira (OAB: 2466/AC). Relator(a): Nonato Maia. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101474-73.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Banco Itaú Consignado S/A. Advogada: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 5339/AC). Embargado: Romildo Alves de Souza. Advogado: BRUNO ARAÚJO CAVALCANTE (OAB: 4152/AC). Relator(a): Nonato Maia. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101484-20.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Airton Saraiva de Araujo. Advogada: Geane Portela E Silva (OAB: 3632/AC). Embargado: Estado do Acre. Proc. Estado: Pedro Augusto França de Macedo (OAB: 4422/AC). Relator(a): Júnior Alberto. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101486-87.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Marcelo Neumann (OAB: 110501/RJ). Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 3600/AC). Embargada: Francisca Oliveira da Silva. Advogado: Renato Lopes Cezar da Cruz (OAB: 2963/AC). Advogado: Mayson Costa Morais (OAB: 4681/AC). Advogado: Airton Carlos Sampaio da Silva (OAB: 4543/AC). Advogado: Roberto Barreto de Almeida (OAB: 3344/AC). Advogado: Andrea Santos Pelatti (OAB: 3450/AC). Relator(a): Nonato Maia. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101756-14.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: GOL LINHAS AÉREAS S.A. Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 5319A/AC). Embargada: Vanessa Lima Correia e outro. Advogada: ANA LIDIA DA SILVA (OAB: 4153/RO). Relator(a): Nonato Maia. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101762-21.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Estado do Acre. Embargado: André Luis Tavares da Cruz Maia. Advogado: Raimundo Dias Paes (OAB: 3922/AC). Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101763-06.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Estado do Acre. Proc. Estado: Tito Costa de Oliveira (OAB: 595/AC). Embargado: Vagner José Sales. Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101764-88.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Estado do Acre. Embargado: André Luis Tavares da Cruz Maia. Advogado: Raimundo Dias Paes (OAB: 3922/AC). Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101765-73.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Estado do Acre. Embargado: André Luis Tavares da Cruz Maia. Advogado: Raimundo Dias Paes (OAB: 3922/AC). Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101766-58.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Jairo Cassiano Barbosa. Advogado: Hairon Sávio Guimarães de Almeida (OAB: 6149/AC). Advogado: Pascal Abou Khalil (OAB: 1696/AC). Advogado: Adair Jose Longuini (OAB: 436/AC). Advogado: Edson Rigaud Viana Neto (OAB: 3597/AC). Embargado: Espólio de Sildo Barbosa Gomes de Freitas, por seu inventariante Francisco Afonso Gonçalves de Freitas. Advogado: Marcos Rangel da Silva (OAB: 2001/AC). Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0101771-80.2024.8.01.0000 - Embargos de Declaração Cível. Embargante: Energisa Acre - Distribuidora de Energia. Advogado: Renato Chagas Corrêa da Silva (OAB: 5695/AC). Embargado: Cleide Gomes Machado. D. Pública: Bruna Karollyne Jácome Arruda Soares (OAB: 3246/AC). Relator(a): Nonato Maia. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0700239-14.2023.8.01.0014 - Apelação Cível. Apelante: Talisson Antonio Domingo Vasconcelos. Advogada: Marykeller de Mello (OAB: 336677/SP). Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S.a.. Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 5546/RO). Relator(a): Nonato Maia. Tipo de distribuição: Sorteio.

0700579-26.2021.8.01.0014 - Apelação Cível. Apelante: Jaqueline de Lima Silva. Advogado: Wagner Alvares de Souza (OAB: 3930/AC). Advogado: Ana Cristina Carvalho Graebner (OAB: 4348/AC). Advogado: Elcias Cunha de Albuquerque Neto (OAB: 4891/AC). Apelado: Município de Tarauacá. Procª Jurídico: Melissa Nogueira Lima da Cruz (OAB: 6487/AC). Relator(a): Júnior Alberto. Tipo de distribuição: Sorteio.

0703017-93.2023.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: Rafael da Silva Alves. Advogado: Cleyton Baeve de Souza (OAB: 18909/MS). Advogada: Gabriela Mangini Stang (OAB: 26619/MS). Advogada: Yohanna Lima de Alencar (OAB: 5790/AC). Advogado: Alysson Bruno Soares (OAB: 16080/MS). Advogada: Jeniffer Rafaella Pontes Rodrigues (OAB: 27292B/MS). Advogada: Mélany Paiva de Freitas (OAB: 27255/MS). Advogada: Ana Caroline Lima Monteiro (OAB: 25479/MS). Advogada: Kemilly Gabriela Oliveira (OAB: 16832/MS). Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Procuradora: Caroline Almeida França (OAB: 21662/CE). Relator(a): Nonato Maia. Tipo de distribuição: Sorteio.

0704755-82.2024.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: Banco Santander SA. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apelado: M. F. D. B.. Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Sorteio.

0708073-78.2021.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: F. C. de A. e outro. Advogado: LAZARO ANTONIO SILVA DE SOUZA (OAB: 3874/AC). Advogado: Erasmo da Silva Costa (OAB: 3940/AC). Advogado: Jorge Ney Fernandes (OAB: 2391/AC). Apelado: E. S. dos S.. Advogada: Josiane Martins Cavalcante (OAB: 5802/AC). Relator(a): Nonato Maia. Tipo de distribuição: Sorteio.

0713941-66.2023.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: M. P. de S.. Advogada: Giovanna Barroso Martins da Silva (OAB: 6571/AC). Apelante: B. J. S. S/A. Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 3400/AC). Apelado: B. J. S. S/A. Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 3400/AC). Apelada: M. P. de S.. Advogada: Giovanna Barroso Martins da Silva (OAB: 6571/AC). Relator(a): Júnior Alberto. Tipo de distribuição: Sorteio.

0714659-05.2019.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: M. E. P. de S. L.. Advogado: Bruno Dgiorgio Silva (OAB: 421800/SP). Advogado: Urumi Rondon-Carneiro Santiago (OAB: 119143/MG). Apelado: M. J. L.. Advogado: Rodrigo Machado Pereira (OAB: 3798/AC). Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Sorteio.

0717776-62.2023.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: Misnayra dos Santos Feitosa Davila. Advogado: Leonardo Santos de Matos (OAB: 5261/AC). Advogada: LARISSA SANTOS DE MATOS GOLOMBIESKI (OAB: 6259/AC). Apelado: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.. Advogada: Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB: 5145/AC). Relator(a): Júnior Alberto. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

0718314-43.2023.8.01.0001 - Apelação Cível. Apelante: Valdir Braga Penha. Advogado: Gisele Vargas Marques Costa (OAB: 3897/AC). Advogado: Claudia Maria de Souza Pinto Albano (OAB: 2903/AC). Apelado: Banco Daycoval S. A.. Advogada: Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 4788/AC). Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Sorteio.

1001669-33.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Estado do Acre. Proc. Estado: Paulo Cesar Barreto Pereira (OAB: 2463/AC). Agravado: INDUSCON LTDA. Advogado: João Rodholfo Wertz dos Santos (OAB: 3066A/AC). Advogado: Stéphane Quintiliano de Souza Angelim (OAB: 3611/AC). Relator(a): Nonato Maia. Tipo de distribuição: Sorteio.

1001670-18.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Liberty Seguros S/A. Advogado: Marcos de Rezende Andrade Júnior (OAB: 188846/SP). Advogado: Paulo Henrique Bispo da Gama (OAB: 464686/SP). Advogada: Verônica Majarão Jançanti (OAB: 295759/SP). Advogada: Mylenna da Silva Nogueira (OAB: 494992/SP). Agravado: MF DISTRIBUIDORA LTDA.. Advogado: Arthur Mesquita Cordeiro (OAB: 4768/AC). Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Sorteio.

1001672-85.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Alcirene Bandeira da Rocha Messias. Advogado: Jose Henrique Alexandre de Oliveira (OAB: 1940/AC). Advogado: Marco Antônio Palácio Dantas (OAB: 821/AC). Agravado: Ipê Loteamento Ltda. Advogado: Marcelo Feitosa Zamora (OAB: 4711/AC). Advogado: Thales Rocha Bordignon (OAB: 2160/AC). Relator(a): Júnior Alberto. Tipo de distribuição: Sorteio.

1001675-40.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Banco do Brasil S/A.. Advogado: Marcelo Neumann (OAB: 110501/RJ). Agravado: Letícia Mendes Siqueira. Advogado: Dárcio Vidal Campos (OAB: 3523/AC). Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Sorteio.

1001683-17.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Banco do Brasil S/A.. Advogada: Herlane Moreira de Oliveira Abade (OAB: 4229/RO). Agravado: Diego Ferreira Mendes. Advogada: Vanessa Oliveira Neri da Silva (OAB: 5655/AC). Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Sorteio.

1001684-02.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE. Advogado: Daniel Barbosa Santos (OAB: 13147/DF). Agravada: Fabiana Santos de Souza. Advogada: Júlia de Brito Lopes (OAB: 217688/RJ). Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Sorteio.

1001685-84.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: José Júlio César do Nascimento Araújo. Advogada: Rita de Cássia Rocha de Oliveira (OAB: 6242/AC). Advogado: Paulo Victor da Silva Marinho (OAB: 6170/AC). Agravado: Banco Bmg S. A. Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Sorteio.

1001686-69.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Antonio Artheson Silva da Cruz. Advogada: Melissa Nogueira Lima da Cruz (OAB: 6487/AC). Agravado: Santiago e Lima Serviços e Comércio LTDA. Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Sorteio.

1001689-24.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Estado do Acre. Procª. Estado: Maria Jose Maia Nascimento (OAB: 2809/AC). Agravado: Ministério Público do Estado do Acre. Promotor: Leonardo Honorato Santos. Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Sorteio.

1001695-31.2024.8.01.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: L. de P. D. L.. Advogado: Isaias Muniz de Oliveira (OAB: 4919/AC). Agravado: M. R. F. L.. Advogado: Fernando Dalmolin Ferraz (OAB: 53704/RS). Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Sorteio.

Tribunal Pleno Administrativo

0100921-26.2024.8.01.0000 - Processo Administrativo. Requerente: Corregedoria Geral da Justiça. Relator(a): Samoel Evangelista. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

Tribunal Pleno Jurisdicional

1001681-47.2024.8.01.0000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Fábio Oliveira Barros. D. Pública: Juliana Marques Cordeiro (OAB: 238475/SP).

Impetrado: Secretário Estadual de Saúde do Estado do Acre. Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Sorteio.

1001682-32.2024.8.01.0000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Alan de Lucena Dantas Filho (Representado por seu Pai) Alan de Lucena Dantas. D. Pública: Juliana Marques Cordeiro (OAB: 238475/SP). Impetrado: Secretário Estadual de Saúde do Estado do Acre. Relator(a): Waldirene Cordeiro. Tipo de distribuição: Sorteio.

1001692-76.2024.8.01.0000 - Petição Cível. Requerente: Estado do Acre. Proc. Estado: Alan de Oliveira Dantas Cruz (OAB: 3781/AC). Requerido: Sindicato dos Trabalhadores Em Educação do Estado do Acre - Sinteac. Relator(a): Samoel Evangelista. Tipo de distribuição: Sorteio.

PORTARIA Nº 3253 / 2024

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargadora Regina Ferrari, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos do art. 2º, caput, inciso V, da Resolução do Tribunal Pleno Administrativo nº 161, de 9 de novembro de 2011;

Considerando a impossibilidade do Desembargador Francisco Djalma atuar no plantão Judiciário no período de 31.07 a 04.08.2024 (id 1829026),

Considerando, ainda, a ordem de antiguidade, eventuais afastamentos e a compensação entre os Magistrados,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a PORTARIA Nº 2711 / 2024, que dispõe sobre o Plantão dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, conforme a tabela abaixo:

ItemPERÍODODESEMBARGADOR(A)
101.07 a 07.07.2024 (7 dias)(...)
208.07 a 14.07.2024 (7 dias)(...)
315.07 a 21.07.2024 (7 dias)(...)
422.07 a 28.07.2024 (7 dias)(...)
529.07 a 30.07.2024 (2 dias)Desembargador Francisco Djalma
631.07 à 04.08.2024 (5 dias)Desembargadora Waldirene Cordeiro

(NR)
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 1º de agosto de 2024.

Desembargadora **Regina Ferrari**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre

_____

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora REGINA Célia FERRARI Longuini, Presidente do Tribunal, em 02/08/2024, às 08:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0000276-90.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3288 / 2024

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargadora Regina Ferrari, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos do art. 2º, caput, inciso V, da Resolução do Tribunal Pleno Administrativo nº 161, de 9 de novembro de 2011;

Considerando, ainda, a ordem de antiguidade, afastamentos/ausências justificadas e a compensação entre os Magistrados,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Desembargadores a seguir nominados para atuarem no Plantão Judiciário de Segundo Grau, no período descrito abaixo:

ItemPERÍODODESEMBARGADOR(A)
105.08 a 11.08.2024 (7 dias)Desembargador Nonato Maia
212.08 a 18.08.2024 (7 dias)Desembargador Júnior Alberto
319.08 a 25.08.2024 (7 dias) Desembargador Laudivon Nogueira
426.08 a 01.09.2024 (7 dias)Desembargador Elcio Mendes
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 1º de agosto de 2024.

Desembargadora **Regina Ferrari**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **REGINA Célia FERRARI Longuin**i, Presidente do Tribunal, em 02/08/2024, às 08:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0000276-90.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3289 / 2024

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargadora **Regina Ferrari**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos do art. 2º, caput, inciso V, da Resolução do Tribunal Pleno Administrativo nº 161, de 9 de novembro de 2011;

Considerando a instituição do Serviço de Atendimento e Suporte ao Peticionamento Eletrônico, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores da Diretoria Judiciária, a seguir nominados, para atuarem no Plantão Judiciário de Segundo Grau, no período descrito abaixo:

ItemPERÍODOSERVIDORES CONVOCADOS
205.08 a 08.08.2024 (4 dias)Denizi R. Gorzoni (Diretora Judiciária)
309.08 a 11.08.2024 (3 dias)Arianne da Silva Moncada e Silva (Gerente de Distribuição)
412.08 a 01.09.2024 (21 dias)Denizi R. Gorzoni (Diretora Judiciária)

Art. 2º Os servidores permanecerão em regime de sobreaviso, na forma do Art. 1º, § 2º, II, e Art. 2º, § 4º, ambos da Resolução do Tribunal Pleno Administrativo nº 161, de 9 de novembro de 2011, c/c o Art. 2º, caput, da Instrução Normativa nº 04, de 13 de agosto de 2015.

Parágrafo único. Far-se-á o atendimento do Plantão Judiciário somente por chamada de voz para o telefone institucional (68) 99220-1026.

Art. 3º Convocar os servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC para atuação no atendimento ao peticionamento eletrônico durante o Plantão Judiciário. O atendimento será mediante chamada de voz, chamadas e mensagens via WhatsApp para o telefone institucional (68) 99989-1661.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 1º de agosto de 2024.

Desembargadora **Regina Ferrari**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre

_____

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora REGINA Célia FERRARI Longuini, Presidente do Tribunal, em 02/08/2024, às 08:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0000276-90.2024.8.01.0000

CONVÊNIO S/N
PROCESSO SEI TJAC Nº 0005794-08.2017.8.01.0000

PARTES COOPERANTES: A FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO ACRE – FECOMÉRCIO/AC, e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (TJAC).

OBJETO: 1.1. O presente Termo do Convênio tem por finalidade garantir o acesso dos servidores integrantes do corpo do CONVENIADO, juntamente com seus respectivos dependentes, aos benefícios concedidos pelos parceiros membros da Rede ComércioMais, incluindo o Sesc e Senac no âmbito do Departamento Regional no Estado do Acre, propiciando benefícios em produtos e serviços, condicionando às regras previstas no Anexo. 1.2. As Partes comprometem-se atingir o objeto deste Convênio sem repasse entre si de qualquer ônus ou despesa. 1.3 O CARTÃO COMÉRCIOMAIS, emitido pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Acre.

DATA DE ASSINATURA: 12/08/2024.

VIGÊNCIA: O presente convênio terá a vigência pelo prazo de 12 (meses), a contar da data de sua assinatura.

ASSINAM: O Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Acre, **Leandro Domingos Teixeira Pinto**, e a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargadora **Regina Célia Ferrari Longuini**.

Processo Administrativo nº:0011036-35.2023.8.01.0000
Local:Rio Branco
Unidade:COGCP

Requerente:Gledson da Silva Leite
Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Assunto:

DECISÃO

1. Trata-se de procedimento instaurado para fins de instituir a Comissão Gestora do Concurso Público de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre e reunir as providências pertinentes quanto ao bom andamento da seleção.
2. A teor das nomeações estabelecidas nos Editais nºs 05/2024 e 06/2024 foram convocados 10 (dez) candidatos, aprovados e nomeados, para entrega de DOCUMENTOS, INSPEÇÃO MÉDICA, POSSE e ENTRADA EM EXERCÍCIO.
3. O nomeado Gledson da Silva Leite solicitou reposicionamento ao final da fila de aprovados, observando-se a ordem classificatória do certame (evento SEI nº 1854903).
4. É o suscito relatório. Decido.
5. Em linhas iniciais, o requerimento do nomeado Gledson da Silva Leite nada mais é do que pretensão de postergar sua nomeação e posse, em razão de circunstâncias de ordem pessoal.
6. Com efeito, consta no item 15.8 do Edital nº 01/2024, que rege o presente concurso público, a possibilidade do candidato aprovado e nomeado requerer a transferência de sua nomeação para o final da lista de aprovados(as) dentro das vagas ofertadas, sendo recolocado(a) no último lugar da lista.
7. Reputa-se, portanto, não haver óbice quanto ao atendimento do pleito, pois inexistem quaisquer prejuízos para a Administração Pública ou para os demais candidatos, ainda que não houvesse previsão em edital.
8. Este, inclusive, é o entendimento amplamente adotado pelos Tribunais. Nesse sentido, citam-se arestos:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE ALUNO SOLDADO DO QUADRO DE PRAÇAS COMBATENTES DA POLÍCIA MILITAR/AC. CANDIDATO APROVADO. PEDIDO DE REPOSICIONAMENTO PARA O FINAL DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO APROVADO.
1. O candidato aprovado para o Cargo de Aluno Soldado do Quadro de Praças Combatentes da Polícia Militar do Estado do Acre tem direito à concessão do pedido para reposicionamento no final da lista de classificação. Tal pretensão não gera nenhum ônus para a Administração Pública e não representa mácula ao princípio da isonomia. Precedentes.
2. Não se pode falar em mera expectativa de direito ao impetrante, pois este não passou a figurar no cadastro de reserva mediante seu pedido de reclassificação, mas foi recolocado para o final da lista dos aprovados, isto é, teria que ser convocado após todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas do certame terem sido convocados e, ainda, antes da convocação daqueles que estavam na posição considerada de cadastro de reserva.
3. Segurança concedida. (Mandado de Segurança n. 1000816-29.2021.8.01.0000; Órgão julgador: Tribunal Pleno Jurisdicional; Relator Des. Luís Camolez; Data do julgamento: 08/09/2021; Data de registro: 08/09/2021).

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. EBSERH. REPOSICIONAMENTO FINAL DE FILA. POSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. O impetrante foi aprovado em concurso público para o cargo de Técnico em Necropsia, promovido pela EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES EBSERH, regido pelo edital nº 12/2014-EBSERH/HC-UFMA, para provimento de cargos do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão UFMA. Convocado em 10/07/2015, solicitou sua reclassificação para o final da lista de aprovados, o que foi indeferido em sede administrativa sob a alegação de não haver previsão editalícia para tanto. 2. Conforme orientação jurisprudencial deste Tribunal Regional, não se mostra razoável a proibição de reposicionamento do candidato para o final da fila de aprovados em concurso público, ainda que não haja previsão no edital, visto que o ato não gera qualquer prejuízo à Administração ou a outro candidato. Precedentes. 3. Remessa oficial desprovida.
(REOMS 1000017-84.2015.4.01.3700, DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, TRF1 - QUINTA TURMA, e-DJF1 01/08/2019 PAG.);

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO DE RECLASSIFICAÇÃO NO ÚLTIMO LUGAR DA LISTA DE APROVADOS. PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA RAZOABILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 37, CAPUT. SEGURANÇA CONCEDIDA. SENTENÇA MANTIDA.
1. Este Tribunal possui entendimento no sentido de que “Não se revela razoável impedir o remanejamento de candidato para o final da lista de aprovados em concurso público na medida em que providência nesse sentido não causa qualquer prejuízo aos demais candidatos que lograram êxito no certame, tampouco à Administração Pública, até porque o direito subjetivo de nomeação passa a ser mera expectativa de direito”. (AMS 0026358-70.2010.4.01.3400 / DF, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN, SEXTA TURMA, e-DJF1 p.4158 de 22/05/2015). 2. Remessa oficial a que se nega provimento. 3. Apelação conhecida e, no mérito, não provida.A Turma, por unanimidade, negou provimento à remessa oficial e conheceu da apelação e, no mérito, negou provimento. (TRF1, AMS 0015694-47.2015.4.01.4000, DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO NUNES MARQUES, TRF1 – SEXTA TURMA, e-DJF1 DATA:06/03/2018.

9. Ante o exposto, DEFIRO o pleito do candidato Gledson da Silva Leite, consistente no reposicionamento para o final da fila de aprovados para o cargo de Analista Judiciário - Área Técnico-Administrativa - Análise de Banco de Dados, observando-se a ordem classificatória, conforme consta no Edital de Homologação nº 04/2024.
10. Por outro lado, considerando o pedido de reposicionamento para o final da fila de aprovados, deve-se nomear o próximo candidato aprovado no cargo de Analista Judiciário - Área Técnico-Administrativa - Análise de Banco de Dados, observando-se a ordem classificatória, diante da atual necessidade deste Tribunal de servidores para o referido cargo.
11. Sendo assim, ante a necessidade de maximização da eficiência e da estrutura administrativa atrelada à adoção de medidas que garantam a satisfação das necessidades da Administração, alinhada à otimização dos recursos disponíveis, com o acréscimo de servidores efetivos, determino a convocação de mais 1 (um) candidato do cargo de Analista Judiciário - Área Técnico-Administrativa - Análise de Banco de Dados, observando-se a ordem classificatória.
12. Expeça-se portaria de nomeação e edital de convocação.
13. Ciência aos candidatos reposicionado e nomeado e ao Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre - SINSPJAC.
14. À Diretoria de Gestão de Pessoas para conhecimento e providências cabíveis.
15. Publique-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **REGINA Célia FERRARI Longuini**, Presidente do Tribunal, em 05/08/2024, às 11:43, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0011036-35.2023.8.01.0000

Processo Administrativo nº:0005455-05.2024.8.01.0000
Local:Rio Branco
Unidade:ASJUR
Relator:
Requerente:Samara Queiroz Bento Oliveira
Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Assunto:

DECISÃO

Trata-se de requerimento administrativo formulado pela ex-servidora Samara Queiroz Bento Oliveira, visando perceber verbas rescisórias em face de sua exoneração do cargo de Assessor de Juiz, CJ5, a partir de 10 de junho de 2024, conforme Portaria nº 2368/2024.

Instada, a Gerência de Cadastro e Remuneração - GECAD prestou as informações necessários referente ao caso (evento SEI n.º 1849728).

Após a apresentação dos cálculos, a Diretoria de Gestão de Pessoas - DIPES proferiu decisão deferindo a pretensão da Requerente (evento SEI n.º 1867272), para pagamento, a título de verbas rescisórias, da importância de R$ 3.954,46 (três mil novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

A Diretoria de Finanças e Informação de Custos – DIFIC, por sua vez, consignou haver disponibilidade orçamentária e financeira para custear a despesa (SEI n.º 1871305), no patamar deferido pela decisão da DIPES.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relato. DECIDO.

Como se denota, a requerente era servidora deste Tribunal de Justiça e foi exonerada do cargo de Assessor de Juiz, CJ5, a partir de 10 de junho de 2024, conforme Portaria nº 2368/2024.

É fato que os serviços prestados ao Poder Judiciário conferem ao servidor(a) público o direito de receber as verbas rescisórias, tendo em vista que são direitos sociais garantidos pelo art. 39, § 3º c/c art. 7º, VIII e XVII, da Constituição Federal, tanto aos trabalhadores quanto aos servidores públicos, in verbis:

Art. 39. (...).
§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]
VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Destaque-se que a regra em referência também deve ser aplicada aos ocupantes do cargo em comissão, porquanto são servidores públicos lato sensu, conforme ressai da Lei Complementar n. 39/93 (aplicável aos servidores do Poder Judiciário, por força do art. 65 da LC n. 258/2013), que dispõe:

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o Estatuto dos servidores públicos civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas, criadas e mantidas pelo poder público estadual.
Parágrafo único. O disposto neste Estatuto se aplica aos servidores de qualquer dos Poderes do Estado.
Art. 2º Para os efeitos deste Estatuto, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público ou em comissão. (sublinhado)

Referidas garantias constitucionais devem ser resguardadas, seja quando o servidor está em pleno exercício de suas atividades laborais, seja pelo rompimento de seu vínculo com a Administração, quando os direitos não gozados devem ser convertidos em indenização, com garantia de pagamento, inclusive, aos seus sucessores legais, de modo a não incidir o enriquecimento sem causa da Administração.

Registre-se, por relevante, que no pagamento de verbas rescisórias não há falar em indenização de banco de horas e folgas de recesso forense, nos termos do art. 6º da Resolução n.º 272/2022 e do art. 3º e art. 6º da Resolução n.º 161/2011.

Diante do exposto, HOMOLOGA-SE a Decisão proferida pela DIPES, conforme dispõe o art. 13, XIII, “c”, da Resolução n.º 180/2013, DEFERINDO-SE à ex-servidora Samara Queiroz Bento Oliveira o pagamento do valor de R$ 3.954,46 (três mil novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), a título de verbas rescisórias.

À Diretoria de Gestão de Pessoas - DIPES para as providências pertinentes.

À Diretoria de Finanças e Custos - DIFIC para conhecimento desta decisão, cabendo proceder com o pagamento das verbas rescisórias, conforme disponibilidade financeira atestada.

À SEAPO para a publicação desta decisão no Diário da Justiça e, também, efetuar a notificação e/ou intimação da Requerente.

Após, não pendendo providências, promova-se o arquivamento do feito, com a respectiva baixa eletrônica.

_____
Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **REGINA Célia FERRARI Longuin**i, Presidente do Tribunal, em 13/08/2024, às 08:43, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0005455-05.2024.8.01.0000

Processo Administrativo nº:0005477-63.2024.8.01.0000
Local:Rio Branco
Unidade:ASJUR
Requerente:3ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco
Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Assunto:Nomeação de profissional habilitado para realização de estudo psicossocial

DECISÃO

Trata-se de Comunidado Interno nº 2225/2024 (id no 1809523), datado de 7.6.2024, oriundo do Juízo da 3a Vara Cível da Comarca de Rio Branco, solicitando a designação de profissionais habilitados (psicólogo e assistente social) para realização de estudo psicossocial em pessoa idosa nos autos no 0800423-17.2023.8.01.0001, tendo em vista a inexistência de profissional lotado na referida Unidade Jurisdicional que integre equipe multidisciplinar.

Por meio da decisão inserta no id no 1866157, designou-se as servidoras Eunice Carvalho Guerra (psicóloga) e Vanessa Alves Figueiredo (assistente social), ambas lotadas na da 2ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco, para realização de estudo psicossocial nos autos no 0800423-17.2023.8.01.0001, concedendo-lhes prazo de 20 (vinte) dias.
Entretanto, a Gerência de Cadastro e Remuneração - GECAD-CAD informou que foi concedido, à servidora Eunice Carvalho Guerra, aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a contar de 1o de agosto co corrente ano, conforme Portaria Acreprevidência no 665, de 29 de julho de 2024 (id no 1870316).

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório DECIDO.

Tendo em vista a informação de aposentadoria da servidora Eunice Carvalho Guerra (psicóloga) trazida aos autos pela GECAD-CAD (id no 1870316), bem como pendente interesse público na realização de estudo psicossocial nos autos no 0800423-17.2023.8.01.0001, promovo a susbstituição da servidora Eunice Carvalho Guerra (psicóloga) pelo servidor Raimundo Alves de Sousa Filho (psicólogo), lotado na 1ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco, designando-o para atuar no processo retromencionado.

Noutro ponto, mantenho a nomeação da servidora Vanessa Alves Figueiredo (assistente social), conforme decisão inserta no id no 1866157, concedendo-lhes prazo de 20 (vinte) dias para elaboração do estudo técnico.

A DIPES deve providenciar a expedição das Portarias designativas.

Ainda, deve a SEAPO dar ciência desta decisão ao Juízo da 3a Vara Cível da Comarca de Rio Branco, Juízo da 1a e 2ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco e ao servidor Raimundo Alves de Sousa Filho (psicólogo) e servidora Vanessa Alves Figueiredo (assistente social), na forma eletrônica.

Publique-se.

Data e assinatura eletrônicas.

Desembargadora **Regina Ferrari**
Presidente do TJAC

_____
Documento assinado eletronicamente por Desembargadora REGINA Célia FERRARI Longuini, Presidente do Tribunal, em 13/08/2024, às 10:57, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0005477-63.2024.8.01.0000

Processo Administrativo nº:0006099-45.2024.8.01.0000
Local:Rio Branco
Unidade:ASJUR
Requerente:Silvia Lima de Souza
Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Assunto:Teletrabalho

DECISÃO

Trata-se os presentes autos de requerimento formulado pela servidora Silvia Lima de Souza, lotada atualmente na Gerência de Feitos Judiciais/DIJUD, que pleiteia o deferimento do exercício de suas atividades sob o regime de teletrabalho (1826478), em conformidade com a Resolução nº 32/2017 e Resolução nº 45/2020, ambas do Conselho da Justiça Estadual-COJUS.

Em sede instrutória, no escopo de provocar análise do pleito, foi apresentado plano de trabalho (SEI-Eventos n.º 1828687) e manifestação favorável da gestora da unidade, conforme SEI - Evento n.º 1828744.

É o breve relatório. Decido.

Como antedito, cuida-se de pedido de concessão do exercício das atividades sob o regime de teletrabalho

O denominado “teletrabalho”, nada mais é do que a modalidade de trabalho realizada de forma remota/à distância, em local diverso das dependências físicas da unidade de lotação do servidor, fazendo-se uso, para tanto, dos recursos tecnológicos disponíveis, a fim de proporcionar o aumento da produtividade, a qualidade do trabalho dos servidores, a economia de tempo e a redução com os custos de deslocamento até o local de trabalho, bem como o aumento da qualidade de vida dos servidores públicos, conforme estabelece o art. 3º, incisos de I a VII, da Resolução COJUS nº 32/2017, com a redação alterada pela Resolução COJUS nº 45/2020.

É cediço que nem todos os servidores poderão trabalhar em teletrabalho, cabendo aos que buscam obter sua prorrogação as mesmas regras dirigidas aos que o buscam de forma inicial.

No caso em tela, constata-se o preenchimento pela servidora de todos os critérios e condições exigidas nas Resoluções COJUS nº 32/2017 e CNJ nº 227/2016 para que lhe seja deferida a concessão pretendida.
Dessume-se pois, pelas informações prestadas pela própria Diretoria de Gestão de Pessoas (SEI - Evento n.º 1872923), que a servidora Requerente não se enquadra em nenhum dos impeditivos ao regime de teletrabalho (art. 6º da Resolução COJUS nº 32/2017). Ademais disso, pelo que consta do SEI - Evento n.º 1828744 ostenta a anuência ao seu pleito da autoridade competente, conforme preceitua o art. 5º da Resolução COJUS nº 32/2017.

Nessa quadra, ainda merece registro que, segundo informado pela GEDEP,

atualmente dos 10 (dez) servidores lotados na Gerência de Feitos Judiciais/DIJUD, 02 (dois) estão inseridos na modalidade teletrabalho, perfazendo um total de 20% da lotação. Situação que demostra conformidade com os termos do art. 5º, inc. III, da Resolução CNJ nº 227/2016, com redação modificada pela Resolução CNJ nº 481/2022. Verbis:

Art. 5º Compete ao gestor da unidade sugerir à Presidência ou à outra unidade por ela definida os nomes dos servidores interessados em atuar em regime de teletrabalho, cujo pleito será deferido desde que haja interesse da Administração e, quando for o caso, interesse público, observadas as seguintes diretrizes:
III – a quantidade de servidores e as atividades que poderão ser executadas em regime de teletrabalho serão definidas por proposta da Comissão de Gestão do Teletrabalho de cada órgão, devidamente justificada, e aprovada por ato de sua respectiva Presidência, observando-se as vedações constantes no inciso I, além da limitação do número máximo de servidores, que não poderá exceder 30% (trinta por cento) do quadro permanente da Vara, Gabinete ou Unidade Administrativa. (grifo nosso)

Dito isso, DEFERE-SE à servidora Silvia Lima de Souza, lotada atualmente na Gerência de Feitos Judiciais/DIJUD, a concessão por 1 (um) ano do exercício de suas atividades laborais sob o regime de teletrabalho, com lastro nas Resoluções COJUS nº 32/2017 e CNJ nº 227/2016.

Via de consequência, determino a remessa dos autos:

À DIPES:
a) para promover o registro da prorrogação do regime de teletrabalho nos assentamentos funcionais da servidora;
b) para cumprir com a deliberação constante do art. 8º, II e IV, c/c os arts. 18, 19, 21, 22, 23, 24 e 25 da Resolução COJUS nº 32/2017.
c) para providenciar a publicação no Portal da Transparência deste Poder do nome dos servidores que se encontram em regime de teletrabalho, devidamente autorizado por esta Presidência, nos termos do art. 33 da Resolução COJUS nº 32/2017.

À DITEC para promover o apoio técnico necessário para que a servidora desempenhe suas atividades, nos termos dos arts. 16 e 30 da Resolução COJUS n.º 32/2017.

À Gerência de Feitos Judiciais/DIJUD:
a) implementar as medidas impostas pelos arts. 9º, 10, 12, 15 e 17 da Resolução COJUS n.º 32/2017, em especial a de permanecer com a aferição e monitoramento mensal da produtividade e o cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho da servidora;
b) cumprir com a deliberação constante do art. 8º, II e IV, da Resolução COJUS nº 32/2017.

À servidora Silvia Lima de Souza para cumprir com os deveres elencados nos arts. 14, 16 e 29 da Resolução COJUS nº 32/2017.

À SEAPO, para notificar/intimar a interessada sobre o teor desta e providencie a comunicação da chefia imediata da Requerente.

Publique-se.

Após, não havendo mais providências, arquive-se o feito com a devida baixa eletrônica.

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **REGINA Célia FERRARI Longuini**, Presidente do Tribunal, em 13/08/2024, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006099-45.2024.8.01.0000

EXTRATO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº /2024
PROCESSO SEI TJAC Nº 0002190-97.2021.8.01.0000

PARTES COOPERANTES: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (TJAC) em conjunto com a POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE

OBJETO: Pelo presente Instrumento o TJAC concede à PCAC permissão de uso do Sistema "Malote Digital", visando a troca eletrônica de correspondências oficiais.

DATA DE ASSINATURA: 14/5/2024.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo será de 60 (sessenta) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que manifestado previamente e por escrito a autorização formal das autoridades competentes, em até 30 (trinta) dias, antes do término de sua vigência, nos termos do art. 106, da Lei nº 14.133/2013, por se tratar de serviço contínuo e sem custos diretos, exceto se houver manifestação contrária.

ASSINAM: A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargadora **Regina Célia Ferrari Longuini** e o Desembargador **Laudivon de Oliveira Nogueira**, Supervisor do NUCOOJ e o José Henrique Maciel Ferreira, Delegado-Geral da PCAC.

SECRETARIA DE PRECATÓRIOS

Classe: Precatório n.º 0100149-63.2024.8.01.0000
Foro de Origem: Juizados Especiais
Requerente: Caio Borges Vilela
Advogado: Alfredo Severino Jares Daou (3446/AC)
Requerido: Estado do Acre
Procurador: Tito Costa de Oliveira (595/AC)

Decisão:

1. Trata-se de petição em que o requerente solicita a expedição de requisição de pequeno valor (RPV), tendo em vista a sua renúncia dos créditos que excedem o teto da RPV.
2. Com esse registro, determino o cancelamento deste processo de precatório, registrando-se que, até a presente data, não houve houve liberação de pagamento ao credor.
3. Esclareço que a expedição de RPV caberá ao juízo da execução
4. Intime-se, após arquive-se independente de decurso de prazo.
5. Comunique-se o juízo de origem e requisitante para as providências cabíveis para atendimento do requerimento do credor, servindo esta decisão como ofício a ser enviado via malote digital.

Rio Branco-Acre, 28 de junho de 2024.

Desembargadora **Regina Ferrari**
Presidente do TJ/AC

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 3486 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, de 27 de novembro de 2013;

R E S O L V E:

Tornar sem efeito a Portaria n.º 3412/2024, publicada no Diário da Justiça Eletrônico n.º 7.597, de 12 de agosto de 2024.

Publique-se e cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006809-65.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3491 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o inteiro teor do Despacho n.º 27182/2024, oriundo do Gabinete da Presidência;

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia ao servido**r Leopoldo Pina Neto**, Assessor Técnico, Código CJ5-PJ, matrícula n. 8000954, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 18 a 20 de agosto do corrente ano, para acompanhar Magistrados, Equipe da ESJUD e servidor da COGER, para realizar visita institucional nos setores internos da EMERON, bem como participar das atividades alusivas aos 38 anos, conforme Proposta de Viagem n.º 2018/2024.

Publique-se e cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007119-71.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3492 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o inteiro teor do Despacho n.º 27182/2024, oriundo do Gabinete da Presidência;

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia ao Juiz de Direito **Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira,** titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco, matrícula n° 17, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 18 a 20 de agosto do corrente ano, para participar das atividades alusivas aos 38 anos da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, conforme Proposta de Viagem n° 2021/2024.

Publique-se. Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007119-71.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3494 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n. º 27182/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia ao servidor **Marcos Antônio Alexandre Bezerra**, Assessor Técnico, Código CJ5-PJ, matrícula n° 7001224, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 18 a 20 de agosto do corrente ano, para integrar a agenda de trabalho atinente ao 38º Aniversário da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron), incluindo visita institucional a setores internos, conforme Proposta de Viagem n.º 2091/2024.

Publique-se e cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007119-71.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3495 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o inteiro teor do Despacho n.º 27182/2024, oriundo do Gabinete da Presidência;

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia ao Juiz de Direito Substituto **Zacarias Laureano de Souza Neto,** em exercício na 2ª Vara Criminal da Comarca de Cruzeiro do Sul, matrícula n° 110, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 18 a 20 de agosto do corrente ano, para participar das atividades alusivas aos 38 anos da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, conforme Proposta de Viagem n° 2092/2024.

Publique-se. Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007119-71.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3496 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n.º 27182/2024, oriundo do Gabinete da Presidência;

R E S O L V E:

Conceder quatro diárias e meia ao SGT PM **Robson Weiky da Silva Costa**, matrícula n° 12000186, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 18 a 22 de agosto do corrente ano, para conduzir e realizar a Segurança Aproximada do Desembargador Elcio Sabo Mendes Júnior, conforme Proposta de Viagem n° 2117/2024.

Publique-se e cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007119-71.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3497 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n.º 27182/2024, oriundo do Gabinete da Presidência;

R E S O L V E:

Conceder quatro diárias e meia ao Desembargador **Raimundo Nonato da Costa Maia**, matrícula n° 14, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 18 a 22 de agosto do corrente ano, para participar das atividades alusivas aos 38 anos da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, conforme Proposta de Viagem n° 2122/2024.
Publique-se. Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007119-71.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3498 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n.º 27182/2024, oriundo do Gabinete da Presidência;

R E S O L V E:

Conceder quatro diárias e meia ao 3º SGT PM **João Cunha Nascimento,** matrícula n° 12000145, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 18 a 22 de agosto do corrente ano, para realizar a segurança aproximada do Excelentíssimo Des. Raimundo Nonato da Costa Maia durante sua participação no Congresso Amazônia em Foco: Desafios e Soluções Multidisciplinares para a Justiça e Sustentabilidade, em alusão ao aniversário de 38 anos da EMERON, conforme Proposta de Viagem n° 2135/2024.

Publique-se e cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007119-71.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3501 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n.º 27291/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia ao servidor **Gérson da Cunha Mariobo,** Analista Judiciário/Psicólogo, matrícula n.º 7001888, por seu deslocamento à Comarca de Mâncio Lima, no período de 21 a 23 de agosto do corrente ano, para realização de Estudos Técnico-científicos Psicológicos em Segredo de Justiça, Tramitação Prioritária, ECA para atendimento das demandas da Vara Cível da Comarca de Mâncio Lima, nos processos SAJ n.º 0700363-57.2024.8.01.0015 e n.º 0700248-36.2024.8.01.0015 nos dias 21/08 a 23/08/2024 no Rio Azul, Comunidades Ribeirinhas: Bom Jesus e outra Comunidade Barro Vermelho, em Zona Rural da Comarca de Mâncio Lima, conforme Decisões Judiciais em anexo, conforme Proposta de Viagem n.º 2109/2024.

Publique-se e cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Ga-

delha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007496-42.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3502 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n.º 27291/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia à servidora **Hortencia Meiry Daiany Marciel Brito**, Analista Judiciária/Assistente Social, matrícula n.º 7001739, por seu deslocamento à Comarca de Mâncio Lima, no período de 21 a 23 de agosto do corrente ano, para realizar estudo social em Ação de Guarda (autos: 700363-57.2024.8.01.0015; 0700248-36.2024.8.01.0015), provenientes da Vara Única - Cível da daquela Comarca, conforme decisões judiciais em anexo, conforme Proposta de Viagem n.º 2110/2024.

Publique-se e cumpra-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007496-42.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3510 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n.º 27509/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia ao servidor **Gérson da Cunha Mariobo**, Analista Judiciário/Psicólogo, matrícula n.º 7001888, por seu deslocamento à Comarca de Mâncio Lima, no período de 28 a 30 de agosto do corrente ano, para realização de Estudos Técnico-científicos Psicológicos em Segredo de Justiça, Tramitação Prioritária, ECA (PCD), para atendimento das demandas da Vara Cível da Comarca de Mâncio Lima, nos processos SAJ n.º 0700239-74.2024.8.01.0015, e outro nos dias 28/08 a 30/08/2024 no Pé da Serra do Môa, no Rio Môa, Comunidade Ribeirinha em Zona Rural da Comarca de Mâncio Lima, conforme Decisões Judiciais em anexo, conforme Proposta de Viagem n.º 2144/2024.

Publique-se e cumpra-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007555-30.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3511 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n.º 27509/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia ao servidor à servidora **Hortencia Meiry Daiany Marciel Brito**, Analista Judiciária/Assistente Social, matrícula n.º 7001739, por seu deslocamento à Comarca de Mâncio Lima, no período de 28 a 30 de agosto do corrente ano, para realizar estudo social em Ação de Guarda de adolescente PCD (Pessoa com Deficiência), autos: 0700239-74.2024.8.01.0015, proveniente da Vara Única - Cível da daquela Comarca. Ressalta-se que houve mudança de endereço da parte requerente do processo que, atualmente, reside no Rio Môa - Serra do Divisor, conforme Proposta de Viagem n.º 2161/2024.

Publique-se e cumpra-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007555-30.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3503 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n.º 27399/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder meia diária ao servidor **Clodomiro Neves do Nascimento**, Assessor, Código CJ6-PJ, matrícula n.º 8000964, por seu deslocamento à Comarca de Sena Madureira, no dia 6 de agosto do corrente ano, para visita técnica à comunidade Pracaúba, na estrada transacreana km 140, para realização de projeto cidadão naquela localidade, conforme Proposta de Viagem n.º 1997/2024.

Publique-se e cumpra-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0009382-13.2023.8.01.0000

PORTARIA Nº 3504 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n.º 27399/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder meia diária ao servidor **Egnaldo Ferreira de Arruda**, Técnico Judiciário, matrícula n.º 7000610, por seu deslocamento à Comarca de Sena Madureira, no dia 12 de agosto do corrente ano, para triagem de documentos onde serão realizados casamentos coletivos e Projeto Cidadão, conforme Proposta de Viagem n.º 2104/2024.

Publique-se e cumpra-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0009382-13.2023.8.01.0000

PORTARIA Nº 3505 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o despacho n.º 27397/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder uma diária ao servidor **Fernando Leite de Paula Filho**, Analista Judiciário/Oficial de Justiça, matrícula n° 7000037, por seu deslocamento aos seguintes lugares: Rodovia AC 90, km 72, ramal Jarinal km 12, adentrando na comarca de Xapuri (distante mais de 30 km da sede do juízo), no dia 26 de agosto; e aEstrada AC 40 km 15, Transacreana n.º 2776, ramal Otacilio, adentrando na comarca de Bujari (distante mais de 30 km da sede do juízo), no dia 29 de agosto do corrente ano, para cumprir mandados judiciais, conforme Proposta de Viagem n.º 2138/2024.

Publique-se e cumpra-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007046-02.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3506 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o despacho n.º 27450/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder uma diária ao servidor **Kleverton de Oliveira Cruz**, Técnico Ju-

diciário/Motorista Oficial, matrícula n° 7001476, por seu deslocamento aos seguintes lugares: Rodovia AC 90, km 72, ramal Jarinal km 12, adentrando na comarca de Xapuri (distante mais de 30 km da sede do juízo), no dia 26 de agosto; e a Estrada AC 40 km 15, Transacreana n.º 2776, ramal Otacilio, adentrando na comarca de Bujari (distante mais de 30 km da sede do juízo), no dia 29 de agosto do corrente ano, para conduzir o oficial de justiça para diligenciar mandados na zona rural que adentram em outras comarcas, conforme Proposta de Viagem n.º 2145/2024.

Publique-se e cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007046-02.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3507 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n.º 27408/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder meia diária ao servidor **Alcides de Pinho Victório Neto**, Analista Judiciário/Oficial de Justiça, matrícula n° 7001369, por seu deslocamento à Comarca de Brasiléia, no dia 19 de agosto do corrente ano, para realizar o cumprimento do n.º 004.2024/002085-5, referente ao Processo n° 0700314-49.2024.8.01.0004, conforme Proposta de Viagem n° 2119/2024.

Publique-se. Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007524-10.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3508 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n.º 27408/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder meia diária ao servidor **Reynaldo Souza do Nascimento**, Técnico Judiciário/Motorista Oficial, matrícula n° 7001794, por seu deslocamento à Comarca de Brasiléia, no dia 19 de agosto do corrente ano, para conduzir o veículo Modelo L200, Triton OUTDOOR, Placa SHA2A51, na Zona Rural da Cidade de Brasiléia-AC, na Zona Rural da Cidade de Brasiléia-AC, BR, Km 59, adentando 03 KM de Ramal, Sentido Brasiléia/Assis Brasil-AC, Colônia do Sr. Júlio Gomes, Zona Rural - Brasiléia-AC., juntamente com o Oficial de Justiça, Alcides de Pinho Victório Neto, para realizar o cumprimento do nº 004.2024/002085-5, referente ao Processos n° 0700314-49.2024.8.01.0004, conforme Proposta de Viagem n° 2120/2024.

Publique-se. Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007524-10.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3514 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº. 180, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o requerimento do servidor José Augusto Furtado Pereira e manifestação favorável, oriunda da Central de Processamento Eletrônico,

R E S O L V E:

Art. 1º - Tornar sem efeito a Portaria nº 3410/2024, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 7.597, de 12 de agosto do corrente ano.
Art. 2º - Lotar, a pedido, o servidor **José Augusto Furtado Pereira**, Técnico Judiciário, matrícula nº 7000926, no Núcleo de Processamento Cível da Central de Processamento Eletrônico - CEPRE.
Art. 3º - Revoga-se a Portaria de lotação anterior concernente ao servidor acima mencionado.
Art. 4º - Os efeitos desta portaria entram em vigor a partir de 3 de setembro do corrente ano.

Publique-se e cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007059-98.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3522 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n.º 27653/2024, oriundo do Gabinete da Presidência;

R E S O L V E:

Conceder três diárias e meia à Juíza de Direito **Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni**, Membro do Comitê Nacional PopRuaJud do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, por seu deslocamento à cidade de Rio Branco–AC, no período de 20 a 23 de agosto do corrente ano, para participação no Seminário do Comitê Multinível, Multissetorial e Interinstitucional para a promoção de políticas públicas judiciais de atenção às pessoas em situação de rua - COMMI, expedindo-lhe bilhete de passagem aérea no trecho São Paulo/Rio Branco/ São Luís, conforme Proposta de Viagem n.º 2139/2024.

Publique-se e cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0001203-90.2023.8.01.0000

PORTARIA Nº 3524 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o Despacho n.º 27471/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder três diárias e meia à servidora **Thays de Souza e Souza**, Técnico Judiciário, matrícula n.º 7000349, por seu deslocamento à cidade do Rio de Janeiro–RJ, no período de 4 a 7 de setembro do corrente ano, para participar do Seminário Nacional de Recursos Federais, realizado pelo Instituto Nacional de Aperfeiçoamento e Gestão, expedindo-lhe bilhetes de passagens aéreas nos trechos Rio Branco/ Rio de Janeiro/Rio Branco, conforme Proposta de Viagem n.º 2136/2024.

Publique-se e cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007539-76.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3525 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o despacho n.º 27709/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia à servidora Cleide Helena Prudêncio da Silva, Assessora Técnica, Código CJ5-PJ, matrícula n° 8000947, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 19 a 21 de agosto do corrente ano, para participar da Oficina "Norteados pela Inovação: uma rede para conectar a Justiça no Norte do Brasil", na sede da Escola da Magistratura, na cidade de Porto Velho–RO, conforme Proposta de Viagem n° 2150/2024.

Publique-se. Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Processo Administrativo n. 0006155-78.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3526 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o despacho n.º 27709/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia à servidora **Nadjanayra Neri de Moura**, Técnica Judiciária, matrícula n° 7000925, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 19 a 21 de agosto do corrente ano, para participar da Oficina "Norteados pela Inovação: uma rede para conectar a Justiça no Norte do Brasil", na sede da Escola da Magistratura, na cidade de Porto Velho–RO, conforme Proposta de Viagem n° 2152/2024.

Publique-se. Cumpra-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006155-78.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3528 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o despacho n.º 27709/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia à Juíza de Direito **Isabelle Sacramento Torturela**, Auxiliar da Presidência, matrícula n° 81, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 19 a 21 de agosto do corrente ano, para participar da Oficina "Norteados pela Inovação: uma rede para conectar a Justiça no Norte do Brasil", na sede da Escola da Magistratura, na cidade de Porto Velho–RO, conforme Proposta de Viagem n° 2153/2024.

Publique-se. Cumpra-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006155-78.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3529 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o despacho n.º 27709/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia ao servidor **Evandro Luzia Teixeira**, Diretor de Gestão Estratégica, Código CJ1-PJ, matrícula n° 8000977, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 19 a 21 de agosto do corrente ano, para participar da Oficina "Norteados pela Inovação: uma rede para conectar a Justiça no Norte do Brasil", na sede da Escola da Magistratura, na cidade de Porto Velho–RO, conforme Proposta de Viagem n° 2157/2024.
Publique-se. Cumpra-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006155-78.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3530 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o despacho n.º 27709/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia ao servidor **José Jaider Sousa dos Santos**, Técnico Judiciário, matrícula n° 7000403, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 19 a 21 de agosto do corrente ano, para participar da Oficina "Norteados pela Inovação: uma rede para conectar a Justiça no Norte do Brasil", na sede da Escola da Magistratura, na cidade de Porto Velho–RO, conforme Proposta de Viagem n° 2159/2024.
Publique-se. Cumpra-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006155-78.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3531 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o despacho n.º 27709/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia ao servidor **Samuel Braz de Araújo**, Analista Judiciário, matrícula n° 7001882, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 19 a 21 de agosto do corrente ano, para participar da Oficina "Norteados pela Inovação: uma rede para conectar a Justiça no Norte do Brasil", na sede da Escola da Magistratura, na cidade de Porto Velho–RO, conforme Proposta de Viagem n° 2162/2024.
Publique-se. Cumpra-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006155-78.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3532 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o despacho n.º 27709/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia à servidora **Andréa Laiana Coêlho Zílio**, Diretora de Informação Institucional, Código CJ1-PJ, matrícula n° 8000923, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 19 a 21 de agosto do corrente ano, para participar da Oficina "Norteados pela Inovação: uma rede para conectar a Justiça no Norte do Brasil", na sede da Escola da Magistratura, na cidade de Porto Velho–RO, conforme Proposta de Viagem n° 2163/2024.
Publique-se. Cumpra-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006155-78.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3533 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o despacho n.º 27709/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia à servidora **Solange Maria Chalub Bandeira Teixeira**, Diretora Regional do Vale do Juruá, Código CJ1-PJ, matrícula n° 8000945, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 19 a 21 de agosto do corrente ano, para participar da Oficina "Norteados pela Inovação: uma rede para conectar a Justiça no Norte do Brasil", na sede da Escola da Magistratura, na cidade de Porto Velho–RO, conforme Proposta de Viagem n° 2165/2024.
Publique-se. Cumpra-se.

_____

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006155-78.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3534 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o despacho n.º 27709/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder três diárias e meia ao servidor **Josué da Silva Santos**, Gerente de Projetos, Código CJ4-PJ, matrícula n° 8000944, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 18 a 21 de agosto do corrente ano, para participar da Oficina "Norteados pela Inovação: uma rede para conectar a Justiça no Norte do Brasil", na sede da Escola da Magistratura, na cidade de Porto Velho–RO, conforme Proposta de Viagem n° 2166/2024.
Publique-se. Cumpra-se.

_____
Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006155-78.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3535 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o despacho n.º 27709/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia ao servidor **Carlos Roberto Campos Fonseca**, Técnico Judiciário/Motorista Oficial, matrícula n° 7001435, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 19 a 21 de agosto do corrente ano, para conduzir o veículo em razão dos servidores que participaram do encontro "Norteados pela Inovação: uma rede para conectar a Justiça no Norte do Brasil", na sede da Escola da Magistratura, na cidade de Porto Velho–RO, conforme Proposta de Viagem n° 2171/2024.
Publique-se. Cumpra-se.

_____
Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006155-78.2024.8.01.0000

PORTARIA Nº 3536 / 2024

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, IRIÁ FARIAS FRANCA MODESTO GADELHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 180, do Tribunal Pleno Administrativo, de 27 de novembro de 2013;
Considerando o despacho n.º 27709/2024, oriundo do Gabinete da Presidência,

R E S O L V E:

Conceder duas diárias e meia ao 2° SGT PM **Clenildo Paiva Pinto**, matrícula n° 12000154, por seu deslocamento à cidade de Porto Velho–RO, no período de 19 a 21 de agosto do corrente ano, para fazer a segurança dos servidores que participarão da Oficina "Norteados pela Inovação: uma rede para conectar a Justiça no Norte do Brasil", na sede da Escola da Magistratura, na cidade de Porto Velho–RO, conforme Proposta de Viagem n° 2173/2024.
Publique-se. Cumpra-se.

_____
Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 13/08/2024, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006155-78.2024.8.01.0000

Processo Administrativo nº:0007271-22.2024.8.01.0000
Local:Rio Branco
Unidade:DIPES
Relator:Diretor de Gestão de Pessoas
Requerente:José Nilson Costa do Nascimento
Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Objeto:

DECISÃO

I - RELATÓRIO

Cuida-se de requerimento administrativo formulado pelo servidor José Nilson Costa do Nascimento, visando a concessão de licença-prêmio.
Instada, a Gerência de Cadastro e Remuneração desta Diretoria informou que a requerente foi nomeado para exercer o cargo de Auxiliar Judiciário, código PJ-NM-201, classe "A", padrão "I", do quadro de pessoal permanente dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário Acreano, conforme Portaria nº790/2004, datada de 06/07/2004, empossado em 06/07/2004. Por meio do Ato nº 004/2013, datado de 08/08/2013, republicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 5.215, às fls. 116/133, de 07/08/2014, o servidor foi enquadrado no cargo de Técnico Judiciário, código EJ02-NM, classe "A", nível 3. Por último, o servidor obteve progressão funcional para classe "B", nível 5.

O servidor conta com 7.338 dias, ou seja, 20 anos, 01 mês e 8 dias de tempo de serviço prestado neste Poder Judiciário, no período de 06/07/2004 a 07/08/2024.

Durante esse lapso temporal, o signatário registrou 01 (uma) falta injustificada no dia 23/04/2012; não incorreu nas sanções previstas no art. 134 da LC 39/93, bem como o deferimento de 03 (três) períodos de licença-prêmio, conforme P-0100957-83.2015.8.01.0000, P-0100864-57.2014.8.01.0000 e P-0005121-44.2019.8.01.0000, tendo usufruído 180 dias, restando 90 dias para usufruto em data oportuna.

Breve relatório. Passo a decidir.

II - DO DIREITO À PERCEPÇÃO DA LICENÇA-PRÊMIO
Inicialmente, verifica-se que a licença-prêmio encontra amparo na Lei Complementar Estadual nº 39/93, especificamente em seu artigo 132, cujo teor transcreve-se:

Art. 132. Após cada cinco anos de efetivo exercício o servidor fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio, com remuneração do cargo efetivo, observado o disposto no art. 133, deste Estatuto.
§ 1º O período aquisitivo de direito será contado a partir da data de admissão em qualquer órgão da Administração Pública Estadual.
§ 2º A requerimento do servidor e observadas as necessidades de serviço, a licença poderá ser concedida integralmente, de uma só vez, ou em duas ou três parcelas.
§ 3º A licença-prêmio será contada em dobro para efeito de aposentadoria, caso o servidor não a goze.
§ 4º Os períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer, serão convertidos em pecúnia, em favor dos seus beneficiários da pensão.
§ 4º Dos períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer, apenas um período será convertido em pecúnia, em favor dos seus beneficiários da pensão.

Logo, o direito à licença-prêmio é um direito assegurado ao servidor público, que fora instituído no ordenamento jurídico pela Lei Federal nº 1.711/52, e mantido pela Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que institui o Regime Jurídicos dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. No âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, esta possui esteio nos artigos 132 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 39/93, conforme já supracitado.
Da exegese do artigo supracitado, verifica-se que a essência da licença em tela é uma espécie de afastamento remunerado das funções públicas, é destinada a estimular e promover a adoção de determinado comportamento desejado pelo Poder Público, qual seja, a assiduidade dos servidores e será adquirida por todos aqueles servidores estaduais que demonstrarem o cumprimento de um período de cinco anos de efetivo exercício prestado ao Estado e, ainda, que revelarem assiduidade durante o quinquênio, no desempenho das funções que estão na sua esfera de competência, levando em consideração que a licença-prêmio é devida tão somente aos servidores efetivos, ou efetivos que exerçam cargo em comissão ou função de confiança.

III - DOS FATOS IMPEDITIVOS À CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PREVISTOS NO ARTIGO 134 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 39/93

Consoante dispõe o artigo 134 da Lei Complementar Estadual nº 39/93, existem algumas causas que, durante o período aquisitivo relativo ao período pugnado à licença, obstam a concessão da licença-prêmio, a citar:
Art. 134. Não se concederá licença-prêmio ao servidor que durante período aquisitivo:
I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
II - afastar-se do cargo em virtude de:
a) licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;
b) licença para tratar de interesses particulares;
c) condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
d) afastamento para acompanhar cônjuge, companheiro ou companheira.
Parágrafo único. As faltas injustificadas retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 01 (um) mês para cada falta.

Sendo assim, tais causas obstam a concessão de licença prêmio. Porém, compulsando os autos verifico que este não incorreu em nenhuma destas

hipóteses, motivo pelo qual passo à análise propriamente dita do direito perseguido.

III - DA ANÁLISE DO PERÍODO CONCESSIVO PUGNADO

Ressalta-se que, a cada falta injustificada retarda a concessão da licença em 01 (um) mês, consoante o disposto no parágrafo único do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 39/93.
Na hipótese em apreço, e levando-se em consideração a data de ingresso do requerente no serviço público (06/07/2004), e ainda, 01 (uma) falta injustificada no dia 23/04/2012, constata-se que o direito ora perseguindo (licença prêmio), encontra-se delineado, nos seguintes termos:

1. Período: 06.07.2004 a 06.07.2009 – usufruído.
2. Período: 06.08.2009 a 06.08.2014 – usufruído.
3. Período: 06.08.2014 a 06.08.2019 – a usufruir.
4. Período: 06.08.2019 a 06.08.2024 – a conceder.

Certificou-se ainda, que a requerente não incorreu nas hipóteses do art. 134 da LCE nº 39/93 anteriormente descrito sinalizando a inexistência de qualquer impedimento legal à concessão do 4º período de licença-prêmio.

IV – DA CONCLUSÃO
Por todo o exposto, e em conformidade com a Resolução n.º 180/2013, defiro o pedido formulado, reconhecendo o direito do servidor de gozar 01 (um) período de licença-prêmio, devendo ser observado que o número de servidores em gozo simultâneo de licença não poderá ultrapassar a um décimo da lotação da respectiva unidade administrativa (art. 137 da LCE 39/93) e que o período de concessão deve ser objeto de acordo entre ao servidor e o seu chefe superior (art. 132, § 2º, da LCE n. 39/93).
Notifique-se.
Dispense-se o prazo recursal.
À Gerência de Cadastro e Remuneração para providências e posterior arquivamento com a devida baixa eletrônica.

Rio Branco-AC, 09 de agosto de 2024.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 10:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007271-22.2024.8.01.0000

Processo Administrativo nº:0007185-51.2024.8.01.0000
Local:Rio Branco
Unidade:DIPES
Relator:Diretor de Gestão de Pessoas
Requerente:Jesuilton Saturnino de Vasconcelos
Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Objeto:licença-prêmio

DECISÃO

I - RELATÓRIO

Cuida-se de requerimento administrativo formulado pelo servidor Jesuilton Saturnino de Vasconcelos, visando a concessão de licença-prêmio.
Instada, a Gerência de Cadastro e Remuneração desta Diretoria informou que o requerente foi nomeado para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário, código EJ01-NS, classe "A", nível 1, do quadro de pessoal permanente de atividades técnicas do Poder Judiciário Acreano, conforme Portaria nº 825/2014, datada de 18/06/2014, tendo tomado posse em 14/07/2014. Atualmente o servidor ocupa o cargo de Analista Judiciário, código EJ01-NS, classe "A", nível 5. Informo, ainda, que o servidor esteve cedido ao Tribunal de Contas do Estado do Acre, sem ônus para o Órgão cedente, no período de 08/09/2014 a 31/03/2017.

O servidor conta com 905 dias, ou seja, 02 anos, 05 meses e 25 dias de tempo de contribuição à FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE, no período de 01/01/1994 a 31/08/1996, averbado em seus assentamentos funcionais para efeito de aposentadoria, disponibilidade, sexta parte e licença-prêmio, mediante P-0006155-20.2020.8.01.0000; somados a 3.676 dias, ou seja, 10 anos e 26 dias de tempo de serviço prestado neste Poder Judiciário, no período de 14/07/2014 a 05/08/2024; perfazendo um total de 4.581 dias, ou seja, 12 anos, 6 meses e 21 dias de tempo de serviço.

Durante esse lapso temporal, o signatário não registra falta injustificada; não incorreu nas sanções previstas no art. 134 da LC 39/93, bem como não registrou o deferimento de licença-prêmio.

Breve relatório. Passo a decidir.

II - DO DIREITO À PERCEPÇÃO DA LICENÇA-PRÊMIO
Inicialmente, verifica-se que a licença-prêmio encontra amparo na Lei Complementar Estadual nº 39/93, especificamente em seu artigo 132, cujo teor transcreve-se:

Art. 132. Após cada cinco anos de efetivo exercício o servidor fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio, com remuneração do cargo efetivo, observado o disposto no art. 133, deste Estatuto.
§ 1º O período aquisitivo de direito será contado a partir da data de admissão em qualquer órgão da Administração Pública Estadual.
§ 2º A requerimento do servidor e observadas as necessidades de serviço, a licença poderá ser concedida integralmente, de uma só vez, ou em duas ou três parcelas.
§ 3º A licença-prêmio será contada em dobro para efeito de aposentadoria, caso o servidor não a goze.
§ 4º Os períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer, serão convertidos em pecúnia, em favor dos seus beneficiários da pensão.
§ 4º Dos períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer, apenas um período será convertido em pecúnia, em favor dos seus beneficiários da pensão.

Logo, o direito à licença-prêmio é um direito assegurado ao servidor público, que fora instituído no ordenamento jurídico pela Lei Federal nº 1.711/52, e mantido pela Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que institui o Regime Jurídicos dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. No âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, esta possui esteio nos artigos 132 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 39/93, conforme já supracitado.
Da exegese do artigo supracitado, verifica-se que a essência da licença em tela é uma espécie de afastamento remunerado das funções públicas, é destinada a estimular e promover a adoção de determinado comportamento desejado pelo Poder Público, qual seja, a assiduidade dos servidores e será adquirida por todos aqueles servidores estaduais que demonstrarem o cumprimento de um período de cinco anos de efetivo exercício prestado ao Estado e, ainda, que revelarem assiduidade durante o quinquênio, no desempenho das funções que estão na sua esfera de competência, levando em consideração que a licença-prêmio é devida tão somente aos servidores efetivos, ou efetivos que exerçam cargo em comissão ou função de confiança.

III - DOS FATOS IMPEDITIVOS À CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PREVISTOS NO ARTIGO 134 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 39/93

Consoante dispõe o artigo 134 da Lei Complementar Estadual nº 39/93, existem algumas causas que, durante o período aquisitivo relativo ao período pugnado à licença, obstam a concessão da licença-prêmio, a citar:
Art. 134. Não se concederá licença-prêmio ao servidor que durante período aquisitivo:
I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
II - afastar-se do cargo em virtude de:
a) licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;
b) licença para tratar de interesses particulares;
c) condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
d) afastamento para acompanhar cônjuge, companheiro ou companheira.
Parágrafo único. As faltas injustificadas retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 01 (um) mês para cada falta.

Sendo assim, tais causas obstam a concessão de licença prêmio. Porém, compulsando os autos verifico que este não incorreu em nenhuma destas hipóteses, motivo pelo qual passo à análise propriamente dita do direito perseguido.

III - DA ANÁLISE DO PERÍODO CONCESSIVO PUGNADO

Ressalta-se que, a cada falta injustificada retarda a concessão da licença em 01 (um) mês, consoante o disposto no parágrafo único do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 39/93.
Na hipótese em apreço, e levando-se em consideração a data de ingresso da requerente no serviço público (01.01.1994), constata-se que o direito ora perseguindo (licença prêmio), encontra-se delineado, nos seguintes termos:

1.Período: 01.01.1994 a 31.08.1996; 14.07.2014 a 19.01.2017 – a conceder.
2.Período: 19.01.2017 a 19.01.2022 – a conceder.

Certificou-se ainda, que o requerente não incorreu nas hipóteses do art. 134 da LCE nº 39/93 anteriormente descrito sinalizando a inexistência de qualquer impedimento legal à concessão do 1º e 2º períodos de licença-prêmio.

IV – DA CONCLUSÃO
Por todo o exposto, e em conformidade com a Resolução n.º 180/2013, defiro o pedido formulado, reconhecendo o direito do servidor de gozar 02 (dois) períodos de licença-prêmio, devendo ser observado que o número de servidores em gozo simultâneo de licença não poderá ultrapassar a um décimo da lotação da respectiva unidade administrativa (art. 137 da LCE 39/93) e que o período de concessão deve ser objeto de acordo entre ao servidor e o seu chefe superior (art. 132, § 2º, da LCE n. 39/93).

Notifique-se.
Dispense-se o prazo recursal.
À Gerência de Cadastro e Remuneração para providências e posterior arquivamento com a devida baixa eletrônica.

Rio Branco-AC, 09 de agosto de 2024.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 10:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007185-51.2024.8.01.0000

Processo Administrativo nº:0006966-38.2024.8.01.0000
Local:Rio Branco
Unidade:DIPES
Relator:Diretor de Gestão de Pessoas
Requerente:Júlio César Freitas de Sousa
Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Objeto:licença-prêmio

DECISÃO

I - RELATÓRIO

Cuida-se de requerimento administrativo formulado pelo servidor Júlio César Freitas de Sousa, visando a concessão de licença-prêmio.
Instada, a Gerência de Cadastro e Remuneração desta Diretoria informou que o requerente foi nomeado para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário, código EJ01-NS, classe "A", nível 1, conforme Portaria nº 841/2014, datada de 18/06/2014, tendo tomado posse em 14/07/2014. Atualmente o servidor ocupa o cargo de Analista Judiciário, código EJ01-NS, classe "B", nível 2.

O servidor conta com 3.673 dias, ou seja, 10 anos e 23 dias de tempo de serviço prestado neste Tribunal de Justiça, no período de 14/07/2014 a 02/08/2024.

Durante esse lapso temporal, o signatário não registra falta injustificada; não incorreu nas sanções previstas no art. 134 da LC 39/93, bem como o deferimento de 01 (um) período de licença-prêmio, conforme P- 0001268-90.2020.8.01.0000, não usufruído até a presente data.

Breve relatório. Passo a decidir.

II - DO DIREITO À PERCEPÇÃO DA LICENÇA-PRÊMIO
Inicialmente, verifica-se que a licença-prêmio encontra amparo na Lei Complementar Estadual nº 39/93, especificamente em seu artigo 132, cujo teor transcreve-se:

Art. 132. Após cada cinco anos de efetivo exercício o servidor fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio, com remuneração do cargo efetivo, observado o disposto no art. 133, deste Estatuto.
§ 1º O período aquisitivo de direito será contado a partir da data de admissão em qualquer órgão da Administração Pública Estadual.
§ 2º A requerimento do servidor e observadas as necessidades de serviço, a licença poderá ser concedida integralmente, de uma só vez, ou em duas ou três parcelas.
§ 3º A licença-prêmio será contada em dobro para efeito de aposentadoria, caso o servidor não a goze.
§ 4º Os períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer, serão convertidos em pecúnia, em favor dos seus beneficiários da pensão.
§ 4º Dos períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer, apenas um período será convertido em pecúnia, em favor dos seus beneficiários da pensão.

Logo, o direito à licença-prêmio é um direito assegurado ao servidor público, que fora instituído no ordenamento jurídico pela Lei Federal nº 1.711/52, e mantido pela Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que institui o Regime Jurídicos dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. No âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, esta possui esteio nos artigos 132 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 39/93, conforme já supracitado.
Da exegese do artigo supracitado, verifica-se que a essência da licença em tela é uma espécie de afastamento remunerado das funções públicas, é destinada a estimular e promover a adoção de determinado comportamento desejado pelo Poder Público, qual seja, a assiduidade dos servidores e será adquirida por todos aqueles servidores estaduais que demonstrarem o cumprimento de um período de cinco anos de efetivo exercício prestado ao Estado e, ainda, que revelarem assiduidade durante o quinquênio, no desempenho das funções que estão na sua esfera de competência, levando em consideração que a licença-prêmio é devida tão somente aos servidores efetivos, ou efetivos que exerçam cargo em comissão ou função de confiança.

III - DOS FATOS IMPEDITIVOS À CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PREVISTOS NO ARTIGO 134 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 39/93

Consoante dispõe o artigo 134 da Lei Complementar Estadual nº 39/93, existem algumas causas que, durante o período aquisitivo relativo ao período pugnado à licença, obstam a concessão da licença-prêmio, a citar:
Art. 134. Não se concederá licença-prêmio ao servidor que durante período aquisitivo:
I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
II - afastar-se do cargo em virtude de:
a) licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;
b) licença para tratar de interesses particulares;
c) condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
d) afastamento para acompanhar cônjuge, companheiro ou companheira.
Parágrafo único. As faltas injustificadas retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 01 (um) mês para cada falta.

Sendo assim, tais causas obstam a concessão de licença prêmio. Porém, compulsando os autos verifico que este não incorreu em nenhuma destas hipóteses, motivo pelo qual passo à análise propriamente dita do direito perseguido.

III - DA ANÁLISE DO PERÍODO CONCESSIVO PUGNADO

Ressalta-se que, a cada falta injustificada retarda a concessão da licença em 01 (um) mês, consoante o disposto no parágrafo único do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 39/93.
Na hipótese em apreço, e levando-se em consideração a data de ingresso da requerente no serviço público (14.07.2014), constata-se que o direito ora perseguindo (licença prêmio), encontra-se delineado, nos seguintes termos:

1.Período: 14.07.2014 a 14.07.2019 – a usufruir.
2.Período: 14.07.2019 a 14.07.2024 – a conceder.

Certificou-se ainda, que o requerente não incorreu nas hipóteses do art. 134 da LCE nº 39/93 anteriormente descrito sinalizando a inexistência de qualquer impedimento legal à concessão do 2º período de licença-prêmio.

IV – DA CONCLUSÃO
Por todo o exposto, e em conformidade com a Resolução n.º 180/2013, defiro o pedido formulado, reconhecendo o direito do servidor de gozar 01 (um) período de licença-prêmio, devendo ser observado que o número de servidores em gozo simultâneo de licença não poderá ultrapassar a um décimo da lotação da respectiva unidade administrativa (art. 137 da LCE 39/93) e que o período de concessão deve ser objeto de acordo entre ao servidor e o seu chefe superior (art. 132, § 2º, da LCE n. 39/93).
Notifique-se.
Dispense-se o prazo recursal.
À Gerência de Cadastro e Remuneração para providências e posterior arquivamento com a devida baixa eletrônica.

Rio Branco-AC, 09 de agosto de 2024.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 10:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006966-38.2024.8.01.0000

Processo Administrativo nº:0007208-94.2024.8.01.0000
Local:Rio Branco
Unidade:DIPES
Relator:Diretor de Gestão de Pessoas
Requerente:Naschara de Brito Pelicer
Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Objeto:licença-prêmio

DECISÃO

I - RELATÓRIO

Cuida-se de requerimento administrativo formulado pela servidora Naschara de Brito Pelicer, visando a concessão de licença-prêmio.
Instada, a Gerência de Cadastro e Remuneração desta Diretoria informou que a requerente foi nomeada para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, código PJ-NS-302, classe "A", padrão "I", do quadro de pessoal permanente de atividades técnicas do poder Judiciário Acreano, conforme Portaria N° 1207/2011, tendo tomado posse em 02/05/2011. Por meio do Ato nº 004/2013, datado de 08/08/2013, republicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 5.215, às fls. 116/133, de 07/08/2014, a servidora foi enquadrada no cargo de Analista Judiciário, código EJ01-NS, classe "A", nível 1. Atualmente a servidora ocupa o cargo de Analista Judiciário, classe "B", nível 03.

A servidora conta com 666 dias, ou seja, 1 ano, 10 meses e 01 dia de tempo de contribuição à Procuradoria Geral do Estado do Acre, nos períodos de 04/06/2009 a 31/12/2010 e 01/02/2011 a 01/05/2011, averbado em seus assentamentos funcionais para efeito de aposentadoria, disponibilidade, sexta parte e licença-prêmio, conforme P-0101182-40.2014.8.01.0000; somados a

4.841 dias, ou seja, 13 anos, 3 meses e 6 dias de tempo de contribuição neste Poder Judiciário, no período de 02/05/2011 a 01/08/2024; perfazendo um total de 5.507 dias, ou seja, 15 anos, 1 mês e 2 dias de tempo de serviço.

Durante esse lapso temporal, a signatária não registra falta injustificada; não incorreu nas sanções previstas no art. 134 da LC 39/93, bem como o deferimento de 02 (dois) períodos de licença-prêmio, tendo usufruído 30 dias, restando 150 dias para usufruto em data oportuna, conforme P-0101430-06.2014.8.01.0000 e P-0005337-05.2019.8.01.0000.

Breve relatório. Passo a decidir.

II - DO DIREITO À PERCEPÇÃO DA LICENÇA-PRÊMIO
Inicialmente, verifica-se que a licença-prêmio encontra amparo na Lei Complementar Estadual nº 39/93, especificamente em seu artigo 132, cujo teor transcreve-se:

Art. 132. Após cada cinco anos de efetivo exercício o servidor fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio, com remuneração do cargo efetivo, observado o disposto no art. 133, deste Estatuto.
§ 1º O período aquisitivo de direito será contado a partir da data de admissão em qualquer órgão da Administração Pública Estadual.
§ 2º A requerimento do servidor e observadas as necessidades de serviço, a licença poderá ser concedida integralmente, de uma só vez, ou em duas ou três parcelas.
§ 3º A licença-prêmio será contada em dobro para efeito de aposentadoria, caso o servidor não a goze.
§ 4º Os períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer, serão convertidos em pecúnia, em favor dos seus beneficiários da pensão.
§ 4º Dos períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer, apenas um período será convertido em pecúnia, em favor dos seus beneficiários da pensão.

Logo, o direito à licença-prêmio é um direito assegurado ao servidor público, que fora instituído no ordenamento jurídico pela Lei Federal nº 1.711/52, e mantido pela Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que institui o Regime Jurídicos dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. No âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, esta possui esteio nos artigos 132 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 39/93, conforme já supracitado.
Da exegese do artigo supracitado, verifica-se que a essência da licença em tela é uma espécie de afastamento remunerado das funções públicas, é destinada a estimular e promover a adoção de determinado comportamento desejado pelo Poder Público, qual seja, a assiduidade dos servidores e será adquirida por todos aqueles servidores estaduais que demonstrarem o cumprimento de um período de cinco anos de efetivo exercício prestado ao Estado e, ainda, que revelarem assiduidade durante o quinquênio, no desempenho das funções que estão na sua esfera de competência, levando em consideração que a licença-prêmio é devida tão somente aos servidores efetivos, ou efetivos que exerçam cargo em comissão ou função de confiança.

III - DOS FATOS IMPEDITIVOS À CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PREVISTOS NO ARTIGO 134 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 39/93

Consoante dispõe o artigo 134 da Lei Complementar Estadual nº 39/93, existem algumas causas que, durante o período aquisitivo relativo ao período pugnado à licença, obstam a concessão da licença-prêmio, a citar:
Art. 134. Não se concederá licença-prêmio ao servidor que durante período aquisitivo:
I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
II - afastar-se do cargo em virtude de:
a) licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;
b) licença para tratar de interesses particulares;
c) condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
d) afastamento para acompanhar cônjuge, companheiro ou companheira.
Parágrafo único. As faltas injustificadas retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 01 (um) mês para cada falta.

Sendo assim, tais causas obstam a concessão de licença prêmio. Porém, compulsando os autos verifico que este não incorreu em nenhuma destas hipóteses, motivo pelo qual passo à análise propriamente dita do direito perseguido.

III - DA ANÁLISE DO PERÍODO CONCESSIVO PUGNADO

Ressalta-se que, a cada falta injustificada retarda a concessão da licença em 01 (um) mês, consoante o disposto no parágrafo único do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 39/93.
Na hipótese em apreço, e levando-se em consideração a data de ingresso da requerente no serviço público (04/06/2009), constata-se que o direito ora perseguindo (licença prêmio), encontra-se delineado, nos seguintes termos:

1. Período: 04.06.2009 a 31.12.2010, 01.02.2011 a 31.05.2011 a 29.07.2014 – saldo a usufruir.
2. Período: 29.07.2014 a 29.07.2019 – a usufruir.
3. Período: 29.07.2019 a 29.07.2024 – a conceder.

Certificou-se ainda, que a requerente não incorreu nas hipóteses do art. 134 da LCE nº 39/93 anteriormente descrito sinalizando a inexistência de qualquer impedimento legal à concessão do 3º período de licença-prêmio.

IV – DA CONCLUSÃO
Por todo o exposto, e em conformidade com a Resolução n.º 180/2013, defiro o pedido formulado, reconhecendo o direito do servidor de gozar 01 (um) período de licença-prêmio, devendo ser observado que o número de servidores em gozo simultâneo de licença não poderá ultrapassar a um décimo da lotação da respectiva unidade administrativa (art. 137 da LCE 39/93) e que o período de concessão deve ser objeto de acordo entre ao servidor e o seu chefe superior (art. 132, § 2º, da LCE n. 39/93).
Notifique-se.
Dispense-se o prazo recursal.
À Gerência de Cadastro e Remuneração para providências e posterior arquivamento com a devida baixa eletrônica.

Rio Branco-AC, 09 de agosto de 2024.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 10:47, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007208-94.2024.8.01.0000

Processo Administrativo nº:0007131-85.2024.8.01.0000
Local:Rio Branco
Unidade:DIPES
Relator:Diretor de Gestão de Pessoas
Requerente:Cibelle de Góes Clementino Maia
Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Objeto:

DECISÃO

I - RELATÓRIO

Cuida-se de requerimento administrativo formulado pela servidora Cibelle de Góes Clementino Maia, visando a concessão de licença-prêmio.
Instada, a Gerência de Cadastro e Remuneração desta Diretoria informou que a requerente foi nomeada para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário, código EJ01-NS, classe “A”, nível 1, do quadro de pessoal permanente de atividades técnicas do Poder Judiciário, conforme Portaria n°844/2014, datada de 18/06/2014, tendo tomado posse em 14/07/2014. Através do Ato nº 001/2016, datado de 06/06/2016, a servidora obteve progressão funcional para a classe “A”, nível 02. Atualmente a servidora ocupa o cargo de Analista Judiciário, classe “B”, nível 2.

A servidora conta com 3.672 dias, ou seja, 10 anos e 22 dias de tempo de contribuição neste Poder Judiciário, no período de 14/07/2014 a 01/08/2024.

Durante esse lapso temporal, a signatária não registra falta injustificada; não incorreu nas sanções previstas no art. 134 da LC 39/93, bem como o deferimento de 01 (um) período de licença-prêmio, conforme P-0005634-12.2019.8.01.0000, não usufruído até a presente data.

Breve relatório. Passo a decidir.

II - DO DIREITO À PERCEPÇÃO DA LICENÇA-PRÊMIO
Inicialmente, verifica-se que a licença-prêmio encontra amparo na Lei Complementar Estadual nº 39/93, especificamente em seu artigo 132, cujo teor transcreve-se:

Art. 132. Após cada cinco anos de efetivo exercício o servidor fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio, com remuneração do cargo efetivo, observado o disposto no art. 133, deste Estatuto.
§ 1º O período aquisitivo de direito será contado a partir da data de admissão em qualquer órgão da Administração Pública Estadual.
§ 2º A requerimento do servidor e observadas as necessidades de serviço, a licença poderá ser concedida integralmente, de uma só vez, ou em duas ou três parcelas.
§ 3º A licença-prêmio será contada em dobro para efeito de aposentadoria, caso o servidor não a goze.
§ 4º Os períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer, serão convertidos em pecúnia, em favor dos seus beneficiários da pensão.
§ 4º Dos períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer, apenas um período será convertido em pecúnia, em favor dos seus beneficiários da pensão.

Logo, o direito à licença-prêmio é um direito assegurado ao servidor público,

que fora instituído no ordenamento jurídico pela Lei Federal nº 1.711/52, e mantido pela Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que institui o Regime Jurídicos dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. No âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, esta possui esteio nos artigos 132 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 39/93, conforme já supracitado.
Da exegese do artigo supracitado, verifica-se que a essência da licença em tela é uma espécie de afastamento remunerado das funções públicas, é destinada a estimular e promover a adoção de determinado comportamento desejado pelo Poder Público, qual seja, a assiduidade dos servidores e será adquirida por todos aqueles servidores estaduais que demonstrarem o cumprimento de um período de cinco anos de efetivo exercício prestado ao Estado e, ainda, que revelarem assiduidade durante o quinquênio, no desempenho das funções que estão na sua esfera de competência, levando em consideração que a licença-prêmio é devida tão somente aos servidores efetivos, ou efetivos que exerçam cargo em comissão ou função de confiança.

III - DOS FATOS IMPEDITIVOS À CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PREVISTOS NO ARTIGO 134 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 39/93

Consoante dispõe o artigo 134 da Lei Complementar Estadual nº 39/93, existem algumas causas que, durante o período aquisitivo relativo ao período pugnado à licença, obstam a concessão da licença-prêmio, a citar:
Art. 134. Não se concederá licença-prêmio ao servidor que durante período aquisitivo:
I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
II - afastar-se do cargo em virtude de:
a) licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;
b) licença para tratar de interesses particulares;
c) condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
d) afastamento para acompanhar cônjuge, companheiro ou companheira.
Parágrafo único. As faltas injustificadas retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 01 (um) mês para cada falta.

Sendo assim, tais causas obstam a concessão de licença prêmio. Porém, compulsando os autos verifico que este não incorreu em nenhuma destas hipóteses, motivo pelo qual passo à análise propriamente dita do direito perseguido.

III - DA ANÁLISE DO PERÍODO CONCESSIVO PUGNADO

Ressalta-se que, a cada falta injustificada retarda a concessão da licença em 01 (um) mês, consoante o disposto no parágrafo único do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 39/93.
Na hipótese em apreço, e levando-se em consideração a data de ingresso da requerente no serviço público (14/07/2014), constata-se que o direito ora perseguindo (licença prêmio), encontra-se delineado, nos seguintes termos:

1. Período: 14/07/2014 a 14/07/2019 – a usufruir.
2. Período: 14/07/2019 a 14/07/2024 – a conceder.
.
Certificou-se ainda, que a requerente não incorreu nas hipóteses do art. 134 da LCE nº 39/93 anteriormente descrito sinalizando a inexistência de qualquer impedimento legal à concessão do 2º período de licença-prêmio.

IV – DA CONCLUSÃO
Por todo o exposto, e em conformidade com a Resolução n.º 180/2013, defiro o pedido formulado, reconhecendo o direito do servidor de gozar 01 (um) período de licença-prêmio, devendo ser observado que o número de servidores em gozo simultâneo de licença não poderá ultrapassar a um décimo da lotação da respectiva unidade administrativa (art. 137 da LCE 39/93) e que o período de concessão deve ser objeto de acordo entre ao servidor e o seu chefe superior (art. 132, § 2º, da LCE n. 39/93).
Notifique-se.
Dispense-se o prazo recursal.
À Gerência de Cadastro e Remuneração para providências e posterior arquivamento com a devida baixa eletrônica.

Rio Branco-AC, 09 de agosto de 2024.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 10:47, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0007131-85.2024.8.01.0000

Processo Administrativo nº:0006947-32.2024.8.01.0000
Local:Rio Branco
Unidade:DIPES
Relator:Diretor de Gestão de Pessoas
Requerente:Marineide Silva do Nascimento
Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Objeto:

DECISÃO

I - RELATÓRIO

Cuida-se de requerimento administrativo formulado pela servidora Marineide Silva do Nascimento, visando a concessão de licença-prêmio.
Instada, a Gerência de Cadastro e Remuneração desta Diretoria informou que a requerente foi nomeada para exercer o cargo efetivo de Auxiliar Judiciário, símbolo PJ-AJ-011, estágio “A”, do quadro de permanente da Justiça do Estado do Acre, conforme portaria Nº 058/94, datada de 17/02/1994, tendo tomado posse em 18/03/1994. Através do Ato nº 004/2013, datado de 08/08/2013, republicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 5.215, às fls. 116/133, de 07/08/2014, a servidora foi enquadrada no cargo de Técnico Judiciário, código EJ02-NM, classe “A”, nível 5. Atualmente a servidora ocupa o cargo de Técnico Judiciário, código EJ02-NM, classe “C”, nível 2.

A servidora conta com 11.093 dias, ou seja, 30 anos, 4 meses e 23 dias de tempo de serviço prestado neste Poder Judiciário, período de 18/03/1994 a 30/07/2024.

Durante esse lapso temporal, a signatária registra 03 (três) faltas injustificadas nos dias 21/10/1994, 04/02/1998 e 05/02/1998; não incorreu nas sanções previstas no art. 134 da LC 39/93, bem como o deferimento de 05 (cinco) períodos de licença-prêmio, tendo usufruído 25 dias, ficando com saldo de 425 dias para usufruto em data oportuna, mediante P-0003824-17.2010.8.01.0000, P-0004838-89.2017.8.01.0000 e P- 0005913-27.2021.8.01.0000.

Breve relatório. Passo a decidir.

II - DO DIREITO À PERCEPÇÃO DA LICENÇA-PRÊMIO
Inicialmente, verifica-se que a licença-prêmio encontra amparo na Lei Complementar Estadual nº 39/93, especificamente em seu artigo 132, cujo teor transcreve-se:

Art. 132. Após cada cinco anos de efetivo exercício o servidor fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio, com remuneração do cargo efetivo, observado o disposto no art. 133, deste Estatuto.
§ 1º O período aquisitivo de direito será contado a partir da data de admissão em qualquer órgão da Administração Pública Estadual.
§ 2º A requerimento do servidor e observadas as necessidades de serviço, a licença poderá ser concedida integralmente, de uma só vez, ou em duas ou três parcelas.
§ 3º A licença-prêmio será contada em dobro para efeito de aposentadoria, caso o servidor não a goze.
§ 4º Os períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer, serão convertidos em pecúnia, em favor dos seus beneficiários da pensão.
§ 4º Dos períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer, apenas um período será convertido em pecúnia, em favor dos seus beneficiários da pensão.

Logo, o direito à licença-prêmio é um direito assegurado ao servidor público, que fora instituído no ordenamento jurídico pela Lei Federal nº 1.711/52, e mantido pela Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que institui o Regime Jurídicos dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. No âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, esta possui esteio nos artigos 132 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 39/93, conforme já supracitado.
Da exegese do artigo supracitado, verifica-se que a essência da licença em tela é uma espécie de afastamento remunerado das funções públicas, é destinada a estimular e promover a adoção de determinado comportamento desejado pelo Poder Público, qual seja, a assiduidade dos servidores e será adquirida por todos aqueles servidores estaduais que demonstrarem o cumprimento de um período de cinco anos de efetivo exercício prestado ao Estado e, ainda, que revelarem assiduidade durante o quinquênio, no desempenho das funções que estão na sua esfera de competência, levando em consideração que a licença-prêmio é devida tão somente aos servidores efetivos, ou efetivos que exerçam cargo em comissão ou função de confiança.

III - DOS FATOS IMPEDITIVOS À CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PREVISTOS NO ARTIGO 134 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 39/93

Consoante dispõe o artigo 134 da Lei Complementar Estadual nº 39/93, existem algumas causas que, durante o período aquisitivo relativo ao período pugnado à licença, obstam a concessão da licença-prêmio, a citar:
Art. 134. Não se concederá licença-prêmio ao servidor que durante período aquisitivo:
I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
II - afastar-se do cargo em virtude de:
a) licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;

b) licença para tratar de interesses particulares;
c) condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
d) afastamento para acompanhar cônjuge, companheiro ou companheira.
Parágrafo único. As faltas injustificadas retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 01 (um) mês para cada falta.

Sendo assim, tais causas obstam a concessão de licença prêmio. Porém, compulsando os autos verifico que este não incorreu em nenhuma destas hipóteses, motivo pelo qual passo à análise propriamente dita do direito perseguido.

III - DA ANÁLISE DO PERÍODO CONCESSIVO PUGNADO

Ressalta-se que, a cada falta injustificada retarda a concessão da licença em 01 (um) mês, consoante o disposto no parágrafo único do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 39/93.
Na hipótese em apreço, com base no normativo supra, levando-se em consideração a data de ingresso da servidora no serviço público estadual (18/03/1994), constata-se que o direito ora perseguindo (licença prêmio), encontra-se delineado, levando-se em consideração as 3 (três) faltas não justificadas da requerente, nos seguintes termos:

1.Período: 18.03.1994 a 18.06.1999 – saldo a usufruir em data oportuna.
2.Período: 18.06.1999 a 18.06.2004 – a usufruir.
3.Período: 18.06.2004 a 18.06.2009 – a usufruir.
4.Período: 18.06.2009 a 18.06.2014 – a usufruir.
5.Período: 18.06.2014 a 18.06.2019 - a usufruir.
6.Período: 18.06.2019 a 18.06.2024 - a conceder.

Certificou-se ainda, que a requerente não incorreu nas hipóteses do art. 134 da LCE nº 39/93 anteriormente descrito sinalizando a inexistência de qualquer impedimento legal à concessão do 6º período de licença-prêmio.

IV – DA CONCLUSÃO
Por todo o exposto, e em conformidade com a Resolução n.º 180/2013, defiro o pedido formulado, reconhecendo o direito do servidor de gozar 01 (um) período de licença-prêmio, devendo ser observado que o número de servidores em gozo simultâneo de licença não poderá ultrapassar a um décimo da lotação da respectiva unidade administrativa (art. 137 da LCE 39/93) e que o período de concessão deve ser objeto de acordo entre ao servidor e o seu chefe superior (art. 132, § 2º, da LCE n. 39/93).
Notifique-se.
Dispense-se o prazo recursal.
À Gerência de Cadastro e Remuneração para providências e posterior arquivamento com a devida baixa eletrônica.

Rio Branco-AC, 09 de agosto de 2024.

Documento assinado eletronicamente por Iria Farias Franca Modesto Gadelha, Diretora, em 12/08/2024, às 10:47, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0006947-32.2024.8.01.0000

DIRETORIA DE FORO

PORTARIA Nº 3485 / 2024

A Juíza de Direito Titular da Vara Cível e Diretora do Foro da Comarca de Tarauacá, Dra. **Stéphanie Wink Ribeiro de Moura** e o Juíza de Direito Titular da Vara Cível e Diretora do Foro da Comarca de Feijó Dra. **Caroline Lagos de Castro**, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que o Provimento nº. 03/2013, do Conselho da Justiça Estadual do Tribunal de Justiça do Acre, ao estabelecer a ordem das unidades judiciárias para efeito de prorrogação de jurisdição e de substituição das autoridades judiciárias de primeira instância, previu a prorrogação automática entre os magistrados das Varas das Tarauacá, bem como da Varas da Comarca de Feijó e Comarca Não Instalada de Jordão;

Considerando que as Comarcas de Tarauacá, Feijó e Jordão pertencem à quinta circunscrição judiciária, sendo, portanto, contíguas, consoante art. 24, § 4º, c/c Anexo I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 221, de 30 de dezembro de 2010;

Considerando que o art. 5º, §1º, da Resolução n. 161/2011, do Tribunal Pleno Administrativo estabelece que durante os plantões também possa haver substituição automática, com a consequente prorrogação da jurisdição;

Considerando, também, as normas contidas no art. 2º, item I, letra ”b”, da Resolução nº 161, de 9.11.2011, do Tribunal Pleno Administrativo, publicada no Diário da Justiça nº. 4.557, de 17.11.2011;

Considerando, ainda, a Resolução CNJ nº 213/2015; a não atuação da Defensoria Pública nos feitos de natureza criminal em curso nas comarcas de Tarauacá, Feijó e Jordão e a relação de advogados aptos a funcionarem como defensores dativos previamente disponibilizada pela Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil;

R E S O L V E M:

1 – Designar os Juízes de Direito a seguir nominados, para atuarem no Plantão Judiciário do mês de agosto de 2024, a partir do dia 01/08/2024 a 31/08/2024 das Comarcas de Tarauacá, Feijó e Jordão, conjuntamente, nos dias úteis, no horário compreendido entre às 14 do dia corrente até às 7h do dia seguinte; feriados e finais de semana compreendidos entre às 7h do dia corrente até às 7h do dia seguinte, em regime de sobreaviso. (art. 8° do Provimento n° 02/2009-COGER);

2 – Em caso de ausência de Defensor Publico serão nomedos os advogados que constam na lista das Unidade Judiciárias para prestação de assistência jurídica, na qualidade de defensores dativos, durante as audiências de apresentação a serem realizadas nos feriados e finais de semana;

MÊS/ANO	DIAS	JUÍZES PLANTONISTAS
AGOSTO/2024	01; 02; 03; 04; 05; 06; 07 e 08 (03) - Sábado (04) - Domingo (06) - Feriado	STÉPHANIE WINCK RIBEIRO DE MOURA – Vara Cível da Comarca de Tarauacá – Assessor (Gabriel Primo Sanches Sella Sella) Telefone: 43 98434-8621 Defensoria Pública: Telefone – 68 99988-6017
	09; 10; 11; 12; 13; 14; 15 e 16 (10) - Sábado (11) - Domingo;	CAROLINE LAGOS DE CASTRO – Vara Cível da Comarca de Feijó – Assessora – (Fabiana Maria da Cunha Fagundes) Telefone: 51 98187-7967 Defensoria Pública: Telefone – 68 99988-6017
	17; 18; 19; 20; 21; 22 e 23 (17) – Sábado; (18) - Domingo	ELIZA GRAZIELE DEFENSOR MENEZES AIRES DO RÊGO – Vara Criminal da Comarca de Tarauacá – Assessor (Gilberto dos Santos Cruz) Telefone: 68 99996-3837 Defensoria Pública: Telefone – 68 99988-6017
	24; 25; 26; 27, 28, 29, 30 e 31 (24) – Sábado (25) – Domingo. (31) – Domingo.	ROBSON SHELTON MEDEIROS DA SILVA – Vara Criminal da Comarca de Feijó - Assessora- (Virginia Rebouças de Almeida Santos) Telefone: 68 99965-3007- Defensoria Pública: Telefone – 68 99988-6017

3 – O servidor plantonista que esteja auxiliando o Juiz responsável pelo plantão e cuja indicação é de responsabilidade da unidade, ficará responsável pelo cumprimento de decisões judiciais;

4 – Os Assessores de Juízes das Comarcas de Tarauacá, Feijó e Jordão, atuarão nos plantões judiciários, em regime de sobreaviso, nos mesmos dias em que o Juiz de Direito de sua respectiva Unidade Judiciária estiver designado;

5 – Caberá aos Juízes Gestores das unidades selecionadas para o plantão judiciário das Comarcas de Tarauacá, Feijó e Jordão, designarem, por portarias específicas, os servidores que atuarão no respectivo plantão em cada unidade judiciária (art. 2º, III, da Resolução 161/2011, do Pleno Administrativo);

6 – No período compreendido do plantão, o Juiz plantonista permanece nessa condição, podendo, em caráter excepcional, atender em domicílio, observada a necessidade ou comprovada a urgência (art. 9º do provimento nº 002/2009-COGER);

7 – Em ocorrendo impedimento ou suspeição do Juiz plantonista, assumirá o Juiz seguinte relacionado na escala, e este pelo próximo, devendo o impedido fazer a comunicação ao substituto em tempo hábil. (art. 11 do Provimento nº 02/2009-COGER);

8 – As audiências de apresentação, durante os plantões judiciais, acaso designadas, ocorrerão às 10h dos sábados, domingos e feriados, incumbindo ao servidor plantonista expedir as requisições correspondentes, dar ciência ao Promotor plantonista e ao Defensor dativo previamente designado e convocar o efetivo militar necessário para a segurança da equipe de plantão;

09 – Caberá ao juiz natural, após a distribuição do feito, a realização da audiência de apresentação decorrente de auto de prisão em flagrante apresentado ao magistrado plantonista após as 10h dos domingos ou feriados;

10 – Incumbirá ao magistrado plantonista a realização da audiência de apresentação decorrente de auto de prisão em flagrante apresentado ao juiz natural após as 10h das sextas feiras ou dos dias que antecederem feriados;

11 – Competirá ao chefe da assessoria militar elaborar escala mensal para o serviço de segurança da equipe de plantão durante a realização das audiências de apresentação;

12 – Todas as ocorrências do plantão judiciário deverão ser acionadas através do telefone: (68) 99947-6816;

13 – Ficam designados abaixo os Oficiais de Justiça que atuarão nos plan-

tões judiciários, das Comarca de Tarauacá e Jordão (art. 6º do Provimento nº 002/2009 – COGER). No tocante à Comarca de Feijó, competirá ao respectivo Diretor de Foro elaborar a escala de atuação dos oficiais de justiça;

MÊS/ANO	DIAS	OFICIAIS DE JUSTIÇA PLANTONISTAS
JULHO/2024	01	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	02	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	03	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	04	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	05	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	06	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	07	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	08	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	09	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	10	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	11	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	12	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	13	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	14	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	15	Guierino Scatolin Neto - Tel. 68 98102-0804.
	16	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	17	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	18	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	19	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	20	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	21	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	22	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	23	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	24	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	25	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	26	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	27	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	28	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	29	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	30	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.
	31	Raimundo Cunha do Nascimento - Tel. 99967-6375.

14 – Na hipótese de não ser localizado o Oficial de Justiça de plantão (Tarauacá, Feijó e Jordão), e depois de exarada a certidão pelo servidor plantonista, será convocado o Oficial de Justiça da ordem seguinte, mediante contato prévio com o Oficial da Central de Mandados – CEMAN, senhor José Alex de Souza Martins, pelo telefone 68 99947 – 6816;
15 – A Escala do plantão Judiciário será divulgada no sítio do Tribunal de Justiça na internet, no Diário da Justiça Eletrônico e afixada no átrio deste Fórum;
16 – Por questões de logística, localização do presídio, bem como para a segurança dos envolvidos, as audiências de custódia/apresentação, nos finais de semana e feriados, serão realizadas no município de Tarauacá, ainda que referentes a custodiados das Comarcadas de Feijó e Jordão;
17 – Dê-se ciência à Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Acre, à Seccional da OAB, à Defensoria Pública e ao Ministério Público.

Publique-se no DJE e nos murais dos Fóruns das Comarcas de Tarauacá, Feijó e Jordão.

Tarauacá - Acre, 12 de agosto de 2024.

Documento assinado eletronicamente por Stephanie Winck Ribeiro De Moura, Juíza de Direito, em 12/08/2024, às 09:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por Caroline Lagos De Castro, Diretor(a) do Foro, em 12/08/2024, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0011104-82.2023.8.01.0000

VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DA COMARCA DE RIO BRANCO

PORTARIA Nº 3373 / 2024

O Doutor **Guilherme Aparecido do Nascimento Fraga**, Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Rio Branco, no uso de suas atribuições legais, etc.;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 40 e 41 da Lei complementar n.º 221/2010 (CODJE);

CONSIDERANDO o disposto no Provimento 16/2016, Capítulo II, Seção 1, art. 6º, Código de Normas dos Serviços Judiciais, da Corregedoria Geral de Justiça;

RESOLVE:

Art. 1º - Submeter à CORREIÇÃO ORDINÁRIA os serviços da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Rio Branco, no período de 19 a 23 de agosto de 2024.

Art. 2º - Determinar ao Diretor de Secretaria as seguintes providências;

I - Publicar o Edital de Correição Ordinária para conhecimento dos interessados;

II - Comunicar o Período de Correição à Corregedoria Geral de Justiça;

III - Manter, durante a Correição, as audiências anteriormente agendadas.

Art. 3º. Para que não haja prejuízo, a Unidade continuará com os atendimentos às partes e advogados, mantendo-se todas as ferramentas que foram disponibilizadas (balcão virtual, telefone, e-mail, malote digital, aplicativos de mensagens, dentre outros).

Art. 4º. Os prazos correrão normalmente, bem como a apreciação de pedidos urgentes.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Guilherme Aparecido do Nascimento Fraga
Juiz de Direito

Documento assinado eletronicamente por Guilherme Aparecido do Nascimento Fraga, Diretor, em exercício, em 08/08/2024, às 07:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0000156-47.2024.8.01.0000

EDITAL Nº 001

O Excelentíssimo Doutor **Guilherme Aparecido do Nascimento Fraga**, Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Rio Branco, no uso atribuições legais, etc.;

FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem que, no período de 19 a 23 de agosto de 2024, serão submetidos a CORREIÇÃO ORDINÁRIA os serviços a cargo da Vara de Delitos de Organizações Criminosas desta Comarca.

Quaiquer reclamações dos senhores advogados, das partes e do público em geral, serão reduzidas a termo ou apresentadas por escrito via e-mail: rb-vaorg1@tjac.jus.br ou WhatsApp (68) 99231-0411, em razão do regime de trabalho realizado em sistema de plantão extraordinário, consoante protocolos previstos na Portaria Conjunta n.º 33, de 14 de julho de 2020;

Para conhecimento de todos os interessados mandou passar o presente, que será publicado e afixado no local público de costume.

Dado e passado esta cidade de Rio Branco, Estado do Acre, aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, _____ Maria Natiele de Sales Silva, Diretora de Secretaria, digitei e subcrevo.

Guilherme Aparecido do Nascimento Fraga
Juiz de Direito

Rio Branco - AC, 07 de agosto de 2024.

Documento assinado eletronicamente por Guilherme Aparecido do Nascimento Fraga, Diretor, em exercício, em 08/08/2024, às 07:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0000156-47.2024.8.01.0000

2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL

PORTARIA Nº 3493 / 2024

A Juíza de Direito, Rosilene de Santana Souza, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Cruzeiro do Sul., no uso de suas atribuições legais etc.

Considerando o disposto nos artigos 40 e 41 da Lei Complementar n.º 221/2010(CODJE);

Considerando o que dispõe o art. 6º e 7º, do Provimento nº 16, de 30 de agos-

to de 2016 - Código de Normas dos Serviços Judiciais.

RESOLVE:

Art. 1º - Submeter à CORREIÇÃO ORDINÁRIA, no período de 16 a 20/09/2024, os serviços a cargo da 2ª Vara Cível da Comarca de Cruzeiro do Sul, a qual poderá ser prorrogada por igual período;

Art. 2º - Os prazos processuais fluirão regularmente;

Art. 3º - Determinar à Chefe de Gabinete que adote as seguintes providências;

I - no período da Correição, não designar audiências, devendo manter auquelas designadas;

II - trazer à conclusão apenas as medidas de urgência;

III - publicar o Edital de Correição Ordinária para conhecimento dos interessados;

IV - remeter cópia do edital e desta ao representante do Ministério Público, em exercício nesta Unidade, à Defensoria Pública, na pessoa do Defensor que atua perante esta Unidade Judiciária, e ao Presidente da OAB, Seccional deste Estado, a fim de, querendo, acompanhem os atos correicionais;

Art. 4º - Os efeitos desta Portaria entram em vigor a partir desta data.

Publique-se. Cumpra-se.

Cruzeiro do Sul-AC., 12 de agosto de 2024

Rosilene de Santana Souza
Juíza de Direito

_____

Documento assinado eletronicamente por Rosilene de Santana Souza, Juíza de Direito, em 12/08/2024, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0000156-47.2024.8.01.0000

EDITAL Nº 01

A Excelentíssima Juíza de Direito **Rosilene de Santana Souza**, Titular da 2ª Vara Cível, da Comarca de Cruzeiro do Sul, no uso atribuições legais, etc.;

FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem que, no período de 16 a 20 de setembro de 2024, serão submetidos a CORREIÇÃO ORDINÁRIA os serviços a cargo da 2ª Vara Cível desta Comarca.

Quaiquer reclamações dos senhores advogados, das partes e do público em geral, serão reduzidas a termo ou apresentadas por escrito via e-mail: vaciv-2cz@tjac.jus.br ou WhatsApp (68) 99249-6156.

Para conhecimento de todos os interessados mandou passar o presente, que será publicado e afixado no local público de costume.

Dado e passado nesta cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, aos sete 12 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, _____ Maria da Conceição Araújo Costa, Chefe de Gabinete, digitei e subcrevo.

Rosilene de Santana Souza
Juíza de Direito

Cruzeiro do Sul - AC, 12 de agosto de 2024.

_____

Documento assinado eletronicamente por Rosilene de Santana Souza, Juíza de Direito, em 12/08/2024, às 12:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0000156-47.2024.8.01.0000

1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL

PORTARIA Nº 3196 / 2024

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cruzeiro do Sul/AC, **Marcos Rafael Maciel de Souza**, no uso de suas atribuições legais e etc.

CONSIDERANDO que, por força da Portaria nº 169/2024, de lavra dos Excelentíssimos Juízes de Direito: Erik da Fonseca Farhat, Gláucia Aparecida Gomes e Luís Fernando Rosa, Diretores dos Foros das Comarcas de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves, respectivamente, ficando esta unidade designada para atuar no Plantão Judiciário dos dias 16 a 22 de agosto de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem no referido plantão nos horários a seguir:

Mês/Ano	Dia	Servidores	Horário
Agosto/2024	16	Rosenilde Ferreira de Souza Mesquita Lyneker Melo Moura Silva	14h às 07h
	17 (Sábado)	Edimara de Oliveira da Costa Nirléia de Lima Silva Lyneker Melo Moura Silva	Período Integral
	18 (Domingo)	Marilene de Oliveira Cadaxo Nirléia de Lima Silva Lyneker Melo Moura Silva	Período Integral
	19, 20, 21 e 22	Rosenilde Ferreira de Souza Mesquita Lyneker Melo Moura Silva	14h às 07h

Art. 2º - Os efeitos desta Portaria entram em vigor a partir desta data.

Á Gerencia de Cadastro (GECAD), para os procedimentos de praxe.

Publique-se. Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rafael Maciel de Souza**, Diretor de Secretaria, em 12/08/2024, às 13:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0000672-67.2024.8.01.0000

V - EDITAIS E DEMAIS PUBLICAÇÕES

Autos n.º 0000436-17.2021.8.01.0002
Classe Ação Penal - Procedimento Sumário
Vítima do Fato e Autor Maria Nazaré Nascimento da Silva e outro
Réu José Maria Costa de Souza

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo: 15 dias)

DESTINATÁRIO JOSÉ MARIA COSTA DE SOUZA, (Alcunha: Tião), Brasileiro, Convivente, diarista, RG 435.930-SSP/AC, CPF 536.307.692-68, pai José Armedio da Costa Souza, mãe Maria de Nazare Santiago da Costa, Nascido/Nascida 13/03/1979, natural de Cruzeiro do Sul - AC, com endereço à Rua Carlos Lopes de Souza, 841, Aeroporto Velho, CEP 69980-000, Cruzeiro do Sul - AC

FINALIDADE Pelo presente edital, fica intimado o destinatário acima, que se acha em lugar incerto e desconhecido, quanto ao teor da sentença prolatada, conforme a parte conclusiva transcrita na parte inferior deste edital, bem como para interpor o respectivo recurso, querendo, no lapso de tempo abaixo mencionado, contado do transcurso do prazo deste edital.

DECISÃO "...Ante o exposto, em razão do integral cumprimento da pena privativa de liberdade, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE do apenado José Maria da Costa Souza, nos termos do art. 66, inciso II, c/c art. 202, ambos da Lei n.º 7.210/84, Lei de Execuções Penais..."

PRAZO RECURSAL 05(cinco) dias

SEDE DO JUÍZO Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul, BR 307, KM 09, nº 4090, (68) 99225-3416 (WhatsApp e ligação), Boca da Alemanha - CEP 69980-000, Fone: (68) 3212-8857, Cruzeiro do Sul-AC - E-mail: vpmep-cz@tjac.jus.br.

Cruzeiro do Sul-AC, 12 de agosto de 2024.

Rozélia Melo de Moura Silva
Diretor(a) Secretaria

Marilene Goulart Verissimo Zhu
Juíza de Direito

Autos n.º 0700146-23.2024.8.01.0012
Classe Interdição/Curatela
Interditante Aldeniza Pereira Silva
Interditado Antônio Silva Dias

EDITAL DE INTERDIÇÃO
(Curatela - Art. 749 do CPC/2015 - Prazo: 20 dias)

INTERDITO ANTÔNIO SILVA DIAS, RG 136312-3, CPF 705.149.652-23, pai Nestor Pereira Dias, mãe Aldeniza Pereira Silva, Nascido/Nascida 21/08/2003, natural de Manoel Urbano - AC, com endereço à a BR 364, KM 03, Ramal Alegria, Sentido Sena Madureira, Zona Rural, S/N, CEP 69950-000, Manoel

Urbano - AC

FINALIDADE Por intermédio do presente, os que virem ou dele conhecimento tiverem, ficam cientes de que, neste Juízo de Direito, tramitaram regularmente os autos do processo epigrafado, até sentença final, sendo decretada a interdição da pessoa acima, conforme transcrito na parte inferior deste edital, e nomeada a curadora abaixo, a qual, aceitando a incumbência, prestou o devido compromisso e está no exercício do cargo.

CURADOR ALDENIZA PEREIRA SILVA – CPF 883.780.202-15

CAUSA Transtorno mental CID 10: F20.3 + F71.1

LIMITES A curadora ora nomeada representará o curatelado na prática dos seguintes atos da vida civil: emprestar, transigir, receber, dar quitação, alienar bens móveis, demandar ou ser demandado, abrir e fechar conta bancária, renovar senha, requerer benefício previdenciário e/ou providenciar a atualização dos dados cadastrais junto ao Instituto Previdenciário correspondente, como também nas decisões a respeito do seu tratamento de saúde.

SEDE DO JUÍZO Rua Mendes de Araújo, 1267, São José - CEP 69950-000, Fone: (68) 3212-8763, Manoel Urbano-AC - E-mail: vaciv1mu@tjac.jus.br.

Manoel Urbano-AC, 05 de agosto de 2024.

Jocicléia Alves Martins
Diretora de Secretaria

Zacarias Laureano De Souza Neto
Juiz

Autos n.º 0500415-02.2008.8.01.0014
Classe Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor Justiça Pública
Réu José Francisco Menezes Saraiva

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo: 180 dias)

DESTINATÁRIO JOSÉ FRANCISCO MENEZES SARAIVA, Brasileiro, Convivente, diarista, RG 1063756-7SSP/AC, pai José Costa Saraiva, mãe Maria Barros Menezes, Nascido/Nascida 23/11/1972, natural de Tarauacá - AC, com endereço à Rua João Pessoa, Cohab, CEP 69970-000, Tarauacá - AC

FINALIDADE Pelo presente edital, fica intimado o destinatário acima, que se acha em lugar incerto e desconhecido, quanto ao teor da sentença prolatada, conforme a parte conclusiva transcrita na parte inferior deste edital, bem como para interpor o respectivo recurso, querendo, no lapso de tempo abaixo mencionado, contado do transcurso do prazo deste edital.

DECISÃO Ausente circunstâncias agravantes. Presente a circunstância atenuante da confissão, prevista no artigo 65, II, alínea"d", atenuo a pena em 03 (três) meses, resultando numa reprimenda de 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão, que torno concreta e definitiva, a míngua de causas de aumento ou de diminuição de pena.

PRAZO RECURSAL 05 (cinco) dias.

SEDE DO JUÍZO Av: Antônio Frota, 370, Centro - CEP 69970-000, Fone: (68) 3212-8812, Tarauacá-AC - E-mail: vacri1tr@tjac.jus.br.

Tarauacá-AC, 13 de agosto de 2024.

Maria José de Oliveira Leão
Diretora de Secretaria

Eliza Graziele Defensor Menezes Aires do Rêgo
Juíza de Direito

Autos n.º 0700969-28.2023.8.01.0013
Classe Usucapião
Requerente Valdemir Paiva de Lima
Requerido Aj11 Gestão e Participações Ltda e outro

EDITAL DE CITAÇÃO
(Réus Incertos - Prazo: 20 dias)

DESTINATÁRIOS TERCEIROS e EVENTUAIS INTERESSADOS na ação de Usucapião, promovida por VALDEMIR PAIVA DE LIMA, brasileiro, solteiro, em união estável, agricultor, portador do RG. 380871 – SJSP/AC e CPF nº 694.087.692-87.

FINALIDADE Pelo presente edital, ficam citados TERCEIROS e EVENTUAIS INTERESSADOS, para ciência da presente ação e, querendo, oferecer contestação em 15 (quinze) dias, contados do transcurso do prazo deste edital, conforme petição inicial, documentos e respectivo despacho, disponíveis mediante consulta processual pela internet.

ADVERTÊNCIA Não sendo contestada a ação, no prazo supramencionado, presumir-se-ão aceitos pela parte ré, como verdadeiros, os fatos alegados na inicial, de acordo com os artigos 334 e 344, do CPC/2015.

OBSERVAÇÃO Em se tratando de processo eletrônico, a visualização das peças processuais poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Poder Judiciário na internet, no endereço www.tjac.jus.br, com uso de senha a ser obtida na Secretaria deste Juízo.

SEDE DO JUÍZO Tv. Floriano Peixoto, 238, Centro - CEP 69960-000, Fone: (68) 3212-8806, Feijó-AC - E-mail: vaciv1fj@tjac.jus.br.

Feijó-AC, 05 de agosto de 2024.

Carlos Diniz de Araújo Fernandes
Técnico Judiciário

Caroline Lagos de Castro
Juíza de Direito

Autos n.º 0700787-08.2024.8.01.0013
Classe Usucapião
Usucapiente Sebastião Redemacker Rodrigues da Silveira
Usucapiado Espólio de João Severiano da Silveira Filho e outro

EDITAL DE CITAÇÃO
(Usucapião - Prazo: 20 dias)

DESTINATÁRIO ESPÓLIO DE EUGÊNIA MORAIS DA SILVEIRA
ESPÓLIO DE JOÃO SEVERIANO DA SILVEIRA FILHO

FINALIDADE Pelo presente edital, fica citado o destinatário acima, que se acha em lugar incerto e desconhecido, para ciência da presente ação e, querendo, oferecer resposta no prazo abaixo, contados do transcurso do prazo deste edital, conforme petição inicial, documentos e respectivo despacho, disponíveis mediante consulta processual pela internet.

PRAZO 15 (quinze) dias

ADVERTÊNCIA Não sendo contestada a ação, no prazo supramencionado, presumir-se-ão aceitos pela parte ré, como verdadeiros, os fatos alegados na inicial, de acordo com os artigos 334 e 344, do CPC/2015.

OBSERVAÇÃO Em se tratando de processo eletrônico, a visualização das peças processuais poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Poder Judiciário na internet, no endereço www.tjac.jus.br, com uso de senha a ser obtida na Secretaria deste Juízo.

SEDE DO JUÍZO Tv. Floriano Peixoto, 238, Centro - CEP 69960-000, Fone: (68) 3212-8806, Feijó-AC - E-mail: vaciv1fj@tjac.jus.br.

Feijó-AC, 01 de agosto de 2024.

Gabriel Meireles de Sousa
Diretor(a) Secretaria

Caroline Lagos de Castro
Juíza de Direito

Autos n.º 0701524-13.2021.8.01.0014
Classe Cumprimento de sentença
Requerente Izabel Regina Fortunato
Requerido Maria Simone Fortunato Rego

EDITAL DE INTERDIÇÃO
(Curatela - Art. 749 do CPC/2015 - Prazo: 20 dias)

INTERDITO MARIA SIMONE FORTUNATO REGO, Brasileira, CPF sob o nº. 878.984.702-49, residente e domiciliada na Rua Dona Constância de Menezes, nº 141, Senador Pompeu, Tarauacá-Acre.

FINALIDADE Por intermédio do presente, os que virem ou dele conhecimento tiverem, ficam cientes de que, neste Juízo de Direito, tramitaram regularmente os autos do processo epigrafado, até sentença final, sendo decretada a interdição da pessoa acima, conforme transcrito na parte inferior deste edital, e nomeado(a) o(a) curador(a) abaixo, o(a) qual, aceitando a incumbência, prestou o devido compromisso e está no exercício do cargo.

CURADOR IZABEL REGINA FORTUNATO.

CAUSA Portador de retardo no desenvolvimento neuropsicomotor, associado a crise de epilepsia.

LIMITES Suprir incapacidade de praticar todos os atos da vida civil.

SEDE DO JUÍZO Av: Antônio Frota, 370, Centro - CEP 69970-000, Fone: (68) 3462 -1314, Tarauacá-AC - E-mail: vaciv1tr@tjac.jus.br.

Tarauacá-AC, 14 de março de 2024.

Raimundo Lucivaldo Firmino do Nascimento
Diretor de Secretária

Rosilene de Santana Souza
Juíza de Direito

Autos n.º 0700708-03.2017.8.01.0004
Classe Procedimento Comum Cível
Autor Thiago Oliveira de Souza
Requerido Maria Vieira da Hora e outros

EDITAL DE CITAÇÃO
(Citação - Genérico - Prazo: 30 dias)

DESTINATÁRIO ANTONIO PEREIRA CABRAL, Brasileiro, CPF 848.855.053-72, pai Serafim Gomes Cabral, mãe Izanira Pereira Cabral, Nascido/Nascida 11/09/1978, Rua José Leão, 652, 99 99978-4603, Centro, CEP 65800-000, São Luís - MA

FINALIDADE Pelo presente edital, fica citado o destinatário acima, que se acha em lugar incerto e desconhecido, para ciência da presente ação e, responder, querendo, no prazo abaixo, contado do transcurso do prazo deste edital, conforme petição inicial, documentos e respectivo despacho, disponíveis mediante consulta processual pela internet.

PRAZO 15 (quinze) dias.

ADVERTÊNCIA Não sendo contestada a ação, no prazo mencionado, o destinatário será considerado revel e as alegações de fato formuladas pela parte autora serão presumidas verdadeiras (art. 344 do CPC/2015)..

OBSERVAÇÃO Em se tratando de processo eletrônico, a visualização das peças processuais poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Poder Judiciário na internet, no endereço www.tjac.jus.br, com uso de senha a ser obtida na Secretaria deste Juízo.

SEDE DO JUÍZO BR 317, Km 01, Aeroporto - CEP 69934-000, Fone: (68) 3212-8757, Epitaciolândia-AC - E-mail: vaciv1ep@tjac.jus.br.

Epitaciolândia-AC, 26 de julho de 2024.

Joseane Oliveira do Nascimento
Diretor(a) Secretaria

Joelma Ribeiro Nogueira
Juíza de Direito

Autos n.º 0700933-13.2023.8.01.0004
Classe Interdição/Curatela
Interditante Sirley Bezerra da Silva
Interditado Maria Bezerra da Silva

EDITAL DE INTERDIÇÃO
(Curatela - Art. 749 do CPC/2015 - Prazo: 20 dias)

INTERDITO MARIA BEZERRA DA SILVA, brasileira, Solteira, RG 1064599-3, CPF 534.537.862-20, mãe Francisca Bezerra da Silva, Nascido/Nascida 25/10/1980, natural de Brasiléia - AC, com endereço à Rua Luiz Nogueira, 203, José Hassem, CEP 69934-000, Epitaciolândia - AC

FINALIDADE Por intermédio do presente, os que virem ou dele conhecimento tiverem, ficam cientes de que, neste Juízo de Direito, tramitaram regularmente os autos do processo epigrafado, até sentença final, sendo decretada a interdição da pessoa acima, conforme transcrito na parte inferior deste edital, e nomeado(a) o(a) curador(a) abaixo, o(a) qual, aceitando a incumbência, prestou o devido compromisso e está no exercício do cargo.

CURADOR SIRLEY BEZERRA DA SILVA, CPF 708.182.882-56

CAUSA Retardo mental grave (CID 10 – F72-1)

LIMITES Suprir incapacidade da vida civil.

SEDE DO JUÍZO BR 317, Km 01, Aeroporto - CEP 69934-000, Fone: (68) 3212-8757, Epitaciolândia-AC - E-mail: vaciv1ep@tjac.jus.br.

Epitaciolândia-AC, 25 de julho de 2024.

Joseane Oliveira do Nascimento
Diretor(a) Secretaria

Joelma Ribeiro Nogueira
Juíza de Direito

SERVENTIA DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DO ACRE

Livro: 2
Folha: 136
Termo: 366

EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula: 0009190155 2024 6 00002 136 0000366 06

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1525 e seus incisos do Código Civil JOCELIO ROCHA DA SILVA e CALINE MARIA FERREIRA DE AMORIM sendo o cônjuge 1: - nascido em CRUZEIRO DO SUL/AC aos 5 de Novembro de 2002 de profissão Produtor agrícola polivalente, estado civil SOLTEIRO, domiciliado e residente à/no(a) RIO CRUZEIRO DO VALE, COMUNIDADE MORORÓ, nº 0, Bairro ZONA RURAL, PORTO WALTER/AC , filho de OSVALDO CONCEIÇÃO DA SILVA e de LUZIA MARIA COÊLHO DA ROCHA e cônjuge 2: - nascida em PORTO WALTER/AC aos 3 de Março de 1999 de profissão OUTRAS, estado civil SOLTEIRA, domiciliada e residente à/no(a) RIO CRUZEIRO DO VALE, COMUNIDADE MORORÓ, nº 0, Bairro ZONA RURAL, PORTO WALTER/AC filha de NELSON RODRIGUES DE AMORIM e de MARCIA DIAS FERREIRA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Certifico que este edital será publicado no Diário Oficial da Justiça deste Estado.

PORTO WALTER/ACRE, 12 de agosto de 2024

NOTÁRIA/REGISTRADORA INTERINA
JAQUELINE SILVA DE SOUZA

Livro: 10
Folha: 6
Termo: 2783

EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula:0014460155 2024 6 00010 006 0002783 28

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1525 e seus incisos do Código Civil SÁIRO GONÇALVES PETRONÍLIO e LARISSA DA SILVA LACERDA sendo o cônjuge 1: - nascido em TARAUACÁ/AC aos 8 de Setembro de 2002
De profissão SEM PROFISSÃO REMUNERADA, estado civil SOLTEIRO, domiciliado e residente à/no(a) RUA OSMAR SANTOS, nº 341, Bairro ESPERANÇA, FEIJÓ/AC , filho de SEBASTIÃO ANTONIO DA SILVA PETRONÍLIO e de MARILENE DA COSTA GONÇALVES e cônjuge 2: - nascida em FEIJÓ/AC aos 10 de Outubro de 2002 de profissão OUTRAS, estado civil SOLTEIRA, domiciliada e residente à/no(a) RUA OSMAR SANTOS, nº 345, Bairro CONQUISTA, FEIJÓ/AC filha de FRANCISCO CORDOVEZ LACERDA, JÁ FALECIDO e de MARIA VANUSA LIMA DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Certifico que este edital será publicado no Diário Oficial da Justiça deste Estado.

FEIJÓ/ACRE, 8 de Agosto de 2024

EYMY NATHALY DE SOUZA COSTA
ESCREVENTE

Livro: 10
Folha: 7
Termo: 2784

EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula:0014460155 2024 6 00010 007 0002784 26

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1525 e seus incisos do Código Civil JOSÉ LUCIANO ROCHA DE MOURA e ANTONIA ELIANA DE SOUSA SILVA sendo o cônjuge 1: - nascido em FEIJÓ/AC aos 17 de Novembro de 1988 de profissão Produtor agrícola polivalente, estado civil SOLTEIRO, domiciliado e residente à/no(a) ALTO RIO ENVIRA, COLÔNIA BOA ESPERANÇA, nº 0, Bairro ZONA RURAL, FEIJÓ/

AC , filho de JOSÉ RIBAMAR DA SILVA DE MOURA e de MARIA DA ROCHA MOURA e cônjuge 2: - nascido em FEIJÓ/AC aos 26 de Novembro de 1993 de profissão Produtor agrícola polivalente, estado civil SOLTEIRA, domiciliado e residente à/no(a) ALTO RIO ENVIRA, COLÔNIA BOA ESPERANÇA, nº 0, Bairro ZONA RURAL, FEIJÓ/AC filho de FRANCISCO ALTEVIR DA SILVA (JA FALECIDO) e de ROSA MARIA FELIPE DE SOUSA (JA FALECIDA).
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Certifico que este edital será publicado no Diário Oficial da Justiça deste Estado.

FEIJÓ/ACRE, 9 de Agosto de 2024

ANA PAULA DANTAS LEITÃO ESCREVENTE

Livro: 10 Folha: 8 Termo: 2785

EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula:0014460155 2024 6 00010 008 0002785 24

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1525 e seus incisos do Código Civil JOSÉ AURINO BRILHANTE e JULIANA MATOS PEREIRA sendo o cônjuge 1: - nascido em FEIJÓ/AC aos 18 de Novembro de 1982 de profissão Desenhista projetista de construção civil, estado civil SOLTEIRO, domiciliado e residente à/no(a) Rua Joel Ferreira de Souza, nº 420, Bairro BELA VISTA, FEIJÓ/AC , filho de e de MARIA JULIA BRILHANTES RATES e cônjuge 2: - nascida em FEIJÓ/AC aos 10 de Julho de 1995 de profissão OUTRAS, estado civil SOLTEIRA, domiciliada e residente à/no(a) RUA JOEL FERREIRA DE SOUZA, nº 420, Bairro BELA VISTA, FEIJÓ/AC filha de JOSÉ IVO DE SOUZA PEREIRA e de MARIA LIBERDADE ALBUQUERQUE MATOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Certifico que este edital será publicado no Diário Oficial da Justiça deste Estado.

FEIJÓ/ACRE, 12 de Agosto de 2024

MATEUS SOUSA DE DEUS ESCREVENTE

Livro: 10
Folha: 9
Termo: 2786

EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula:0014460155 2024 6 00010 009 0002786 22

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1525 e seus incisos do Código Civil ALAILTON DA SILVA BARBOSA e MARTA SILVA DA SILVA sendo o cônjuge 1: - nascido em EIRUNEPÉ/AM aos 22 de Julho de 2005 de profissão Trabalhador volante da agricultura, estado civil SOLTEIRO, domiciliado e residente à/no(a) RAMAL DO KM 62, nº 0, Bairro ZONA RURAL, FEIJÓ/AC , filho de MANOEL DE OLIVEIRA BARBOSA e de FRANCISCA MARCELINO DA SILVA e cônjuge 2: - nascida em FEIJÓ/AC aos 15 de Outubro de 2005 de profissão OUTRAS, estado civil SOLTEIRA, domiciliada e residente à/no(a) RAMAL KM 62, nº 0, Bairro ZONA RURAL, FEIJÓ/AC filha de EDINALDO FLOR DA SILVA e de MARIA ANDRÉIA SILVA E SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Certifico que este edital será publicado no Diário Oficial da Justiça deste Estado.

FEIJÓ/ACRE, 12 de Agosto de 2024

ANA PAULA DANTAS LEITÃO ESCREVENTE

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Bel. Rodrigo da Silva Azevedo Oficial do Registro Civil

MATRICULA

153817 01 55 2024 6 00009 192 0002360 33
Termo: 2360 Livro 9-D Folhas: 192
Faz saber que pretendem casar-se:
WYLLYAN KENNEDY DA SILVA LIMA, estado civil solteiro, profissão repositor de mercadoria, nacionalidade brasileiro, naturalidade: Brasiléia-AC, data do nascimento:12 de março de 1997, domicílio e residência: Rua Francisco Dino Gadelha, nº 137, Apto nº 02Brasiléia/AC.
Filho de JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA LIMA e NELIDA MAIA DA SILVA
KELLINNY SOUZA DA SILVA, estado civil divorciada, profissão vendedora, nacionalidade brasileira, naturalidade: Brasiléia-AC, data do nascimento 20 de abril de 1999, domicílio e residência: Rua Francisco Dino Gadelha, nº 137, Apto nº 02, Brasiléia-AC.
Filha de MARCO ANTONIO PEDRO DA SILVA e CIRCE SOUZA DA SILVA.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil, Art. 1.525, incisos I, III e IV. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em Cartório, bem como no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Acre, no lugar de costume, a partir desta data.
Regime do Casamento: COMUNHÃO PARCIAL DE BENS
Brasiléia/AC, 12 de agosto de 2024

_____
MÁRCIANA DE ARAÚJO FORTES CARVALHO
ESCREVENTE

Livro: 2
Folha: 137
Termo: 367

EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula: 0009190155 2024 6 00002 137 0000367 04

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1525 e seus incisos do Código Civil ZIDANE NASCIMENTO DOS SANTOS e RENATA DE SOUZA ARAUJO sendo o cônjuge 1: - nascido em CRUZEIRO DO SUL/AC aos 27 de Abril de 2000 de profissão Produtor agrícola polivalente, estado civil SOLTEIRO, domiciliado e residente à/no(a) RIO JURUÁ MIRIM, COMUNIDADE PRAINHA II, nº 0, Bairro ZONA RURAL, CRUZEIRO DO SUL/AC , filho de ANTONIO JOSÉ SILVA DOS SANTOS e de ATILA MARIA SILVA DO NASCIMENTO e cônjuge 2: - nascida em CRUZEIRO DO SUL/AC aos 12 de Março de 2008 de profissão OUTRAS, estado civil SOLTEIRA, domiciliada e residente à/no(a) RIO JURUÁ MIRIM, COMUNIDADE PRAINHA II, nº 0, Bairro ZONA RURAL, CRUZEIRO DO SUL/AC filha de RENTATO DA SILVA ARAUJO e de ANGELA MARIA SILVA DE SOUZA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Certifico que este edital será publicado no Diário Oficial da Justiça deste Estado.

PORTO WALTER/ACRE, 13 de agosto de 2024

NOTÁRIA/REGISTRADORA INTERINA
JAQUELINE SILVA DE SOUZA